

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL 2

PRESIDÊNCIA 10

- Coordenadoria de Magistrados 14
- CEPEVID 22
- Assessoria de Imprensa 32
- Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial 38
- Assessoria de Planejamento 52
- Assessoria de Precatórios 102
- Auditoria Interna 105
- Casa Militar 108
- Ouvidoria dos Servidores 112
- Ouvidoria Judicial 118

1ª VICE-PRESIDÊNCIA 122

2ª VICE-PRESIDÊNCIA 144

3ª VICE-PRESIDÊNCIA 145

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA 146

ACADEMIA JUDICIAL 228

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA 257

- Secretaria Estatística das Instâncias Recursais 269
- Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual 269
- Diretoria de Recursos e Incidentes 292
- Diretoria de Documentação e Informações 295

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA 310

- Assessoria Especial 310
- Assessoria de Modernização Judiciária 311
- Secretaria de Gestão Ambiental 315
- Secretaria Executiva 317
- Diretoria de Engenharia e Arquitetura 319
- Diretoria de Tecnologia da Informação 329
- Diretoria de Infraestrutura 362
- Diretoria de Material e Patrimônio 384
- Diretoria de Orçamento e Finanças 395
- Diretoria de Recursos Humanos 403
- Diretoria de Saúde 411

www.tjsc.jus.br tjcenai@tjsc.jus.br

Produção: Assessoria de Planejamento - TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88020-901 - tel.: (48) 3287-1000 - fax.: (48) 3287-1967
Copyright© TJSC. Janeiro de 2013 - Florianópolis - Santa Catarina

DESEMBARGADORES

Carlos Prudêncio

José Gaspar Rubick

Pedro Manoel Abreu

José Trindade dos Santos

Cláudio Barreto Dutra – Presidente

Newton Trisotto

Sérgio Torres Paladino – 1º Vice-Presidente

Luiz Cézar Medeiros

Vanderlei Romer – Corregedor-Geral da Justiça

Eládio Torret Rocha

Nelson J. Schaefer Martins

José Volpato de Souza

Sérgio Roberto Baasch Luz – 2º Vice-Presidente

Antonio do Rêgo Monteiro Rocha

Fernando Carioni

José Antônio Torres Marques

Rui Francisco Barreiros Fortes – 3º Vice-Presidente

Marcus Túlio Sartorato

César Augusto Mimoso Ruiz Abreu

Salete Silva Sommariva – Vice-Corregedora-Geral da Justiça

Ricardo Orofino da Luz Fontes

Salim Schead dos Santos

Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Cid José Goulart Júnior

Jaime Ramos

Alexandre d'Ivanenko

Lédio Rosa de Andrade

Moacyr de Moraes Lima Filho

Jorge Henrique Schaefer Martins

Marli Mosimann Vargas

Sérgio Izidoro Heil

José Carlos Carstens Köhler

João Henrique Blasi

Jorge Luiz de Borba

Victor José Sebem Ferreira

Rejane Andersen

Joel Dias Figueira Júnior

Cláudio Valdyr Helfenstein

Rodrigo Antônio da Cunha

Jânio de Souza Machado

Soraya Nunes Lins

Sônia Maria Schmitz

Paulo Roberto Camargo Costa

Henry Goy Petry Júnior

Raulino Jacó Brüning

Roberto Lucas Pacheco

Jairo Fernandes Gonçalves

José Inácio Schaefer

João Batista Góes Ulysséa

Ronei Danielli

Luiz Fernando Boller

Getúlio Corrêa

Paulo Roberto Sartorato

Túlio José Moura Pinheiro

Carlos Alberto Civinski

Ronaldo Moritz Martins da Silva

Ricardo José Roesler

Robson Luz Varella

Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

Sérgio Antônio Rizelo

Sebastião César Evangelista

Denise Volpato

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Domingos Paludo

Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Carlos Adilson Silva

Stanley da Silva Braga

Newton Varella Júnior

Altamiro de Oliveira

Saul Steil

Gilberto Gomes de Oliveira

Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli

Odson Cardoso Filho

José Everaldo Silva

Volnei Celso Tomazini

Leopoldo Augusto Brüggemann

Júlio César Knoll

Janice Goulart Garcia Ubialli

Cláudia Lambert de Faria

Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

Cínthia Beatriz da Silva Bittencourt

Jorge Luis Costa Beber

Guilherme Nunes Born

Eduardo Mattos Gallo Júnior

Luiz Zanelato

Dinart Francisco Machado

Gerson Cherem II

Rosane Portella Wolff

Denise de Souza Luiz Francoski

Artur Jenichen Filho

Paulo Ricardo Bruschi

Luiz César Schweitzer

Rubens Schulz

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Des. Cláudio Barreto Dutra – Presidente

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha – Presidente do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

Des. Jaime Luiz Vicari – Presidente do Conselho de Administração do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário

Des. Luiz Cézar Medeiros

Des. Eládio Torret Rocha

Des. Nelson Schaefer Martins

Des. Fernando Carioni

Des. Jaime Ramos

Des. Moacyr de Moraes Lima Filho

Des. João Henrique Blasi

Des. Jânio de Souza Machado

Juiz Hélio do Valle Pereira

Juíza Ana Cristina Borba Alves

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Des. Cláudio Barreto Dutra – Presidente

Des. Sérgio Torres Paladino – 1º Vice-Presidente

Des. Vanderlei Romer – Corregedor-Geral da Justiça

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz – 2º Vice-Presidente

Des. Rui Francisco Barreiros Fortes – 3º Vice-Presidente

Desª. Salete Silva Sommariva – Vice-Corregedora-Geral da Justiça

Des. José Volpato de Souza

Des. Jorge Henrique Schaefer Martins

Desª. Soraya Nunes Lins

Des. Henry Goy Petry Júnior

Des. Roberto Lucas Pacheco

Des. João Batista Góes Ulysséa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO CENTRALIZADA DE DEPÓSITOS SOB AVISO À DISPOSIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Desembargador Jaime Luiz Vicari – Presidente

Desembargadora Rejane Andersen

Juiz Marcelo Pizolati – Coordenador de Magistrados

Cleverson Oliveira

Ricardo Lentz – Diretor de Orçamento e Finanças

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha – Presidente

Des. Carlos Alberto Civinski – Vice-Presidente

Procurador Antenor Chinato Ribeiro – Representante do MPSC

Dr. Alexandre Waltrick Rates – Representante da OAB/SC

Ricardo Lentz – Diretor de Orçamento e Finanças

CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO

Des. José Antônio Torres Marques – Presidente

Juiz de Direito de Segundo Grau Ricardo José Roesler – Coordenador

Juiz André Alexandre Happke

Juiz Antônio Zoldan da Veiga

Juiz Fernando Rodrigo Busarello

Juiz João Alexandre Dobrowolski Neto

CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Des. Cláudio Barreto Dutra – Presidente

Des. Sérgio Torres Paladino – 1º Vice-Presidente

Des. Vanderlei Romer – Corregedor-Geral da Justiça

Des. Luiz Fernando Boller – Presidente do Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Des. Victor José Sebem Ferreira – Coordenador Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Conflitos

Juiz de Direito de Segundo Grau Odson Cardoso Filho – Coordenador Pedagógico da Escola dos Serviços Judiciários da Academia Judicial

Juiz Marcelo Pizolati – Coordenador de Magistrados

Juiz Selso de Oliveira – Presidente da 3ª Turma de Recursos

Juiz Jefferson Zanini – Juiz Agrário

Juiz Otávio José Minatto

Juiz Antônio Augusto Baggio e Ubaldo

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS – CGDA

Des. Eládio Torret Rocha – Presidente

Des. Fernando Carioni

Des. Jaime Luiz Vicari

Juiz João Alexandre Dobrowolski Neto

COORDENADOR DE MAGISTRADOS

Juiz de Direito Marcelo Pizolati

JUIZ ASSESSOR ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Dr. André Alexandre Happke

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ricardo Albino França

COORDENADOR DE EXECUÇÃO PENAL E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Juiz Alexandre Karazawa Takaschima

CHEFE DA CASA MILITAR

Coronel PM Walmir Moreira Francisco

COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

João Anfilóquio Machado Júnior

ASSESSOR DE IMPRENSA

Ângelo Lima Medeiros

ASSESSORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

Izabel Costa Ungaretti

OUVIDOR JUDICIAL

Des. Salim Schead dos Santos

Marlon José Müller

OUVIDORA DOS SERVIDORES

Iara Klock Campos

COORDENADOR DA AUDITORIA INTERNA

Luis Michels

DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRATIVA

Cleverson Oliveira

DIREÇÃO-GERAL JUDICIÁRIA

Maurício Walendowsky Sprícigo

DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL

João Batista dos Santos

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Alberto Pizzolatti Remor

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Herlei José Cantú

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Rafael Giorgio Ferri

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Etor José Zorzi

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ricardo Lentz

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

Suzie Bello Araújo

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Raphael Jaques de Souza

DIRETORIA DE SAÚDE

Renato Grillo Flach

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Luiz Carlos de Espíndola

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em observância ao disposto no artigo 90, inciso XXIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias, e como gestor do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, apresento o Relatório Anual de atividades, com o objetivo de conferir publicidade às ações desenvolvidas no exercício de 2013.

Embora estejam completamente interligadas, por ter o objetivo comum de aprimorar o atendimento aos jurisdicionados e de adequar a Justiça Estadual às novas realidades, as principais medidas implementadas em 2013 por este Gabinete, apresentadas a seguir, foram categorizadas por assunto.

Entre essas ações, merece destaque o esforço envidado pela Administração para implantar o sistema SAJ-PG5 nas comarcas do Estado, o que será o marco de uma nova era para o Poder Judiciário catarinense. Nas unidades que já operam o sistema, a introdução da ferramenta implicou a diminuição de atividades cartorárias e, por conseguinte, a liberação de um servidor para o gabinete, que passou a trabalhar na pesquisa e na produção de minutas de despachos e sentenças, com notório incremento da atividade jurisdicional.

Faz parte deste documento, também, a exposição detalhada das atividades dos órgãos diretamente vinculados ao Gabinete da Presidência, bem como das Diretorias-Gerais Administrativa e Judiciária.

Melhoria da infraestrutura física

- Compra de imóvel no centro de Florianópolis para abrigar as novas instalações da Academia Judicial e do Fórum Bancário da comarca da Capital (Contrato n. 214/2013), de forma a suprimir o pagamento de aluguéis.
- Assinatura de contrato para a construção de novo prédio para o fórum da comarca de Ascurra (Contrato n. 22/2013).
- Construção de lixeira e pavimentação do acesso secundário aos prédios do Almoxarifado Central e Gráfica (Contrato n. 12/2013).
- Reformas nos prédios do Tribunal de Justiça, com a instalação de depósito de lixo (Contrato n. 177/2013), drenagem do estacionamento elevado (Contrato n. 066/2013) e obras de ampliação das instalações da Diretoria Judiciária (Contrato n. 051/2013).
- Inauguração das novas dependências dos prédios dos fóruns de Forquilhinha, em abril, e Turvo, em maio.
- Assinatura de avenças para reformas parciais ou totais dos prédios dos fóruns de Joaçaba (Contrato n. 213/2013); Pomerode (186/2013); Barra Velha (159/2013); Papanduva (147/2013); Lauro Müller (141/2013); Quilombo (121/2013); Descanso (092/2013); Mafra (088/2013); Timbó (073/2013); Seara (068/2013); São José (056/2013); Lages (025/2013); e Imaruí (024/2013).

Ampliação ou consolidação do acesso à Justiça

- Instituição dos Juizados Especiais itinerantes no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Resolução GP n. 35/2013).
- Assinatura de acordo com a Câmara de Dirigentes Lojistas da comarca de Criciúma para a manutenção do Juizado Informal de Conciliação para Pessoas Jurídicas (Convênio n. 080/2013).

- Assinatura de acordo para instalação de Serviço de Mediação Familiar na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Convênio n. 117/2013).
- Instalação da Casa da Cidadania do município de Piratuba (Convênio n. 127/2013).
- Assinatura de acordo para a instalação de Posto de Atendimento e Conciliação no bairro Passa Vinte, da comarca de Palhoça (Convênio n. 129/2013).
- Assinatura de acordo para a instalação de Posto de Atendimento e Conciliação na Faculdade Cenecista de Joinville (Convênio n. 138/2013).
- Assinatura de acordo com a Universidade do Sul de Santa Catarina para instalação de Posto de Atendimento e Conciliação e de Serviço de Mediação Familiar nas unidades de Florianópolis e da Palhoça (Pedra Branca) (Convênio n. 161/2013).
- Instalação da Casa da Cidadania do município de Ouro (Convênio n. 176/2013).
- Instalação da Turma de Uniformização, em abril.
- Instalação da Vara da Família e Órfãos do distrito de Santo Antônio de Lisboa, comarca da Capital, em abril.
- Instalação da Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Itajaí, em outubro.
- Instalação da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Balneário Camboriú, em outubro.
- Instalação da Vara Regional de Execuções Fiscais Estaduais da comarca de Chapecó, em novembro.
- Instalação da Vara Regional de Execuções Fiscais Estaduais da comarca de Blumenau, em novembro.
- Instalação da Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Balneário Camboriú, em novembro.
- Instalação da Vara de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas da Região Metropolitana de Florianópolis, em dezembro.

Controle fiscal e de patrimônio

- Criação de critérios para gestão e controle dos bens permanentes do acervo patrimonial do Poder Judiciário catarinense (Resolução GP n. 9/2013).
- Fixação de regras mais precisas acerca da celebração, da gestão e da fiscalização dos convênios e contratos celebrados pelo Poder Judiciário catarinense (Resolução GP n. 11/2013).
- Melhoria na gestão das contas do Poder Judiciário, pela criação do Comitê Gestor das Contas Especiais, bem como modernização da Divisão de Precatórios, transformada em Assessoria de Precatórios (Resoluções GP n. 10/2013 e 23/2013), com a instituição, ainda, do Comitê de Precatórios (Resolução GP n. 16/2013).

Busca pela efetividade da jurisdição e pela celeridade processual

- Instituição do Programa de Enfrentamento de Acervos nos gabinetes de magistrados no primeiro grau de jurisdição (Resolução GP n. 17/2013), com criação de grupos de trabalhos para enfrentar o acúmulo de processos nas unidades jurisdicionais do Estado.
- Instituição do Núcleo de Repercussão Geral e de Recursos Repetitivos – Nurer (Resolução GP n. 22/2013), a fim de uniformizar o gerenciamento dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos nos Tribunais Superiores e auxiliar os órgãos julgadores na gestão do acervo sobrestado.
- Criação da Assessoria de Modernização Judiciária (Resolução GP n. 28/2013) para implantar serviços nas unidades jurisdicionais, capacitar os servidores, propor a adoção de medidas voltadas à racionalização de procedimentos e métodos de trabalho, e diagnosticar a solução mais apropriada às oportunidades de melhoria apontadas nos relatórios de inspeção correicional.
- Realização do Mutirão de Sentenças, em quatro fases, com o objetivo de viabilizar o julgamento dos processos conclusos para sentença (Resolução Conjunta n. 1/2013).

- Distribuição à comarca da Capital de 6 (seis) cargos de Juiz de Direito de entrância especial, criados pela Lei Complementar n. 398, de 5 de dezembro de 2007, e transformados pela Lei Complementar n. 414, de 7 de julho de 2008.

Modernização dos sistemas de informação

- Aquisição e disponibilização de 5.000 (cinco mil) licenças de uso do pacote de aplicativos Microsoft Office (Resolução GP n. 27/2013).
- Disciplinamento normativo do Processo Eletrônico (Resolução Conjunta n. 3/2013) e do sistema Malote Digital na comunicação oficial por meio eletrônico no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina (Resolução Conjunta n. 5/2013), tendo sido iniciada sua utilização pelos setores administrativos do Tribunal de Justiça.
- Assinatura de acordo com a Secretaria de Estado da Saúde com vistas à criação do Portal Assistência à Saúde no sítio do Poder Judiciário catarinense, para informar os servidores quanto aos medicamentos e tratamentos padronizados e recomendados, bem como esclarecimentos sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS (Convênio n. 96/2013).
- Assinatura de acordo com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina para cooperação técnica e compartilhamento de informações de inteligência, contrainteligência, investigação e resposta aos incidentes de segurança ou situações análogas de risco que envolvam magistrados e membros do Ministério Público (Termo de Cooperação n. 1/2013).
- Assinatura de acordo com a Celesc Distribuição S.A. no fito de obtenção, pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, de acesso ao cadastro de consumidores daquela entidade (Convênio n. 76/2013).
- Aquisição de equipamentos com tecnologia de ponta para converter processos físicos em digitais no Setor de Digitalização de Processos.

Atenção aos Magistrados e Servidores

- Instituição do banco de horas no âmbito do Poder Judiciário catarinense (Resolução GP n. 6/2013), para compensação da carga horária extraordinária dos servidores.
- Investimento de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) no programa de aprimoramento dos magistrados catarinenses, por meio de cursos ministrados na área jurídica e na de gestão pública, bem como de outros correlacionados com as atividades-fim do Poder Judiciário (Resolução GP n. 4/2013).
- Investimento de R$ 775.000,00 (setecentos e setenta e cinco mil reais) no programa de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina (Resolução GP n. 3/2013), em incremento ao valor destinado a esse fim no ano anterior.
- Adoção de medidas contundentes para a regularização de todas as cessões de servidores municipais que atuam no Poder Judiciário estadual (Resolução GP n. 14/2013; Processos Administrativos n. 402278-2011.5 e 426649-2011.8).
- Majoração do valor do auxílio-creche (Resolução GP n. 18/2013).
- Nova regulamentação para a concessão de diárias, ressarcimento de combustível e pagamento do adicional de embarque/desembarque aos magistrados, servidores e àqueles que, mesmo não pertencendo ao quadro funcional, estejam a serviço do Poder Judiciário catarinense (Resolução GP n. 45/2013).
- Melhoria e modernização das regras da progressão funcional dos servidores (Resolução GP n. 44/2013).

Projetos sociais e atendimento à população

- Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, principal programa da administração pública de gestão socioambiental, para a promoção da responsabilidade socioambiental como política governamental, cujos eixos temáticos são: uso racional de recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação; e licitações sustentáveis.
- Assinatura de acordo para a criação do Projeto Novos Caminhos, que encaminha adolescentes em situação de abandono ou destituídos do poder familiar para programas de acolhimento e para indústrias catarinenses participantes do programa, com o objetivo de formar e qualificar os jovens, para incluí-los no mercado de trabalho (Termo de Cooperação n. 175/2013).
- Criação do Projeto Rumo Novo, na comarca de Blumenau, para dar apoio e assistência psicossocial aos recém-saídos do sistema prisional, a fim de prevenir a criminalidade e dar formação profissional e pessoal aos egressos (Convênio n. 168/2013).
- Criação do Gabinete de Crise para o enfrentamento e solução das situações emergenciais decorrentes de calamidades e desastres ambientais no território catarinense (Resolução GP n. 40/2013).
- Regulamentação do procedimento referente às requisições de pagamento de precatório no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Resolução GP n. 49/2013).

Os dados colacionados neste relatório atestam que o Poder Judiciário catarinense, no ano de 2013, imprimiu inúmeras ações na busca constante por aprimorar seus serviços em prol do jurisdicionado.

Não se olvida que ainda há muito a fazer. As limitações, especialmente de ordem orçamentária, não permitiram implementar outras ações que pudessem garantir a plena eficiência dos trabalhos.

De qualquer modo, ao findar mais um ano e com a proximidade do término de minha gestão à frente da Presidência do Poder Judiciário de Santa Catarina, anoto que todas as realizações só foram possíveis graças ao trabalho incansável dos Senhores Desembargadores, Magistrados e Servidores, a quem consigno os meus sinceros agradecimentos.

CLÁUDIO BARRETO DUTRA
PRESIDENTE

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados constitui órgão auxiliar da Presidência, disciplinado pelas Resoluções n. 22/2009-TJ e 23/2009-TJ.

Dentre suas atribuições, destacam-se: 1) o acompanhamento dos processos administrativos de interesse dos Magistrados e da Presidência; 2) a supervisão das atividades administrativas do Gabinete da Presidência; 3) a delegação de competência para a prática de atos administrativos de interesse da magistratura catarinense afetos ao Presidente do Tribunal; 4) confecção da folha de pagamento dos Magistrados; 5) elaboração da pauta administrativa do Tribunal Pleno, com todos os atos pertinentes à movimentação na carreira da Magistratura.

Além disso, o Juiz Coordenador de Magistrados, em relação ao primeiro grau, tem competência para proferir decisões acerca das seguintes matérias: a) licenças para tratamento de saúde própria, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, paternidade, gala, nojo, prêmio; b) lotação e relotação dos juízes substitutos, designações de substituição, composição das Turmas de Recursos e Direção do Foro; c) concessão de isenção do imposto de renda, de abono de permanência, de ajuda de custo aos empossados, de averbação de tempo de serviço e inclusão de dependentes para fins de imposto de renda e previdenciários; d) marcação, suspensão e autorização de gozo de férias, licença-prêmio e trânsito; e) pagamento de auxílio funeral, gratificação dos instrutores e antecipação de 1/3 (um terço) constitucional de férias; f) elaborar certidões e declarações de interesse dos magistrados; g) questões administrativas relativas aos seus servidores.

As atividades da Coordenadoria englobam, ainda, processamento e decisões sobre pedidos de afastamento de magistrados, requerimentos para participação em cursos de aperfeiçoamento no país e no exterior, compensação por folgas decorrentes de plantão, consultas a respeito de substituição legal nas Comarcas, elaboração de escala de férias, prestação de informações e dados de produtividade dos magistrados ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Magistratura, recuperação de valores pagos a maior, encaminhamento de pleitos de criação e instalação de novas varas/comarcas, atendimento a familiares de magistrados falecidos, bem assim confecção de escala de plantão no âmbito do Tribunal.

Também devem ser mencionados o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de marcação de férias, declaração de imposto de renda, de movimentação na carreira da magistratura e de rodízio nas cumulações de unidades no primeiro grau.

Oportuno destacar, no decorrer deste ano, dentre outros números: a) 17.300 ligações recebidas e 12.400 ligações efetuadas, totalizando 29.700 atendimentos via telefone; b) 23.379 correspondências eletrônicas enviadas e recebidas; c) 6.185 portarias de designações, férias, licença-prêmio e demais licenças de Magistrados; d) 186 atos de movimentação (promoções, remoções, permutas, opções e aposentadorias).

O Juiz Coordenador de Magistrados participou, ainda, como membro efetivo no Conselho da Conta Única e Conselho Gestor dos Juizados Especiais, e membro convidado do Conselho de Gestão e Modernização do Poder Judiciário, colaborando na elaboração de anteprojetos de lei e atos normativos voltados ao aperfeiçoamento do Judiciário catarinense.

Destarte, a Coordenadoria de Magistrados não mediu esforços para administrar a escassez de juízes substitutos no atual quadro da carreira da magistratura, sobretudo por meio de cumulação de unidades,

nos termos da Resolução n. 34/2011-TJ.

No mais, quanto aos processos administrativos analisados por esta Coordenadoria, relacionam-se a seguir os de interesses pessoais de Magistrados ativos, inativos e pensionistas.

PROCESSOS:

1. Academia Judicial/Gratificação de Instrutor 72
2. Abono de permanência 9
3. Aposentadoria 6
4. Auxílio funeral 6
5. Autorização para freqüência de curso no exterior 7
6. Autorização para freqüência de curso no Brasil 5
7. Averbação de tempo de serviço 15
8. Bolsa de estudos pós-graduação 12
9. Consulta 3
10. Devolução de va..... 104
11. Diligência do Tribunal de Contas do Estado 3
12. Inclusão de dependente 21
13. Exclusão de dependente 2
14. Indenização férias/licença-prêmio 4
15. Isenção do IR 11
16. Licenças de saúde própria e em pessoa da família
17. Licença gala
18. Licença maternidade
19. Licença nojo
20. Licença paternidade
21. Licença prêmio 65
22. Ressarcimento despesas/diárias/celular/combustível 10

Foram prestados pela Coordenadoria de Magistrados também outros serviços importantes, compreendendo além da atualização e elaboração do Quadro de Antiguidade, a alimentação dos sistemas (Scua/Mumpsb), folhas de pagamento dos magistrados, e a confecção, encaminhamento e publicação de diversos atos, tais como:

1. Atos (nomeação/vitaliciamento/promoção/remoção/opção/permuta/aposentadoria) 186
2. Apostila de provento 8
3. Certidões para ativos/inativos/pensionistas 9
4. Declarações para magistrados/dependentes 18
5. Despachos e Pareceres 2.015
6. Estudos de aposentadoria/abono de permanência 41
7. Informações ao IPREV
   Formulários 5
8. Informações via e-mail/comunicados 23.379

9. Ligações telefônicas
   - Recebidas 17.300
   - Efetuadas 12.400
10. Ofícios 250
11. Recuperações diversas 89
12. Plantão Judicial de 2º Grau 35
13. Portarias expedidas
   - Concessão de saldo para compensação de plantão 1.920
   - Gozo de compensação de Plantão 1.315
   - Designações de magistrados 1.833
   - Férias (marcação/suspensão/transferência) 412
   - Licença gala 11
   - Licença maternidade 8
   - Licença nojo 9
   - Licença paternidade 15
   - Licença-prêmio (concessão/marcação/gozo/transferência) 483
   - Licença de saúde própria e em pessoa da família 179
14. Relatórios
   - Saldo de férias magistrados ativos 4

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

I – PRENCHIMENTO DE CARGO DE DESEMBARGADOR, DESTINADO A CARREIRA DA MAGISTRATURA:

1. Denise Volpato

2. Getúlio Corrêa

II – PRENCHIMENTO DE CARGO DE DESEMBARGADOR PELO 5º CONSTITUCIONAL:

1. Sérgio Antônio Rizelo – oriundo do Ministério Público

2. Sebastião César Evangelista – oriundo da OAB/SC

III – MAGISTRADO REMOVIDO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU:

1. Luiz César Schweitzer

2. Rubens Schulz

IV – MAGISTRADOS PROMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

- POR MERECIMENTO:

1. Marco Augusto Ghisi Machado, da 2ª Vara Cível da comarca de Indaial para o cargo de Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da comarca de Joinville.

2. Renato Maurício Basso, da 1ª Vara Cível da comarca de Concórdia para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Chapecó.

3. Andréia Regis Vaz, da 2ª Vara da comarca de Itapema para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Canoinhas.

4. Gustavo Schwingel, da 2ª Vara da comarca de Guaramirim, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul.

5. Tatiana Cunha Espezim, do cargo de Juiz Substituto Vitalício da comarca de Criciúma, para o cargo de Juiz de Direito a 2ª Vara da comarca de Trombudo Central.

6. Eduardo Passold Reis, do cargo de Juiz Substituto Vitalício da comarca de Joaçaba, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Rio do Campo.

7. Fernando Zimemann Gerber, da 1ª Vara da comarca de Fraiburgo, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Porto União.

8. Roque Lopedote, da comarca de Ipumirim, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Concórdia.

9. Fernando Dal Bó Martins, do cargo de Juiz Substituto Vitalício da comarca de Criciúma, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Içara.

10. Alexandra Lorenzi da Silva, do cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Palhoça, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Regional de Execuções Penais da comarca de São José.

- POR ANTIGUIDADE:

1. Edenildo da Silva, do Juizado Edspecial Civel e Criminal da comarca de Jaraguá do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara de Direito Bancário da comarca de Joinville.

2. Daniel Lanzzarin Coutinho, do cargo de Juiz Substituto Vitalício da comarca de Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Ibirama

3. Fernando Machado Carboni, da 2ª Vara da comarca de Capinzal, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Videira.

4. Fabiola Duncka Geiser, do cargo de Juiz Substituto Vitalício da comarca de Blumenau, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Guaramirim.

5. Raphael de Oliveira e Silva Borges, da 2ª Vara da comarca de São João Batista, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Gaspar.

6. Anuska Felski da Silva, da comarca de Armazém, para o Cargo de Juiz de Direito da Vara Família, infância e Juventude da comarca de Jaraguá do Sul.

7. Sabrina Menegatti Pítsica, da comarca de Palmitos, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Canoinhas.

8. Elaine Cristina de Souza Freitas, do cargo de Juiz Substituto Vitalício da comarca de Tubarão, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Garopaba.

9. Maria Augusta Tridapalli, do cargo de Juiz Substituto Vitalício da comarca de Brusque, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Porto Belo.

10. Janaine Stiehler Martins, da 2ª Vara Cível da comarca de Biguaçu, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital.

11. Guy Estevão Berkembrock, do cargo de Juiz Substituto Vitalício da comarca de Joinville, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Guaramirim.

12. Daniela Vieira Soares, da 1ª Vara Cível da comarca de Palhoça para o cargo de Juiz de 6º Juiz Especial da comarca da Capital.

V – MAGISTRADOS REMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

- POR MERECIMENTO:

1. Sancler Adilson Alves, da comarca de Catanduvas, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Armazém.

2. Ana Vera Sganzerla Truccolo, da Vara Comercial da comarca de Brusque, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Camboriú.

3. Ricardo Rafael dos Santos, da 1ª Vara Criminal da comarca de Blumenau para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Itajaí.

- POR ANTIGUIDADE:

01 Orlando Luiz Zanon Júnior, da 2ª Vara Cível da comarca de Porto União para o cargo de de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Indaial.

02. Karina Müller Queiroz de Souza, do cargo de Juiz de Direito da comarca de Taió, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de São João Batista.

03. Cleni Serly Rauen Vieira, do cargo de 1º Juiz Substituto Vitalício da 23ª Circunscrição Judiciária da comarca de Itajaí, para o cargo de 6º Juiz Substituto Vitalício da 1ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca da Capital.

04. Humberto Goulart da Silveira, da Vara de Execuções Penais da comarca de São José, para o cargo de 7º Juiz Especial da comarca da Capital.

05. Viviana Gazaniga Maia, da 1ª Vara Cível da comarca de Tijucas para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Biguaçu.

VI – FORAM APRECIADOS E DEFERIDOS OS PEDIDOS DE OPÇÃO DOS SEGUINTES MAGISTRADOS:

1. Denise de Souza Francoski, da Câmara Regional Especial de Chapecó, para o cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau, com lotação no Tribunal de Justiça.

2. Rafael Maas dos Anjos, da Vara da Família, Infância e Juventude para o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Jaraguá do Sul.

3. Marcelo Carlin, do Cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da mesma Comarca.

4. Fabiola Duncka Geiser, da 1ª Vara da comarca de Guaramirim, para o Cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da mesma Comarca.

5. Cyd Carlos da Silveira, da 1ª Vara Cível da comarca da Capital, para a Vara Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa, da mesma Comarca.

6. Eliane Alfredo Cardoso Luiz, de 7º Juiz Especial da comarca da Capital, para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.

7. Laudenir Fernando Petroncini, de 6º Juiz Especial da comarca da Capital, para a Vara de Execuções Penais da mesma Comarca.

8. Vera Regina Bedin, da 4ª Vara Cível da comarca de Itajaí, para a 1ª Vara Cível da mesma Comarca.

9. José Carlos Bernardes dos Santos, da 2ª Vara Cível da Comarca de Itajaí, para o Juizado Especial Cível da mesma Comarca.

10. Marlon Jesus Soares de Souza, da 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma, para a Vara da Família da mesma Comarca.

11. Emanuel Schenckel do Amaral e Silva, da 4ª Vara Cível da comarca de Blumenau, para a 2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execucão Fiscal da mesma Comarca.

12. Osmar Mohr, da 4ª Vara Cível da comarca e Balneário Camboriú, para a Vara Regional de Direito Bancário da mesma Comarca.

13. Celso Henrique de Castro Baptista Vallim, da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execução Fiscal da mesma Comarca.

14. Artur Jenichen Filho, da Câmara Especial Regional de Chapecó, para o cargo de Juiz de Direito de 2º Grau, com lotação no Tribunal de Justiça.

15. Edson Marcos de Mendonça, da 1ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Blumenau, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da Família da mesma Comarca.

VII – PERMUTA

- Foi apreciado e deferido 1 pedido de PERMUTA entre magistrados.

VIII – DIREÇÃO DO FORO

- Foram apreciadas e deferidas 25 indicações para as funções de Diretor do Foro das comarcas com mais de uma Vara.

IX – INDICAÇÃO PARA TURMAS DE RECURSOS

1. Fernando de Castro Faria – 5ª Turma de Joinville

2. Roque Cerutti – 7ª Turma de Itajaí
3. Geraldo Corrêa Bastos – 6ª Turma de Lages
4. Leandro Passig Mendes – 6ª Turma de Lages
5. Gustavo Emelau Marchiori – 3ª Turma de Chapecó
6. Marcelo Pons Meirelles – 8ª Turma da Capital
7. Ana Lia Barbosa Moura Lisboa Carneiro – 4ª Turma de Criciúma
8. Humberto Goulart da Silveira – 8ª Turma da Capital
9. Rubens Schulz – 2ª Turma de Blumenau
10. Carlos Roberto da Silva – 7ª Turma de Itajaí
11. Maurício Fabiono Mortari – 4ª Turma de Criciúma
12. Dayse Herget de Oliveira Marinho – 7ª Turma de Itajaí
13. Hélio David Vieira Figueira dos Santos – 8ª Turma da Capital
14. Hildemar Meneguzzi de Carvalho – 5ª Turma de Joinville
15. Roberto Lepper, – 5ª Turma de Joinville
16. Álvaro Luiz Pereira de Andrade, 2ª Turma de Blumenau
17. Eron Pinter Pizzolatti, 4ª Turma de Criciúma

X – APOSENTADORIA

- Foram apreciados e deferidos os Processos de aposentadoria dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Luiz Carlos Freyesleben, Jaime Luiz Vicari e dos Juízes de Direito Geraldo da Rocha Loures Reichmann, Osvaldo João Ranzi, Renato Maurício Basso, Paulo Afonso Sandri, Margareti Moser e Gabriela Gorini Martignago Coral.

XI – EFETIVAÇÃO DE MAGISTRADOS

- Foram apreciados e deferidos 19 Processos de efetivação de Juízes Substitutos Vitalícios.

XII – NOMEAÇÃO DE MAGISTRADOS

- Foram nomeados 58 novos Juízes Substitutos na carreira da magistratura catarinense.

XIII – CERTIDÕES E DECLARAÇÕES FUNCIONAIS FORNECIDAS

- Foram fornecidas 56 certidões e 6 declarações funcionais de interesse dos magistrados.

XIV – EDITAIS

- Foram abertos, assinados e publicados 42 editais para provimento de cargos vagos na Justiça de Primeiro e de Segundo Grau do Estado.

XV – PAUTAS ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO

- Foram elaboradas 23 pautas administrativas do Tribunal Pleno e 2 aditamentos à pauta.

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1 - Mutirões Carcerários:

MUTIRÃO CARCERÁRIO - 2013				
Comarca	**Datas**	**Presos ouvidos**	**Solturas**	**Benefícios concedidos**
Caçador	11/03 a 15/03	156	2	145
Rio do Sul	22/04 a 26/04	213	1	177
Itajaí	17/06 a 21/06	322	36	52
Criciúma	19/08 a 23/08	PROCESSOS DIGITAIS (não foi possível levantar os dados estatísticos)		
Jaraguá do Sul	14/10 a 18/10	215	0	203
Mafra	18/11 a 22/11	160	0	175

Fonte: CEPEVID



Mutirão Carcerário de Caçador – Mar/2013
Fonte: CEPEVID

1.1 - Registros fotográficos de alguns mutirões carcerários:



Mutirão Carcerário de Rio do Sul – Abr/2013
Fonte: CEPEVID



Mutirão carcerário de Mafra – Nov/2013
Fonte: CEPEVID

2 - Reuniões e compromissos da Cepevid:

MÊS DE JANEIRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
21/01/13	Florianópolis	Reunião II FEMEPE
20/01/13	Florianópolis	Reunião com o Delegado Ricardo Guedes, Dr. Davidson e Desembargadora Salete Sommariva

MÊS DE FEVEREIRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
06/02/13	Florianópolis	Reunião na Secretaria de Segurança – Projeto FUNAD
07/02/12	Florianópolis	ReuniãO com a Secretaria adjunta SJC e Pastoral – Projeto APAC
19/02/13	Florianópolis	Reunião Núcleo de Execução Penal – aplicação das medidas RDD. RGG
20/02/13	Florianópolis	Reunião com a direção do HCTP – Projeto PROAPI
27/02/13	Florianópolis	Reunião Secretaria de Justiça e Cidadania – Projeto FUNAD

MÊS DE MARÇO

DATA	LOCAL	MOTIVO
05/03/13	Florianópolis	Reunião sobre o Projeto Começar de Novo – apresentação do Projeto SINDISCOM Reunião II FEMEPE – apresentação do cronograma
11/03/13 a 15/03/13	Caçador	Mutirão Carcerário de Caçador
19/03/13	Florianópolis	Reunião com a Corregedoria-Geral de Justiça
21/03/13	Florianópolis	Reunião com a Corregedoria-Geral de Justiça
22/03/13	Florianópolis	Reunião do núcleo de Violência Doméstiica e Familiar contra a Mulher

MÊS DE ABRIL

DATA	LOCAL	MOTIVO
02/04/13	Florianópolis	Reunião II FEMEPE na Academia Judicial
03/04/13	Florianópolis	Reunião com a Desembargadora Salete Sommariva
09/04/13	Florianópolis	Reunião Projeto APAC
15/04/13	Florianópolis	Reunião com a Pastoral Carcerária
17/04/13	Rio do Sul	Reunião preparatória com a Secretária do mutirão carcerário de Rio do Sul
18/04/13	Florianópolis	Reunião com DEAP e Dr. Alexandre Takaschima
22/0413 a 26/04/13	Rio do Sul	Mutirão Carcerário de Rio do Sul
29/04/13	Blumenau	Reunião com o Prefeito de Blumenau acerca da construção da nova penitenciária

MÊS DE MAIO

DATA	LOCAL	MOTIVO

08/05/13	Florianópolis	Reunião Central de Penas e Medidas Alternativas
20/05/13	Florianópolis	Reunião II FEMEPE na Academia Judicial
22/05/13 a 24/05/13	Bombinhas	II FEMEPE

MÊS DE JUNHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
04/06/13	Florianópolis	Videoconferência – CNJ. IDMF – apresentação do Projeto PRONATEC
05/06/13	Itajaí	Reunião preparatória do mutirão carcerário de Itajaí
17/06/13 a 21/06/13	Itajaí	Mutirão Carcerário de Itajaí
24/06/13	Florianópolis	Reunião com a Defensoria Pública – Força tarefa

MÊS DE JULHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
18/07/13	São José	Visita à Central de Penas e Medidas Alternativas de São José e reunião
30/07/13	Florianópolis	Reunião com Secretário de Justiça e Cidadania – Projeto Começar de Novo

MÊS DE AGOSTO

DATA	LOCAL	MOTIVO
08/08/13	Florianópolis	Reunião DEAP - projeto Começar de Novo e Pronatec
15/08/13	Florianópolis	Reunião com o Dr. Fornerolli, juiz direto do Foro da Capital acerca das centrais de penas e medidas alternaticas
19/08/13 a 23/08/13	Criciúma	Mutirão Carcerário de Criciúma
29/08/13	Florianópolis	Reunião com psicólogas e assistente social – Projeto PROAPI

MÊS DE SETEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
02/09/13	São José	Reunião com juízes das Varas Criminais da Capital
09/09/13	Florianópolis	Reunião do Núcleo da Execução Penal
10/09/12	Florianópolis	Reunião do Núcleo da Violência Doméstica
18/09/13	Blumenau	Reunião acerca da construção do novo complexo penitenciário do Vale do Itajaí
19/09/13	Florianópolis	Reunião projeto Universidade sem Muros
24/09/13	Florianópolis	Visita ao HCTP
25/09/13	Florianópolis	Reunião projeto PROAPI/ Reunião I SEVID

MÊS DE OUTUBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO

09/10/13	Florianópolis	Reunião com Dr. Alexandre Takaschima acerca da interdição da penitenciária de São Pedro de Alcântara
10/10/13	Florianópolis	Reunião Botão do Pênico
11/10/13	Florianópolis	Reunião I SEVID
14/10/13 a 18/10/13	Jaraguá do Sul	Mutirão Carcerário de Jaraguá do Sul
21/10/13 a 25/10/13	Florianópolis	Mutirão PROAPI
22/10/13	Florianópolis	Reunião DGJ – casas de abrigamento de vítimas da violência doméstica e familiar
23/10/13	Florianópolis	Reunião projeto Universidade sem Muros/ Reunião acerca da construção do complexo penitenciário no Vale do Itajaí

MÊS DE NOVEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
04/11/13	Florianópolis	Reunião I SEVID/ Reunião Apac – Deputado Cobalchini
05/11/13	Florianópolis	Reunião DGJ – central de penas e medidas alternativas
18/11/13 a 22/11/13	Mafra	Mutirão Carcerário de Mafra

MÊS DE DEZEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
05/12/13	Florianópolis	Solenidade de entrega – Selo Malharia Social
06/12/13	Florianópolis	Reunião I SEVID com a Academia Judicial
10/12/13	Florianópolis	Reunião acerca do presídio de Mafra

3 - Eventos realizados em parceria com a Academia Judicial

22 a 24 de maio de 2013 - II FEMEPE – Fórum Estadual de Magistrados de Execução Penal, com o intuito de congregar Juízes, Promotores e Servidores para proporcionar o debate acerca dos desafios contemporâneos enfrentados por aqueles que operam nas áreas penal e segurança pública, principalmente frente a situação de atos praticados por integrantes de organizações criminosas, comandados por presos de dentro do sistema prisional, vivenciada neste Estado e amplamente divulgada na mídia local e nacional.

4 - Projeto em Andamento

- Mutirão PROAPI: 46 pacientes

ITEM	PACIENTES
Autorizações de desinternação	37
Indeferimentos de desinternação	7
Determinação de encaminhamento para Residência Terapêutica Modalidade I	13
Determinação de encaminhamento para Residência Terapêutica Modalidade II	12
Desinternados com destinação específica	3

5 - Processos Administrativos com início em 2013 relacionados à Cepevid

NÚMERO	ASSUNTO
492922-2013.5	Ações Correcionais de Controle Interno e de Ouvidoria
490282-2013.3	Criação de grupo de trabalho – automatização do sistema de controle das penas
493762-2013.7	Mutirão Carcerário da Comarca de Caçador – 11 a 15 de março de 2013
493796-2013.1	Reunião Sistema Prisional com a CGJ – Atentados Estado SC
495692-2013.3	Projeto de Capacitação para Detentos "Começar de Novo"Atrelado ao processo 436975-2011.0 (começar de novo)
495834-2013.9	Ofício n. 0174/2013/GAB/DEAP – Operação Pente Fino no Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara
498858-2013.2	Mutirão Carcerário na Comarca de Rio do Sul, a ser realizado de 22 a 26 de abril de 2013
498690-2013.3	Pedido de informações sobre execução de penas privativas de liberdade e regime prisional – ofício n. 2905/2013
499019-2013.6	Pedido de providências referentes à atuação da força nacional da defensoria pública em execução penal no Estado de SC, conforme ofício conjunto n. 020/2013- CEPEVID – CGJ
494504-2013.2	Pedido de providências relacionado à Central de Penas Alternativas de São José
501511-2013.1	Pedido de informações pela Força Nacional da Defensoria Pública da União e Associação dos Magistrados Catarinenses referentes ao presídio de Blumenau
501512-2013.0	Pedido de providências – Dr. João Marcos Buch – Comarca de Joinville – Problemas na escolta de presos
501852-2013.8	Pedido de informações sobre a situação prisional de Luiz Henrique Barbosa
499421-2013.3	Pedido de providências – Acordo de cooperação n. 03/2012/FUNAD/SENAD/MJ
498858-2013.2	Mutirão Carcerário da Comarca de Rio do Sul – 22 a 26 de abril de 2013
500125-2013.0	Construção do novo complexo penitenciário da região de Blumenau, referente ao mutirão carcerário da Comarca de Blumenau – autos nº 472310-2012.4
507160-2013.7	Ofício CGJ nº0011024-11.2012.8.24.0600-002 – Fiscalização do cumprimento da pena por Oficiais de Justiça nos finais de semana
507002-2013.3	Pedido de providências – Abrigamento, tratamento médico e psiquiátrico do paciente Brais Maia (HCTP)
507678-2013.1	Mutirão Carcerário de Itajaí – 17 a 21 de junho de 2013
507640-2013.4	Notificação – Acompanhamento da ordem de Habeas Corpus n° 2013.025063-6, em que é paciente Dárcio Kopp
508173-2013.4	Capacitação de presos e egressos – PRONATEC – Grupo de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário
510436-2013.0	Projeto começar de novo (autos n° 376852-2010.0) pedido de informações formulado pelo cidadão Dr. Emerson Nomura, para aplicação do projeto "programa de detento cidadão"
510435-2013.1	Projeto Começar de Novo (Res. 96/2009 do CNJ) – Requerente: juiz de direito João Marcos Buch – levantamento quantitativo do número de presos em regime fechado e semiaberto, que executam trabalho remunerado conforme a Lei de Execução Penal
512357-2013.7	Pedido de providências – Recambiamento de presos – Ofício n. 06/2013 da Vara Criminal de São Francisco do Sul
512182-2013.5	Pedido de providências – Recambiamento de presos entre estados
513116-2013.2	Pedido de informações acerca da atuação do Conselho da Comunidade no estado de Santa Catarina
513115-2013.4	Proposta e participação em audiência pública em Brasília/DF para elaboração do Decreto-lei do Indulto Natalino de 2013
513113-2013.8	Mutirão Carcerário da comarca de Criciúma – 19 a 23 de agosto de 2013
513121-2013.9	Notificação – fiscalização das providências adotadas para transferência do Preso Djonata Rodrigues a estabelecimento adequado para cumprir pena no regime semiaberto
508875-2013.5	Relatório de Inspeção Correicional na 3ª Vara da Comarca de São Bento do Sul – Autos n. 0010523-57.2012.8.24.0600
509916-2013.1	Relatório de Inspeção Correicional na Vara Criminal da Comarca de Concórdia – Autos n. 0010305-92.2013.8.24.0600
513662-2013.8	Ofício circular n. 1560/DMF – Resolução n. 96/CNJ – Informações acerca do grupo de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário
514421-2013.3	Estudo sobre a viabilidade do "Botão do Pânico" proposta pelos servidores Álvaro Schiefler Fontes e Lucas Rodolfo Mazzali
509656-2013.1	Ofício n. 037/2013 – CJLEP – elaboração de anteprojeto – LEP
500134-2013.0	Ata de reunião do Núcleo da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – 2013
506319-2013.1	Custeio para participação da magistrada Sônia M. Mazzeto Moroso Terres no seminário " Femicídio no Brasil", promovido pela AMB
508399-2013.0	Ofício circular – GAB/NJF – n. 001/2013 e ofício circular – GAB/NJF n. 006/2013 – Solicita informações relativas exclusivamente às varas e juizados de violência doméstica contra a mulher no âmbito da Lei n. 11340/2006
511703-2013.8	Relatório final sobre investigação da situação da violência contra a mulher no Brasil – comissão parlamentar mista de inquérito - CPMI
510958-2013.2	Ofício-Circular – Gab/NJF – n. 007/2013 – JORNADA LEI MARIA DA PENHA – 7ª VERSÃO – CEPEVID
509385-2013.6	Ofício circular n.1452/DMF – sugere a criação de e-mail institucional do grupo de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário – GMF - CEPEVID
509438-2013.0	Ofício circular n. 1251/DMF – consulta sobre interesse na utilização de sistema de comunicação e controle de penas e medidas alternativas – CEPEVID
508399-2013.0	Ofício circular - GAB/NJF - nº 001/2013 e ofício circular - GAB/NJF nº 006/2013 - solicita informações relativas exclusivamente às varas e juizados de violência doméstica contra a mulher no âmbito da lei n. 11340/2006
508173-2013.4	Ofício n. 1410/DMF – capacitação de presos e egressos- grupo de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário – Pronatec

NÚMERO	ASSUNTO
492922-2013.5	Ações Correcionais de Controle Interno e de Ouvidoria
510958-2013.2	Ofício circular – GAB/NJF – n. 007/2013 – Jornada Lei Maria da Penha – 7ª versão – Cepevid
492686-2013.2	Ofício 263/DMF – Solicita informações sobre o cronograma de realização do Mutirão carcerário de 2013/2014
512915-2013.0	Ofício circular – n. 1763/DMF – Reunião Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - CEPEVID
512740-2013.8	Ofício Circular n. 1757/2013-DMF – II Encontro Nacional do Encarceramento Feminino
519755-2013.4	Mutirão carcerário da comarca de Jaraguá do Sul – 14 a 18 de outubro de 2013
522790-2013.9	Mutirão Carcerário da comarca de Mafra
522789-2013.5	Mutirão PROAPI – 21 a 25 de outubro de 2013 (apensado ao processo n. 482721-2012.0)
522200-2013.1	Evento – I Sevid – Seminário Estadual de Violência Domestica e Familiar contra a Mulher
523074-2013.8	Ofício n. 20/2013 – Comunica que deixará de atuar no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher
523527-2013.8	Evento – Indicação de Representantes da CEPEVID para participação no II Encontro Nacional de Execução Penal
524775-2013.6	Ofício n. 487/2013/MAS – Cumprimento da decisão proferida no Habeas Corpus n. 2013.052441-4, em que é impetrante Claiton Giovanne Vargas, sendo paciente Isac Wessley Lázaro
524824-2013.8	Projeto – Manifestação sobre proposta de Lei Estadual que cria o programa Mutirão da Liberdade
525458-2013.2	Projeto do Governo Federal – Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha
526260-2013.7	Pedido de providências – análise da situação do apenado Alexandre de Oliveira
518571-2013.8	Ofício n. 410/SG/2013- acordo de Cooperação técnica n. 001/2013 para efetivação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e minuta do Termo de Adesão do programa " Mulher viver sem violência".
520364-2013.3	Ofício n. 2279/DMF – Mutirão Carcerário 2014
525720-2013.4	Evento – Inscrição de Magistrados para o V Fonavid – de 27 a 29 de novembro de 2013 em Vitória/ES
526990-2013.3	Ofício 524/2013/RCP – cumprimento da decisão proferida no HC n. 2013.067156-2, em que é impetrante Marcos Antonio Santos de Oliveira e paciente Alcinei Ezequiel Antunes da Rosa
527158-2013.4	Pedido de providências – Casa do Albergado

6 - Pareceres Proferidos pela CEPEVID

AUTOS Nº	ASSUNTO
3835596-2010.0	Sistema Penitenciário de Santa Catarina – Regime Semiaberto
492922-2013.5	Pedido de Providências – DEAP – Padronização no Cumprimento do Regime Aberto
383596-2010.0	Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário de Santa Catarina
408173-2013.4	Ofício n. 1410/DMF – Convite para participação da videoconferência e encontro presencial, de capacitação de gestores do programa Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
411006-2011.4	Ofício Circular n. 2474/DMF, de 17/03/2011, que solicita indicação de representantes do grupo de monitoramento e fiscalização do sistema prisional, assim como informações sobre ações e projetos deste Tribunal relacionado ao projeto começar de novo.
415481-2011.9	1º Mutirão Carcerário do CNJ em Santa Catarina e Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados e Servidores de Vara de Execução Penal, nos dias 18 a 20/5/2011 na Região Sul
421442-2011.0	Indicação de magistrados para compor o Núcleo Operacional da Execução Penal da CEPEVID
432710-2011.1	Projeto Módulo de Registro do Tribunal de Justiça de Goiás
437123-2011.2	Denúncia de Rebelião no Presídio Regional de Blumenau
449305-2012.2	Pedido de informações da advogada Daisy Cristine Neitzke Heuer acerca do reeducando Daniel Rosa
451788-2012.1	Inspeção na Penitenciária de São Pedro de Alcântara
455986-2012.0	Pedido de Providências – Presídio Regional de Blumenau
456429-2012.4	Pedido de Providências 0011706-97.2011.8.24.0600
463092-2012.9	Projeto para monitoramento de pedófilos em todas as fases da execução penal e após o cumprimento da pena
463636-2012.8	Institucionalização de Centrais de Penas Alternativas pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
464497-2012.2	Mutirão Carcerário da Comarca de São Francisco do Sul – junho de 2012
464685-2012.1	Fórum Estadual da Violência Doméstica e Familiar
468164-2012.9	Reanálise da competência nos crimes de homicídios no âmbito da violência doméstica
482721-2012.0	Projeto PROAPI-Programa de Assistência ao Paciente Infrator
488361-2012.6	Custódia e/ou fiscalização de presos pela Polícia Militar

493796-2013.1	Reunião sistema prisional com a CGJ – Atentados Estado de SC
494504-2013.2	Central de Medidas e Penas Alternativas São José
494875-2013.0	Pedido de Providências-Corregedoria Nacional de Justiça-CNJ nr. 952-52.2013.2.00.0000
495834-2013.9	"Operação Pente Fino" na Penitenciária de São Pedro de Alcântara
498691-2013.1	Processo nº 0012683-55.2012.8.24.0600 – Pedido de providências – Criação de unidade prisional na comarca de São Bento do Sul
499806-2013.5	Convênio para curso de formação profissional para apenados do Presídio Regional de Araranguá
501511-2013.1	Pedido de informações pela Força Nacional da Defensoria Pública da União e Associação dos Magistrados Catarinenses referente ao Presídio de Blumenau
501512-2013.0	Pedido de providências – Dr. João Marcos Buch – Comarca de Joinville – Problemas na escolta de presos
506319-2013.1	Custeio para participação da magistrada Sônia Maria Mazzeto Moroso Terres no Seminário "Femicídio no Brasil", promovido pela AMB
507002-2013.3	Pedido de Providências – Abrigamento, Tratamento Médico e Psiquiátrico do paciente Brais Maia
507160-2013.7	Ofício CGJ n. 0011024-11.2012.8.24.0600-002- Fiscalização do cumprimento da pena por oficiais de justiça nos finais de semana
508173-2013.4	Capacitação de presos e egressos – PRONATEC- Grupo de monitoramento e fiscalização do Sistema carcerário
508399-2013.0	Ofício Circular – GAB/NJF n. 001/2013 – Informações sobre dados estatísticos relativos às Varas exclusivas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
508875-2013.5	Relatório de Inspeção Correicional na 3ª Vara da comarca de São Bento do Sul – Autos n. 0010523-57.2012.8.24.0600
509656-2013.1	Ofício n. 037/2013 – CJLEP – Elaboração de anteprojeto – Lei de Execução Penal
509724-201304	Pedido de providências- grupo de trabalho para levantamento e apuração de abuso de autoridade, tortura e qualquer tipo de violência contra presos no estado de SC- portaria conjunta 03, de 16/06/2011/ CNJ – pedido de informações formulado pelo magistrado João Marcos Buch – denúncias de torturas na Penitenciária de São Pedro de Alcântara
510436-2013.1	Projeto Começar de Novo (Res. 96/2009 do CNJ) – Requerente: Juiz de Direito João Marcos Buch – Levantamento Quantitativo do Número de Presos em Regime Fechado e Semiaberto, que executam trabalho remunerado conforme a Lei de Execução Penal
510958-2013.2	Ofício Circular – GAB/NJF – n. 007/2013 – Indicação de representes da Coordenadoria da violência doméstica e familiar contra a mulher para participar da VII Jornada da Lei Maria da Penha, no Conselho Nacional de Justiça
511703-2013.8	Relatório final sobre investigação da situação da violência contra a mulher no Brasil – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI
512357-2013.7	Pedido de providências – recambiamento de presos – ofício n. 06/2013 da Vara Criminal de São Francisco do Sul
512740-2013.8	Assunto: Ofício Circular n. 1757/2013-DMF – Convite para participação no II Encontro Nacional de Encarceramento Feminino.
513116-2013.2	Solicitação do Conselho Nacional de Justiça de informações sobre a atuação dos Conselhos da Comunidade neste Estado.
513121-2013.9	Notificação – Fiscalização das providências adotadas para a transferência do preso Djonata Rodrigues a estabelecimento adequado para cumprir pena no regime semiaberto
514421-2013.3	Indicação de representes da Coordenadoria da violência doméstica e familiar contra a mulher para conhecer o projeto "Botão do Pânico"
514656-2013.9	Pedido de Providências – Transferência do Reeducando Luiz Carlos Borges de Lima para São Joaquim
519453-2013.9	Relatório da CPMI, criada com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em Lei para proteger as mulheres em situação de violência
520364-2013.3	Ofício n. 2279/DMF – Mutirão Carcerário 2014
522926-2013.0	Ofício circular n. 27/2013 – DIRPP/DEPEN/MJ – Política Nacional de alternativas penais – levantamento de dados para novas ações
523074-2013.8	Ofício n. 20/2013 – Comunica que deixará de atuar no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
524824-2013.8	Projeto – Manifestação sobre proposta de lei estadual que cria o programa Mutirão da Liberdade
525720-2013.4	Indicação de representes da Coordenadoria da violência doméstica e familiar contra a mulher para participar do V FONAVID, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça
526260-2013.7	Pedido de Providências – Análise da Situação do apenado Alexandre de Oliveira
528154-2013.7	Ofício n. 35/2013/SPM/PR – Presidência da República – Apresentação do Programa "Mulher: Viver sem Violência"

7 - Despachos Proferidos pela CEPEVID

AUTOS Nº	ASSUNTO
416372-2011.9	Criação de Vara de Inquéritos para a região metropolitana da Capital
422328-2011.4	Encontro Nacional do Encarceramento Feminino – CNJ – Junho de 2011
475394-2012.1	Denúncia de maus tratos ao preso Paulo Alexandre de Oliveira
478438-2012.3	Transferência do apenado Jonas Kurt Schreiner
507160-2013.7	Ofício CGJ n. 0011024-11.2012.8.24.0600-002 – fiscalização do cumprimento da pena por oficiais de justiça nos finais de semana
513115-2013.4	Ofício Circular – CNPCP N. 017/2013 – Proposta (s) e Participação em Audiência Pública em Brasília/DF para elaboração do decreto-lei do indulto natalino de 2013.
377057-2010.5	Fórum Estadual de Magistrados de Execução Penal – FEMEPE
391002-2010.4	Monitoramento eletrônico de presos
415481-2011.9	1º Mutirão Carcerário do CNJ em Santa Catarina e Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados e Servidores de Vara de Execução Penal, nos dias 18 a 20/5/2011 na Região Sul
421442-2011.0	Indicação de subcoordenador para atuar no Núcleo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
424487-2011.7	Institui grupo de trabalho para levantamento e apuração de abuso de autoridade, tortura e qualquer tipo de violência contra presos no Estado de Santa Catarina
428124-2011.1	Reforma das celas da carceragem junto ao Fórum da Capital (item 13 do relatório final do Mutirão Carcerário do CNJ).
431018-2011.7	Cooperação de assistente social na Vara de Execução Penal da Capital
437123-2011.2	Denúncia de Rebelião no Presídio Regional de Blumenau
454542-2012.7	CGJ- 1379/2010 – comarca de Criciúma – Reclamação contra agressores sofridas contra sentenciado
455983-2012.5	Pedido de providências – Execuções Penais- Requerente: Corregedoria – Geral da Justiça de SC e Outro – Requeridos: DEAP e outros.
456430-2012-8	Pedido de providências – Execuções Penais- Requerente: Leandro Antonio Soares de Lima e outro
460980-2012.8	Revisão do Código de Normas da CGJ
463092-2012.0	Projeto para monitoramento de pedófilos em todas as fases da execução penal e após o cumprimento da pena
463635-2012.0	Reunião do Núcleo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
466477-2012.9	Cartilha Maria da Penha
467923-2012.7	Projeto ACUSTRA para Central de Penas e Medidas Alternativas
468411-2012.7	Projeto Caminhos da Cidadania – SIE e SJC
471698-2012.1	Curso de capacitação em persecução penal nos crimes de homicídio – MPSC e ENASP
472721-2012.0	Projeto PROAPI – Programa de Assistência ao Paciente Infrator
479185-2012.1	Evento IV FONAVID – Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – realização de 07 a 09 de novembro de 2012 na cidade de Porto Velho/Rondônia
490282-2013.3	Criação de grupo de trabalho – automatização do sistema de controle de penas.
492922-2013.5	Pedido de providências – DEAP – Padronização no cumprimento do regime aberto
494504-2013.2	Pedido de Providências – Central de Penas Alternativas de São José
498691-2013.1	Pedido de providências – Criação de Unidade Prisional na Comarca de São Bento do Sul
501512-2013.0	Pedido de providências - Dr. João Marcos Buch – Comarca de Joinville – Problemas na escolta de presos
501852-2013.8	Pedido de informações sobre a situação prisional de Luiz Henrique Barbosa
507640-2013.4	Acompanhamento da ordem de habeas corpus n. 2013.025063-6
508173-2013.4	Relatório da Reunião do Conselho Nacional de Justiça sobre o Pronatec

508875-2013.5	Relatório de inspeção correcional na 3ª Vara Criminal da Comarca de São Bento do Sul – Autos n. 0010523-57.2012.8.24.0600
509385-2013.6	Ofício-Circular n. 1452/DMF – Resolução n. 96/CNJ. Sugestão de criação de e-mail institucional do GMF-Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário.
509438-2013.0	Ofício-Circular n. 1251/DMF – consulta sobre interesse na utilização de sistemas de comunicação e controle de penas e medidas alternativas - CEPEVID
510958-2013.2	Ofício Circular – GAB/NJF – n. 007/2013 – Indicação de representes da Coordenadoria da violência doméstica e familiar contra a mulher para participar da VII Jornada da Lei Maria da Penha, no Conselho Nacional de Justiça.
512351-2013.7	Pedido de providências – recambiamento de presos – ofício n. 06/2013 da Vara Criminal de São francisco do Sul
513121-2013.9	Notificação – Fiscalização das providências adotadas para transferência do preso Djonata Rodrigues a estabelecimento adequado para cumprir pena no regime semiaberto
514857-2013.0	Projeto Começar de Novo – Solicitação de Selo -Projeto Malharia Social do Presidio Feminino de Florianópolis
515699-2013.8	Proposta de Convênio para a implantação da central de penas alternativas da comarca de Ituporanga.
525458-2013.2	Projeto do Governo Federal – Compromisso e atitude pela Lei Maria da Penha.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Assessoria de Imprensa do TJ, durante o ano de 2013, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 2.182 informes oficiais, assim divididos: 1.899 releases (matérias jornalísticas) e 283 notas enviadas a colunas nas páginas dedicadas ao Judiciário, nas mídias estadual e nacional. Neste ano, em média, registraram-se 8,72 informes produzidos em cada dia útil, e um aproveitamento estimado em 70% de todo o material enviado às redações.

A média de acessos diários em nosso campo de notícias na internet/intranet manteve a marca de 5 mil/dia, o que no total ultrapassa 1 milhão de acessos no ano, números obtidos principalmente após as alterações promovidas em nosso site em 2012, com a crescente valorização da informação em área de destaque e a utilização de recursos de ilustração, aliadas ao comprometimento e profissionalismo de nossa enxuta equipe de trabalho.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – tanto ao público interno como aos jornalistas interessados em obter informações do Judiciário estadual. Por conta desta interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens com o presidente do TJ e demais integrantes desta Corte a emissoras de rádio e televisão, inclusive representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados de 1º e 2º grau para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e a suas diversas interpretações pelos órgãos de comunicação do Estado e do país, disponibilizando essas informações via computador para toda a rede do Judiciário estadual, com alcance de 6 mil terminais em todas as 111 comarcas de Santa Catarina. A assessoria manteve e administrou espaço nas páginas da intranet e internet, oferecendo aos públicos interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário, na seção “Notícias do TJ”.

Tivemos ainda, ao longo do ano, a publicação do boletim eletrônico Veredicto, com 12 edições lançadas durante o período, todas disponibilizadas na página do TJ - intranet/internet. É um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na Assessoria de Imprensa, com base em projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ.

Em 2013, o Poder Judiciário de Santa Catarina também manteve – pelo oitavo ano consecutivo - seu espaço na disputada grade da TV Justiça, emissora de TV a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF), com alcance nacional, em que veiculou 47 programas inéditos e 94 reprises do Justiça Legal (JL), no total de 4.230 minutos de exibição. No Estado, por meio de convênios, o JL foi veiculado também pela TV Câmara de Florianópolis, TV Câmara de São José e TV Legislativa de Blumenau.

Com supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da Primer TV – contratada por meio do devido processo licitatório -, o JL ocupou espaço na mídia por 15.150 minutos ao longo de 2013. Ainda neste meio, a assessoria deu continuidade aos trabalhos de apoio à Rádio Justiça, mediante a produção de boletins e a marcação de entrevistas com magistrados catarinenses, para veiculação naquela

emissora e aproveitamento no espaço dedicado ao Judiciário no programa Voz do Brasil. A Rádio Justiça, emissora administrada pelo STF, pode ser sintonizada no Estado através da internet.

Em conjunto com esse importante projeto, a assessoria continuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura dos eventos do TJ (Presidência, Corregedoria-Geral de Justiça, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais, etc.) e de instituições afins (universidades, PGJ, OAB/SC, etc.), na Capital e no interior do Estado; também no trabalho de acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; e de atendimento aos senhores magistrados (1º e 2º grau) e a servidores (notadamente diretores) na divulgação de realizações e projetos localizados.

Em 2013, em parceria com a Academia Judicial, a Assessoria de Imprensa viabilizou a realização de mais quatro cursos de Midia Training para magistrados. Este projeto, iniciado em outubro de 2012, já alcançou sua sexta turma, com cerca de 50 juízes beneficiados. Houve ainda uma reestruturação nos quadros da Assessoria, com a saída de alguns profissionais por aposentadoria e exoneração voluntária, e a chegada de novos colegas, efetivos ou estagiários, com a incorporação de acadêmicas das áreas de jornalismo, publicidade e design gráfico.

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão nos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído para a divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e, assim, cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidos com o apoio do Gabinete da Presidência do TJ.

INFORMES OFICIAIS (RELEASES E NOTAS) – EVOLUÇÃO ANUAL

1998
261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 1,04

1999
175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 0,70

2000
333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases.
Média produção/dia útil* = 1,33

2001
141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases.
Média produção/dia útil* = 0,56

2002
345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases.
Média produção/dia útil* = 1,38

2003
611 informes oficiais = 325 notas + 286 releases.
Média produção/dia útil* = 2,44

2004
775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases.
Média produção/dia útil* = 3,10

2005
768 informes oficiais = 479 notas + 289 releases.
Média produção/dia útil* = 3,07

2006
1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases.
Média produção/dia útil* = 6,34

2007
1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases.
Média produção/dia útil* = 7,80

2008
2067 informes oficiais = 1.091 notas + 976 releases.
Média produção/dia útil*= 8,26

2009
1905 informes oficiais = 1.002 notas + 903 releases.
Média produção/dia útil*= 7,62

2010
2605 informes oficiais= 505 notas + 2.100 releases.
Média produção/dia útil*= 10,42

2011
2.435 informes oficiais = 350 notas + 2.085 releases.
Média produção/dia útil*= 9,74

2012
2.188 informes oficiais = 338 notas + 1.850 releases.
Média produção/dia útil*= 8,75

2013
2.182 informes oficiais = 283 notas + 1.899 releases.
Média produção/dia útil*= 8,72

*250 dias/ano

Programa de TV Justiça Legal

2001
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: agosto, setembro, outubro, novembro
Número de programas: 16
Tempo de exposição: 240 minutos

2002
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: outubro, novembro, dezembro
Número de programas: 12
Tempo de exposição: 180 minutos

2003
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Convênio com o SBT-SC
Duração: abril/dezembro
Número de programas: 39
Tempo de exposição: 1.170 minutos

2004
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: junho/dezembro
Número de programas: 27
Tempo de exposição: 710 minutos

2005
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: março/dezembro
Número de programas: 44
Tempo de exposição: 1.320 minutos

2006
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 135 (76 inéditos + 59 reprises)
Tempo de exposição: 4.050 minutos

2007
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 416 (208 inéditos + 208 reprises)
Tempo de exposição: 12.480 minutos

2008
Licitação - modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e a cabo
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 328 (148 inéditos + 180 reprises)
Tempo de exposição: 6.660 minutos

2009
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 391 (163 inéditos + 228 reprises)
Tempo de exposição: 11.700 minutos

2010
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em TV a cabo
Convênios com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 354 (118 inéditos + 236 reprises)
Tempo de Exposição: 10.620 minutos

2011
Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 564 (228 inéditos + 336 reprises)
Tempo de exposição: 16.920 minutos

2012
Licitação – modalidade Pregão

Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto* e fechado
Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 557 (189 inéditos + 368 reprises)
Tempo de exposição: 16.710 minutos

** O contrato para exibição em TV aberta, celebrado com o SBT, foi suspenso por decisão liminar da Justiça. Cinco programas haviam sido veiculados até então. Não há decisão final sobre o assunto.*

2013

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em canal fechado
Convênio com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau
Número de programas: 505 (203 inéditos + 302 reprises)
Tempo de exposição: 15.150 minutos

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

A Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial, regulamentada pela Resolução n. 12/2004-GP, está vinculada ao Gabinete da Presidência e integra o Núcleo de Comunicação Institucional.

É o órgão competente para preparação, supervisão e coordenação dos eventos para os públicos interno e externo; expedição de correspondências da Presidência que lhe sejam afetas; contato com órgãos congêneres, visando intercâmbio de informações; acompanhamento de cerimônias e eventos deste Poder Judiciário; realização de campanhas de cunho filantrópico; recepção a autoridades em visita protocolar; recepção a estudantes de direito em visita de estudos; assessoramento a outros setores deste Tribunal de Justiça na organização de eventos; organização de eventos no Espaço Cultural; coordenação e acompanhamento de embarque e desembarque de autoridades em visita oficial a este Tribunal de Justiça; e assessoramento ao Presidente, ou ao seu representante, em solenidades oficiais e em visitas a outras autoridades.

Os eventos institucionais organizados pelo Cerimonial são: inauguração de Fóruns e Casas da Cidadania; abertura de mutirões de conciliação; instalação de varas e outras unidades jurisdicionais; posse de Desembargadores, Juízes de 2º Grau e Juízes Substitutos; entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário; lançamento de livros de magistrados e servidores; assinatura de convênios; almoços e jantares oficiais; e solenidades alusivas às comemorações de instalação deste Tribunal de Justiça e de comarcas.

A campanha de cunho filantrópico foi o Natal Solidário, que já acontece há anos. Consiste na adoção por servidores e magistrados de cartinhas de crianças de creches com idade entre 2 e 6 anos.

Neste ano de 2013, foram adotadas duas creches, Crescer, do Bairro Carianos, e Ilha Continente, do Bairro Capoeiras, com a distribuição de brinquedos e roupas a 105 (cento e cinco) crianças.

A seguir, a relação das solenidades e eventos realizados no ano de 2013.

MÊS DE MARÇO	
EVENTO	**DIA**
Posse do Procurador de Justiça Sérgio Rizelo no cargo de Desembargador	15



Posse do Procurador de Justiça Sérgio Rizelo

MÊS DE ABRIL	
EVENTO	**DIA**
Inauguração do Fórum Desembargador Francisco Borges, comarca de Forquilhinha	9
Posse do Juiz de Direito Luiz César Schweitzer no cargo de Desembargador	9
Instalação da Vara da Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa, comarca da Capital	24
Instalação da Turma de Uniformização	29



Inauguração do Fórum Desembargador Francisco Borges, comarca de Forquilhinha



Instalação da Vara da Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa, comarca da Capital



Instalação da Turma de Uniformização

MÊS DE MAIO	
EVENTO	**DIA**
Inauguração do Fórum Dr. Vinicius Collaço de Oliveira, comarca de Turvo	21



Inauguração do Fórum Dr. Vinicius Collaço de Oliveira, comarca de Turvo

MÊS DE JUNHO	
EVENTO	**DIA**
Posse de 58 Juízes Substitutos	7
Semana do Meio Ambiente	5 a 7



Posse de Juízes Substitutos – juramento



Posse de Juízes Substitutos

MÊS DE JULHO	
EVENTO	**DIA**
Reunião da Rede Nacional de Cooperação Judiciária do Conselho Nacional de Justiça	26

MÊS DE SETEMBRO

EVENTO	DIA
Abertura do Mutirão de Conciliação de Seguros	17



Mutirão de Conciliação de Seguros

MÊS DE OUTUBRO	
EVENTO	**DIA**
Posse da Juíza de Direito de Segundo Grau Denise Volpato no cargo de Desembargadora	30
Instalação da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Balneário Camboriú	31
Instalação da Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Itajaí	31



Instalação da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Balneário Camboriú



Instalação da Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Itajaí

MÊS DE NOVEMBRO	
EVENTO	**DIA**
Solenidade de abertura do 64º Encontro do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça	6

Posse do Juiz Auditor Getúlio Corrêa no cargo de Desembargador	8
Instalação da 2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execuções Fiscais da comarca de Chapecó	13
Instalação da Vara Regional de Execuções Fiscais e Estaduais da comarca de Blumenau	22
Instalação da Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Balneário Camboriú	22
Posse do Juiz de Direito Rubens Schulz no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau	28



Solenidade de abertura do 64º Encontro do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça



Instalação da 2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execuções Fiscais da comarca de Chapecó



Instalação da Vara Regional de Execuções Fiscais e Estaduais da comarca de Blumenau



Instalação da Vara Regional de Direito Bancário da comarca de Balneário Camboriú

MÊS DE DEZEMBRO	
EVENTO	**DIA**
Abertura da Semana Nacional de Conciliação	6
Entrega do Selo Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça, à empresa Malharia Social	8
Entrega dos presentes da Campanha Natal Solidário às crianças das creches Crescer e Ilha Continente	13
Posse do advogado Sebastião Cèsar Evangelista no cargo de Desembargador	22
Instalação da Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas da Região Metropolitana de Florianópolis	22



Abertura da Semana Nacional de Conciliação



Entrega do Selo Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça, à empresa Malharia Social



Entrega dos presentes da Campanha Natal Solidário às crianças das creches Crescer e Ilha Continente

No decorrer do ano, a Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial prosseguiu com o seu programa de visita monitorada aos alunos das instituições de ensino superior do curso de Direito.

As visitas são realizadas terças e quintas-feiras, e consistem em visitação ao Museu do Poder Judiciário, palestra proferida por Assessores da Direção-Geral Judiciária e acompanhamento das sessões das Câmaras de Julgamento.

Abaixo, dados relativos ao número de alunos que visitaram este Tribunal de Justiça no decorrer do ano.

QUADRO ESTATÍSTICO	
UNIVERSIDADE	**Nº DE ACADÊMICOS**
ACE – Joinville	30
CESUSC – Florianópolis	197
ESURI - Criciúma	30
Escola de Santa Catarina – Florianópolis	20
UNISOCIESC - Joinville	25
UNISUL – Florianópolis	30
Estácio de Sá – Florianópolis	30
Faculdade Cenecista - Joinville	145
FACVEST - Lages	42
FURB – Blumenau	200
IBES SOCIESC – Blumenau	20

UFSC – Florianópolis	110
UNC – Curitibanos	19
UNESC – Criciúma	280
UNIARP – Caçador	62
UNIBAVI – Cocal do Sul	35
UNIBAVI – Orleans	97
SOCIESC - Joinville	42
UNC - Concórdia	40
UNIDAVI – Rio do Sul	105
UNIFEBE – Brusque	75
UNIPLAC – Lages	30
FAMEBLU - Blumenau	45
UNIVALI – Balneário Camboriú	148
UNIVALI – Itajaí	257
UNIVALI – Tijucas	20
Universidade Católica de Santa Catarina – Jaraguá do Sul	40
UNIVILLE – Joinville	175
Universidade do Contestado	22
UNOESC – Chapecó	38
UNOESC – São Miguel do Oeste	40
UNOESC - Videira	36
Total de universidades visitantes - 32	**Total de alunos – 2.485**

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1. Indicadores Estratégicos do PJSC e Reuniões de Análise Estratégica

Dando suporte ao Mapa Estratégico, o PJSC possui uma relação de 37 Indicadores Estratégicos, todos alinhados ao Planejamento Estratégico Nacional do Judiciário, separados por Perspectiva e Objetivo Estratégico.

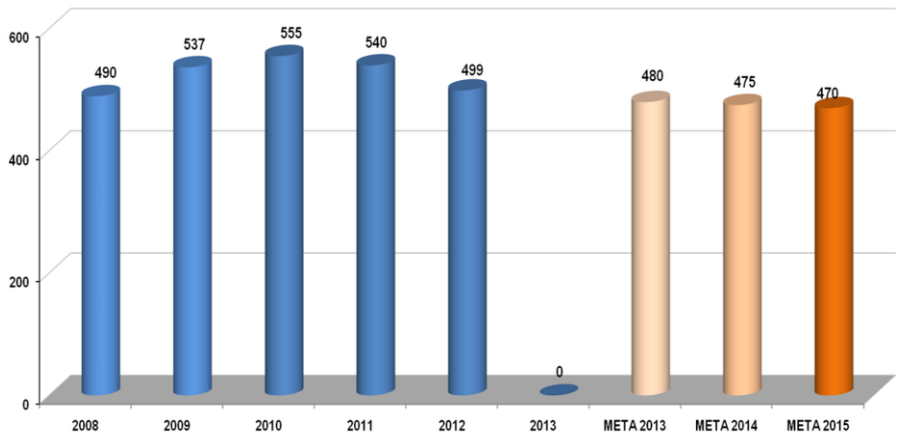
Em cumprimento às resoluções de números 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça e 23/2009-GP deste Tribunal, e em atenção às boas práticas do Programa de Qualidade do Serviço Público, a Asplan promove, anualmente, as Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs).

Das RAEs derivam uma série de oportunidades de melhorias que, na sequência, após a devida priorização, são transformadas em projetos, inseridas nas respectivas peças orçamentárias e acompanhadas desde a sua concepção até a conclusão dos trabalhos.

A última reunião, realizada em abril do corrente, apresentou os seguintes resultados:

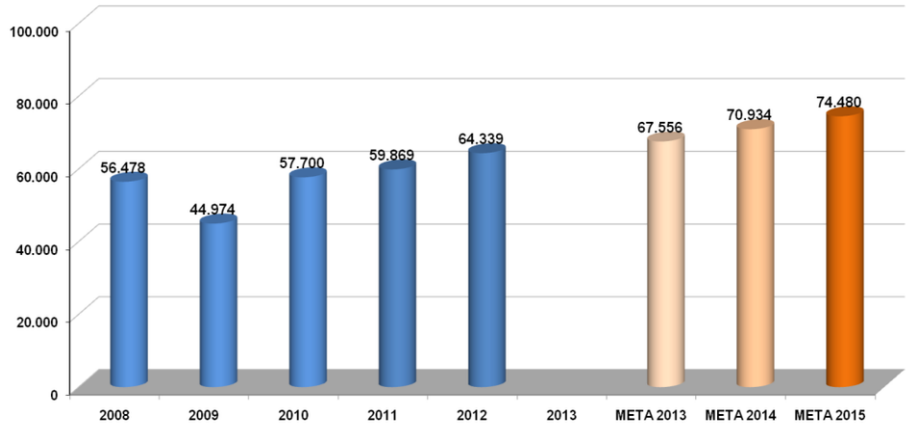
PERSPECTIVA: **SOCIEDADE – SO**

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SO 1 – PROMOVER A CIDADANIA, PRIORIZANDO AÇÕES DE NATUREZA SOCIAL
INDICADOR	SO 1.1 – TEMPO PARA RESOLUÇÃO DE AÇÕES DE MAIOR IMPACTO SOCIAL
O que mede	Tempo médio de tramitação dos processos de conhecimento de matérias consideradas de natureza social, como: Família, Infância e Juventude, Crime, Ações Constitucionais (Ação Popular e Ação Civil Pública), Previdenciária, Juizado Especial Cível, Juizado Especial Criminal, Órfãos e Sucessões, Registros Públicos e Tribunal do Júri
Por que medir	Para conhecer o tempo gasto na tramitação dos processos, identificar pontos críticos, tratá-los e acelerar o trâmite processual
Como medir	[somatório (número de ocorrências x tempo médio em dias)] / total de processos
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	6 Quanto menor, melhor



Interpretação	Em 2011, houve a criação de diversas varas para tratar das ações de impacto social. A meta 2 trata da priorização do julgamento de ações mais antigas, o que acabou prejudicando o indicador. A maior parte das ações é composta por Família e Juizados Especiais. O indicador compreende somente a fase de conhecimento, no 1º grau, não contempla a execução. O tempo médio das ações das varas que estão utilizando o SAJ 5 tem diminuído. A tendência é que se alcance um tempo médio para resolução das ações que não pode ser mais diminuído.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar, ao menos, de acordo com a natureza das ações.
	Adequar o SAJ para possibilitar a verificação do tempo de resolução dessas ações no segundo grau.

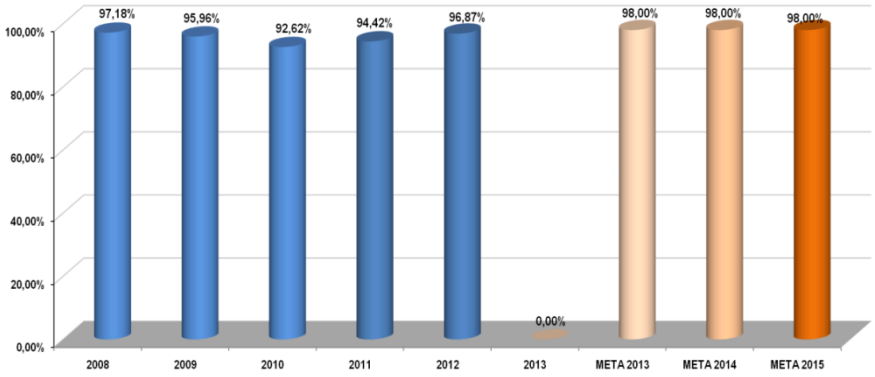
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**SO 1 – PROMOVER A CIDADANIA, PRIORIZANDO AÇÕES DE NATUREZA SOCIAL**
INDICADOR	**SO 1.2 – NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS POR SERVIÇOS OU PROJETOS SOCIOJURÍDICOS**
O que mede	Quantidade de pessoas atendidas pelos serviços ou projetos sociojurídicos1 institucionalizados pelo PJSC
Por que medir	Para verificar a quantidade de pessoas atendidas pelos serviços e projetos sociais desenvolvidos pelo PJSC
Como medir	Total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais
Quem mede	Direção-Geral Judiciária
Periodicidade	Anual
Tendência	5 Quanto maior, melhor
Observações	1) São considerados serviços ou projetos sociojurídicos, a Mediação Familiar, Fórum Municipal – Casa da Cidadania e Mutirão da Conciliação, sempre com as pessoas sendo atendidas antes da existência de um processo judicial formal



Interpretação	Mede a quantidade de usuários atendidos por meio da Mediação familiar, da Casa da Cidadania e do Mutirão de Conciliação. Questionadas, as unidades repassam à informação para a DGJ, que calcula o valor total de pessoas atendidas. Reflete as pessoas que são atendidas em atendimento não judicial, prévio ao processo. O termo "beneficiadas" não significa que a pessoa obteve efetivamente algum benefício com o atendimento. É importante para identificar o resultado do trabalho das unidades. Proposta de metas: aumentar 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Alterar nome do indicador para "Número de pessoas atendidas por serviços ou projetos sociojurídicos". Refletir o número de pessoas atendidas pelos programas.
	Desdobrar o indicador, para identificar a quantidade de pessoas atendidas por modalidade (Casa da Cidadania, Mutirão de Conciliação e Mediação Familiar).
	Verificar custos de investimentos em cada unidade e relacionar com o número de pessoas atendidas.

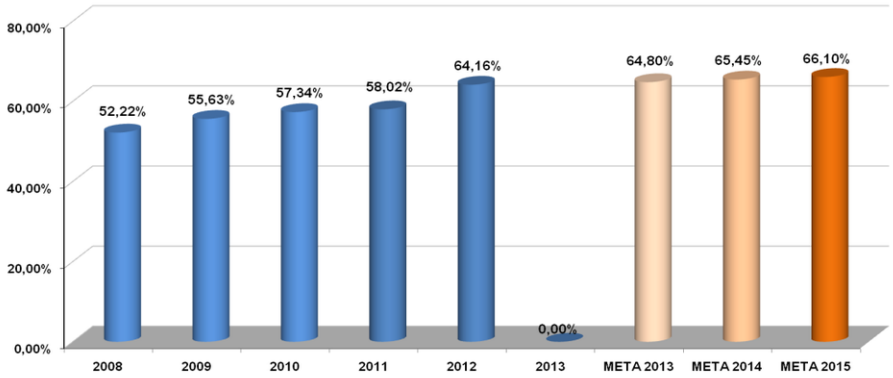
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**SO 2 – FACILITAR A COMUNICAÇÃO E O ACESSO DO CIDADÃO À JUSTIÇA**

INDICADOR	SO 2.1 – ÍNDICE DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS POSITIVAS
O que mede	A quantidade de matérias publicadas sobre o PJSC com enfoque positivo ou neutro. Considerar todas as matérias publicadas nos veículos de comunicação1 resenhados/clipados pela Assessoria de Imprensa do TJSC
Por que medir	Para verificar a imagem do PJSC perante o público externo
Como medir	(número de matérias positivas / total de matérias publicadas) * 100
Quem mede	Assessoria de Imprensa
Periodicidade	Semestral
Tendência	5Quanto maior, melhor
Observações	1) São considerados, para efeito do cálculo do indicador, 4 jornais locais, 2 nacionais e 2 *sites* jornalísticos jurídicos.



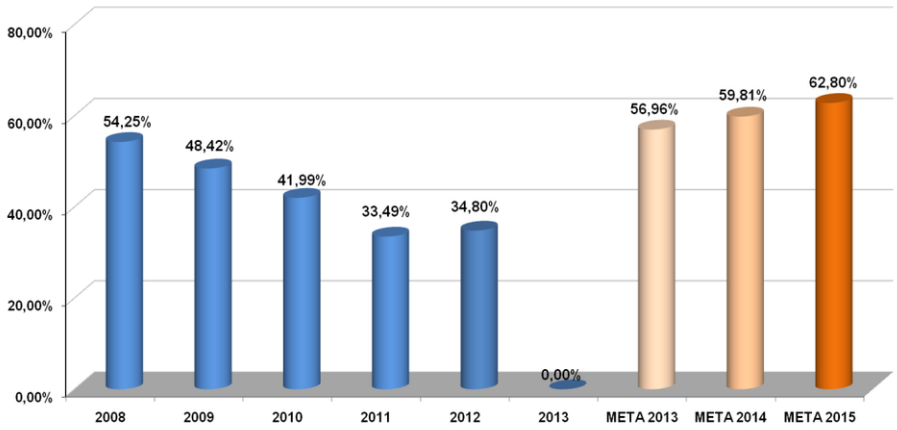
Interpretação	É indicador idêntico ao adotado pelo CNJ. É calculado por meio de resenha diária de 4 jornais locais, 2 nacionais e 2 *sites* jornalísticos jurídicos. Há uma média de 20 matérias resenhadas/dia e cerca de 7000/ano. Dessas, cerca de 35% refere-se ao judiciário catarinense. As matérias enviadas pela Assessoria de Imprensa, decisões que sejam elogiadas e avanços tecnológicos, por exemplo, são entendidas como positivas. Como neutro, tem-se a faixa de serviços ou as decisões, sem juízo de valor. São principais pontos negativos a morosidade, o corporativismo, escândalos administrativos, impunidade e críticas a decisões judiciais. O indicador acaba não refletindo a satisfação do usuário ou a imagem que este tem do judiciário. E a proporcionalidade entre matérias positivas e negativas não leva em consideração o impacto da notícia para a imagem da instituição.
Oportunidades de melhorias	Rever o indicador para apontar, dentre as matérias negativas, proporcionalmente, quais assuntos são mais abordados (ainda que esteja fora da governabilidade da instituição).
	Contratar instituição externa para realizar pesquisa relativa à imagem do TJSC junto à sociedade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	SO 2 – FACILITAR A COMUNICAÇÃO E O ACESSO DO CIDADÃO À JUSTIÇA
INDICADOR	SO 2.2 – ÍNDICE DE MUNICÍPIO COM UNIDADES INSTALADAS
O que mede	A quantidade de municípios com sede de comarca (Fórum) instalada, com Fórum Municipal – Casa da Cidadania ou com Posto de Atendimento e Conciliação
Por que medir	Para verificar quantos municípios possuem unidades instaladas com o intuito de facilitar o acesso do cidadão ao Poder Judiciário
Como medir	[Municípios com unidades instaladas (Fórum; Fórum Municipal – Casa da Cidadania; Posto de Atendimento e Conciliação) / Total de municípios de Santa Catarina] * 100
Quem mede	Direção-Geral Judiciária
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor



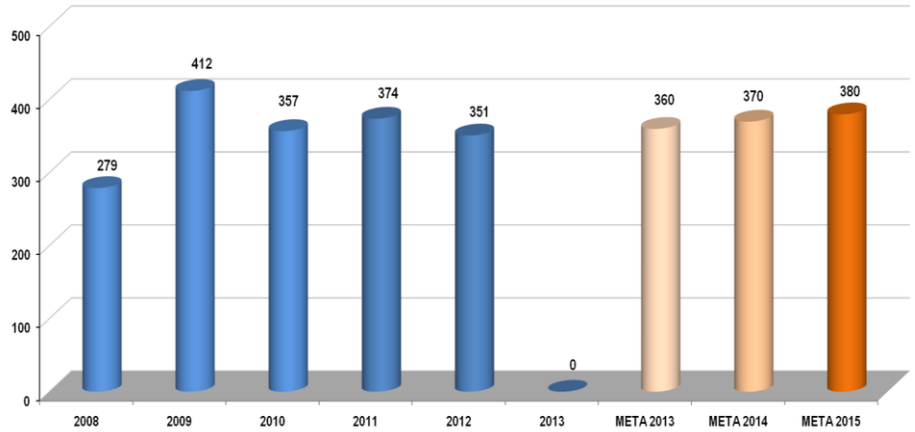
Interpretação	Os dados são provenientes do Conselho e reflete cálculo aritmético das unidades. Para esse indicador, quanto mais unidade melhor. O índice está sendo revisto no CNJ, para contemplar o peticionamento eletrônico. Proposta de metas: aumentar 1% ao ano, que equivale a aproximadamente 2 municípios a mais por ano.
Oportunidades de melhorias	Analisar o custo x benefício de aumentar o número de municípios com unidades físicas instaladas.
	Criar novo indicador, alinhado ao do CNJ, que versa sobre o acesso à justiça
	Investir em meios não adversariais de conflito, que possuem baixo custo e aproximam a justiça do cidadão.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**SO 3 – BUSCAR CONTINUAMENTE A SATISFAÇÃO DO USUÁRIO**
INDICADOR	**SO 3.1 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO**
O que mede	A satisfação do usuário
Por que medir	Para aferir se os serviços prestados pelo PJSC estão atendendo as necessidades dos seus usuários
Como medir	% de aprovação em pesquisa específica1 realizada permanentemente com os clientes diretos e interessados pela internet
Quem mede	Ouvidoria Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor
Observações	1) A Pesquisa de Satisfação é disponibilizada permanentemente no *site* do PJSC, sendo que a resposta do indicador é retirada da 5ª e última pergunta



Interpretação	Obtido por meio de pesquisa disponível no *site* do TJSC. A pesquisa comporta 5 perguntas e a última é utilizada para compor o índice. Em 2012, apenas 250 pessoas responderam à pesquisa, número muito inferior a 2008, quando aproximadamente 2200 pessoas responderam à enquete. Além disso, quanto mais usuários responderam, melhor foi o resultado do indicador. Para que tenha maior relevância para o usuário, a pesquisa deve ter maior visibilidade. Considerar o ano com maior número de respondentes (2008) e acrescer 5% ao ano. A pesquisa está sendo reformulada pela Asplan, Ouvidoria Judicial, DGJ, DRI e DCDP. No ano passado, a DCDP disponibilizou caixas de sugestões que auxiliaram o setor.
Oportunidades de melhorias	Divulgar a pesquisa para a OAB, ressaltando a importância da participação dos advogados.
	Divulgar a pesquisa junto às comarcas.
	Dar maior destaque à pesquisa no *site* principal do TJSC. Colocar um *link* para acesso à pesquisa no fim da consulta processual. Colocar no rodapé dos e-mails do *push*.
	Atualizar as perguntas que constituem o questionário.
	Incluir a CGJ na pesquisa.
	Disponibilizar a pesquisa nos Centros de Atendimento e Informações pessoalmente, eletronicamente (totens) e por meio telefônico.
	Veicular cartazes com o código QR Code que permite o acesso dos usuários à pesquisa via smartphone.

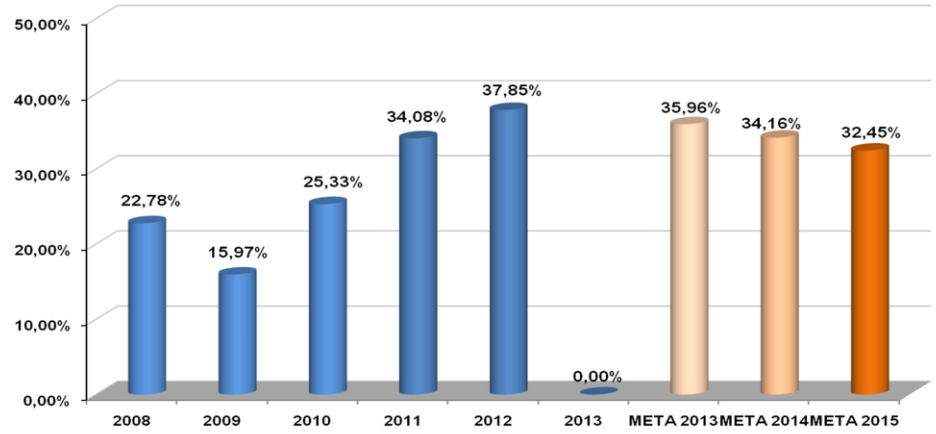
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**SO 4 – FORTALECER AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**
INDICADOR	**SO 4.1 – NÚMERO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS**
O que mede	Quantidade de parcerias em vigor no período e que tratam de requisitos como: ampliação ou facilitação de serviços finalísticos (Universidades, etc.); qualificação de pessoal; transferência de tecnologia; bolsas de trabalho e estágio
Por que medir	Para verificar a integração entre o PJSC e seus parceiros
Como medir	Total de parcerias externas ao PJSC que promovam o alcance dos objetivos estratégicos
Quem mede	Diretoria de Material e Patrimônio
Periodicidade	Semestral
Tendência	5Quanto maior, melhor



Interpretação	É contabilizado pelo número de convênios celebrados pelo TJSC, independentemente de ser estratégico. Existe grande dificuldade em contabilizar todas as parcerias, sendo que algumas não se revestem por convênios. No mesmo sentido, há reuniões, encontros realizados com outras instituições que fortalecem mais as relações institucionais do que os convênios.
Oportunidades de melhorias	Transformar o indicador em atributos de valor para a sociedade.

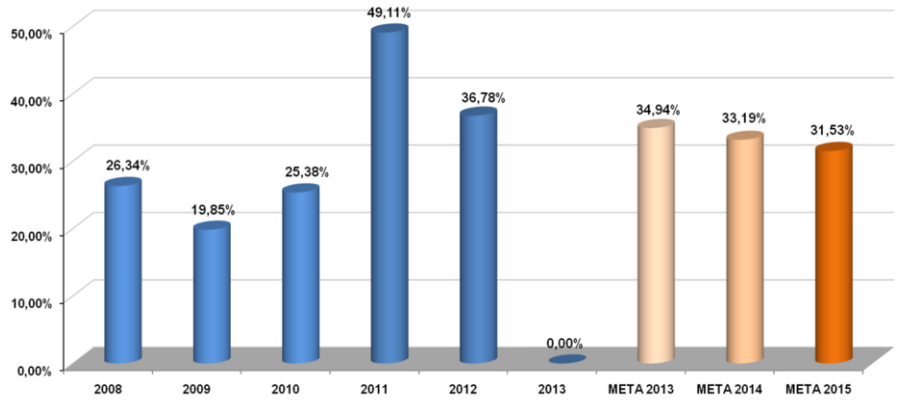
PERSPECTIVA: PROCEDIMENTOS INTERNOS – PI

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PI 1 – FORNECER SERVIÇOS DE QUALIDADE, EMPENHANDO-SE NA MELHORIA CONTÍNUA
INDICADOR	PI 1.1 – PERCENTUAL DE DECISÕES DO 1º GRAU QUE FORAM REFORMADAS
O que mede	Quantidade de sentenças da Justiça de 1º Grau que foram reformadas pelo TJSC e pelas Turmas de Recursos
Por que medir	Para verificar se as decisões proferidas no 1º Grau de jurisdição estão em consonância com o entendimento do Tribunal de Justiça. As decisões revelam-se mais consistentes quando são ratificadas pela instância recursal
Como medir	(total de sentenças reformadas no TJSC e Turmas de Recursos / total de sentenças proferidas no TJSC e Turmas de Recursos) * 100
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	6Quanto menor, melhor



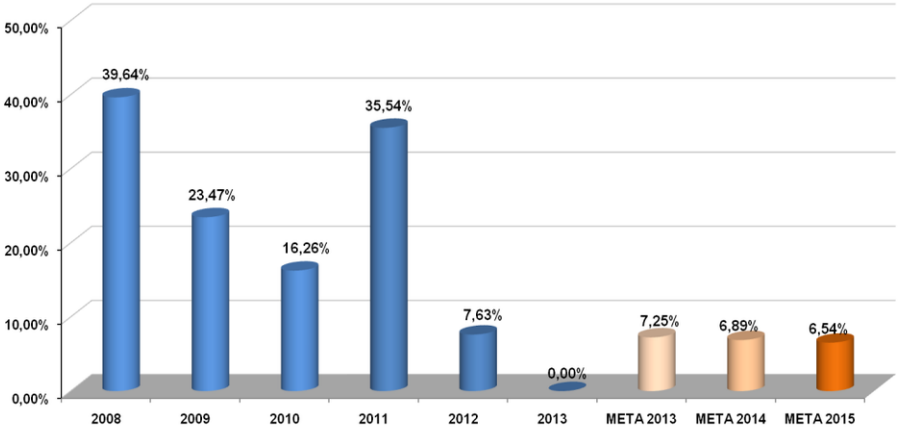
Interpretação	A grande alteração de 2009 a 2012 se deve à mudança na legislação e na jurisprudência. A súmula do STJ sobre a assinatura básica na telefonia desencadeou um grande número de reformas. O grupo alertou que o fato de uma decisão ser reformada (de o 1º grau ter um entendimento diferente do 2º grau) não significa necessariamente que a decisão não tem qualidade. Proposta de metas: diminuir 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar o indicador por matéria. Medir separadamente quando a reforma decorre de problema técnico ou efetivamente de entendimento (mérito). Algumas apelações são relativas ao valor dos honorários.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PI 1 – FORNECER SERVIÇOS DE QUALIDADE, EMPENHANDO-SE NA MELHORIA CONTÍNUA
INDICADOR	PI 1.2 – PERCENTUAL DE DECISÕES DO 2º GRAU QUE FORAM REFORMADAS PELO STJ
O que mede	Quantidade de acórdãos reformados pelo STJ
Por que medir	Para verificar se as decisões proferidas no Tribunal de Justiça estão em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. As decisões revelam-se mais consistentes quando são ratificadas pela instância recursal
Como medir	(total de acórdãos reformados / total de recursos conhecidos) * 100
Quem mede	Direção-Geral Judiciária
Periodicidade	Semestral
Tendência	6Quanto menor, melhor



Interpretação	Em 2011 a DRI fez mutirões para registrar tudo que voltou do STJ e do STF. Em 2010 houve muitos recursos com relação à Brasil Telecom e à caderneta de poupança. O grupo alertou que o fato de o entendimento do TJ não estar em consonância com o entendimento de um tribunal superior, não significa que não há qualidade. O Direito é dinâmico e o entendimento pode mudar. Proposta de metas: diminuir 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar o indicador por matéria. Medir separadamente quando a reforma decorre de problema técnico ou efetivamente de entendimento. Criar indicadores e controles específicos para os processos da segunda e terceira vice-presidências. Considerar nova legislação e novas competências.

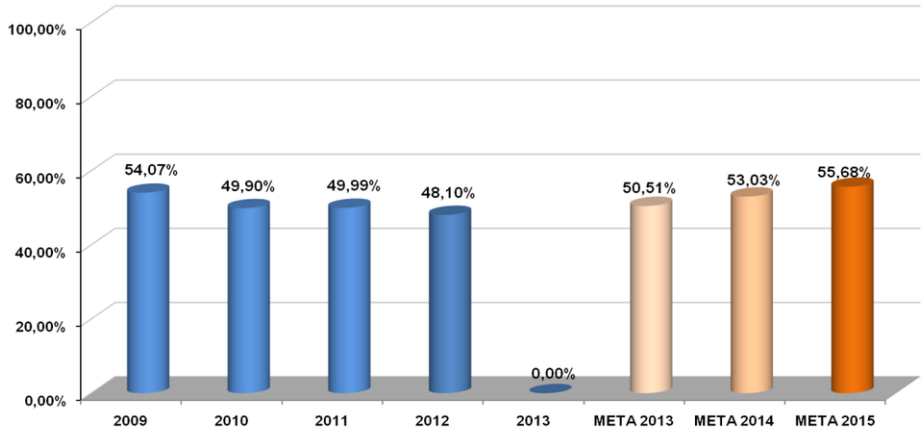
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PI 1 – FORNECER SERVIÇOS DE QUALIDADE, EMPENHANDO-SE NA MELHORIA CONTÍNUA
INDICADOR	**PI 1.3 – PERCENTUAL DE DECISÕES DO 2º GRAU QUE FORAM REFORMADAS PELO STF**
O que mede	Quantidade de acórdãos reformados pelo STF
Por que medir	Para verificar se as decisões proferidas no Tribunal de Justiça estão alinhadas com a Constituição Federal. As decisões revelam-se mais consistentes quando são ratificadas pela instância recursal
Como medir	(total de acórdãos reformados / total de recursos conhecidos) * 100
Quem mede	Direção-Geral Judiciária
Periodicidade	Semestral
Tendência	6Quanto menor, melhor



Interpretação	Em 2011 a DRI fez mutirões para registrar tudo o que voltou do STJ e do STF. Em 2010 houve muitos recursos com relação à Brasil Telecom e à caderneta de poupança. O grupo alertou que o fato de o entendimento do TJ não estar em consonância com o entendimento de um tribunal superior, não significa que não há qualidade. O Direito é dinâmico e o entendimento pode mudar. Proposta de metas: diminuir 5% ao ano.

Oportunidades de melhorias	Desdobrar o indicador por matéria.
	Medir separadamente quando a reforma decorre de problema técnico ou efetivamente de entendimento (mérito).
	Criar indicadores e controles específicos para os processos da segunda e terceira vice-presidências. Considerar nova legislação e novas competências.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 1 – FORNECER SERVIÇOS DE QUALIDADE, EMPENHANDO-SE NA MELHORIA CONTÍNUA**
INDICADOR	**PI 1.4 – ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DO 1º GRAU**
O que mede	Agilidade com que os processos estão sendo finalizados
Por que medir	Para verificar se o 1º Grau de Jurisdição está finalizando seus processos judiciais num prazo cada vez menor
Como medir	% entre processos finalizados (sentença 101) dentro de um ano em relação ao total de casos finalizados
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	5Quanto maior, melhor

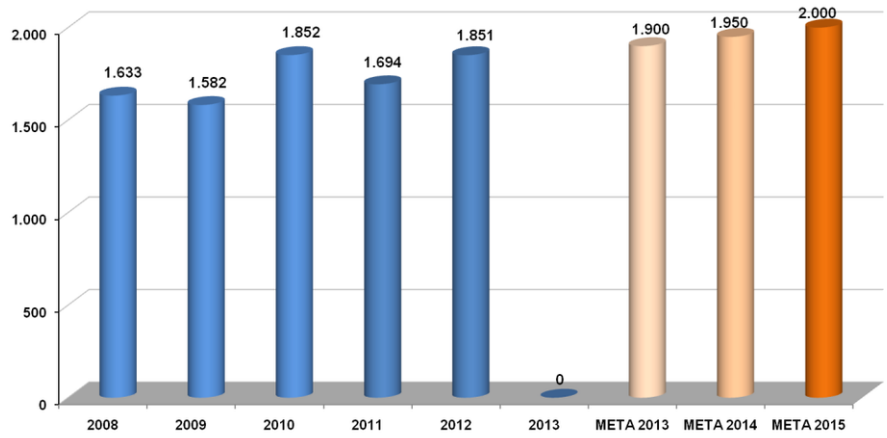


Interpretação	Proposta de metas: aumentar 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar o indicador por matéria, câmara, etc.
	Esclarecer com o CNJ os conceitos (glossário) de processo, caso, finalizado, sentenciado, julgado, etc.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 1 – FORNECER SERVIÇOS DE QUALIDADE, EMPENHANDO-SE NA MELHORIA CONTÍNUA**
INDICADOR	**PI 1.5 – ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DO 2º GRAU**
O que mede	Agilidade com que os processos estão sendo finalizados
Por que medir	Para verificar se o Tribunal está finalizando seus processos judiciais num prazo cada vez menor
Como medir	% entre processos finalizados dentro de um ano em relação ao total de casos finalizados
Quem mede	Direção-Geral Judiciária
Periodicidade	Semestral

Tendência	5Quanto maior, melhor
Interpretação	Não disponível.

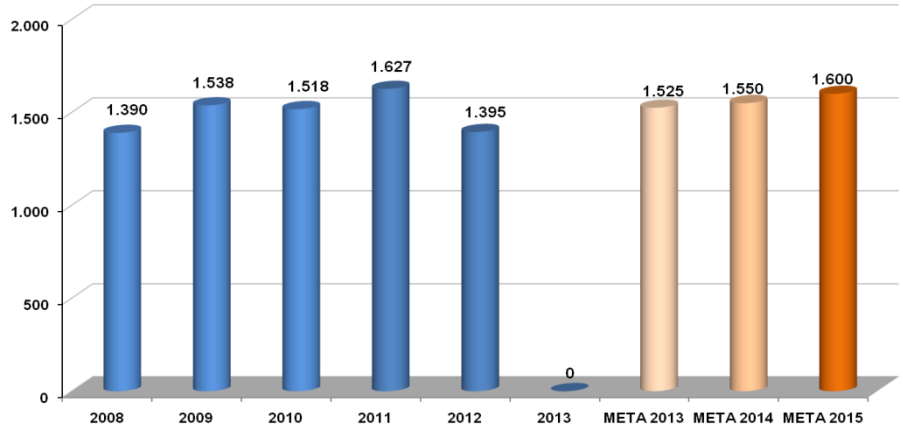
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 2 – RACIONALIZAR AS ATIVIDADES, MELHORANDO A PRODUTIVIDADE**
INDICADOR	**PI 2.1 – PRODUTIVIDADE DE JUÍZES DE 1º GRAU**
O que mede	Quantidade de processos julgados no período
Por que medir	Para verificar a produtividade jurisdicional na Justiça de 1º Grau
Como medir	Total de julgados / Total de magistrados ativos1
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	5Quanto maior, melhor
Observações	1) Considera-se o total de magistrados ativos no ano como o resultado do somatório dos magistrados ativos ao final de cada mês, dividido por doze meses.



Oportunidades de melhorias	Desdobrar os indicadores para identificar as unidades mais problemáticas e, dessa forma, embasar melhor a tomada de decisão.
	Fortalecer e ampliar a atuação da Secretaria Executiva (Programa de Implantação).

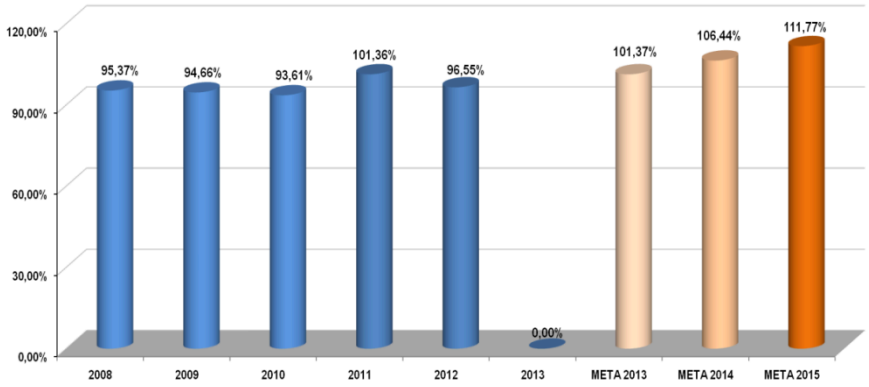
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 2 – RACIONALIZAR AS ATIVIDADES, MELHORANDO A PRODUTIVIDADE**
INDICADOR	**PI 2.2 – PRODUTIVIDADE DE DESEMBARGADORES E JUÍZES DE 2º GRAU**
O que mede	Quantidade de processos julgados no período
Por que medir	Para verificar a produtividade jurisdicional no Tribunal de Justiça
Como medir	[total de processos julgados no 2º Grau / (total de desembargadores ativos1 + total de juízes de 2º Grau ativos1)]
Quem mede	Direção-Geral Judiciária
Periodicidade	Semestral
Tendência	5Quanto maior, melhor

Observações	1) Considera-se o total de desembargadores e juízes de 2º grau ativos no ano como o resultado do somatório de desembargadores e juízes de 2º grau ativos ao final de cada mês, dividido por doze meses.



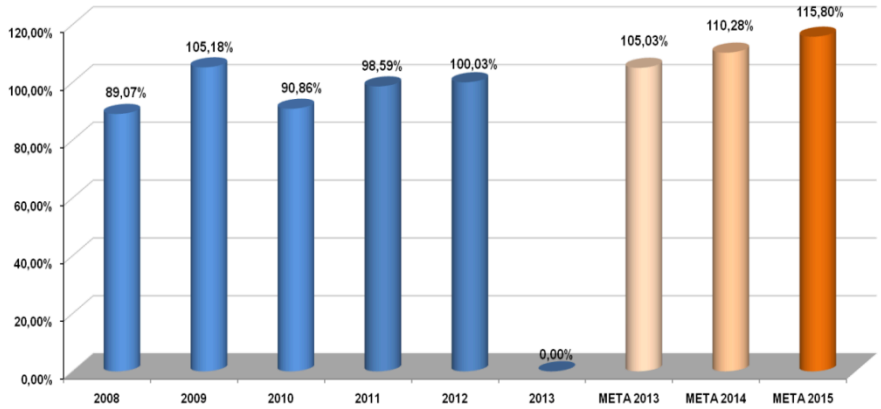
Interpretação	Em 2012 houve um grande número de sobrestamentos (aproximadamente 15 mil) aguardando a criação do NURER. O número de dias de afastamento também aumentou em relação aos anos anteriores. Em 2011 foram realizados mutirões de cadastramento, totalizando aproximadamente 7 mil agravos regimentais distribuídos aos vários relatores do Órgão Especial. Em 2011 também houve o envio de grande número de processos de executivo fiscal, provenientes da comarca de Joinville.
Oportunidades de melhorias	Criar equipe semelhante ao "Programa de Implantação" para auxiliar os gabinetes de 2º grau, principalmente para os novos. Saneamento. Boas práticas. Curso para assessoria (procedimentos, sistema, administração).
	Demonstrar o quanto impacta na produtividade manter uma vaga em aberto.
	Desdobrar (por câmara, etc.). Publicar a produtividade das câmaras.
	Criar curso para novos assessores e estagiários (devido a alta rotatividade), com turmas acontecendo periodicamente ou de forma permanente via EAD, semelhante ao que acontece com novos servidores.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 2 – RACIONALIZAR AS ATIVIDADES, MELHORANDO A PRODUTIVIDADE**
INDICADOR	**PI 2.3 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 1º GRAU**
O que mede	Relação entre processos baixados pelo número de casos novos
Por que medir	Para verificar a quantidade de processos do 1º Grau de Jurisdição que o PJSC consegue baixar em relação à quantidade de processos iniciados no período.
Como medir	(Processos baixados/casos novos) x 100
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	5Quanto maior, melhor



Interpretação	O indicador considera processos baixados e não apenas os julgados. Incidentes. O desarquivamento e segundo arquivamento também confundem o cálculo. Proposta de metas: aumentar 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Criar movimentação específica para quando o processo volta para o arquivo pela segunda vez.
	Repensar a fórmula na revisão de 2014 (julgados x baixados). E manter o cálculo atual apenas para fornecer ao CNJ, quando solicitado.
	Retomar os indicadores de taxa de recorribilidade.

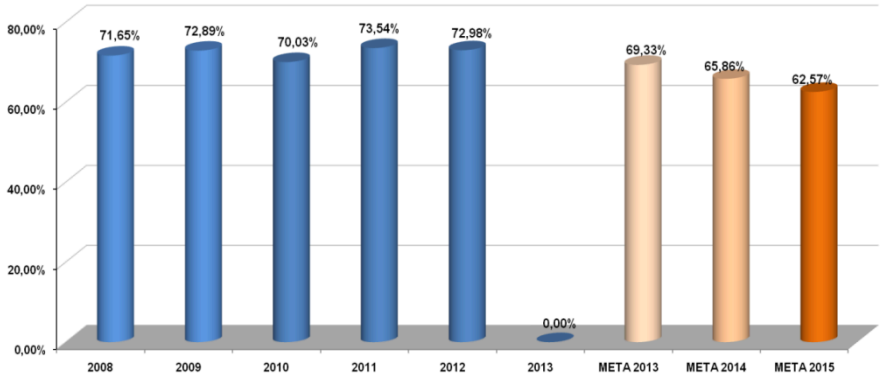
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 2 – RACIONALIZAR AS ATIVIDADES, MELHORANDO A PRODUTIVIDADE**
INDICADOR	**PI 2.4 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA DO 2º GRAU**
O que mede	Relação entre processos baixados pelo número de casos novos
Por que medir	Para verificar a quantidade de processos do 2º Grau de Jurisdição que o Tribunal consegue baixar em relação à quantidade de processos iniciados no período.
Como medir	(Processos baixados/casos novos) x 100
Quem mede	Direção-Geral Judiciária
Periodicidade	Semestral
Tendência	5Quanto maior, melhor



Interpretação	Proposta de metas: aumentar 5% ao ano.

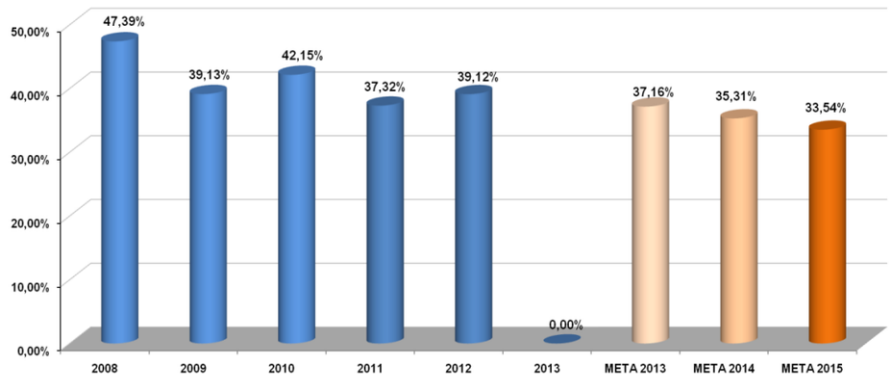
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 2 – RACIONALIZAR AS ATIVIDADES, MELHORANDO A PRODUTIVIDADE**

INDICADOR	PI 2.5 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 1º GRAU
O que mede	A relação entre os processos julgados e o acervo existente no 1º grau, excluindo os incidentes processuais
Por que medir	Para avaliar a eficiência do serviço judiciário
Como medir	1 – [total de processos baixados / (casos novos + saldo de casos pendentes do último período)]
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	6Quanto menor, melhor



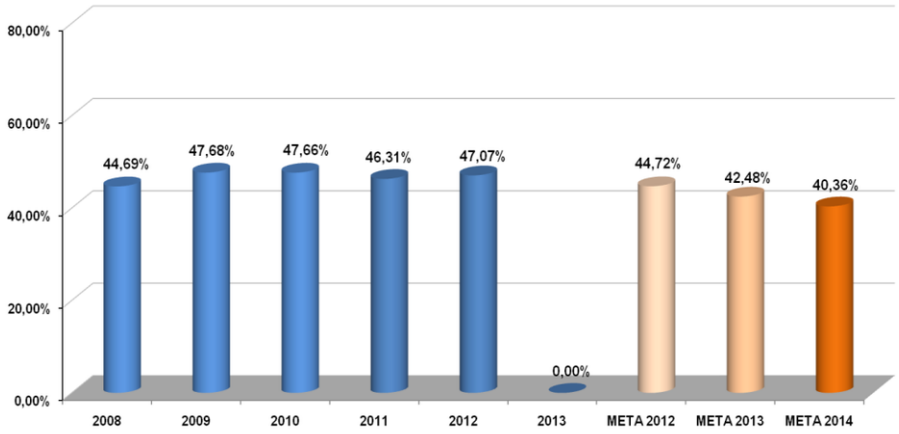
Interpretação	Proposta de metas: diminuir 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Corrigir a matriz para processos “julgados” e não “baixados”.
	Desdobrar por comarca e por matéria.
	Não considerar as execuções fiscais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PI 2 – RACIONALIZAR AS ATIVIDADES, MELHORANDO A PRODUTIVIDADE
INDICADOR	PI 2.6 – TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 2º GRAU
O que mede	A relação entre os processos julgados1 e o acervo existente no 2º grau
Por que medir	Para avaliar a eficiência do serviço judiciário
Como medir	1 – [total de processos baixados / (casos novos + saldo de casos pendentes do último período)]
Quem mede	Direção-Geral Judiciária
Periodicidade	Semestral
Tendência	6Quanto menor, melhor



Interpretação	Proposta de metas: diminuir 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar por câmara.

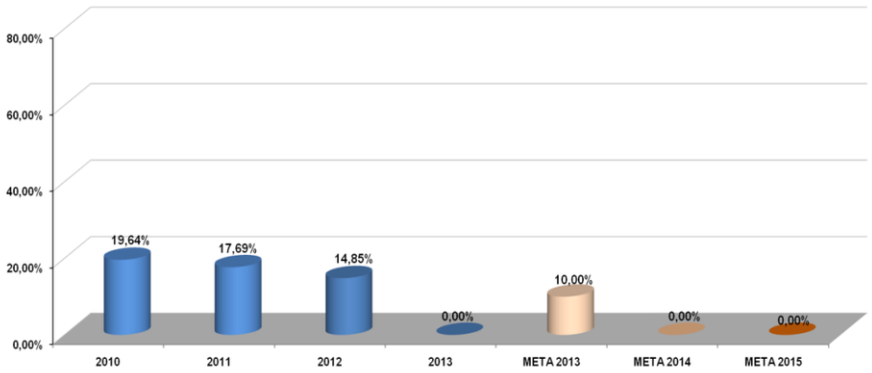
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 2 – RACIONALIZAR AS ATIVIDADES, MELHORANDO A PRODUTIVIDADE**
INDICADOR	**PI 2.7 – ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS NO 1º GRAU**
O que mede	Quantidade de processos que estão em tramitação na Justiça de 1º Grau há mais de 2 anos
Por que medir	Para verificar a quantidade de processos antigos em tramitação
Como medir	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes no 1º Grau
Quem mede	Corregedoria-Geral da Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	6Quanto menor, melhor



Interpretação	Proposta de metas: diminuir 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar por comarca e matéria. Publicar os indicadores.

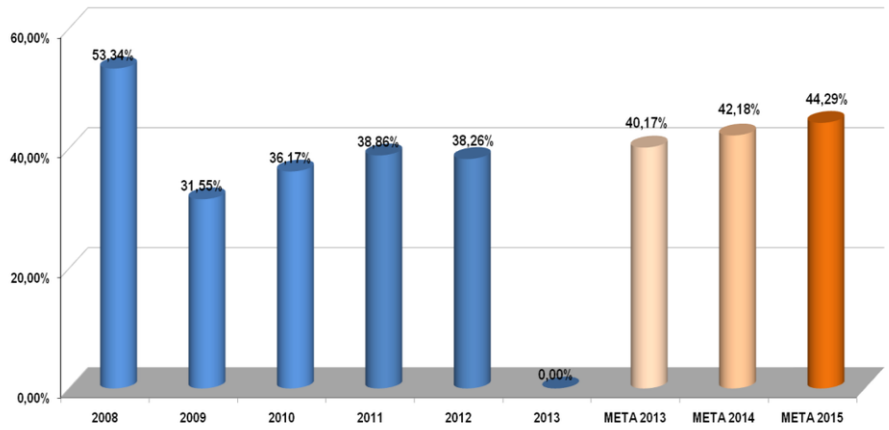
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 2 – RACIONALIZAR AS ATIVIDADES, MELHORANDO A PRODUTIVIDADE**
INDICADOR	**PI 2.8 – ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS NO 2º GRAU**
O que mede	Quantidade de processos1 que estão em tramitação na Justiça de 2º Grau há mais de 2 anos

Por que medir	Para verificar a quantidade de processos antigos em tramitação
Como medir	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes no 2º grau
Quem mede	Direção-Geral Judiciária
Periodicidade	Semestral
Tendência	6Quanto menor, melhor
Observações	1) Devem ser excluídos os processos de competência dos tribunais superiores (2ª e 3ª Vice-Presidências).



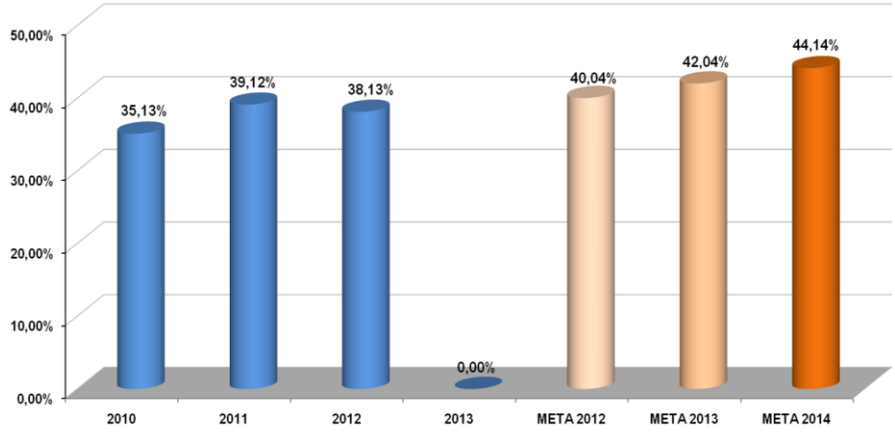
Interpretação	Em 2013 é provável que o resultado diminua ainda mais, tendo em vista que, com a visita do CNJ ao TJSC, foi dado prioridade ao julgamento de processos antigos. Indicador segue a mesma lógica da meta 2 do CNJ. Analisar em conjunto. Meta definida pelo grupo para zerar já em 2014.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar (por câmara, etc.). Publicar os indicadores.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 3 – PROMOVER MEIOS NÃO ADVERSARIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**
INDICADOR	**PI 3.1 – PERCENTUAL DE ACORDOS REALIZADOS PELO SISTEMA NÃO ADVERSARIAL**
O que mede	O número de acordos realizados por sistemas de solução não adversarial de conflitos (mediação e conciliação), como: Fóruns Municipais – Casas da Cidadania, Serviço de Mediação Familiar, Mutirões, Núcleo de Conciliação do 2º Grau e Juizados Especiais
Por que medir	Para verificar a eficiência e eficácia dos métodos de solução não adversarial de conflitos
Como medir	Calcular o percentual de acordos realizados em cada uma das modalidades. Em seguida, calcular a média aritmética das cinco modalidades
Quem mede	Direção-Geral Judiciária
Periodicidade	Semestral
Tendência	5Quanto maior, melhor



Interpretação	Corrigir a planilha de cálculo do indicador: no que se refere aos Juizados Especiais, alterar a descrição do denominador de "total de processos encerrados" para "total de sentenças proferidas". São considerados apenas aqueles processos passíveis de acordo. No que se refere ao Núcleo de Conciliação de 2º Grau, alterar a descrição do denominador de "número de audiências" para "número de processos pautados". Os dados são obtidos diretamente com o Secretário do Núcleo, pois o processo não é distribuído para o Núcleo (no SAJ). Proposta de metas: aumentar 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Comparar o custo do processo julgado com o custo de uma conciliação (para cada modalidade).

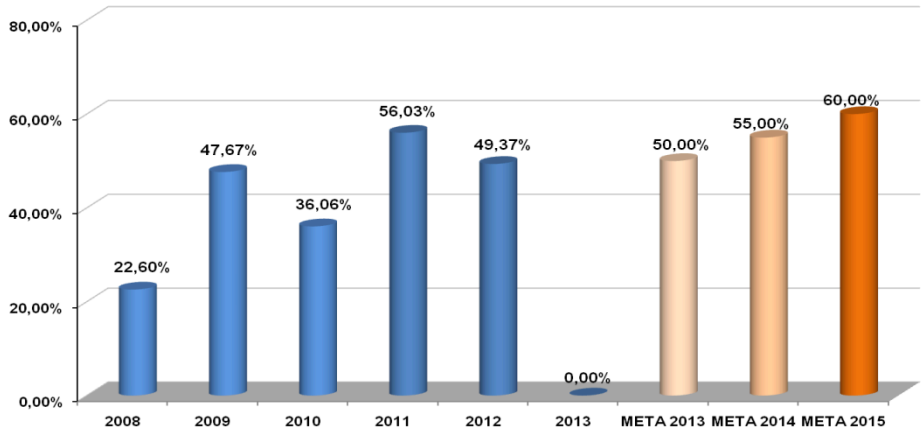
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PI 3 – PROMOVER MEIOS NÃO ADVERSARIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**
INDICADOR	**PI 3.2 – PERCENTUAL DE CONFLITOS, NA ÁREA CÍVEL, RESOLVIDOS POR ACORDO**
O que mede	A quantidade de conflitos, ajuizados ou não, resolvidos por acordo
Por que medir	Estimular os acordos para promover a cultura da conciliação, a celeridade e a economia processual
Como medir	Nº de processos julgados por acordo / (Nº de processos julgados por acordo + Nº de processos julgados no mérito)
Quem mede	Corregedoria-Geral de Justiça
Periodicidade	Semestral
Tendência	5Quanto maior, melhor



Interpretação	Processos na área cível, menos execução fiscal. São considerados apenas os processos passíveis de acordo. Proposta de metas: aumentar 5% ao ano.

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO – AC

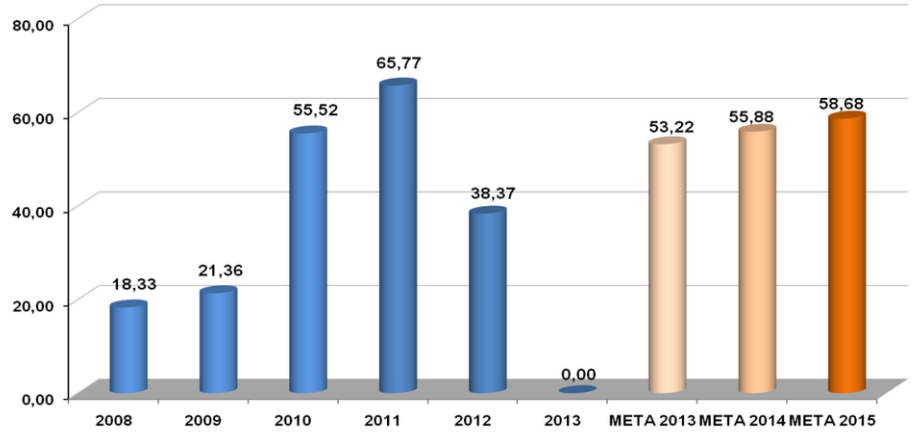
OBJETIVO ESTRATÉGICO	AC 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
INDICADOR	AC 1.1 – PERCENTUAL DE COLABORADORES1 CAPACITADOS
O que mede	Quantidade de magistrados/servidores que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros
Por que medir	Para verificar a distribuição regular das horas de aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de participantes de cursos realizados no período2 / total de colaboradores) x 100
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor
Observações	1) Entende-se por colaboradores, para efeitos deste indicador, somente os magistrados, servidores, estagiários e bolsistas do quadro ativo do Poder Judiciário de Santa Catarina. Não são considerados os demais colaboradores que não fazem parte do público interno do PJSC, mas que também consomem recursos da Academia Judicial (por exemplo: voluntários, conciliadores, mediadores, pretendentes à adoção, policiais, etc.). 2) No "Somatório de participantes de cursos realizados no período" estão todos os magistrados, servidores, estagiários e bolsistas que participaram de um ou mais cursos promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, inclusive bolsas de graduação, pós-graduação e Esmesc, gerenciados pela Diretoria de Recursos Humanos.



Interpretação	A partir de 2010 houve alteração do denominador, abrangendo um número maior de colaboradores, o que implicou em diminuição do índice. Em 2012, o índice diminuiu em razão do contingenciamento do orçamento. As metas ficaram inviáveis porque a estrutura atual da Academia Judicial não é suficiente para a demanda projetada. Sugestão de que a meta seja reduzida para 55% ou 50% para 2013.
Oportunidades de melhorias	Providenciar a coleta dos dados relativos a todos os cursos promovidos/realizados pelo PJSC, mesmo aqueles que não são realizados pela AJ. Ex.: SAJ (DTI) Adequar a matriz para transparecer os colaboradores que devem ser contabilizados no indicador. Desdobrar o indicador em tático e operacional para que Academia Judicial possa evidenciar o quanto do indicador estratégico é composto por magistrados, servidores, estagiários ou terceirizados. Criar indicadores táticos e operacionais para medir os demais públicos que não são considerados no indicador estratégico, mas que também consomem recursos da Academia Judicial (por exemplo: voluntários, conciliadores, mediadores, pretendentes à adoção, policiais, etc.)

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AC 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES
INDICADOR	AC 1.2 – HORAS DE CAPACITAÇÃO POR COLABORADOR1

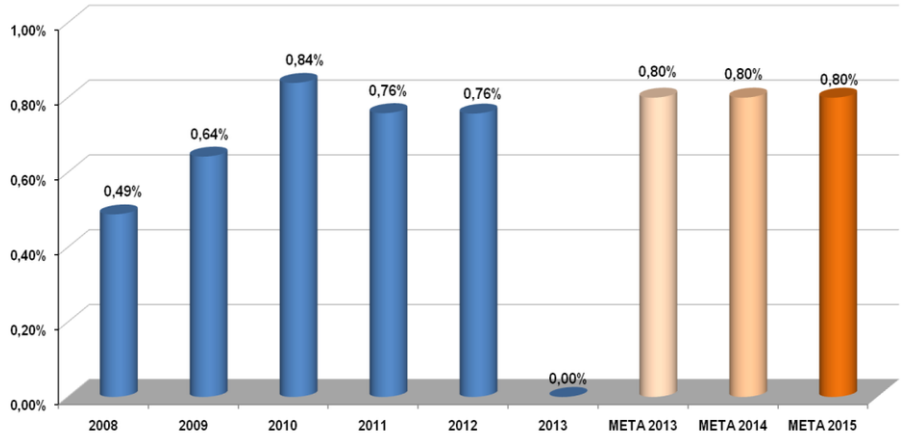
O que mede	Quantidade de horas-aula de capacitação por magistrado/servidor. Deverão ser considerados todos os eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros
Por que medir	Para identificar a quantidade de horas-aula dedicadas ao aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de cursos / total de colaboradores), sendo Curso = horas-aula x número de participantes
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor
Observações	1) Entende-se por colaboradores, para efeitos deste indicador, somente os magistrados, servidores, estagiários e bolsistas do quadro ativo do Poder Judiciário de Santa Catarina. Não são considerados os demais colaboradores que não fazem parte do público interno do PJSC, mas que também consomem recursos da Academia Judicial (por exemplo: voluntários, conciliadores, mediadores, pretendentes à adoção, policiais, etc.).



Interpretação	Dificuldade para verificar quais são os colaboradores que serão considerados para compor o índice. Proposta de meta: para 2013, considerar a média dos últimos três anos e aumentar 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar o indicador em tático e operacional para que Academia Judicial possa evidenciar o quanto do indicador estratégico é composto por magistrados, servidores, estagiários ou terceirizados.
	Criar indicadores táticos e operacionais para medir os demais públicos que não são considerados no indicador estratégico, mas que também consomem recursos da Academia Judicial (por exemplo: voluntários, conciliadores, mediadores, pretendentes à adoção, policiais, etc.)
	Rever as metas, pois já foram superadas.

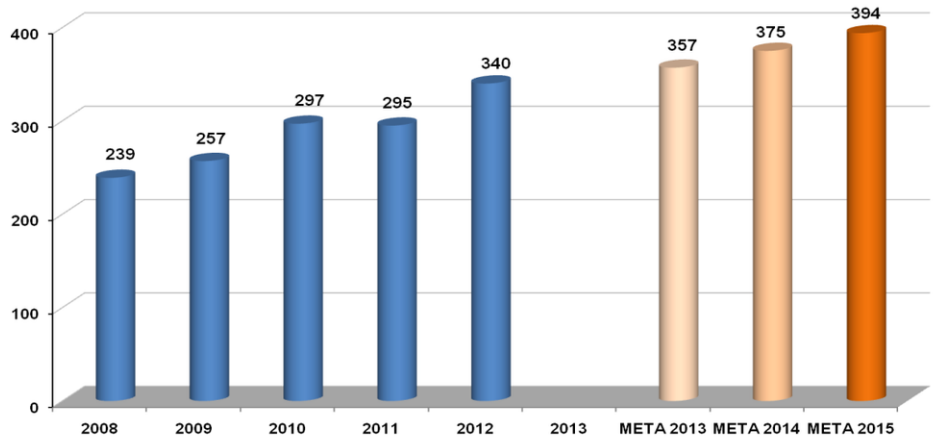
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**AC 1 – DESENVOLVER PERMANENTEMENTE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES**
INDICADOR	**AC 1.3 – PERCENTUAL INVESTIDO EM CAPACITAÇÃO**
O que mede	O valor efetivamente gasto com todos os eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros. Serão consideradas as três fontes de receita: TJ, FRJ e SIDEJUD
Por que medir	Para identificar se o valor orçado está compatível com a demanda
Como medir	(somatório dos valores empenhados com capacitação1 / somatório dos valores dos empenhos das três fontes de recursos2) x 100
Quem mede	Diretoria de Orçamento e Finanças
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor

Observações	1) Considerar todo o valor empenhado na subação 6781 (capacitação e aperfeiçoamento) do SIDEJUD. 2) Considerar os valores totais empenhados (subações 6775, 6777 e 6780 do duodécimo e total do SIDEJUD e FRJ).



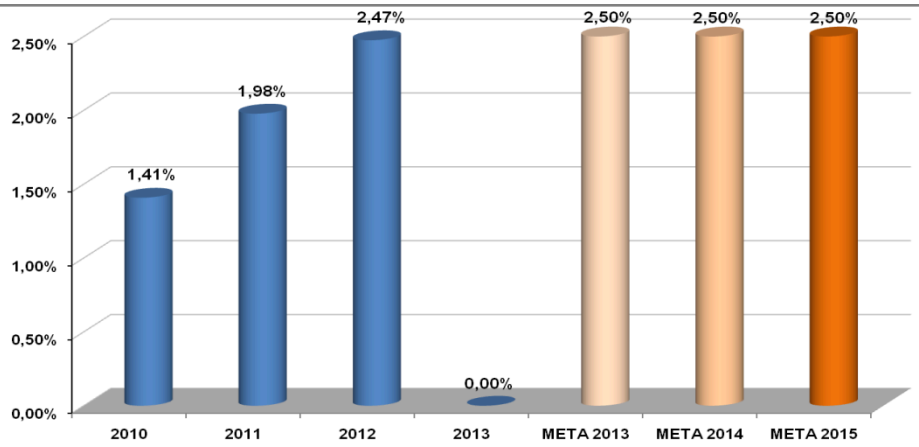
Interpretação	Considerando que a receita total do orçamento vem crescendo nos últimos anos e tende a aumentar, a Academia Judicial terá dificuldade para atingir as metas de execução do orçamento, considerando sua estrutura atual.
Oportunidades de melhorias	Manter a meta, tendo em vista a incerteza sobre a reestruturação do setor. Para aumentar as metas, é necessário ampliar a estrutura.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**AC 2 – PROMOVER INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS**
INDICADOR	**AC 2.1 – NÚMERO DE SERVIÇOS OFERECIDOS VIRTUALMENTE AOS USUÁRIOS**
O que mede	Serviços oferecidos virtualmente aos usuários internos e à sociedade por meio da internet, intranet, totem de autoatendimento e sistemas corporativos. Considerar virtual todo o serviço que o cidadão/advogado possa realizar de casa ou do escritório sem ter de se deslocar até o local de atendimento. Ou, ainda, os serviços que o usuário interno possa realizar sem ter de se deslocar ao setor correspondente e sem a necessidade de materializar o procedimento
Por que medir	Para quantificar a conversão de processos físicos em processos virtuais
Como medir	Somatório acumulado dos serviços oferecidos virtualmente
Quem mede	Diretoria de Tecnologia da Informação
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor



Interpretação	O indicador não é adequado, pois a quantidade de serviços não significa maior qualidade dos serviços prestados ou melhoria no atendimento aos usuários. Proposta de metas: aumentar 5% ao ano. No entanto, o grupo entende que este indicador não é relevante e deve ser eliminado.
Oportunidades de melhorias	Adotar indicador que reflita a atualização de sistemas ao usuário (já utilizado pela DTI).

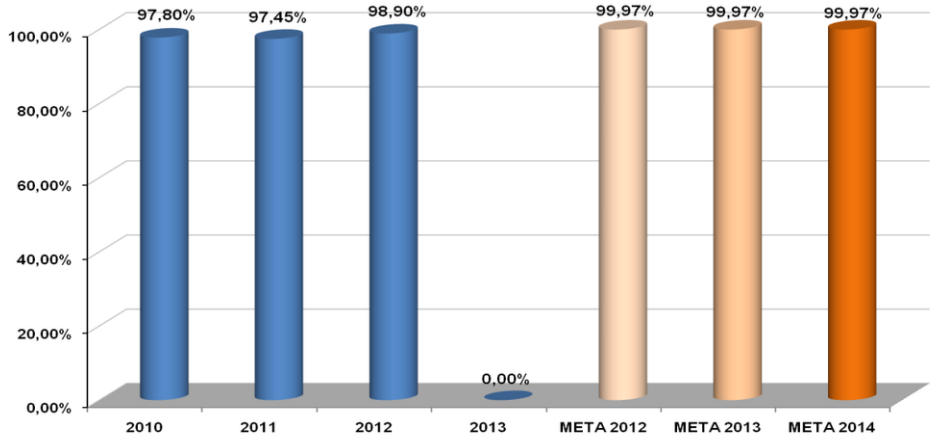
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**AC 2 – PROMOVER INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS**
INDICADOR	**AC 2.2 – PERCENTUAL DO ORÇAMENTO APLICADO EM INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS**
O que mede	Quanto do orçamento do PJSC é aplicado em desenvolvimento e aquisição de sistemas e aprimoramento da infraestrutura de tecnologia
Por que medir	Para garantir investimentos em inovações tecnológicas
Como medir	[(orçamento total de informática1 – contratos de manutenção2 – material de consumo3) / somatório dos valores dos empenhos das três fontes de recursos4] x 100
Quem mede	Diretoria de Tecnologia da Informação
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor
Observações	1) Considerar o somatório do valor empenhado para a Diretoria de Tecnologia da Informação nas 3 fontes de receita do PJSC. 2) Alguns contratos abrangem manutenção e inovação. Subtrair apenas o valor relativo à manutenção. 3) Considerar o elemento de despesa 3.3.90.30.00 para a Diretoria de Tecnologia da Informação nas 3 fontes de receita do PJSC. 4) Considerar os valores totais empenhados (subações 6775, 6777 e 6780 do duodécimo e total do SIDEJUD e FRJ).



Interpretação	Houve *upgrade* de equipamentos. Também é considerada para o indicador a parcela dos contratos de manutenção que tratam de inovação tecnológica. A manutenção das metas resultaria no aumento natural do repasse, em razão do aumento da arrecadação.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar indicadores quanto aos investimentos em atividade-meio e atividade-fim.

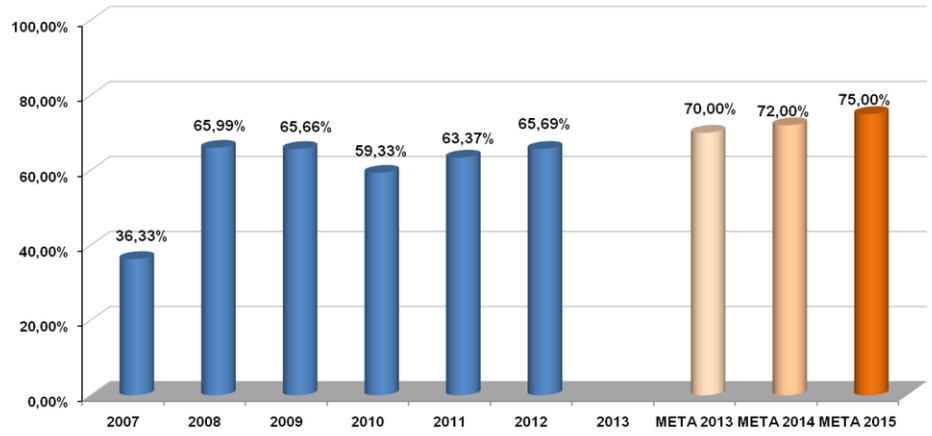
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**AC 2 – PROMOVER INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS**
INDICADOR	**AC 2.3 – ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**
O que mede	O tempo em que os serviços oferecidos virtualmente estão disponíveis aos usuários

Por que medir	Verificar o tempo de disponibilidade dos serviços que dão suporte aos sistemas
Como medir	1 – (tempo de indisponibilidade de infraestrutura de TI1 / tempo total do período2)
Quem mede	Diretoria de Tecnologia da Informação
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor
Observações	1) Considerar apenas o tempo de indisponibilidade dos servidores de aplicação, banco de dados e portal internet. 2) Tempo total do período: 365 dias multiplicado por 24 horas, total de 8.760 horas.



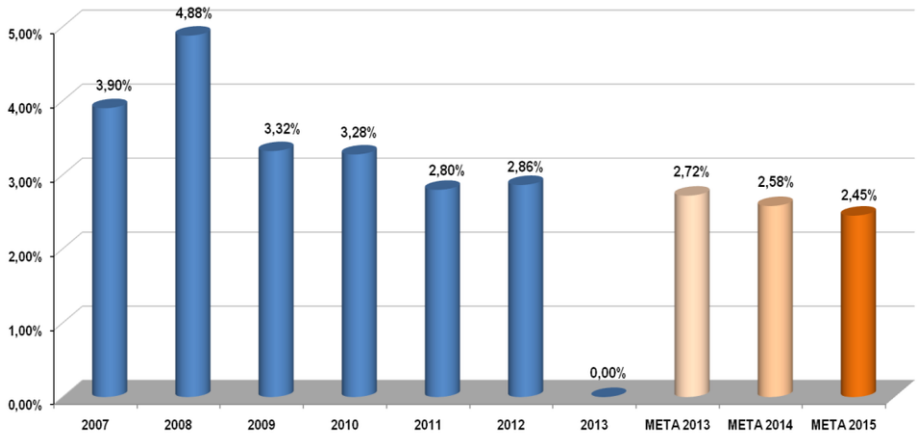
Interpretação	O tempo de indisponibilidade dos servidores de bancos de dados que dão suporte aos sistemas são somados e computados para o cálculo do índice. Manter as metas.
Oportunidades de melhorias	Medir a disponibilidade de outros serviços, além dos servidores de banco de dados. Ex.: servidor de aplicação, portal internet, etc.
	Adquirir ferramentas (softwares) que auxiliem na medição da disponibilidade dos serviços.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**AC 3 – DESENVOLVER A SAÚDE E O CLIMA ORGANIZACIONAL**
INDICADOR	**AC 3.1 – ÍNDICE DO CLIMA ORGANIZACIONAL**
O que mede	O grau de satisfação das pessoas com a organização PJSC, utilizando questionário específico disponibilizado na intranet. Os resultados da pesquisa indicarão as comarcas/regiões que demandam a aplicação do programa de melhoria do clima organizacional É medida a satisfação do colaborador com relação ao desenvolvimento profissional; clareza organizacional, padrão de desempenho e autogestão da equipe; recompensa, volume de trabalho e reconhecimento; condições de infraestrutura para execução do trabalho; estilo gerencial; e comprometimento organizacional
Por que medir	Para verificar o nível de satisfação e motivação dos colaboradores1
Como medir	Formulário de avaliação (pesquisa de satisfação), contendo oito questões e quatro opções de resposta (plenamente insatisfeito, insatisfeito, satisfeito e plenamente satisfeito). O resultado é obtido por meio da média aritmética simples.
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor



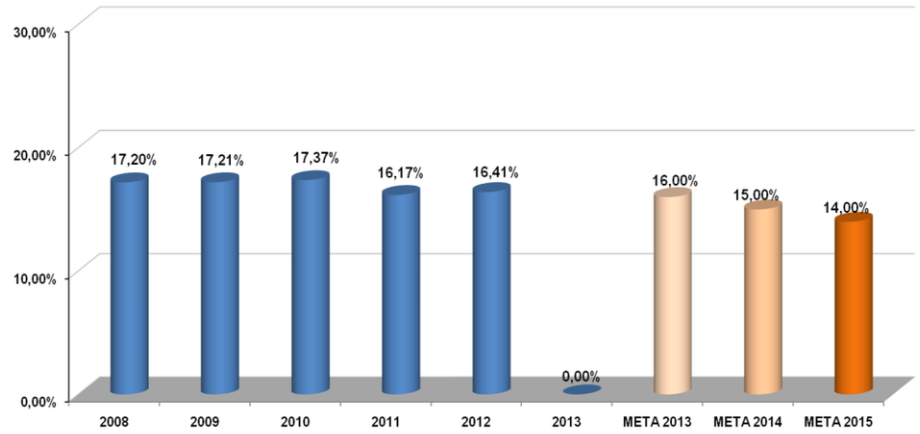
Interpretação	Este indicador é coletado por meio do questionário de "pesquisa de satisfação dos colaboradores" disponibilizado na intranet e serve para identificar os maiores focos de insatisfação e as comarcas que devem ser priorizadas para intervenção da Diretoria de Recursos Humanos. Todo ano há incremento no número de colaboradores que respondem à pesquisa. O maior índice de insatisfação diz respeito à falta de servidores e salários, além de estrutura física e equipamentos. A melhoria do indicador depende da atuação de outras áreas.
Oportunidades de melhorias	Comunicar os resultados das pesquisas aos Diretores das áreas envolvidas. Atualmente, os programas de melhorias foram disponibilizados aos diretores. Contar com a participação de representantes de outras diretorias ou, após o retorno das comarcas, realizar reunião com os diretores ou representantes para repassar as informações coletadas nos fóruns. Especificar o público-alvo que deve responder o questionário.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**AC 3 – DESENVOLVER A SAÚDE E O CLIMA ORGANIZACIONAL**
INDICADOR	**AC 3.2 – ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO**
O que mede	Mede as ausências dos colaboradores1 nas suas jornadas normais de trabalho
Por que medir	Para verificar o volume de falta dos colaboradores ao serviço. Serve, ainda, para identificar se os magistrados e servidores estão com saúde adequada para o desempenho de suas atividades laborais
Como medir	Absenteísmo total = (nº de dias não trabalhados / nº de magistrados e servidores x nº de dias úteis do ano) x 100
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos
Periodicidade	Anual
Tendência	6Quanto menor, melhor
Observações	1) Entende-se por colaboradores, para efeitos deste indicador, somente os magistrados e servidores do quadro ativo do PJSC.



Interpretação	Atualmente, não são computados os afastamentos de até 3 dias. O indicador trata somente dos afastamentos por motivo de saúde. Proposta de metas: reduzir 5% ao ano. Após contato com o CNJ, foi considerado, para efeitos de cálculo do indicador, o número de dias úteis do ano. Os resultados foram recalculados desde 2007.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar o indicador, possibilitando a análise de afastamentos de magistrados e de servidores, de 1º e de 2º graus, e por categorias. Alterar a redação da Resolução 29/06-GP, para exigir o envio das informações de afastamentos de até 3 dias para a DRH

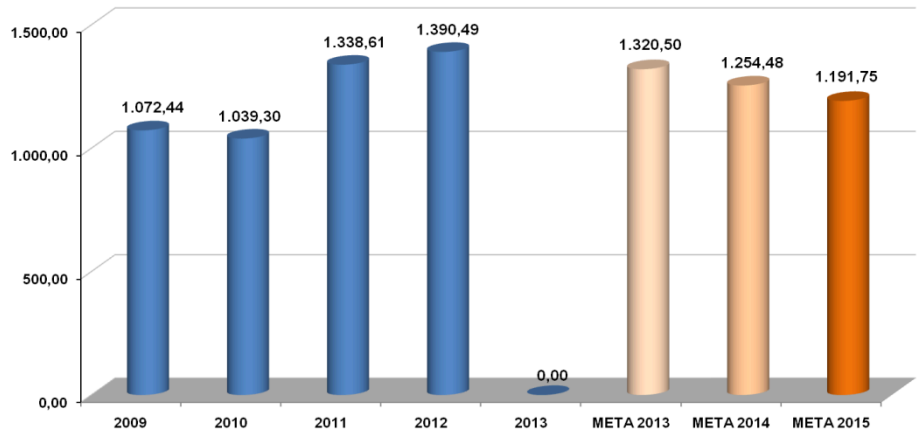
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**AC 3 – DESENVOLVER A SAÚDE E O CLIMA ORGANIZACIONAL**
INDICADOR	**AC 3.3 – PERCENTUAL DE COLABORADORES AFASTADOS**
O que mede	Quantidade de magistrados e servidores que foram afastados das atividades por motivo de doença, observando a Resolução nº 29/06-GP
Por que medir	Para conhecer o impacto dos afastamentos na força de trabalho
Como medir	(somatório de colaboradores1 que se afastaram por, pelo menos, 1 dia durante o período, por motivo de doença homologado pela Junta Médica / total de colaboradores) x 100
Quem mede	Diretoria de Saúde
Periodicidade	Anual
Tendência	6Quanto menor, melhor
Observações	1) Entende-se por colaboradores, pare efeitos deste indicador, somente os magistrados e servidores do quadro ativo do PJSC.



Interpretação	Atualmente, a depressão e a ansiedade se equiparam às doenças laborais como causas dos afastamentos. Em terceiro lugar estão as doenças respiratórias, combatidas parcialmente por meio da vacina contra a gripe.

Oportunidades de melhorias	Realizar reuniões periódicas com os Chefes de Secretaria de Foro para repassar as informações da atuação das Diretorias do TJSC. Enfatizar seu papel de promover esse elo entre a comarca e a administração.
	Ampliar a capacidade operacional da Diretoria de Saúde.
	Investir nos projetos Redes Humanas e Bem-Estar no Trabalho, pois poderão auxiliar na redução do índice.
	Alterar a periodicidade do indicador para anual.

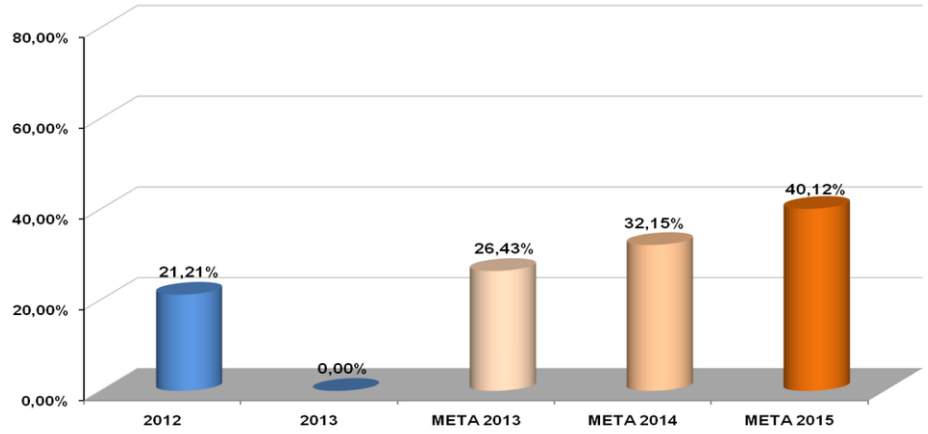
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**AC 4 – GARANTIR A INFRAESTUTURA APROPRIADA, COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**
INDICADOR	**AC 4.1 – EFICIÊNCIA OPERACIONAL**
O que mede	A despesa do PJSC em relação ao número de processos julgados nos 1º e 2º Graus de Jurisdição
Por que medir	Para verificar se a produtividade do PJSC está melhorando ao longo do período, ou seja, se está conseguindo, proporcionalmente, produzir mais em relação ao total das suas despesas
Como medir	Despesa Total Empenhada – Inativos – Precatórios – Investimentos + Depreciação / Processos Julgados
Quem mede	Diretoria de Orçamento e Finanças
Periodicidade	Anual
Tendência	6Quanto menor, melhor



Interpretação	Proposta de metas: reduzir 5% ao ano.
Oportunidades de melhorias	Criar novo indicador, contemplando o custo do processo administrativo. O desdobramento do indicador pode medir a eficiência das Diretorias.

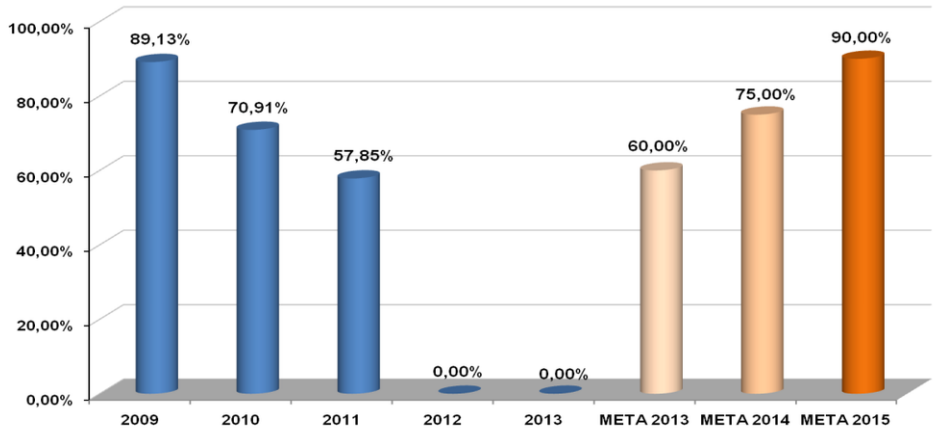
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**AC 4 – GARANTIR A INFRAESTUTURA APROPRIADA, COM RESPONSABILIDADE SOCIOMBIENTAL**
INDICADOR	**AC 4.2 – ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA FÍSICA**
O que mede	A capacidade da instituição em atender os quesitos socioambientais e de segurança1 nas suas instalações
Por que medir	Obrigação legal e economicidade
Como medir	Calcular o percentual de cada item: A = quantidade de prédios que atendem os critérios de sustentabilidade2 / quantidade de prédios; B = quantidade de prédios que atendem os critérios de acessibilidade3 / quantidade de prédios; C = quantidade de prédios que atendem os critérios de segurança4 / quantidade de prédios; Em seguida calcular a média: (A + B + C) / 3

Quem mede	Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor
Observações	1) Os quesitos considerados para efeitos do indicador atendem às exigências da Resolução n. 114 do CNJ. 2) Para o critério de sustentabilidade, foi considerado o reaproveitamento da água da chuva. 3) Para o critério de acessibilidade, foi considerado o acesso de cadeirantes a todos os ambientes de atendimento do prédio. 4) Para o critério de segurança, foi considerado o cercamento do terreno que envolve o prédio.



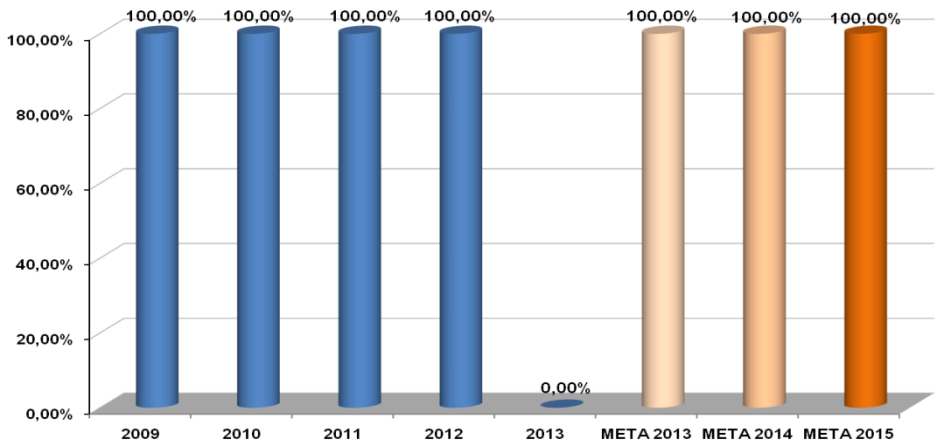
Interpretação	A DEA elaborou os cálculos de acordo com critérios escolhidos dentro da Resolução n. 114/2010-CNJ. Contudo, não atendem a todos os critérios de acessibilidade, segurança e sustentabilidade. Atualmente o PJSC possui 136 prédios, considerando imóveis que não são propriedade do órgão. A meta é que a acessibilidade atinja todos os prédios, até 2017.
Oportunidades de melhorias	Rever o cálculo do indicador, já que o termo “todos os critérios” inviabiliza a aferição do índice pela DEA.
	Desdobrar o indicador.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PO 1 – FORTALECER A CULTURA DE PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NA GESTÃO PARTICIPATIVA**
INDICADOR	**PO 1.1 – PERCENTUAL DE PROJETOS EXECUTADOS NA METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO**
O que mede	Todos os projetos que estão em execução no período. Um projeto é um conjunto de esforços com início e fim definidos, com o objetivo de proporcionar inovações e/ou melhorias em algumas atividades rotineiras. Será necessário verificar nas respectivas áreas o conjunto de projetos em execução para identificar quantos estão detalhados de acordo com a metodologia
Por que medir	Para garantir que os projetos executados pelo Tribunal observem a metodologia do planejamento no prazo e com o racional emprego dos recursos
Como medir	(Somatório de projetos realizados com a metodologia/total de projetos executados) x 100
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor



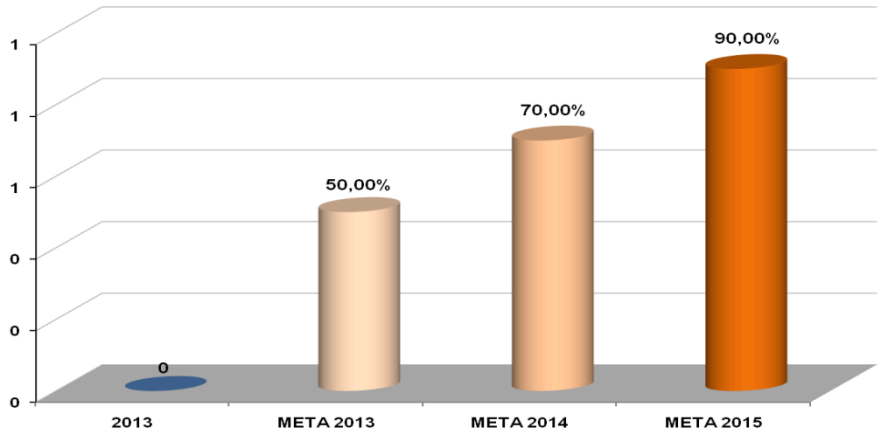
Interpretação	O indicador é calculado com base nos projetos cadastrados e detalhados no Sisproject. No entanto, algumas ações que as diretorias executam não chegam a ser cadastradas, detalhadas e/ou acompanhadas como projeto. É necessário garantir que essas informações fiquem sistematizadas para que o indicador seja confiável. Por isso, a Asplan está revisando e aperfeiçoando a metodologia de Gerenciamento de Projetos. A falta de prática de acompanhamento impacta também na execução orçamentária. O grupo constatou que os projetos que apresentam problemas são aqueles que não têm acompanhamento efetivo.
Oportunidades de melhorias	Aperfeiçoar a metodologia de Gerenciamento de Projetos. Retomar o controle e o acompanhamento de projetos, inclusive daqueles que não demandam orçamento no Sisproject. Retomar as reuniões quinzenais.
	Hierarquizar os projetos em três níveis (estratégico, tático e operacional). Iniciar a aplicação da metodologia e acompanhamento pelos prioritários (estratégicos) e ir evoluindo para os demais níveis.
	Acompanhar in loco os projetos que apresentaram problemas ou falharam. Intervir e cobrar soluções. Comunicar ao respectivo Diretor-Geral. Promover lições aprendidas.
	Promover maior integração e comunicação entre as diretorias. Trazer soluções para as reuniões. Expor aos diretores o que se espera deles nas reuniões de acompanhamento.
	Utilizar um mecanismo (semelhante ao do Sisproject) de alerta de vencimento de prazos para os gestores (diretores).

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PO 1 – FORTALECER A CULTURA DE PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NA GESTÃO PARTICIPATIVA**
INDICADOR	**PO 1.2 – PERCENTUAL DE DESCONCENTRAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO**
O que mede	A participação das áreas administrativas do Tribunal de Justiça, dos representantes da Justiça de 1º Grau e das entidades de classe na elaboração dos instrumentos orçamentários
Por que medir	Para buscar a efetiva participação de Órgãos, Magistrados e Servidores na discussão, elaboração e execução dos instrumentos de planejamento, permitindo a melhor distribuição dos recursos orçamentários no Estado. Dessa forma, possibilitará a definição de metas que conduzirão a um maior equilíbrio nas condições de funcionamento do Poder Judiciário. Objetiva, assim, a transparência e a verdadeira continuidade administrativa
Como medir	[total de representantes nas reuniões de elaboração do orçamento1 / (áreas administrativas + representantes da Justiça de 1º Grau + representantes das entidades de classe2)]
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor
Observações	1) Considera-se a participação dos representantes das 9 (nove) regiões da Justiça de 1º Grau somente nas reuniões de elaboração do Plano Plurianual de Investimentos – PPA. 2) São considerados representantes das entidades de classe: Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina – SINJUSC, Sindicatos dos oficiais de Justiça e Avaliadores de Santa Catarina – SINDOJUS e Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC.



Interpretação	Considerando que a LOA é consequência do PPA, não é necessário chamar os representantes do 1º grau para a elaboração da LOA, pois já participam da elaboração do PPA a cada quatro anos.
Oportunidades de melhorias	Incluir as entidades de classe na fórmula (numerador e denominador). Convidar as entidades de classe para participarem da elaboração das peças orçamentárias e/ou apresentar sugestões. Alterar a fórmula: contabilizar os representantes do 1º grau somente em ano de elaboração de PPA.

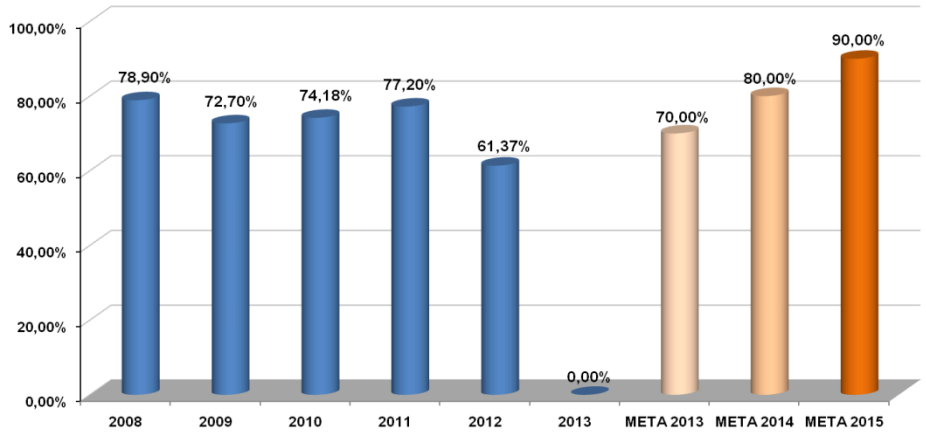
OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PO 1 – FORTALECER A CULTURA DE PLANEJAMENTO COM ÊNFASE NA GESTÃO PARTICIPATIVA**
INDICADOR	**PO 1.3 – ÍNDICE DE SUCESSO NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS**
O que mede	A eficiência no controle dos projetos estratégicos em andamento no PJSC
Por que medir	Para garantir que os projetos considerados estratégicos para o alcance da Visão Institucional estejam sendo executados dentro dos prazos e padrões previstos
Como medir	Projetos estratégicos em andamento e com suas metas internas alcançadas / total de projetos estratégicos previstos no plano para o período
Quem mede	Assessoria de Planejamento
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor



Interpretação	Nunca foi medido. A Asplan está revisando e aperfeiçoando a metodologia de Gerenciamento de Projetos.

Oportunidades de melhorias	Hierarquizar os projetos em três níveis (estratégico, tático e operacional). Iniciar a aplicação da metodologia e acompanhamento pelos prioritários (estratégicos) e ir evoluindo para os demais níveis.
	Tirar "concluído" da descrição do indicador. Considerar projetos estratégicos com etapas vencidas, metas alcançadas até o fim de cada ano, mesmo aqueles que ainda estão em andamento.
	Refinar a metodologia de Gerenciamento de Projetos e definir indicadores para cada projeto (prazo, orçamento e escopo).

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PO 2 – MAXIMIZAR O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS PARA GARANTIR A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA**
INDICADOR	**PO 2.1 – ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PREVISTO**
O que mede	O percentual de execução orçamentária das três fontes de receita: TJ, FRJ e SIDEJUD
Por que medir	Para garantir que os recursos planejados sejam efetivamente executados. A execução incompleta dos recursos destinados ao PJSC indica problemas no dimensionamento dos recursos ou incapacidade de executar todos os projetos planejados
Como medir	Calcular o percentual de execução orçamentária de cada uma das fontes de receita: A = (despesa empenhada total do TJ/orçamento total final do TJ) x 100; B = (despesa empenhada total do FRJ/orçamento total final do FRJ) x 100; C = (despesa empenhada total do SIDEJUD/orçamento total final do SIDEJUD) x 100; Considerando, para o orçamento total final, o orçamento original e todas as alterações (suplementações e anulações). Em seguida calcular a média das três contas: (A + B + C) / 3
Quem mede	Diretoria de Orçamento e Finanças
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor



Interpretação	A LOA 2012 foi elaborada com base na previsão de que o SIDEJUD seria de R$ 86 milhões. No entanto, no início do referido exercício, a taxa SELIC caiu e a previsão de arrecadação passou a ser de R$ 48 milhões. Por isso, a DOF fez um contingenciamento e solicitou o superávit de R$ 72 milhões. Porém, ao final do ano, foram executados apenas R$ 40,9 milhões.
Oportunidades de melhorias	Desdobrar o indicador e analisar a execução de cada fonte de recurso e de cada projeto. Mapear os motivos da inexecução: técnicos, políticos e externos (sobre os quais não temos governabilidade). Verificar o porquê da inexecução, identificar as causas e buscar soluções.
	Cientificar e sensibilizar os órgãos decisórios (Presidente, Conselho de Gestão Tribunal Pleno, etc.) sobre esses índices e sobre as consequências da inexecução.
	Considerar dois indicadores: índice de execução do orçamento previsto e índice de execução do orçamento disponibilizado (diminui o valor do contingenciamento).

OBJETIVO ESTRATÉGICO	**PO 2 – MAXIMIZAR O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS PARA GARANTIR A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA**
INDICADOR	**PO 2.2 – ÍNDICE DE ORÇAMENTO ESTRATÉGICO**

O que mede	Aguardando definição do CNJ
Por que medir	Aguardando definição do CNJ
Como medir	Percentual entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o orçamento total.
Quem mede	Diretoria de Orçamento e Finanças
Periodicidade	Anual
Tendência	5Quanto maior, melhor
Interpretação	A relevância de um projeto estratégico nem sempre é diretamente proporcional ao custo desse projeto. Por isso, o grupo entende que este indicador não é relevante e deve ser eliminado.

2. Desdobramento dos indicadores estratégicos

Conforme decidido pelos participantes das reuniões de análise estratégica, iniciou-se um projeto para desdobrar os indicadores estratégicos em táticos e operacionais. O primeiro trabalho foi realizado na Academia Judicial e serviu como modelo para disseminar a metodologia pelas demais áreas do PJSC.

O mapa tático-operacional da Academia ficou elaborado da forma a seguir.



Os indicadores tático-operacionais que refletem a missão da Academia Judicial ficaram assim descritos:

PERSPECTIVA GESTÃO E ESTRUTURA

Objetivo tático-operacional:

Aplicar com efetividade os recursos orçamentários

Indicador:

Percentual de execução do orçamento disponibilizado para a Academia Judicial

Objetivo tático-operacional:

Modernizar a infraestrutura física da Academia Judicial

Indicadores:

Satisfação dos alunos com a infraestrutura física da Academia Judicial

Satisfação dos professores e instrutores com a infraestrutura física da Academia Judicial

Satisfação dos alunos e tutores com a infraestrutura tecnológica da Academia Judicial

Objetivo tático-operacional:

Estruturar o quadro de formadores e o corpo técnico-administrativo

Indicadores:

Titulação do corpo de formadores internos da Academia Judicial

Percentual de magistrados e servidores que atuam como formadores

Titulação do corpo técnico-administrativo da Academia Judicial

PERSPECTIVA PROCEDIMENTOS INTERNOS

Objetivo tático-operacional:

Criar espaços para construção do conhecimento

Indicadores:

Número de publicações realizadas

Número de eventos e cursos internos

Número de pedidos individuais para participação em cursos e eventos externos

Número de núcleos de estudos e pesquisas

Percentual de Residentes Judiciais

Objetivo tático-operacional:

Assegurar a qualidade, inovação e disponibilidade das ações educacionais

Indicadores:

Número de cursos a distância

Média das notas de eventos e cursos internos

Objetivo tático-operacional:

Racionalizar e sistematizar fluxos, rotinas e procedimentos

Indicadores:

Percentual de procedimentos mapeados

Tempo de tramitação dos processos administrativos

PERSPECTIVA PÚBLICO-ALVO

Objetivo tático-operacional:

Aprimorar a formação profissional de magistrados e servidores

Indicadores:

Percentual de magistrados aprimorados em formação continuada

Percentual de magistrados aprimorados em formação suplementar

Número de horas-aula de aprimoramento para magistrados em formação continuada

Número de horas-aula de aprimoramento para magistrados em formação suplementar

Percentual de servidores aprimorados em formação inicial

Percentual de servidores aprimorados em formação continuada

Percentual de servidores aprimorados em formação suplementar

Número de horas-aula de aprimoramento para servidores em formação inicial

Número de horas-aula de aprimoramento para servidores em formação continuada

Número de horas-aula de aprimoramento para servidores em formação suplementar

Percentual de evasão de magistrados e servidores em cursos e eventos realizados pela Academia Judicial

Objetivo tático-operacional:

Capacitar colaboradores para atuação no Judiciário e atendimento à sociedade

Indicadores:

Número de colaboradores capacitados

Número de horas-aula de capacitação para colaboradores

3. Revisão do Planejamento estratégico nacional

O Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário, estabelecido pela Resolução n. 70/2009, foi instituído para vigorar entre 2010 e 2014. Por essa razão, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ já iniciou o processo de revisão deste planejamento, de forma a haver tempo hábil para que os Tribunais elaborem o próprio Plano, como desdobramento do nacional.

Mais especificamente, cabe mencionar que os trabalhos para desenvolvimento do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020 iniciaram-se em março do corrente ano e têm previsão para ser concluídos, conforme cronograma do CNJ, em novembro de 2014.

Durante os encontros foram estabelecidas as políticas para definição da Estratégia (principais focos) e das Metas Nacionais de 2014; estruturação do Comitê Gestor Nacional e Subcomitês; análise de cenário observando-se as políticas e as diretrizes; e elaboração do novo Mapa Estratégico 2015-2020 e Metas Nacionais 2014, de acordo com sugestões dos Tribunais e aprovação pelos seus presidentes no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, em Belém, Pará.

Consigna-se, ainda, que o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina foi eleito para compor o Subcomitê da Justiça Estadual representando a Região Sul.

· **Metas 2014 para o segmento da Justiça Estadual**

Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2: Identificar e julgar, até 31-12-2014, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31-12-2010, no 1º grau, e até 31-12-2011, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31-12-2011, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.

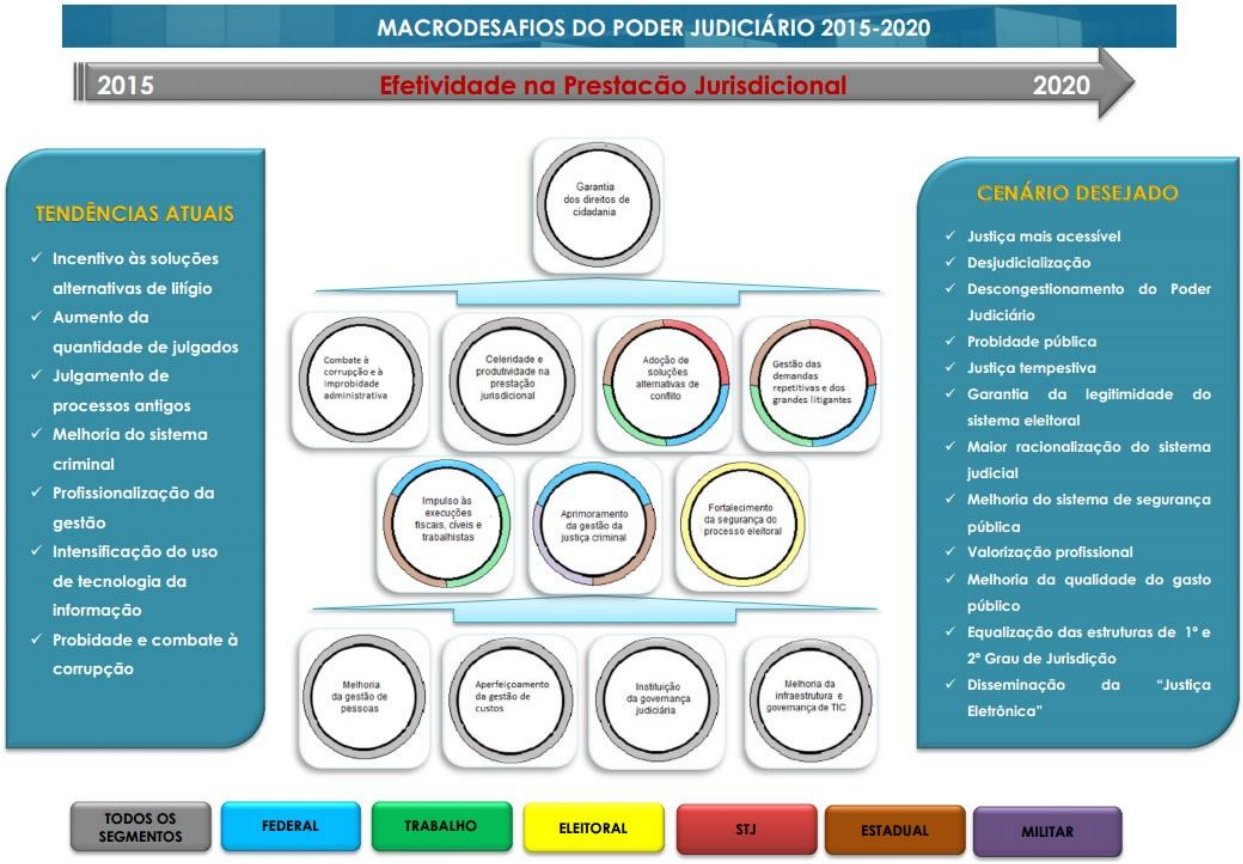
Meta 3: Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área-fim.

Meta 4: Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012; e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

Meta 6: Identificar e julgar, até 31-12-2014, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2011, no 1º grau e no TST, e até 31-12-2012, no 2º grau.

Meta Específica: Mapear, pelo menos, 60% das competências dos Tribunais, até 31-12-2014, para subsidiar a implantação da gestão por competências.

· **Mapa Estratégico do Poder Judiciário 2015-2020 e macrodesafios**



4. Coleta e cadastramento de dados relativos ao Projeto "Justiça em Números" do CNJ

A Asplan é responsável pela compilação e pelo encaminhamento semestral, ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, pelo sistema informatizado, dos dados relativos ao Projeto "Justiça em Números". O objetivo do CNJ é que os dados sejam referência para a criação de uma cultura de planejamento e gestão estratégica.

Nos termos da Resolução nº 76/2009, do CNJ, o citado Projeto envolve informações sobre orçamento, recursos humanos, litigiosidade, congestionamento e produtividade.

As informações estão disponíveis no seguinte endereço: http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros.

Acrescenta-se que o CNJ lançou o "Selo Justiça em Números", que será concedido em reconhecimento aos tribunais que alcançarem excelência na gestão da informação.

O referido selo "busca reconhecer o trabalho dos tribunais e incentivá-los a aprimorar seus sistemas de informação". São três os objetivos principais da distinção: incentivar o aprimoramento do sistema de estatísticas do Poder Judiciário; melhorar a qualidade da informação; e contribuir para a produção de dados confiáveis sobre a Justiça brasileira.

Em razão da ausência de alguns dados no último relatório enviado ao CNJ, onde os mesmos foram informados como ND – Não Disponíveis, a Assessoria de Planejamento está tomando providências no sentido de sanar os problemas e melhorar a qualidade da informação encaminhada ao CNJ.

5. Questionário de Gestão Estratégica

O CNJ encaminha anualmente um questionário endereçado aos Presidentes dos Tribunais com o objetivo de realizar levantamento de informações para subsidiar diagnóstico que reflita o panorama da gestão no Poder Judiciário.

Com isso, busca aferir o nível de aderência das práticas de gestão adotadas pela Justiça brasileira ante os parâmetros estabelecidos na Resolução CNJ n. 70, de 18 de março de 2009, e avaliar a maturidade organizacional alcançada com a implementação da gestão estratégica.

No último questionário enviado, buscou-se ainda, como diretriz, dar continuidade à revisão do Plano Estratégico do Poder Judiciário, prevista para ser concluída em 2014 e com validade para o período de 2015-2020.

Informa-se que o referido questionário é respondido pela Assessoria de Planejamento – Asplan e aborda questões relacionadas ao planejamento da estratégia (formulação da estratégia, gestão participativa do orçamento, plano de aquisição); execução da estratégia (gestão por processos, gestão de projetos); monitoramento e avaliação da estratégia (desempenho dos objetivos estratégicos, reuniões de análise da estratégia – RAEs), capacitação e tecnologia, plano de comunicação da estratégia, inovação, aderência aos indicadores nacionais, entre outros.

Consigna-se ainda que o resultado do questionário de 2013 foi divulgado no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado no mês de novembro, em Belém, PA, visando à construção compartilhada de soluções que removam as eventuais dificuldades encontradas e, ainda, o estabelecimento de mecanismos mais simples e eficazes para implementação e monitoramento dos resultados institucionais relevantes.

6. *Software* de gestão estratégica

Estudos estão sendo realizados com vistas a aprimorar a consecução da estratégia e sistematizar de forma mais adequada os indicadores estratégicos, táticos e operacionais deste Poder, para, assim, integrar as informações das diversas áreas que compõem o Judiciário catarinense e auxiliar o processo de tomada de decisão por parte dos gestores. Para isso, a Assessoria de Planejamento vem analisando algumas soluções tecnológicas de gestão estratégica, por meio de interação com o mercado e outros órgãos públicos.

7. Gestão por projetos

· Metodologia

Desde a elaboração do primeiro planejamento estratégico do Poder Judiciário de Santa Catarina, em 2000, e da adesão ao Programa de Qualidade no Serviço Público (hoje denominado Gespública), no mesmo ano, inúmeras oportunidades de melhorias foram identificadas e demandaram um método científico de gestão.

Como consequência, a Assessoria de Planejamento adotou o Planejamento Estratégico Situacional e desenvolveu um sistema informatizado denominado Sisproject, para auxiliar os gestores nessa tarefa.

Com o passar do tempo, a estrutura do Judiciário catarinense cresceu e, com ela, o número de projetos e investimentos também. Hoje, existem dezenas de projetos/atividades ativos no Sisproject. Por isso, nos últimos anos, a Assessoria de Planejamento tem estudado formas de evoluir sua metodologia de gerenciamento de projetos.

Uma compilação da metodologia está sendo elaborada com base na experiência adquirida até aqui, na bibliografia, em especial no Guia PMBOK, e na experiência de outros órgãos públicos. Outro ponto

importante, que tende a facilitar o acompanhamento de projetos, é a possibilidade de cadastrá-los no *software* MS Project e realizar a importação automática de dados para o Sisproject.

É importante destacar que, ao adotar uma metodologia de gestão, a Asplan preza pela simplicidade e tem como premissa o bom uso dos recursos públicos.

· **Projetos Estratégicos**

Durante o ano de 2013, a Assessoria de Planejamento atuou diretamente nos projetos estratégicos, assim denominados por estarem sob responsabilidade direta do Gabinete da Presidência e requererem envolvimento das diversas diretorias deste Tribunal.

Em linhas gerais, a maioria dos projetos estratégicos tem sua fase de iniciação formada pela identificação da necessidade, autuação de processo administrativo e aprovação por resolução ou despacho. A fase de planejamento é caracterizada por verificação de disponibilidade orçamentária, elaboração de cronograma e definição de responsáveis. A fase de execução é o momento em que cada área efetivamente realiza as ações planejadas. A fase de controle acontece concomitantemente à fase de execução, por meio de reuniões semanais de acompanhamento de projetos, interação/comunicação entre as áreas e documentação. Por fim, a fase de encerramento ocorre quando o projeto é concluído e entra em operação. Nesta fase, é necessário verificar se todas as ações planejadas foram executadas, documenta-se o que pode ser melhorado para os próximos projetos (lições aprendidas) e encerra-se o processo administrativo.

Seguem os projetos estratégicos de 2013 e suas respectivas situações.

· **Vara da Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa** – instalada em abril/2013.

· **Vara da Família, Infância e Juventude de Balneário Camboriú:** instalada em 31-10-2013, aguarda reunião de encerramento do projeto e lições aprendidas.

· **Vara Regional Bancária de Itajaí:** instalada em 31-10-2013, aguarda reunião de encerramento do projeto e lições aprendidas.

· **Vara Regional de Execuções Fiscais Estaduais de Chapecó:** instalada em 13-11-2013, aguarda reunião de encerramento do projeto e lições aprendidas.

· **Vara Regional de Execuções Fiscais Estaduais de Blumenau:** instalada em 22-11-2013, aguarda reunião de encerramento do projeto e lições aprendidas.

· **Vara Regional Bancária de Balneário Camboriú:** instalada em 22-11-2013, aguarda reunião de encerramento do projeto e lições aprendidas.

· **2ª Vara de Santo Amaro da Imperatriz:** pendente de aprovação pelo Tribunal Pleno.

· **Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas da Capital:** instalada em dezembro de 2013.

· **Unidade Judiciária de Cooperação – Juizado Especial Cível do Sul da Ilha – Capital:** pendente de espaço físico.

· **Setor de Digitalização:** aguardando nomeação de Analistas Jurídicos.

- **Reforma global do prédio do Arquivo Central:** em execução.
- **Ocupação do novo prédio do Arquivo Central:** em execução.
- **Ocupação do novo prédio da Almirante Lamego:** aguardando relatório de vistoria da Diretoria de Engenharia e Arquitetura.
- **Ocupação do antigo prédio da Prefeitura de São José:** aguardando relatório de vistoria da Diretoria de Engenharia e Arquitetura.
- **Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinete de Magistrados de 1º Grau:** instituído pela Resolução n. 17/2013, de 12 de março de 2013, nas comarcas da Capital e Joinville.

Para 2014, necessário se faz dar continuidade às práticas de gerenciamento de projetos estratégicos, com alguns ajustes ou melhorias na metodologia.

- **Projetos Tático-Operacionais**

Os projetos tático-operacionais são assim denominados por serem gerenciados no âmbito das diversas diretorias deste Tribunal, mas que também impactam os resultados estratégicos.

A Assessoria de Planejamento atualizou o *status* de todos os projetos e atividades cadastrados no Sisproject.

Em paralelo, está sendo confeccionada uma compilação da metodologia e dos *templates* (modelos) personalizados ao Poder Judiciário de Santa Catarina. A intenção é disponibilizar esse material aos diretores, assessores técnicos e demais gerentes de projetos, de forma a servir de guia para que cada área seja bem-sucedida nas fases de iniciação, planejamento, execução e encerramento dos projetos tático-operacionais.

Com relação à fase de controle, a Assessoria de Planejamento pretende promover reuniões periódicas entre gerentes de projetos e de corpo diretivo.

- **Capacitação em Gerenciamento de Projetos**

Com o objetivo de disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos e capacitar diretores, assessores técnicos e demais gerentes de projetos, a Academia Judicial promoveu, em 2013, três cursos:

- Gerenciamento de Projetos
- Gerenciamento de Portfólio
- MS Project 2010

8. Projeto *check-list* – Auxiliar chefes de secretaria na gestão dos fóruns

Em 2010, o Tribunal de Justiça editou a Resolução nº 44/2010-GP, que estabeleceu critérios e disciplinou a emissão de requisições de pequenos serviços e compras para todas as unidades administrativas do Poder Judiciário. Com a sua implantação, verificou-se, a partir de 2011, a necessidade de se disponibilizar as secretarias de foros orientações de modo a estabelecer um padrão mínimo de qualidade, principalmente no que se refere à manutenção predial, limpeza e conservação.

As Secretarias dos Fóruns necessitam de alinhamento contínuo de suas atividades com todos os órgãos da Secretaria do Tribunal, razão pela qual havia a necessidade de implantação de um checklist de procedimentos e orientações de rotinas padronizadas no que tange à gestão dos fóruns. Visando o efetivo desenvolvimento de suas atividades, aponta-se no sentido da capacitação dos chefes de secretaria para melhorar a manutenção predial em geral, evitando, com isso, custos elevados com reformas e outros serviços relacionados.

Verificou-se a necessidade de que as atividades exercidas sejam efetuadas de modo planejado, preventivo e padronizado, evitando-se desperdícios e retrabalhos, proporcionando a melhoria da comunicação e do fluxo de trabalho em relação aos procedimentos de acompanhamento e execução de serviços necessários à manutenção do fórum.

A Assessoria de Planejamento elaborou projeto para estruturar e dar suporte às secretarias dos fóruns, no sentido de dotá-las de um checklist de procedimentos e orientações que auxiliem na gestão, envolvendo o funcionamento e manutenção preventiva para que as atividades desenvolvidas sejam praticadas de forma proativa e planejada, de modo que os serviços prestados pelos fóruns não sofram solução de continuidade, permitindo o monitoramento por todas as áreas envolvidas do Tribunal de Justiça.

No tocante à execução do Projeto, foram realizadas no mês de abril de 2012 reuniões com a equipe de implantação de serviços judiciários e com os responsáveis pelas diretorias de Engenharia e Arquitetura, Infraestrutura, Material e Patrimônio, Orçamento e Finanças e Recursos Humanos, para a elaboração do checkllist.

Para apresentação dos tópicos do checklist de procedimento foi realizado um wokshop no mês de junho de 2012, com a participação de seis chefes de secretarias, convidados pela Assessoria de Planejamento – Barra Velha, Chapecó, Concórdia, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul.

Na sequência foi disponibilizado aos seis chefes de secretarias e às Diretorias de Engenharia e Arquitetura, e Infraestrutura, um *hotsite* para avaliação e sugestão de melhoria do checklist, culminando com a criação do *site* Portal do Servidor.

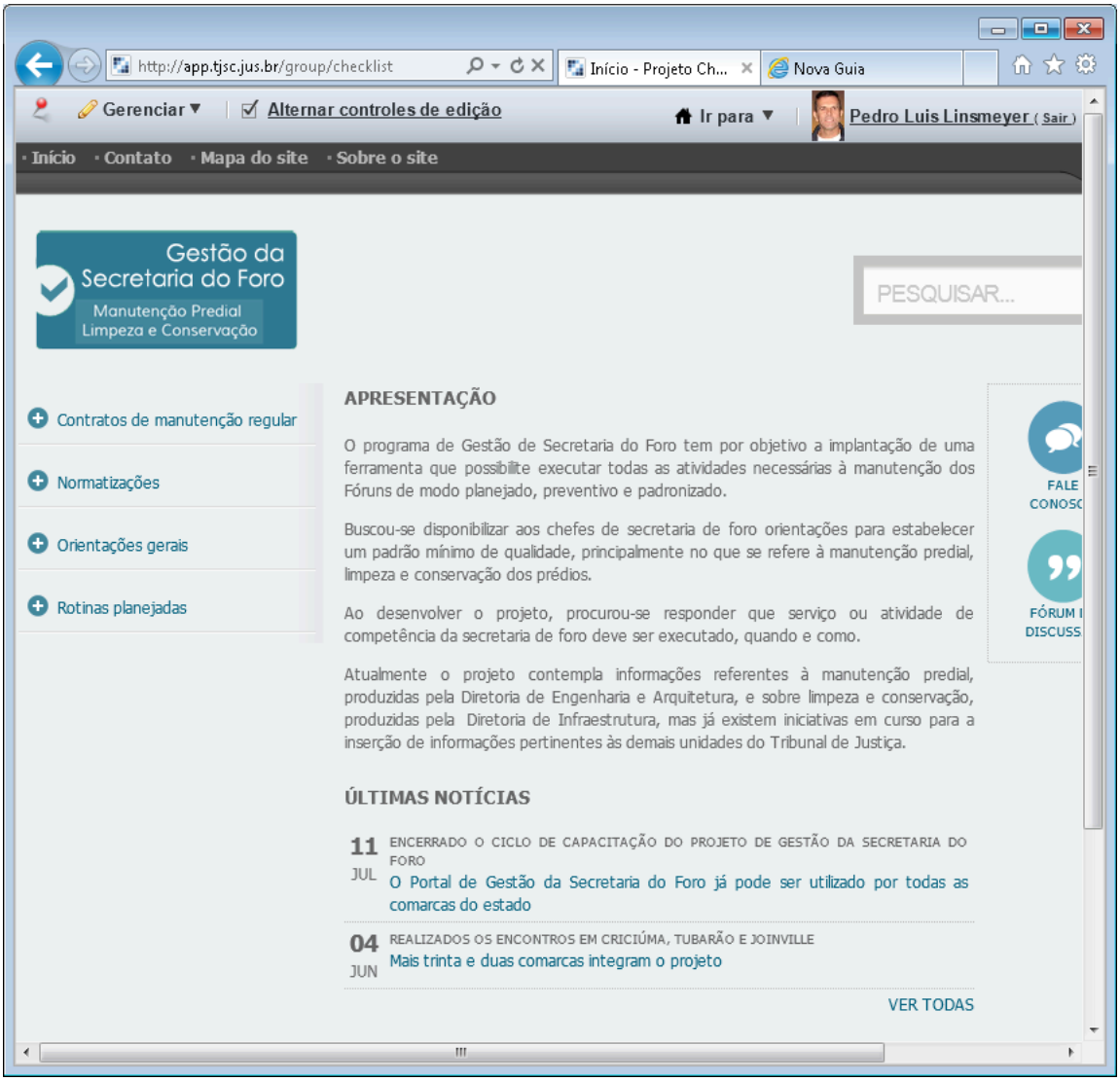
Durante os meses de Janeiro a março efetuou-se a revisão gramatical do material e a forma de disponibilização no Portal do Servidor. Paralelamente, foi definido o cronograma de implantação, o qual ocorreu nos meses de abril a junho, para os chefes de secretarias e seus substitutos, por meio de 10 reuniões regionais, as quais se realizaram nas seguintes sedes de comarca: São Miguel do Oeste, Concórdia, Fraiburgo, Lages, Criciúma, Tubarão, Joinville, Itajaí, Blumenau e Capital.

Após efetuada a avaliação e repercussão do projeto foi decidido desenvolver em incluir procedimentos para a inclusão no checklist referentes as diretorias de Recursos Humanos e de Orçamento e Finanças que estão sendo desenvolvidos desde agosto de 2013.

No mês de Dezembro de 2013 o material da Diretoria de Orçamento e Finanças Foi apresentado, e parte das informações da Diretoria de Recuros Humanos

A disponibilização do material será feita por meio do Portal de Gestão de Secretaria do Foro durante o exercício de 2014. A Asplan continua com o acompanhamento, avaliação, monitoramento e mediador do portal em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação.

Formato da Apresentação do Portal de Gestão de Secretaria do Foro:



Reuniões de Apresentação e Implantação do Portal Gestão de Secretaria do Foro:



9. Gestão por processos

· **A opção pela Gestão por Processos, com foco na melhoria contínua**

A Gestão de Processos tem sido compreendida como importante ferramenta disponível para acompanhar, avaliar e, quando necessário, redesenhar os processos de trabalho, visando à melhoria contínua destes e ao alinhamento das atividades aos objetivos estratégicos da organização.

Dessa forma, identificou-se como prioridade ao PJSC adotar uma metodologia de Gestão de Processos que possibilite o mapeamento e o diagnóstico dos fluxos atuais, a identificação de oportunidades de melhorias, o desenho e a aplicação de novos fluxos, a definição de indicadores táticos e operacionais e o acompanhamento dos resultados.

A referida metodologia permitiria, portanto, o melhor conhecimento da forma como são desenvolvidos os trabalhos pelos colaboradores até o alcance dos resultados pretendidos pela Administração. Assim, poder-se ia buscar uma aproximação do fluxo ideal do processo, que proporcione mais eficiência no atendimento das necessidades, ou seja, o alcance dos resultados esperados em menos tempo e com menos recursos, atualmente já escassos.

Verifica-se, dessa forma, que, com a implantação da Gestão de Processos, será possível manter um ciclo de melhoria contínua dos processos, planejando, executando, avaliando, aprendendo e aperfeiçoando sempre. O mapeamento, análise e gestão dos processos, fomentaria a utilização parcimoniosa de recursos, com foco na eficiência, na qualidade e na utilidade dos diversos serviços prestados pela instituição.

· **A implantação da Gestão por Processos no PJSC**

Com o intuito de buscar maior agilidade na consecução do projeto de implantação da Gestão de Processos e como forma de garantir a aderência metodológica institucional, essencial à implantação e controle posterior da Gestão por Processos, percebeu-se como necessário contar com o auxílio de empresas e profissionais especializados e com comprovada experiência na Gestão de Processos.

Desta forma, o Conselho de Gestão do TJSC aprovou a contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para auxiliar no projeto de implantação da Gestão de Processos. Este teve como objetivo geral a institucionalização da ferramenta de Gestão de Processos e, dentre outros objetivos específicos, vislumbrou que fosse desenvolvida uma metodologia de Gestão de Processos para esta Corte e realizado o mapeamento de 8 (oito) processos de trabalho.

O projeto contando com o apoio da FGV teve início em julho de 2013 e tem previsão de duração de 12 (doze) meses. Logo em suas etapas iniciais foi elaborada a Cadeia de Valor do PJSC, onde, partindo-se do planejamento estratégico do TJ, foi realizado o alinhamento entre a estratégia estabelecida e a operacionalização dos processos que a concretizam.

· **A Cadeia de Valor do Poder Judiciário catarinense**

A "Cadeia de Valor do Judiciário" pode ser conceituada como o mapa integrado dos "macroprocessos essenciais da organização", que, por sua vez, correspondem ao conjunto de todas as ações empreendidas pelo Judiciário catarinense, necessárias e suficientes para o cumprimento da missão institucional. Ela pretende demonstrar a lógica estratégica desta Corte para transferir valor para os seus intervenientes e beneficiários. Trata-se de uma construção lógica de macroprocessos encadeados, um caminho crítico em que cada macroprocesso representa uma transformação capaz de agregar valor para o macroprocesso seguinte. Pode-se dizer que é a primeira camada de mapeamento e oferece pouco detalhamento, mas oferece uma visão de toda a organização.

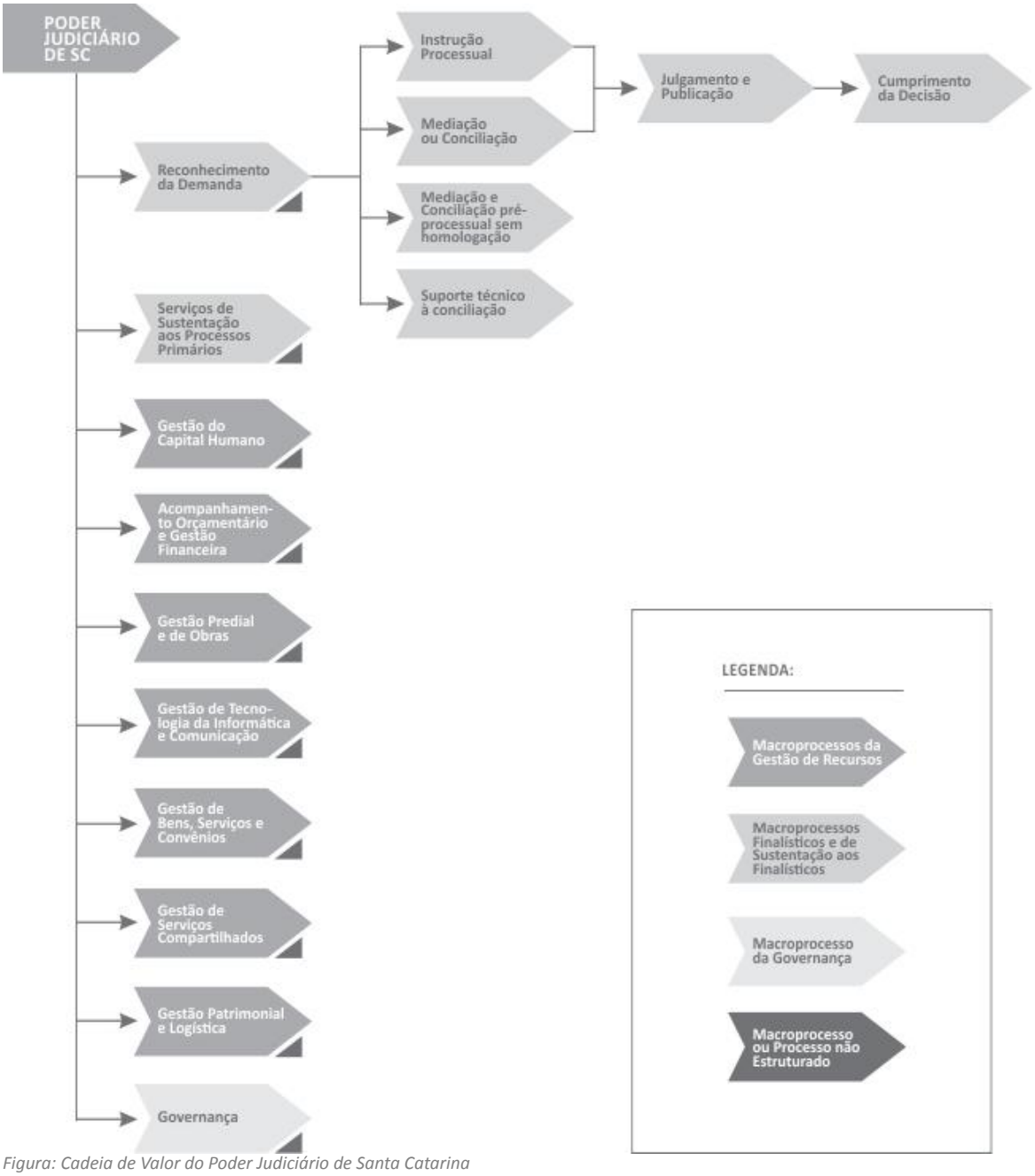


Figura: Cadeia de Valor do Poder Judiciário de Santa Catarina

Para a construção da Cadeia de Valor, instrumento inédito no âmbito do Judiciário catarinense, e a descrição do escopo dos macroprocessos que a integram foram realizadas 17 (dezessete) oficinas com mais de 80 (oitenta) representantes de todas as diretorias do TJSC, além de representantes da Academia Judicial e da Corregedoria-Geral da Justiça.

- **Mapeamento de processos e disseminação da metodologia**

Estruturada a "Cadeia de Valor do Judiciário", a qual permitiu a compreensão da ação do PJSC como um todo, pode-se empreender o mapeamento coordenado de processos de trabalho, os quais representam graficamente a realidade operacional.

Com este propósito, e como forma de disseminar a filosofia da Gestão de Processos, de padronizar a linguagem utilizada no mapeamento de processos e de investir no desenvolvimento dos servidores para realizar tal atividade, inicialmente, foi oferecida capacitação a 30 (trinta) colaboradores nas ferramentas e

metodologia de mapeamento de processos e na convenção de linguagem, totalizando 32 (trinta e duas) horas-aula.

Em sequência, iniciou-se o mapeamento dos 4 (quatro) processos previstos para serem realizados neste ano de 2013.

O primeiro processo mapeado, em outubro, foi o de Pregão Presencial, identificado no macroprocesso de Licitação da Gestão de Bens, Serviços e Convênios. A escolha deste foi motivada pelo grande número de clientes a serem beneficiados com a melhoria do aludido processo de aquisição. Este foi desdobrado em 4 (quatro) processos: 1) Preparação do Edital; 2) Divulgação do Edital; 3) Sessão Pública do Pregão; e 4) Impugnação ou Questionamento.

O segundo processo trabalhado, em novembro, foi o de Execução das Despesas, identificado no macroprocesso de Acompanhamento Orçamentário e Gestão Financeira. Este foi examinado desde a aferição da disponibilidade orçamentária até a efetiva liquidação da despesa, restando, desta forma, em quatro processos: 1) Disponibilização Orçamentária e Financeira; 2) Empenho; 3) Liquidação; e 4) Pagamento.

O terceiro processo examinado e mapeado, também em novembro, foi o do Fluxo de Correspondências, Processos e Malotes, como forma de otimizar os custos decorrentes da contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, contrato de grande vulto celebrado por este Tribunal.

Os 3 (três) primeiros processos mapeados caracterizaram-se por serem da esfera Administrativa do TJSC. Já o quarto processo mapeado, em dezembro de 2013, foi o de Arquivamento, desarquivamento e rearquivamento de processos judicias de 1º Grau, do Macroprocesso de Gestão de Serviços Compartilhados / Gestão de Serviços de Documentação. Este trabalho distinguiu-se dos anteriores na medida em que se constitui como um processo bastante próximo da atividade primária e alinhado à recente iniciativa do CNJ de priorizar recursos e ações para o primeiro grau de jurisdição.

As oficinas para os mapeamentos contaram com a participação de diversos setores que atuam nos processos de trabalho examinados, bem como com a colaboração de representantes da Assessoria de Planejamento, das Diretorias-Gerais Administrativa e Judiciária, da Auditoria Interna e dos clientes dos processos.

Para todos os processos mapeados foram também identificados problemas visíveis que influenciam os seus desempenhos e, subsequentemente, examinadas as oportunidades de melhorias (OMs), que podem resolver ou mitigar tais problemas. Estas OMs podem ser implantadas em curto prazo, pela própria equipe do processo, ou em médio prazo, enquanto projetos.

No mesmo sentido, buscou-se estabelecer indicadores operacionais para os processos mapeados, como forma de: 1) melhor subsidiar os gestores com informações essenciais para a tomada de decisões; 2) propiciar o acompanhamento da qualidade dos processos e dos respectivos produtos, com a verificação constante das oportunidades de melhoria; e 3) facilitar o alinhamento das atividades operacionais ao planejamento estratégico institucional.

Para o primeiro semestre de 2014, na continuidade deste projeto está prevista a realização de outros 4 (quatro) mapeamentos de processos (5º ao 8º). A seleção destes trabalhos deverá ser pautada pelas diretrizes da Administração.

Por fim, ainda no ano vindouro, na esteira das atividades do projeto está prevista a realização de estudos com o propósito de apontar diretrizes que poderiam dar suporte a um núcleo institucional especializado

nesta ferramenta de Gestão de Processos.

10. Estudo sobre as demandas de espaço físico da comarca da Capital e TJ

Com o propósito de atender a determinação da Presidência, estabelecida no processo administrativo n. 508801-2013.1, foram empreendidos estudos para realizar a prospecção de necessidade de ocupação de edifícios para a área judiciária e administrativa do TJSC e da comarca da Capital.

Tendo-se por referência o crescimento da demanda processual e a implicação direta no crescimento do quadro de colaboradores e, por consequência, da ampliação dos espaços físicos disponíveis, o estudo compilou e projetou até o ano de 2033 dados oriundos do Projeto de Cenários, da Diretoria de Recursos Humanos, acerca dos dados de pessoal, e da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, acerca de dados prediais.

O relatório do referido estudo seguiu para apreciação e aprovação da Presidência.

11. Projeto das demandas judiciais em Santa Catarina (Cenários)

A análise e a correlação de informações sobre a demanda judicial, tanto em retrospectiva como em projeção, bem como a estrutura do Poder Judiciário catarinense em termos de pessoal, prédios, tecnologia da informação e infraestrutura, em geral, têm servido de fundamento para a tomada de decisões administrativas em diversos níveis da instituição.

Principal exemplo disso são as alterações da estrutura forense, em especial a definição de novas unidades jurisdicionais. Tal procedimento se dá pela normatização da Resolução n. 28/2010, segundo a qual "Caberá à Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça apresentar à Presidência, anualmente, estudo comparativo do movimento forense de cada subseção, região, circunscrição, comarca, vara e juizado especial, com ênfase na distribuição e no julgamento de processos, bem como projeção de demandas futuras [...]" (art. 2º).

Na sessão do dia 20 de março de 2013, o Tribunal Pleno aprovou, por votação unânime, o relatório de estudo de previsão da demanda judicial nas comarcas de Santa Catarina (Cenários), apresentado por meio do Processo Administrativo n. 485566-2012.3 (ver na sequência). O relatório havia sido aprovado, da mesma forma, pelo Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, no dia 4 de março de 2013.

Em 2013, foram instaladas 5 (cinco) varas, com base nas informações contidas no relatório, quais sejam: Vara da Família, Infância e Juventude na comarca de Balneário Camboriú; Vara Regional de Execuções Fiscais na comarca de Chapecó; Vara Regional de Direito Bancário na comarca de Itajaí; Vara Regional de Direito Bancário na comarca de Balneário Camboriú; e Vara Regional de Execuções Fiscais na comarca de Blumenau.

Relatório: Estudo das demandas judiciais do Estado de Santa Catarina – Análise e prospecções

- **Apresentação**

Fundamentado nos ditames da Resolução n. 28/2010–TJ (anexo I), o presente projeto visa a submeter à Presidência as conclusões do "Estudo das demandas judiciais do Estado de Santa Catarina" (anexo II), desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC por meio do Contrato n. 77/2011, o qual projeta as demandas judiciais até 2020.

Para tanto, observou-se o impacto de indicadores sociais e econômicos no ingresso processual, além de dados estatísticos e informações gerenciais segmentados por comarcas e naturezas processuais.

Ao final desse relatório, apontam-se as comarcas que, estatisticamente, possuem maior probabilidade de incremento de ações judiciais, observada sua classificação por entrâncias.

· **Conceito**

A metodologia utilizada para a obtenção das projeções considerou os modelos de dados em painel, além de formulações mais amplas, conhecidas como modelos mistos ou multinível (fl. 33, relatório UFSC), usando-se como variáveis socioeconômicas a população, os veículos *per capita* e a taxa de urbanização, por se tratar de indicadores disponíveis em todas as regiões do Estado.

As projeções apontam o ingresso das demandas por comarcas, considerando-se as seguintes naturezas processuais:

- Cível;
- Criminal;
- Executivo Fiscal;
- Executivo Penal;
- Família;
- Fazenda Pública;
- Infância e Juventude;
- Juizado Especial Cível;
- Juizado Especial Criminal; e
- Precatórias.

Importante frisar que o conjunto das naturezas supramencionado é resultante da análise feita por esta Assessoria e a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC, na qual se buscou aglutinar as classes processuais disponíveis no Sistema de Automação do Judiciário – SAJ, conforme suas correlações.

Agregam-se a isso as informações extraídas das bases computacionais deste Tribunal de Justiça, bem como da Corregedoria-Geral da Justiça – CGJ: histórico de entradas processuais, estoque, sentenciados, entre outros.

· **Comparativo do movimento forense**

No aspecto geral, a projeção da taxa de crescimento da Justiça de 1º Grau aproxima-se de 5% ao ano. Assim, a entrada de processos, que foi de aproximadamente 900 mil em 2011, está projetada para cerca de 1,5 milhão em 2020.

O Gráfico 1 mostra o comportamento do crescimento das demandas judiciais, relacionando-o com o número de processos sentenciados e o consequente aumento do estoque.

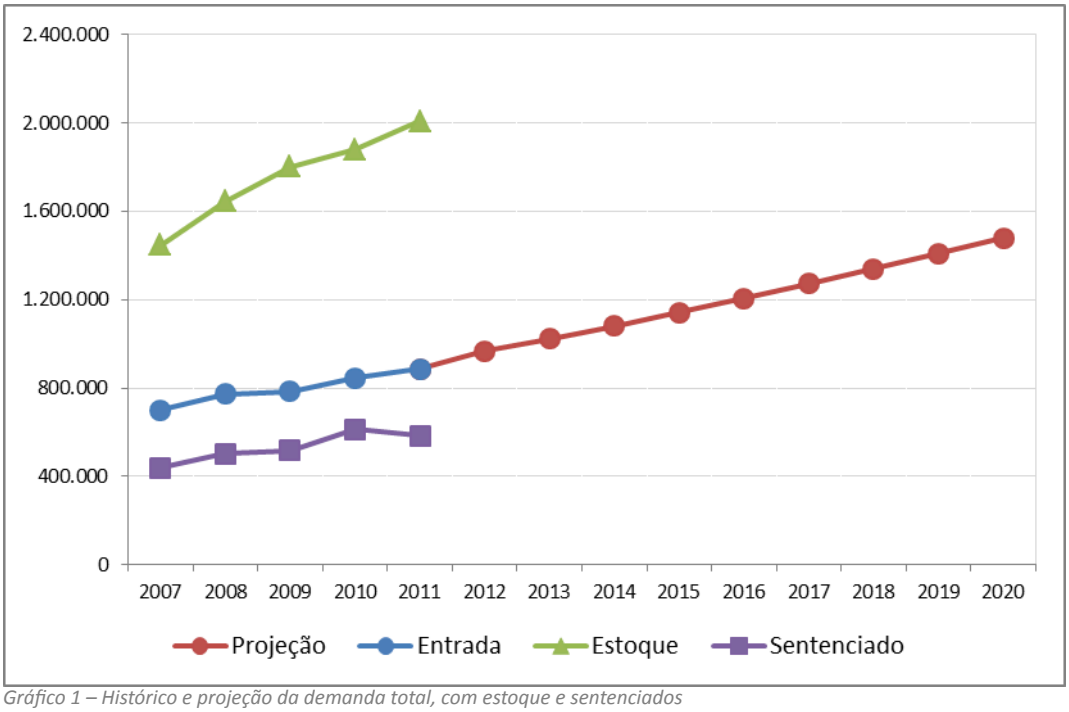


Gráfico 1 – Histórico e projeção da demanda total, com estoque e sentenciados

Partindo-se para uma visão mais detalhada, apresentamos as projeções de ingresso processual, tendo-se por base as subseções do Estado: Joinville, Capital e Chapecó.

O Gráfico 2 traz essa informação, onde se pode observar uma previsão de crescimento da entrada maior na subseção de Joinville do que na Capital. Em ambas, é possível verificar um decréscimo no número de sentenciados no ano de 2011, comparado a 2010. Na subseção de Chapecó, não ocorre essa diminuição.

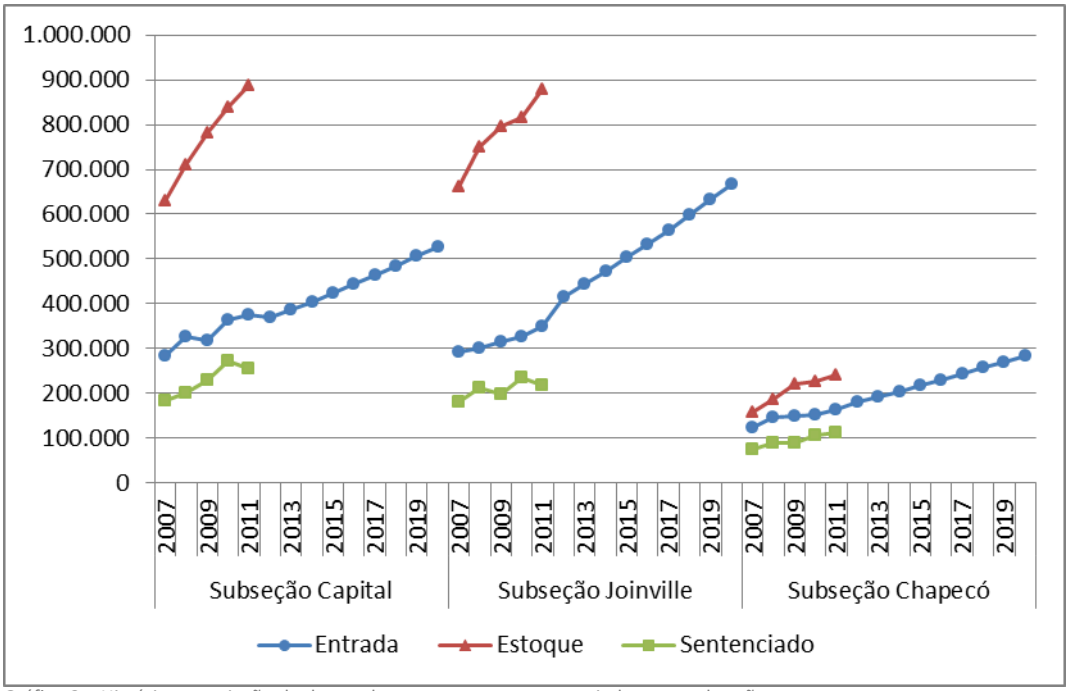


Gráfico 2 – Histórico e projeção da demanda, com estoque e sentenciados, por subseção

O agrupamento dos dados de entrada e projeção por região, conforme apresentado no Gráfico 3, mostra uma projeção de crescimento maior na Foz do Itajaí do que nas outras regiões do Estado. Observa-se, ainda, que o Planalto Sul é a região em que se prevê um crescimento menor.

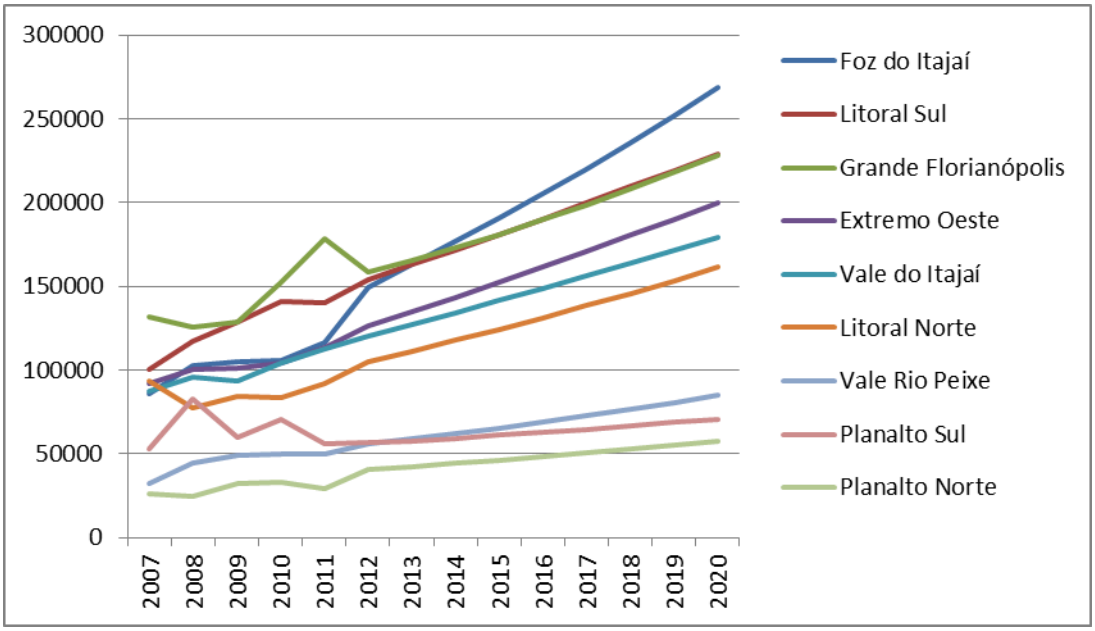


Gráfico 3 – Histórico e projeção da demanda por região

O Gráfico 4 mostra os valores de entrada, projeção, sentenciados e estoque por entrância. Nele pode-se notar um comportamento equivalente entre as entrâncias Final e Inicial. Na Especial, é possível observar um crescimento maior do estoque em relação às entradas, se comparado, em proporção, às outras entrâncias.

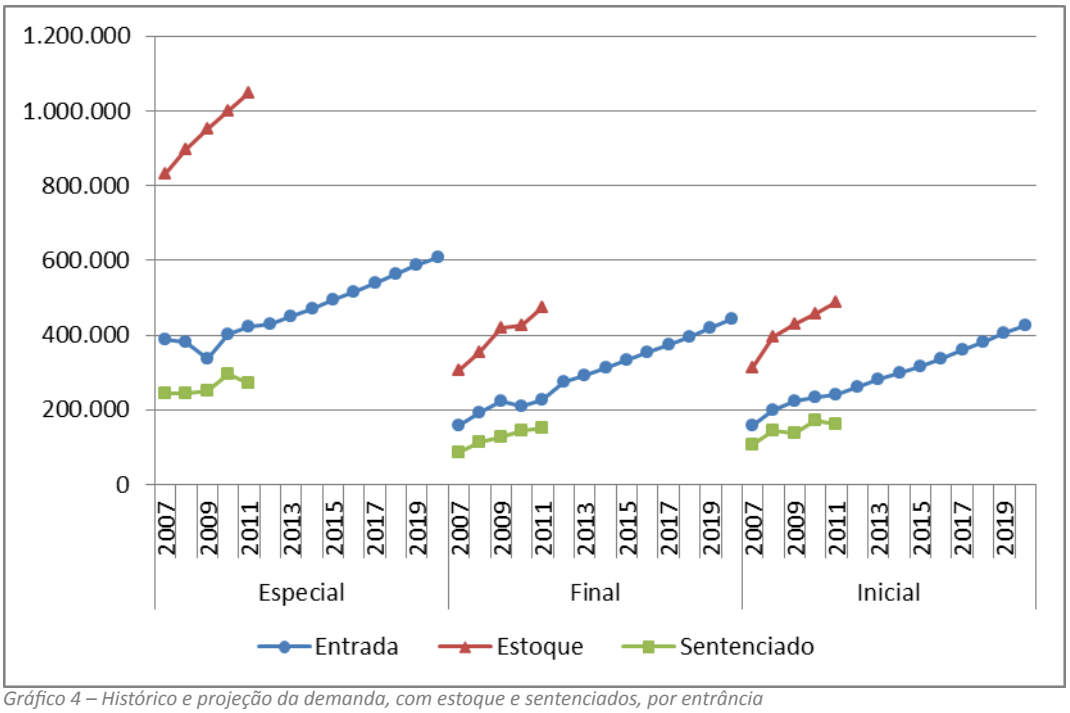


Gráfico 4 – Histórico e projeção da demanda, com estoque e sentenciados, por entrância

Por fim, no Gráfico 5 é possível demonstrar o agrupamento feito por naturezas processuais, constatando-se uma projeção de crescimento diferenciado da Cível em relação às demais.

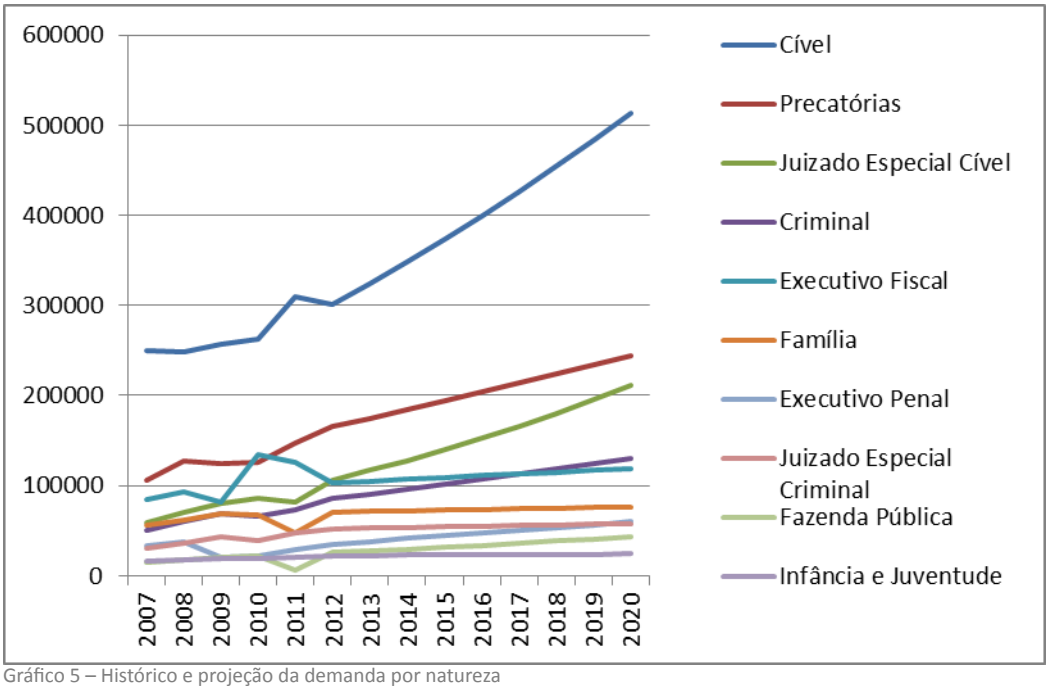


Gráfico 5 – Histórico e projeção da demanda por natureza

- **Novas varas**

O *ranking* das comarcas, obtido mediante a combinação dos dados relativos a processos iniciados (séries históricas) com as projeções de novas demandas (estudo de cenários – UFSC), foi feito por entrância (Especial, Final e Inicial).

Por meio da média aritmética entre os dados dos últimos 5 anos da série histórica e das projeções (cenários) para os próximos 5 anos, por unidade, foi possível identificar as comarcas com maior probabilidade de incremento processual.

Os gráficos abaixo apresentam a relação das 10 (dez) primeiras comarcas desse *ranking*, por entrância.

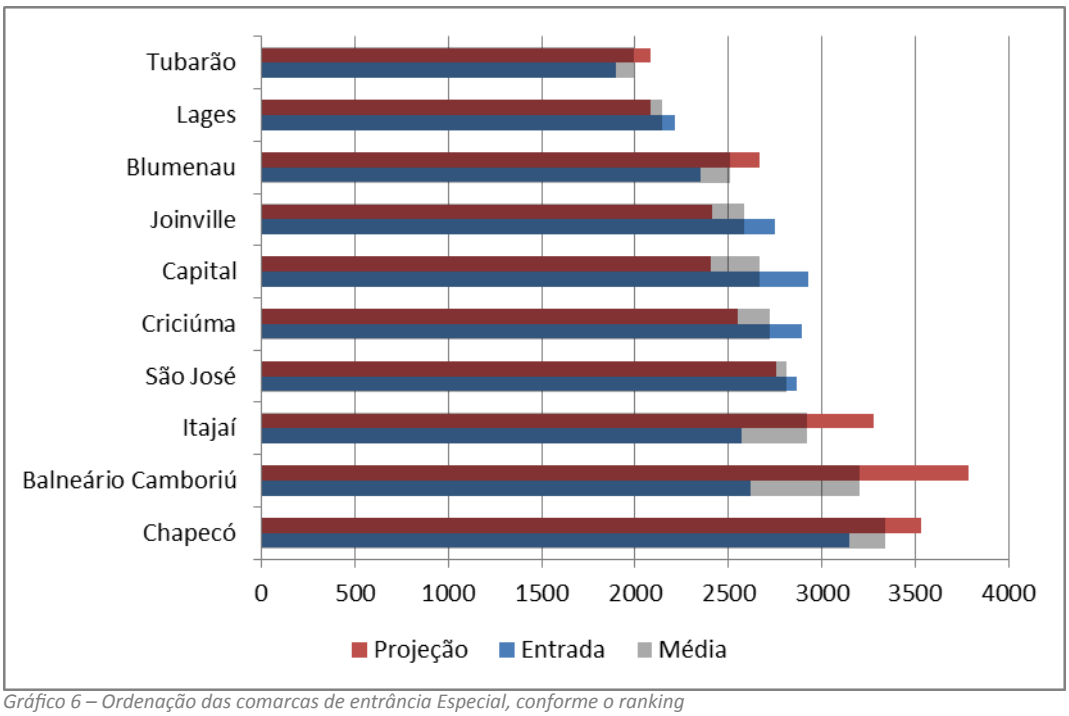


Gráfico 6 – Ordenação das comarcas de entrância Especial, conforme o ranking

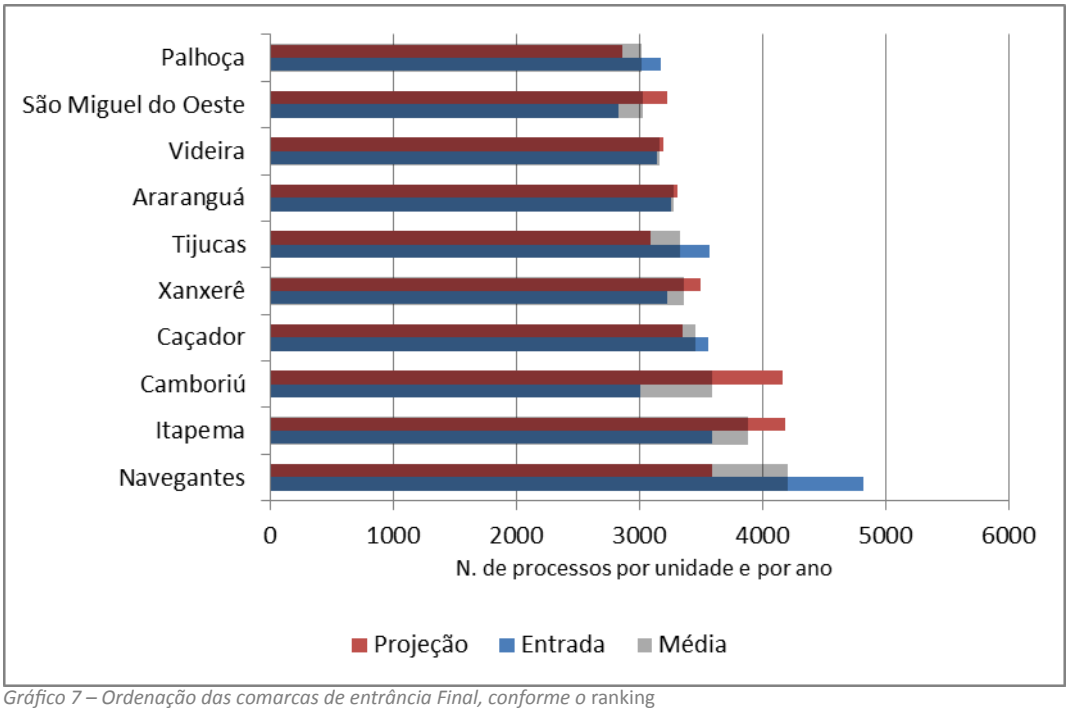


Gráfico 7 – Ordenação das comarcas de entrância Final, conforme o ranking

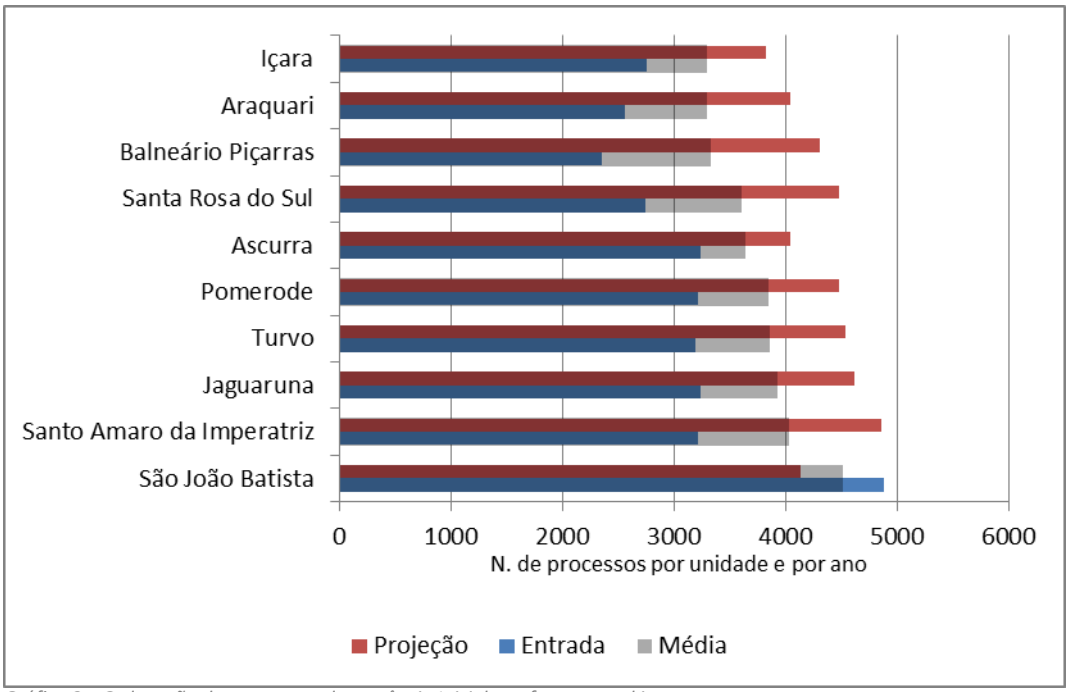


Gráfico 8 – Ordenação das comarcas de entrância Inicial, conforme o ranking

Uma vez identificadas as comarcas que se destacam pelo ingresso de novas demandas judiciais (série histórica e projeções), passa-se a analisar os dados com relação às naturezas processuais, o que deve ser feito sempre que for o caso de instalação de nova unidade.

Para esta etapa, a sugestão é que se faça a análise pontual de cada vara e natureza processual da comarca, por meio de reunião específica para tanto, a fim de que se possa observar detalhadamente outras variáveis que influenciem na demanda da unidade em questão.

- **Novas comarcas**

Em recente estudo, esta Assessoria chegou à conclusão de que o custo de manutenção de uma comarca com uma vara é de aproximadamente três vezes o valor de manutenção de uma vara. Assim, a despeito

de questões referentes à localização geográfica, no momento não se justifica a instalação de comarca em função do custo elevado de manutenção.

· **Modificação de entrâncias**

Conforme o art. 6º, § 2º, da Resolução n. 28/2010–TJ, "As comarcas que tenham no mínimo 3 (três) varas ou juizados especiais e uma média anual não inferior a 6.000 (seis mil) processos iniciados poderão ser classificadas como de entrância final; as que tenham no mínimo 8 (oito) varas ou juizados especiais e uma média anual não inferior a 17.000 (dezessete mil) processos iniciados poderão ser classificadas como de entrância especial. Na apuração dos processos iniciados não serão consideradas as execuções fiscais ajuizadas".

Para essa análise, foi utilizada a Tabela 1 para a entrância Especial, em que é possível verificar uma queda da comarca de Tubarão em relação ao critério "processos entrados". No entanto, pela possibilidade de algum comportamento atípico na entrada, bem como pelo número de unidades da comarca, consideravelmente maior se comparado às maiores da entrância Final, sugere-se, neste momento, a manutenção da comarca na entrância Especial.

COMARCA	VARAS	ENTRADA
Capital	36	94.549
Joinville	24	47.495
Blumenau	17	37.199
Chapecó	12	29.350
Criciúma	13	28.191
Lages	12	25.666
São José	13	24.480
Itajaí	11	22.680
Balneário Camboriú	9	20.084
Tubarão	10	15.843

Tabela 1 – Comarcas de entrância Especial e critérios de reclassificação

Para as comarcas de entrância Final e Inicial, a análise foi feita com base na Tabela 2. Como pode ser observado, as comarcas de São Francisco do Sul, Timbó, Mafra e Campos Novos não atingiram o critério da entrância Final, na qual se encontram. A despeito disso, sugere-se a mesma interpretação supra, que se mantenha a situação atual até a próxima análise.

COMARCA	ENTRÂNCIA	VARAS	ENTRADA
Gaspar	Final	3	6.453
Biguaçu	Final	4	6.369
São Bento do Sul	Final	3	6.248
Guaramirim	Inicial	2	5.845
São Francisco do Sul	Final	3	5.744
Timbó	Final	3	5.703
Içara	Inicial	2	5.698
Braço do Norte	Inicial	3	5.636
Mafra	Final	3	5.543
Imbituba	Inicial	2	5.428
Campos Novos	Final	3	5.310

Tabela 2 – Comarcas de entrância Inicial e Final e critérios de reclassificação

Conforme Resolução n. 27/2013-TJ, de 2 de outubro de 2013, foram alterados os critérios anteriormente fixados, passando o § 2º do art. 6º da Resolução n. 28/2010-TJ, a ter a seguinte redação: "As comarcas

que tenham no mínimo 2 (duas) varas ou juizados especiais e uma média anual não inferior a 3.000 (três mil) processos iniciados poderão ser classificadas como de entrância final; as que tenham no mínimo 6 (seis) varas ou juizados especiais e uma média anual não inferior a 13.000 (treze mil) processos iniciados poderão ser classificadas como de entrância especial. Na apuração dos processos iniciados não serão consideradas as execuções fiscais ajuizadas." (NR)

Em razão disso, editou-se a Resolução n. 28/2013-TJ, de 2 de outubro de 2013, que elevou de entrância as comarcas de Balneário Piçarras, Barra Velha, Braço do Norte, Brusque, Capinzal, Fraiburgo, Guaramirim, Ibirama, Içara, Imbituba, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Maravilha, Orleans, Palhoça, Porto Belo, Rio do Sul, Rio Negrinho, São João Batista, Sombrio, Trombudo Central, Urussanga e Xaxim.

· **Considerações finais**

É importante observar que as naturezas Executivo Fiscal e Fazenda Pública, por possuírem um comportamento instável na série histórica, não foram consideradas nos cálculos, assim como as Precatórias, por não se consistirem propriamente em uma natureza processual.

A análise apresentada é baseada estritamente em critérios quantitativos e não considera possíveis peculiaridades de algumas comarcas, ainda que possam, de alguma forma, interferir na maior necessidade de unidades em relação a outras.

12. Implantação do SAJ 5 – Impactos no quadro de pessoal de gabinete e de cartório de primeiro grau – Processo Administrativo n. 446358-2012.7

Com a implantação do SAJ 5 na comarca da Capital, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente constituiu, por meio da Resolução N. GP 629/2012, comissão com o objetivo de analisar o impacto das atividades nos gabinetes de Magistrados de Primeiro Grau e verificar se há ou não a transferência das atividades do cartório para o gabinete.

Na sequência, no período de maio a outubro, a Comissão designou os servidores Afonso Hoeltgebaum Filho, Assessor de Planejamento e Belatriz Mezzomo, Chefe da Seção de Análise de Cargos da Diretoria de Recursos Humanos, para análise das Varas da comarca da Capital e em algumas Comarcas do interior do Estado que utilizam o judicial eletrônico.

Do que se colheu, vê-se que as percepções acerca do processo judicial eletrônico e os impactos por ele causados são comuns entre as unidades que o utilizam:

A implantação desse novo modelo de andamento ou marcha processual por meio virtual possibilitará muitos benefícios, no sentido de facilitar o acesso à Justiça, ampliar os meios que garantam celeridade na sua tramitação e a razoável duração do processo (art. 5º inciso LXXVII, da Constituição Federal).

Para definir o quadro de pessoal ideal para os gabinetes dos magistrados de primeiro grau que utilizam o processo judicial eletrônico, é necessária a integral virtualização das unidades judiciárias. A primeira impressão é que essa mudança ainda não acarretará a redução das atividades realizadas no Cartório, pois boa parte do tempo ainda é dispendida em atividades mecânicas para a realização de atos processuais determinados pelos magistrados nos processos judiciais em meio físico.

Suprimidas as atividades mecânicas, pode-se afirmar que haverá redução das atividades de Cartório (permanecem àquelas que dependem de análise para encaminhamento ou cumprimento) o que corresponderá no aumento das atividades intelectuais desenvolvidas no Gabinete.

As perspectivas com a implantação do processo judicial eletrônico são excelentes, mas o trabalho está apenas no início, e é imprescindível que haja convergência de esforços de todos para que seja efetiva a utilização na via eletrônica na tramitação de processos judiciais. O reflexo na velocidade do processo judicial eletrônico só será sentido posteriormente. E, somente depois de superado esse período de adaptação e melhorias, é que poderá ser reconhecida a operacionalidade do novo modelo. Não obstante, certamente a implantação do SAJ 5 irá acelerar a tramitação dos processos judiciais com reflexos visíveis na sociedade.

13. Resolução n. 153/2012, do Conselho Nacional de Justiça – Processo Administrativo n. 473310-2012.0

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução n. 153, de 06 de julho de 2012, estabeleceu procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligências dos oficiais de justiça.

A Presidência do Tribunal de Justiça determinou a formação de um Grupo de Trabalho composto pela Assessoria de Planejamento, Diretoria de Recursos Humanos e Corregedoria-Geral da Justiça para análise das orientações contidas na Resolução n. 153/2012, do CNJ, a qual estabelece diretrizes para a inclusão na Lei Orçamentária Anual de verba específica para o custeio das despesas de diligências dos oficiais de justiça, nas ações que envolvam a Fazenda Pública, o Ministério Público e os beneficiários da assistência judiciária gratuita.

O Grupo de Trabalho propôs a alteração do artigo 356, da Lei n. 5.624/1979, no sentido de que: os Oficiais de Justiça e Avaliadores – Grupo Atividades de Nível Superior (ANS) – e os Oficiais de Justiça – Grupo Atividades de Nível Médio (ANM) -, pelo cumprimento dos mandados oriundos dos feitos propostos pelo Ministério Público, pela Fazenda Pública, em trâmite nos Juizados Especiais, de competência penal pública, por parte beneficiária da assistência judiciária gratuita ou que esteja dispensada por lei de recolher as despesas processuais, terão direito a gratificação de diligência no valor de 30% (trinta por cento) a 100% (cem por cento) do vencimento base da carreira de Oficial de Justiça e Avaliador – Grupo Atividades de Nível Superior (ANS).

À luz da realidade, a preocupação maior é assegurar um percentual mínimo de gratificação suficiente para o ressarcimento de todas as despesas de diligências realizadas pelo Oficial de Justiça, com vistas ao cumprimento do conjunto de mandados que lhe são carregados mensalmente, além dos oriundos do Ministério Público, da Fazenda Pública, em trâmite nos Juizados Especiais ou em que a parte seja beneficiária da assistência judiciária gratuita.

14. Proposta de estudo a respeito da manutenção dos caixas eletrônicos no interior dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina – Processo Administrativo n. 474060-2012.2

A Casa Militar do Tribunal de Justiça, preocupada com os eventos ocorridos nos terminais de autoatendimento de instituições bancárias pelo país afora, em especial um incidente ocorrido no Estado de São Paulo, quando um dos prédios do Poder Judiciário foi invadido por assaltantes de caixas eletrônicos, propôs análise sobre a conveniência de novas autorizações e da permanência de equipamentos eletrônicos bancários no interior dos fóruns do Poder Judiciário de Santa Catarina, bem como, a edição de norma regulamentadora que estabeleça critérios e diretrizes a serem seguidos.

A Presidência do Tribunal determinou que a Assessoria de Planejamento justificasse a conveniência e oportunidade das instalações de Agências, Posto de Atendimento Bancário – PAB e Posto de Atendimento Eletrônico – PAE nos prédios dos Fóruns do Estado de Santa Catarina.

A abertura de uma nova agência ou instalação de um posto de atendimento bancário ou de um terminal de atendimento eletrônico nas diversas unidades do Poder Judiciário, espalhadas por todo território catarinense, somente poderá ocorrer por solicitação do Tribunal de Justiça ao Banco do Brasil, após a análise da oportunidade e conveniência administrativa, nos termos firmados no contrato n. 53/2008 (§ 6º da Cláusula Primeira), ratificado pelo contrato n. 240/2013 (cláusula terceira, VII).

Como é sabido, há nos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina dois tipos de postos de atendimento: o primeiro, o posto de atendimento situado no Tribunal de Justiça e nos prédios dos fóruns das comarcas de Balneário Camboriú, Blumenau e Joinville, com atendimento público prestado por funcionários do Banco do Brasil; o segundo, os postos de atendimento eletrônicos, alocados no térreo deste Tribunal e em diversas comarcas do Estado.

No âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina, esse sistema oferece praticidade aos magistrados e servidores, que não precisam sair do fórum para fazer uma operação e/ou transação bancária, além de beneficiar também os membros do Ministério Público, Advogados, partes e usuários.

O uso de explosivos, conforme noticiado em toda a mídia nacional, e, em particular os fatos ocorridos recentemente em Santa Catarina – explosões de caixas eletrônicos em Major Gercino e Porto Belo –, expõem a sociedade catarinense a um novo grau de risco, uma vez que os equipamentos de atendimento bancário eletrônico estão espalhados pela cidade: praças, supermercados, farmácias, aeroportos, postos de gasolina, pequenos comércios vizinhos a residências e em órgãos públicos, como é o caso dos instalados no Tribunal de Justiça e em vários fóruns do Estado catarinense.

Como consequência, surge nas organizações uma área responsável pela gestão de segurança, que tem o papel importantíssimo de planejar e organizar a segurança, prevenir riscos e reduzir prejuízos ou perdas, integrando todos os setores de forma planejada.

Nesse sentido, a gestão da segurança deve ter uma abrangência muito maior, uma vez que alcança todo o Poder Judiciário e, consequentemente, tem como segmentos de atuação a proteção física das pessoas, a segurança da documentação e materiais, dos sistemas de informação e das áreas e instalações, além de todas as formas de perdas, desvios, fraudes e outras atitudes delituosas que pode prejudicar e até mesmo paralisar as atividades forenses.

Como a situação que envolve a violência e a criminalidade é essencialmente complexa, a Assessoria de Planejamento propôs a elaboração de um plano de segurança institucional para o Poder Judiciário de Santa Catarina, com a formação de equipe multidisciplinar, sob coordenação da Casa Militar.

ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS

1 – ATRIBUIÇÕES

A Assessoria de Precatórios, vinculada ao Gabinete da Presidência, tem suas atribuições fixadas pela Resolução n. 10/2013-GP:

- verificar mensalmente o cadastro dos índices de atualização utilizados no Sistema de Precatórios;
- cadastrar no Sistema de Precatórios os novos processos que dão entrada no protocolo do Tribunal de Justiça, movidos contra o Estado de Santa Catarina, o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS – e as Prefeituras;
- expedir editais para publicação das decisões proferidas pelo Desembargador Presidente do TJ;
- comunicar aos órgãos devedores a inclusão dos precatórios em orçamento;
- comunicar aos Juízes a inclusão do precatório em orçamento;
- comunicar aos Juízes os pagamentos dos precatórios;
- comunicar aos credores o pagamento do precatório;
- dar cumprimento às decisões proferidas pelo Desembargador Presidente no tocante aos Precatórios;
- realizar os procedimentos necessários ao pagamento dos beneficiários;
- prestar informações ao Presidente sobre o repasse dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, pelos órgãos devedores, para a devida liberação aos destinatários;
- prestar informações às partes e seus representantes sobre o andamento dos precatórios;
- controlar o ingresso de valores destinados à quitação dos precatórios inseridos no Regime Especial de Pagamentos – Art. 97 ADCT – observando na distribuição dos valores, a lista unificada abrangendo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.
- noticiar ao Presidente do Tribunal de Justiça, qualquer atraso no repasse das parcelas anuais ou mensais das Entidades optantes do Regime citado no parágrafo anterior. (Artigo 33 da Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça);
- controlar o ingresso de valores destinados à quitação dos precatórios inseridos no Regime Geral, observando na destinação dos valores, o cumprimento da ordem cronológica.
- atualizar mensalmente a Lista Unificada de Precatórios (TJSC, TRT e TRF) e a Lista de Precatórios do Regime Geral (TJSC);
- anotar as prioridades por doença e idade aos credores beneficiados, atualizando-as mensalmente;
- auxiliar o Comitê Gestor de Precatórios na elucidação das questões de sua competência.

2 – FATOS RELEVANTES

O setor foi inspecionado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça no mês de fevereiro e obteve elogios acerca da sua estrutura e gestão, tendo, inclusive, o Assessor de Precatórios sido convidado para acompanhar o juiz corregedor nas demais inspeções daquele Conselho.

Em decorrência da Inspeção, inovações foram implementadas, dentre as quais podemos citar a edição de cinco Resoluções GP tratando do assunto:

Resolução-GP 10/2013 – Transforma a Divisão de Precatórios/DOF em Assessoria de Precatórios vinculada ao Gabinete da Presidência;

Resolução-GP 16/2013 – Instituí o Comitê de Precatórios do Estado de Santa Catarina;

Resolução-GP 23/2013 – Instituí o Regimento Interno do Comitê de Contas Especiais;

Resolução-GP 49/2013 – Regulamenta no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e na Justiça de Primeiro Grau as atribuições e os procedimentos relativos às Requisições de Pagamento de Precatório;

Resolução-GP 50/2013 – Institui o Regimento Interno do Comitê de Precatórios do Estado de Santa Catarina

Os Comitês instalados tiveram Reuniões realizadas, integrando os Tribunais e Órgãos diretamente envolvidos com a questão dos Precatórios.

3 – DADOS ESTATÍSTICOS

Ainda neste ano, em julho, os precatórios foram todos migrados para o SAJ5 virtual e cerca de 60% do acervo de 7500 precatórios já foram digitalizados.

Somente como parâmetro do que se realizou no Setor neste ano, podemos afirmar que 10.532 pessoas receberam valores de precatórios, para que isso acontecesse, 3.784 alvarás foram expedidos, alcançando um montante liberado de R$ 174.445.597,68.

A Presidência tem sido rigorosa quanto aos inadimplentes, tanto que neste ano, foram emitidas 186 ordens de bloqueio via BACENJUD, acarretando o sequestro de R$ 7.787.264,65 dos cofres públicos. Essa postura gerou um efeito positivo em relação aos demais devedores, que agora buscam manter os repasses em dia.

A tramitação dos processos também foi intensa, pois ingressaram 2.940 novos precatórios e foram arquivados no mesmo período outros 2.163. Foram proferidas 9.067 decisões, expedidos 3.545 ofícios, juntados 6.262 documentos/petições e emitidas 2.872 certidões narrativas.

A evolução da ordem cronológica ficou evidente, podemos utilizar como exemplo a lista de precatórios do Estado de Santa Catarina, no início do ano tínhamos precatórios do orçamento de 1997 pendentes, terminamos este ano naqueles do orçamento de 2003 e se os repasses foram mantidos na mesma sistemática, chegaremos ao final de 2014 nos precatórios do orçamento de 2008.

4 – SISTEMAS

Assessoria de Precatórios utiliza os seguintes Sistemas:

a) SAJ5/Precatórios – Sistema de movimentação processual, idêntico ao utilizado na Justiça de Primeiro Grau, nele são cadastrados os dados das partes, expedidos certidões, ofícios, despachos e publicações, tudo disponível para consulta em nossa página na internet (consulta processual – precatórios – andamento). Os novos precatórios ingressam virtualmente, sem necessidade de manuseio de papel, a movimentação é por filas e fluxos, o que agiliza o processamento das decisões.

b) Sistema de Precatórios/cálculos – Esse sistema cuida dos valores que cada um dos beneficiários possui, atualizando-os automaticamente mês a mês. Uma vez cadastrado o Precatório, basta a atualização do índice mensal para que todos os precatórios sejam atualizados. Controla, ainda, as prioridades deferidas e a ordem cronológica. Esta preparado para quitar parcialmente o valor,

observando as prioridades concedidas. Tudo fica também disponível para consulta em nossa página (Precatórios – Consulta a lista da ordem cronológica);

c) LUP – Lista Unificada de Precatórios – Neste sistema, controlamos a lista unificada das Entidades que se encontram no Regime Especial do Art. 97 ADCT. Compreendem os precatórios do TJSC, TRT 12ª Região e TRF 4ª Região. A destinação dos repasses realizados pelos Entes devedores obedece à ordem unificada, que também se encontra disponível para consulta em nossa página na internet (precatórios – Consulta a lista da ordem cronológica);

d) Sistema de Contas Especiais – Iniciamos a utilização desse Sistema em novembro de 2012, após a escolha de Instituição Financeira para administrar os depósitos de precatórios (art. 8º da Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça), nele as Entidades podem gerar os boletos diretamente na internet (Precatórios – gerar boleto de pagamento), os recursos ingressam no Sistema e são automaticamente distribuídos entre os precatórios atingidos pelo repasse, observando para tanto, a Lista Unificada dos precatórios. Há uma interligação deste Sistema com os demais, aproveitando-se as informações disponíveis. Se a Entidade faz destinações específicas do repasse (§ 8º do art. 97 ADCT – ex: 50% ordem, 50% menor valor), os recursos são igualitariamente distribuídos para os precatórios de ambas as ordens. Os repasses são remunerados pelos índices da caderneta de poupança. A liberação dos valores é feita por TED/ordem bancária diretamente aos beneficiários, já deduzidas as retenções. O Sistema armazena as informações do Imposto de Renda possibilitando preenchimento da DIRF anual, etc..

e) Dos Sistemas aqui utilizados, já realizamos a cessão de uso do “Sistema de Precatórios/cálculos” para diversos Tribunais da Federação, dos quais podemos citar: TJPA, TJMS, TJGO, TJCE, TJBA, TJPE, TJPB, TJTO, TJAM e TJAL.

f) Os Sistemas estão em constante aperfeiçoamento e projeta-se para o próximo ano a implantação da Requisição de Precatório Eletrônica, possibilitando o envio do Precatório via “Portal Web”, concomitantemente, será realizado Curso sobre o tema para todas as Comarcas.

5 – TRANSPARÊNCIA

A tramitação dos precatórios e a ordem cronológica podem ser acessadas por qualquer pessoa no endereço eletrônico: http://www.tjsc.jus.br/institucional/assessorias/precatorios/precatorios.htm, o que representa a transparência desejada por todos os beneficiários e Entes devedores.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2013, dentre outros trabalhos:

20 - Informações

225 - Relatórios, com manifestação quanto a regularidade e, quando for o caso, com as devidas recomendações;

2.421 - Pareceres, com ou sem ressalva, nos mais diversos processos administrativos;

2.666 - Total

Assim, os trabalhos de auditoria voltados à verificação das despesas, geração de receitas, análise de procedimentos e aperfeiçoamento dos controles internos, com emissão de relatórios e pareceres, foram divididos, por assunto, nas seguintes áreas:

1 – Auditoria de Recursos Humanos

- Processos de aposentadoria de servidores;
- Processos de aposentadoria de magistrados;
- Processos de revisão de aposentadoria;
- Processos de nomeação e de exoneração de servidores;
- Inconsistências na ordem cronológica dos movimentos no sistema SHF (rotina CO/LM);
- Pagamentos de Proventos - VPNI
- Pagamento de Gratificação de Substituição;
- Recolhimentos do INSS sem a devida informação na GFIP;
- Pagamentos de diligência sem o registro funcional;
- Pagamentos de Ajuda de Custo à novos Magistrados;
- PAE - Parcela Autônoma de Equivalência/restituição de IR
- PAE - Parcela Autônoma de Equivalência/pagamentos

2 – Auditoria de Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos editais;
- Análise dos processos de licitação;
- Análise dos Termos Aditivos de contratos;
- Auditoria nos pagamentos de contratos;
- Análise nos processos de valores a serem contingenciados;
- Análise nos processos de liberação de valores contingenciados;
- Análise de pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro;
- Análise de pedido de repactuação contratual;
- Análise na emissão de Atestados de Capacidade Técnica no Tribunal
- Análise de Reequilíbrio de Dissídio Coletivo - proc. de terceirização
- Análise em Pedido de ressarcimento de descontos de faltas – proc. de terceirização;
- Análise de aplicação de multa por descumprimento contratual – proc. de terceirização;

- Análise nos procedimentos relativos a execução e pagamento dos contratos de serviços continuados de mão de obra terceirizada;
- Análise nos procedimentos relativos aos pedidos, autorizações e pagamentos das Atas de Registro de Preços nas Diretorias Gestoras;
- Análise de processos de cessão de uso;

3 – Auditoria de Obras

- Análise nos pagamentos de parcelas contratuais, referente a serviços de engenharia;
- Acompanhamento do cronograma físico-financeiro das obras em andamento;
- Análise dos aditivos de contrato de obras;
- Análise dos editais e dos processos de licitação relativos a obras;
- Auditoria simultânea em contratos de obras, proposta pelo CNJ;
- Análise nos processos de aquisição dos Imóveis destinados a abrigar o Arquivo Central e o Fórum de São José.

4 – Auditoria Contábil, Orçamentária e Financeira

- Análise dos balancetes mensais e dos balanços anuais;
- Análise dos relatórios de gestão fiscal com emissão de pareceres;
- Elaboração dos relatórios, bimestrais, de controle interno encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado;
- Auditoria no Sidejud MP567 – Nova Poupança- Conclusão;
- Acompanhamento na regularização do Inventário de bens móveis;
- Acompanhamento da regularidade Jurídica e Fiscal do Tribunal de Justiça e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governos Estadual e Municipal e demais Órgãos de Proteção ao Crédito;
- Atualização das Informações no Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional – SISTN;
- Ausência da retenção do ISS nos contratos de terceirização;
- Análise na concessão dos Vales-Transportes;
- Análise no cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual – PPA e da Lei Orçamentária Anual – LOA;
- Análise nos pagamentos de diárias;
- Análise nos Processos de Prestação de Contas de Adiantamentos;
- Análise de processos de Reconhecimento de despesas.
- Análise das Demonstrações Financeiras do Fundo de Investimento Caixa FTJ de Renda Fixa, referente ao exercício financeiro findo em 31/03/2013.

5 – Auditoria de Sistemas e de Bens de Informática

- Análise dos editais e processos de licitação da área de TI.
- Acompanhamento nos processos de doação do CNJ; (Par 1297/13)
- Participação, como integrante do grupo de trabalho para elaboração do Projeto Básico do edital de licitação para contratação da manutenção dos Sistemas de Automação do Judiciário – SAJ-PG e SAJ 2º Grau;
- Orientação e apoio técnico ao cadastro de informações do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado;
- Conferência e ajuste, importação de arquivos e transmissão, bimestral, dos dados do Sistema e-Sfinge para o Tribunal de Contas do Estado;
- Análise nos procedimentos determinados pela IN 04-2010 e se estes estão sendo seguidos nos processos de contratação de TI (produtos/serviços), especialmente no que diz respeito à

elaboração do projeto básico.

6 – Auditoria em Cartórios Extrajudiciais – FRJ

- Fiscalização nas cobranças dos valores destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, valor das notificações = R$ 1.305.525,74 (hum milhão, trezentos e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos), conforme demonstrativo anexo;
- Análise, com emissão de pareceres, dos recursos apresentados pelos serventuários notificados;
- Reanálise dos processos referente à quitação de valores;
- Notificação e acompanhamento dos pagamentos e quitações provenientes das auditorias realizadas, durante o exercício, bem como de exercícios anteriores;
- Encaminhamento dos valores a serem inscritos em Dívida Ativa.
- Sugestão de exclusão de serventias desativadas do sistema de geração de boletos

AUDITORIAS REALIZADAS EM 2013

PERÍODO DA AUDITORIA	COMARCAS AUDITADAS	VALORES NOTIFICADOS
18 de fevereiro a 1º de março	Imaruí, Imbituba e Tubarão	59.287,22
11 a 22 de março	Capital, Palhoça e São José	61.583,56
08 a 20 de abril	Santa Cecília, Herval D'Oeste, Lebon Régis, Joaçaba e Lages	139.825,26
6 a 17 de maio	Balneário Piçarras, Içara e Forquilhinha	29.899,70
3 a 14 de junho	Armazém, Braço do Norte, Lauro Muller e Orleans	45.862,88
24 a 28 de junho	Capital	15.110,46
1º a 10 de julho	Rio do Sul	83.454,64
22 de julho a 9 de agosto	Joinville e Araquari	69.718,10
26 de agosto a 6 de setembro	Ascurra, São João Batista, Barra Velha e Porto Belo	75.257,68
22 de setembro a 4 de outubro	Anchieta, Campo Erê, Dionísio Cerqueira, Xaxim, Chapecó, Maravilha e Cunha Porã	88.671,49
21 de outubro a 1º de novembro	Anita Garibaldi, Tangará, Campos Novos e Campo Belo do Sul	144.897,25
18 a 29 de novembro	Mafra, Itaiópolis e Canoinhas	122.267,34
9 a 13 de dezembro (auditoria será realizada nas Escriv. Paz Trindade e Campeche)	Capital	
TOTAL NOTIFICADO EM 2013		**935.835,58**

Auditorias realizadas em 41 Comarcas = 183 Cartórios

7 – Auditoria nos Controles Internos

- Auditoria Conjunta com o CNJ – avaliação das estruturas de controle interno;
- Auditoria nos Controles Internos da Diretoria de Infraestrutura do TJ.

CASA MILITAR

Atividades Desenvolvidas

Embora a Casa Militar esteja ligada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, as suas atuações vão muito além do Gabinete. Age de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e seus diretores.

Essas atividades desenvolvidas foram relacionadas abaixo e sofrem aprimoramento ao longo do período, sempre no sentido de melhor atender a comunidade judiciária, especialmente aos Desembargadores, Magistrados e Servidores.

Ações que visam a promoção da segurança pessoal e/ou das instalações são cada vez mais nossa prioridade. Investimentos em tecnologia buscam majorar os sistemas já existentes, enquanto outros projetos e ferramentas são criados e adaptados à rotina das unidades e das pessoas. É a prevenção protegendo a vida e o bem público.

1. Guarda das seguintes unidades na Grande Florianópolis

- Tribunal de Justiça
- Fórum da Capital
- Fórum Norte da Ilha
- Fórum Eduardo Luz
- Fórum do Continente (Estreito)
- Vara da Infância e Juventude
- Almoxarifado e Gráfica
- Fórum de Santo Antônio de Lisboa

2. Guarda em Fóruns do interior

Em 2008 a Casa Militar passou a efetuar contratação de policiais militares inativos, conforme as prescrições da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio de 2007. Com esta atuação, foi possível oferecer melhores condições de segurança aos Fóruns do interior do Estado, área especialmente carente de policiais militares do corpo ativo. Hoje, 94 (noventa e quatro) Fóruns contam com este serviço. Além dos policiais, todos as unidades do Poder Judiciário contam com vigilância privada 24 horas.

3. Aquisição de armamento e munição para Magistrados

Além da instrução específica ministrada aos Magistrados, a Casa Militar orienta a aquisição de armas, providência a documentação e acompanha sua tramitação na Policia Federal (SINARM) ou no Exército Brasileiro (SIGMA), nos casos de armas de calibre permitido e restrito respectivamente. Propicia, ainda, informações técnicas quanto à arma e a munição ideal, conforme as características pessoais do adquirente e a modalidade desejada de aplicação do equipamento.

4. Gerenciamento e recolhimento de armas dos Fóruns

O programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado é uma das atividades imprescindíveis à segurança orgânica, gerando efeitos positivos no ambiente de trabalho e, por consequência, nas atividades jurisdicionais.

Além do armamento recolhido, há também o envio para destruição de munições e produtos congêneres, tais como cartuchos, chumbo e pólvora.

A atuação da Casa Militar nesse evento, além de repassar orientações específicas referentes às armas em geral, estimula a ligação entre os Diretores de Fórum e Chefes de Secretarias com as 9 Unidades Militares do Exército, o que demanda contatos formais com os Comandantes e oficiais do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados -SFPC daquelas Unidades, que é o órgão receptor e destruidor das armas.

O translado das armas e produtos, além da sua conferência nos Fóruns e no Exército, é realizado por intermédio de escolta, com segurança armada da Casa Militar.

Neste ano de 2013 foram recolhidas armas de 70 Fóruns no Estado (contadas as repetições de recolhimento foram 81 unidades visitadas) conforme o quadro abaixo. Desde a implantação deste serviço em 2006, já foram recolhidas um número superior a 25 mil armas.

ARMAS	REVÓLVER	PISTOLA	ESPINGARDA	GARRUCHA	CARABINA	OUTROS	
Total	2.697	769	690	204	70	133	4.563

MUNIÇÕES E PRODUTOS CONGÊNERES	
Total	33.051

5. Acompanhamento e orientação na elaboração dos projetos de segurança

Casa Militar promove e acompanha, através de técnicos especializados e parceria com outras diretorias, a elaboração de Projetos de CFTV, controles de acesso aos prédios e outros meios de proteção física nos Fóruns do Estado.

Participa da avaliação final dos projetos de construção e reforma dos Fóruns, auxiliando na percepção de melhorias ainda possíveis de serem executadas e que terão reflexo na segurança do ambiente.

Integra, ainda, o grupo de trabalho responsável em elaborar e implantar um modelo piloto de Fórum, com todos os recursos de acessibilidade e segurança.

6. Serviço de proteção a Magistrados

Uma das atividades intrínsecas à Casa Militar é a proteção pessoal do Presidente do TJSC, Desembargadores e Magistrados de Santa catarina. Em 2010 esta atividade foi ainda mais intensificada com a criação da Comissão Permanente de Segurança e Assistência dos Juízes Colocados em Situação de

Risco, por intermédio da Resolução n. 33/2010, alterada logo à frente pela Resolução n. 05/2012. Composta por integrantes da Corregedoria-Geral da Justiça e Casa Militar, tem o mister de avaliar e deliberar as medidas necessárias de proteção.

Ainda no mesmo ano, criou-se o Núcleo de Segurança Institucional, orgão operacional composto por um grupo especial de policiais militares da Casa Militar com o fito específico de proteger e resguardar à vida dos Magistrados sob ameaça.

Da sua gênese até hoje, foram desenvolvidos diversos trabalhos de proteção e apoio operacional à segurança pessoal de Magistrados e familiares. Deixamos de constar o número de atuações por ano neste relatório, por considerar essa informação de caráter sigiloso, contudo podemos afirmar que já foram mais de 500 dias empregados em atividades de segurança pessoal.

Em 2013, estabelecemos a aproximação e troca de informações com diversos órgãos de segurança e inteligência do Estado. Tornou-se realidade também o Termo de Cooperação com o Ministério Público de SC, de nº 1/2013, que visa a troca de apoio e tecnologias nas operações de proteção às autoridades do Poder Judiciário e Ministério Público.

O 2º Sargento que comanda diretamente as ações especiais do Núcleo de Segurança Institucional frequentou o Curso de Proteção de Autoridades, nos níveis básico e avançado, ministrado pela empresa C.A.T.I. (Centro Avançado em Técnicas de Imobilização), em Brasília – D.F., aperfeiçoando-se e preparando-se para multiplicar o conhecimento aos demais integrantes das equipes.

Eventos de grande porte, que tiveram a participação de autoridades do Poder Judiciário Brasileiro, também contaram com esquema de segurança planejado e executado pela Casa Militar.

7. Participação nos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça

A Casa Militar participa do planejamento e executa a segurança dos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça, como o 64º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça, realizado em Florianópolis, no último mês de novembro, e as diligências ordinárias e extraordinárias nos estabelecimentos penais.

8. Implementação sistema de CFTV no Tribunal de Justiça

Manutenção da aplicação do sistema do CFTV na Torre II e estacionamento como ferramenta fundamental do sistema de segurança aplicado à área física do TJ.

O projeto de ampliação do equipamento à Torre I já está em fase de licitação e aguarda-se para 2015.

9. Elaboração e divulgação impressa ou eletrônica de orientações relacionadas à segurança

Mantivemos a distribuição dos manuais e cartilhas de segurança produzidos, atualizados e ampliados. Encaminhamos aos Desembargadores e Magistrados dezenas de orientações e notas preventivas relacionadas à segurança e a tomada de decisão diante a diversas situações do dia a dia.

Produzimos e distribuímos a cartilha de orientações e comportamentos dos policiais e vigilantes que prestam serviço ao Poder Judiciário, bem como as Resoluções comentadas nº 22/2011-GP e nº 26/2011-TJ (que dispõem sobre o ingresso de armas nos prédios do Poder Judiciário), com texto dirigido aos diretores de Fóruns, Chefes de Secretarias, Policiais e Vigilantes.

Elaboramos e estabelecemos o Protocolo Operacional do Núcleo de Segurança Institucional, a ser cumprido na atuação de casos que envolvam Magistrados colocados em situação de risco.

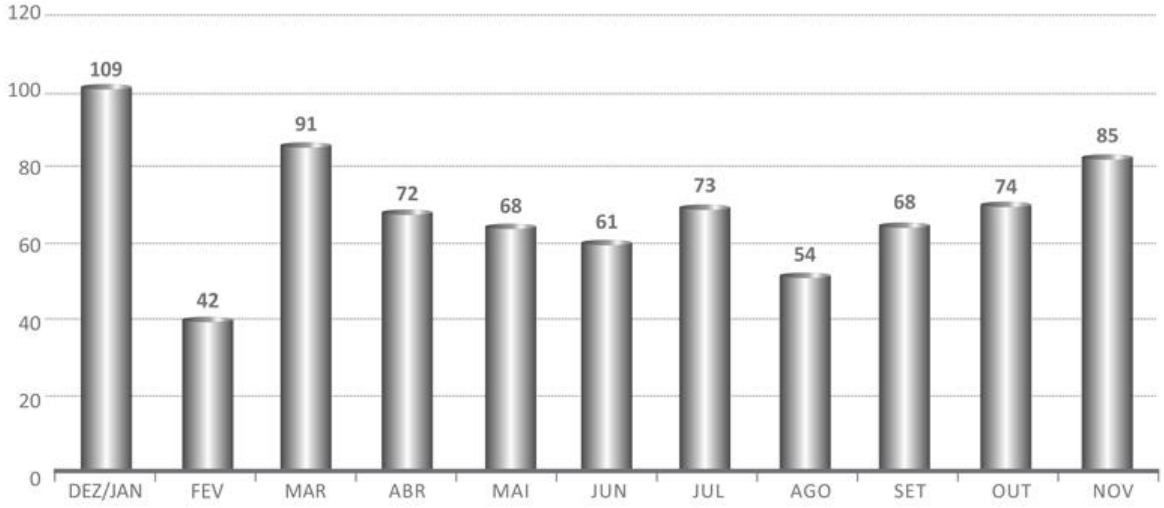
10. Controle de acesso a pessoas portando arma de fogo

Hoje, todas as unidades do Poder Judiciário possuem os meios e empregam o controle de acesso de pessoas armadas, conforme estabelecem as Resoluções nº 26/2011-GP e nº 22/2011-GP.

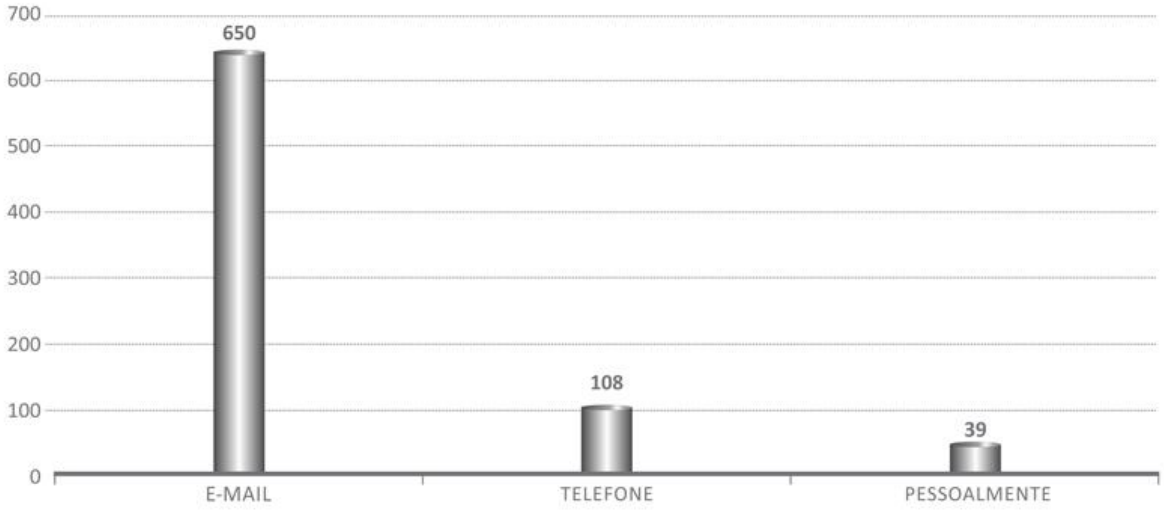
◖ OUVIDORIA DOS SERVIDORES

I - ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO ANUAL:

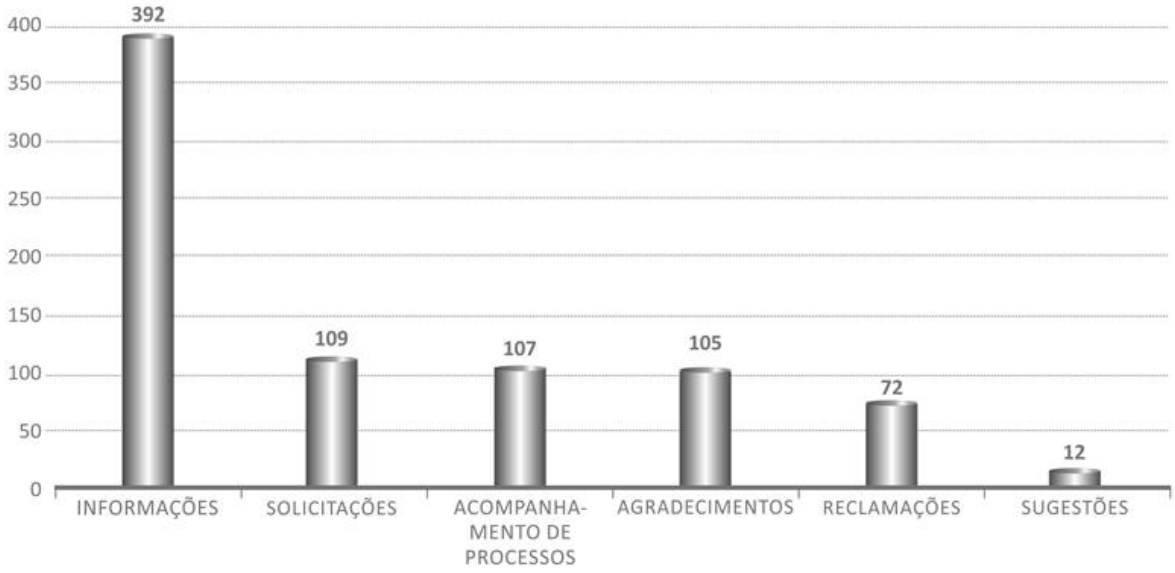
No ano de 2013 foram solucionadas 797 manifestações.



1 - Formas de comunicação dos servidores com a Ouvidoria:



2 - Tipos de manifestação:



3 - Assuntos abordados pelos servidores:

Nº ACESSOS	ASSUNTOS
105	Agradecimentos/Atendimentos
89	Progressão Funcional
51	Abono
41	Bolsa de Estudo
40	Gratificação
25	Informações Diversas
21	13º Salário
21	Remuneração
21	Solicitações Diversas
20	VPNI
18	Jornada de Trabalho
17	Aposentadoria
16	Imposto de Renda
16	Plantão Judicial
14	Precatórios
13	Licença Prêmio
13	Remoção
12	Substituição
11	Resolução 24/2010-GP
11	Restaurante
9	Expediente Feriado
8	Abono de Permanência
8	Conta Salário
8	TJ Consig
7	Concurso Público

7	Reclamações Diversas
7	Transporte
7	Vacina da Gripe
6	Banco de Horas
6	Comprovante de Rendimentos
6	Data Base
6	SAJ 5
5	Auxílio Saúde
5	Cargos
5	Disfunção
5	Disposição
5	Exercício de Atividade Privada
5	Férias
5	Saúde
4	Atestado Médico
4	Estacionamento
4	Estagiários
4	Estrutura Física dos Prédios
4	Lotação
4	Nomeação
4	Ponto Eletrônico
4	TSI
3	Atribuição de Cargo
3	Averbação Tempo de Serviço
3	Carteira Funcional
3	Diária/Combustível
3	Exoneração
3	Insalubridade
3	LC 406/08
3	Recesso
3	SC Saúde
3	Sugestões Diversas
3	URV
2	Acompanhamento de Processos Diversos
2	Auxílio Creche
2	Auxílio Funeral
2	Devolução de Valores
2	Estágio Probatório
2	Ginástica Laboral
2	Internet/Intranet
2	Licença Saúde
2	Valores IPREV
1	Biblioteca
1	Condicionadores de Ar
1	Contribuição Sindical
1	Curso
1	Diligências
1	Equipamentos de Informática
1	Falta de Água
1	Ficha Funcional
1	Fiscal de Concurso
1	Instalação de Comarcas

1	Licença Maternidade
1	Licença para Interesse Particular
1	Licença Paternidade
1	Material de Expediente
1	Nepotismo
1	Pedido de Certidão
1	Readaptação
1	Recondução
1	Unimed

4 - Comarcas que se comunicaram com a Ouvidoria:

Nº ACESSOS	COMARCAS
167	Tribunal de Justiça
37	Blumenau
37	Capital/Rid Silva
33	Araranguá
32	Lages
28	Brusque
27	Balneário Camboriú
25	Joinville
22	Braço do Norte
19	Criciúma
19	Itajaí
18	São José
16	Chapecó
16	Porto União
15	Tijucas
12	Pomerode
11	São Bento do Sul
10	Capital/Eduardo Luz
9	Campos Novos
9	Concórdia
8	Imbituba
8	Turvo
7	Garopaba
7	Itapema
7	Joaçaba
7	Navegantes
6	Gaspar
6	Herval d'Oeste
6	Itapoá
6	Mafra
6	Rio Negrinho
6	São João Batista

6	Tubarão
5	Bom Retiro
5	Capital/Estreito
5	Capivari de Baixo
5	Correia Pinto
5	Dionísio Cerqueira
5	Içara
5	Jaraguá do Sul
5	Palmitos
5	Rio do Sul
5	Santa Rosa do Sul
5	São Carlos
4	Araquari
4	Fraiburgo
4	Indaial
4	Otacílio Costa
4	Palhoça
4	Videira
3	Anita Garibaldi
3	Ascurra
3	Cunha Porã
3	Guaramirim
3	Ituporanga
3	Maravilha
3	São Francisco do Sul
3	São Miguel do Oeste
3	Taió
3	Urussanga
2	Barra Velha
2	Caçador
2	Canoinhas
2	Curitibanos
2	Ibirama
2	Laguna
2	Lauro Muller
2	Mondaí
2	Santa Cecília
2	Tangará
2	Timbó
2	Xanxerê
1	Armazém
1	Camboriú
1	Campo Erê
1	Capital/Norte da Ilha
1	Coronel Freitas
1	Forquilhinha
1	Meleiro
1	Papanduva
1	Porto Belo
1	Presidente Getúlio
1	Rio do Oeste
1	Santo Amaro da Imperatriz

1	São Joaquim
1	São José do Cedro
1	Seara
1	Urubici

OUVIDORIA JUDICIAL

ESPÉCIES DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

Reclamações	**818**
Morosidade Judicial	605
Outros problemas processuais	132
Natureza extraprocessual	42
Tratamento recebido no Poder Judiciário	39
Sugestões	**15**
Elogios ou agradecimentos	**26**
Informações	**806**
Andamento Processual	380
Serviços ou Funcionamento do Poder Judiciário	235
Outras informações	110
Não afetos à Ouvidoria Judicial	27
Pedido de Informações com base na Lei do Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011)	54
Denúncias	**5**
Outros	**96**
TOTAL	**1.766**

FORMAS DE RECEBIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES

Pessoalmente	50
Correio Eletrônico	1.004
Telefone	360
Carta ou Fax	12
Formulário eletrônico	340

RESULTADOS

Encerradas	1.765
Pendentes	1

COMARCAS IDENTIFICADAS

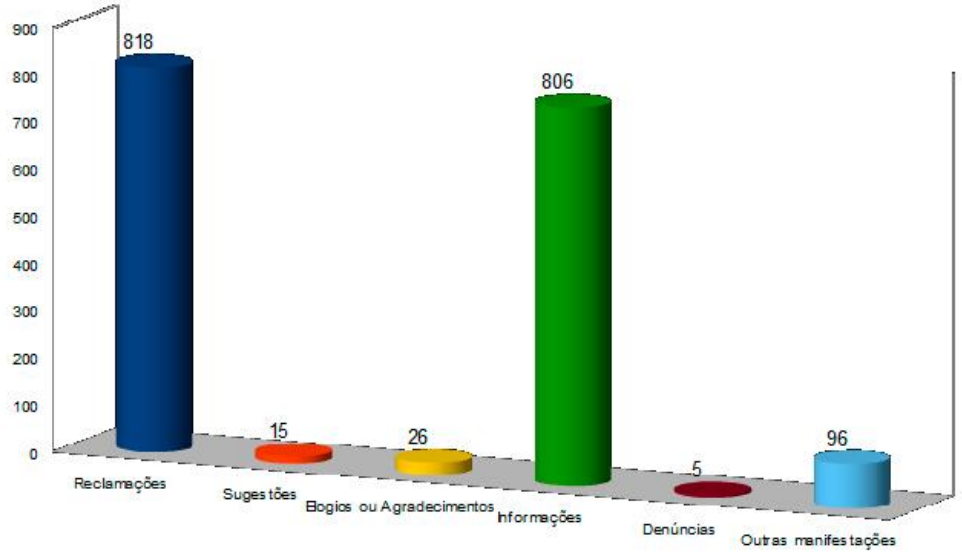
Abelardo Luz	1

Araquari	5
Araranguá	12
Ascurra	1
Balneário Camboriú	40
Balneário Piçarras	5
Barra Velha	4
Biguaçu	22
Blumenau	67
Braço do Norte	05
Brusque	19
Caçador	4
Camboriú	7
Campos Novos	2
Canoinhas	6
Capinzal	12
Capital	394
Capital - Continente	38
Capital - Norte da Ilha	37
Catanduvas	1
Capivari de Baixo	6
Chapecó	24
Concórdia	2
Correa Pinto	2
Criciúma	29
Curitibanos	3
Dionísio Cerqueira	2
Fraiburgo	5
Garopaba	9
Garuva	1
Gaspar	15
Guaramirim	3
Herval D' Oeste	4
Ibirama	6
Içara	4
Imbituba	6
Itajaí	40
Itapema	23
Itapiranga	3
Itapoá	4
Ituporanga	3
Jaguaruna	1
Indaial	11
Jaraguá do Sul	24
Joaçaba	1
Joinville	73
Lages	12

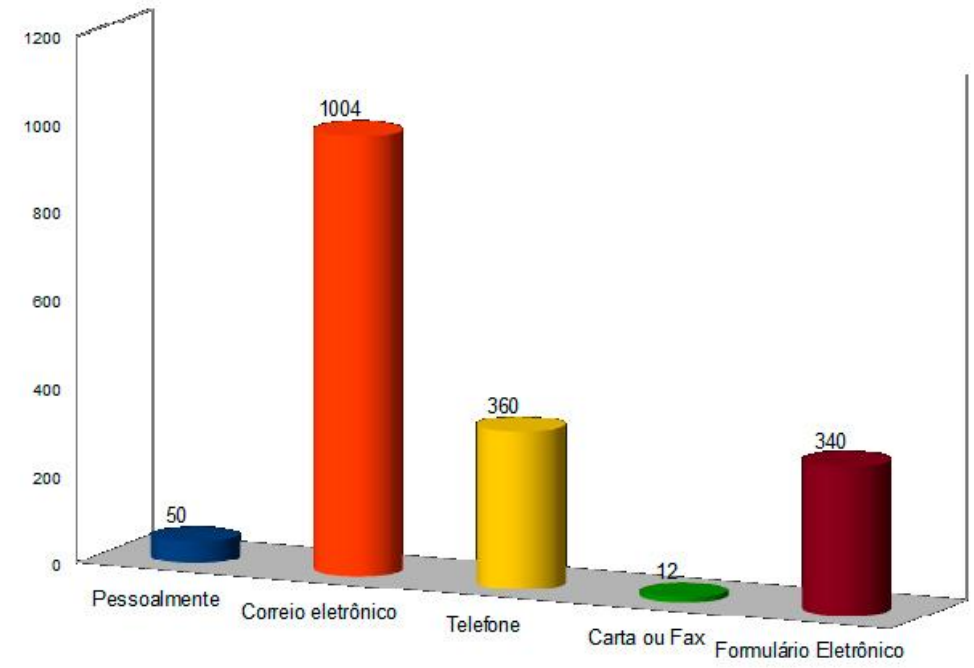
Laguna	12
Lauro Müller	7
Mafra	8
Maravilha	2
Meleiro	1
Modelo	1
Mondaí	1
Navegantes	3
Orleans	1
Otacílio Costa	8
Palhoça	22
Papanduva	1
Pinhalzinho	1
Pomerode	7
Ponte Serrada	2
Porto Belo	4
Porto União	1
Presidente Getúlio	2
Rio do Campo	1
Rio do Sul	8
Rio Negrinho	1
Santa Cecília	6
Santa Rosa do Sul	3
Santo Amaro da Imperatriz	13
São Bento do Sul	8
São Domingos	1
São Francisco do Sul	9
São João Batista	1
São Joaquim	1
São José	65
São José do Cedro	3
São Miguel do Oeste	4
Seara	1
Sombrio	10
Taió	1
Tribunal de Justiça	201
Tijucas	3
Timbó	2
Trombudo Central	5
Tubarão	27
Turvo	1
Urubici	1
Urussanga	6
Videira	4
Xanxerê	1
Xaxim	5

GRÁFICOS

ESPÉCIES DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS



FORMAS DE RECEBIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES



1ª VICE-PRESIDÊNCIA

INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça e pelo Ato Regimental nº 48/01 - TJ, alterado pelo Ato Regimental nº 54/02 - TJ, possui incumbência, dentre outras, de despachar os pedidos de suspensão de liminares e de sentenças em mandados de segurança, ação popular e ação civil pública, resolvendo os incidentes que se suscitarem. O 1º Vice-Presidente também integra o Conselho da Magistratura e o Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, competindo-lhe, ainda, a presidência das seguintes Comissões Permanentes: Divisão e Organização Judiciárias; Regimento Interno; Jurisprudência; Concurso para Ingresso na Magistratura, inclusive Juiz Auditor da Justiça Militar; Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro; Concurso para Advogado de Ofício do Judiciário e da Justiça Militar, bem como os demais concursos para ingresso no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

Informações relativas ao período compreendido entre 7/1/2013 a 13/12/2013.

1. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINARES E DE SENTENÇAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO
1.1 Total de Feitos: 14

2. AGRAVOS E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NOS PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO
2.1 Total de Feitos: 7

3. JULGAMENTOS DE MÉRITO NO CONSELHO DA MAGISTRATURA
3.1 Total de Feitos: 7

4. IMPUGNAÇÕES

4.1 Total de Feitos: 4

4.1.1 Edital 346/2011: 0

4.1.2 Edital 176/2012: 0

4.1.3 Edital 3/2013: 4

5. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
5.1 Total de Feitos: 1.136

6. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
6.1 Total de Feitos: 472

7. PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO
7.1 Total de Feitos: 3

8. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

8.1 Total de Feitos: 159

8.1.1 Informações à Presidência: **3**

8.1.2 Informações ao CNJ: **24**

8.1.3 Informações ao STF: **0**

8.1.4 Informações Mandado de Segurança: **92**

8.1.5 Informações ao Conselho da Magistratura: **40**

8.1.6 Informações à Comissão de Concurso: **0**

9. DESPACHOS DE MERO EXPEDIENTE
9.1 Total de Feitos: 107

10. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS – Portaria n. 88/12-GP – 27/2/2012 – DJE N. 1339

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Des. Luiz Cézar Medeiros – Titular
- Des. Ricardo Fontes – Titular
- Des. Nelson Schaefer Martins – Titular
- Des. Ronei Danielli – Titular
- Des. Jaime Luiz Vicari – Titular

Representantes da Associação dos Magistrados Catarinenses:

- Juiz Marlon Negri – Titular
- Juiz Rafael Maas dos Anjos – Suplente

10.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência: 30

10.1.1 Conclusos à Presidência: **21**

10.1.2 Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: **3**

10.1.3 Feitos distribuídos aos integrantes da CPDOJESC: **3**

10.1.4 Diligências a outros órgãos administrativos: **3**

10.2 Reuniões: 9

10.2.1 Processo n. 200915-2004.3 – Requerente: Gabinete da Vice-Presidência – Assunto: Ofício n. 164/2004-1ªVP – Lei de Organização, Classificação e Disciplina dos serviços auxiliares do Foro

Extrajudicial, que compõe a 3ª fase do projeto do Novo Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado – Processos relacionados: 142778-2001.4 (26), 166215-2002.5 (107) e 276705-2007.8 (288) – Redistribuição dos autos, tendo em vista o advento da aposentadoria do Des. Jaime Luiz Vicari.

10.2.2 Processo n. 379462-2010.8 – Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina – Assunto: Ofício n. 85980.1/PGJ – Município de Ipuaçu da Comarca de Abelardo Luz passe para compor a Comarca de São Domingos – Relator: Des. Ronei Danielli – Decisão: "...oficie-se (1) ao Chefe do Poder Executivo e ao Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Ipuaçu, nos termos antes mencionados; e (2) a Assessoria de Planejamento deste Tribunal de Justiça para apresentar o resultado de pesquisa realizada pela UFSC, contrato n. 077/11 e prorrogações, notadamente no que se refere às perspectivas para as comarcas de Abelardo Luz e São Domingos, com destaque, ainda, para o número de demandas no município de Ipuaçu".

10.2.3 Processo n. 433293-2011.8 – Requerente: Escrivão de Paz de São Ludgero – Alteração dos arts. 70, 128, 129 e 342 do CDOJESC – Relator: Des. Nelson Schaefer Martins – Decisão: Remessa dos autos à Corregedoria-Geral da Justiça.

10.2.4 Processo n. 407941-2011.8 – Requerente: Coordenadoria de Execução Penal da Infância e Juventude – CEPIJ – Assunto: Atribuição de competência em vara respectiva quanto aos crimes de violência contra criança e adolescente – Distribuição dos autos ao Des. Luiz Cézar Medeiros.

10.2.5 Processo n. 364209-2010.7 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca de Xanxerê – Assunto: Distribuição de competências – requerimento de portaria de cooperação – Relator: Des. Nelson Schaefer Martins – Decisão: Ratificar os termos da decisão de fls. 75/77 e pela aprovação de proposta de resolução inserida às fls. 60/61.

10.2.6 Processo n. 446507-2012.5 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca de Ituporanga – Assunto: Ofício n. 210/2011 – Criação de um cartório para cada uma das varas da comarca – Relator: Des. Ronei Danielli – Decisão: Arquivamento do feito.

10.2.7 Processo n. 476109-2012.0 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca da Capital – Assunto: Minuta de Resolução para regulamentação nas Varas da Fazenda Pública – Relator: Des. Nelson Schaefer Martins – Decisão: "...alteração da competência das Varas da Fazenda Pública da comarca da Capital, nos moldes propostos pelos Magistrados titulares das respectivas unidades", ou seja, alteração na Resolução n. 021/2010-TJ para que as ações sobre servidores públicos, inclusive aposentadorias, sejam distribuídos paritariamente para a 2ª e 3ª Vara da Fazenda Pública.

10.2.8 Processo n. 477366-2012.7 – Requerente: GP – CEPEVID – Núcleo Operacional da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Assunto: Alteração de competência da Vara da Infância e Juventude da comarca de Lages – Relator: Des. Nelson Schaefer Martins – Decisão: Remessa dos autos à Corregedoria-Geral da Justiça.

10.2.9 Processo n. 425882-2011.7 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Estudo acerca da padronização das Unidades Judiciárias Avançadas – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Pela aprovação do projeto de Resolução, fls. 54/56, com a alteração na redação da alínea "b", inciso III do art. 4º: "b) estabelecer o número de postos de estágio, de acordo com a demanda processual da unidade e, com a finalidade de subsidiar as negociações preliminares para a elaboração do respectivo convênio, propor o número ideal de funcionários da instituição de ensino que deverão atuar na Unidade;".

10.2.10 Processo n. 485828-2012.0 – Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça – Assunto: Ofício n. 001053-90.2011.8.24.0600-003 – Encaminha fotocópia de autos em que é requerente Guilherme Gaya e outro, para conhecimento e providências – Relator: Dr. Marlon Negri – Decisão: Pela elaboração de projeto de Lei Complementar para que seja incluído o inciso III ao item n. 7 (atinente ao "protesto de título"), com a seguinte redação: "III – microfilmagem, digitalização e gravação eletrônica de títulos: R$ 2,45 (dois reais, quarenta e cinco centavos)" e a vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.

10.2.11 Processo n. 322443-2008.0 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca de Capinzal – Assunto: Solicita seja revista a competência das duas unidades da comarca, inclusive com a criação do cartório da 2ª Vara – Relator: Des. Luiz César Medeiros – Decisão: "pela redefinição das competências das varas da Comarca de Capinzal, adotando-se o padrão 2, utilizado com êxito na Comarca de Içara.".

10.2.12 Processo n. 403940-2011.8 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Instalação de Novas Unidades Judiciárias e redefinição de competências da Comarca de São João Batista – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Apenso PA n. 492184-2013.4 – Decisão: Pela aprovação de proposta de resolução inserida às fls. 86/87, que altera a alínea "a" do inciso I do art. 2º e acrescenta a alínea "h" ao inciso I do art. 3º, ambos da Resolução n. 60/2011-TJ, de 4 de novembro de 2011, que disciplina a competência da 1ª e 2ª Varas da comarca de São João Batista.

10.2.13 Processo n. 492187-2013.9 – Requerente: GP/Assessoria de Planejamento – Assunto: Proposta de definição de competência da Vara da Família a ser instalada na Comarca da Capital – Relator: Des. Luiz César Medeiros – Decisão: Pela aprovação de proposta de resolução inserida às fls. 78 a 81, que disciplina a competência e a instalação da Vara da Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa, da comarca da Capital, unidade de divisão judiciária criada pela Lei Complementar n. 426, de 16 de dezembro de 2008; redefine a competência da 1ª e 2ª Varas da Família e Órfãos da comarca da Capital; e acrescenta o inciso IV ao art. 1º da Resolução n. 16/2012-TJ, de 17 de outubro de 2012.

10.2.14 Processo n. 416372-2011.9 – Requerente: CEPIJ – Núcleo Operacional da Execução Penal – Assunto: Criação de Vara de Inquéritos para a Região Metropolitana da Capital – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Pela aprovação de proposta de resolução inserida às fls. 155/156 e 157/158, que denomina, define a competência e regulamenta a instalação e o funcionamento da unidade instituída em regime de exceção pela Resolução n. 1/2013-CM, de 19 de fevereiro de 2013, para processar os Inquéritos Policiais e as medidas cautelares nos Inquéritos Policiais, bem como processar e julgar as ações referentes a ilícitos praticados pelo Crime Organizado (Lei n. 9.034, de 3 de maio de 1995), da Região Metropolitana de Florianópolis, oriundos das comarcas da Capital, de Biguaçu, de Palhoça, de Santo Amaro da Imperatriz e de São José; e que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, a aplicação da Lei n. 12.694, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o processo e julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas.

10.2.15 Processo n. 487548-2012.6 – Requerente: Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca da Capital e outro – Assunto: Mudança na estrutura funcional e organizacional do Fórum da Capital no tocante ao serviço extrajudicial – Relator: Des. Ricardo Fontes – Decisão: Aprovação de proposta de Resolução que redefine a subordinação administrativa das serventias extrajudiciais da comarca da Capital e a competência dos Juízes de Direito Diretores dos Foros que integram a comarca da Capital, fls. 72/73, com a inclusão do parágrafo único ao art. 7º "Os feitos em andamento serão redistribuídos em conformidade com as atribuições definidas nesta Resolução".

10.2.16 Processo n. 495089-2013.5 – Requerente: GP/Assessoria de Planejamento – Assunto: Proposta de modificação de entrâncias – Relator: Des. Luiz César Medeiros – Decisão: Propor a elaboração do Projeto de Resolução TJ que altera o § 2º do art. 6º da Resolução n. 28/2010-TJ (fl. 37), que eleva as Comarcas de Rio do Sul, Brusque, Jaraguá do Sul e Palhoça de Entrância Final para Entrância Especial, e as Comarcas de Braço do Norte, Guaramirim, Içara, Imbituba, Sombrio, Ituporanga, Balneário Piçarras, Urussanga, São João Batista, Fraiburgo, Porto Belo, Capinzal, Xaxim, Maravilha, Barra Velha, Ibirama, Trombudo Central, Rio Negrinho e Orleans de Entrância Inicial para a Entrância Final com a emenda sugerida (fls. 38-39), e o Projeto de Lei Complementar que transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual (fls. 41).

10.2.17 Processo n. 469858-2012.4 – Requerente: Associação dos Magistrados Catarinenses – Assunto: Criação de 34 (trinta e quatro) cargos de Juiz Especial – Relator: Des. Luiz Cezar Medeiros – Decisão: "...1 – A aprovação da distribuição de 6 (seis) cargos de Juiz de Direito à Comarca da Capital com atribuição de 9º, 10º, 11º, 12º, 13º e 14º Juízes Especiais, prevista no art. 34 da Lei Complementar n. 339/2006; 2 – Após, seja dada continuidade aos estudos ao pleito formulado pela AMC, com observância ao item '3' do despacho de fl. 82-v e em especial ao contido na manifestação de fls. 86-87."

10.2.18 Processo n. 499277-2013.6 – Requerente: Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Criciúma – Assunto: Redefinição de competência dos feitos decorrentes da Lei n. 8560, de 29/12/1992 e cumprir cartas de ordem e cartas precatórias relacionadas a essas ações das Varas da Fazenda Pública para as Varas da Família – Relator: Des. Ronei Danielli – Decisão: Pela aprovação de proposta que altera a competência dos juízos de direito da comarca de Criciúma para processar e julgar os

feitos decorrentes da Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992, bem como cumprir cartas de ordem e cartas precatórias relacionadas a essas ações (fl. 33).

10.2.19 Processo n. 504081-2013.7 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Criação e instalação de Nova Unidade Judiciária – Balneário Camboriú – Vara da Família – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Pela aprovação de proposta de resolução inserida às fls. 63 e 64.

10.2.20 Processo n. 506302-2013.7 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Criação e instalação de Nova Unidade Judiciária – Balneário Camboriú – Vara Regional de Direito Bancário – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Pela aprovação de proposta de resolução inserida às fls. 76 e 77.

10.2.21 Processo n. 506300-2013.0 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Criação e instalação de Nova Unidade Judiciária – Blumenau – Vara Regional de Executivo Fiscal – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Pela aprovação de proposta de resolução inserida às fls. 108 e 109.

10.2.22 Processo n. 506299-2013.3 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Criação e instalação de Nova Unidade Judiciária – Chapecó – Vara Regional de Executivo Fiscal – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Pela aprovação de proposta de resolução inserida às fls. 116 a 118.

10.2.23 Processo n. 506298-2013.3 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Criação e instalação de Nova Unidade Judiciária – Itajaí – Vara Regional de Direito Bancário – Relator: Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Pela aprovação de proposta de resolução inserida às fls. 77 e 78.

10.2.24 Processo n. 517681-2013.6 – Requerente: Comarca de Gaspar – E. Final – Assunto: Designação de Juiz Cooperador e modificação do Código de Divisão e Organização Judiciárias – Distribuição dos autos ao Des. Ronei Danielli.

10.2.25 Processo n. 508526-2013.8 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Proposta de criação de Unidade Judiciária de Cooperação para atender os bairros do sul da ilha – Comarca da Capital – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Pela aprovação de proposta de Resolução, fl. 65, que cria Unidade Judiciária de Cooperação na comarca da Capital, vinculada aos Juízos de Direito do 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis do Fórum Central.

10.2.26 Processo n. 414296-2011.9 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Regularização da Vara da Justiça Militar – Distribuição dos autos ao Des. Luiz Cézar Medeiros.

10.2.27 Processo n. 501170-2013.1 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Criação de nova unidade jurisdicional na comarca de Santo Amaro da Imperatriz – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Pela aprovação da proposta de instalação da 2ª Vara da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz nos moldes sugeridos pelo Comitê de Competências das Unidades Jurisdicionais, ou seja, a adoção do modelo aprovado para a Comarca de Içara, bem assim pela elevação para a entrância final, nos termos da Resolução n. 28/2010-TJ, com as alterações da Resolução n. 27/2013-TJ.

10.2.28 Processo n. 521338-2013.0 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca de Joinville – Assunto: Redefinição de competências dos 1º, 2º e 3º Juizados Especiais Cíveis da comarca de Joinville – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: A Comissão, por votação unânime, nos termos do voto do relator Desembargador Luiz Cézar Medeiros, fl. 26, decidiu pela alteração dos dispositivos da Resolução n. 38/2011-TJ, de 17 de agosto de 2011, que disciplina a competência dos Juizados Especiais Cíveis da comarca de Joinville, nos moldes enunciados no projeto inserto às fls. 14-15.

10.2.29 Processo n. 521873-2013.0 – Requerente: Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais – Assunto: Estudo com o objetivo de aprimorar a competência das Varas de Direito Bancário – Relator: Des. Ricardo Fontes – Decisão: A Comissão, por votação unânime, nos termos do voto do relator Desembargador Ricardo Fontes, fls. 96/97, "no sentido da aprovação da minuta de Resolução de fls. 80-85, com a remessa dos autos à Exma. Presidência desta Corte para submissão posterior da proposta ao crivo do eg. Tribunal Pleno do TJSC.".

10.2.30 Processo n. 504966-2013.0 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca de Ibirama – Assunto: Proposta para regulamentação da competência das 1ª e 2ª Varas da comarca.

11. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO – Portaria nº 90/2012-GP

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Des. Luiz Cézar Medeiros – Titular
- Des. João Henrique Blasi – Titular
- Des. Salim Schead dos Santos – Titular
- Des. Roberto Lucas Pacheco – Titular

Secretária da comissão:

- Rita Marleide Ziembowicz Dorneles de Moura

11.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência: 5

11.1.1 Conclusos à Presidência: **3**

11.1.2 Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: **0**

11.1.3 Feitos distribuídos aos integrantes da CPRI: **2**

11.2 Reuniões: 5

11.2.1 Processo n. 513309-2013.2 – Criação de nova vaga de Juiz de Direito de Segundo Grau para Câmara Civil Especial.

11.2.2 Processo n. 430767-2011.4 – Proposta que visa incluir no Regimento Interno dispositivo que defina que o Presidente do órgão julgador, nas hipóteses em que o acórdão condenatório ocasione a inelegibilidade do réu, nos termos da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990, determinará a quem estiver secretariando os trabalhos, ao final da sessão de julgamento, o registro na ata e a inclusão dos dados no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI.

12. COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA – Portaria n. 89/2012-GP 27/2/2012 – DJE N. 1339

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Des. Jaime Ramos
- Des. Sérgio Izidoro Heil

Secretário da Comissão:

- Alessandro Rosseto Vieira

12.1 Total de processos para exame: 2

12.2 Reuniões: 5

12.2.1 Implementação definitiva do Informativo da Jurisprudência Catarinense, com a apresentação da servidora que será responsável pela pesquisa e seleção de acórdãos para divulgação. Dados técnicos de formatação, de como será acessado e recebido o informativo pelos usuários. Manutenção e lançamento pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

12.2.2 Redução do número de exemplares impressos da Revista Jurisprudência Catarinense para 500 volumes, passando a ser semestral a sua publicação.

12.2.3 Apresentação das versões impressas dos volumes 121 a 125 da Revista Jurisprudência Catarinense, já com o novo *layout* da capa.

12.2.4 Processo n. 493322-2013.2 – Proposta de cronograma para entrega das impressões das edições 121 a 124 da Revista Jurisprudência Catarinense. Decisão: Em virtude da atualização do periódico, aprovada a proposta, com o arquivamento dos autos.

12.2.5 Processo nº 494669-2013.3 – Questionamento sobre o acervo de revistas da Jurisprudência Catarinense, de volumes antigos, estocadas no almoxarifado. Relator: Desembargador Sérgio Izidoro Heil. Decisão: estocar 20 (vinte) unidades por volume das revistas antigas, e consultar magistrados, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina e demais instituições, inclusive as universidades, sobre o interesse em receber volumes destas revistas.

12.2.6 Relatório sobre a decisão proferida nos autos nº 494669-2013.3: enviados volumes para magistrados e Desembargadores que realizaram a solicitação, bem assim para outras instituições.

12.2.7 Credenciar a jurisprudência eletrônica como repositório oficial, a qual possui todas as características para tal fim. Decisão: Pesquisar legislação a esse respeito e prosseguir a deliberação futuramente.

12.2.8 Lançamento da Revista Jurisprudência Catarinense no formato e-book. Após deliberação e exposição pelo setor técnico do Tribunal, a Comissão aprovou a inciativa, ficando o setor responsável (Diretoria de Artes Gráficas) encarregado de elaborar o projeto e apresentar, em breve, aos membros da Comissão, para depois, quando já implementado, levar ao conhecimento do Tribunal Pleno.

12.2.9 A partir da Revista Jurisprudência Catarinense nº 127 a editoração e demais trabalho para a finalização do periódico será realizado pela Divisão de Artes Gráficas, da Diretoria de Infraestrutura do Tribunal.

12.2.10 Comemoração dos 40 (quarenta) anos da Revista Jurisprudência Catarinense, no volume nº 126. Realizada trajetória histórica da versão impressa até os dias atuais e modernos, chegando-se à versão no formato e-book, além do Informativo da Jurisprudência Catarinense.

12.2.11 Inclusão ou não do NURER (Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos) na pesquisa de jurisprudência na *home page* do Tribunal. Decisão: Por não haver acórdãos no sistema NURER, a Comissão aprovou a sua permanência em ícone no rodapé da página principal desta Corte, e autorizou a criação de dois ícones na pesquisa da jurisprudência, um do Supremo Tribunal Federal que possibilite aos usuários a pesquisa sobre processos com repercussão geral e outro do Superior Tribunal de Justiça que os conduza aos recursos repetitivos.

12.2.12 Cronograma para a entrega da Revista Jurisprudência Catarinense nº 126, com a entrega para o dia 21 de novembro de 2013.

12.2.13 Exposição comemorativa dos 40 (quarenta) anos da criação da Revista Jurisprudência Catarinense na última semana de dezembro de 2013, antes do recesso, que ficará a cargo da Seção de Museu da Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário, com o auxílio da Divisão de Pesquisa e Informações, ambas integrantes da Diretoria de Documentação e Informações. Decisão: aprovado.

12.2.14 Comemoração de 1 (um) ano do lançamento do Informativo da Jurisprudência Catarinense. Decisão: Confeccionar matéria jornalística para publicação no periódico “Veredicto”, deste Tribunal.

12.2.15 Processo nº 494669-2013.3 (acervo das revistas antigas) – realizado relatório pelo Diretor da Diretoria de Documentação e Informações, informou que apesar de terem sido distribuídos vários volumes, restaram grande número de impressas. Decisão: Consultar os novos magistrados sobre o interesse em receber exemplares do acervo antigo, oficiando-se, também, com idêntico propósito, o Defensor Público Geral e o Procurador- Geral do Estado. Será entregue um volume do acervo, acompanhado de folder sobre o Informativo da Jurisprudência Catarinense, para cada aluno que visitar o Tribunal de Justiça.

12.2.16 Envio semestral dos novos volumes da Revista Jurisprudência Catarinense a 12 (doze) instituições, cujos nomes foram entregues ao Diretor da Diretoria de Documentação e Informações, e que receberam os antigos. Remessa, também, contínua, ao Ministério Público Estadual, à Procuradoria-Geral do Estado, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina. Decisão: aprovado.

13. COMISSÃO DE CONCURSOS

13.1 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Resolução n. 10/2010-TJ (Concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina – Edital n. 408/2010)

Comissão Central

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Des. Cid José Goulart Júnior – titular
- Des. Tulio José Moura Pinheiro – suplente

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Dr. Márcio Luiz Fogaça Vicari – OAB/SC – Titular
- Dr. Joel de Menezes Niebuhr – OAB/SC – Suplente

Comissão Examinadora da Prova Objetiva Seletiva

- Des. Nelson Juliano Schaefer Martins – Presidente
- Des. Jorge Luiz de Borba – Titular

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Dr. Oscar Juvêncio Borges Neto – OAB/SC – Titular
- Dr. Francisco Emmanuel Campos Ferreira – OAB/SC – Suplente

Revisão Língua Portuguesa:

- Profª. Maria Tereza de Queiroz Piacentini – Gramática

Comissão Examinadora da Prova Discursiva Teórica

- Des. Cid José Goulart Júnior – Presidente
- Des. Nelson Juliano Schaefer Martins – Titular
- Desª. Sônia Maria Schmitz – Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Carlos Adilson Silva – Suplente

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Santa Catarina:

- Dr. Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga – OAB/SC – Titular

Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Penal

- Desª. Salete Silva Sommariva – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Roberto Lucas Pacheco – Suplente
- Dr. Hélio Rubens Brasil – OAB/SC – Titular

Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Civil

- Des. Cid José Goulart Júnior
- Des. Ronei Danielli
- Dr. André Opilhar – OAB/SC – Titular

Comissão Multiprofissional

- Des. Cid José Goulart Júnior - Presidente
- Desª. Sônia Maria Schmitz
- Dr. José Carlos Nascimento - CRM 3.119
- Dra. Graciela de Oliveira Richter Schmidt - CRM 10.3921
- Dr. Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga - OAB/SC

Comissão Examinadora da Prova Oral

- Des. José Trindade dos Santos - Presidente

- Desª. Salete Silva Sommariva
- Des. João Henrique Blasi
- Des. Roberto Lucas Pacheco
- Dra. Janice Goulart Garcia Ubiali
- Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
- Dr. Carlos Roberto da Silva
- Dr. Jorge Luís Costa Beber
- Dr. César Luiz Pasold – OAB/SC

13.1.1 Atos Administrativos

13.1.1.1 Edital 1/2013 – Homologação – Desistências;

13.1.1.2 Edital 10/2013 – Cumprimento de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 0007751-48.2012.2.00.0000;

13.1.1.3 Edital 21/2013 – Homologação de pedido de desistência do concurso formulado por candidato;

13.1.1.4 Edital 34/2013 – Cumprimento da decisão proferida pelo CNJ no PCA n. 0007751-48.2012.2.00.0000;

13.1.1.5 Edital 38/2013 – Cumprimento da decisão proferida na ação ordinária de desconstituição de ato administrativo n. 0020679-55.2013.8.24.0023;

13.1.1.6 Edital 41/2013 – Cumprimento do comando judicial exarado no Mandado de Segurança n. 2010.081389-3;

13.1.1.7 Edital 42/2013 – Homologação das notas atribuídas aos candidatos pela Academia Judicial do Poder Judiciário no Curso de Formação e Aperfeiçoamento;

13.1.1.8 Edital 45/2013 – Notas da Prova de Títulos

13.1.1.9 Edital 47/2013 – Classificação Final

13.2 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Resolução n. 20/2012-TJ (Concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina – Edital n. 3/2013)

Comissão Central

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Des. Jorge Luiz de Borba – titular

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Dr. Orlando Celso da Silva Neto – OAB/SC – Titular
- Dr. Flaviano Vetter Tauscheck – OAB/SC – Suplente

Comissão Examinadora da Segunda Etapa (Portaria n. 8/2013)

- Desa. Sônia Maria Schmitz – Presidente
- Des. Tulio José Moura Pinheiro – Titular
- Juiz de Direito Álvaro Luiz Pereira de Andrade – Titular
- Juíza de Direito Adriana Lisboa – Titular

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Dr. Leandro Gornicki Nunes – OAB/SC – Titular

13.2.1 Atos Administrativos

13.2.1.1 Resolução 20/2012-TJ – Resolução 20/2012-TJ;

13.2.1.2 Edital 3/2013 de abertura do Concurso;

13.2.1.3 Edital 6/2013 – Alteração na Relação dos Centros de Hematologia;

13.2.1.4 Despacho do 1º Vice-Presidente se declarando impedido;

13.2.1.5 Edital 11/2013 – Indeferimento de inscrições de isenção da taxa de inscrição;

13.2.1.6 Edital 12/2013 – Indeferimento de inscrições de isenção da taxa de inscrição;

13.2.1.7 Edital 13/2013 – Inscrições - candidatos portadores de deficiência;

13.2.1.8 Edital 14/2013 – Indeferimento de inscrições - portadores de deficiência;

13.2.1.9 Edital 15/2013 – Inscrições deferidas;

13.2.1.10 Edital 16/2013 – Inscrições indeferidas;

13.2.1.11 Edital 17/2013 – Indeferimentos de requisição de condição especial de prova;

13.2.1.12 Edital 18/2013 – Requerimentos de condição especial de prova;

13.2.1.13 Portaria 1/2013 – Designação de Comissão Multiprofissional;

13.2.1.14 Edital 20/2013 – Convocação para Sessão Pública;

13.2.1.15 Portaria 2/2013 – Desligamento e Nomeação de membro da Comissão Multiprofissional;

13.2.1.16 Portaria 3/2013 – Desligamento e Nomeação de membro da Comissão Multiprofissional;

13.2.1.17 Resolução 4/2013-TJ – Altera a composição da Comissão de Concurso;

13.2.1.18 Resolução 9/2013-TJ – Altera a composição da Comissão de Concurso;

13.2.1.19 Edital 23/2013 – Pedidos de reserva de vagas;

13.2.1.20 Edital 24/2013 – Pedidos de condição especial de prova;

13.2.1.21 Edital 25/2013 – Julgamento de recursos apresentados;

13.2.1.22 Edital 26/2013 – Convocações para Prova Objetiva Seletiva;

13.2.1.23 Edital 28/2013 – Decisão no Processo Administrativo n. 500829-2013.8 e no Processo Administrativo n. 501054-2013.3;

13.2.1.24 Edital 31/2013 – Cumprimento da liminar deferida nos autos do Mandado de Segurança n. 2013.022271-6;

13.2.1.25 Ensalamento dos Candidatos

13.2.1.26 Disponibilização do Caderno de Prova e do Gabarito

13.2.1.27 Edital 39/2013 – Convocação para a sessão pública de distribuição dos recursos interpostos à prova objetiva seletiva;

13.2.1.28 Edital 46/2013 – Convocação para a sessão pública de julgamento e identificação dos recursos interpostos à prova objetiva seletiva;

13.2.1.29 Portaria 8/2013 – Designação da Comissão Examinadora da segunda etapa do concurso;

13.2.1.30 Edital 49/2013 – Resultado do julgamento dos recursos interpostos à prova objetiva seletiva e divulgação do gabarito definitivo;

13.2.1.31 Edital 50/2013 – Candidatos aprovados na Prova Objetiva Seletiva;

13.2.1.32 Edital 51/2013 – Convocação para segunda etapa;

13.2.1.33 Edital 53/2013 – Divulgação do local em que a Comissão Examinadora permanecerá reunida durante a realização das provas da segunda etapa para dirimir as dúvidas porventura suscitadas;

13.2.1.34 Edital 54/2013 – Suspensão das provas da segunda etapa;

13.2.1.35 Edital 60/2013 – Anulação da questão n. 54 da Prova Objetiva Seletiva, convocação dos Candidatos para segunda etapa e informações acerca da realização das Provas da segunda etapa;

13.2.1.36 Edital 63/2013 – Convocação de Candidatos para segunda etapa;

13.2.1.37 Edital 65/2013 – Divulgação do local em que a Comissão Examinadora permanecerá reunida durante a realização das provas da segunda etapa para dirimir as dúvidas porventura suscitadas;

13.2.1.38 Disponibilização do Caderno de Provas da Segunda etapa;

13.2.1.39 Edital 76/2013 – Convocação para a sessão pública de divulgação das notas da prova discursiva teórica;

13.2.1.40 Edital 78/2013 – Candidatos aprovados na Prova Discursiva Teórica;

13.2.1.41 Edital 79/2013 – Convocação para a sessão pública de distribuição dos recursos interpostos à prova discursiva teórica;

13.2.1.42 Edital 80/2013 – Convocação para a sessão pública de redistribuição dos recursos interpostos à prova discursiva teórica.

13.2.2 Reuniões da Comissão: 14

13.3 Concurso de Ingresso, por Provimento ou Remoção, na Atividade Notarial e de Registro no Estado de Santa Catarina (Deflagrado pelo Edital n. 346/2011 e alterado pelo Edital 176/2012)

Comissão do Concurso

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Juiz de Direito Paulo Ricardo Bruschi – Titular
- Juiz de Direito Carlos Roberto da Silva
- Juiz de Direito Paulo Marcos de Farias

Representante do Ministério Público:

- Procurador de Justiça Ivens José Thives de Carvalho

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Dr. Marcos Andrey de Sousa – OAB/SC – Titular

Registrador:

- Dr. Miguel Ângelo Zanini Ortale

Tabelião:

- Dra. Adelaide da Silva Jardim

13.3.1 Atos Administrativos

13.3.1.1 Edital 2/2013 – Deferimento de pedidos de condição especial de prova;

13.3.1.2 Disponibilização do Caderno da Prova Escrita e Prática;

13.3.1.3 Portaria 5/2013 – Desligamento e nomeação de membro da Comissão do Concurso;

13.3.1.4 Edital 27/2013 – Marcação de dada da Sessão Pública para identificação das provas escritas e práticas;

13.3.1.5 Disponibilização dos modelos de boneco de correção da Prova escrita e prática;

13.3.1.6 Edital 29/2013 – Cientificação de não conhecimento de recurso interposto e relação geral de aprovados na prova escrita e prática;

13.3.1.7 Edital 30/2013 – Relação de aprovados na prova escrita e prática por critério de ingresso e cientificação da abertura do prazo previsto no item 11.1 do Edital n. 176/12;

13.3.1.8 Edital 32/2013 – Marcação de data da Sessão Pública para distribuição dos recursos interpostos em face da prova escrita e prática;

13.3.1.9 Portaria 6/2013 – Desligamento e nomeação de membro da Comissão do Concurso;

13.3.1.10 Edital 33/201 – Exclusão de nome de candidato da lista de aprovados no critério de provimento, por dela figurar erroneamente;

13.3.1.11 Edital 43/2013 – Prorrogação de prazo para a apresentação dos documentos elencados no item 11 do Edital n. 176/12;

13.3.1.12 Edital 52/2013 – Marcação de data para a Sessão Pública de julgamento dos recursos interpostos contra a prova escrita e prática;

13.3.1.13 Edital 55/2013 – Proclamação das decisões proferidas nos recursos interpostos contra a prova escrita e prática;

13.3.1.14 Edital 56/2013 – Relação de habilitados à prova oral;

13.3.1.15 Edital 57/2013 – Marcação do sorteio dos grupos, divulgação dos dias de realização e diretrizes da entrevista pessoal e prova oral;

13.3.1.16 Edital 58/2013 – Pesquisa de Personalidade;

13.3.1.17 Portaria 7/2013 – Designação de psicólogas para a realização do exame psicotécnico (item 10.1 do Edital n. 176/2012), e de médicos para comporem a Junta Médica a fim de atender o disposto no item 10.2 do Edital n. 176/2012;

13.3.1.18 Edital 59/2013 – Exclusão de candidatos da lista de aprovados pelo critério de provimento, relativa à prova escrita e prática, em virtude de haverem prestado prova apenas para o critério de remoção;

13.3.1.19 Edital 61/2013 – Instruções e marcação de data para realização dos exames de personalidade;

13.3.1.20 Edital 62/2013 – Divulgação do grupo e da ordem da entrevista pessoal e da prova oral;

13.3.1.21 Edital 66/2013 – Exclusão de candidatos do certame por não comparecerem aos exames de personalidade.

13.3.1.22 Edital 68/2013 – Prazo para a regularização da documentação referente aos itens 11.1 e 11.2 do Edital n. 176/2012;

13.3.1.23 Edital 69/2013 – Divulgação do local da realização da entrevista e da prova oral;

13.3.1.24 Edital 70/2013 – Deflagração da fase de exame de títulos;

13.3.1.25 Edital 71/2013 – Deferimento do pedido formulado no Processo Administrativo n. 513656-2013.3;

13.3.1.26 Portaria 9/2013 – Designação de médica, nomeada pela Portaria n. 7/2013, para presidir a Junta Médica do concurso;

13.3.1.27 Edital 72/2013 – Deferimento do pedido formulado no Processo Administrativo n. 517497-2013.0;

13.3.1.28 Edital 73/2013 – Divulgação da Sessão Pública para a abertura dos envelopes e o cálculo das notas da Prova Oral;

13.3.1.29 Edital 74/2013 – Divulgação da decisão tomada pela Comissão do Concurso ao analisar a situação da candidata Camila Menegatti;

13.3.1.30 Portaria 10/2013 – Designação do Juiz de Direito Luis Francisco Delpizzo Miranda para proceder à aplicação da prova oral das matérias de Direito Processual Penal e Direito Constitucional dos candidatos sorteados para o dia 10 de setembro;

13.3.1.31 Edital 75/2013 – Divulgação da nota da Prova Oral dos candidatos considerados habilitados, nos termos do item 9.4.4 do Edital 176/2012;

13.3.1.32 Comunicado – Divulgação da decisão proferida pelo CNJ, no Pedido de Providências n. 0004911-31.2013.2.00.0000, que anulou o Edital n. 68/2013;

13.3.1.33 Edital 81/2013 – Exclusão do certame dos candidatos que apresentaram de forma incompleta a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a outorga da delegação (item 11 do Edital n. 176/2012);

13.3.1.34 Edital 83/2013 – Cumprimento da decisão proferida pelo Conselho da Magistratura nos autos do Recurso de Concurso n. 2013.900040-7.

13.3.2. Reuniões da Comissão: 13

13.4 Concurso para Provimento de Cargos de Servidores do Quadro do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina

13.4.1 Edital 192/2011 – Analista Administrativo

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Mario José Simone Ramos – Titular
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Cassiano Reis – Titular
- Raphael Jaques de Souza – Titular
- Lúcia Helena Gonçalves – Secretária

13.4.1.1 Edital 7/13 – Decisão liminar proferida nos autos da Ação Ordinária n. 023.13.003789-6

13.4.1.2 Edital 36/13 – Decisão proferida no Mandado de Segurança n. 2012.066567-6

13.4.2 Edital 193/2011 – Analista Jurídico

- Mario José Simone Ramos – Presidente
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Cassiano Reis – Titular
- Marcelo Meira Cúrcio – Titular
- Michele Copetti – Titular

13.4.2.1 Edital 9/2013 – Torna sem efeito o Edital n. 335/2012, e dá publicidade à relação dos classificados por Região Judiciária;

13.4.2.2 Edital 8/2013 – Torna sem efeito o Edital n. 333/2012, e dá publicidade à relação dos aprovados e classificados (Corrigido);

13.4.2.3 Homologação – Homologação;

13.4.2.4 Edital 19/2013 – Decisões proferidas nos autos de Mandados de Segurança;

13.4.2.5 Edital 35/2013 – Cumprimento de liminares proferidas nos autos de 10 (dez) Mandados de Segurança;

13.4.2.6 Edital 37/2013 – Cumprimento de liminar proferida nos autos de Mandado de Segurança n. 0015471- 90.2013.8.24.0023;

13.4.2.7 Edital 44/2013 – Cumprimento de liminares proferidas nos autos de 2 (dois) Mandados de Segurança;

13.4.2.8 Edital 64/2013 – Cumprimento de liminares proferidas nos autos de 3 (três) Mandados de Segurança e de 1 (um) Procedimento do Juizado Especial Cível;

13.4.2.9 Edital 73/2013 – Cumprimento de liminares proferidas nos autos de 4 (quatro) Mandados de Segurança;

13.4.2.10 Edital 77/2013 – Cumprimento de liminares proferidas nos autos de 3 (três) Mandados de Segurança;

13.4.2.11 Edital n. 82/2013 – Cumprimento de decisões proferidas nos autos de 3 (três) Mandados de Segurança.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

RESUMO ESTATÍSTICO DOS PROCESSOS DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA											
MÊS	PENDENTES (1)	SUSPENSOS (2)	RECEBIDOS	RESP ENTRADOS	RE ENTRADOS	RESP ADMITIDOS	RESP NEGADOS	RE ADMITIDOS	RE NEGADOS	DECISÕES DIVERSAS	TOTAL DECISÕES (3)
JAN	996	2.830	441	276	112	69	209	6	73	315	**672**
FEV	800	2.861	470	280	112	94	245	21	112	383	**855**
MAR	722	1.789	773	212	116	82	176	14	87	631	**990**
ABRIL	571	1.848	411	269	97	95	283	22	110	390	**900**
MAIO	599	1.980	424	291	106	86	208	17	78	359	**748**
JUN	728	1.969	529	344	119	74	170	12	60	226	**542**
JUL	776	1.866	647	399	127	109	364	25	76	345	**919**
AGO	1.622	1.162	1.362	474	115	118	287	14	90	414	**923**
SET	1.850	899	894	378	111	148	294	19	108	301	**870**
OUT	906	931	558	358	107	136	303	9	73	1.203	**1.724**
NOV	1.088	960	767	498	140	87	264	17	74	239	**681**
DEZ	1.087	965	392	224	47	91	143	13	34	259	**540**
TOTAL	**1.087**	**965**	**7.668**	**4.003**	**1.309**	**1.189**	**2.946**	**189**	**975**	**5.065**	**10.364**

RE – Recursos Extraordinários
RESP – Recursos Especiais

([1]) Números que correspondem à quantidade de recursos pendentes.
(2) Números que correspondem à quantidade de recursos que permanecem sobrestados no período.
(3) Soma das colunas correspondentes a recursos especiais e extraordinários negados e admitidos e decisões diversas.

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

RESUMO DOS DADOS ENCAMINHADOS À CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA											
MÊS	PENDENTES	SUSPENSOS	RECEBIDOS	RESP ENTRADOS	REXT ENTRADOS	RESP ADMITIDO	RESP NEGADO	REXT ADMITIDO	REXT NEGADO	OUTROS DESPACHOS	DESPACHOS DO MÊS
FEV/2012	4.293	3.194	3.564	929	407	80	252	0	253	379	964
MAR/2012	4.975	3.222	6.048	1.340	697	153	791	0	562	503	2.009
ABR/2012	5.329	3.257	2.854	947	393	81	630	1	317	909	1.938
MAI/2012	6.212	3.437	2.848	1.331	682	104	602	1	345	1.630	2.682
JUN/2012	6.874	3.514	2.409	1.625	687	110	903	0	500	1.015	2.528
JUL/2012	7.017	3.645	3.350	2.189	961	96	1.322	0	1.061	1.217	3.696
AGO/2012	7.079	4.049	3.414	2.191	933	142	1.252	1	687	1.727	3.809
SET/2012	7.925	4.241	2.576	1.387	513	86	548	0	424	1.134	2.192
OUT/2012	9.166	5.980	4.978	2.615	1.050	179	1.373	3	821	1.398	3.774
NOV/2012	8.268	6.378	2.761	1.156	343	115	601	1	351	3.009	4.077
DEZ/2012	8.056	6.809	1.460	656	181	101	549	0	251	953	1.854
JAN/2013	8.117	6.790	2.918	1.347	353	61	560	0	474	1.742	2.837
FEV/2013	9.978	6.937	1.910	781	304	8	89	0	87	177	361
MAR/2013	8.148	7.634	1.438	1.040	254	138	594	0	413	2.397	3.542
ABR/2013	7.153	7.480	2.522	1.061	212	168	1.894	1	452	1.458	3.973
MAI/2013	5.578	7.698	1.995	961	213	142	1.531	0	412	1.943	4.028
JUN/2013	5.410	7.948	1.922	1.065	179	131	471	1	110	2.037	2.750
JUL/2013	5.164	8.312	1.667	1.046	201	182	607	2	87	1.564	2.442
AGO/2013	5.581	7.991	2.944	1.347	276	257	1.118	0	152	1.588	3.115
SET/2013	5.132	8.614	2.767	1.105	196	137	1.266	0	226	1.763	3.392
OUT/2013	4.675	9.467	1.941	1.000	153	148	771	0	201	2.330	3.450
NOV/2013	5.018	10.666	2.219	1.338	182	162	971	0	156	1.187	2.476
DEZ/2013	4.625	11.221	1.203	647	72	108	609	2	60	1.105	1.884
TOTAIS	**4.625**	**11.221**	**61.708**	**29.104**	**9.442**	**2.889**	**19.304**	**13**	**8.402**	**33.165**	**63.773**

Acervo recebido de terceiros: 0 + Recebidos ao longo da gestão.

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 383, inciso XIX, da Lei n. 5.624/1979 – Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e também aos princípios da eficiência e da transparência, apresento o relatório de atividades desta Corregedoria-Geral da Justiça, no foro judicial e extrajudicial, relativo ao ano de 2013.

A apresentação ganha relevo porque é feita às vésperas do término do mandato dos atuais gestores do Órgão Censório e por sintetizar a proporção de realização dos objetivos ao início traçados.

Os respectivos núcleos correicionais, as divisões e outros setores da Corregedoria estão fornecendo, em anexo, elementos detalhados e que integram este relatório, os quais estarão disponíveis no sítio eletrônico "http://cgj.tjsc.jus.br/transparencia/index.htm".

2. ESTATÍSTICA DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

2.1 Movimentação de processos no período de janeiro a novembro de 2013 (Inspeção, Procedimento Disciplinar Administrativo, Sindicância, Reclamação Disciplinar, Pedido de Providências, Representação por Excesso de Prazo, Consulta, etc.)

2.1.1	Processos vindos de 2012:	**1.731**
2.1.2	Processos entrados de janeiro a novembro de 2013:	**3.604**
2.1.2.1	Judicial:	**1.130**
2.1.2.2	Extrajudicial:	**2.474**
2.1.3	Processos despachados/finalizados no período de janeiro a novembro de 2013:	**2.225**
2.1.3.1	Judicial:	**1.849**
2.1.3.2	Extrajudicial:	**376**
2.1.4	Processos pendentes em novembro de 2013:	**1.573**
2.1.4.1	Judicial:	**1.021**
2.1.4.2	Extrajudicial:	**552**

2.2 Principais ações e eventos

2.2.1 Intensificação de visitas às comarcas para estreitamento de relações entre a Corregedoria-Geral da Justiça e os magistrados de primeiro grau.

2.2.2 Realização e superação das metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de inspeção judicial nas unidades do primeiro grau de jurisdição e nas serventias extrajudiciais.

2.2.3 Intensificação das campanhas de adoção – CEJA, e participação nas sessões de julgamento para adoções internacionais.

2.2.4 Realização de cursos de capacitação para pretendentes à adoção, em parceria com a Academia Judicial.

2.2.5 Reuniões com Juízes de Execução Penal para traçar estratégias de combate à violência e ao crime organizado, sobretudo nos recentes tumultos em Santa Catarina e na transferência de presos pela Força Nacional de Segurança Pública.

2.2.6 Inspeção assídua, por intermédio do Núcleo V da Corregedoria-Geral da Justiça, nos estabelecimentos prisionais, de internação e de abrigo, a fim de coibir torturas, maus tratos e verificar as condições desses locais de custódia.

2.2.7 Instituição da Comissão de Segurança e Proteção aos Magistrados, com participação, mediante convênio, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e do Ministério Público, a qual atuou em vários casos concretos. Essa iniciativa foi aprovada por todas as Corregedorias - Gerais da Justiça dos Estados, em recente encontro nacional do Colégio Permanente dos Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (64º ENCOGE).

2.2.8 Instituição da Comissão de Saúde para Magistrados e Servidores, com o objetivo de diagnosticar, prevenir e tratar de seus principais sintomas e consequências. Trata-se do primeiro trabalho sério feito nessa área, com repercussão nacional e também tido por modelo no 64º ENCOGE.

2.2.9 Instituição da Comissão Mista para valorização dos Magistrados e elaboração de corretos critérios para promoção por merecimento. Esses trabalhos, infelizmente, ainda não foram concluídos.

2.2.10 Participação contínua, por meio do Núcleo II - Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas, e da Assessoria de Informática desta Corregedoria-Geral da Justiça, na busca de soluções e inovações na área de tecnologia, em especial no recente Processo Judicial Eletrônico – Pje.

2.2.11 Mutirão de Sentenças dos novos Juízes Substitutos. Convém dizer que o Mutirão de Sentenças foi instituído pela Resolução Conjunta n. 1/2013, com a finalidade de estimular o julgamento dos processos conclusos para sentença com data de distribuição mais antiga. Como foco nesse objetivo, o projeto apresentou como resultado o montante de 2.146 (dois mil e cento e quarenta e seis) processos julgados no período compreendido entre os dias 1º de abril a 29 de novembro do corrente ano. Em suas quatro fases, o projeto contou com a participação de 27 (vinte e sete) juízes sentenciantes e 50 (cinquenta) juízes cedentes e auxiliou ao total 52 (cinquenta e duas) unidades jurisdicionais em todo o Estado. A separação dos feitos aptos a julgamento procurou priorizar os processos de conhecimento distribuídos até 31-12-2008 (acervo do PJP).

2.2.12 Realização de várias reuniões com a recém-instalada Defensoria Pública Estadual, visando amenizar a deficiência da assistência judiciária em todo o Estado e os reflexos danosos daí decorrentes.

2.2.13 Participação do Corregedor-Geral da Justiça e da Vice-Corregedora-Geral da Justiça em curso de capacitação dos novos defensores públicos estaduais.

2.2.14 Reunião com representantes da Fazenda Pública Federal, Estadual de alguns Municípios, com o objetivo de reduzir o número de ações judiciais de cobrança de dívidas tributárias, inclusive mediante protesto de CDA's.

2.2.15 Reuniões com o Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, na busca de solução para internação de menores e para atenção aos internados ao Hospital de Custódia.

2.2.16 Reunião com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre a Resolução n. 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, que define a política institucional do Poder Judiciário na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

2.2.17 Instituição, perante o Núcleo V da Corregedoria-Geral da Justiça, do projeto "Direito de Ser Idoso", com o escopo de promover ações que aproximem o Judiciário da sociedade. O projeto pretende, igualmente, expor questões relacionadas às garantias e violências contra o idoso, bem como impulsionar ações que assegurem à população idosa o acesso aos direitos garantidos na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, no Código de Processo Civil e na Resolução n. 14 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

2.2.18 Portal de Assistência à Saúde, que consiste em um espaço criado na *internet*, no sítio da Corregedoria-Geral da Justiça, com informações fornecidas pela Secretaria de Estado da Saúde relativas aos medicamentos e tratamentos padronizados e recomendados pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa, oferecidos à população por meio do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como com esclarecimentos a respeito do funcionamento do SUS e das responsabilidades dos Municípios, dos Estados e da União.

2.2.19 Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção, o qual visa esclarecer os pretendentes à adoção sobre os aspectos jurídicos, sociais e psicológicos da adoção.

2.2.20 Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, atividade desenvolvida por equipe multifuncional, composta por servidores dos principais setores do Órgão Censório, sob a coordenação do Juiz-Corregedor do Núcleo II – Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas, no intento de adequá-lo textualmente ao dinamismo das alterações sofridas pelo ordenamento jurídico vigente. O texto proposto, e devidamente aprovado, trata da consolidação de provimentos e atos administrativos de caráter geral e abstrato relativo ao foro de primeiro grau e serviços notariais e de registro.

2.2.21 Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça, projeto iniciado no ano de 2009, ocasião em que foi apresentada uma primeira proposta, seguida de outra, nenhuma delas, todavia, submetida à apreciação e consequente aprovação. No ano de 2012, foi determinada a criação de um novo grupo de trabalho, a fim de dar continuidade ao projeto, com a efetiva elaboração de um novo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, sob a coordenação do Juiz-Corregedor do Núcleo II – Antônio Zoldan da Veiga. Na esteira dessa determinação, celebrou-se, com a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, o Contrato n. 23/2013, para a realização de estudo sobre a reestruturação, com a colaboração de servidor vinculado à Direção-Geral Judiciária da Presidência do e. Tribunal de Justiça. Ao término dos trabalhos, foi apresentado relatório final de análise do mapeamento dos processos e a proposição de uma nova arquitetura organizacional para o Órgão Censório, a qual ajusta as distorções dos atuais setores correicionais e rompe com tendências arcaicas e ultrapassadas. Atende, ainda, à Meta de Nivelamento n. 2/2013, do Conselho Nacional de Justiça, a qual estabeleceu a proposição de medidas para a implantação de estrutura orgânica definitiva para as Corregedorias - Gerais da Justiça, assegurando-lhes uma maior autonomia. A reestruturação, de outro vértice, alinha-se com os objetivos estratégicos do Poder Judiciário Catarinense. O projeto foi aprovado e o próximo passo é a alteração do Regimento Interno da Corregedoria-Geral de Justiça, de modo a contemplar o modelo delineado no citado relatório final, seguido de sua remessa ao Conselho da Magistratura, para análise.

2.2.22 Inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça para verificação do funcionamento dos serviços judiciais e auxiliares, das serventias e dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro do Estado de Santa Catarina (Portaria n. 1, de 15 de janeiro de 2013), com início em 18 de fevereiro de 2013 e encerramento em 1º de março de 2013. Todas as determinações e recomendações foram atendidas.

2.2.23 Participação no 62º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – 62º ENCOGE, em Ouro Preto, Estado de Minas Gerais; e no 63º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – 63º ENCOGE, em Manaus, Estado do Amazonas.

2.2.24 Realização do 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2013, no município de Florianópolis. O evento teve como tema principal a "Segurança e Saúde do Magistrado: elementos essenciais à independência do Poder Judiciário". Mas outros assuntos foram objeto de discussão, contemporâneos e de grande importância para a sociedade brasileira, tais como mediação e conciliação nas serventias extrajudiciais e protesto de certidão de dívida ativa. Na oportunidade, firmou-se a "Carta de Florianópolis". O sucesso do evento foi reconhecido por todos os participantes.

2.2.25 Apresentação de Relatórios Conclusivos referentes aos procedimentos disciplinares instaurados contra magistrados na Corregedoria-Geral da Justiça perante o egrégio Tribunal Pleno da Corte Catarinense (Resolução n. 135/2011, do Conselho Nacional de Justiça).

2.2.26 Participação nas sessões do Conselho da Magistratura e do Conselho Gestor de dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, como relator e vogal.
3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1 NÚCLEO I: Orientação Institucional

No período de janeiro a 11 de dezembro de 2013, 872 procedimentos administrativos foram distribuídos ao Núcleo I da Corregedoria-Geral da Justiça. Desse universo, todos tramitaram em formato digital. Atualmente, 147 desses feitos continuam em curso;

Quanto aos atendimentos prestados pela assessoria do Núcleo I aos magistrados e jurisdicionados, contabilizam-se os seguintes dados:

a) Atendimento prestado por telefone: 4.728;

b) Atendimento prestado por correspondência eletrônica: 5620;

c) Atendimento prestado pessoalmente: 567.

3.2 NÚCLEO II: Planejamento, Projeto e Revisão do Código de Normas

3.2.1. Atividades desenvolvidas durante o ano de 2013:

d) Editadas 5 (cinco) Resoluções Conjuntas.

e) Editados 3 (três) Provimentos.

f) Editadas 5 (cinco) Circulares.

g) Editados 55 (cinquenta e cinco) Ofícios-Circulares.

h) Editados 12 (doze) Comunicados Eletrônicos.

i) Editadas 2 (duas) Orientações e atualizadas 7 (sete).

j) Exarados 711 (setecentos e onze) pareceres.

k) Participação em 330 (trezentas e trinta) reuniões, sendo 269 (duzentas e sessenta e nove) do Núcleo, que contaram em grande parte com a presença do Juiz Corregedor, e 61 (sessenta e uma) exclusivas do Juiz Corregedor.

l) Participação em 3 (três) ENCOGE – Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça e em 2 (duas) Reuniões da Equipe de Tecnologia da Informação do ENCOGE.

m) Participação como palestrante em 2 (dois) cursos, um para a capacitação dos novos analistas jurídicos e outro para os candidatos aprovados na prova oral do concurso da magistratura.

n) Remetidos 1.750 (um mil e setecentos e cinquenta) kits do Projeto Prodnasc para as unidades jurisdicionais com competência para a realização de audiência com coleta de material genético.

o) Respondidas 2.778 (duas mil e setecentos e setenta e oito) mensagens, via correio eletrônico, correspondentes a 1.193 do Bacenjud e CCS, 125 do Infojud, 368 do SAT, 522 do Prodnasc e 570 de Projetos diversos.

p) Realizados inúmeros atendimentos via telefone, com orientações ou informações relacionadas aos Sistemas Auxiliares: Bacenjud, CCS, SAT, Prodnasc, Sistemas CNJ, Jurisdição Delegada, Infojud, Renajud, etc.

q) Realizado o acompanhamento das Metas de Nivelamento da Corregedoria-Nacional de Justiça, com a respectiva alimentação do sistema.

r) Realizada a atualização do sítio da Corregedoria-Geral da Justiça.

3.2.2. Projetos

3.2.2.1. Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça

Foi concluído o Projeto de Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, com texto revisado e aprovado pelo Corregedor-Geral da Justiça, e divulgado por meio do provimento n. 10/2013, assinado em 8 de novembro de 2013, em solenidade oficial no 64º ENCOGE – Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil.

Com vigência prevista para 19 de maio de 2014, esta consolidação com caráter normativo possui a tarefa de uniformizar os procedimentos necessários a uma prestação jurisdicional cidadã, célere e eficiente.

Para tal desiderato, foi organizada equipe composta por servidores do quadro funcional desta Corregedoria, que dividiu a árdua tarefa em etapas, consistindo, essencialmente, no exame de eficácia e atemporalidade de cada dispositivo do Código ora revisado; na leitura e documentação de todo o material normativo produzido pela Corregedoria; na busca dos assuntos aos demais Códigos de Normas de todas as Corregedorias do Brasil; na consulta das sugestões encaminhadas por advogados, servidores e magistrados; na organização dos assuntos escolhidos, e, por fim, na edição do novo texto. A comissão realizou 110 (cento e dez) reuniões na área judicial.

3.2.2.2. Comissão da Saúde

O projeto iniciou com a Portaria n. 77/2012 do Corregedor-Geral da Justiça, que instituiu uma comissão, atribuindo-lhe a finalidade de aprofundar estudos e apresentar propostas de melhorias relacionadas à saúde dos magistrados e servidores.

A comissão realizou pesquisa sobre saúde e bem-estar com os magistrados do Poder Judiciário Catarinense, com o objetivo de identificar os principais problemas enfrentados para, depois, definir as melhorias necessárias.

Foram realizadas reuniões com as 14 (catorze) Coordenadorias Regionais da Associação dos Magistrados Catarinenses para divulgar a pesquisa. A participação foi expressiva, tendo em vista que 74% (setenta e quatro por cento) dos Juízes e Desembargadores responderam ao questionário. Com isso, a comissão elaborou 3 (três) propostas de melhorias a serem submetidas pelo Corregedor-Geral da Justiça ao Tribunal Pleno desta Corte para aprovação.

O resultado da pesquisa foi apresentado no 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil e contou com inúmeros adeptos.

3.2.2.3. Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça

Foi editada a Portaria n. 54/2012 do Corregedor-Geral da Justiça, que criou a equipe de reestruturação e modernização da Corregedoria-Geral da Justiça. Foram realizadas reuniões pela equipe, e deliberado pelo Corregedor-Geral da Justiça a contratação da UDESC/ESAG (Contrato n. 023/2013), para a realização de estudo sobre a reestruturação, que conta, também, com a participação de um colaborador do Tribunal de Justiça.

A UDESC/ESAG apresentou a nova arquitetura organizacional, bem como a modelagem de processos de trabalho, compreendendo o mapeamento, análise e proposta de melhorias nos processos de desenvolvimento de trabalho e rotinas, que aguarda deliberação do Corregedor-Geral da Justiça.

3.2.2.4. Portal Assistência à Saúde

Esta Corregedoria-Geral da Justiça, por meio do Convênio n. 96/2013 firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, criou o Portal Assistência à Saúde, que consiste em um espaço disponibilizado no sítio deste Órgão Correicional, com informações fornecidas pela Secretaria de Estado da Saúde relativas aos medicamentos e tratamentos padronizados e recomendados pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa, oferecidos à população por meio do Sistema Único de Saúde – SUS – bem como com esclarecimentos a respeito do funcionamento do SUS e das responsabilidades dos Municípios, dos Estados e da União.

O Portal Assistência à Saúde tem como objetivo fornecer subsídios aos magistrados catarinenses na prolação de decisões em processos judiciais que tratam sobre o fornecimento de medicamentos ou tratamento médico.

3.2.2.5. Programa de Julgamento Prioritário

O Programa de Julgamento Prioritário – PJP foi instituído por meio da Circular Conjunta n. 5/2012, e é destinado a acompanhar o andamento dos processos de conhecimento da Justiça de Primeiro Grau distribuídos há mais de cinco anos relativamente ao ano corrente.

A equipe do PJP registrou, no final do mês de novembro de 2013, a baixa de 20.025 (vinte mil e vinte e cinco) processos, o que representa 29,79% do acervo existente em 01/01/2013, de processos distribuídos até 31/12/2008.

3.2.2.6. Mutirão de Sentenças

O Mutirão de Sentenças, instituído pela Resolução Conjunta n. 1/2013, atingiu a quantidade de 2.146 (dois mil e cento e quarenta e seis) processos julgados. O projeto contou com a participação de 26 (vinte e seis) juízes sentenciantes e 48 (quarenta e oito) cedentes e auxiliou ao total 46 (quarenta e seis) unidades jurisdicionais em todo o Estado.

3.2.2.7. Sistema Malote Digital – Hermes

O Sistema Malote Digital (Hermes) constitui-se em mecanismo de comunicação oficial, por meio eletrônico, no Poder Judiciário. Esta Corregedoria-Geral da Justiça definiu a nomenclatura e a configuração das Unidades Organizacionais – UO's no âmbito do 1º Grau, observando os ditames da Resolução n. 100/2009, do Conselho Nacional de Justiça.

O sistema foi instalado em todos os cartórios extrajudiciais e para a implantação nas unidades jurisdicionais foi elaborado primeiramente um projeto piloto, para posteriormente realizar-se a instalação em ciclos.

O Projeto Piloto abrangeu as comarcas integradas da Capital, São José, Palhoça e Biguaçu. O primeiro ciclo abrangeu a instalação nas Distribuições Judiciais, Secretarias do Foro e Varas Únicas. O segundo ciclo foi destinado a todas as comarcas de duas Varas e algumas comarcas de três Varas. Já no terceiro ciclo, os trabalhos de instalação voltaram - se para as comarcas de três Varas ou mais, sendo que a previsão é de que até o final do corrente ano, cerca de 1.300 (um mil e trezentas) Unidades Organizacionais estejam credenciados no sistema Malote Digital.

3.2.2.8. Promoção por Merecimento

Com o objetivo de implantar no Poder Judiciário Catarinense o conteúdo da Resolução n. 106 do Conselho Nacional de Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça criou comissão responsável por elaborar estudos e propor critérios objetivos na promoção por merecimento na carreira da magistratura (Portaria CGJ n. 46/2012). A comissão, após consultar os magistrados deste Estado sobre a matéria, elaborou minuta de resolução para definir os critérios objetivos. Com base nisso, foi elaborado, também, um projeto sobre a avaliação dos critérios na promoção por merecimento, o qual foi encaminhado aos magistrados do Estado para conhecimento e consulta de opinião.

3.2.2.9. Certidão Negativa na Web

O projeto de disponibilização de certidão negativa na web iniciou em novembro de 2012, com a instalação do piloto na Comarca da Capital. Em janeiro de 2013 foi disponibilizado para a comarca de Joinville e posteriormente para as comarcas de Chapecó e Criciúma. Foram incluídas outras comarcas no projeto, e por fim, em abril de 2013 a certidão negativa na web foi disponibilizada para todas as demais comarcas do Estado.

O projeto dispõe, até o momento, dos seguintes modelos para emissão de certidões na internet: a) Certidão Criminal, b) Certidão Cível, c) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e d) Certidão para Fins Eleitorais.

A Corregedoria-Geral da Justiça realizou a configuração dos modelos das certidões, observando as diretrizes da Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

3.2.2.10. Escritório de Projetos

Com o intuito de facilitar a manutenção e o cumprimento das Metas de Nivelamento da Corregedoria Nacional de Justiça, bem como as demais metas do Conselho Nacional de Justiça, e, ainda, aumentar a eficiência operacional desta Corregedoria-Geral da Justiça, foi elaborado o projeto denominado "Escritório de Projetos – EPCGJ".

O EPCGJ tem o fito de servir de apoio aos projetos institucionais, baseados nos objetivos estratégicos – que estão alinhados ao planejamento estratégico do Poder Judiciário Catarinense –, e aguarda deliberação do Corregedor-Geral da Justiça.

3.2.2.11. Planejamento Estratégico da Corregedoria-Geral da Justiça

O Planejamento estratégico da Corregedoria consta do Plano de Gestão 2012/2013 e tem como objetivo promover o desenvolvimento e atualização da gestão administrativa da Corregedoria. Foi elaborada minuta de portaria para a criação do grupo de planejamento estratégico.

3.2.2.12. Novo Sítio da Corregedoria-Geral da Justiça

O Novo Sítio da Corregedoria-Geral da Justiça tem o objetivo de deixar o conteúdo atual com um novo layout, e, assim possibilitar o fácil acesso, acompanhando os modelos contemporâneos. O projeto aguarda ajustes da Assessoria de Informática.

3.2.2.13. Página para peticionamento no Sítio da Corregedoria-Geral da Justiça

Formatada página para peticionamento no sítio da Corregedoria-Geral da Justiça, para possibilitar que os usuários do Sistema SAJ-pg da CGJ possam peticionar nos processos em andamento. A página foi será ajustada pela Assessoria de Informática, para posterior publicação.

3.2.3. Eventos

3.2.3.1. 64º ENCOGE – Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina promoveu e realizou o 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, na cidade de Florianópolis/SC, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2013. O tema do evento foi “Saúde e Segurança dos Magistrados: elementos essenciais à independência do Poder Judiciário”. Além disso, foram realizadas palestras sobre questões importantes vinculadas à matéria extrajudicial. O evento contou com participação expressiva das Corregedorias de todos os Tribunais de Justiça do Brasil.

3.2.3.2. Questionário sobre saúde e bem estar aos magistrados

A Comissão de Saúde, instituída pela Portaria n. 77/2012 do Corregedor-Geral da Justiça, realizou, nas 14 (catorze) Coordenadorias Regionais da Associação dos Magistrados Catarinenses, a apresentação do questionário sobre saúde e bem estar aos magistrados. Os encontros serviram para divulgar aos magistrados o propósito da pesquisa sobre saúde e bem-estar e dirimir dúvidas sobre o procedimento. Os magistrados membros da comissão de saúde fizeram questão de enaltecer o sigilo das informações. As reuniões foram realizadas nos meses de maio e junho de 2013, nas cidades de Mafra, Joinville, São José, Florianópolis, Criciúma, Tubarão, São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Caçador, Lages, Rio do Sul, Balneário Camboriú e Blumenau. Fonte: CGJ – Núcleo II

3.3 NÚCLEO III: Correicional e Instrução Disciplinar

Com o objetivo de orientar, fiscalizar e controlar as atividades forenses, bem como em atendimento à Meta 6 de 2013 da Corregedoria Nacional de Justiça, que determina às Corregedorias dos Tribunais que inspecionem pelo menos 30% das unidades jurisdicionais a cada ano e 100% das comarcas a cada dois anos, este Núcleo, em parceria com a escrivania correicional e sob o comando direto da Juíza-Corregedora e do Corregedor-Geral da Justiça inspecionou, no decorrer deste ano, 162 unidades judiciárias de 70

Comarcas do Estado, conforme calendário de inspeções estabelecido por meio dos Ofícios-Circulares n. 40/2013 e 283/2013.

Por meio de inspeções mistas (com visitas presenciais às unidades) realizou-se um diagnóstico minucioso da situação das unidades (cartório e gabinete) e dos setores administrativos dos fóruns visitados. Detectados os problemas existentes, foram repassadas orientações aos magistrados e servidores, bem como sugeridas soluções para o aprimoramento e uniformização dos trabalhos forenses.

As inspeções realizadas pelo modo exclusivamente virtual, por sua vez, permitiram a análise dos dados estatísticos das unidades judiciárias, às quais também foram repassadas orientações para correções das irregularidades verificadas.

As unidades inspecionadas no ano em curso constam a seguir:

3.3.1 Inspeções Mistas

COMARCA	UNIDADE	DATA DA INSPEÇÃO
CAPITAL	3ª VARA CRIMINAL	19 E 20 DE FEVEREIRO
LAGES	SETORES ADMINISTRATIVOS	19 A 21 DE MARÇO
LAGES	1ª VARA CÍVEL	19 DE MARÇO
LAGES	2ª VARA CÍVEL	20 DE MARÇO
LAGES	3ª VARA CÍVEL	21 DE MARÇO
LAGES	4ª VARA CÍVEL	02 DE ABRIL
LAGES	VARA DA FAMÍLIA	03 DE ABRIL
LAGES	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	04 DE ABRIL
LAGES	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	03 e 04 DE DEZEMBRO
CONCÓRDIA	SETORES ADMINISTRATIVOS	15 A 18 DE ABRIL
CONCÓRDIA	1ª VARA CÍVEL	15 DE ABRIL
CONCÓRDIA	2ª VARA CÍVEL	16 DE ABRIL
CONCÓRDIA	VARA CRIMINAL	17 DE ABRIL
CONCÓRDIA	VARA DA FAMÍLIA, INF. E JUV	18 DE ABRIL
JOINVILLE	SETORES ADMINISTRATIVOS	23 A 25 DE ABRIL
JOINVILLE	1ª VARA CÍVEL	23 DE ABRIL
JOINVILLE	2ª VARA CÍVEL	24 DE ABRIL
JOINVILLE	3ª VARA CÍVEL	25 DE ABRIL
JOINVILLE	4ª VARA CÍVEL	06 E 07 DE MAIO
JOINVILLE	5ª VARA CÍVEL	07 E 08 DE MAIO
JOINVILLE	6ª VARA CÍVEL	08 E 09 DE MAIO
JOINVILLE	7ª VARA CÍVEL	09 E 10 DE MAIO
JOINVILLE	1ª VARA DA FAMÍLIA	20 E 21 DE MAIO
JOINVILLE	2ª VARA DA FAMÍLIA	21 E 22 DE MAIO
JOINVILLE	3ª VARA DA FAMÍLIA	22 E 23 DE MAIO
JOINVILLE	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	23 E 24 DE MAIO
ITAJAÍ	SETORES ADMINISTRATIVOS	03 A 07 DE JUNHO
ITAJAÍ	1ª VARA CÍVEL	03 E 04 DE JUNHO
ITAJAÍ	2ª VARA CÍVEL	04 E 05 DE JUNHO
ITAJAÍ	3ª VARA CÍVEL	05 E 06 DE JUNHO
ITAJAÍ	4ª VARA CÍVEL	06 E 07 DE JUNHO
BLUMENAU	SETORES ADMINISTRATIVOS	17 A 21 DE JUNHO
BLUMENAU	1ª VARA CÍVEL	17 E 18 DE JUNHO
BLUMENAU	2ª VARA CÍVEL	18 E 19 DE JUNHO
BLUMENAU	3ª VARA CÍVEL	19 E 20 DE JUNHO

BLUMENAU	4ª VARA CÍVEL	20 E 21 DE JUNHO
BLUMENAU	5ª VARA CÍVEL	1 E 2 DE JULHO
BLUMENAU	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	2 E 3 DE JULHO
BLUMENAU	1ª VARA DA FAMÍLIA	3 E 4 DE JULHO
BLUMENAU	2ª VARA DA FAMÍLIA	4 E 5 DE JULHO
CRICIÚMA	SETORES ADMINISTRATIVOS	23 A 24 DE JULHO
CRICIÚMA	VARA DA INF. E JUV. E ANEXOS	23 DE JULHO
CRICIÚMA	VARA DA FAMÍLIA	24 DE JULHO
SÃO JOSÉ	SETORES ADMINISTRATIVOS	13 A 15 DE AGOSTO
SÃO JOSÉ	1ª VARA DA FAMÍLIA	13 DE AGOSTO
SÃO JOSÉ	2ª VARA DA FAMÍLIA	14 DE AGOSTO
SÃO JOSÉ	VARA DA INF. E JUV. E ANEXOS	15 DE AGOSTO
TUBARÃO	SETORES ADMINISTRATIVOS	26 A 30 DE AGOSTO
TUBARÃO	1ª VARA CÍVEL	26 E 27 DE AGOSTO
TUBARÃO	2ª VARA CÍVEL	27 E 28 DE AGOSTO
TUBARÃO	3ª VARA CÍVEL	28 E 29 DE AGOSTO
TUBARÃO	VARA DA FAM., ÓRFÃOS E INF.	29 E 30 DE AGOSTO
CHAPECÓ	SETORES ADMINISTRATIVOS	10 A 12 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	1ª VARA CÍVEL	24 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	2ª VARA CÍVEL	24 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	3ª VARA CÍVEL	25 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	4ª VARA CÍVEL	25 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	VARA DA FAMÍLIA, INF. E JUV	26 DE SETEMBRO
CHAPECÓ	VARA DA FAM., ORF. E SUCESSÕES	26 DE SETEMBRO
CAPITAL	SETORES ADMINISTRATIVOS	7 A 10 DE OUTUBRO
CAPITAL	1ª VARA CÍVEL	7 DE OUTUBRO
CAPITAL	2ª VARA CÍVEL	8 DE OUTUBRO
CAPITAL	3ª VARA CÍVEL	9 DE OUTUBRO
CAPITAL	4ª VARA CÍVEL	10 DE OUTUBRO
CAPITAL	5ª VARA CÍVEL	22 DE OUTUBRO
CAPITAL	6ª VARA CÍVEL	23 DE OUTUBRO
CAPITAL	1ª VARA DA FAMÍLIA	11 DE NOVEMBRO
CAPITAL	2ª VARA DA FAMÍLIA	12 DE NOVEMBRO
CAPITAL	VARA DA INF E JUVENTUDE	13 DE NOVEMBRO
CAPITAL	VARA DA FAMÍLIA – FORO CONTINENTE	19 DE NOVEMBRO
CAPITAL	VARA FA FAMÍLIA – FORO DO NORTE DA ILHA	3 DE DEZEMBRO

3.3.2 Inspeções Remotas

COMARCA	UNIDADE	DATA DE INÍCIO DA INSPEÇÃO
ARARANGUA	1ª CRIME	18 DE FEVEREIRO
ARARANGUA	2ª CRIME	18 DE FEVEREIRO
CAPITAL	1ª CRIME	4 DE MARÇO
CAPITAL	2ª CRIME	4 DE MARÇO
CAPITAL	4ª CRIME	4 DE MARÇO
CRICIÚMA	1ª CRIME	25 DE MARÇO (*)
CRICIÚMA	2ª CRIME	25 DE MARÇO (*)
CRICIÚMA	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	25 DE MARÇO (*)
JOINVILLE	1ª CRIME	8 DE ABRIL
JOINVILLE	2ª CRIME	8 DE ABRIL
JOINVILLE	3ª CRIME	8 DE ABRIL
JOINVILLE	4ª CRIME	8 DE ABRIL

JOINVILLE	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	8 DE ABRIL
LAGUNA	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
MAFRA	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
PORTO UNIÃO	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
RIO DO SUL	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
SÃO FRANCISCO DO SUL	VARA CRIMINAL	22 DE ABRIL
SÃO JOSÉ	1ª CRIME	06 DE MAIO
SÃO JOSÉ	2ª CRIME	06 DE MAIO
SÃO JOSÉ	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	06 DE MAIO
SÃO JOSÉ	J. ESP. CRIM. E DE VIOL. DOM. E FAM.	06 DE MAIO
SÃO MIGUEL DO OESTE	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
VIDEIRA	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
XANXERÊ	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
CACADOR	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
CAMBORIU	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
CAMPOS NOVOS	VARA CRIMINAL	20 DE MAIO
INDAIAL	VARA CRIMINAL	3 DE JUNHO
JARAGUA DO SUL	VARA CRIMINAL	3 DE JUNHO
BRUSQUE	VARA CRIMINAL	3 DE JUNHO
CANOINHAS	VARA CRIMINAL	3 DE JUNHO
CURITIBANOS	VARA CRIMINAL	3 DE JUNHO
JOAÇABA	VARA CRIMINAL	10 DE JUNHO
LAGES	1ª CRIME	10 DE JUNHO
LAGES	2ª CRIME	10 DE JUNHO
LAGES	3ª CRIME	10 DE JUNHO
CHAPECÓ	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	24 DE JUNHO
CHAPECÓ	1ª CRIME	24 DE JUNHO
CHAPECÓ	2ª CRIME	24 DE JUNHO
CHAPECÓ	3ª CRIME	24 DE JUNHO
BLUMENAU	1ª CRIME	15 DE JULHO
BLUMENAU	2ª CRIME	15 DE JULHO
BLUMENAU	3ª CRIME	15 DE JULHO
BLUMENAU - FORO UNIVERSITÁRIO	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	15 DE JULHO
ITAJAÍ	1ª CRIME	29 DE JULHO
ITAJAÍ	2ª CRIME	29 DE JULHO
ITAJAÍ	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	29 DE JULHO
BALNEARIO CAMBORIU	1ª CRIME	12 DE AGOSTO
BALNEARIO CAMBORIU	2ª CRIME	12 DE AGOSTO
ANITA GARIBALDI	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
FRAIBURGO	1ª VARA	19 DE AGOSTO
GARUVA	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
IPUMIRIM	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
JAGUARUNA	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
LAURO MULLER	VARA ÚNICA	19 DE AGOSTO
MARAVILHA	1ª VARA	19 DE AGOSTO
ARAQUARI	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
ARMAZÉM	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
BARRA VELHA	1ª VARA	26 DE AGOSTO
CAMPO BELO DO SUL	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
CAPINZAL	2ª VARA	26 DE AGOSTO
CAPIVARI DE BAIXO	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
HERVAL D'OESTE	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO

IBIRAMA	1ª VARA	26 DE AGOSTO
ITÁ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
ITAIÓPOLIS	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
MONDAÍ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
ORLEANS	1ª VARA	26 DE AGOSTO
RIO DO CAMPO	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
RIO DO OESTE	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
TAIÓ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
TANGARÁ	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
TROMBUDO CENTRAL	1ª VARA	26 DE AGOSTO
TUBARÃO	1ª CRIME	26 DE AGOSTO
TUBARÃO	2ª CRIME	26 DE AGOSTO
TUBARÃO	J. ESP. CRIM. E DE VIOL. DOM. E FAM.	26 DE AGOSTO
TURVO	VARA ÚNICA	26 DE AGOSTO
CATANDUVAS	VARA ÚNICA	2 DE SETEMBRO
OTACÍLIO COSTA	VARA ÚNICA	2 DE SETEMBRO
SANTA ROSA DO SUL	VARA ÚNICA	2 DE SETEMBRO
CAMPO ERÊ	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
CAPITAL	VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI	9 DE SETEMBRO
CAPITAL	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	9 DE SETEMBRO
CUNHA PORÃ	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
DESCANSO	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
FORQUILHINHA	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
GUARAMIRIM	1ª VARA	9 DE SETEMBRO
IÇARA	1ª VARA	9 DE SETEMBRO
ITAPIRANGA	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
ITAPOÁ	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
LEBON RÉGIS	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
MELEIRO	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
PALMITOS	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
PAPANDUVA	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
SÃO DOMINGOS	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
SÃO JOÃO BATISTA	VARA ÚNICA	9 DE SETEMBRO
TIJUCAS	VARA CRIMINAL	9 DE SETEMBRO
TIMBÓ	VARA CRIMINAL	9 DE SETEMBRO
URUSSANGA	2ª VARA	9 DE SETEMBRO
CAPITAL - FORO DES. EDUARDO LUZ	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	23 DE SETEMBRO
CAPITAL - FORO DISTRITAL DO CONTINENTE	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	23 DE SETEMBRO

3.3.3 Estatística Geral - Inspeções

Os quadros abaixo demonstram o atendimento à Meta 6 da Corregedoria Nacional de Justiça, bem assim as atividades desenvolvidas durante 2013. Confira-se:

TOTAL DE VARAS DO ESTADO	353	100%
Total inspecionado em 2012	122	34,56%
Total inspecionado em 2013	162	45,89%

TOTAL DE COMARCAS DO ESTADO	111	100%
Total de Comarcas inspecionadas em 2012	45	40,54%

Total de comarcas inspecionadas em 2013*	70	63,06%
Total de comarcas inspecionadas no biênio	111	100%

*Algumas comarcas inspecionadas no ano de 2012 foram novamente incluídas no calendário de inspeção de 2013.

DADOS GERAIS
Varas: 318
Juizados Especiais: 29
Unidades de Cooperação: 6

Os relatórios de inspeção estão disponíveis aos interessados no sítio eletrônico desta Corregedoria, conforme determina a Meta 4 da Corregedoria Nacional de Justiça, no endereço: http://cgj.tjsc.jus.br/transparencia/docs/relatorios_inspecao/jud2013.htm

Ademais, além da estatística apurada destaca-se a conclusão de processos eletrônicos distribuídos entre os anos de 2011 e 2012, e os processos físicos remanescentes de anos anteriores, conforme segue:

Processos de 2011 concluídos em 2013	**36**
Processos de 2012 concluídos em 2013	**84**
Processos físicos distribuídos em anos anteriores e concluídos em 2013	**25**
Total de processos concluídos em 2013	**145**

Igualmente, foram objetos de análise os pedidos de providências relacionados às consultas, reclamações e demais expedientes sem procedimento específico (reclamação disciplinar, sindicância etc.), resultando na estatística apresentada:

Pedidos de providências distribuídos em 2013	**40**	**100%**
Pedidos de providências concluídos	**8**	**20%**

Observações:

*37 dos 40 processos foram distribuídos após o mês 07/2013. Neste item, estão incluídos **18** processos de acompanhamento de estágio probatório de juízes substitutos.*

3.3.4 Instruções em Processos Administrativos

Instruções disciplinares realizadas no ano de 2013, sob coordenação da Juíza-Corregedora:

PROCESSO	COMARCA	AUDIÊNCIA/INTERROGATÓRIO
0012707-49.2013.8.240600	Balneário Camboriú	30/10/2013 e 18/11/2013
0011599-82.2013.8.24.0600	Orleans	13/12/2013 e 17/12/2013

3.3.5 Participações dos Servidores em Cursos de Capacitação

Visando o aprimoramento das atividades, buscou-se fomentar a participação dos servidores em cursos de capacitação destinados à atividade fim desenvolvida. Dentre eles, destacam-se:

a) Curso Básico de Procedimentos Cartorários 2013, modalidade à distância, com carga horária de 40 horas-aula, ministrado pela Academia Judicial, no período de 24 de junho a 21 de julho de 2013.

b) Curso Completo Relativo ao SAJ 5 - 1º Grau, modalidade presencial, com carga horária de 25 horas-aula, ministrado pela Academia Judicial, no período de 26 a 30 de agosto de 2013.

c) Participação no 64º ENCOGE - Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2013, em Florianópolis.

Sem caráter de curso oficial, os servidores do Núcleo também foram recebidos na 1ª Vara Cível do Fórum Continental do Estreito, em atividades para conhecer o trâmite e rotinas de um cartório digital no dia a dia forense.

3.3.6 Demais atividades

No decorrer deste ano a assessoria do Núcleo III respondeu às diversas consultas recebidas via *e-mail* (cgjinspecao@tjsc.jus.br) e por telefone, relativas às inspeções em andamento.

Tal atividade, que tem como fim precípuo auxiliar Magistrados e principalmente servidores no desempenho das atividades diárias, com o esclarecimento de dúvidas acerca da organização forense e da correta aplicação do Código de Normas desta Corregedoria, contribui sobremaneira para a uniformização e otimização dos procedimentos cartorários (judicial), refletindo, por conseguinte, na melhora dos dados estatísticos das unidades.

3.3.7 Amostra de imagens fotográficas realizadas durante as inspeções mistas

A seguir, alguns registros fotográficos das unidades inspecionadas no decorrer deste ano:



Blumenau – Sala de Armas



Criciúma – 4ª Vara Cível



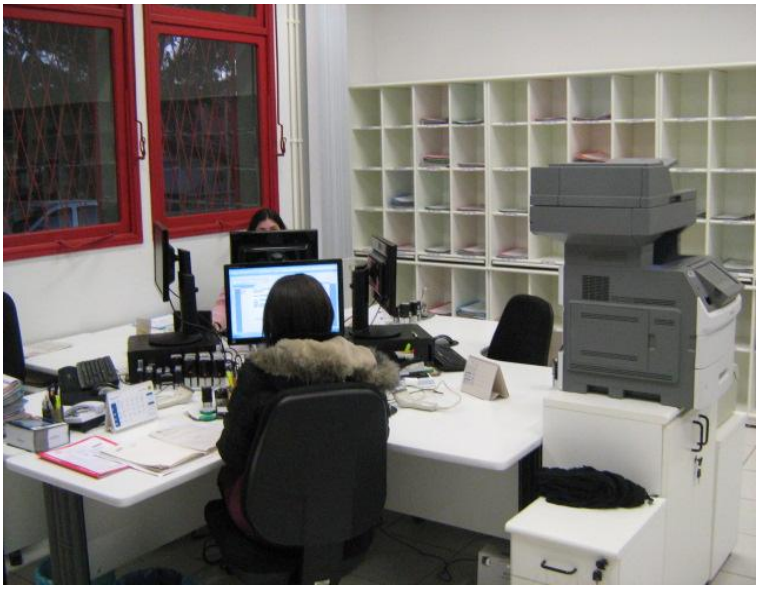
Itajaí – 1ª Vara Cível



Joinville – 7ª Vara Cível



São José – Distribuição



Criciúma – Unidade de Cooperação

3.4 NÚCLEO IV: Serventias Extrajudiciais

3.4.1. Considerações iniciais

O ano de 2013, para o Núcleo IV, foi planejado para o alcance de algumas metas principais, a saber:

a) Concluir as inspeções em 100% das serventias do estado, priorizando-se para as atividades presenciais as serventias localizadas em comarcas classificadas como entrância especial;

b) Aperfeiçoar o sistema de inspeções virtuais, com a geração de relatórios em relação à totalidade dos serviços de notas e registros de Santa Catarina;

c) Concluir o trabalho de revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (naquilo que se relacionava com a especialidade do Núcleo);

d) Auxiliar na organização do 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil.

Sem perder de vista que o trabalho presencial da equipe de inspeção foi duplicado, o alcance da meta de fiscalização imposto pelo Conselho Nacional de Justiça e, de modo mais especial, pela Desembargadora Salete Silva Sommariva só se concretizou pelo advento do inédito programa de inspeções virtuais.

A conclusão da revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça é sem dúvida a atividade que mais marcou o ano de 2013 e talvez o grande legado desta gestão administrativa. A sua conclusão atende antigo anseio da sociedade em geral.

Fruto de um trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, a atividade, amplamente democrática, oportunizou a manifestação individual de cada um dos senhores delegatários dos serviços de notas e registros. A tarefa teve como suas principais diretrizes a não reprodução de textos de dispositivos legais ou normativos, bem como a inclusão de normas contidas em atos normativos avulsos desta CGJ/SC.

Em razão da ausência de ditame específico sobre a forma de tramitação, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, dos procedimentos administrativos típicos da esfera extrajudicial – situação causadora de dúvidas e divergências – o projeto trouxe, em seu Livro I, disposições sobre o modo de processamento de

consultas, comunicações de indisponibilidade de bens, localizações de assentos civis e, especialmente, expedientes disciplinares. Neste particular, criaram-se duas espécies de procedimento: preliminar certo e administrativo preparatório. O primeiro destina-se ao controle das correições ordinárias e reclamações, ao passo que o segundo, a exemplo da sindicância preparatória, terá espaço quando a materialidade ou a autoria não se mostrarem evidentes, ou não estiver suficientemente caracterizada a infração disciplinar. O projeto revisou e incrementou prescrições aplicáveis ao interventor, para aclarar, agrupar e aperfeiçoar regras contidas em atos normativos avulsos.

Em seu Livro II, diante da necessidade de regulamentação de dispositivos legais ou mesmo de estabelecimento de rotinas mínimas, o projeto disciplinou – agora no âmbito da comarca – a tramitação dos procedimentos típicos da esfera extrajudicial: suscitação de dúvida, impugnação ao valor declarado, consulta e reclamação disciplinar.

Já o Livro III, específico para as atividades notariais e registrais propicia significativo aperfeiçoamento e sistematização das normas técnicas. Além de aclarar as atuais prescrições, traz novas disposições – gerais e específicas – a respeito de vários temas ainda não regulamentados.

Por fim, o Núcleo IV teve a possibilidade de auxiliar e participar maciçamente na organização e no desenvolvimento do 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, evento que se desenvolveu com o mais absoluto sucesso. De maneira inédita o serviço extrajudicial recebeu um tratamento especial do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais do Brasil, reservando-se espaço amplo e exclusivo para a discussão de temas atinentes a atividade notarial e de registro.

Conclui-se dessa forma que todas as metas fixadas restaram cumpridas.

3.4.2. Atividades Desenvolvidas

- Adequação e constante atualização, em parceria com setores técnicos, do sítio virtual “Portal do Extrajudicial – extrajudicial.tjsc.jus.br”;
- Disseminação, aperfeiçoamento e incentivo para a utilização do S@E - Sistema de Atendimento do Extrajudicial (ofício-circular 118/2010);
- Ampliação das orientações do Núcleo IV aos usuários dos serviços de notas e registros, junto ao portal do extrajudicial (http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html);
- Prestação de auxílio e orientação aos Juízes Diretores de Foro e magistrados responsáveis pelos registros públicos por meio de contatos telefônicos, correspondências eletrônicas e deslocamento de equipe correicional;
- Participação e incentivo à realização de eventos de estudos acerca do Direito Notarial e Registral;
- Estreitamento da relação com a Presidência e a 1ª. Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para a adoção das providências necessárias à preparação de concurso para a atividade extrajudicial do Estado de Santa Catarina e para as atividades relativas a eventuais declarações de vacâncias das serventias;
- Acompanhamento, atualização, aprimoramento e desenvolvimento do uso do Sistema Hermes – Malote Digital;
- O cumprimento e a ampliação da meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para realizar inspeções correicionais em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das 584 (quinhentos e oitenta e quatro) serventias de notas e registros do Estado de Santa Catarina;
- Aprimoramento do Sistema do Selo Digital, com a expedição de relatórios que promovem cruzamento de dados (Sistema de Auditoria, com base nos conceitos de business inteligence – BI);
- Lançamento do Manual de Ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz;

- Ajuste de método e regras para a liberação do ressarcimento dos atos gratuitos eventualmente bloqueados em virtude do cadastramento errôneo pelas serventias extrajudiciais;
- Implantação definitiva da nova versão do Selo Digital de Fiscalização (versão 2.0 – prazo limite junho de 2013);
- Ajuste de mecanismos para o compartilhamento das informações enviadas ao Sistema do Selo Digital com entes externos: IBGE, TRE, FECAM, Secretarias Fazendárias Estadual e Municipais;
- Formatação do Sistema da Central de Registro de Imóveis e Penhora On-Line, que possibilitará a obtenção de certidões dos registros imobiliários de forma online, além de facilitar o cumprimento das ordens judiciais de penhora;
- Difusão e acompanhamento da Central de Distribuição de Títulos levados a protesto em decorrência da parceria firmada entre a Corregedoria-Geral da Justiça e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, seção Santa Catarina;
- Criação de ferramenta e método eletrônico para a realização das inspeções virtuais na totalidade dos serviços de notas e registros catarinenses;
- Ampliação, modernização e utilização do novo sistema de cadastro de notários, registradores e serventias;
- Atualização do banco de sinais públicos das serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina;
- Controle, acompanhamento e prestação de orientações ao correto preenchimento do espaço Justiça Aberta junto ao Conselho Nacional de Justiça;
- Retomada do projeto para a criação de cargos de Analista Jurídico/Especialidade Extrajudicial, com lotação na secretaria do foro da comarca, para auxiliar o juiz-corregedor permanente;
- Ampliação da divulgação eletrônica (notícias publicadas no sítio do Tribunal de Justiça) das atividades relevantes realizadas pelo Núcleo IV no ano de 2013;
- Pedido de aquisição de novas obras para a Biblioteca setorial do Núcleo IV;
- Elaboração da orientação nº 9, de 01/02/2013, que trata do questionário prévio as atividades correicionais;
- Elaboração da orientação nº 10, de 01/02/2013, que trata das pendências no cadastro dos prepostos das serventias;
- Elaboração da orientação nº 11, de 11/03/2013, que orienta os procedimentos a serem adotados nas comarcas quando do falecimento de delegatário de serviços de notas e registro;
- Elaboração da orientação nº 12, de 18/04/2013, que fornece modelo para a expedição de certidão referente ao Concurso para Ingresso e Remoção na atividade notarial e registral;
- Elaboração da orientação nº 13, de 23/04/2013, que esclarece procedimento quanto ao recolhimento dos emolumentos de distribuição;
- Elaboração da orientação nº 14, de 02/05/2013, que trata dos ressarcimentos dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz;
- Elaboração da orientação nº 15, de 15/08/2013, que trata do ressarcimento de ato gratuito decorrente de solicitação de ente público;
- Criação de link, no Portal do Extrajudicial, destinado aos Registradores Civis das Pessoas Naturais, com orientação acerca da utilização do papel de segurança para a lavratura das certidões;
- Atuação correicional disciplinar com a edição de Portarias que instauram processos administrativos disciplinares;
- Elaboração de pareceres, decisões e despachos em procedimentos virtuais de competência do Núcleo IV;
- Transmissões de Acervo praticadas pela equipe da Assessoria Correicional do Extrajudicial:

PROCESSO	ATIVIDADE	COMARCA	SERVENTIA	PERÍODO

DF – Portaria 103/2013	Transmissão de acervo	Lages	2º Tabelionato de Notas e Protesto	6/3/2013
0012315-80.2011.8.24.0600,	Transmissão de acervo	Guaramirim	Tabelionato de Notas e Protesto	30/4/2013
0013341-45.2013	Transmissão de acervo	Araranguá	2º Tabelionato de Notas e Protesto	19/11/2013
001004090.2013	Transmissão de acervo	São Joaquim	Registro de Imóveis	27 a 28/2/2013

- Cumprimento prioritário de procedimentos oriundos do Conselho Nacional de Justiça;
- Fornecimento de informação sobre usuário e senha de acesso ao Sistema Justiça Aberta, por meio de telefone e e-mail, a todos os delegatários para a atualização dos dados e dos atos realizados pelos ofícios extrajudiciais;
- Informação mensal da produtividade do Corregedor e da Vice-Corregedora para a Secretaria da Corregedoria, objetivando a posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores;
- Elaboração de 08 (oito) comunicações internas para o desenvolvimento de estudos e projetos relativos às atividades do Núcleo;
- Prestação de atendimento e orientação aos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Núcleo IV, com um total aproximado de 5.000 (cinco mil) ligações;
- Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E):

DESTINATARIO	TOTAL	DESTINATARIO	TOTAL
Araquari	3	Jaguaruna	3
Ararangua	9	Jaraguá do Sul	9
Armazem	3	Joaçaba	4
Balneário Camboriú	21	Joinville	34
Barra Velha	4	Lages	12
Biguaçu	5	Laguna	2
Blumenau	29	Lebon Régis	1
Bom Retiro	2	Mafra	2
Braço do Norte	5	Maravilha	6
Brusque	4	Navegantes	10
Caçador	3	Orleans	5
Camboriu	2	Otacilio Costa	2
Campos Novos	1	Palhoça	5
Canoinhas	2	Palmitos	3
Capinzal	2	Papanduva	2
Capital	68	Porto Belo	6
Capivari de Baixo	1	Balneário Piçarras	4
Catanduvas	1	Ponte Serrada	1
Assessoria de Custas	5	Porto Belo	6
Chapecó	6	Porto União	1
Criciuma	23	Presidente Getúlio	1
Curitibanos	3	Rio do Sul	3
Assessoria Extrajudicial e selo	1.199	Santa Rosa do Sul	1
Forquilhinhas	3	Santo Amaro	2
Fraiburgo	5	São Bento do Sul	1
Assessoria FRJ	19	São Francisco do Sul	3

Garopaba	2	São João Batista	3
Gaspar	7	São Joaquim	3
Guaramirim	15	São José	44
Herval	1	São Lourenço do Oeste	2
Içara	9	São Miguel do Oeste	1
Imbituba	3	Seara	2
Indaial	7	Sombrio	2
Ipumirim	1	Taió	1
Itá	1	Tijucas	2
Itajai	21	Trombudo Central	4
Itapema	8	Tubarão	10
Itapiranga	1	Turvo	4
Itapoa	4	Urussanga	9
Ituporanga	4	Videira	6
		TOTAL	**1.735**

Fonte: Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça.

- Participação dos servidores e Vice-Corregedora-Geral nos Encontros e Seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
23 a 27 de setembro	Foz do iguaçu	40° encontro dos registradores de imóveis do brasil
20 a 22 de novembro	Natal	15º Congresso Brasileiro de Direito Notarial e de Registro

- Inspeções correicionais presenciais realizadas nas serventias extrajudiciais do estado:

COMARCA	MUNICÍPIO DISTRITO	SERVENTIA	PERÍODO
Palhoça	Palhoça	Registro Civil PNPJTD	16 a 18/1/2013
Palhoça	Palhoça	Escrivania de Paz de Enseada de Brito	14 a 15/1/2013
São Joaquim	São Joaquim	Registro de Imóveis	16 a 17/1/2013
Palhoça	Palhoça	Registro de Imóveis	23 a 25/1/2013
Palhoça	Palhoça	Tabelionato de Notas e Protesto	21 a 23/1/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz de Ratones	28/1 a 30/2/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz de Santo Antônio de Lisboa	30/1 a 1/2/2013
Criciúma	Criciúma	Escrivania de Paz de Siderópolis	4 a 5/2/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz da Lagoa da Conceição	4 a 6/2/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz da Barra da Lagoa	6 a 8/2/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz do Pântano do Sul	13 a 15/2/2013
Lages	São José do Cerrito	Escrivania de Paz	18 a 19/2/2013
Lages	Lages	Registro Civil DE PNPJTD	19 a 21/2/2013
Lages	Lages	1º Registro de Imóveis	4 a 6/3/2013
Lages	Lages	3º Tabelionato de Notas e Protesto	6 a 7/3/2013
Lages	Lages	4º Registro de Imóveis	11 a 13/3/2013
Lages	Lages	4º Tabelionato de Notas	13 a 14/3/2013
Caçador	Caçador	Registro Civil de PNPJTD	12 a 13/3/2013
Caçador	Caçador	2º Tabelionato de Notas e Protesto	13 a 14/3/2013
Lages	Bocaina do Sul	Escrivania de Paz	18 a 19/3/2013
Lages	Painel	Escrivania de Paz	18 a 19/3/2013
Lages	Lages	2º Registro de Imóveis	20 a 21/3/2013
Porto União	Irineópolis	Escrivania de Paz	19/3/2013

Porto União	Poço Preto	Escrivania de Paz	20/3/2013
Capital	Florianópolis	Escrivania de Paz do Rio Vermelho	25 a 26/3/2013
Capital	Florianópolis	Escrivania de Paz dos Ingleses	25 a 26/3/2013
Guaramirim	Guaramirim	Tabelionato de Notas e Protesto	2 a 12/4/2013
Joinville	Joinville	3º Tabelionato de Notas e 2º Protesto	8 a 10/4/2013
Joinville	Joinville	1º Registro de Imóveis	8 a 10/4/2013
Joinville	Joinville	3º Registro de Imóveis	10 a 11/4/2013
Joinville	Joinville	Registro Civil de PNPJTD	15 a 19/4/2013
Rio do Sul	Rio do Sul	1º Tabelionato de Notas e Protesto	22 a 24/4/2013
Rio do Sul	Rio do Sul	3º Tabelionato de Notas e Protesto	24 a 26/4/2013
Joinville	Joinville	Escrivania de Paz do Boa Vista	22 a 26/4/2013
São José	São Pedro de Alcântara	Escrivania de Paz	6 a 7/5/2013
São José	São José	Registro Civil de PNPJTD	8 a 10/5/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz 2º Subdistrito do Estreito	6 a 10/5/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz Saco dos Limões	6 a 10/5/2013
Joinville	Joinville	Escrivania de Paz de Pirabeiraba	6 a 10/5/2013
São José	São José	Registro de Imóveis	15 a 17/5/2013
São José	São José	Tabelionato de Notas e Protesto	13 a 16/5/2013
Videira	Videira	Escrivania de Paz Anta Gorda	13 a 14/5/2013
Joinville	Joinville	2º Registro de Imóveis	13 a 16/5/2013
Joinville	Joinville	1º Tabelionato de Notas e Protesto	15 a 17/5/2013
São José	São José	EP Barreiros	21 a 24/5/2013
São José	São José	Escrivania de Paz de Campinas	22 a 24/5/2013
São José	São José	Escrivania de Paz de Colônia Santa Teresa	20 a 22/5/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz do Campeche	20/5/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz Ribeirão da Ilha	27 a 29/5/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz Ratones	27/5/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz trindade	27 a 29/5/2013
Videira	Videira	Registro de Imóveis	4 a 6/6/2013
Videira	Iomerê	Escrivania de Paz	3/6/2013
Itajaí	Itajaí	1º Registro de Imóveis	3 a 7/6/2013
Itajaí	Itajaí	2º Tabelionato de Notas e Protesto	10 a 12/6/2013
Itajaí	Itajaí	1º Tabelionato de Notas e Protesto	12 a 14/6/2013
Itajaí	Itajaí	2º Registro de Imóveis	17 a 19/6/2013
Navegantes	Navegantes	Tabelionato de Notas e Protesto	17 a 19/6/2013
Itajaí	Itajaí	3º Tabelionato de Notas e Protesto	19 a 21/6/2013
Itajaí	Itajaí	Registro Civil de PNPJTD	19 a 21/6/2013
Capital	Capital	2º Tabelionato de Notas	1 a 3/7/2013
Capital	Capital	2º Registro de Imóveis	4 a 5/7/2013
Forquilinha	Forquilinha	Registro de Imóveis	8 a 12/7/2013
Forquilinha	Forquilinha	Registro Civil de PNPJTD	8 a 10/7/2013
Criciúma	Nova Veneza	Escrivania de Paz	15 a 17/7/2013
Criciúma	Criciúma	Escrivania de Paz de São Bento de Baixo	17 a 19/7/2013
Criciúma	Criciúma	Escrivania de Paz de Rio Maina	22 a 24/7/2013
Criciúma	Criciúma	2º Tabelionato de Notas e Protesto	24 a 26/7/2013
Capital	Capital	Registro Civil de PNPJTD	29 a 31/7/2013
Capital	Capital	4º Tabelionato de Notas e Protesto	31/7 a 2/8/2013
Laguna	Laguna	Tabelionato de Notas e Protesto	5 a 7/8/2013
Laguna	Laguna	Registro de Imóveis	7 a 9/8/2013
São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	2° Tabelionato de Notas e Protesto	12 a 14/8/2013
São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	2º Registro de Imóveis	15 a 16/8/2013

Garuva	Garuva	Registro Civil de PNPJTD e Registro de Imóveis	12 a 16/8/2013
Criciúma	Criciúma	2º Registro de Imóveis	21 a 23/8/2013
Criciúma	Criciúma	1º Tabelionato de Notas e Protesto	19 a 21/8/2013
Laguna	Laguna	Escrivania de Paz de Pescaria Brava	19 a 21/8/2013
Laguna	Laguna	Escrivania de Paz de Ribeirão Pequeno	21 a 22/8/2013
Tubarão	Tubarão	Registro Civil de PNPJTD	26 a 28/8/2013
Tubarão	Tubarão	1º Tabelionato de Notas e Protesto	26 a 28/8/2013
Tubarão	Tubarão	1º Registro de Imóveis	29 a 30/8/2013
Tubarão	Tubarão	2º Registro de Imóveis	28 a 30/8/2013
Balneário Camboriú	Balneário Camboriú	1º Registro de Imóveis	2 a 4/9/2013
Balneário Camboriú	Balneário Camboriú	2º Tabelionato de Notas e Protesto	4 a 9/9/2013
Balneário Camboriú	Balneário Camboriú	1º Tabelionato de Notas e Protesto	9 a 11/9/2013
Balneário Camboriú	Balneário Camboriú	2º Registro de Imóveis	12 a 13/9/2013
São Carlos	Cunhataí	Escrivania de Paz	16/9/2013
São Carlos	Águas de Chapecó	Escrivania de Paz	17 a 18/9/2013
Ponte Cerrada	Vargeão	Escrivania de Paz	19/9/2013
Blumenau	Blumenau	1º Registro de Imóveis	18 a 20/9/2013
Blumenau	Blumenau	1º Tabelionato de Notas e Protesto	16 a 18/9/2013
Chapecó	Guatambu	Escrivania de Paz	30/9 a 2/10/2013
Chapecó	Marechal Bormann	Escrivania de Paz	2 a 3/10/2013
Chapecó	Chapecó	2º Tabelionato de Notas e Protesto	7 a 9/10/2013
Chapecó	Chapecó	1º Tabelionato de Notas e Protesto	9 a 11/10/2013
Otacílio Costa	Otacílio Costa	Tabelionato de Notas e Protesto	7 a 11/10/2013
Guaramirim	Guaramirim	Registro Civil PNPJTD	14 a 16/10/2013
Guaramirim	Guaramirim	Tabelionato de Notas e Protesto	16 a 17/10/2013
Araquari	Araquari	Registro Civil de PNPJTD	17 a 18/10/2013
Araquari	Araquari	Tabelionato de Notas e Protesto	17 a 18/10/2013
Araranguá	Araranguá	2º Tabelionato de Notas e Protesto	21 a 23/10/2013
Criciúma	Treviso	Escrivania de Paz	21 a 25/10/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz Saco dos Limões processo	21/10/2013
Fraiburgo	Fraiburgo	Registro de Imóveis	21 a 24/10/2013
Capital	Capital	3º Registro de Imóveis	21 a 25/10/2013
Capital	Capital	Escrivania de Paz Distrito de Canasvieiras	22/10/2013
Capital	Capital	1º Tabelionato de Notas e Protesto	23 a 25/10/2013
Capital	Capital	1º Registro de Imóveis	29/10 a 1/11/2013
Ita	Ita	Tabelionato de Notas e Protesto	30/10 a 1/11/2013
Ita	Paial	Escrivania de Paz	29 a 30/10/2013
Jaguaruna	Jaraguaruna	Tabelionato de Notas e Protesto	29/10 a 1/11/2013
Blumenau	Blumenau	Escrivania de Paz de Itoupava	11 a 12/11/2013
Blumenau	Blumenau	Registro Civil de PNPJTD	13 a 14/11/2013
Xaxim	Xaxim	RCPNPJTD	11 a 14/11/2013
Xaxim	Marema	Escrivania de Paz	11 a 14/11/2013
Joinville	Joinville	Escrivania de Paz de Pirabeiraba	11/11/2013
Joinville	Joinville	1º Registro de Imóveis	12/11/2013
Joinville	Joinville	2º Registro de Imóveis	12/11/2013
Joinville	Joinville	3º Registro de Imóveis	12/11/2013
Joinville	Joinville	1º Tabelionato de Notas e Protestos	13/11/2013
Joinville	Joinville	3º Tabelionato de Notas e Protestos	13/11/2013
Blumenau	Blumenau	2º Registro de Imóveis	18 a 20/11/2013
Blumenau	Blumenau	2º Tabelionato de Notas e Protesto	20 a 22/11/2013
Mafra	Mafra	1º Tabelionato de Notas e Protesto	20 a 21/11/2013

Mafra	Mafra	Registro Civil de PNPJTD	18 a 20/11/2013
São Carlos	São Carlos	Tabelionato de Notas e Protesto	25 a 29/11/2013
São Carlos	São Carlos	Registro de Imóveis	25 a 29/11/2013
Blumenau	Blumenau	3º Registro de Imóveis	23 a 24/11/2013
Blumenau	Blumenau	3º Tabelionato de Notas e Protesto	25 a 27/11/2013
Biguaçu	Biguaçu	Registro Civil de PNPJTD	2 a 6/12/2013
Sto Amaro da Imperatriz	Sto Amaro da Imperatriz	Registro de Imóveis	2 a 6/12/2013
Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira	Registro Civil de PNPJTD	2 a 6/12/2013
Dionísio Cerqueira	Palma Sola	Escrivania de Paz	2 a 6/12/2013
Ponte Cerrada	Ponte Cerrada	Registro de Imóveis	9 a 13/12/2013
Ponte Cerrada	Ponte Cerrada	Registro Civil de PNPJTD	9 a 13/12/2013
Biguaçu	Biguaçu	Registro de Imóveis	9 a 13/12/2013
Biguaçu	Biguaçu	Tabelionato de Notas e Protesto	9 a 13/12/2013
Canoinhas	Canoinhas	Registro de Imóveis	9 a 13/12/2013
Canoinhas	Canoinhas	1º Tabelionato de Notas e Protesto	9 a 13/12/2013
Canoinhas	Canoinhas	Auxílio ao Juiz-corregedor permanente da comarca	9 a 13/12/2013
Garuva	Garuva	Registro de Imóveis	16 a 20/12/2013
Garuva	Garuva	Tabelionato de Notas e Protesto	16 a 20/12/2013

- Inspeções correicionais virtuais realizadas nas Serventias Extrajudiciais do Estado:

Em 2013, foram realizadas inspeções virtuais em todas as 584 serventias extrajudiciais do Estado, que totalizaram 1.752 relatórios gerados e enviados, referentes aos atos enviados nos meses de outubro a dezembro de 2013.

Totalização de inspeções correicionais:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Transmissões de acervo	4
Inspeções presenciais	147
Inspeções virtuais	1.752
TOTAL	**1.903**

- Atualização e regulamentação do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira Parte - Serventias Extrajudiciais) e Projetos do Núcleo:

PROCESSO	ASSUNTO	NORMA-ORIENTAÇÃO (TIPO E NÚMERO)
0010659-20.2013.8.24.0600	Altera o art. 872 do Código de Normas para autorizar o tabelião de notas a praticar atos típicos dentro da circunscrição da respectiva serventia e acrescenta o arts. 872-A e 872-B para estabelecer regras de concorrência entre delegatários de notas.	Provimento n. 05, de 18 de março de 2013
0012165-65.2012.8.24.0600	Atualização das informações cadastrais no sistema super-cadastro.	Ofício-Circular n. 04/2013
0010095-41.2013.8.24.0600	Encaminha a Portaria n. 1, de 15 de janeiro de 2013, do CNJ e solicita que a afixe em local de fácil visualização.	Ofício-Circular n. 021/2013

0011491-87.2012.8.24.0600	Orientação acerca do procedimento de registro da opção de nacionalidade brasileira no Livro "E".	Ofício-Circular n. 034/2013
0010466-05.2013.8.24.0600	Encaminha parecer e decisão – Registro dos contratos de financiamento no âmbito do Programa BNDES Pro-CDD Maçã.	Ofício-Circular n. 074/2013
0010536-90.2011.8.24.0600	Comunica a Revogação parcial (referente à parte em que autorizam a cobrança da digitalização de documento de dívida nos serviços de protesto do Estado) dos seguintes atos administrativos: Circular n. 141/1998, Circular n. 42/2001, Circular n. 43/2001, Circular n. 06/2005 e Oficio- Circular n. 4/2007.	Ofício-Circular n. 098/2013
0010833-29.2013.8.24.0600	Forma de cobrança da averbação da cédula de crédito imobiliário no registro de imóveis	Ofício-Circular n. 147/2013
0011142-50.2013.8.24.0600	Encaminha Provimento n. 30/13/CNJ e a Recomendação n. 11/13/CNJ	Ofício-Circular n. 164/2013
0011237-80.2013.8.24.0600	Encaminha Resolução n. 175/13 do CNJ acerca da habilitação, celebração de casamento ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.	Ofício-Circular n. 178/2013
0012225-38.2012.8.24.0600	Encaminha Informações prestadas pela Casa da Moeda acerca da produção e entrega de papel de segurança unificado	Ofício-Circular n. 192/2013
0010186-34.2013.8.24.0600	Orientação acerca do procedimento para instauração de Processo Administrativo Disciplinar contra notários e registradores	Ofício-Circular n. 193/2013
0011677-76.2013.8.24.0600	Encaminha parecer e decisão	Ofício-Circular n. 266/2013
0011684-68.2013.8.24.0600	Encaminha Orientação n. 04/13 da Corregedoria Nacional de Justiça acerca da desnecessidade de preenchimento da coluna "CID" do campo 40 da Declaração de Óbito do Ministério da Saúde	Ofício-Circular n. 268/2013
0012102-40.2012.8.24.0600	Encaminha Resolução n. 03/13 do Conselho da Magistratura acerca do regime de plantão na prestação dos serviços de registro civil das pessoas naturais.	Ofício-Circular n. 294/2013
0013547-93.2012.8.24.0600	Encaminha Resolução Conjunta n. 03/12 do CNJ e CNMP acerca do assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.	Ofício-Circular n. 296/2013
0012428-63.2013.8.24.0600	Orientação sobre o registro de óbito	Ofício-Circular n. 318/2013
0010601-51.2012.8.24.0600	Encaminha Provimento n. 16/12 do CNJ – Reconhecimento de filiação – Indicação do suposto pai	Ofício-Circular n. 346/2013
0010824-04.2012.8.24.0600	Encaminha Provimento n. 28/13 do CNJ acerca do registro tardio de nascimento	Ofício-Circular n. 363/2013
0010533-67.2013.8.24.0600	Encaminha parecer e decisão acerca da prévia averbação da Reserva Legal	Ofício-Circular n. 451/2013
0010348-29.2013.8.24.0600	Encaminha Provimento n. 28/13 do CNJ acerca do registro tardio de nascimento	Circular n. 02/2013
CGJ-E 0848/2009	Informações acerca da expedição de certidão pelo Consulado da República Argentina	Circular n. 03/2013
0010797-84.2013.24.0600	Orientação acerca do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo	Circular n. 05/2013
0012187-89.2013.8.24.0600	Encaminha os Provimentos n. 33,34 e 35 do CNJ	Circular n. 14/2013

- No ano de 2013 foram editados pelo Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça: 05 (cinco) provimentos, 13 (treze) circulares e 308 (trezentos e oito) ofícios circulares.

3.4.3 Comissão dos Sistemas Eletrônicos 2013

3.4.3.1 Selo Digital de Fiscalização e Auditoria dos Atos

O Selo Digital de Fiscalização é a evolução do atual selo autoadesivo, instituído pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998 (alterada pelas Leis Complementares n. 279, de 27 de dezembro de 2004, n. 365, de 7 de dezembro de 2006, n. 408, de 7 de maio de 2008 e n. 429, de 23 de dezembro de 2008), composto por um conjunto de soluções tecnológicas elaborado com o objetivo principal de aprimorar a segurança dos atos praticados nas serventias extrajudiciais de Santa Catarina.

Desenvolvido pela própria equipe do Poder Judiciário de Santa Catarina, trata-se de ferramenta que faz uso de um conjunto padronizado de interfaces de conexão que têm por objetivo a interoperabilidade dos sistemas informatizados usados no Tribunal de Justiça e no serviço notarial e de registro. A partir da aplicação do Selo Digital de Fiscalização aos atos notariais e registrais e da remessa obrigatória das informações dos atos pelas serventias que os praticaram para o Poder Judiciário catarinense, será possível que qualquer interessado que esteja na posse de um documento com Selo Digital proceda, em tempo real, à visualização das informações completas do ato lavrado diretamente no Portal de Consulta, disponível na internet no endereço selo.tjsc.jus.br, o que confere, assim, um alto nível de segurança e transparência aos atos.

Importante destacar que o Selo Digital de Fiscalização desenvolvido em Santa Catarina difere do utilizado em outros Estados em razão, primeiramente, da possibilidade de consulta pelos usuários do serviço notarial e de registro das informações dos atos e pela criação um grande banco de dados utilizado para o desenvolvimento de sistemas informatizados de auditoria, ao que se soma, ainda, a independência e liberdade que as serventias terão ao escolher o sistema com que desejem trabalhar, a agilidade e segurança no fornecimento de selos, dispensando-se o manuseio e a estocagem e eliminando-se a possibilidade de extravio, roubo ou inutilização dos mesmos.

Em 2013, com base nas informações recebidas pela Corregedoria-Geral da Justiça no bojo do projeto do Selo Digital, foi possível a utilização de sistema de inspeções virtuais / auditoria, destinado a apurar a qualidade das informações enviadas, assim também como a rotina de envio e a observância dos padrões técnicos e normativos do projeto. O resultado, consubstanciado em relatório, é encaminhado mensalmente para as serventias para a devida adequação.

No dia 30 de novembro de 2012, foi lançada a versão 2.0 do Selo Digital de Fiscalização, em evento organizado pela Associação de Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg-SC), que se trata de versão que consolida os modelos dos atos de modo a adaptá-los às novas exigências normativas.

A nova versão aprimorou os modelos dos atos e o produziu o desenvolvimento de novos serviços informatizados, com vistas à implantação dos demais projetos de tecnologia da informação desenvolvidos pelo órgão de fiscalização estadual, como o sistema de ressarcimento eletrônico dos atos gratuitos, que permitirá às serventias extrajudiciais catarinenses solicitar, de forma rápida e automatizada, o ressarcimento dos atos a que a lei confere a gratuidade de emolumentos praticados em seus serviços, o supracitado sistema de auditoria e as centrais de informações.

A implantação definitiva da versão 2.0, com a sua utilização em todas as serventias extrajudiciais de Santa Catarina, deu-se em junho de 2013. A versão antiga foi descontinuada no mesmo mês.

Em 2013, foi recepcionada na sede da Corregedoria-Geral da Justiça a delegação do Tribunal de Justiça da Paraíba, e realizadas videoconferências com os Tribunais de Justiça de Alagoas, Pará, Pernambuco e Paraíba.

Em 26 de julho de 2013, fruto de decisão proferida no processo CGJ n. 0011893-37.2013.8.24.0600, foram cedidos os códigos-fonte do sistema do Selo Digital de Fiscalização para o Tribunal de Justiça da Paraíba, para implantação naquele Estado.

Lançamento do sistema de Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital em 8 de outubro de 2013.

Participação no 64º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça (Encoge), realizado de 6-8 de novembro de 2013, ocasião em que foi explanado o sistema do Selo Digital

de Fiscalização e o novo módulo de inspeções virtuais.

Desde a implantação (29/06/2011), foram lavrados ao todo 55 milhões de atos notariais e de registro com o emprego do Selo Digital de Fiscalização, destes, 24,5 milhões apenas em 2013, o que estabelece novo recorde de atos praticados (anterior de 23,7 milhões de atos, em 2013).

3.4.3.2 Documentos publicados no Selo Digital em 2013

- Circular n. 18/2013 – Lançamento do Sistema de Inspeções Virtuais / Auditoria do Selo Digital de Fiscalização.
- Enviados os seguintes comunicados:

  - Prazo limite para utilização da versão 2.0 do Selo Digital, para os serviços de registro civil de Anchieta, Itapoá e Mafra, registro de imóveis da 2ª circunscrição de Mafra, e Escrivanias de Paz do distrito de Canoas, município de Bocaina do Sul, município de Nova Veneza e distrito de Santo Antônio de Lisboa, em 2 de julho de 2013;

  - Erros no envio de atos para o *webservice* do Selo Digital, referentes ao mês de outubro de 2013, para 15 serventias;

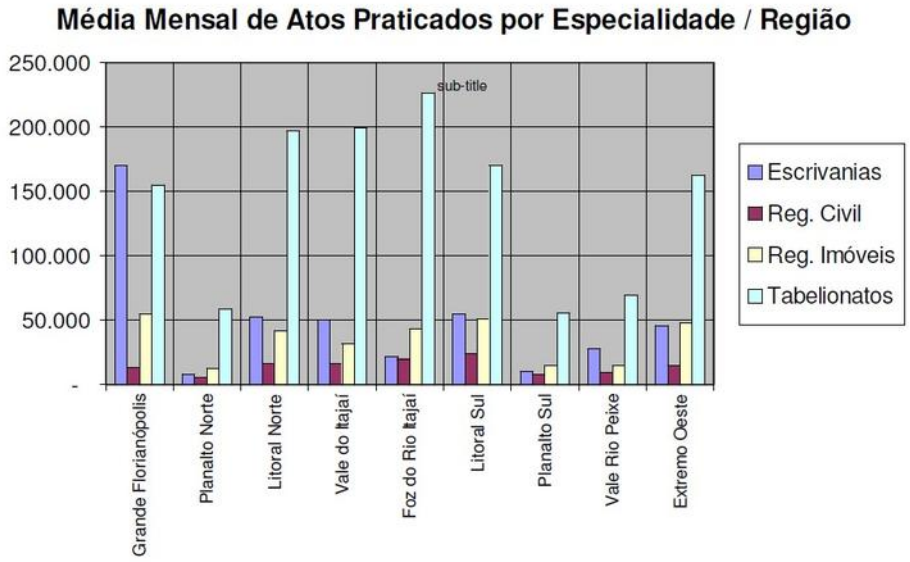
  - Erros no envio de atos para o webservice do Selo Digital, referentes ao mês de novembro de 2013, para 31 serventias;

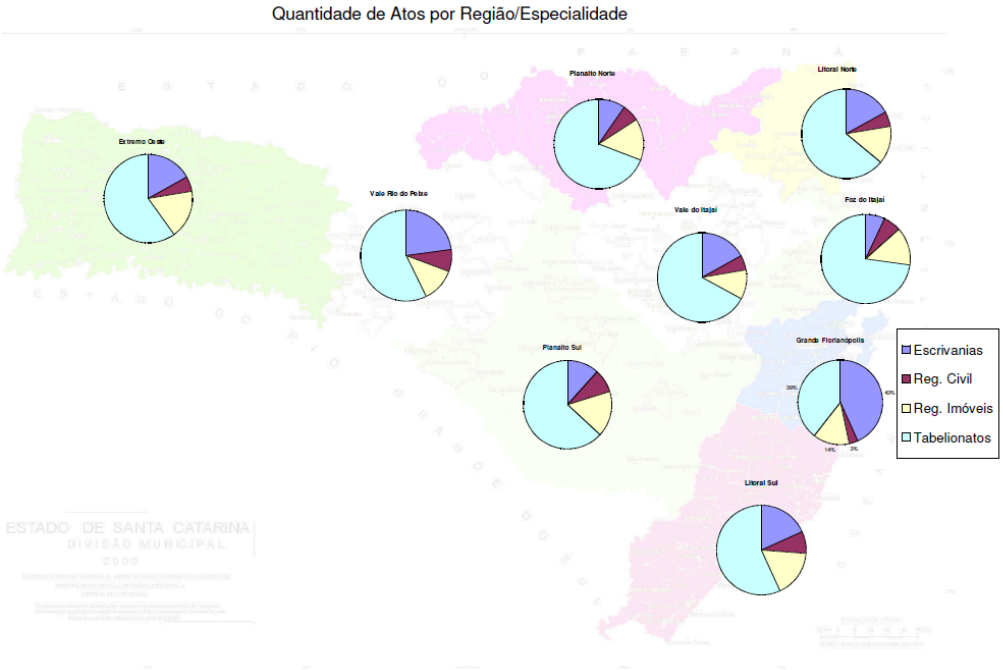
  - Erros no envio de atos para o webservice do Selo Digital, referentes ao mês de novembro de 2013, para 36 serventias;

- Cerca de 500 e-mails respondidos no período a respeito de dúvidas e questionamentos diversos sobre a implantação e operação do Selo Digital de Fiscalização;
- Orientação n. 13/2013, que trata do procedimento para recolhimento dos valores referentes à distribuição de títulos de protesto gratuito (Central de Protestos);

3.4.3.3 Gráficos relativos à utilização do selo digital de fiscalização em 2013

(Fonte: Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais)





3.4.4 Central de Protestos

Foi lançado no dia 17 de março de 2012, em evento promovido pela Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg-SC), a Central de Protestos (Central de Remessa de Arquivos e Central de Distribuição de Títulos). O projeto foi desenvolvido em parceria com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, seção Santa Catarina (IEPTB-SC), que tem por escopo a distribuição centralizada dos títulos e outros documentos de dívida encaminhados eletronicamente pelas instituições financeiras que aderirem à Central de Remessa de Arquivos – CRA.

Com base em cronograma divulgado costumeiramente pela Central de Remessa de Arquivos – CRA, sistema desenvolvido e mantido pelo IEPTB-SC, os serviços de protesto do Estado devem acessar o portal de internet por ela mantido e, mediante *login* e senha, efetuam o *download* dos títulos remetidos eletronicamente pelas instituições financeiras que aderirem à CRA.

Após o regular processamento dos títulos pelo sistema informatizado de automação utilizado na serventia, os serviços de protesto transportam as ocorrências do dia novamente para o portal de internet mantido pela CRA, com as informações dos protestos e pagamentos realizados, as quais são remetidas pela CRA às instituições financeiras.

Os serviços de distribuição das comarcas da Capital, Joinville e Caçador, que são mantidas exclusivamente pela iniciativa privada, por meio de delegação, receberam da CRA *login* e senha, bem como as respectivas instruções, para acesso à interface que contém o mecanismo de recepção dos títulos e remessa da distribuição para a CRA.

Em 2013, o serviço de distribuição da comarca da Capital passou a ser executado por servidores do Poder Judiciário, com o uso do Sistema de Títulos a Protesto (STP), para o qual foi realizado treinamento pela equipe da Comissão de Sistemas Eletrônicos em 14 de novembro de 2013, nas dependências da Corregedoria-Geral da Justiça.

Pelo sistema da Central de Distribuição de Títulos mantida pelo Poder Judiciário, que entrou em operação em 20 de agosto de 2012, foram distribuídos naquele ano 16.494 títulos encaminhados pelos bancos e

instituições financeiras e 124 títulos encaminhados pela Procuradoria-Geral Federal, que totalizaram R$ 114.798,24 relativos aos emolumentos devidos pela distribuição, recolhidos junto à subconta do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário.

Em 2013, foram distribuídos 187.998 títulos encaminhados via sistema da Central de Remessa de Arquivos (CRA), que totalizaram o montante de R$ 1.155.765,45, referente ao somatório dos emolumentos da distribuição. Salienta-se que 30.751 títulos foram distribuídos com gratuidade.

No âmbito da implantação do projeto, foram elaborados o Provimento n. 6, de 17 de março de 2012, que inclui o art. 978-A e altera o art. 980 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e a Circular n. 4/2012, que divulga os pormenores do procedimento.

Foi inserido no novo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Provimento n. 10, de 8 de novembro de 2013), o art. 898, que trata da adoção da Central Nacional de Protestos, interface por meio da qual os tabeliães de protesto deverão informar a relação diária dos protestos, lavrados por falta de pagamento, bem como dos protestos cancelados, com início de utilização prevista para 19 de maio de 2014.

3.4.5 Central Digital de Informações Extrajudiciais

Com o advento do Selo Digital de Fiscalização, projeto de elevada envergadura levado a cabo pela Corregedoria-Geral da Justiça em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação, observou-se uma série de avanços tecnológicos e de uso da tecnologia da informação pelos serviços notariais e de registro catarinenses, notadamente pelo uso compulsório de sistema informatizado de automação com padrões de qualidade minimamente estabelecidos, o que permitiu, por meio de uma interface padronizada de comunicação, o envio, pelos mencionados serviços, do conteúdo completo dos atos lavrados para o servidor informatizado do Poder Judiciário, disponibilizado para consulta pública de autenticidade para a população.

O *know-how* adquirido com a implantação do mencionado projeto ao longo de dois anos e a crescente maturidade dos sistemas informatizados de automação utilizados nas serventias extrajudiciais catarinenses, passado mais de um ano da implantação definitiva do Selo Digital, deram ensejo à criação da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, equipe multidisciplinar composta por membros da Corregedoria-Geral da Justiça e da Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça, que tem como principais atribuições o estudo, o planejamento, o desenvolvimento, a implantação e o acompanhamento de iniciativas e projetos vinculados à tecnologia da informação voltados à automação dos serviços notariais e de registro.

Sob a responsabilidade de mencionada comissão encontram-se todas as iniciativas de tecnologia da informação vinculadas aos serviços notariais e de registro catarinenses, nelas incluídas o acompanhamento e a atualização dos mecanismos do Selo Digital de Fiscalização, os sistemas de auditoria e inspeção virtual destinados a acompanhar o regular funcionamento do Selo Digital e da qualidade dos atos oriundos dos serviços extrajudiciais, além do desenvolvimento, normatização e acompanhamento das iniciativas nacionais, desenvolvidas em âmbito local, das centrais de informação e acessibilidade de atos, divididas em plataformas específicas para cada especialidade de serviço extrajudicial.

As iniciativas de centralização de informações extrajudiciais decorrem do interesse público consubstanciado na relevância jurídica e social da disponibilização, para os interessados, neles incluídos órgãos públicos, autoridades e usuários dos serviços, de meios para a fácil localização de atos notariais e

de registro, dentre os quais escrituras públicas, procurações, testamentos, matrículas e registros de imóveis, assentos de nascimento, casamento e óbitos, que objetivam a oportuna obtenção de certidões e de outras informações por meio da internet, remotamente.

A adoção de sistemas de centralização, que possibilitam a consulta da existência de atos e o pedido remoto de certidões/informações, viabilizado pela interligação entre os serviços de notas e de registros, o Poder Judiciário, órgãos da administração pública e entidades representantes da classe de notários e registradores, vem ao encontro do interesse público e representa importante passo no sentido de proporcionar a devida racionalização do sistema extrajudicial e, como consequência, a economia, a eficiência e a segurança advindas da desburocratização dos serviços.

Nesse prisma, observa-se que se encontra em estudo e desenvolvimento, em âmbito nacional, das seguintes iniciativas centralizadoras: a) Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades; b) Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec); c) Central Nacional de Protesto (CNP); e d) Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC).

A adoção da centralização de informações confere pleno cumprimento ao disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à informação), e também aplicabilidade ao que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, e 216, § 2º. Além disso, o próprio Conselho Nacional de Justiça, como órgão de fiscalização e regulamentação dos serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, recentemente editou o Provimento n. 18, de 28 de agosto de 2012, por meio do qual criou, em parceria com o Colégio Notarial do Brasil (CNB-CF), a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec), o que revela o nítido interesse do órgão em incentivar iniciativas centralizadoras nos moldes expostos.

Por fim, importante salientar que, com a adoção das mencionadas centrais de informação, será possível aos interessados a consulta às bases interligadas de dados dos Estados participantes, o que revela a grande repercussão e o notável alcance dos sistemas que serão adotados nacionalmente.

Competirá à Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, atuar como órgão de regulamentação, em âmbito local, das iniciativas gestadas em caráter nacional, de forma a normatizar e definir uma agenda conjunta de implantação de cada uma das mencionadas ferramentas, de acordo com o planejamento do órgão e em atenção às peculiaridades locais, para o qual fará uso do ambiente favorável de parceria classe-órgão de fiscalização existente no Estado para a viabilização de iniciativas dessa natureza.

Conforme mencionado acima, o Projeto da Central Digital de Informações Extrajudiciais (CDIE) também prevê a implantação, em Santa Catarina, das seguintes iniciativas:

- Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec) – implantada em 28 de agosto de 2012, por meio do Provimento n. 18 do CNJ;
- Central Nacional de Protesto (CNP) – em fase de implantação – inserida no Novo Código de Normas da CGJ (art. 898);
- Central de Registro de Imóveis e Penhora On-Line – implantada em 7 de novembro de 2013, por meio do Provimento n. 8 e Circular n. 20, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC) - implantada em 30 de novembro de 2013, por meio do Provimento n. 11 e Circular n. 26, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Sistema Integrado do Registro Civil (SIRC) – em fase de implantação – integração com INSS;

3.4.6 Central de Registro de Imóveis

No dia 30 de novembro de 2012, foi assinado termo de cooperação técnica entre a corregedoria e a Associação de Titulares de Cartórios de Santa Catarina (ATC-SC), para a implantação da Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades. O termo prevê a disponibilização das informações dos registros de imóveis para consulta, via internet, por qualquer interessado. Iniciativa desenvolvida pela Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo (Arisp), confere maior transparência ao sistema registral estadual e é considerada modelo pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Central de Registro de Imóveis e Penhora On-Line baseia-se nas seguintes premissas:

- Serviços de registro de imóveis deverão cadastrar os seus indicadores pessoais e reais e exportá-los diariamente para o sistema mantido pela Associação de Titulares de Cartório (ATC/SC) e Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP); a exportação se dará por meio de arquivos padronizados, por meio de WebService.
- As informações dos indicadores pessoais e reais que não estiverem disponíveis em meio eletrônico, deverão ser cadastradas manualmente pelos serviços de registro de imóveis e exportadas para a Central de Registro de Imóveis consoante prazo e padrões que serão definidos;
- As informações exportadas poderão ser consultadas, mediante acesso autenticado (por meio da certificação digital do interessado), que poderá visualizar a existência de imóveis com base nos parâmetros de pesquisa informados. Poderá, ainda, solicitar a emissão da respectiva certidão da matrícula encontrada, que será fornecida em meio eletrônico com o emprego de certificação digital ou em meio físico, via correio, mediante o pagamento dos emolumentos devidos e do porte de remessa respectivo;
- Os padrões técnicos para a remessa dos arquivos e cadastramento manual dos indicadores será publicado pelas entidades mantenedoras da Central no seu website próprio;
- Os juízes, membros do Poder Judiciário de Santa Catarina, assim como os chefes de cartório/unidades jurisdicionais, serão cadastrados no sistema e por meio do emprego de certificação digital padrão A3 ou superior deverão cadastrar as determinações de constrição de bens imóveis de qualquer natureza, incluídas aí as penhoras, arrestos, sequestros e indisponibilidade de bens. As partes deverão ser alertadas pela unidade jurisdicional que o envio automático das determinações de constrição de bens não exclui a necessidade de qualificação do título judicial, com o recolhimento dos emolumentos devidos e apresentação de documentos auxiliares, quando for o caso;
- As associações mantenedoras da Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades deverão confeccionar manual detalhado de uso do sistema, com um passo a passo, destinado aos registradores de imóveis, aliado a um manual técnico, destinado às empresas fornecedoras de sistemas para as serventias, com a disponibilização de uma área de “perguntas frequentes”, em ambiente web;
- As bases de dados de Santa Catarina encontrar-se-ão integradas às bases congêneres mantidas pelas respectivas associações nos demais Estados da federação, para as quais também será possível o envio de determinações judiciais de constrição de bens e indisponibilidades;

No âmbito do projeto, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Associação de Titulares de Cartório de Santa Catarina (ATC-SC) e a Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, no dia 30 de novembro de 2012, que trata das normas administrativas para operacionalização da central de registro de imóveis e de penhora on-line. Para a operacionalização do procedimento, deve-se elaborar provimento e circular com as regras específicas e os prazos para adesão das serventias e unidades jurisdicionais.

O projeto foi lançado em caráter definitivo em cerimônia realizada no 64º ENCOGE, no dia 7 de novembro de 2013, com a assinatura do Provimento n. 8, que dispõe sobre as regras de gestão e operação da central, e da Circular n. 20, que divulga os resultados dos trabalhos e os prazos para implantação, com a devida remessa das informações dos indicadores pessoais, nos seguintes termos:

> "Art. 6º. A carga das informações dos registros já lavrados será realizada regressivamente até o dia 01/01/1976, conforme os seguintes prazos:
>
> I - Até 120 dias da entrada em vigor deste Provimento para atos lavrados desde 01/01/2006;
>
> II - Até 30/06/2014 para os atos lavrados desde a data de 01/01/2000;
>
> II - Até 31/12/2014 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1990;
>
> III - Até 30/06/2015 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1980; e
>
> IV - Até 31/12/2015 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1976.".

3.4.7 Central de Informações do Registro Civil (CRC)

A Central de Informações do Registro Civil foi lançada no dia 30 de novembro de 2013, com a assinatura do Provimento n. 11 e da Circular n. 26 (que tratam das normas administrativas e de funcionamento da ferramenta e realizam a competente divulgação), que se somam ainda ao Termo de Cooperação Técnica formalizado entre a Corregedoria-Geral da Justiça e a Associação de Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg/SC), em que são detalhadas as regras de funcionamento da ferramenta gerida pela classe de notários e registradores, com apoio da Arpen/SP (Associação de Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo), entidade que detém o sistema.

A CRC será integrada, obrigatoriamente, por todos os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Santa Catarina, que deverão efetuar carga e manter permanentemente atualizado o acervo, bem como acessá-lo para fornecer informações ao público, quando solicitadas. Para tanto, é constituída por Sistema de Banco de Dados Eletrônico que será alimentado pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais com os atos de registro de sua competência.

Outra funcionalidade disponível no sistema diz respeito ao cadastramento das unidades jurisdicionais da justiça estadual com o uso de certificado digital, para viabilização do acesso dos magistrados, chefes de cartório e servidores por eles cadastrados, que poderão realizar consultas acerca da existência de registros e encaminhar determinações judiciais diretamente aos serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais.

A carga das informações dos registros já lavrados será realizada regressivamente até o dia 01/01/1976, conforme os seguintes prazos:

I - Até 120 dias da entrada em vigor deste Provimento para atos lavrados desde 01/01/2006;

II - Até 31/12/2014 para os atos lavrados desde a data de 01/01/2000;

III - Até 31/05/2015 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1990;

IV - Até 31/10/2015 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1980; e

V - Até 31/03/2016 para os atos lavrados desde a data de 01/01/1976.

Ainda, a Central de Informações de Registro Civil (CRC) poderá ser consultada por entes públicos, gratuitamente, mediante convênio, e por pessoas naturais ou jurídicas privadas, sujeitas ao pagamento respectivo nos termos da Tabela de Custas e Emolumentos vigente no Estado, ressalvadas as hipóteses de isenção ou imunidade previstas na legislação.

O requisitante poderá solicitar a qualquer Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado a materialização de certidão eletrônica expedida por outra serventia, que será disponibilizada em formato eletrônico à serventia solicitante e materializada por meio de certidão ao usuário em papel de segurança, observadas as custas e os emolumentos devidos pelas certidões a ambos serviços de registro.

3.4.8 Sistema de Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital

Com base nos conceitos de *business inteligence* (inteligência nos negócios), foi elaborada uma ferramenta de inspeções virtuais baseada nos critérios definidos pela assessoria extrajudicial para todas as especialidades do serviço notarial e de registro, com a geração de relatórios automatizados em que constam observações realizadas pelo sistema.

3.4.8.1 Funcionamento

O projeto das Inspeções Virtuais / Auditoria do Selo Digital, como o próprio nome indica, é intrinsicamente ligado ao projeto do Selo Digital de Fiscalização. Nesse passo, pode-se dizer que o funcionamento da ferramenta é pautado nos seguintes pontos:

- Utilização da base de dados do Selo Digital
- Emprego de ferramenta de business inteligence
- Desenvolvimento de observações sobre campos específicos dos atos padronizados
- Críticas estabelecidas com base nas leis, Código de Normas, Regimento de Emolumentos e normas do Selo Digital
- Geração automática de relatórios de inspeção virtual, para a totalidade das serventias

3.4.8.2 Implantação

O projeto das inspeções digitais foi totalmente desenvolvido no âmbito interno do Poder Judiciário de Santa Catarina. A idéia surgiu de um trabalho conjunto entre a assessoria correicional extrajudicial (Corregedoria) e a Diretoria de Tecnologia da Informação (Presidência), elegendo-se como parâmetros tecnológicos os seguintes:

- Ferramenta totalmente automatizada, com base nos critérios definidos pela gerência do projeto
- Sistema configurável e adaptado para receber novos critérios de análise dos atos, de acordo com as especialidades e a demanda
- Banco de dados de alta disponibilidade, com funcionamento em paralelo e com alta performance

3.4.8.3 Resultados

Superada a implantação da ferramenta, que se deu em 8 de outubro de 2013, com a edição da Circular n. 18, podem-se observar os seguintes resultados para a atividade correicional:

- Qualificação da tomada de decisão: qual serventia inspecionar?
- Aprimoramento da qualidade dos atos
- Criação de indicadores de qualidade e acompanhamento
- Possibilidade de constante customização

- Inspeções correicionais em 100% dos serviços notariais e de registro do Estado
- Análise dos atos passa a ser automatizada, com base em critérios pré-estabelecidos
- Realização simultânea de inspeções virtuais na totalidade das serventias extrajudiciais
- Desnecessidade de definição de um conjunto de serventias a ser inspecionado
- Procedimento automatizado dispensa a atuação de assessores correicionais na geração dos relatórios – atuação apenas na criação dos critérios

O planejamento do projeto indica que, ao longo de 2014, serão inseridas novas observações no sistema, que objetivam aprofundar a análise para a totalidade dos modelos dos atos enviados pelas serventias, sempre se respeitando a periodicidade de envio mensal. Do mesmo modo, será implementado um mecanismo de avaliação de resultados, com vistas à criação de indicadores de qualidade que poderão fornecer ao notário/registrador uma visão clara da evolução das observações.

Em 2013, foram realizadas inspeções virtuais em todas as 584 serventias extrajudiciais do Estado, que totalizaram 1.752 relatórios gerados e enviados, referentes aos atos enviados nos meses de outubro a dezembro de 2013.

3.4.8.4 Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo

Reajuste dos valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar n. 429/08), nos termos da decisão do Conselho da Magistratura nos autos CGJ-E n. 1446/2009, e pagamento realizado com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2013, com a receita obtida por meio da venda dos Selos de Fiscalização (Tabela 1, abaixo);

Tabela 1 – Ajuda de Custo

MÊS	VALOR R$
Janeiro (1)	R$ 360.899,40
Fevereiro	R$ 360.899,40
Março	R$360.899,40
Abril	R$ 360.899,40
Maio	R$ 360.899,40
Junho	R$ 360.899,40
Julho	R$ 360.899,40
Agosto	R$ 360.899,40
Setembro	R$ 360.899,40
Outubro(2)	R$ 334.484,35
Novembro(3)	R$ 335.462,85
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	**R$ 3.918.041,80**

(1) A Escrivania de Paz dodistrito de Pesacaria Brava, comarca de Laguna, foi emancipado passando a município e enquadrando-se no critério do inciso I, do art. 14 da LC 175/1998; a Escrivania de Paz de Nova Petrópolis, Comarca de Joaçaba, foi excluída, por não mais enquadrar-se nos rigores do art. 14, III, LCE 175, em função de ter adquirido no ano de 2012 mais de 50% dos selos requeridos pelo Registro Civil do município e comarca de Joaçaba; inclusão da Escrinania de Paz do Distrito de Barra da Lagoa e Escrivania de Paz do 3º Subdistrito de Saco dos Limõs, município de comarca da Capital, em virtude de enquadrarem-se no critério contido no já referido art. 14, III, LCE, 175 por ter adquirido no ano de 2012 menos de 50% dos selos solicitados pelo Registro Civil, Títulos e Documentos do município e comarca da Capital naquele mesmo período.

(2) Os Cartórios de Registros Civis de Braço do Norte, Guaramirim, Içara, Imbituba, Sombrio, Ituporanga, Balneário Piçarras, Urussanga, São João Batista, Fraiburgo, Porto Belo, Capinzal, Xaxim, Maravilha, Barra Velha, Ibirama, Trombudo Central, Rio Negrinho e Orleans foram elevadas de entrância inicial para final (excluídas do critério do art. 14, II, LCE 175/1998) . Já as comarcas de Rio do Sul, Brusque, Jaraguá do Sul e Palhoça foram elevadas de entrância final para especial, conforme Resolução TJ n. 28, de 2.10.2013, publicada no Diário da Justiça Eletrônico n. 1735, em 10.10.2013. Assim, saíram da lista as Escrivania de

Paz de Dalbergia (Ibirama), do distrito de Vila Nova (Imbituba) e do distrito de Mirim (Imbituba). As Escrivanias de Paz do distrito de Rio Bonito (Ituporanga) e do distrito de Tigipió (São João Batista) passaram do critério do art. 14, I, para o art. 14, III, da LCE 175/1998.

(3) Foi pago o valor de R$ 489,25 (quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) a mais à Escrivania de Paz do Município de Abdon Batista, por equívo no critério efetuado no mês de outubro e feito pagamento a menor.

- Pagamento a título de Ajuda de Custo no exercício de 2013 do correspondente a: R$ 1.345,30 (um mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; no valor de R$ 1.100,60 (um mil, cem reais e sessenta centavos) para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e no valor de R$ 856,05 (oitocentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinquenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede;
- Revisão anual das serventias que fazem jus ao benefício da ajuda de custo previsto no inciso III do art. 14 da Lei n. 175/1998;
- Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2013 (Tabela 2);

Tabela 2 – Ressarcimento dos Atos Gratuitos

MÊS	VALOR
Janeiro (1)	R$ 610.226,00
Fevereiro (2)	R$ 785.170,96
Março (3)	R$ 727.917,95
Abril (4)	R$ 739.127,88
Maio (5)	R$ 902.382,29
Junho (6)	R$ 933.915,50
Julho (7)	R$ 823.824,98
Agosto (8)	R$ 976.156,12
Setembro (9)	R$ 985.517,90
Outubro (10)	R$ 904.827,20
Novembro (11)	R$ 921.689,08
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	**R$ 9.310.755,86**

a) Referente a 28.425 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/12/2012 e 10/1/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 8.876,81, correspondente a 298 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

b) Referente a 46.967 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/1/2013 e 10/2/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 5.475,00, correspondente a 255 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

c) O valor de R$ 705.417,69 se refere a 33.829 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/2/2013 e 10/3/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 5.225,95, correspondente a 419 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Nesse mês foi efetuado também o pagamento R$ 147,55, R$ 60,92, R$ 226,56 e R$ 22.065,23 que correspondem a verbas de ressarcimento, cujo pagamento se deferiu nos processos n. 0013347-86.2012.8.24.0600, 0011124-972011.8.24.0600, 0011457-49.2011.8.24.0600 e 0010145-38.2011.8.24.0600.

d) O valor de R$ 726.353,38 se refere a 37.996 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/3/2013 e 10/4/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 10.509,99, correspondente a 872 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Neste mês foi efetuado também o pagamento de R$ 12.774,50, que corresponde à verba de ressarcimento, cujo pagamento se deferiu no processo n. 0013576-46.2012.8.24.0600.

e) Referente a 45.145 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/4/2013 e 10/5/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 11.395,12, correspondente a 957 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por

esta Corregedoria.

f) Referente a 46.172 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/5/2013 e 10/6/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 14.803,65, correspondente a 916 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

g) Referente a 39.584 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/6/2013 e 10/7/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 11.616,13, correspondente a 896 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

h) Referente a 47.522 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/7/2013 e 10/8/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 15.090,57, correspondente a 1.097 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

i) Referente a 48.531 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/8/2013 e 10/9/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 13.657,74, correspondente a 1.499 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Análise dos atos bloqueados no mês de agosto. Pagamento do valor de R$ 3.281,30, incluído no valor total do mês.

j) Referente a 45.559 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/9/2013 e 10/10/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 9.889,41, correspondente a 699 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Análise dos atos bloqueados no mês de setembro. Pagamento do valor de R$ 4.669,11, incluído no valor total do mês.

k) Referente a 47.937 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/10/2013 e 10/11/2013. Foi bloqueada a quantia de R$ 11.899,10, correspondente a 501 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Análise dos atos bloqueados no mês de outubro. Pagamento do valor de R$ 1.735,61, incluído no valor total do mês.

- Determinação expedida nos autos CGJ-E n. 1.531/2009, ordenando o pagamento de R$ 38.437,73 (trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos), relativo ao ressarcimento complementar de atos isentos praticados entre outubro de 2009 e julho de 2013, cuja quitação havia sido objeto de bloqueio em face de dúvidas quanto à respectiva causa legal de isenção;
- Atualização do sistema eletrônico de ressarcimento, a fim de aprimorar o controle realizado por esta Corregedoria nos atos gratuitos praticados e cadastrados pelas serventias;
- Implementação do pagamento dos demais atos praticados de forma gratuita pelas serventias, previstos em lei e não ressarcidos até a presente data. Ressalta-se que a partir de 11 de janeiro de 2012 foram implementados novos atos no sistema eletrônico de ressarcimento, quais sejam: a) REGISTRO CIVIL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS: 1) Registro de título, contrato ou documento integral com valor - Tab. III, n. 1, item I, do RCE, 2) Registro de título, contrato ou documento integral sem valor - Tab. III, n. 1, item II, do RCE, 3) Registro de título, contrato ou documento resumido com valor - Tab. III, n. 1, item III, do RCE, 4) Registro de título, contrato ou documento resumido sem valor - Tab. III, n. 1, item III, do RCE, 5) Averbação ou cancelamento de registro, com valor - Tab. III, n. 2, item I, do RCE, 6) Averbação ou cancelamento de registro, sem valor - Tab. III, n. 2, item II, do RCE, e 7) Autenticação isolada de cópia de documento arquivado em cartório - Tab. III, n. 4, do RCE; b) REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS: 1) Autenticação isolada de cópia de documento arquivado em cartório - Tab. IV, n. 4, do RCE; c) REGISTRO DE IMÓVEIS: 1) Registro de título, a requerimento do interessado, em inteiro teor, no Registro Auxiliar - Tab. II, n. 1, item VIII, do RCE, 2) Autenticação de cópia de documento arquivado em cartório - Tab. II, n. 6, do RCE, 3) Retificação simples - Tab. II, n. 8, do RCE, 4) Retificação de maior complexidade - Tab. II, n. 9, do RCE; e 5) Loteamento e desmembramento – Tab. II, n. 1, item III, do RCE.
- Implementação do cadastro e pagamento dos atos dos Juízes de Paz, a partir de mês de julho de 2013, conforme Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Ressarcimentos dos Atos dos Juízes de Paz

MÊS	VALOR
Julho(1)	226.798,75
Agosto	21.951,60

Setembro	9.455,55
Outubro	18.752,55
Novembro	10.358,80
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	**R$ 287.317,25**

(1) Pagamento dos atos pagos retroativos a 17/01/2011 – data de início da vigência da Lei Complementar n. 532/2011.

- Destruição de 2.837.040 (dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil e quarenta) selos físicos, estocados, conforme Parecer constante do Processo n. 0011057-64.2013.8.24.0600;
- Disponibilização de 22.435.118 selos de fiscalização digitais para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 01/01/2012 e 20/11/2012 (Tabela 4);

Tabela 4 – Selos Digitais Adquiridos pelas Serventias entre 1º/01/2013 e 20/11/2013

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Normal	20.575.734
D.U.T.	1.187.379
Escritura com Valor	142.013
Isento	529.992
TOTAL	22.435.118

- Fornecimento de certidão de serventias existentes no Estado;
- Fornecimento de informações aos demais setores do Núcleo IV – Extrajudicial – da Corregedoria, referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos, e ajuda de custo efetivados às serventias, bem como no que toca ao selo digital de fiscalização;
- Fornecimento de informações relativas aos selos de fiscalização para delegados, peritos, advogados e para a comunidade em geral;
- Cancelamento de 1.627 selos digitais e devolução da mesma quantidade às serventias solicitantes, entre 1º de janeiro e 20 de novembro de 2013;
- Redisponibilização, em 200 oportunidades, dos selos digitais adquiridos pelas serventias, em razão de problemas ocorridos no sistema utilizado no cartório, entre 1º de janeiro e 20 de novembro de 2013;
- Anulação de 66 selos, em razão de atos de qualquer natureza lavrados, pelas serventias, com erros, entre 1º de janeiro e 20 de novembro de 2013;
- Elaboração de minutas de provimentos, circulares, ofícios-circulares e ofícios referentes às atribuições deste setor;
- Elaboração de orientação sobre os atos gratuitos passíveis de ressarcimento e aos Juízes de Paz;
- Elaboração de Aviso dos selos físicos extraviados, inutilizados, furtados e danificados de todos os Estados da Federação, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico;
- Participação da Comissão de Implantação dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz, nos termos da Lei Complementar Estadual n. 532, de 17 de janeiro de 2011;
- Controle dos casamentos coletivos, aproximadamente de 747, ocorridos em todo o Estado;
- Minutas de despachos, pareceres, decisões e informações nos processos que aportaram no Setor de Selo de Fiscalização no ano de 2013.
- Consultas e requerimentos recebidos e enviados pelo Setor IV para as devidas providências, por meio do endereço eletrônico selo@tjsc.jus.br, até 20/11/2013:

ASSUNTO	QUANTIDADE
Recebidos	2.438

Enviados	1.639

3.5 NÚCLEO V – Direitos Humanos

A garantia dos direitos fundamentais e a promoção da responsabilidade social com ações que aproximem o judiciário da sociedade são alguns dos princípios que norteiam as ações da Corregedoria-Geral da Justiça – CGJ do Estado de Santa Catarina. Pela atuação do Núcleo V, diversas iniciativas foram empreendidas nesse sentido como apresentado através dos dados de atuação deste em 2013.

1. Desempenho da atividade correicional, mediante o controle e a fiscalização dos serviços concernentes aos feitos da infância e juventude, bem como da execução penal, da violência doméstica, idosos, portadores de necessidades especiais e outros direitos fundamentais.

2. Identificar, promover e divulgar as redes de atendimento assim como informar sobre direitos referentes às matérias de competência.

3. Inspeções em Unidades Judiciais: Capital e Lages.

4. Inspeções em estabelecimentos, penitenciários, prisionais, de acolhimento, socioeducativos, instituições de longa permanência e, com o intuito de conhecer suas condições de funcionamento, instruir processos em tramitação e averiguar denúncias recebidas.

3.5.1 Instituições de Acolhimento

PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO	NÚMERO DE VISITAS REALIZADAS
Associação Irmã Carmen/Araranguá	1
Associação Beneficente Nossa Casa/Criciúma	1
Instituição de Acolhimento Provisório Lar Azul/Criciúma	1
Programa Família Acolhedora/Lauro Muller	1
Casa da Criança e Adolescente/Braço do Norte	1
Programa de Acolhimento Institucional Bem Viver/Tubarão	1
Programa Família Acolhedora/Tubarão	1
Abrigo Provisório Casa Lar - Fundação Irmã Vera/Laguna	1
Paraíso da Criança/Urussanga	1
Abrigo Novo Amanhacer Meninos/Itajaí	1
Abrigo Novo Amanhecer Meninas/Itajaí	1
Associação Lar da Criança Feliz/Itajaí	1
Estrela de Isabel : Programa Estrela de Luz/Itajaí	1
Programa Com Viver/Itajaí	1
Recanto Infantil Marcos Valdir Moroso/Itajaí	1
Lar Beneficente João 3:16/Itajaí	1
Abrigo Nossa Casa Unidade I/Blumenau	1
Abrigo Nossa Casa Unidade II/Blumenau	1
Associação Blm.de Amparo aos Menores – ABAM/Blumenau	1
Casa Lar Sementes do Amanhã/Gaspar	1
CEGAPAM/Gaspar	1
Lar das Meninas/Gaspar	1
Casa Lar de Bocaina do Sul/Lages	1
Abrigo Municipal Menino Jesus/Lages	1
Associação Educacional Criança Feliz I/Lages	1
Casa de Passagem Anjo da Guarda/Correia Pinto	1

Abrigo Nosso Lar/Otacílio Costa	1
Associação Abrigo Mãe Josina/Campo Belo do Sul	1
AGEV- Associação Grande Exemplo de Vida/Anita Garibaldi	1
Casa de Proteção Infanto Juvenil/Curitibanos	1
Lar Nova Alvorada/Curitibanos	1
Ação Social Missão/Florianópolis	1
Casa de Acolhida Darcy Vitória de Brito/Florianópolis	1
Casa de Passagem/Florianópolis	1
Casa Lar Luz do Caminho/Florianópolis	1
Casa Lar Nossa Senhora do Carmo – Feminino/Florianópolis	1
Casa Lar São João da Cruz - meninos Coqueiros/Florianópolis	1
Casa Lar Semente Viva/Florianópolis	1
Lar Recanto do Carinho/Florianópolis	1
Lar São Vicente de Paulo/Florianópolis	1
SERTE/Florianópolis	1
Casa Lar/Palhoça	1
Casa Lar Feminina/Mista/Palhoça	1
Lar Francisco de Paula Cândido Xavier/ Lar Chico Xavier/Biguaçu	1
Casa Lar/Biguaçu	1
Casa Lar Vovó Sebastiana/Biguaçu	1
CETE-Centro de Ed. e Trein. Esperança/São José	1
Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas/São José	1
Cretinha Casa Lar Masculino/São José	1
Instituição Filantrópica Casa de Cáritas/São José	1
Lar da Cça N.Sra.Fatima/São José	1
Centro da Juventude e Família Hildergard Hufenussler- CREAS I/Jaraguá do Sul	1
Programa Família Acolhedora/Jaraguá do Sul	1
Abdon Batista/Joinville	1
Abrigo Infanto Juvenil/Joinville	1
Associação Água da Vida - Casa Lar Emanuel/Joinville	1
Associação Ecos da Esperança/Joinville	1
Programa Familia Acolhedora/Joinville	1
Casa de Passagem Ben.Epitácio Schummacher/Mafra	1
Casa de Passagem/Papanduva	1
Lar Abrigo Izabel Hening Hellinger/Papanduva	1
Abrigo de Crianças e Adolescentes/Porto União	1
Associação Espírita "Lar de Jesus"/Canoinhas	1
Casa de Passagem Santa Clara/Canoinhas	1
Abrigo São Francisco de Assis/Canoinhas	1
Casa Lar/Rio Negrinho	1



Reunião com equipe técnica – Joinville



Fachada de Programa de Acolhimento – Papanduva



Quarto de Programa de Acolhimento – Rio Negrinho

3.5.2 Unidades Prisionais

UNIDADE PRISIONAL	NÚMERO DE VISITAS REALIZADAS
Cadeia Pública de Anita Garibaldi	1
Hospital de Custódia	2
Penitenciária – Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí	2
Penitenciária de Chapecó	1
Penitenciária de São Pedro de Alcântara	6
Penitenciária Sul	3
Presídio - Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí	2
Presídio Agrícola de Chapecó	1
Presídio de Araranguá	1
Presídio de Blumenau	1
Presídio de Criciúma	3
Presídio Feminino da Capital	2
Presídio Masculino da Capital	1
Presídio Masculino de Lages	1
Presídio Regional de Lages	1
Unidade Prisional Avançada de Araranguá	1
Unidade Prisional Avançada de Imbituba	1
Unidade Prisional São Francisco	2
Presídio Regional de Chapecó	1
Presídio Regional de Itajaí	1



Interior de cela – Penitenciária Sul



Oficina de costura – Penitenciária Agrícola de Chapecó0



Sanitário de cela – Presídio Santa Augusta de Criciúma

3.5.3 Centros Socioeducativos

SOCIOEDUCATIVO	NÚMERO DE VISITAS
Casa de Semiliberdade de Araranguá	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Lages	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Curitibanos	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Tubarão	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Criciúma	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Rio do Sul	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Blumenau	1
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Itajaí	1



Pintura do interior de alojamento/CASEP de Rio do Sul



Algemas utilizadas no CASEP de Blumenau.



Parte externa dos alojamentos do CASEP de Blumenau.

3.5.4 Instrução Disciplinar

- Despachos: **430**
- Pareceres: **876**

3.5.5 Atendimento ao Público em Geral

- Partes e familiares: **101**
- Advogados: **15**
- Representantes de órgãos governamentais, não governamentais e de classe: **50**

- Resposta questionamentos de servidores: **59**

3.5.6 Desenvolver a evolução da Justiça de Primeiro Grau

Desenvolver a evolução nas matérias de sua competência, orientando as unidades judiciais, magistrados e servidores, bem como elaborando projetos objetivando maior eficiência e celeridade nas respectivas áreas de atuação, identificando boas práticas, sugerindo e planejando a disseminação destas.

3.5.7 Total de Reuniões realizadas

- Setores da Corregedoria e Tribunal de Justiça: **65**
- Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude – CEIJ: **17**
- Representantes de instituições e órgãos de classe: **4**
- Secretaria de Justiça e Cidadania: **12**
- Secretaria de Segurança Pública: **7**
- Secretaria Estadual de Assistência: **3**
- Secretaria Estadual de Educação: **2**
- Ordem dos Advogados do Brasil SC: **2**
- Secretaria Nacional de Direitos Humanos: **2**
- Hospital de Custódia para adequação a lei 10.216: **2**
- Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente: **3**
- Procuradoria de Justiça: **25**
- Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA: **5**
- Diretoria Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina – Grupo de trabalho para garantida de direitos da população LGBT: **6**
- Grupo de Trabalho Saúde para a população em situação de vulnerabilidade – Conselho Municipal de Saúde e organizações governamentais e não governamentais: **9**
- Comitê Catarinense de Combate à Tortura: **5**

3.5.8 Projetos Desenvolvidos

3.5.8.1 Direito de Ser Idoso



O **projeto "Direito de Ser Idoso**" foi lançado pela CGJ em 2012, com o objetivo principal de garantir à população idosa o acesso aos direitos estabelecidos na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, no Código de Processo Civil e na Recomendação nº 14 do CNJ, através de ações que inibam a violência contra a pessoa idosa.

Para a consecução desse projeto estão sendo identificadas as condições de atendimento das instituições de longa permanência, providenciando-se a orientação e fiscalização destes estabelecimentos, garantindo a determinação de medidas protetivas e a qualidade do atendimento destinado aos idosos. Esta ação, considerando a questão de competência, é realizada de forma conjunta, tendo sido estabelecido um instrumento comum de coleta de dados, com o acompanhamento das inspeções pela equipe do Núcleo V da CGJ. O Estatuto do Idoso (art. 72) aponta que é de responsabilidade do Ministério Público (MP) inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas destinados á população idosa, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.

Verificou-se, inicialmente, que o Conselho Estadual do Idoso havia apontado a existência de 138 instituições de longa permanência cadastradas no Estado (dados de 2011), sendo que 50% estariam em conformidade com Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005. Contudo, em avaliação conjunta com o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor da Procuradoria de Justiça de Santa Catarina, a partir de levantamento inicial efetuado junto às promotorias com a respectiva competência, foram identificadas 167 instituições de longa permanência em funcionamento em Santa Catarina em 2013.

O Núcleo V da CGJ acompanhou as inspeções realizadas pelo referido centro do MP, as quais aconteceram entre novembro de 2012 e outubro de 2013. Até o momento foram visitadas 73 instituições de longa permanência, com a devida coleta de dados, sendo que as demais estão previstas para 2014.

Os municípios com instituições visitadas em 2013 foram: Balneário Camboriú, Biguaçu, Brusque, Camboriú, Campo Belo do Sul, Chapecó, Criciúma, Curitibanos, Içara, Itajaí, Lages, Navegantes, Palhoça, Ponte Serrada, Quilombo, Santo Amaro da Imperatriz, São Lourenço do Oeste, Tijucas, Tubarão.

DATAS	CIDADES	INSTITUIÇÕES
08/11/2012	Palhoça	Casa Santa Maria dos Anjos
25/02/2013	Camboriú	Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias
25/02/2013	Balneário Camboriú	Associação São Vicente de Paula Pousada Geriátrica Vila Europa

26/02/2013	Itajaí	Casa Lar para Idosos Quatro Estações Estrela da Alegria Residencial Geriátrico Praia dos Amores Asilo Dom Bosco
26/02/2013	Navegantes	Lar da Divina Providência
23/04/2013	Chapecó	Secretaria de Assistência Social - Programa Família Acolhedora Centro de Convivência do Idoso – Casa Asilar Helga
24/04/2013	São Lourenço do Oeste	Lar da 3º Idade Santa Inês PAMI – Projeto Alternativo de Moradia para Idosos
25/04/2013	Quilombo	Grupo de Voluntários Sagrado Coração de Jesus
26/03/2013	Ponte Serrada	Lar dos Velhinhos São Roque
21/05/2013	Tijucas	Lar Santa Maria da Paz – Congregação das Irmãzinhas
21/05/2013	Brusque	Hospital Arquiodiocesano Consul Carlos Renaux (Hospital Azambuja) ou Asilo Nossa Senhora do Caravagio
22/05/2013	Brusque	Asilo Dilone Asilo do Lions Clube Casa Geriátrica de Repouso de Brusque
23/05/2013	Santo Amaro da Imperatriz	Lar da Terceira Idade São Francisco de Assis (Lar São Francisco) Machado & Machado Casa de Repouso Ltda. ME (Lar Nossa Senhora Aparecida) Lar São Sebastião Lar Santa Terezinha
24 e 25/06/2013	Lages	Asilo Vicentino de Lages Associação Beneficente Lar Menino Deus Casa de Repouso Belém Casa de Repouso O Bom Pastor Lar Pastor Leoses Domiciano
26/06/2013	Curitibanos	Associação Beneficente Frei Rogério
26/06/2013	Campo Belo do Sul	Ivone Mercedes Madruga de Oliveira
22 e 23/07/2013	Criciúma	Asilo São Vicente de Paulo Associação Casa de Repouso Vó Marina Casa de Repouso Cantinho do Idoso Casa de Repouso Recanto do Idoso Casa do Idoso Valente de Davi Lar da Terceira Idade Rede Viva Lar de Auxílio aos Idosos Feistauer Ltda.
24/07/2013	Içara	Casa de Repouso Santa Terezinha Casa de Repouso Tia Lúcia
24/07/2013	Tubarão	Casa de Repouso Lírio dos Vales Casa de Repouso Lírio dos Vales

19,20 e 21/ 08/2013	São José	Angela Helena Cardoso – Nome fantasia: Casa de Repouso O Bom Pastor Antunelli & Antunelli Ltda. ME – Nome fantasia: Residencial Geriátrico Sagrada Família Apart Hotel Santa Catarina Ltda. Associação Casa do Repouso Recanto Feliz Cantinho do Idoso Vó Otília Casa Lar Real Parque Ltda. ME Casa Repouso Santa Paulina Ltda. ME – Nome fantasia: Residencial Santa Paulina Centro Vivencial Cidade da Redenção – Nome fantasia: Lar do Idoso A Casa do Caminho Eloir Hinckel Lar dos Velhinhos de Zulma Lar para Idosos Nossa Senhora Aparecida Ltda.. Leonice Assistência ao Idoso Ltda. ME – Nome fantasia: Clínica Cuidar do Ser Maria Eliete de Souza Casa de Repouso ME – Nome fantasia: Casa de Repouso Laurindo Schell Nosso Lar Residencial Geriátrico Ltda. ME Orionópolis Catarinense Recanto da Terceira Idade Lídia Rosa Recanto dos Idosos São Judas Tadeu ME – Nome fantasia: Recanto para Idosos Nosso Lar Residencial Geriátrico Arte de Viver Residencial Vila Nova – Espaço para Terceira Idade Spazio Santo Residencial Geriátrico Ltda. ME Wanderley Carlos Frederico
17e 18/10/2013	Biguaçu	Casa de Repouso Recanto do Arvoredo Casa de Repouso Recanto do Idoso Ltda. Casa Lar Anjos de Branco Sociedade Assistencial e de Promoção Social Lar Anjo Querido Sociedade Beneficente de Amparo Residencial Geriátrico Ana Clara

Os dados levantados até a presente data apontam que a população de idosos nas instituições de longa permanência é **1.723 idosos**, sendo **62% mulheres.** A lista de espera de vagas para a institucionalização é d**e 261 pessoas,** ou seja, uma demanda reprimida **de 15,15% da** população institucionalizada atual**.**

Outras informações indicam que:

- **26% elaboram estudo social**
- **24% tem alvará sanitário**
- **10% tem plano de ação integral à saúde**
- **13% são beneficiadas com verba pública**





Em 23 de setembro a CGJ promoveu o *I Seminário Estadual do Projeto Direito de Ser Idoso*, ação que concretiza o objetivo de informar os direitos dos idosos e as particularidades relativas ao processo de envelhecimento, como forma de garantir os direitos da pessoa em processo de envelhecimento e prevenir a violência através da educação e socialização das informações.

O evento foi realizado em parceria com a Academia Judicial e teve como público alvo não somente os técnicos do judiciário e do Ministério Público, mas também, os profissionais que compõem a rede de atendimento e garantia de direitos do idoso das secretarias estaduais e municipais de assistência, conselheiros municipais e estaduais do idoso, Comissão do Idoso da OAB, assim como idosos interessados em obter informação relativa à sua condição e direitos, totalizando 200 participantes.

A programação do seminário contou com palestrantes de renome, internos e externos, conforme segue:

HORÁRIO	TEMA	PALESTRANTE
9:00	Solenidade de Abertura	
9:45	O Projeto *Direito de Ser Idoso* e as inspeções nas Instituições de longa permanência	Dr. Alexandre Karazawa Takaschima – Juiz-Corregedor Drª. Carolina Suzin – Promotora de Justiça do Centro de Apoio dos Direitos Humanos e Terceiro Setor.
10:45	A fiscalização em instituições de longa permanência como forma de proteção aos direitos do idoso	Sra. Maika Arno Roeder – Chefe de Divisão de Estabelecimentos de Interesse a Saúde da Vigilância Sanitária de Santa Catarina.
INTERVALO PARA ALMOÇO (12:00 – 13:30)		
13:30	Envelhecimento e Dignidade	Dra. Maria Cecília Minayo, socióloga e doutora em Saúde Pública, pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz.
INTERVALO PARA LANCHE (15:30 – 16:00)		
16:00	Violência Contra a Pessoa Idosa: princípios, definições, tipologia, prevenção, como detectar e violência institucional	Dra. Maria Cecília Minayo, socióloga e doutora em Saúde Pública, pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz.
DEBATES (17:30 – 18:30)		

Um dos objetivos específicos do Projeto Direito de Ser Idoso é deflagrar ações externas que envolvam os demais atores da rede de atendimento ao idoso, visando fortalecer e aproximar os órgãos que prestam algum serviço à população idosa. Nesse sentido, destaca-se a participação da CGJ no calendário de eventos Municipal alusivo às comemorações do mês do idoso (outubro) e dos 10 anos de Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003:



Programação exclusiva de visitação dirigida aos grupos de idosos ao Museu do Judiciário Catarinense, no período compreendido entre 7 a 11 de outubro, em ação conjunta com a Diretoria de Documentação e Informações, por intermédio da Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário.



A realização da referida ação foi viabilizada pela participação da assistente social do Núcleo V nas reuniões dirigidas à rede de atendimento ao idoso do município de Florianópolis.

- Participação do seminário sobre a aplicação do Estatuto do Idoso nos processos judiciais, sob a coordenação da Comissão do Idoso da Seccional da OAB/SC, no dia 15 de outubro. Na ocasião, a assistente social Adriana Ternes Moresco, do Núcleo V da CGJ, abordou o tema "A prioridade nos processos judiciais", uma das diretrizes do projeto Direito de Ser Idoso.

- Participação em eventos do Projeto Idoso em Foco, organizado pela prefeitura de Florianópolis e pelo SESC em comemoração aos dez anos da legislação alusiva ao tema, com programação específica durante todo o mês de outubro em diversos locais da Capital.

Para o desenvolvimento do projeto foram realizadas 5 reuniões com o Centro de Apoio de Direitos Humanos e Terceiro Setor da Procuradoria de Justiça e 7 com a rede de atendimento ao idoso, conselhos Municipal de Florianópolis e Estadual do Idoso.

3.5.8.2 Novos Caminhos, Novas Oportunidades



O **Projeto *Novos Caminhos, Novos Oportunidades*,** surgiu com a identificação da necessidade de fomentar a criação e fortalecer os conselhos da comunidade existentes, como forma de melhorar o acesso aos direitos humanos da população que, direta ou indiretamente, permeia o sistema da execução da pena, presos, egressos e familiares.

O conselho da comunidade é definido no artigo 61 da Lei de Execuções Penais como órgão de execução penal, instalado pelo juiz da comarca (art. 66). O Projeto em questão fomenta a constituição de Conselhos da Comunidade no Estado de Santa Catarina e contribui para o seu efetivo funcionamento, pela importância da participação da sociedade nas diversas instâncias de discussão sobre a temática do preso e de sua relação com a comunidade, assim como no direcionamento das ações do Estado para a justiça social.

Entre os seus objetivos, destacam-se:

- Promover a capacitação técnica dos Conselheiros da Comunidade e dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina que atuam na Execução Penal, com o objetivo de instalar novos Conselhos da Comunidade e fortalecer os já existentes. A qualificação dos conselheiros da comunidade e operadores do direito é de suma importância para que assumam a função de representantes da comunidade na implementação das políticas penais, objetivando a defesa de direitos, a reinserção social do apenado e do egresso e como consequência inclusive a garantia da justiça social.

- Fortalecer as relações entre os Conselhos da Comunidade, os Conselhos de Direitos e os Comitês de Combate à Tortura, com o intuito que os Conselhos da Comunidade exerçam o seu papel na rede de garantida de direitos, não só dos apenados e egressos, mas também dos familiares. Os conselhos têm um importante papel social e regulador a desenvolver, sendo membros da rede de enfrentamento e prevenção à tortura, participando direta ou indiretamente dos comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura, ou ainda fomentando a criação destes.

- Divulgar boas práticas para incentivar o aprimoramento das ações dos conselhos, de modo que estes sejam uma importante ferramenta para a implementação de políticas de reinserção social do apenado e do egresso. Considerando a realidade catarinense, onde percebe -se a carência contínua do sistema prisional, as ações dos Conselhos da Comunidade acabam sendo direcionadas para repostas mais imediatas, como atendimento à falta de suprimentos de higiene e cobertores, as quais deveriam estar sendo supridas pelo Estado.



Um das ações de destaque desse projeto foi a realização do *I Encontro de Qualificação para Conselheiros da Comunidade do Projeto Novos Caminhos, Novas Oportunidades*. O evento capacitou 120 pessoas, com o público composto por servidores do judiciário que participam direta ou indiretamente das atividades dos conselhos, conselheiros da comunidade que representam os diversos segmentos da sociedade civil, policiais militares, membros da OAB, agentes prisionais, pastorais carcerárias e estudantes, representando 44 Comarcas Catarinenses.

1º dia - 16 de setembro de 2013

HORÁRIO	TEMA	PALESTRANTE
9:00	Abertura com autoridades	
9:30 as 10:45	Função da pena de prisão e conceitos legais da Execução Penal	Palestra com o Juiz Alexandre K. Takaschima, Coordenador do Núcleo V - CGJ
10:45 as 12:00	Estrutura e situação do Sistema Penitenciário Catarinense	Palestra com Ada de Luca, Secretária Executiva de Justiça e Cidadania
INTERVALO PARA ALMOÇO (1H30)		
13:30 as 15:30	Função, objetivos, composição dos Conselhos, estrutura organizacional e legal, direitos e deveres	Palestra com Valdirene Daufemback, Ouvidora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça
Intervalo para lanche (30min)		
16:00 as 18:00	Projetos e Convênios: modelo atual e proposta de alteração, financiamento	Palestra com Valdirene Daufemback, Ouvidora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça

2º dia - 17 de setembro de 2013

HORÁRIO	TEMA	PALESTRANTE
9h as 11h	Possibilidade de atuação do Conselheiro da Comunidade, ética e dignidade, realização de visitas, estratégias e postura de abordagem da pessoa presa, produção e encaminhamento de relatórios.	Palestra com Irmã Petra Silvia Pfaller, Vice-Coordenadora Nacional da Pastoral Carcerária e membro do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura de Goiás

11:00 as 12:00	Manifestação dos representantes dos Conselhos e organização das representações regionais e estadual	Debate moderado por Irmã Petra Silvia Pfaller e Nasser Haidar Barbosa
INTERVALO PARA ALMOÇO (1H30)		
13h30 as 15h30	Conceito de tortura, procedimentos de identificação, denúncias, relação com os Comitês e os Mecanismos de Combate à Tortura	Palestra com Sylvia Diniz Dias, Diretora da Oficina Regional para América Latina da Associação para a Prevenção da Tortura (APT) e/ou Ana Paula Diniz de Mello Moreira, Coordenadora-Geral de Combate à Tortura da Secretaria Nacional de Direitos Humanos
INTERVALO PARA LANCHE (30MIN)		
16h as 18h	Apresentação de boas práticas dos Conselhos da Comunidade de SC.	Painel com os Coordenadores dos Projetos junto aos Conselhos convidados

Na oportunidade os Conselhos da Comunidade foram distribuídos por regiões, com representações locais, que facilitarão e agilizarão o canal de comunicação entre a Corregedoria-Geral da Justiça e os conselhos, tornando mais dinâmica as ações de qualificação, acompanhamento e orientação que visam a melhoria do sistema de execução penal, com resultados concretos para a sua população, como também para os seus familiares.

Foram prestadas ainda 38 informações aos Conselhos da Comunidade no ano de 2013.

3.5.9 Participação em Projetos:

3.5.9.1 Saúde do Magistrado

Participação no projeto Saúde do Magistrado – a assistente social do Núcleo V participou da etapa de análise e interpretação dos dados coletados através da pesquisa de saúde dos magistrados elaborada pela Comissão de Saúde, e da fundamentação da cartilha elaborada para a apresentação dos resultados.

3.5.9.2 Mutirão da Força Nacional da Defensoria Pública da União

O Núcleo V participou da organização de logística e apoio do Mutirão da Defensoria Pública da União promovido pelo Ministério da Justiça dirigido ao Sistema Prisional Catarinense que aconteceu nas Comarcas de Joinville, Blumenau, Criciúma, Araranguá, Itajaí, Curitibanos e Chapecó:

- Contato com servidores e magistrados: **11**
- Participação em reuniões: **3**
- Comarcas visitadas para acompanhamento do mutirão: Joinville, Blumenau, Criciúma, Araranguá e Itajaí

O Núcleo V contou com o apoio da Diretoria de Informática que disponibilizou para os trabalhos a infraestrutura tecnológica.

3.5.9.3 Garantia da Segurança de Magistrados

Controlar, acompanhar e orientar ações relacionadas a garantia da segurança de magistrados e integrar a Comissão Permanente de Segurança e Assistência dos Juízes Colocados em Situação de Risco (Resolução nº 33/2010-GP, Resolução nº 05/2013-GP e Portaria n. 66/2012-GP):

- Reuniões realizadas: 16
- Juízes Ameaçados: 14

- Visitas realizadas aos juízes em situação de ameaça: 5

Para o aprimoramento das atividades relacionadas à garantia de segurança dos magistrados e visando atender as Resoluções 104/2010 e 176/2013 do CNJ, foram realizadas visitas as Comissões de Segurança dos Tribunais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

3.5.10 Palestras proferidas

- Seminário: Interfaces e Fissuras do Estado no Sistema de Garantia de Direitos – Universidade Federal de Santa Catarina
- Seminário Intersetorial internação compulsória/involuntária – Florianópolis
- Painel sobre execução penal para novos magistrados (convite formulado pela Academia Judicial)
- FECAM - Seminário Regional de Medidas Socioeducativas Chapecó
- Evento SUAS: I Encontro Regional, abordando como tema central O Judiciário e as Politicas Públicas – Itapema
- Palestra - tratamento para com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, mormente no que toca à PSC
- Palestra - Medidas de Segurança na Reforma Penal.- AMC/ESMESC
- 1° Encontro dos Conselheiros Tutelares de Otacílio Costa. Tema: Os conselheiros tutelares e o sistema de garantias de direitos protetivos e socioeducativos
- 1° Colóquio de Formação para colaboradores das Medidas Socioeducativas. LA/PSC. Elaboração plano Socioeducativo: Competências da educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e trabalho – Criciúma
- 1° Encontro da Mesorregião da Grande Florianópolis - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Palestra - Sistema Penal e a Prisão no Estado de SC.- UFSC
- Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do MP - Infância e Juventude - Coordenador da mesa redonda "Aprendizagem: qualificação profissional e inclusão social"
- Reflexão - 23 anos de ECA – Brusque
- V Seminário Municipal de Atendimento Socioeducativo- Tema: Garantia de Direitos x Redução da Maioridade Penal – Rio do Sul
- Formação Inicial dos Agentes de Segurança Socioeducativo - CASE Joinville
- Palestra - "Crianças e Adolescentes em Conflito com a Lei". Instituto Estadual de Educação – NEPRE
- 1ª Conferência Nacional sobre Saúde Mental e Direito – mesa redonda AMC/ ESMESC
- Grupo de Estudo e Apoio à Adoção de Blumenau / GEAAB

- Direito à Convivência Familiar em Debate – Universidade São Bento do Sul
- Debate - Internação Compulsória e Lei de Drogas / CESUSC – Florianópolis
- Seminário de Mobilização Estadual do Fórum Mundial de Direitos Humanos / UFSC – Florianópolis
- "Doze Anos, Dúzias de Histórias".: Medidas Socioeducativas / Jaraguá do Sul
- Seminário sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, / Universidade Católica de Brasília,

3.5.11 Participação em audiências públicas

- Audiência Pública - Adoção Legal no Brasil/Gaspar
- Aprendizagem – Qualificação profissional e inclusão social / Superintendência Regional do trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina
- Audiência Pública: "Adolescentes em conflito com a lei e medidas socioeducativas. Como o FIA (Fundo da Infância e Adolescência) pode ajudar a solucionar o problema" Assembléia Legislativa.
- Implantação do Conselho Estadual de Direitos Humanos – Assembléia Legislativa

3.5.12 Participação em Eventos

- Formatura UPA Anita Garibaldi
- II Encontro Nacional do Encarceramento Feminino
- A inserção dos históricos hospitais psiquiátricos na rede de serviços de Saúde Mental – Possibilidade e dificuldades. – Hospital Psiquiátrico Catarinense
- Apresentação do Fluxograma de Denúncias Recebidas pela Secretaria de Direitos Humanos - disque 100- Diretoria de Direitos Humanos da Casa Civil do Governo do Estado de Santa Catarina
- 10° Encontro Estadual de Grupos de Apoio à Adoção
- Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário
- Evento Brasília 18 novembro SENADO Criança e Paz
- I Encontro Nacional de Comitês de Combate à Tortura / Secretária Nacional de Direitos Humanos – DF

4. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais, da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações e Seção de Protocolo e Digitalização, foram praticados os seguintes atos e funções:

- registro de 3.604 (três mil, seiscentos e quatro) processos digitais;
- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;

- requisições de serviços;
- controle dos provimentos, circulares e ofícios-circulares;
- digitalização de processos;
- elaboração de ofícios;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controle do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de processos físicos e ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis e material permanente da Corregedoria.

5. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Dentre as atividades realizadas pela Divisão Judiciária, no ano de 2013, ressalta-se que com a criação da Seção de Gerenciamento dos Aplicativos Externos, o controle e gerenciamento dos sistemas SAT, INFOJUD, Sistemas CNJ e AJG – Sistema da Jurisdição Delegada foram deslocados, paulatinamente, durante o ano, do Núcleo II para a nova Seção, de modo que todo o atendimento, cadastros, implantação de novos manuais e esclarecimento de dúvidas passaram a ser de responsabilidade da referida Seção.

Quanto às atividades rotineiras relativas ao gerenciamento dos sistemas, apresentam-se, a seguir, alguns números indicativos dos atendimentos realizados, via correio eletrônico:

SISTEMA	E-MAILS RESPONDIDOS
SAT (desde junho/2013)	388

Sistemas CNJ	435
Jurisdição Delegada	432
SISP (desde abril/2013)	802
INFOSEG (desde abril/2013)	1325
INFOJUD (desde junho/2013)	48
RENAJUD	814
TOTAL	**4.244**

Soma-se, ainda, o atendimento realizado, também via telefone, com orientações e informações relativas aos Sistemas elencados.

Afora o trabalho de rotina, durante o ano, destacaram-se outras atividades:

a) Entrou em operação, em março de 2013, o novo sistema de Assistência Judiciária Gratuita – AJG, de requisição de honorários da Competência Delegada. Com o novo sistema, passou-se a adotar uma nova sistemática, na qual as validações das requisições de pagamento de honorários da jurisdição delegada passaram a serem realizadas pela Seção de Gerenciamento de Aplicativos Externos, mediante a conferência das informações lançadas no sistema AJG e no SAJ/PG;

b) Em agosto de 2013, o Sistema de Administração Tributária – SAT, passou por uma reformulação, de modo que foi realizada a atualização da Orientação n. 10, além da prestação de toda a assessoria necessária à utilização e manuseio da nova versão do sistema;

c) A Rede INFOSEG, em setembro de 2013, intensificou a segurança de acesso, o que exigiu o recadastramento de todos os usuários já cadastrados. Do total de usuários ativos no INFOSEG, 40% efetuaram o recadastramento dentro do prazo estabelecido, ou seja, até o dia 18 de outubro de 2013, sendo que o restante findou no início do mês de dezembro;

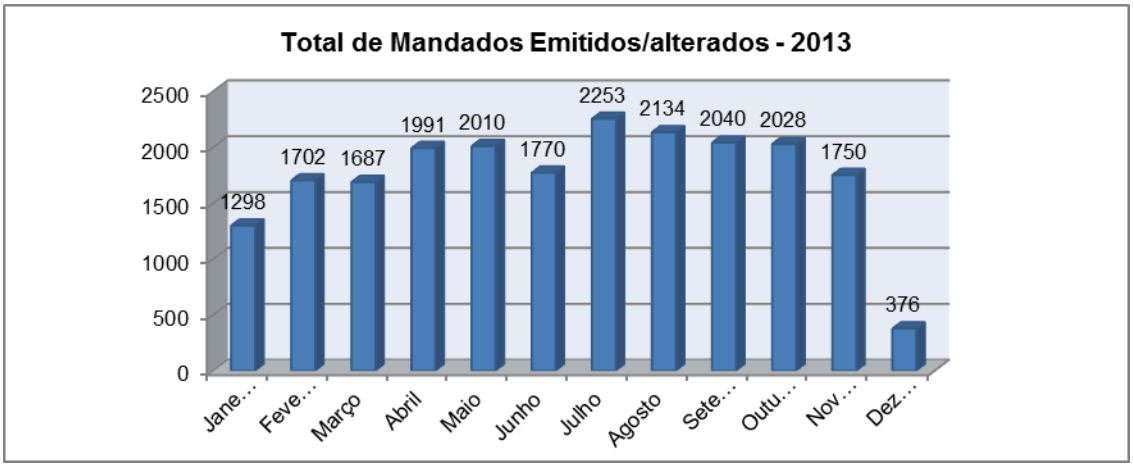
d) Utilização do malote digital (sistema Hermes) para encaminhar as certidões de Antecedentes Criminais para outros órgãos. Referido sistema otimizou os trabalhos, possibilitando que o órgão solicitante receba a certidão de forma mais rápida, eficiente e assinada digitalmente;

e) Verificação, conferência e acerto dos mandados de prisão ativos no banco da Corregedoria que não se encontravam devidamente vinculados no Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP. Após constatada a inconsistência na vinculação entre os sistemas, foi efetuada busca nos sistemas auxiliares para obtenção das informações faltantes, repassando-as aos Chefes de Cartório para a retificação dos dados. Em números, constatou-se a existência de 760 mandados de prisão que não estavam devidamente vinculados no SISP;

f) Disponibilização de novo sistema do serviço de Plantão da Justiça do Primeiro Grau, que permite a realização de auditagem das informações inseridas pelos Secretários do Foro, bem como a extração de relatórios para envio ao Conselho Nacional de Justiça e também para a publicação no Diário da Justiça eletrônico;

g) Em virtude de alteração na forma de acesso ao sistema RENAJUD, que passou a se dar com a utilização de certificação digital, intensificou-se o serviço de suporte aos usuários, com a edição de vários comunicados eletrônicos, bem como de orientações via e-mail e telefone, além do regular acompanhamento e gerenciamento do Sistema;

h) Conferência do histórico de partes dos condenados no SAJ/PG com o intuito de averiguar seu correto preenchimento, para garantir o envio correto ao TRE, pelo Sistema Integra, das informações inseridas no SAJ/PG pelos Chefes de Cartório. Nos casos de incompatibilidade de dados entre os referidos sistemas é efetuada requisição aos Chefes de Cartório para que efetuem as devidas correções;



i) Gerenciamento contínuo do banco de dados de mandados de prisão emitidos, com a contabilização do seguinte movimento:

- Controle e gestão dos dados relativos às metas estabelecidas pelo CNJ, mediante a geração das informações estatísticas e atualização do Sistema de Cumprimento de Metas do CNJ.

Apresentam-se, ainda, mais alguns números indicativos das atividades desenvolvidas na Divisão:

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 54;

- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 146;

- Fornecimento de Certidões de antecedentes criminais: 514;

- Informações prestadas em processos administrativos e atendimento de solicitações dos núcleos e setores externos à CGJ (criação de varas, alteração de competências das unidades, levantamentos estatísticos e etc.): 512.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem em anexo.

6. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

6.1 Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

6.1.1 Foro Judicial

Sobre o valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado;

atualização de cálculos judiciais, utilização do SAJ/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.

6.1.2 Foro Extrajudicial

Acerca dos emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Civis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

6.1.3 Uso da tabela e do cálculo de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

6.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 83 (oitenta e três) pareceres envolvendo matérias de âmbito geral.

- 36 (trinta e seis) pareceres envolvendo cálculos.

6.3 Atendimento a consultas por e-mail e telefone

6.781 (seis mil setecentos e oitenta e um) e-mails;

5.039 (cinco mil e trinta e nove) telefonemas.

6.4 Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

162 (cento e sessenta e duas) pessoas atendidas.

6.5 Participação em grupos de trabalho, desenvolvimento de projetos e inspeções correicionais

6.5.1 Reuniões sobre a Resolução 153/2012 do CNJ – Antecipação das diligências do Oficial de Justiça nas ações que envolvam a Fazenda Pública, o Ministério Público e os beneficiários da AJG.

6.5.2 Reuniões sobre a Criação “Conta Plantão” – Autos n. 0012115-73-2011.8.24.0600.

6.5.3 Reuniões sobre o Processo 454162-2012.6 – Guias de Protocolo Unificado pagas em duplicidade.

6.5.4 Reuniões sobre Requisição de Pequeno Valor – RPV.

6.5.5 Reuniões sobre o Termo de Cooperação n.º 190/2012, celebrado entre TJSC e MPSC.

6.5.6 Validação da Resolução Conjunta que trata do Sistema Malote Digital; cronograma para configuração do Sistema Malote Digital para as demais comarcas; pagamento das diligências dos oficiais de justiça com a utilização do Sistema Malote Digital e SAJ-pg 3.0.

6.5.7 Reuniões sobre o Sistema SAT, campo multa, atualização monetária; numeração única do CNJ no SAT; publicação da mudança da consulta CND de débitos de custas TJSC; viabilização da execução do Termo de Cooperação Técnica n.º 269/2009, com a criação de PERFIL para acessar o SAT e habilitação para consulta aos dados cadastrais de contribuintes, assim como às decisões do Conselho Estadual de Contribuintes em processos fiscais; integração do SAJ-GECOF com o Sistema SAT.

6.5.8 Reuniões sobre os procedimentos para recolhimento de valores no plantão judiciário. Sistema Sidejud.

6.5.9 Desenvolvimento do projeto “Conta Corrente de Custas”.

6.5.10 Reuniões sobre a conversão de depósito judicial da competência delegada para a Justiça Estadual.

6.5.11 Reuniões sobre o novo Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, Subseção Contadoria.

6.5.12 Participação em reuniões sobre o alvará de custas na competência delegada da Justiça Federal.

6.5.13 Participação da reunião de organização sobre o evento do 2º Encontro dos Contadores.

6.5.14 Participação em reuniões sobre a Resolução 154/CNJ - subcontas concentradoras de multas de transações penais.

6.5.15 Participação em reuniões acerca da competência delegada, valores de custas creditados pelo TRF-4 e não sacados pelo cartório para quitação da GRJ.

6.5.16 Realização de testes na versão SAJ-5.1.5.12 (vinculação mandados).

6.5.17 Inspeção Correicional no Registro Civil, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos da Comarca da Capital.

6.5.18 Inspeção Correicional na Escrivania de Paz do Estreito/Comarca da Capital.

6.5.19 Reunião do Sistema Hermes - Malote Digital". Aprovação da minuta de Resolução Conjunta entre outros itens.

6.5.20 Reunião Ordinária do CGINFO - Apresentação do Projeto “Conta Corrente de Custas” pela Corregedoria-Geral da Justiça.

6.5.21 Reunião na Academia Judicial sobre o plano de formação e aperfeiçoamento 2014.

6.5.22 Palestrante no 2º Encontro dos Contadores, assunto: cálculo de liquidação da diferença de subscrição de ações de telefonia.

6.5.23 Reunião sobre o módulo de custas do Segundo Grau.

6.5.24 Participação e coordenação da Comissão Permanente de Atualização/Revisão do Manual de Orientação e Procedimentos para as Contadorias Judiciais – Manual do Contador.

6.5.25 Elaboração de projetos de lei. Participação na elaboração de esboços de ofícios-circulares, circulares, provimentos e resoluções.

6.6 Outras atividades

6.6.1 Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade.

6.6.2 Atualização do Manual do Contador.

6.6.3 Atualização das Perguntas e Respostas sobre Custas Processuais.

6.6.4 Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos.

6.6.5 Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet.

6.6.6 Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas.
6.6.7 Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça.

6.6.8 Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

6.7 Projetos em andamento

6.7.1 Projeto "Conta Corrente de Custas".

6.7.2 Convênio com a Receita Federal, com o fim de disponibilizar o acesso às informações do CPF/CNPJ que constam na base de dados de referido órgão.

6.7.3 Conversão eletrônica de custas depositadas pelo TRF-4 ao TJSC, competência delegada.

6.8 Participação em eventos
6.8.1 Segundo Encontro Estadual dos Contadores Judiciais.
7. ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA
Durante o ano de 2013, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional da Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores desta Corregedoria, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Dentre elas destacam-se:
7.1 Sistema Estatística para o Corregedor-Geral da Justiça

Desenvolvimento de um novo sistema para acompanhamento das atividades judiciais e produtividade dos magistrados do Estado – CGJESTWEB.

O Sistema permite que o Corregedor e os Juízes-Auxiliares possam acompanhar informações como:

situação dos processos administrativos da Corregedoria

- processos sem movimentação há 30 dias

- processos sem movimentação há 60 dias

- processos sem movimentação há 100 dias

movimento forense por unidade judiciária

- processos em andamento

- processos suspensos início

- processos iniciados

- processos encerrados

- processos arquivados administrativamente

- processos reabertos

produção e produtividade do magistrado

- sentenças

- decisões

- despachos

- audiências

gerencial das unidades judiciárias

- processos sem movimentação

- atos do magistrado

- processos conclusos

- processos em carga para o magistrado

- processos em andamento por tipo

- processos suspensos

- processos arquivados

- cargas diversas

- petições

- prazos vencidos

7.2 Manutenção no site da Corregedoria Geral da Justiça

Foram ampliados os conteúdos e seções do site da Corregedoria para dar continuidade ao atendimento das necessidades dos usuários internos e externos. Dentre as novas informações, destacam-se:

- Plantão Judiciário
- Novo Código de Normas
- 64º Encoge
- Transparência Institucional
- Portal Assistência à Saúde
- Hot site do 10º Encontro Estadual dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção
- Hot Site do Núcleo V – Direitos Humanos
- Novo sistema de Cálculo de Atualização Monetária

7.3 Novo Layout para o Site da Corregedoria

Foi desenvolvido um novo site para a Corregedoria do Estado de Santa Catarina, possibilitando que as informações sejam disponibilizadas de forma mais clara e objetiva para os usuários.

7.4 Site da CEIJ

Foram realizadas atualizações e manutenção no site para da CEIJ – Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude que substituiu o antigo Portal da Infância e Juventude.

7.5 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

No ano de 2013 foram desenvolvidos novos recursos no módulo Web do CUIDA e inclusão de novos relatórios e recursos no módulo Delphi do CUIDA.

As atualizações no módulo Web, em linguagem Java, e no módulo Administrativo, em linguagem Delphi, foram realizadas para manter os sistemas em conformidade com as necessidades dos usuários. Houve a continuidade no suporte às instituições de abrigo, assistentes sociais e aos juízes que operam o sistema.

7.6 SPO – Sistema de Pagamento de Oficiais de Justiça

Foi dada continuidade no suporte e manutenção do SPO - sistema que permite que o chefe de cartório ou outro servidor autorizado por este, de posse do mandado devolvido pelo oficial de justiça, efetue a solicitação de pagamento de guias recolhidas como antecipação de conduções em custas iniciais ou intermediárias para as Comarcas Integradas.

7.7 Plantão Judicial de Primeiro Grau

Foi ajustado o sistema para cadastramento de consulta de plantões judiciais, atendendo as normativas do CNJ e foi desenvolvido um recurso para a publicação automática das informações dos plantões no Diário da Justiça Eletrônico. Também foi ajustada a consulta de plantão no site da Corregedoria.

7.8 Sistema de Inspeção Virtual

O Sistema de Inspeção Virtual teve ajustes com inclusão de novos relatórios para controle correicional. Foram desenvolvidos relatórios específicos para o SAJ PG 5.0.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais, com inclusão e exclusão de usuários.

7.9 Emissão de Relatórios Estatísticos

A extração de informações provenientes de diversos sistemas para atenção às necessidades da própria CGJ, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça e aos pleitos do CNJ continua sendo realizada de forma diária. As informações são utilizadas para as correições, tomada de decisão, instrução de processos ou a diversas instituições, como Secretaria de Segurança, Tribunal Regional Eleitoral, etc.

7.10 Troca de Microcomputadores e Periféricos

Como atividade constante, houve a atualização de parte do parque tecnológico tanto na área judicial, quanto na extrajudicial.

7.11 Sistema Segurança Pública - SSP

Foi feita nova carga de dados de mandados de forma a sincronizar os dados da Justiça com a SSP e o Infoseg.

Foi implantado no início de 2013 o recurso para a transmissão das imagens dos mandados de prisão para envio à SSP.

7.12 Sistemas do Conselho Nacional da Justiça - CNJ

As Assessorias de Informática, além de inserir dados estatísticos dos Sistemas do CNJ no site da CGJ, atuaram também no fornecimento de senha e cadastramento de usuários nos Sistemas, repassando informações e mantendo contato direto com o CNJ.

7.13 Tribunal Regional Eleitoral - TRE

Foram realizados ajustes no sistema de transmissão de dados ao TRE, permitindo que se identifique registros a serem baixados.

7.14 Rol de Antecedentes Criminais

Desenvolvimento de relatórios diversos para acompanhamento das informações e solicitação de correção de dados na Comarca de Origem, com integração ao TRE e SSP.

Desenvolvimento de serviço para captura da confirmação dos mandados de prisão, geração de fonemas para novos dados e importação das imagens dos mandados via agendador, dispensando a operação de servidor para estas atividades.

Foram realizados ajustes nas rotinas de importação dos Róis da Corregedoria, tendo em vista as falhas encontradas com a implantação do SAJ PG 5.0 em todo o Estado.

7.15 Metas do Conselho Nacional de Justiça

Atendendo às Metas do CNJ, a Assessoria de Informática tem trabalhado no gerenciamento e extração de relatórios estatísticos, divulgação na Intranet da CGJ e no desenvolvimento de um controle de produção.

7.16 Projeto Malote Digital

Em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, o Sistema de Malote Digital está sendo ampliado para todas as unidades do Estado, conforme determinação do CNJ.

7.17 Portal do Extrajudicial

Gestão do conteúdo, tais como comunicados, links, banners, imagens, sistemas, documentos e implementação da inscrição extrajudicial no hot site do 64º Encoge.

7.18 Projeto de Selos

Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pelo setor administrativo da Corregedoria.

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pelo setor administrativo da Corregedoria, teve várias modificações desde janeiro de 2013, a fim de atender à adequação de Lei, correções, ou reivindicação dos usuários.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

7.19 Projeto Ressarcimento de Selos

Alterações no Sistema de ressarcimento de atos gratuitos (internet).

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso.

Algumas funcionalidades implementadas:

- Inclusão de outros atos para ressarcimento;
- Melhoria no controle e na auditoria do sistema;
- Adequação constante às leis.

O Sistema de ressarcimento foi ampliado para permitir o ressarcimento dos atos bloqueados no processo CGJ-E 0177/2009 de forma que o próprio responsável pelo cartório pode, no prazo determinado para os

atos antigo (até 10/12/2013) e para os atos bloqueados mês a mês (até dia 10 do mês subsequente), alterar os atos bloqueados à luz dos motivos que fez com que o setor competente pela análise os bloqueou. Esta Assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

7.20 Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões de análise e definições da continuidade do projeto do Selo Digital a fim de garantir a qualidade das informações enviadas pelos cartórios ao banco de dados centralizado, bem como para viabilizar outros projetos desta Corregedoria, tais como: o novo ressarcimento eletrônico, centrais de consultas, cadastro e ressarcimento de juízes de paz, auditoria dos atos etc.

Integração dos relatórios da auditoria virtual com o portal de consulta do selo digital.

Migração do Portal de Consulta para uma infraestrutura mais atual a fim de melhorar sua indisponibilidade e robustez.

7.21 Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita

Com a determinação de que os dados deveriam ser enviados somente à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC a partir de 01/01/2013, o banco de dados da Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha foi exportado para alimentar a nova Central. Atualmente, permanece no ar somente a consulta pública com os dados cadastrados até 31/12/2012.

7.22 Ressarcimento dos Juízes de Paz

O Sistema de Ressarcimento dos Juízes de Paz permite aos senhores juízes de paz solicitarem o reembolso à título de ressarcimento previsto na Lei, dos atos de despacho designatório, diligência e condução intrínsecos aos casamentos singulares e coletivos. Algumas funcionalidades implementadas que viabilizaram o sucesso do sistema:

- Acesso ao cadastro e ressarcimento dos juízes de paz pela assessoria extrajudicial;
- Oportunidade de alteração dos atos bloqueados do mês até o dia 10 do mês subsequente com o respectivo motivo de bloqueio.

7.23 Área restrita extrajudicial

Manutenção da área restrita destinada aos cartórios extrajudiciais. A área restrita extrajudicial permite aos senhores responsáveis pelos cartórios extrajudiciais, mediante acesso autenticado e autorizado, a consulta de sinais públicos, o cadastro de balancete resumido, ressarcimentos, questionário do provimento 13 do CNJ, relatórios de censo de informática, balancetes e o recentemente implementado relatório do S@E.

7.24 Portal de Consulta do Selo Digital

O Portal de Consulta sofreu melhoria na apresentação e qualidade da informação adequada à versão 2.0 do Selo Digital. Foram necessárias adequações internas para garantir maior compatibilidade na consulta dos atos enviados tanto na versão 2.0 quanto nas versões anteriores do sistema. O portal de consulta do selo digital fornece a garantia de autenticidade dos atos lavrados constituindo ferramenta indispensável no tripé selo digital, envio das informações dos atos para o banco de dados centralizado e consulta pública. Permite que qualquer pessoa em posse do ato, possa conferir se o documento é verdadeiro. Para isso, basta digitar o número do selo digital no portal de consulta que trará todas as informações dos atos enviados pela serventia que lavrou o ato e que se encontra armazenada em nosso banco de dados.

7.25 Cadastro dos Juízes de Paz

O Cadastro dos Juízes de Paz ganhou nova versão. O sistema permite agora não só o cadastro, mas o controle e manutenção dos dados de todos os juízes de paz titulares, *ad hocs* e suplentes atuantes em

suas respectivas comarcas (Ofício Circular n. 248/2011). O acesso foi estendido aos próprios juízes de paz e aos assessores do extrajudicial. Algumas funcionalidades implementadas:

- Cadastro e alteração dos dados dos juízes de paz pelos secretários de foro;
- Acesso ao cadastro e alteração dos juízes de paz pelos administrados da assessoria extrajudicial;
- Cadastro e alteração pelo próprio juiz de paz de seus dados;
- Cadastro dos pedidos de ressarcimento pelo próprio juiz de paz;

7.26 Módulo de Cadastro on-line das serventias

Adequação e melhoria do Sistema que permite as serventias extrajudiciais, mediante acesso autenticado, alterar seus próprios dados, tais como: endereço, telefone, conta bancária, cadastro de funcionários, titulares, substitutos, livros utilizados pela serventia e inclusão dos sinais públicos. Parte reservada aos livros foi ampliada com a possibilidade, inclusive, de cadastro de acervo de cartório desativado pelo cartório responsável, mantendo-se os vínculos.

7.27 Pesquisa de cartórios

Manutenção na pesquisa pública de cartórios extrajudiciais.

7.28. Atividades diversas

São desenvolvidas diariamente por este setor, paralelas ao desenvolvimentos dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- relatórios estatísticos diversos;
- consultas e pareceres;
- malas direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- apresentações em slides (PowerPoint);
- atendimento aos cartorários extrajudiciais sobre assuntos relacionados com os sistemas de ressarcimento, cadastro on-line, malote digital (Hermes), área restrita, aquisição de selos, central de escrituras etc.;
- alterações de informações no banco de dados, a fim de dar cumprimento a decisões administrativas;
- capacitação de Assistentes Sociais;
- reuniões da comissão do Selo Digital.
- Manutenção do novo ambiente servidor JBOSS para a Corregedoria;

7.29 Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinetes dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivania
- Sala dos TSI's

7.30 Atendimento TSI – Técnico de Suporte em Informática

O setor de Informática é constituído por três Técnicos Judiciário Auxiliar na função de Técnicos de Suporte em Informática.

Registro de Atividades:

- Trinta e quatro (34) mudanças de postos de trabalho completo;
- Aproximadamente mil e seiscentos (1600) chamados atendidos, tais como:
- Instalação/manutenção/atualização de softwares em geral, suporte em microcomputadores e notebooks do corregedor, vice-corregedora, magistrados, servidores, assessores, terceirizados e estagiários;

- Atendimento, manutenção nos 10º e 11º andares da Torre I, bem como à Vice-Corregedoria localizada Torre II, 2ºandar.
- Instalação de periféricos: monitores, placas de vídeo, impressoras/scanners, mouses, teclados, estabilizadores, pendrives, modens 3g, monofones, telefones;
- Suporte às pastas de rede, bem como mapeamento com criação de atalho;
- Instalação e manutenção pontos de rede no 10º e 11º andares;
- Instalação dos segundos monitores;
- Instalação dos softwares necessários, das raízes e configuração do E-cpf para viabilizar o uso do certificado digital;
- Resolução de problemas relativos a software de comunicação(pandion);
- Substituição dos equipamentos x-lite por telefones de mesa;
- Instalação de novos telefones, configurações de ramais ATA e suporte;
- Instalação/suporte do programa inspeção virtual, bem como criação de perfil;
- Suporte ao saj5/cgj – cadastro e orientação aos usuários;
- Suporte ao SAJ5/Comarcas quanto ao cadastro de Perfil;
- Abertura de chamados em garantia para os equipamentos (notebooks, impressoras, computadores, monitores, celulares, estabilizadores);
- Manutenção das listas da cgj (correge, corregeserv, cgjjud, infocgj, cgjextra, cgjcustas);
- Suporte a email: windows live mail, webmail, gmail;
- Criação e configuração de e-mails e aliases;
- Comunicados de advertências a respeito de mensagens maliciosas, bem como encaminhamento ao setor de segurança para providências;
- Atualizações lista de contatos;
- Gravações de cds/dvds diversos;
- Instalação/configuração do sistema CACHÉ;
- Configuração/suporte de acesso remoto via VPN e VNC;
- Instalação/solicitação de criação de usuário para o sistema Expedição;
- Suporte ao acesso restrito do portal TJSC;
- Criação de agendas, por meio de serviço oferecido pelo Webmail (Zimbra), a fim de evitar duplo agendamento no mesmo espaço. As agendas foram criadas para os setores: Secretaria, Corregedor-

Geral, Núcleo I, Núcleo II, Núcleo III, Núcleo IV e Núcleo V;

- Substituição dos aparelhos funcionais blackberry por iphone/galaxy bem como realização de backup e configuração para os Juízes Corregedores.
- Outras atividades desenvolvidas:
- Montagem de equipamentos e atendimento da estrutura de informática no Encoge 2013 realizado no Hotel Magestic;
- Grupo de Trabalho SAJ5/CGJ-pg;
- A partir de agosto, os empréstimos/devoluções dos notebooks passaram a contar com formulário via web com termos de responsabilidade e devolução;
- Controle patrimonial dos equipamentos de informática com a realização de relatório de conferência de todo parque tecnológico, baixa/transferência de bens;
- Atualizações diversas para o sistema hermes/malote digital;
- Criação/retificação de modelos institucionais no SAJ5/CGJ;
- Controle por meio de planilha para acompanhamento de emissão/renovação de certificados digitais;
- Instalações saj5/cgj, saj5/cgj teste, saj3, saj3 teste, saj5 comarcas, saj5 comarcas - teste, saj certidões, saj protocolo, saj protocolo - teste, saj estatística;
- Teste em novas versões do SAJ5/CGJ-Homologação para posterior atualização.

8. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

8.1 Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção no período de janeiro a novembro de 2013.

Na forma de representação gráfica comparativa, apresentamos dados relativos às adoções nacionais, internacionais e às crianças/adolescentes em programas de acolhimento.

As demais atribuições da Ceja, que são a habilitação de pretendentes estrangeiros e o acompanhamento das adoções internacionais, a gestão dos cadastros estadual e federal, a organização de eventos, inspeções aos programas de acolhimento e outras, constam detalhadas no presente relatório.

8.2 Quadro de pessoal

O quadro funcional da Ceja é constituído por três servidoras efetivas do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de Secretária da Comissão;
- 1 agente administrativa auxiliar - formação em Serviço Social – (art. 85)
- 1 técnica judiciária.

8.3 Atribuições

8.3.1 Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulados por estrangeiros;

8.3.2 Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;

8.3.3 Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ;

8.3.4 Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – Cuida.

8.3.5 Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros;

8.3.6 Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;

8.3.7 Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;

8.3.8 Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;

8.3.9 Elaboração de material informativo relacionado à adoção;

8.3.10 Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros.

8.3.11 Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior.

8.3.12 Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastradas na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional.

8.3.13 Acompanhamento aos cursos ministrados no Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção.

8.4 Projetos/Atividades

8.4.1 Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

Toda movimentação neste sistema de cadastro de crianças em condições de adoção, de pretendentes à adoção e de entidades de acolhimento (abrigos), é monitorada pela Ceja, assim como o treinamento aos usuários e fornecimento das respectivas senhas de acesso.

Também é responsabilidade da Comissão gerar estatísticas com base nas informações inseridas, para subsidiar magistrados e técnicos das varas da infância e da juventude do Estado.

8.4.2 Sistemas do Conselho Nacional de Justiça

Cadastro Nacional de Adoção (CNA),

Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA),

Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL)

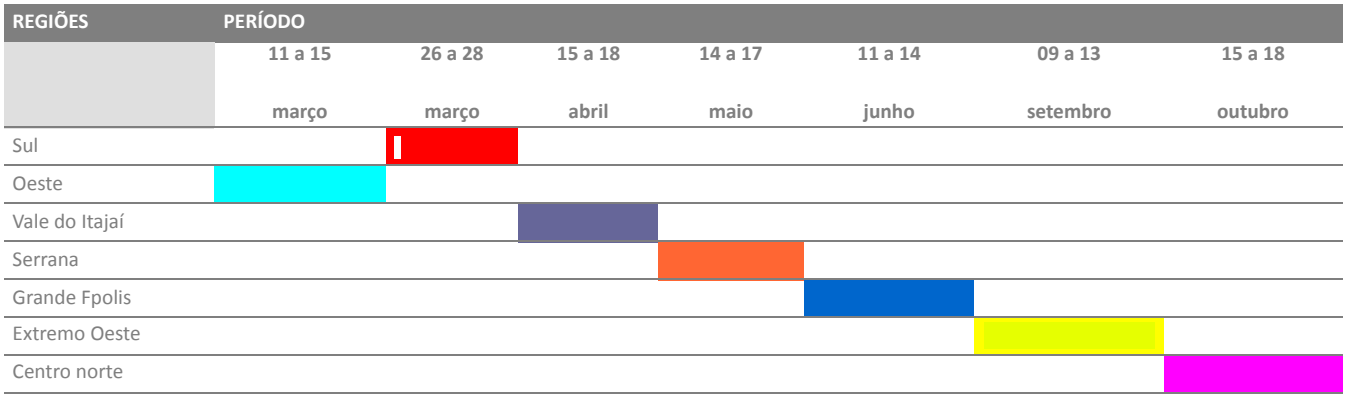
Na qualidade de órgão gestor desses cadastros, e assim como ocorre com o sistema estadual – Cuida - a Ceja monitora as informações inseridas, é responsável pela liberação de senhas aos usuários, produz estatísticas, e acompanha toda a movimentação dos sistemas como forma de mantê-los atualizados.

8.4.3 Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção

Emissão de parecer nos relatórios dos cursos de preparação ministrados aos pretendentes à adoção. O parecer implica na avaliação do conteúdo programático e resultados alcançados.

8.4.4. Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Entidades de Acolhimento

As visitas foram acompanhadas por técnicos da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – Ceij e o cronograma, a exceção da região do extremo oeste seguiu a ordem de datas conforme abaixo. Foram visitadas 41 comarcas e 79 entidades de acolhimento (abrigos)



8.5 Eventos/Treinamentos

Juntamente com a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e com a Academia Judicial foram realizados os seguintes eventos:

a) Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público, em Florianópolis, nos dias 27 e 28 de junho;

b) Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário, em Chapecó, no dia 25 de setembro;

c) 10º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Chapecó, nos dias 26 e 27 de setembro.

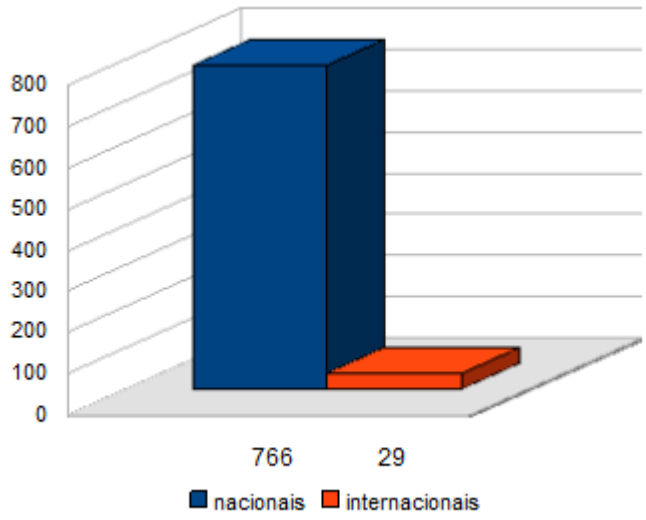
8.6 Dados estatísticos

8.6.1 Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

- 3 sessões realizadas;

- 62 processos julgados: 54 de pretendentes italianos, 6 franceses, 1 espanhol e 1 americano.

8.6.2 Adoções realizadas



Nacionais

Neste ano, **766** ações de adoção nacional foram sentenciadas, alguns desses processos correspondem a grupos de dois ou mais irmãos.

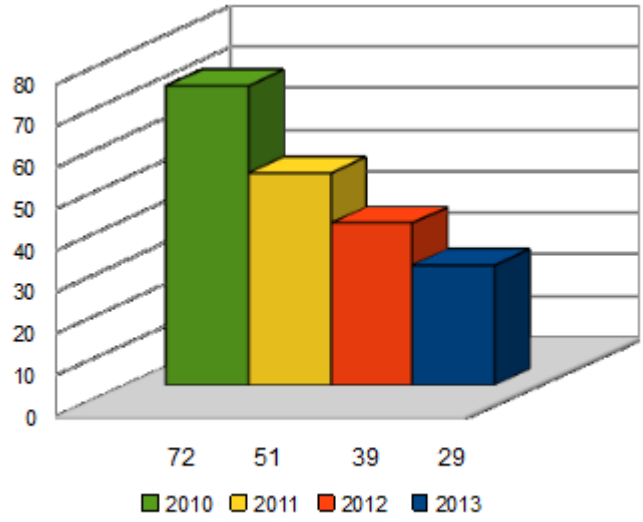
Internacionais

29 crianças e adolescentes adotados por 13 famílias estrangeiras sendo:

Conforme demonstra o gráfico abaixo, houve um decréscimo importante em relação ao número de adoções internacionais ocorridas nos últimos três anos devido a fatores internos e externos ao judiciário.

Fatores internos: demora nas ações de destituição do poder familiar; aumento do número de apelações nestes atos o que leva as crianças a ultrapassarem a idade máxima viável para adoção internacional que é entre 10 e 12 anos, e falta de equipes técnicas nas comarcas.

Fatores externos: Sistemática de credenciamento ou recredenciamento de organismos internacionais pela Autoridade Central Administrativa Federal; falta de representantes em Santa Catarina dos organismos que atuam em países como a França e Espanha e Estados Unidos e a instabilidade econômica na Europa.

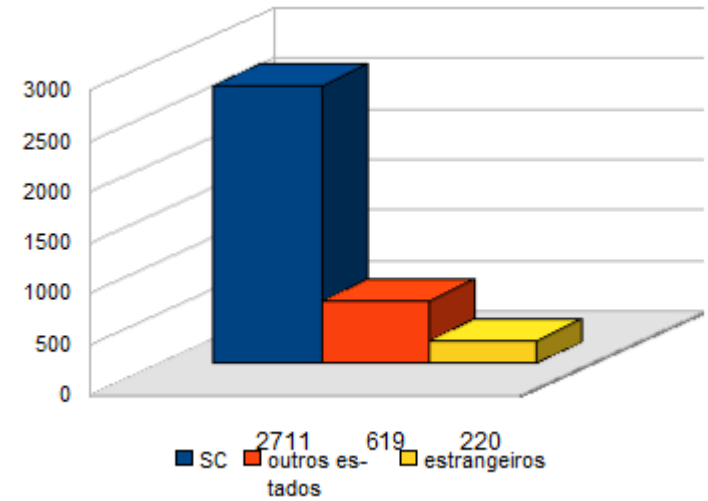


Pretendentes habilitados (dados gerais)

8.6.3 Pretendentes habilitados (dados gerais):

3.550 pretendentes habilitados, sendo:

- Residentes em Santa Catarina: **2.711** (76,37%)
- Residentes em outros Estados: **619** (17,44%)
- Estrangeiros: **220** (6,20%)



8.6.4 Entidades de acolhimento cadastradas na Ceja

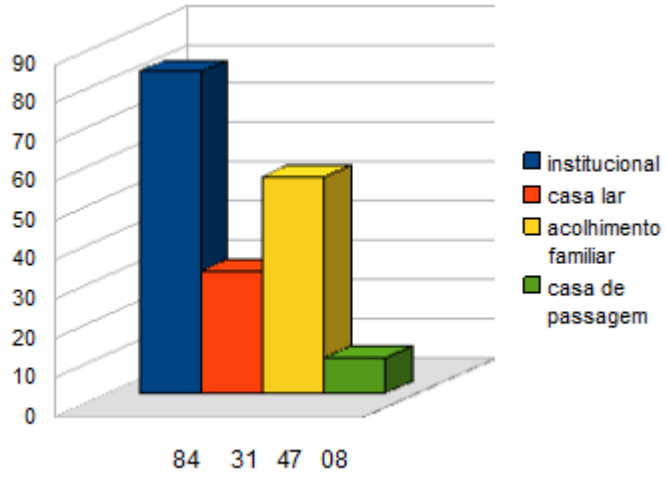
170 programas de acolhimento, sendo:

84 acolhimento institucional (49,41%)

31 Casas Lares (18,24%)

47 Projetos de Acolhimento Familiar (27,65%)

08 Casas de Passagem (4,71%)

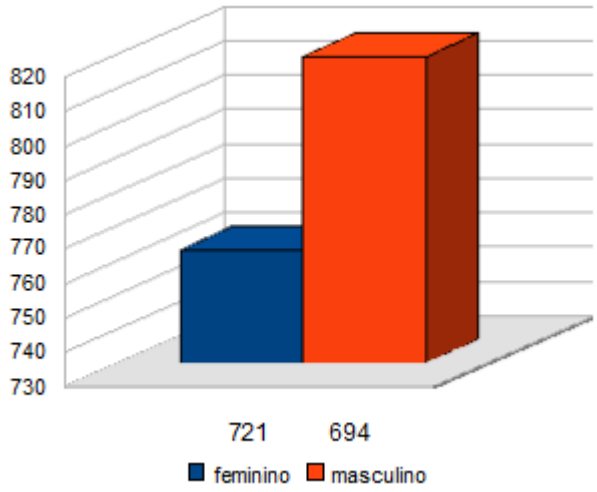


8.6.5 Crianças/Adolescentes acolhidos

1.415 crianças/adolescentes acolhidos.

Sexo feminino – **721** (50,85%)

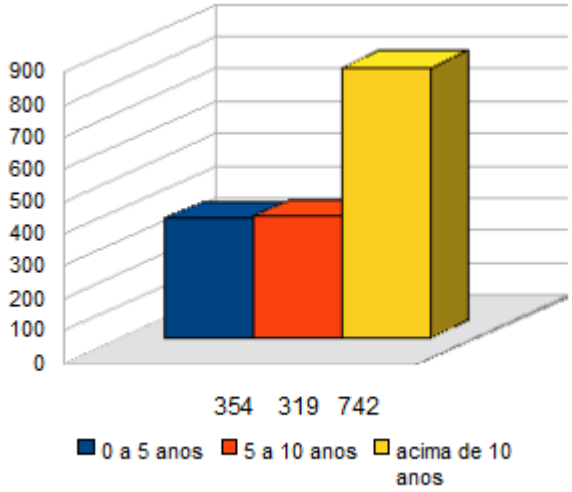
Sexo masculino – **694** (49,15%)



0 a 5 anos – **354** (25,03%)

5 a 10 anos – **319** (22,55%)

acima de 10 anos – **742** (52,4%)



8.7 Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela Ceja.

8.8 Propostas

Além das atividades de rotina de competência da Ceja, temos como proposta realizar, juntamente com a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e com a Academia Judicial os eventos:

a) Fórum de Juízes, Promotores de Justiça e técnicos do Poder judiciário e do Ministério Público, em Florianópolis, mês de junho;

b) 11º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Itajaí, mês de setembro;

c) Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário, em Itajaí, mês de setembro.

d) II Seminário Internacional da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, mês de novembro.

Em continuidade às ações de fiscalização às instituições de acolhimento buscaremos seguir o cronograma abaixo.

REGIÕES	PERÍODO						
	26 a 28 fevereiro	11 a 15 março	16 a 19 abril	14 a 17 maio	11 a 14 junho	12 a 16 agosto	15 a 18 outubro
Sul							
Oeste							
Vale do Itajaí							
Serrana							
Grande Fpolis							
Extremo Oeste							
Centro norte							

8.9 Conclusões

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto a gestão dos sistemas implantados pelo Conselho Nacional de Justiça que continuam passando por adequações para maior eficácia.

A supervisão às Instituições de Acolhimento, através de visitas *in loco*, foi positiva, haja vista a oportunidade de reavaliar e a situação pessoal e processual das crianças hoje acolhidas, que resultou no encaminhamento de algumas delas para adoção ou retorno as famílias de origem.

O desempenho positivo da Ceja neste exercício é resultado de uma série de fatores, que vão da dedicação e competência da equipe, ao apoio e participação do seu Presidente, Desembargador Vanderlei Romer, sempre atento as questões da infância, reconhecendo e valorizando as ações.

Importante registrar o apoio dos juízes das varas da infância e da juventude, das assistentes sociais, psicólogas e oficiais da infância e da juventude, presentes e receptivos aos eventos e trabalhos da Comissão.

Por último, o auxílio dos Juízes Corregedores, em especial do Dr. Alexandre Takaschima, do Secretário da Corregedoria e seus colaboradores, os quais sempre se mostraram prestativos e cooperativos na condução das ações, demonstrando credibilidade e comprometimento com as questões vinculadas à infância e juventude.

9. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL

9.1 Atividades Desenvolvidas

Durante o ano de 2013, a Secretaria-Geral desenvolveu as seguintes atividades, elencadas no art. 26, incisos I a XXII, do RICGJ;

- assessoramento ao Corregedor-Geral da Justiça e aos Juízes Corregedores em questões administrativas;
- organização de viagens do Corregedor-Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitação de diárias e de ressarcimentos de combustível para viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, com a respectiva prestação de contas;
- cotação e compra de passagens aéreas para as viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- cotação e locação de veículos necessários aos desempenho das inspeções correicionais e demais atividades da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça no ano de 2013;
- participação em reuniões de controle orçamentário com assessores da ASPLAN e da Diretoria de Orçamento e Finanças;
- planejamento do orçamento da Corregedoria-Geral da Justiça para o ano de 2014;
- apoio aos Juízes-Corregedores e Núcleos de Assessoramento no que concerne ao fornecimento de materiais, equipamentos de informática e telefonia móvel celular, administração de espaços

físicos, dentre outros;

- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;
- participação em reuniões de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- elaboração de projeto básico para contratação da UDESC/ESAG e do local sede do 64º ENCOGE;
- auxílio na organização do 64º ENCOGE;
- formulação da escala de férias dos servidores para o ano de 2014 e de escala de plantão para o período de recesso;
- realização de auditoria patrimonial na Corregedoria-Geral da Justiça;
- seleção e distribuição de correspondências da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle do conteúdo do site da Corregedoria (contatos e estrutura organizacional);
- controle do quadro funcional da Corregedoria e procedimentos relacionados à inclusão e exclusão de servidores;
- formação de corpo de recepcionistas terceirizadas;
- criação e estruturação de seção na Divisão Judiciária;
- revisão das promoções por desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;
- avaliação de desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça, em conjunto com o Corregedor-Geral da Justiça e Juízes-Corregedores;
- avaliação dos servidores em estágio probatório;
- avaliação e acompanhamento de férias, folgas decorrentes do serviço eleitoral e licenças de natureza diversa, do corpo funcional da corregedoria geral;
- avaliação mensal dos terceirizados;
- administração dos serviços de manutenção da estrutura física da corregedoria geral;
- solicitação de revisão dos pontos de energia elétrica e da rede lógica nos diversos setores da Corregedoria-Geral da Justiça;
- compra de livros para os núcleos de Assessoramento e Assessorias;
- inscrição de Servidores para participarem de cursos e eventos relacionados às suas áreas de atuação;
- reformulação bem sucedida de procedimento licitatório visando a renovação da frota de veículos utilizados no desempenho das atividades da Corregedoria-Geral da Justiça;

- Início e conclusão do processo de reestruturação, com a remessa de alteração do regimento interno ao egrégio Conselho da Magistratura.

- solicitação de certificado digital (e-CPF) para os Juízes Corregedores e servidores da CGJ;

- solicitação à Academia Judicial de cursos de capacitação para os servidores da CGJ.

9.2 Participação dos servidores da Secretaria- Geral em cursos de capacitação

No decorrer do ano de 2013 a servidora Beatriz Krause participou do Curso Completo Relativo ao SAJ 5 – 1º Grau e do Curso MS PROJECT 2010, e o Secretário Christiano Oliveira Carioni do curso de "Comunicação Institucional com Foco na Comunicação Interna", todos realizados pela Academia Judicial.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Praticamente todas as metas planejadas no ano anterior foram alcançadas ou até superadas. Vários projetos e ações foram adicionados em 2013.

Para os resultados obtidos, que penso serem expressivos, foram decisivos o trabalho sério e competente dos inteligentes e dedicados Juízes-Corregedores Vitoraldo Bridi, do Núcleo I – Orientação Institucional; Antônio Zoldan da Veiga, do Núcleo II – Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas; Luiz César Schweitzer e Maria Paula Kern, do Núcleo III – Correicional e Instrução Disciplinar; Davidson Jahn Mello e Iraci Satomi Kuraoka Schiocchet, do Núcleo IV – Serventias Extrajudicais; e Alexandre Karazawa Takaschima, do Núcleo V.

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção – Ceja, que tem à frente a Senhora Mery-Ann G. Furtado e Silva, igualmente merece registro positivo, bem como todos os demais setores, sem exceção. Deixa-se de nomeá-los um a um, para evitar o risco de eventual omissão. O mérito é de todos, sem exceção, mas pela afinidade com as funções do gabinete, cito Christiano Oliveira Carioni, Secretário-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça; Giselle Volpato Faria, Oficial de Gabinete; Tatiana Melissa Matos, Secretária Jurídica; Antônio Carlos Michelin, Chefe da Divisão Judiciária; e Sônia Maria Schmitt Pasini, Chefe da Divisão Administrativa.

Os magistrados e servidores de primeiro grau foram notáveis em sua dedicação para que as atividades correicionais lograssem êxito na base do Poder Judiciário, que é o patamar mais sensível e necessitado pelo cidadão.

Renovo, também, o reconhecimento ao apoio que sempre recebi do Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Barreto Dutra, Presidente deste Poder Judiciário e, em especial, à Excelentíssima Senhora Desembargador Salete Silva Sommariva, Vice-Corregedora-Geral da Justiça, que sempre me distinguiu com sua leal amizade e particular afeto, sendo ela, com seu dinamismo e competência, a grande co-autora do que se expôs neste relatório e muito mais.

ANEXOS

11.1 Anexo 1

Relatório anual das Casas da Cidadania – Divisão Judiciária

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
DIVISÃO JUDICIÁRIA
ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA
2013 (janeiro a novembro)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS	PESSOAS OUVIDAS
TOTAL		11.505	5.643	**49%**	42.958
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	54	33	61%	68
ASCURRA	ASCURRA	245	173	71%	151
RIO DO SUL	AURORA	72	56	78%	53
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	32	23	72%	5.281
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	347	263	76%	3.870
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	174	100	57%	415
LAGES	BOCAINA DO SUL	3	0	0%	3
BRUSQUE	BOTUVERÁ	184	152	83%	0
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	149	127	85%	1.184
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	174	129	74%	406
TIJUCAS	CANELINHA	25	25	100%	798
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	0	0	0%	12
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	41	35	85%	1.020
CRICIÚMA	CENTRO	684	50	7%	206
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	12	9	75%	91
URUSSANGA	COCAL DO SUL	192	4	2%	62
PRESIDENTE GETÚLIO	DONA EMMA	97	92	95%	24
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	67	49	73%	22
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	18	13	72%	20
FRAIBURGO	FRAIBURGO	52	47	90%	0
BRUSQUE	GUABIRUBA	7	3	43%	2.286
ITUPORANGA	IMBUIA	231	117	51%	7.749
INDAIAL	INDAIAL	238	162	68%	1.411
CAPINZAL	IPIRA	54	26	48%	68
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	56	26	46%	129
MARAVILHA	IRACEMINHA	46	36	78%	64
CATANDUVAS	JABORÁ	23	17	74%	2.801
JOAÇABA	JOAÇABA	106	46	43%	134
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	86	30	35%	57
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	90	80	89%	49
RIO DO OESTE	LAURENTINO	404	320	79%	232
RIO DO SUL	LONTRAS	290	204	70%	782
NAVEGANTES	LUIZ ALVES	8	2	25%	154
MARAVILHA	MARAVILHA	160	63	39%	102
FRAIBURGO	MONTE CARLO	96	41	43%	87
URUSSANGA	MORRO DA FUMAÇA	32	31	97%	229
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	243	219	90%	440
CRICIÚMA	NOVA VENEZA	42	33	79%	111
ORLEANS	ORLEANS	391	151	39%	20
CAPINZAL	OURO	16	11	69%	92
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	133	115	86%	285
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	75	29	39%	1.848
SANTA ROSA DO SUL	PASSO DE TORRES	40	34	85%	111
BALNEÁRIO PIÇARRAS	PENHA	1.292	106	8%	1.131
ITUPORANGA	PETROLANDIA	154	34	22%	2.363
CAPINZAL	PIRATUBA	44	20	45%	170
CORREIA PINTO	PONTE ALTA	23	15	65%	63
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	141	113	80%	419
PRESIDENTE GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	554	101	18%	48
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	43	31	72%	18
CRICIÚMA	PRÓSPERA	300	44	15%	86
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	67	42	63%	305
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	115	57	50%	131
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	84	48	57%	77
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	90	62	69%	171
CRICIÚMA	RIO MAINA	498	51	10%	113
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	84	54	64%	1.084
CRICIÚMA	SIDERÓPOLIS	59	56	95%	77
CURITIBANOS	SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	2	1	50%	31
TIJUCAS	TIJUCAS	966	861	89%	0
TIMBÓ	TIMBÓ	161	46	29%	0
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	146	41	28%	1.530
JOAÇABA	TREZE TILHAS	360	166	46%	73
CANOINHAS	TRÊS BARRAS	178	118	66%	957
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	29	21	72%	205
PRESIDENTE GETÚLIO	VITOR MEIRELES	28	25	89%	128
PRESIDENTE GETÚLIO	WITMARSUM	168	110	65%	364
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	115	109	95%	170
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	144	82	57%	123
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	171	53	31%	194
TOTAL		11.505	5.643	**49%**	42.958

11.2 Anexo 2

Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária

Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina - Corregedoria-Geral da Justiça - Divisão Judiciária

Movimento Forense da Justiça do Primeiro Grau de Jurisdição

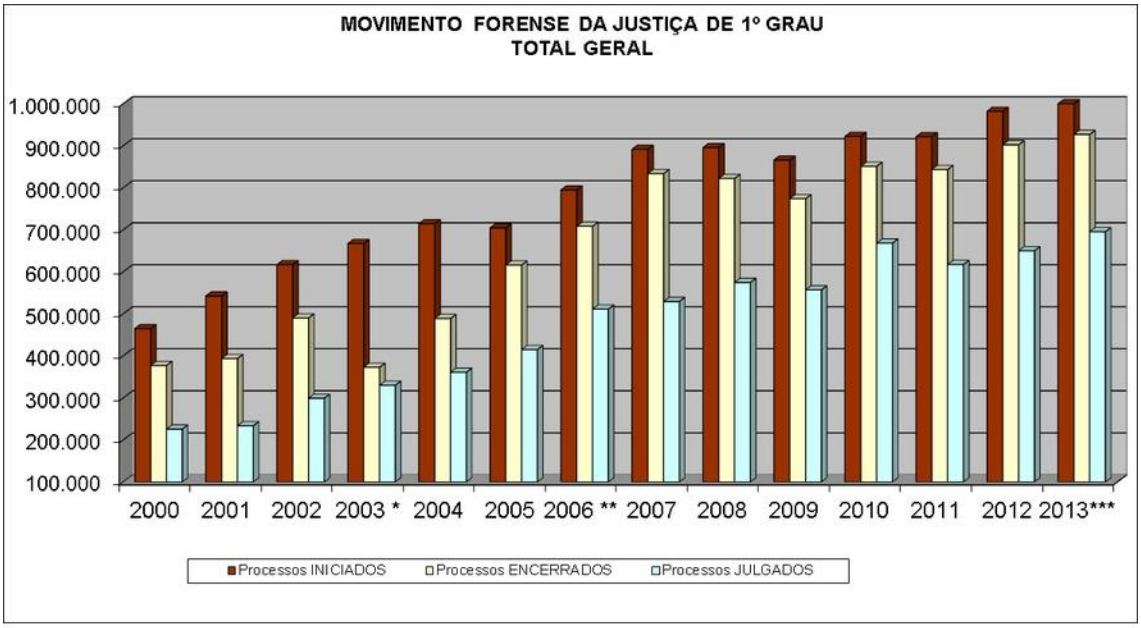
Consideradas todas as classes processuais (de conhecimento, execuções de sentença, incidentes e as ações incidentais) - menos recursos

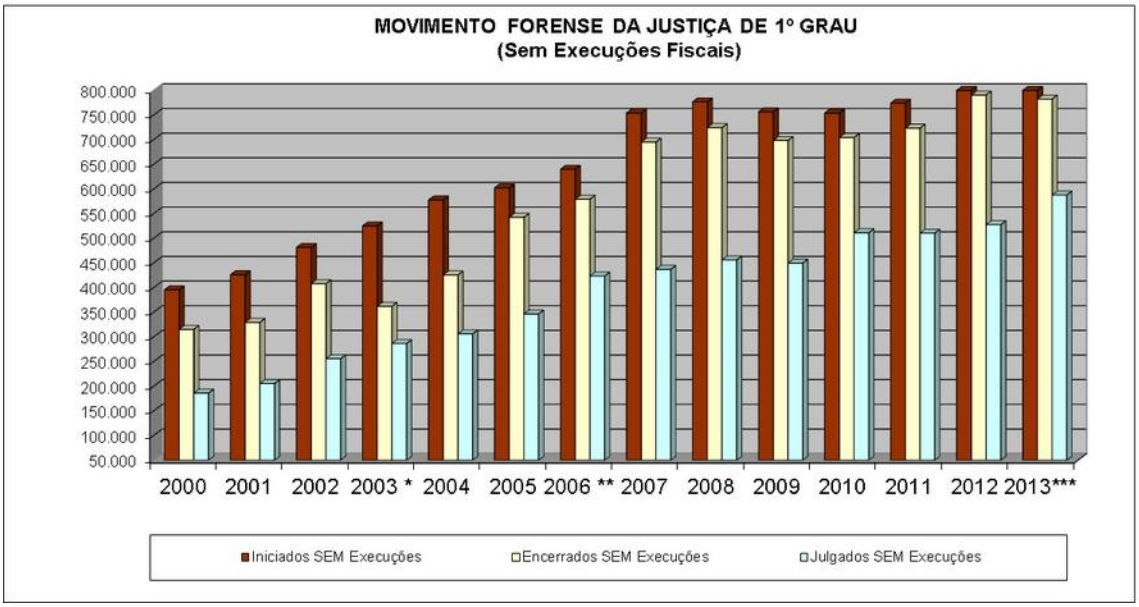
Ano	Processos **Iniciados** Total	Execuções Fiscais **Iniciadas**	**Iniciados SEM Execuções**	Processos **Encerrados** Total	Execuções Fiscais **Encerradas**	**Encerrados SEM Execuções**	Processos **Julgados** Total	Execuções Fiscais **Julgadas**	**Julgados SEM Execuções**	**Em Andamento** final do ano Total	Execuções Fiscais em **Andamento**	**Em Andamento Sem Execuções**	Média de Juízes 1º grau em atividade (final do ano)	Média proc. Julg. por juiz - SEM exec fisc	Média proc. julg por juiz - COM Exec Fisc
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	225.789	39.652	186.137	839.081	275.897	563.184	257	724	879
2001	542.599	116.352	426.247	393.699	64.082	329.617	233.686	28.198	205.488	987.981	328.167	659.814	249	825	938
2002	616.933	135.412	481.521	490.228	82.101	408.127	299.203	43.265	255.938	1.114.686	381.478	733.208	260	984	1.151
2003 *	667.280	142.118	525.162	372.990	10.576	362.414	330.009	43.313	286.696	1.408.976	513.020	895.956	279	1.028	1.183
2004	714.434	136.602	577.832	489.021	63.243	425.778	360.786	54.486	306.300	1.634.389	586.379	1.048.010	298	1.028	1.211
2005	704.333	101.933	602.400	616.176	73.485	542.691	414.856	68.076	346.780	1.722.546	614.827	1.107.719	321	1.080	1.292
2006 **	794.603	154.514	640.089	708.469	128.986	579.483	511.242	87.663	423.579	1.808.680	640.355	1.168.325	316	1.340	1.618
2007	891.623	137.153	754.470	833.772	138.500	695.272	529.360	92.297	437.063	1.866.531	639.008	1.227.523	327	1.337	1.619
2008	895.640	118.915	776.725	822.255	97.678	724.577	574.739	118.390	456.349	1.939.916	660.245	1.279.671	352	1.296	1.633
2009	866.152	109.555	756.597	774.026	75.450	698.576	556.998	107.197	449.801	2.032.042	694.350	1.337.692	352	1.278	1.582
2010	922.197	168.052	754.145	851.085	146.461	704.624	668.301	156.866	511.435	2.103.154	715.941	1.387.213	361	1.417	1.851
2011	921.528	147.302	774.226	843.562	119.994	723.568	617.546	106.889	510.657	2.181.120	743.249	1.437.871	362	1.411	1.706
2012	981.849	131.652	850.197	902.366	111.583	790.783	650.066	122.245	527.821	2.260.603	763.318	1.497.285	356	1.483	1.826
2013**	1.061.150	114.340	946.810	927.052	144.500	782.552	695.604	107.686	587.918	2.394.701	733.158	1.661.543	379	1.551	1.835

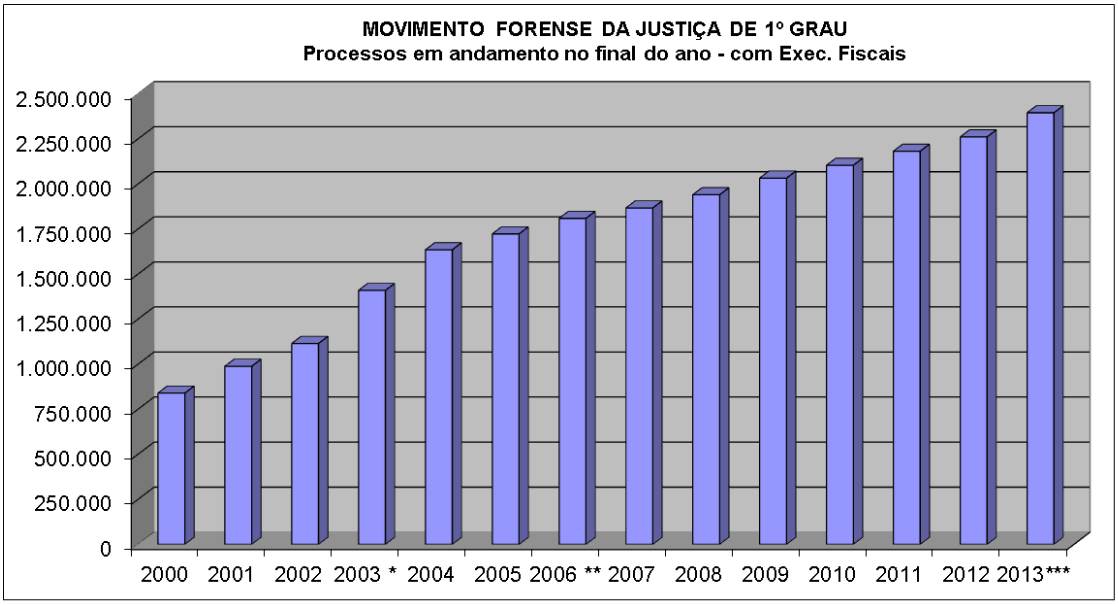
(*) Nos anos de 2000 a 2005 foram ajustados os valores dos processos julgados, em virtude de não mais se considerar os arquivamentos administrativos.

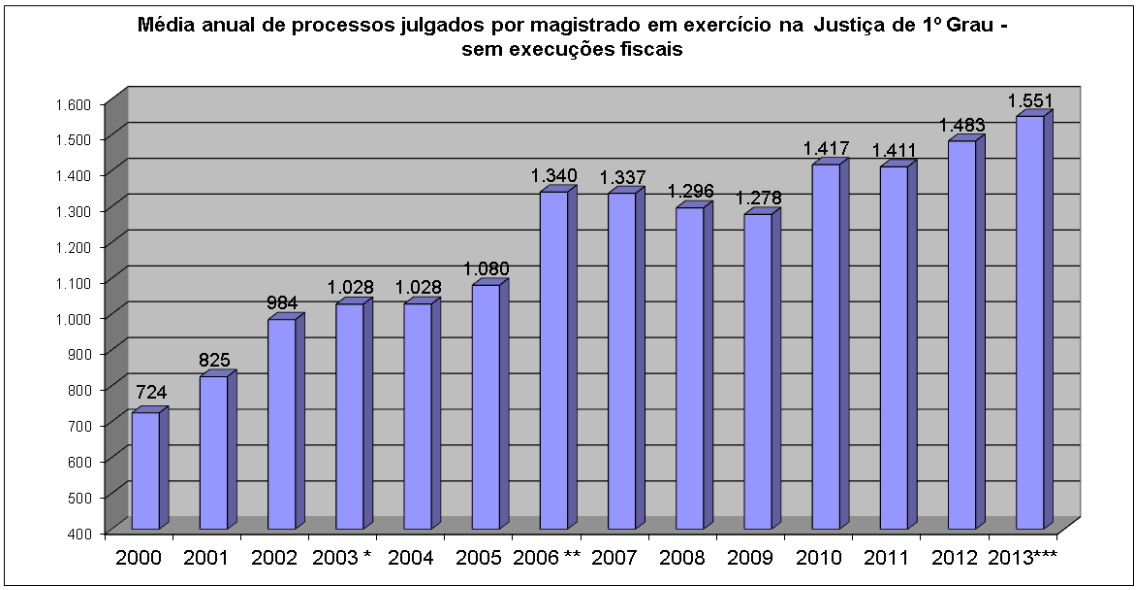
(**) No ano de 2006 a Corregedoria passou a utilizar o Saj/Estatística como ferramenta de trabalho, que possuiu uma metodologia ligeiramente diferenciada dos antigos "mapas estatísticos", o que pode ocasionar pequenas variações na totalização dos dados.

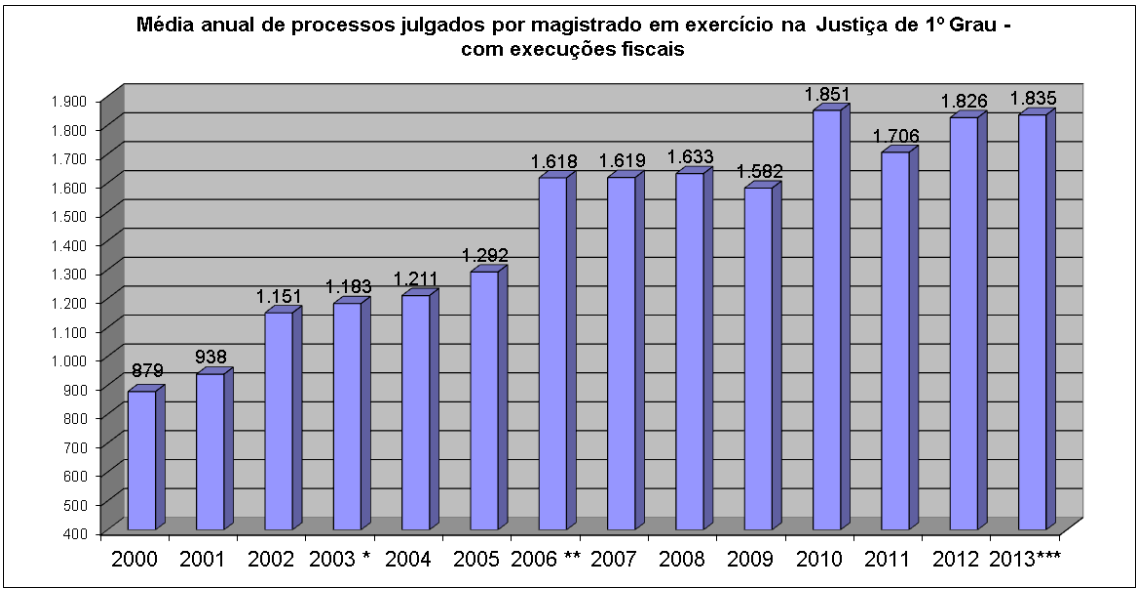
(***) Valores projetados para o mês de dezembro/2013, bem como sujeito à alterações em virtude de problemas ocorridos na migração do saj3 para o saj5.


MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
TOTAL GERAL
1.000.000
900.000
800.000
700.000
600.000
500.000
400.000
300.000
200.000
100.000
2000 2001 2002 2003 * 2004 2005 2006 ** 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013***
Processos INICIADOS
Processos ENCERRADOS
Processos JULGADOS


MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
(Sem Execuções Fiscais)
800.000
750.000
700.000
650.000
600.000
550.000
500.000
450.000
400.000
350.000
300.000
250.000
200.000
150.000
100.000
50.000
2000 2001 2002 2003 * 2004 2005 2006 ** 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013***
Iniciados SEM Execuções
Encerrados SEM Execuções
Julgados SEM Execuções


MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
Processos em andamento no final do ano - com Exec. Fiscais
2.500.000
2.250.000
2.000.000
1.750.000
1.500.000
1.250.000
1.000.000
750.000
500.000
250.000
0
2000 2001 2002 2003 * 2004 2005 2006 ** 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013***


Média anual de processos julgados por magistrado em exercício na Justiça de 1º Grau - sem execuções fiscais
1.600
1.500
1.400
1.300
1.200
1.100
1.000
900
800
700
600
500
400
724
825
984
1.028
1.028
1.080
1.340
1.337
1.296
1.278
1.417
1.411
1.483
1.551
2000 2001 2002 2003 * 2004 2005 2006 ** 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013***


Média anual de processos julgados por magistrado em exercício na Justiça de 1º Grau - com execuções fiscais
1.900
1.800
1.700
1.600
1.500
1.400
1.300
1.200
1.100
1.000
900
800
700
600
500
400
879
938
1.151
1.183
1.211
1.292
1.618
1.619
1.633
1.582
1.851
1.706
1.826
1.835
2000 2001 2002 2003 * 2004 2005 2006 ** 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013***

ACADEMIA JUDICIAL

CURSOS, EVENTOS E PROJETOS

a) MODALIDADE PRESENCIAL

Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina



De 7 de janeiro a 7 de maio foi realizado o Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina, que consiste na penúltima etapa do concurso da magistratura estadual – antecede a prova de títulos. O curso como etapa do concurso para a magistratura de Santa Catarina aconteceu pela terceira vez. O primeiro neste formato foi o vinculado ao edital 5/2008. Antes disso, a AJ recebia os juízes recém-empossados, e o curso era considerado para fins de vitaliciedade. Durante toda a prática forense os candidatos foram acompanhados pelos juízes orientadores: Mônica Elias De Lucca, Quitéria Tamanini Vieira Peres, Vânia Petermann, Marcelo Carlin, Edison Zimmer e Jefferson Zanini.

Habilitação em Tecnologias da Informação

Servidores do TJSC tiveram a oportunidade de habilitar-se em áreas da informática úteis a suas atividades institucionais. Os cursos de Administração de Redes CISCO CCNA, de Manuseio do Programa AutoCAD 2D e de Photoshop aconteceram no SENAC Tecnologia da Informação, a partir de setembro de 2012.

Curso Básico em SQL

Em razão da necessidade de maior independência do PJSC em relação à Softplan (empresa fornecedora do SAJ) na configuração do módulo de administração do SAJ-5, cinco servidores da Divisão de Sistemas Judiciais de Segundo Grau da Diretoria de Tecnologia da Informação concluíram o Curso Básico em SQL

(*Structured Query Language)*. O curso de 10 horas-aula foi ministrado no próprio local de trabalho, de 14 a 18 de janeiro de 2013.

Manuseio de planilha em Excel Avançado - Módulo de Estatística

O conteúdo de 20 horas incluiu noções de estatística (utilizando gráficos), funções básicas do Excel (utilizando as funções para análise de dados) e funções estatísticas do Excel (utilizando promédios), e foi ministrado de 18 a 21 de março de 2013.

Curso de Gerenciamento de Projetos

O curso teve como objetivo "possibilitar aos participantes a visão profissional da gestão de projetos, abrangendo todas as suas fases (iniciação, planejamento, execução, controle e encerramento), preparando-os à utilização imediata de técnicas do mercado e à compreensão e integração das áreas de conhecimento do PMBOK ao processo e gerenciamento de projetos". Foram destinadas vagas a todas as diretorias do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Curso de Gestão por Competências

Aconteceu na AJ, de 1º a 5 de abril de 2013 com o objetivo de atualizar conhecimentos e habilidades dos servidores do Poder Judiciário catarinense para a aplicação da metodologia de gerenciamento por competências na gestão de pessoas. A capacitação foi ministrada em 40 horas e dirigida a 18 alunos provenientes da Diretoria de Recursos Humanos, da Assessoria de Planejamento e da Academia Judicial.

Treinamento a Secretários de Eventos



Nos dias 2 e 3 de abril de 2013 a AJ ofereceu o Treinamento a Secretários de Eventos. Entre os assuntos abordados no curso, compilado em 12 horas, destaca-se: serviços de infraestrutura segundo pregão e ata de registro de preços, prestação de contas e notas fiscais, cerimonial, controle de frequência, certificação digital e avaliação de reação.

Curso de Pesquisa e Gestão do Clima Organizacional



A equipe de servidores da Diretoria de Recursos Humanos lotados na Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal teve oportunidade de aprimorar a pesquisa aplicada a todos os integrantes do Poder Judiciário catarinense. Nos dias 8, 10, 11, 15, 16 e 19 de abril de 2013, realizou-se o Curso de Pesquisa e Gestão do Clima Organizacional, em parceria com o Instituto Fator Humano.

Prática de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Realizado em parceria com a empresa Clube Jornada de Estudos, aconteceu de 15 a 18 de abril de 2013, em 4 módulos que totalizaram 16 horas. Servidores da Corregedoria-Geral da Justiça, da Presidência, da Diretoria de Recursos Humanos, da Diretoria de Material a Patrimônio, da Diretoria-Geral Judiciária e da Diretoria-Geral Administrativa participam do evento.

Curso de Gerenciamento de Portfólios e de Implantação de Escritório de Projetos do Judiciário

Aconteceu de 6 a 10 de maio de 2013 a AJ ofereceu o Curso de Gerenciamento de Portfólios e de Implantação de Escritório de Projetos do Judiciário, com carga-horária de 30h/aula. O objetivo foi garantir maior assertividade e alinhamento estratégico das decisões sobre projetos e programas da justiça catarinense. Participaram: coordenador e assessores da Asplan, servidores da CGJ e das diretorias do TJSC.

Curso Básico de Técnica de Elaboração de Sentença Civil

Nos dias 23 e 24 de maio de 2013, analistas jurídicos do Programa de Enfrentamento de Acervos em gabinetes de magistrados de primeiro grau, assessores jurídicos, assessores de gabinete e estagiários da comarca da Capital. As 16 horas presenciais foram ministradas na Academia Judicial, com o objetivo de melhorar a formação e a qualificação profissional dos participantes e, por consequência, agilizar e viabilizar a melhor entrega da prestação jurisdicional por meio de apoio à equipe dos magistrados, garantindo menor tempo de espera pelo jurisdicionado.

Ambientação para servidores e colaboradores da AJ



A AJ realizou, no período de 13 a 17 de maio de 2013, uma ambientação para seus próprios servidores e colaboradores. O objetivo dos encontros, com tempo médio de uma hora por dia, foi apresentar aos participantes as atividades desenvolvidas em cada setor da AJ, permitindo-lhes compreender os reflexos do trabalho de uma seção nas demais seções. Pretendeu-se, ainda, promover a integração da equipe e enfatizar a importância da tarefa de cada componente para, por fim, elevar a qualidade do atendimento e dos serviços prestados pela escola de governo.

Verbas Trabalhistas na Contratação de Empresas pela Administração Pública

O curso de Verbas Trabalhistas na Contratação de Empresas pela Administração Pública, em parceria com o Instituto Humanitas, foi oferecido de 20 a 30 de maio de 2013, a 14 servidores do Poder Judiciário catarinense que atuam na fiscalização dos contratos de terceirização.

Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas

A Academia Judicial realizou, de 20 de junho a 3 de dezembro de 2013, a capacitação de oito servidores para uso do SEER (Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas). O objetivo foi qualificar os colaboradores para criação e gerenciamento das revistas científicas da Academia Judicial na plataforma SEER, através da elaboração, por meio de exercícios e trabalhos práticos, da primeira edição da Revista do CEJUR. Com 76 horas-aula, o curso foi uma parceria com a Lepidus Tecnologia.

Colóquio sobre Compras Públicas Sustentáveis

O Colóquio sobre Compras Públicas Sustentáveis aconteceu em 10 de junho de 2013, das 15 às 18 horas, no auditório do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis. O evento se justificou pela necessidade de adaptação do Poder Judiciário de Santa Catarina à sustentabilidade ambiental no campo das licitações.

Curso de Gerenciamento de Projetos

De 4 a 11 de julho de 2013, objetivo: possibilitar aos participantes a visão profissional da gestão de projetos, abrangendo todas as suas fases (iniciação, planejamento, execução, controle e encerramento), preparando-os à utilização imediata de técnicas do mercado e à compreensão e integração das áreas de conhecimento do PMBOK ao processo e gerenciamento de projetos. Público-alvo: Coordenador e assessores da Asplan e servidores de outras Diretorias do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Vagas: 40. Horas-aula: 24.

Curso de Acessibilidade a Edificações, Vias Públicas e Sistemas de Transporte Coletivo

Servidores que integram a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do Tribunal de Justiça participaram do Curso de Acessibilidade a Edificações, Vias Públicas e Sistemas de Transporte Coletivo, de 15 a 19 de julho. A turma foi conduzida às ruas da cidade para experimentar dificuldades enfrentadas por portadores de necessidades especiais. O objetivo da capacitação, de acordo com o projeto pedagógico, foi propiciar aos alunos conhecimento técnico e prática para planejar os espaços físicos do Tribunal de Justiça e dos prédios das comarcas do Estado, em conformidade com as necessidades de garantia dos direitos e do livre acesso de toda a população aos ambientes públicos das cidades, especialmente das pessoas com dificuldade de locomoção, como idosos e portadores de algum tipo de deficiência física.

Curso sobre Justiça Restaurativa

Em 5 e 6 de agosto, 46 servidores de diversas comarcas participaram do Curso sobre Justiça Restaurativa. O objetivo foi sensibilizar e capacitar técnicos do Poder Judiciário de Santa Catarina, bem como agentes governamentais e de organizações destinadas a assegurar os direitos referentes à infância e juventude, no âmbito da Justiça Restaurativa.

Declaratórias de Paternidade – turmas 1 e 2



A AJ promoveu nos dias 8 e 9 (turma 1), e 22 e 23 (turma 2) de agosto a capacitação “Declaratórias de Paternidade”, que teve como objetivo orientar os participantes - ao todo 25 servidores - em relação à forma de conduzir as declaratórias de paternidade previstas na Lei n. 8.560/1992, e disciplinadas pelos Provimentos n. 12 e 16 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Curso de Gerenciamento de Portfólios e de Implantação de Escritório de Projetos no Judiciário

O Curso de Gerenciamento de Portfólios aconteceu de 19 a 23 de agosto, nas dependências da Academia Judicial e teve o objetivo de garantir maior assertividade e alinhamento estratégico nas decisões sobre projetos e programas da Justiça catarinense. Ao todo, 30 servidores participam do curso, entre assessores da Asplan (Assessoria de Planejamento), da Corregedoria-Geral da Justiça e das diretorias do Tribunal de Justiça.

Curso SAJ 5.0

A AJ realizou de 26 a 30 de agosto, nas suas dependências, o curso SAJ 5.0 - 1º grau. O evento, que atendeu 30 participantes, justificou-se pela necessidade de os servidores da Corregedoria-Geral da Justiça conhecerem as funcionalidades desta versão do Sistema de Automação da Justiça.

Capacitação para Novos Analistas Jurídicos - Turma 1

De 16 a 20 de setembro de 2013 a AJ capacitou, em 40 horas-aula, 30 analistas jurídicos aprovados nos concursos públicos dos Editais n. 20/2009 e n. 193/2011.

Curso de Qualificação Profissional para Operadores do Direito e Conselheiros da Comunidade

Nos dias 16 e 17 de setembro de 2013, membros dos conselhos da comunidade de SC e das comarcas cujos conselhos estão em via de instalação, juízes e membros do MP atuantes na área de execução penal e membros do Conselho Penitenciário, receberam qualificação de 15 horas, em Lages. O Curso de Qualificação Profissional para Operadores do Direito e Conselheiros da Comunidade pretendeu fortalecer os conselhos já existentes e motivar a instalação de outros.

Curso de Montagem e Manutenção de Micromputadores

Aconteceu em agosto de 2013 o Curso de Montagem e Manutenção de Microcomputadores. A aula inaugural, em 18 de agosto foi transmitida do estúdio de EaD da Academia Judicial. O curso, dirigido à formação de técnicos de suporte em informática (TSIs), contou com onze professores da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), e foi oferecido em parceria com o Senai (Serviço Nacional da Indústria).

Ambientação Funcional



A Academia Judicial recebeu, em 2013, 11 turmas para Ambientação Funcional. O curso tem como objetivo integrar os novos servidores do Judiciário catarinense e contextualizá-los na estrutura institucional.

Qualificação Profissional para Assistentes Sociais relativo ao Direito do Idoso

Assistentes sociais do PJSC, MP, comunidade, conselhos de direitos do idoso e universidades da terceira idade compuseram o público da Qualificação Profissional para Assistentes Sociais relativo ao Direito do Idoso, no dia 23 de setembro, no auditório do TJSC. O objetivo do evento foi capacitar técnicos para atender adequadamente ao idoso, por meio da divulgação dos direitos e particularidades da população destacada, melhorando o referencial teórico. Foram disponibilizadas 200 vagas.

Curso de Mídia Training – turmas 1 a 4



A Academia Judicial formou quatro turmas em Midia Training, em 2013, com o intuito de preparar magistrados da justiça catarinense para o relacionamento com a sociedade por meio do contato com os órgãos de comunicação. Para que o objetivo seja plenamente alcançado nesse tipo de curso, cada turma é composta por, no máximo, 12 magistrados.

Curso de Gerenciamento de Rotinas – Turmas 1 a 17

Até setembro de 2013 foram recebidas 17 turmas para o Curso de Gerenciamento de Rotinas, em diversas comarcas do PJSC.

Curso de HTML

Ao longo do mês de outubro, 14 encontros aperfeiçoaram o trabalho de profissionais de Tecnologias da Informação relativos ao conteúdo simples e de programação na linguagem HTML para a *internet*, e de conteúdo em HTML5 para dispositivos existentes no mercado, como navegadores *de* internet, e dispositivos móveis. O curso de HTML foi uma parceria com o SENAC e atendeu à seção de educação a distância da AJ.

Curso MS Project 2010

Nos dias 18, 22, 28 e 29 de novembro a AJ ofereceu a servidores provenientes da assessoria de planejamento e das assessorias técnicas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina o Curso MS Project 2010. A intenção foi utilizar a tecnologia no apoio do gerenciamento de projetos, aplicando os conceitos e as práticas de excelência disseminadas no mundo acadêmico e nas organizações públicas e privadas.

Curso de Comunicação Institucional com Foco na Comunicação Interna – turmas 1 e 2

A Academia Judicial realizou de 25 a 27 de novembro, em parceria com a Santo de Casa Endomarketing, o Curso de Comunicação institucional com Foco na Comunicação Interna – turma 1, cujo objetivo é melhorar as práticas de comunicação na Justiça catarinense. No dia 9 de dezembro o curso foi realizado na comarca de Itajaí - a primeira dentre várias comarcas em que a capacitação será oferecida.

Procedimentos para Chefes de Secretaria do Foro

O curso foi realizado de 2 a 6 de dezembro de 2013. Participaram do curso analistas administrativos lotados em Secretarias do Foro e ocupantes do cargo em comissão de chefe de Secretaria do Foro.

Curso de Informes Psicológicos na Avaliação Psicológica

O curso cujo objetivo foi capacitar os servidores (da Seção Psicossocial Organizacional da Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal do DRH do TJSC) na elaboração de laudos, relatórios e pareceres psicológicos, resultantes de processos de avaliação, aconteceu nos dias 10 a 12, e 16 de dezembro de 2013. Foram ministradas 20 horas-aula.

Cursos de Mediação e Conciliação

Os cursos no campo da mediação e da conciliação foram oferecidos em diversas comarcas, sob diferentes enfoques e níveis, de acordo com a necessidade do setor. Em regra, são realizados em parceria com o Conselho gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos (Jepasc).

Competências da Mediação Judicial



De 8 a 12 de abril de 2013 a Capacitação em Competências da Mediação Judicial foi dirigida a 22 instrutores, com o intuito de multiplicar o conhecimento sobre o assunto. De 22 a 26 de abril, 19 participantes de diversas comarcas foram capacitados na AJ, por instrutores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para atuarem como conciliadores e mediadores. De 20 a 24 de maio, a mesma

capacitação foi oferecida a 25 participantes - servidores e voluntários do serviço de mediação - da comarca de Joinville.

Capacitação em Competências da Mediação Familiar

Aconteceu de 17 a 21 de junho de 2013, em Criciúma, em 45 horas-aula e 100 horas de estágio supervisionado no local de trabalho. Foram 24 vagas para servidores da Justiça catarinense lotados, preferencialmente, nas funções de assessores de magistrados, assistentes sociais, conciliadores dos juizados especiais, juízes leigos e psicólogos. Objetivou-se capacitar agentes em competências da mediação judicial, a fim de que atuem nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos.

Curso de Formação Integrada para Conciliadores e Mediadores do Juizado Especial, Informal e Mediação Familiar

Aconteceu de 10 a 12 de julho em Fraiburgo, de 24 a 26 de julho em Chapecó, de 21 a 23 de agosto em Lages, de 28 a 30 de agosto, em Criciúma, e de 25 a 27 de setembro de 2013 na Capital. O curso de 24 horas-aulas teve por objetivo capacitar conciliadores e mediadores para atuação nos Juizados Especiais (formal e informal), nos Programas de Mediação Familiar, e nos demais projetos desenvolvidos e sob acompanhamento da Secretaria do Conselho Gestor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Fórum Municipal – Casa da Cidadania, Postos de Atendimento e Conciliação, Postos Avançados de Conciliação Extraprocessual, e Mutirões da Conciliação). O público incluia servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, conciliadores e mediadores do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, mediadores familiares, acadêmicos de direito, psicologia, serviço social e pedagogia, funcionários oriundos de órgãos conveniados.

Curso de Formação Avançada para Mediadores Familiares, Juizados Especiais e Informais

Aconteceu nos dias 6 e 7 de junho, em Lages, em 16 horas-aula. Foram 50 vagas para conciliadores dos juizados especiais e informais e mediadores familiares participantes do Curso de Formação Integrada em 2011 e 2012.

Capacitação de Magistrados em Políticas Públicas em Conciliação e Mediação

As capacitações de magistrados em políticas públicas em conciliação e mediação, previstas na Resolução n. 125/10-CNJ, passaram por diversas comarcas, tendo 8 horas de conteúdo ministrado por magistrados. Objetivou-se estimular, apoiar e difundir a sistematização e o aprimoramento de práticas de autocomposição adotadas pelos tribunais de justiça de todo o Brasil (mediação civil, mediação comunitária, mediação penal e conciliação previdenciária, entre outras). O curso é credenciado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Blumenau – 20 de maio

Joaçaba - 3 de junho

Criciúma – 5 de julho

Capital - 2 de agosto

Joinville – 9 de agosto

Itajaí – 6 de agosto

Tubarão – 23 de agosto

Itajaí – 6 de setembro

b) MODALIDADE SEMIPRESENCIA

Curso Básico de Técnica de Elaboração de Sentença Civil

Realizado pela AJ de 2 de junho a 6 de julho. O objetivo foi capacitar assessores, analistas jurídicos, técnicos judiciários e estagiários para elaboração de projetos de sentenças cíveis, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades específicas, a partir de referências teóricas e práticas, no tempo e local que lhes são mais adequados. O projeto, em fase de validação, contou com a participação de servidores das comarcas da Capital e de Joinville.

Curso de Aperfeiçoamento em Direito Ambiental

De 7 a 21 de junho a AJ ofereceu o curso de aperfeiçoamento para fins de promoção por merecimento em Direito Ambiental. O curso, com 20 horas, visou o aprimoramento e a atualização dos magistrados catarinenses com exercício de jurisdição na área do direito ambiental. De 8 a 20 de junho a capacitação foi a distância. Apenas nos dias 7 e 21 de junho - abertura e encerramento – o encontro foi presencial.

Curso de Cálculo Previdenciário



De 2 de setembro a 4 de outubro contadores judiciais titulares e substitutos participaram do curso, que teve apenas um encontro presencial por turma, na AJ. A capacitação se desenvolveu no ambiente virtual *moodle* da instituição, e atendeu 3 turmas.

Capacitação de Juízes Leigos

O Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos e a Academia Judicial promoveram, nos dias 7 e 8 de novembro, na Capital, o 1º Curso de Capacitação de Juízes Leigos

do Poder Judiciário Catarinense. As aulas foram presenciais e virtuais, mesclando a exposição de conteúdos teóricos e práticos tanto em sala de aula quanto no ambiente virtual. O curso dirigiu-se aos juízes leigos que atuam no Judiciário de Santa Catarina.

c) MODALIDADE A DISTÂNCIA

Curso de Desenvolvimento de Competências Gerenciais

De 13 de maio a 16 de junho de 2013, a AJ atendeu 20 turmas no ambiente virtual *moodle*, para o Curso de Desenvolvimento de Competências Gerenciais. Foram disponibilizadas 600 vagas a servidores.

Curso para Oficial de Justiça e Avaliador

A capacitação para Oficial de Justiça e Avaliador aconteceu de 5 de agosto a 15 de setembro de 2013. As atividades foram desenvolvidas no ambiente virtual *moodle* da Academia Judicial, com o intuito de padronizar o fluxo das rotinas de trabalho dos servidores que atuam como oficiais de justiça e avaliadores, facilitar o desenvolvimento das atividades e melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Curso Básico de Procedimentos Cartorários

O Curso Básico de Procedimentos Cartorários, em modalidade a distância, atendeu 500 participantes no período de 22 de outubro a 30 de novembro de 2012, e 450 participantes, de 8 de abril a 10 de maio de 2013. Quarenta horas de conteúdo produzido por servidores do TJSC foram oferecidas a técnicos judiciários e analistas jurídicos atuantes em cartório e usuários do SAJ 3. Os tutores, todos vinculados à instituição e atuantes em cartórios de diferentes comarcas, acompanharam os participantes por meio do ambiente virtual da Academia. A capacitação resultou de uma parceria entre a equipe da Seção de Educação a Distância da AJ e a empresa Kol Soluções (FabriCO), contratada por meio de processo licitatório realizado em 2010 para prestar serviços de consultoria técnica e pedagógica especializada para a implantação da Educação a Distância no âmbito do Poder Judiciário Catarinense (contrato n. 161/2011).

Curso de Administração Judiciária

De 2 a 30 de setembro de 2013, o Curso de Administração Judiciária foi oferecido no ambiente virtual *moodle* da AJ. Foram disponibilizadas 600 vagas a servidores do PJSC lotados no TJ ou nas 111 comarcas.

Curso de Manuseio de Planilha - Básico e Avançado

De 30 de setembro a 27 de outubro, foi ministrado o Curso de Manuseio de Planilha – Básico, destinado a contadores judiciais e assessores de custas da Corregedoria-Geral do Poder Judiciário cujas atividades exigem a elaboração de cálculos complexos, a criação de relatórios e planilhas grandes. De 4 de novembro a 1º de dezembro, o curso foi oferecido em nível avançado, para atender o segmento de assessores de custas e contadores judiciais já conhecedores dos recursos básicos de excel, e que trabalham diretamente com a criação e a gestão de bancos de dados e de tabelas dinâmicas, com a composição de gráficos dinâmicos e com o desenvolvimento de cálculos.

Direito Previdenciário

O curso de Direito Previdenciário, em formato *e-learning*, com aulas virtuais ao vivo, aconteceu de 14 de outubro a 14 de novembro, e teve como objetivo aprimorar e atualizar magistrados e servidores com

exercício na área do Direito Previdenciário.

Curso de Eneagrama

De 30 de setembro a 30 de novembro o Curso de Enegrama (Competências Emocionais) na Gestão de Pessoas, desenvolvido no ambiente virtual do instituto Rennove, voltou-se à educação de magistrados e servidores no campo da liderança. Com a formação, aqueles que desempenham função gerencial compreendem melhor a si mesmos e o seu estilo de gestão, percebendo a influência que exercem no desempenho da equipe de trabalho.

Curso Básico de Procedimentos Cartorários a distância

O Curso Básico de Procedimentos Cartorários, em modalidade a distância, no formato *e-learning*, que *a*conteceu de 21 de outubro a 17 de novembro de 2013, dirigiu-se a técnicos judiciários auxiliares e analistas jurídicos do Poder Judiciário de Santa Catarina que atuam nos cartórios judiciais. Pretendeu-se orientar os participantes quanto à legislação e aos procedimentos cartorários básicos, com o objetivo de padronizar o fluxo das rotinas de trabalho, facilitar o desenvolvimento das atividades exercidas e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Oficiais de Justiça e Avaliadores

O curso para Oficiais de Justiça e Avaliadores em formato *e-learning* aconteceu de 5 de agosto a 15 setembro, como parte do Programa de Formação Inicial de Servidores previsto no Plano de Capacitação da AJ para o ano de 2013, aprovado pelo Conselho Técnico-Científico. O objetivo final da capacitação foi padronizar o fluxo das rotinas de trabalho, facilitar o desenvolvimento das atividades exercidas e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

d) CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO 2012 E 2013

AJ solicitou a ampliação de convênio com a Univali para formação de turmas de mestrado e doutorado

Na manhã do dia 4 de maio representantes da Aj e da Univali se reuniram para iniciar as tratativas de um Termo de Cooperação Mútua, envolvendo a ampliação do convênio entre a Universidade e o órgão do Centro de Estudos Jurídicos, visando a formação de turmas de mestrado e doutorado em 2013, compostas por magistrados catarinenses.

Autorização do CEE e oferta de curso de pós-graduação em "Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo" pela AJ

O Conselho Estadual de Educação (CEE) decidiu, por unanimidade, autorizar a realização do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo pela AJ, a assistentes sociais e psicólogos do TJSC.

O curso iniciou-se em 13 de março de 2013, na sede da Academia Judicial. A coordenadora da pós-graduação, Eliedite Mattos Ávila, mencionou que o pedido de oferta da pós-graduação decorreu de uma necessidade dos servidores atuantes na área. Acrescentou que a AJ apenas exigiu aplicação prática dos estudos. A turma é composta por 35 servidoras.

AJ e UFSC promovem Especialização em Recursos Humanos

A Academia Judicial, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), promoveu em 19 de abril a solenidade de abertura da 2ª turma do Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Organizacional e Administração em Recursos Humanos, no auditório do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC. Ao todo, 40 servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina com nível superior, do 1º e do 2º grau, acompanharão aulas quinzenais, que deverão se estender até 15 de novembro de 2014.

Vagas para duplo mestrado

Foram abertas, em maio de 2013, as inscrições para a seleção de mestrado para magistrados, com a possibilidade de dupla titulação em instituições de ensino do país e do exterior. A oferta resulta de um convênio entre o Tribunal de Justiça, a Academia Judicial, a Univali e as Universidades do Minho (Portugal) e de Alicante (Espanha), assinado em 25 de março, no auditório Pleno. Na ocasião realizou-se o Seminário de Direito Ambiental e Sustentabilidade, em que palestraram os professores Mário Monte e Gabriel Ferrer. Além das 20 vagas de mestrado, o diretor da AJ busca viabilizar vagas para doutorado, em parceria com a Universidade de Peruggia (Itália) e igualmente com a opção por dupla titulação.



e) EVENTOS

II FEMEPE – Fórum Estadual de Magistrados de Execução Penal de SC

De 22 a 24 de maio de 2013 aconteceu em Bombinhas o II FEMEPE – Fórum Estadual de Magistrados de Execução Penal de Santa Catarina, com o objetivo de congregar magistrados catarinenses com competência em execução penal, visando a correta execução da pena e a reintegração social do sentenciado e do internado, o aperfeiçoamento do sistema de execução penal e a atualização dos magistrados pelo intercâmbio de conhecimentos e experiências. Foram disponibilizadas 300 vagas. A carga-horária foi de 16 horas.

Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de Santa Catarina

De 27 e 28 de junho de 2013 o Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de Santa Catarina discutiu questões afetas à Justiça da Infância e Juventude e à prática forense, sob a perspectiva de integração das ações dos magistrados, promotores de justiça e técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público catarinenses. Foram 250 vagas para técnicos do Poder Judiciário catarinense (Assistentes Sociais e Oficiais da Infância e Juventude), magistrados e promotores de justiça catarinenses.

Seminário de Direito Ambiental e Sustentabilidade

A AJ e a Univali realizaram, em 26 de julho, no Fórum Desembargador Eduardo Luz, o Seminário de Direito Ambiental e Sustentabilidade. Os professores palestrantes Andrés Molina Giménez, da Universidade de Alicante (Espanha), e Paulo Roney Ávila Fagundes, procurador do Estado, abordaram, respectivamente, os tema "Ordenação Ambiental dos Recursos Hídricos" e "Efeitos Nocivos das Redes Eletromagnéticas".

2º Encontro de Psicólogos do Judiciário Catarinense

Nos dias 29 e 30 de agosto de 2013 aconteceu o 2º Encontro de Psicólogos do Poder Judiciário Catarinense, nas dependências da Academia Judicial. O Evento contou com 27 participantes.

Encontro Regional de Técnicos do Poder Judiciário e dos Programas de Acolhimento para Capacitação nos temas da Infância e Adolescência

O Encontro Regional de Técnicos do Poder Judiciário e dos Programas de Acolhimento para Capacitação nos Temas da Infância e Adolescência aconteceu de 11 a 13 de setembro, nas dependências da AJ. O público foi formado por cerca de 40 pessoas, entre assistentes sociais e psicólogos do Poder Judiciário catarinense e dos programas de acolhimento.

Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário

Aconteceu em Chapecó, em 25 de setembro de 2013, o Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário. O evento teve como objetivo atualizar um público formado por assistentes sociais, psicólogos, oficiais da infância e juventude e técnicos atuantes na área, principalmente em razão das recentes alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente e das novas diretrizes do CNJ sobre o tema.

10º Encontro Estadual dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

Aconteceu nos dias 26 e 27 de setembro de 2013, em Chapecó, o 10º Encontro Estadual dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção. O objetivo do evento foi propiciar capacitação conjunta a profissionais das entidades de acolhimento, membros dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção e profissionais do Poder Judiciário e do Ministério Público, como forma de garantir um trabalho articulado e qualificado, tendo como foco a criança e o adolescente em situação de abandono ou risco. Foram disponibilizadas 350 vagas.

Seminário de Justiça Restaurativa e Direitos Humanos

Nos dias 24 e 25 de outubro aconteceu, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), na Capital, o I Seminário de Justiça Restaurativa e Direitos Humanos.

A palestra inaugural foi proferida pelo professor Mário João Ferreira Monte, da Universidade do Minho, em Portugal. Em seguida, atuou como conferencista o professor Jacques Faget, da Universidade de Bordeaux, na França. O público do evento, que teve como objetivo possibilitar a troca de experiências

referentes à mediação de conflitos em âmbito nacional e internacional, foi formado por profissionais de diversas instituições cuja área de atuação envolve adolescentes em conflito com a lei, e por estudantes universitários. O seminário resultou de uma parceria entre a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) e a Academia Judicial.

II Encontro Estadual de Contadores Judiciais

Como resultado de uma parceria da Assessoria de Custas da CGJ com a AJ, o 2º Encontro Estadual de Contadores Judiciais foi realizado em 8 de novembro, no Hotel Castelmar, em Florianópolis. O objetivo do evento foi capacitar os contadores judiciais e especialmente esclarecer dúvidas relacionadas à utilização da planilha de cálculo da diferença de subscrição de ações de telefonia que foi desenvolvida pela Assessoria de Custas, como ferramenta de auxílio aos contadores.

III Encontro do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

De 25 a 26 de novembro, no Hotel Castelmar, aconteceu o III Encontro Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos com o objetivo de capacitar e integrar magistrados, servidores e voluntários que atuam nos Juizados Especiais e nos Programas Consensuais de Soluções de Conflitos. Entre as autoridades, estiveram presentes o juiz André Gomma de Azevedo, assessor do CNJ, e o juiz Mário Kono de Oliveira, do Poder Judiciário do Mato Grosso.

f) PRINCIPAIS NOTÍCIAS

Cejur e AJ em vídeo institucional

O vídeo que revela a estrutura, os objetivos e um pouco do trabalho do Cejur e da AJ foi concluído em janeiro de 2013. Para 2014 o vídeo institucional sofrerá alterações.

AJ expôs Residência Judicial a Magistrados do Rio Grande do Norte



Na tarde de 6 de março de 2013, a Academia Judicial recebeu a visita de magistrados do Estado do Rio Grande do Norte, que conheceram os procedimentos relativos à Residência Judicial. O Des. Expedito Ferreira de Souza, Diretor da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN), a Juíza Ticiana Nobre, Coordenadora Administrativa, a Juíza Keity Ferreira Souza e Saboya, Coordenadora de Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados, e o Juiz Ricardo Tinoco, Coordenador de Ensino, reuniram-se com os servidores da Academia Judicial, Robson Carlo de Oliveira e Alexandre dos Anjos, com o intuito de entender o funcionamento da Residência e, possivelmente, implementar projeto semelhante naquele Estado. No turno matutino, os visitantes estiveram na Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc), onde conversaram com o Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, Diretor da instituição.

Representantes da Escola Superior da Magistratura de Goiás visitaram AJ

Duas representantes da Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás (Esmeg) visitaram a Academia Judicial no dia 3 de maio de 2013. A Secretária-Geral e a Coordenadora dos cursos de pós-graduação da Esmeg, Adriana de Sousa Barbosa e Lucélia de Fátima Araujo, reuniram informações acerca dos cursos oferecidos pela AJ, em especial sobre o Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina. As visitantes conheceram a estrutura da instituição de ensino superior e diversas atividades nela desenvolvidas, inclusive vinculadas à educação a distância.

Judiciário de SC quer ter vinte doutores e mais de cem mestres até 2017

O Poder Judiciário projeta um quadro composto de cinco pós-doutores, 20 doutores e mais de 100 mestres entre os integrantes da magistratura catarinense nos próximos anos. A expectativa de atingir este patamar, que deve ser alcançado até 2017, parte do desembargador Pedro Manoel Abreu, diretor do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur) e da Academia Judicial (AJ). “O Tribunal de Justiça investe 0,8% do seu orçamento na formação e aperfeiçoamento de seus magistrados”, afirma Abreu. Atualmente quase 20% dos desembargadores e juízes no Estado possuem mestrado – 88 em um universo de 460 magistrados. É um dos estados com maior número de juízes com especialização no país. Entre os servidores, por sua vez, 79% possuem nível superior.

Coleção de *E-books* da Academia Judicial ganha mais obras



A biblioteca digital da AJ, disponível ao público por meio da página institucional, encerra o ano de 2013 com 12 publicações. Duas noites de lançamento dos livros eletrônicos, com a presença dos autores, marcaram este ano. As duas primeiras obras foram lançadas em 2012. A AJ contou com a parceria da Divisão de Artes Gráficas.

Academia Judicial inicia seu programa de Avaliação Institucional-PAI

A Academia Judicial iniciou, em 6 de setembro de 2013, o processo de implantação do Programa de Avaliação Institucional (PAI), processo que ensejará autoconhecimento organizacional e gerencial. O programa, que compõe o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), tomou como referência o ano de 2012 e se desdobrará ao longo do quinquênio que se encerra em 2017.

Sistema de busca textual "doutrina Cejur" em funcionamento na AJ

A Academia Judicial (AJ) do Tribunal de Justiça lançou em julho do corrente ano o sistema de busca textual intitulado "Doutrina CEJUR", que permite a busca de artigos, monografias, dissertações, teses e e-books. O projeto foi desenvolvido em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). A busca está disponibilizada à sociedade em geral, na página eletrônica da AJ. Serão processadas no sistema apenas as produções científicas dos colaboradores internos do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Grupo de trabalho integrado por membros da AJ conclui resolução do CNJ

O secretário executivo da Academia Judicial do Tribunal de Justiça, Adalto Barros dos Santos, e o assessor técnico da Academia Ricardo Uliano dos Santos participaram durante a semana, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, de grupo de trabalho para a elaboração de uma nova resolução do CNJ, referente à Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário. O grupo, composto de representantes dos tribunais e conselhos federais, sob a orientação de servidores do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Ceajud-CNJ), concluiu a proposta nesta terça-feira (27/8). Ela deverá seguir para análise do conselheiro responsável pelo Ceajud e, posteriormente, para apreciação e aprovação no Plenário do CNJ, o que deve acontecer até dezembro do ano em curso.

Diretoria da AJ aprova mapa tático-operacional orientado pela ASPLAN

Representantes da Academia Judicial (AJ) reuniram-se com os assessores de planejamento Wanderley Horn Hülse e Flávia Faria Vieira Domingues, para examinar e aprovar o mapa tático-operacional da instituição. Após esta etapa, em que a diretoria da AJ - parte integrante do Conselho Técnico-Científico - acenou positivamente para o trabalho apresentado, a equipe fará uma exposição ao presidente e ao 1º vice do Tribunal de Justiça, desembargadores Cláudio Barreto Dutra e Sérgio Paladino, bem como ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Vanderlei Romer. Aprovado, será editada a resolução pertinente.



A primeira reunião para a construção do mapa foi realizada em 27 de junho. A Assessoria de Planejamento (Asplan), responsável pela orientação dos trabalhos em todas as fases, promoverá encontros com as demais áreas do Judiciário catarinense para avançar no desenvolvimento do mapa estratégico institucional, utilizando o projeto da Academia como piloto.

Projeto faz pesquisa para resgate histórico do CEJUR e da Academia Judicial

A AJ, com o apoio do Museu do Judiciário, executou a primeira etapa do projeto de resgate histórico do Centro de Estudos Jurídicos (Cejur) e da própria Academia. Para preencher lacunas deixadas pelos documentos escritos, entrevistas com personalidades que protagonizaram o surgimento e a consolidação desses órgãos foram gravadas. O projeto nasceu da necessidade de reconstituir a trajetória do Cejur e da AJ, diante de lapso existente na história da instituição, que não permite entender seu processo evolutivo.

g) PROJETOS

Implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional

No ano de 2012, após protocolizar o pedido de recredenciamento acompanhado do seu plano de desenvolvimento institucional para o quinquênio 2012-2017, iniciou as ações necessárias para a visita *in loco* da Comissão Verificadora designada pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC, que nos dias 30 e 31 de julho realizaram os procedimentos legais e emitiram o Relatório de Verificação, o qual foi analisado pela Comissão de Educação Superior do CEE/SC que ao final atribuiu a nota 4,17 (quatro vírgula dezessete), sendo o voto da relatora aprovado por unanimidade no dia 11 de setembro de 2012, na Sessão Plena para a renovação do credenciamento por 5 (cinco) anos para que a Academia Judicial possa ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* e programas de educação continuada para magistrados e servidores.

Com a renovação do credenciamento várias ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI começaram a ser implementadas no ano de 2013, quais sejam:

- ampliação da oferta de cursos para os magistrados e servidores (curso de pós-graduação em Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo);

- criação na estrutura da Secretaria de Comunicação, com a função de ampliar a divulgação das ações da Academia Judicial aproximando-a mais da sociedade.

- utilização da tecnologia para a disseminação do conhecimento por intermédio de revistas eletrônicas e e-books.

- estruturação da Seção de Educação a Distância (pessoal e equipamentos) visando o aumento na oferta de cursos de extensão para os magistrados e servidores.

- disponibilização de 2 (duas) vagas para os servidores da Academia Judicial no curso de pós-graduação em nível de especialização em parceria com a Universidade Federal – UFSC, com o intuito de melhorar a qualificação da equipe técnica;

- disponibilização de 26 (vinte e seis) vagas para os magistrados no curso de pós-graduação em nível de mestrado em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, visando a ampliação do quadro docente da Academia Judicial;

- ampliação dos Convênios/Termos de Cooperação com Instituições de Ensino (Universidade de Santa Catarina, Universidade do Vale do Itajaí em parceria com as Universidades de Alicante da Espanha e do Minho – Portugal);

- implantação do Programa de Avaliação Institucional – PAI, com a criação dos instrumentos de avaliação, treinamento de servidores, sensibilização, aplicação dos instrumentos, coleta de dados e elaboração de relatório para análise pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA da Academia Judicial e designação da Comissão Permanente de Avaliação.

- protocolizado o pedido de alteração do credenciamento da Academia Judicial para ofertar curso de superior de graduação em nível tecnológico em Gestão Pública com ênfase em Administração Judiciária.

- participação na Semana de Pesquisa e Extensão – SEPEX em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina.



Aplicação da Avaliação de Impacto

A Academia Judicial, órgão de apoio vinculado ao Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR, responsável no processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados, servidores e demais colaboradores, realizou no final do ano passado um Levantamento de Necessidades de Capacitação, em parceria com as unidades requerentes, para elaboração do Planejamento de 2013. Após estudos internos e instruções normativas quanto às necessidades das capacitações solicitadas, diversas foram aprovadas no Edital nº 11/2012.

Na busca pelo aprimoramento das etapas que envolvem o processo de formação e aperfeiçoamento pela Academia Judicial, encaminhamos aos Gestores destas Unidades requerentes uma Avaliação de Impacto para cada curso solicitado e realizado.

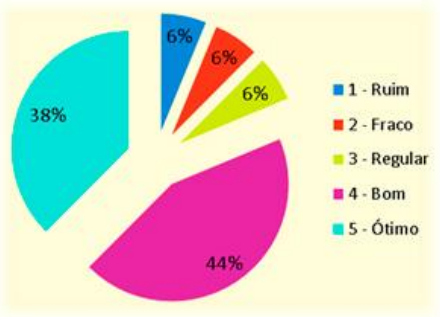
Os formulários foram preenchidos, identificando com precisão os ajustes que julgaram necessários, possibilitando assim a constante melhoria dos cursos ofertados.

Registramos que as informações repassadas (críticas, sugestões, reclamações) serviram como oportunidades de melhorias, para que fossem identificadas nossas potencialidades e fragilidades, e foram utilizadas para elaboração do planejamento de 2014. Para conhecimento das avaliações realizadas foram apresentados os resultados aos gestores das unidades requerentes na reunião de apresentação do Plano de Capacitação de 2014.

Gráficos com os resultados das avaliações:

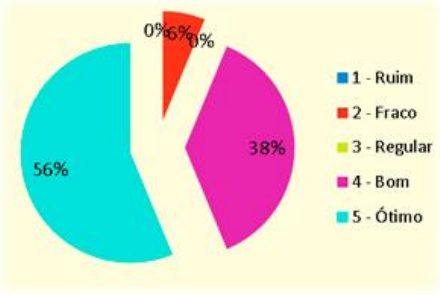
Questão nº 1:

Quanto às mudanças verificadas no setor, referente à contribuição, relevância e aplicabilidade do curso realizado:



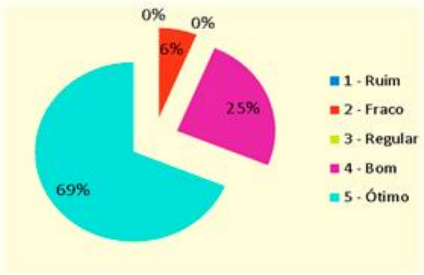
Questão nº 2:

Quanto aos resultados alcançados com o curso realizado:



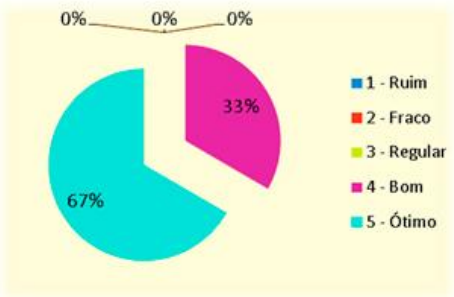
Questão nº 3:

Quanto às melhorias de conhecimentos e habilidades dos servidores desenvolvidas com o curso:



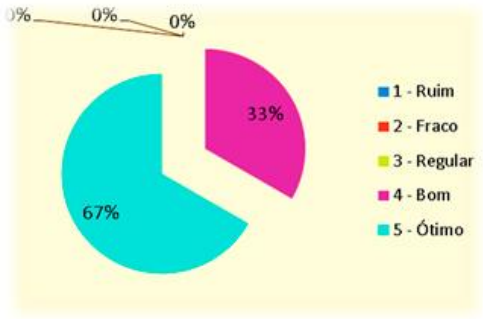
Questão nº 4:

Quanto às ações da Academia Judicial durante a organização e planejamento dos cursos:



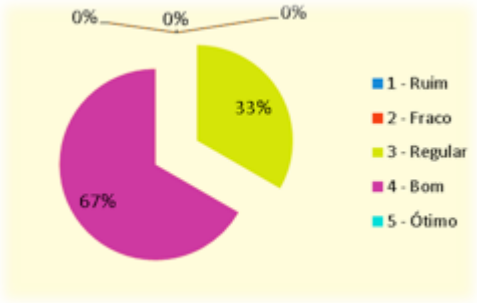
Questão nº 5:

Quanto à qualidade do atendimento da equipe da Academia Judicial:



Questão nº 6:

Quanto à comunicação, interação e clareza das informações na página da Academia Judicial:



Criação de novas funções

A assessoria contratada (Empresa Fabrico) por meio de processo licitatório para colaborar na implantação do ensino a distância na Academia Judicial, apontou a necessidade de profissionais com conhecimento em várias áreas, resultando na criação, a princípio, de algumas novas funções, como: *designer* gráfico (*webdesigner*), *designer* instrucional e ilustrador/animador, além da lotação de um servidor efetivo, ocupante do cargo de Revisor.

As funções passaram a ser exercidas por servidores lotados na Academia Judicial, além de outros vindos da Diretoria de Tecnologia da Informação e de comarcas do interior do Estado.

Atualização do Manual do Contador

Com o objetivo de atualizar e padronizar o Manual do Contador que é fonte de pesquisa dos servidores atuantes nas Contadorias das Comarcas, a Academia Judicial realizou a 2º reunião de Atualização do referido Manual, no período de 17 a 21 de setembro de 2012, tendo o evento durado 40 horas.

Vídeo Institucional

A Academia Judicial criou pioneiramente o seu vídeo institucional que ampara traduções em inglês e espanhol. O vídeo é transmitido em todos os cursos e eventos organizados pela instituição e está disponível em nosso sítio. É possível perceber nos 5 minutos de duração do vídeo o compromisso com a formação de excelência e o apanhado geral dos projetos e atividades desenvolvidas pela instituição.

Reestruturação Administrativa da Academia Judicial

A Academia Judicial passou por uma reestruturação em seu organograma, a partir de novembro de 2012, nos termos da Resolução n. 17/2012 - TJ (DJE 14-11-2012), tendo como principais pontos:

a) a vinculação do Conselho Técnico-Científico à Academia Judicial e não mais ao Cejur;

b) a alteração da nomenclatura dos cargos dos diretores da Academia Judicial;

c) a criação da Comissão Permanente de Avaliação - CPA;

d) a criação dos Núcleos Docentes Estruturantes - NDE;

e) a criação da Secretaria de Comunicação;

f) além das criações de algumas novas seções e alteração na nomenclatura de outras.

Reestruturação da Residência Judicial

O Programa de Residência Judicial consiste em uma modalidade de ensino, que tem por finalidade preparar os Bacharéis em Direito matriculados no Módulo III da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC para o Concurso de Ingresso à Carreira da Magistratura, por meio do aprendizado da prática jurídica em gabinete de magistrado de primeiro grau.

Conforme disciplinado pela Resolução n. 2/2013-CEJUR e pelo convênio entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), a prática da Residência Judicial em Gabinete será supervisionada pela Academia Judicial, pelo magistrado orientador e pela Secretaria do Foro.

A referida resolução ampliou o valor da bolsa de estudos que é de R$1.333,33 mensais, para o residente que realiza carga horária de 4 horas-aula diárias, e de R$2.000,00 mensais, para o aluno que opta pela carga horária de 6 horas-aula diárias.

Para a conclusão das atividades práticas, o residente judicial deverá atingir a frequência mínima de 75%, ou seja, 1.080 horas-aula, a serem realizadas em período mínimo de 1 (um) ano e máximo de 2 (dois) anos.

Conclusão do Núcleo de Estudos e Pesquisas - NEPs

Os NEPs foram implementados pela Academia em 2009, com a intenção de ampliar e estimular a produção de conhecimento científico a partir da aptidão intelectual dos magistrados e servidores, e de contribuir para a implementação de ações práticas e efetivas no Judiciário catarinense. A execução dos projetos dos NEPs contou com o apoio de pesquisadores contratados por meio da UFSC e foram concluídos em um período de 24 meses. Em novembro de 2013 os coordenadores dos núcleos apresentaram os resultados das pesquisas no Seminário dos Núcleos de Estudos e Pesquisas – NEPs, realizado no auditório do Fórum Des. Eduardo Luz.

Implementação da educação a distância por meio de consultoria

No ano de 2011 a Academia Judicial deu início a modernização de seu trabalho em educação a distância contratando uma consultoria. Com essa consultoria, foi possível profissionalizar os trabalhos desenvolvidos na Seção de EAD, criando rotinas de trabalho e padronização das atividades. A empresa contratada definiu os papéis de cada servidor, apresentou ferramentas, capacitou novos colaboradores e auxiliou no desenvolvimento de dois cursos pilotos. O trabalho de consultoria durou um ano e possibilitou a seção de EAD um salto em termos de qualidade e agilidade no desenvolvimento interno de cursos a distância.

Criação do projeto e-book (livros digitais)

A Academia Judicial realizou o lançamento inédito de seus *e-books* em dezembro de 2012 com o apoio da Divisão de Artes Gráficas (DIE) e Diretoria de Tecnologia da Informação no formato *ePub*.

Na oportunidade foi realizada solenidade de lançamento das obras "O julgamento por equidade nos juizados especiais cíveis" de autoria do Juiz Marcelo Carlin e "Introdução ao estudo da base lógica da decisão judicial" de autoria da Juíza Mônia Elias De Lucca".

O segundo lançamento aconteceu em junho de 2013 no *hall* do Tribunal de Justiça das seguintes obras: "Teoria Complexa do Direito" de autoria do Juiz Orlando Luiz Zanon Junior; "A Proteção Contratual do Consumidor: equilíbrio na sentença" de autoria do Juiz Stephan Klaus Radloff; "Direito e Decisão: o sujeito transformado em mercadoria pelas imposições econômicas" de autoria da servidora Renata Rodrigues Ramos e "O Comportamento Ético-Profissional dos Servidores da Administração Pública Estadual" de autoria do servidor Xedes Ribeiro Freitas.

O terceiro lançamento da gestão acontecerá no Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça e contará com a presença de coral, noite de autógrafos e coquetel. As obras são: "Direito, Processo e Política: aportes hermenêuticos" de organização do Des. Pedro Manoel Abreu, Des. César Auguto Mimoso Ruiz Abreu, Prof. Márcio Ricardo Staffen e Prof. Paulo Márcio Cruz; "Reflexões sobre a justiça na tradição dinâmica ocidental entre senso comum emancipatório e senso comum regulatório" de autoria da Des. Sônia Maria Schmitz; "A justiça agrária nos conflitos coletivos pela posse de áreas rurais" de autoria do Des. Victor José Sebem Ferreira; "Casas da Cidadania: uma experiência catarinense na utilização de métodos alternativos de solução de conflitos" de autoria do Juiz Rafael Brüning; "Juspositivistas e Pós-positivistas" de autoria do Juiz Orlando Luiz Zanon Junior e "Ativismo judicial e a efetivação dos direitos constitucionais no Brasil" de autoria do Juiz João Batista da Cunha Ocampo Moré.

Doutrina do CEJUR

Considerando o quantitativo de projetos que a Academia Judicial vem desenvolvendo com incentivo à produção científica é uma realidade significativa a produção de artigos, monografias, teses e e-books que vem sendo produzidos diariamente pelos magistrados e servidores do Judiciário catarinense.

Diante desse cenário, foi necessária uma boa gestão documental com o objetivo de adaptar o "Sistema de Busca Textual Genérico" desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) com indexação e pesquisa dos documentos produzidos pela comunidade acadêmica do Judiciário catarinense, de acordo com uma série de parâmetros previamente configurados (categorias de documentos, metadados, restrições de permissões, entre outros).

A seguir imagem da tela das categorias de documentos:



O sistema “Doutrina do CEJUR” está disponível no site da Academia Judicial para consulta aberta ao público interno e externo.

Legislação Anotada

A partir de 2014 a Academia Judicial disponibilizará por meio da ferramenta CMS Liferay, ambientes que permitam a construção da “Legislação Anotada do CEJUR” por colaboradores do Poder Judiciário catarinense, garantindo a inserção de comentários a serem aprovados por moderadores. O projeto foi desenvolvido em 2013, restando apenas a fase de conclusão com a capacitação dos moderadores. O sistema amparará os comentários dos colaboradores internos do PJSC dos Códigos Penal e Civil, Códigos de Processo Penal e Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente e Direito do Consumidor.

Gestão da Criatividade

O projeto apresentado pela Diretoria-Executiva da Academia Judicial à Administração deste Tribunal de Justiça visa motivar e buscar a participação de magistrados e servidores na concepção de ideias e propostas para o aprimoramento da máquina administrativa e judiciária do Poder Judiciário catarinense. Foi elaborada proposta de resolução que seguiu objetivando a instituição do Programa de Gestão da Criatividade no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Comunicação Institucional Interna e Externa

A Academia Judicial desenvolveu na atual gestão alguns produtos e iniciativas resultantes do projeto de Comunicação Institucional Interna e Externa que são:

- aperfeiçoamento do sítio da AJ na internet (www.tjsc.jus.br/academia);
- maciça disponibilização de notícias no sítio do Poder Judiciário de Santa Catarina (www.tjsc.jus.br);
- espaço fixo no portal do servidor (http://portal.tjsc.jus.br/web/servidor/capacitacao);
- Notícias AJ (revista com o resumo das ações da AJ em caráter semestral);
- Agenda AJ (publicação dos cursos e eventos que serão realizados mensalmente);
- e-mail (listas);
- eventualmente *releases* para a imprensa externa (obs.: notas para o CNJ estão, também, sujeitas à seleção de pauta.
- vídeo institucional nas versões português, inglês e espanhol;
- atualização constante do *facebook*;
- distribuição de folders e banners;
- participação inédita na “Feira Nacional de Pesquisa e Extensão” da Universidade Federal de Santa Catarina, envolvendo toda a comunidade acadêmica e interessados;
- criação de *pen card* personalizado de 8 *gigabytes* para distribuição à autoridades, entre outras ações.

Revista de Administração Judiciária

Em comemoração aos 122 anos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina o Centro de Estudos Jurídicos apresentou em outubro de 2013 a Revista de Administração Judiciária.

A publicação, de periodicidade anual, nasceu de um campo de estudos permeado de práticas a serem descortinadas e compartilhadas, que carecia de espaço próprio para compor sua pauta específica no âmbito da gestão pública.

Na mesma área de conhecimento, os Núcleos de Estudos e Pesquisa (NEPs), vinculados à Academia Judicial, desenvolveram atividades com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina. Assim, servidores e magistrados unem as experiências e conhecimentos para, por fim, oferecê-los sob forma de textos que pretendem contribuir com as diversas vertentes de estudo da administração judiciária.

Nesta primeira edição, foram reunidos sete artigos dos últimos NEPs. Estudos sobre psicologia, meio ambiente, execução penal, tecnologia, e direito bancário, são aqui divididos. Convidamos o leitor a conhecer, aprofundar e difundir ideias, colhidas neste campo fértil.

A revista está disponível no sítio da Academia Judicial no formato e-Pub, ou seja, completamente virtual, sem a utilização de papel, alinhando-se às tendências mundiais e desta Corte em redução dos resíduos.

Aspectos Históricos do CEJUR e AJ (1991-2013)

Na fase de finalização do projeto de criação do primeiro vídeo institucional do Centro de Estudos Jurídicos e da Academia Judicial foi observado que se fazia necessário o auxílio de profissionais capacitados para a organização do resgate histórico da instituição. As informações foram se perdendo no tempo e na mudança das gestões, os fatos marcantes foram consumidos nas lembranças daqueles que por aqui passaram, sem que o registro da escrita ou fotográfica deixasse suas experiências. Assim, a Diretoria-Geral Judiciária, mais especificamente a Seção de Museu atuou junto a AJ neste importante projeto com a organização da pesquisa histórica para reconstituição da trajetória do CEJUR/AJ.

Mapa tático-operacional

A Academia Judicial elaborou com a orientação da Assessoria de Planejamento (Asplan) o mapa tático-operacional, ferramenta fundamental para nortear o seu desenvolvimento, uma vez definidos com clareza aspectos como objetivos, visão e missão da instituição de ensino.

A Asplan realizou exposição dos resultados do projeto aos Diretores da AJ e aos servidores. A resolução que trata da matéria (n. 3/2013-AJ) foi publicada em 18 de outubro no Diário da Justiça Eletrônico. Futuramente, com base em projeto-piloto da AJ, a Asplan promoverá reuniões de trabalho com as demais áreas do PJSC para avançar no desenvolvimento do mapa estratégico institucional.

Curso de Ambientação Funcional da AJ

A Academia Judicial realizou o projeto piloto “Curso de Ambientação Funcional”, presencial, com duração de 6h, exclusivamente a seus servidores. O projeto tinha como objetivo padronizar o entendimento da equipe quanto aos procedimentos e fluxos laborais, bem como as diretrizes e metas para o exercício de 2013. Foram abordados diversos temas como Organização e competências da Academia Judicial, Rotinas Administrativas, Rotinas Pedagógicas, Rotinas de Trabalho, Rotinas da Assessoria que afetam os demais órgãos da Academia e principais dispositivos da legislação pertinentes aos serviços das divisões.

Devido ao sucesso do projeto e por solicitação dos próprios servidores é a intenção da AJ repetir o curso em 2014.

Normas e regulamentos

No transcorrer da gestão 2012/2013, várias resoluções e outros foram editados, visando dar maior organização e transparência aos procedimentos da Academia Judicial, como:

a) Resolução n. 17/2012 - TJ (DJE 14-11-2012): Dispõe sobre a reestruturação do Cejur e da Academia Judicial, conforme mencionado no item 7;

b) Resolução n. 18/2012 - TJ (DJE 20-11-2012): Disciplina o afastamento de magistrado para frequentar curso ou evento oferecido por outra instituição pública ou privada no País ou no exterior, regulamenta a concessão de bolsas de estudo e demais auxílios financeiros;

c) Resolução n. 1/2012 - Cejur (DJE 20-11-2012): Alterou a Resolução n. 1/2010 - Cejur, que disciplinava o Programa de Residência Judicial;

d) Resolução n. 1/2013 - Cejur (DJE 14-1-2013): Regulamenta a composição do corpo docente da Academia Judicial e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente;

e) Resolução n. 2/2013 - Cejur (DJE 27-2-2013): Deu nova formatação ao Programa de Residência Judicial, conforme mencionado no item 8;

f) Resolução n. 13/2012 - GP (DJE 3-8-2012): Regulamenta a participação e certificação nos cursos ou eventos realizados pela Academia Judicial, em parceria com unidades do Tribunal de Justiça ou outras instituições (alterada pela Resolução n. 8/2013 - GP (DJE 4-2-2013);

g) Portaria n. 23/2013 - AJ (DJE 26-6-2013): Compõe a Comissão Permanente de Avaliação - CPA;

h) Resolução n. 1/2012 - AJ (DJE 14-12-2012): Dispõe sobre a organização e a realização do curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura catarinense;

i) Resolução n. 1/2013 - AJ (DJE 25-1-2013): Dispõe sobre a pós-graduação lato sensu de Gestão Interdisciplinar de Conflitos no Judiciário Contemporâneo;

j) Resolução n. 2/2013 - AJ (DJE 25-3-2013): Dispõe sobre a pós-graduação lato sensu de Gestão Organizacional e Administração de Recursos Humanos;

k) Resolução n. 3/2013 - AJ (DJE 18-10-2013): Dispõe sobre o mapa tático-operacional da Academia Judicial;

l) Resolução n. 4/2013 - AJ (DJE 7-11-2013): Dispõe sobre a pós-graduação lato sensu em Direito e Gestão Judiciária;

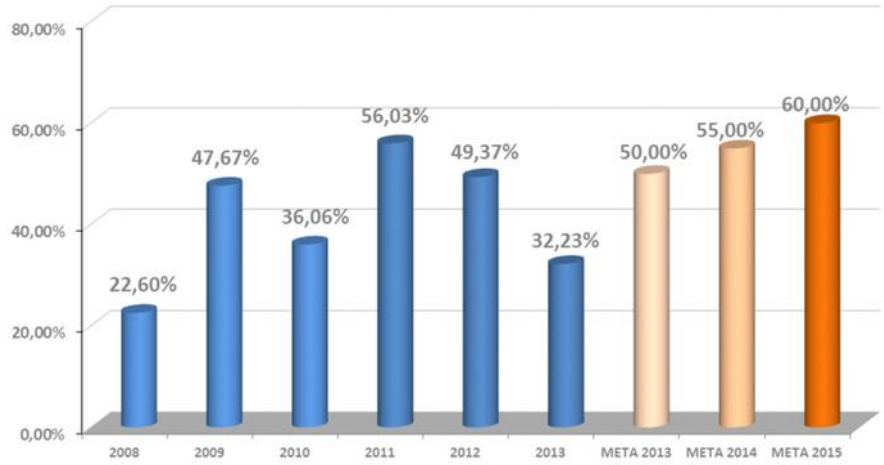
m) Portaria n. 45/2013 - AJ (DJE 31-10-2013): Designa membros do 1º Núcleo Docente Estruturante da Academia Judicial para o Curso de Tecnologia em Gestão Pública e Judiciária;

n) Regimento Interno da Academia Judicial (DJE 28-2-2013): primeiro regimento editado da Academia Judicial.

QUADRO EVOLUTIVO DOS INDICADORES

Indicador	AC 1.1 - PERCENTUAL DE COLABORADORES[1] CAPACITADOS
O que mede	Quantidade de magistrados/servidores que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros
Por que medir	Para verificar a distribuição regular das horas de aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de participantes de cursos realizados no período[2] / total de colaboradores) x 100
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	Quanto maior, melhor

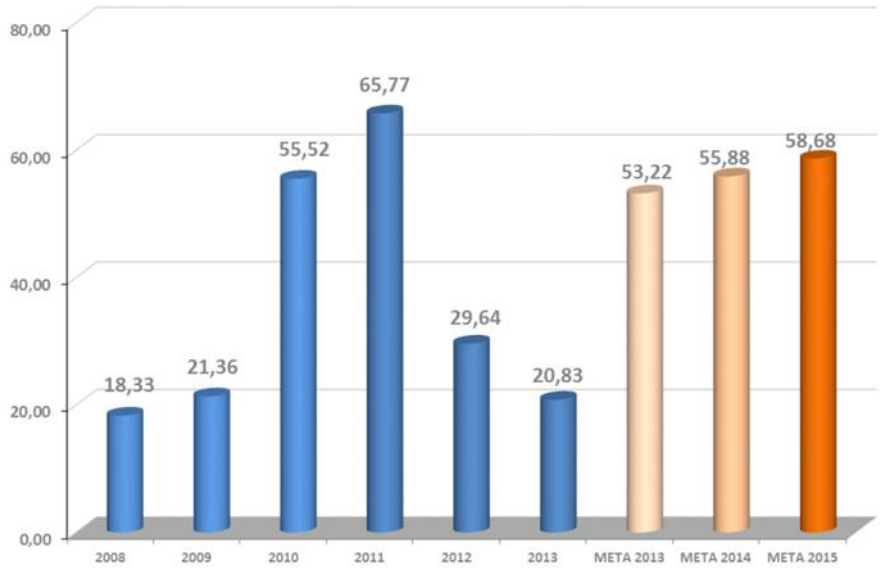
1) Entende-se por colaboradores, para efeitos deste indicador, somente os magistrados, servidores, estagiários e bolsistas do quadro ativo do Poder Judiciário de Santa Catarina. Não são considerados os demais colaboradores que não fazem parte do público interno do PJSC, mas que também consomem recursos da Academia Judicial (por exemplo: voluntários, conciliadores, mediadores, pretendentes à adoção, policiais, etc.).
2) No "Somatório de participantes de cursos realizados no período" estão todos os magistrados, servidores, estagiários e bolsistas que participaram de um ou mais cursos promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, inclusive bolsas de graduação, pós-graduação e Esmesc, gerenciados pela Diretoria de Recursos Humanos.



**Dados de 2013 extraídos em 16-12-13.*

INDICADOR	AC 1.2 - HORAS DE CAPACITAÇÃO POR COLABORADOR[1]
O que mede	Quantidade de horas-aula de capacitação por magistrado/servidor. Deverão ser considerados todos os eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros
Por que medir	Para identificar a quantidade de horas-aula dedicadas ao aprimoramento de pessoal
Como medir	(somatório de cursos / total de colaboradores), sendo Curso = horas-aula x número de participantes
Quem mede	Academia Judicial
Periodicidade	Anual
Tendência	Quanto maior, melhor

1) Entende-se por colaboradores, para efeitos deste indicador, somente os magistrados, servidores, estagiários e bolsistas do quadro ativo do Poder Judiciário de Santa Catarina. Não são considerados os demais colaboradores que não fazem parte do público interno do PJSC, mas que também consomem recursos da Academia Judicial (por exemplo: voluntários, conciliadores, mediadores, pretendentes à adoção, policiais, etc.).



**Dados de 2013 extraídos em 16-12-13.*

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

ATENDIMENTO ÀS UNIVERSIDADES CATARINENSES – 2013

UNIVERSIDADES VISITANTES
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO – JOINVILLE
CESUSC- FLORIANÓPOLIS
COLÉGIO SANTA CATARINA – FLORIANÓPOLIS
ESTÁCIO DE SÁ - FLORIANÓPOLIS
ESUCRI - CRICIÚMA
FACULDADE CENECISTA - JOINVILLE
FACULDADE IBES SOCIESC - BLUMENAU
FACVEST - LAGES
FAMEBLU - BLUMENAU
FURB - BLUMENAU
SOCIESC - JOINVILLE
UFSC - FLORIANÓPOLIS
UNC - CURITIBANOS
UNESC - CRICIÚMA
UNIARP - CAÇADOR
UNIBAVE - COCAL DO SUL
UNIDAVI - RIO DO SUL
UNIFEBE - BRUSQUE
UNIPLAC - LAGES
UNISUL/TRAJANO- FLORIANÓLIS
UNIVABE - ORLEANS
UNIVALI - BALNEARIO CAMBORIU
UNIVALI - TIJUCAS
UNIVALI- ITAJAÍ
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTA CATARINA - JARAGUÁ DO SUL
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - CONCÓRDIA
UNIVILLE - JOINVILLE
UNOESC - CHAPECÓ
UNOESC - SAO MIGUEL D'OESTE
UNOESC – VIDEIRA

Total de acadêmicos visitantes: **2.485**
Total de acadêmicos que assistiram à palestra e às sessões: **1.511**
Total de acadêmicos que assistiram somente às sessões: **974**

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2013 (até 10/12/2013)

DESEMBARGADORES	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	JULGADOS	ACÓRDÃOS ASSINADOS
Cláudio Barreto Dutra	0	1	1
Sérgio Torres Paladino	0	6	5
Vanderlei Romer	1	5	5
Sérgio Roberto Baasch Luz	8	7	7
Rui Fortes	8	9	9
Salete Silva Sommariva	9	10	7
José Volpato de Souza	0	2	2
Jorge Henrique Schaefer Martins	8	8	7
Soraya Nunes Lins	2	5	5
Henry Petry Junior	11	6	5
Roberto Lucas Pacheco	2	4	4
João Batista Góes Ulysséa	3	3	3
TOTAL	**52**	**66**	**60**

Fonte: SAJ – Conselho da Magistratura e Atas das Sessões

Observação: Foram distribuídos **91 processos**.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DAS TURMAS DE RECURSOS E DA TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2013

Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos

ATIVIDADES	NÚMERO
Envio de Agravos em Recursos Extraordinário, em meio digital, ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Sistema de Envio de Recursos (S.E.R.).	**88**
Inclusão de Acórdãos das Turmas de Recursos na consulta de jurisprudência no período de setembro à dezembro de 2012.	**1.266**

Secretaria da Turma de Uniformização

A Secretaria Administrativa das Turmas Recursais também funciona como Secretaria da Turma de Uniformização, que foi instalada em 29/04/2013, apresentando a seguinte movimentação processual.

ATIVIDADES	NÚMERO
Processos Distribuídos	**41**
Processos Julgados	**31**
Processos em Andamento	**9**
Enunciados Publicados	**1**
Sessões realizadas	**4**

CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO FISCAL

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2013

EXPEDIÇÃO OFÍCIO	DESPACHOS DE CITAÇÃO	CERTIDÕES	JUNTADA DE PETIÇÕES	ATOS ORDINATÓRIOS	ARQUIVAMENTO DEFINITIVO	MOVIMENTAÇÕES NO SISTEMA SAJ
109.481	19.172	202.738	52.992	111.810	6.285	483.306

PROCESSOS EM ANDAMENTO – Atualizado até 03/12/2013

	COMARCAS	MUNICIPAL	ESTADUAL
1	ARARANGUÁ	4.719	377
2	BALN. CAMBORIU	5.086	1.481
3	BALN. PIÇARRAS	2.797	293
4	BIGUAÇU	6.916	268
5	BLUMENAU	21.197	5.153
6	BRAÇO DO NORTE	4	175
7	BRUSQUE	0	519
8	CAMBORIÚ	16.015	534
9	CRICIÚMA	2.875	2.034
10	GASPAR	0	
11	GUARAMIRIM	1.083	323
12	IMBITUBA	9.864	176
13	INDAIAL	2	611
14	ITAJAÍ	18.460	1.757
15	ITAPEMA	6.888	434
16	ITAPOÁ	12.856	
17	JARAGUÁ DO SUL	9.137	973
18	JOINVILLE	16.139	5.164
19	NAVEGANTES	5.272	328
20	PALHOÇA	24.239	720
21	PORTO BELO	6.829	180
22	RIO NEGRINHO	745	387
23	SÃO FRANCISCO DO SUL	6.224	
24	TIJUCAS	19	312
25	TIMBÓ	4.233	459
26	URUSSANGA	76	267
	TOTAL	**181.675**	**22.925**
	TOTAL GERAL		**204.600**

Fonte: SAJ Estatística

CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO PENAL

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2013

Cartório Remoto das Execuções Penais

O Cartório Remoto das Execuções Penais tem como novidade, em relação ao relatório estatístico de 2012, a vinculação da Vara de Execuções Penais da Capital. Com tal vinculação, o Cartório Remoto passou a atender as Varas de Execuções Penais da Capital e de Criciúma, movimentando aproximadamente 11.000 execuções penais, gerenciado a pena de 4.000 réus presos.

Situação Atualizada dos Processos:

COMARCA	MÊS	NÚMERO PROCESSOS	PROCESSOS SUSPENSOS	PETIÇÕES JUNTADAS	EM ANDAMENTO	PROCESSOS RÉUS PRESOS
Criciúma	Novembro	3.900	292	3.364	2.148	1.400
Capital	Novembro	7.200	675	6.891	4.015	2.600
TOTAL		**11.100**	**967**	**10.255**	**6.163**	**4.000**

Dados atualizados até 11/12/2013

Fonte: Consulta de movimentações no Sistema de Automação do Judiciário SAJ/PG-5.

SECRETARIA DO CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2013

MEMBRO	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	PROCESSOS JULGADOS
Des. Cláudio Barreto Dutra	2	0	3
Des. Luiz Cézar Medeiros	8	3	9
Des. Eládio Torret Rocha	1	1	1
Des. Nelson Schaefer Martins	1	1	1
Des. Monteiro Rocha	0	0	0
Des. Fernando Carioni	4	1	3
Des. Torres Marques (convidado)	1	0	1
Des. Jaime Ramos	1	0	2
Des. Moacyr de Moraes L. Filho	0	0	0
Des. João Henrique Blasi	2	1	2
Desa. Rejane Andersen	0	0	0
Des. Jânio Machado	1	0	2
Des. Jaime Luiz Vicari	0	0	0
Juiz de Direito Hélio do Valle Pereira	0	0	1
Juíza de Direito Ana Cristina Borba Alves	0	0	0
TOTAL	**21**	**7**	**25**

Fonte: Secretaria do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais

Processos suspensos: **4**

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

DESEMBARGADOR	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS 2013	PROCESSOS JULGADOS
Cláudio Barreto Dutra	0	0
Sérgio Paladino	0	0
Vanderlei Romer	6	8
Victor José Sebem Ferreira	5	48
Luiz Fernando Böller	5	3
JUIZ DE DIREITO		
Marcelo Pizolati	6	6
Márcio Rocha Cardoso	6	6
Jefferson Zanini	5	5
Otávio José Minatto	5	5
Antônio Augusto Baggio Ubaldo	6	5
APRESENTAÇÕES EM MESA	**43**	
TOTAL	**87**	**86**

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

CASA DA CIDADANIA (CC) e FÓRUM MUNICIPAL– CASA DA CIDADANIA (FM – CC) Serviços em andamento: 84	
Reativadas	**Município**
	Erval Velho
Convênios renovados	Município
	Guabiruba; Balneário Barra do Sul; Nova Trento; Ipuaçú; Salete; Ipira; Lontras; Rio das Antas; Ascurra; Aurora; Águas Frias; Agronômica; Celso Ramos; Erval Velho; Formosa do Sul; Indaial; Ipira; Joaçaba; Lontras; Lacerdópolis; Maravilha; Mirim Doce; Monte Carlos; Orleans; Ouro; Presidente Nereu; Ponte Alta; Rio do Campo; Rio das Antas; Rio do Oeste; Romelândia; Salete; Treze Tílias; Vidal Ramos e Zortéa.
Número de procedimentos instaurados	**9.376**
Número de conciliações positivas	**4.950**
Percentual de acordo alcançado	**53%**
Número de pessoas atendidas	**33.716**

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos e Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça – TJSC

SERVIÇOS EFETUADOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (Período considerado de Janeiro a Outubro de 2013)						
Total de conciliações exitosas						8.732
Total de processos encerrados no período (com ou sem sentença de mérito)						48.097
Percentual de acordos realizados						18,15%
SENTENÇAS PROFERIDAS – Janeiro/2013 a Outubro/2013						
Juizados Especiais Cíveis - Varas especializadas (*)						
Comarcas	**Iniciados (ingressos)**	**Encerrados (arquivados)**	**Sentenças proferidas (total)**	**% de acordo (**)**	**Sem acordo com mérito**	**Com acordo**
Balneário Camboriú	6.699	3.978	3.694	26%	1.439	515

Blumenau	7.862	3.315	3.371	32%	1.931	926
Brusque	3.107	1.309	1.361	34%	530	271
Capital	14.209	5.813	7.505	15%	3.087	563
Capital - Continente	8.693	1.976	1.468	34%	420	216
Capital - Norte da Ilha	12.299	2.493	5.999	23%	1.760	527
Chapecó	4.946	3.678	3.303	36%	1.141	651
Concórdia	2.984	2.094	2.430	47%	599	533
Criciúma	4.770	2.754	3.575	26%	1.315	465
Itajaí	4.084	1.716	1.807	41%	649	443
Jaraguá do Sul	2.003	1.767	1.752	56%	445	566
Joaçaba	1.467	1.535	1.297	51%	237	244
Joinville	5.997	5.898	6.406	34%	2.243	1.133
Lages	3.615	2.724	3.168	43%	627	469
Rio do Sul	2.693	2.841	2.382	43%	573	433
São José	5.315	2.607	1.896	44%	528	415
Tubarão	2.902	1.779	1.621	43%	485	362
TOTAL	**93.645**	**48.097**	**53.395**	**32,7%**	**18.099**	**8.732**

(*) Varas criadas por lei

(**) Para a obtenção do % de acordos levou-se em consideração apenas as sentenças em que a possibilidade de acordo é admissível.

Fonte: Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça – TJSC

PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE PARTIDAS ACOMPANHADAS		
CAMPEONATO	**NÚMERO DE PARTIDAS**	**OCORRÊNCIAS**
Catarinense	96	22 ocorrências em 15 partidas
Copa do Brasil	9	
Brasileiro – Série A	19	
Brasileiro – Série B	78	
Evento Esportivo – UFC Jaraguá do Sul (SC)	1	
TOTAL	**203**	

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

MUTIRÃO ESTADUAL DA CONCILIAÇÃO – 2 a 6 de DEZEMBRO	
AUDIÊNCIAS	**TOTAL**
Audiências de Conciliação designadas – Pré-Processuais	796
Audiências de Conciliação realizadas – Pré-Processuais	355
Audiência de Conciliação em fase de execução designada	828
Audiência de Conciliação em fase de conhecimento designada	3.946
Audiência de Conciliação em fase de execução realizada	416
Audiência de Conciliação em fase de conhecimento realizada	2.609
TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS	**8.950**
ACORDOS EFETUADOS EM FASE DE EXECUÇÃO	**TOTAL**
Total de acordos homologados	243
Soma Total dos Valores homologados	R$ 544.425,26

ACORDOS EFETUADOS EM FASE DE CONHECIMENTO	TOTAL
Total de acordos homologados	866
Soma Total dos valores homologados	R$ 5.797.879,98
AUDIÊNCIAS CRIMINAIS	**TOTAL**
Sentenças homologatórias de transação penal	117
Composição Civil	24
ABRANGÊNCIAS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CONCILIAÇÃO	**TOTAL**
Numero de Pessoas atendidas	9.766
Participantes (magistrados)	72
Participantes (Juízes Leigos)	28
Participantes (Conciliadores)	242
Participantes (Colaboradores)	199
Eventos Paralelos	4

Fonte: Dados fornecidos pelas comarcas

MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO DAS SEGURADORAS – 17 a 20 de SETEMBRO	
Pessoas atendidas	423
Conciliadores voluntários	30
Audiência realizadas	633
Acordos homologados	260
Percentual de acordos	41,07%
Valor total de dívidas renegociadas	R$ 533.260,40
Valor total recebido à vista	423
Descontos aplicados	30

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

MUTIRÃO NACIONAL DA CONCILIAÇÃO TELEFONIA E COM PRIORIDADE AO IDOSO – 2 a 6 de DEZEMBRO	
Pessoas atendidas	586
Conciliadores voluntários	36
Audiências realizadas	311
Acordos homologados	186
Percentual de acordos	59,80%
Valor total de dívidas renegociadas	R$ 955.638,00

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

POSTOS DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO – PAC POSTO AVANÇADO DE CONCILIAÇÃO EXTRAPROCESSUAL - PACE	
Serviços instalados	19
Serviços em funcionamento	17
Serviços desativados	2
Sessões de conciliação pré-processuais agendadas (questões cíveis)	443
Acordos realizados (questões cíveis)	281

Percentual de acordos	63,43%
Sessões de mediação familiar agendadas	123
Acordos realizados (mediação familiar)	74
Percentual de acordos (mediação familiar)	60,16%
Total de atendimentos	1.790

Fonte: Coordenadores dos PACs

PROGRAMA JUIZADOS DOS AEROPORTOS
PETIÇÕES RECEBIDAS E DISTRIBUÍDAS ÀS COMARCAS DO ESTADO
(1º Janeiro a 3 de dezembro de 2013)

COMARCAS	Nº DE PETIÇÕES
1. Araranguá	1
2. Ascurra	2
3. Balneário Camboriú	10
4. Balneário Piçarras	2
5. Barra Velha	1
6. Blumenaus	32
7. Capital	84
8. Chapecó	5
9. Criciúma	6
10. Garopaba	2
11. Içara	3
12. Imbituba	1
13. Itajaí	3
14. Jaraguá do Sul	4
15. Joinville	26
16. Lages	1
17. Laguna	2
18. Navegantes	6
19. Palhoça	1
20. Santo Amaro da Imperatriz	1
21. São Francisco do Sul	2
22. São José	6
23. Tubarão	5
24. Xanxerê	1
Total de petições recebidas/distribuídas	**207**

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

PROGRAMA ACADÊMICO CONCILIADOR
- UNIVERSIDADES CONVENIADAS -

1.	Cesusc
2.	Estádio de Sá
3.	UNC
4.	Unochapecó
5.	Unoesc
6.	Furb
7.	Unerj

8.	Unesc
9.	Unidavi
10.	Uniplac
11.	Unisul
12.	Univali
13.	Univille
14.	Unibave

Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio – DMP/TJSC

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR ATIVIDADES / Janeiro – Novembro/2013
Serviços instalados (10): Araranguá, Armazém, Caçador, Capital/Santo Antônio de Lisboa, Jaraguá do Sul/Fórum, Porto Belo, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Videira.
Serviços com implantação autorizada (17): Brusque / Unifebe, Capital / Unisul Trajano, Chapecó/Unoesc, Criciúma, Imbituba, Indaial, Itapiranga / FAI, Joinville / ACE, Lages/Fórum, Lages/Uniplac, Lages/Facvest, Palhoça / Unisul Pedra Branca, Santa Rosa do Sul, São Carlos, São José do Cedro, Sombrio, Urussanga.
Serviços reativados (3): Canoinhas, Forquilhinhas, Mondaí.
Serviços em reativação (1): São Miguel do Oeste.
Serviços em funcionamento em Casas da Cidadania (5): Ascurra, Balneário Camboriú, Brusque, Garuva, Orleans.

SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO FAMILIAR EM FUNCIONAMENTO (65)				
COMARCA	INSTALAÇÃO/INÍCIO FUNCIONAMENTO	Nº DE CASOS ATENDIDOS	NÚMERO DE ACORDOS	PERCENTUAL DE ACORDOS
1 Abelardo Luz	01/03/2002	272	260	**95,58**
2 Anchieta	01/03/2005	77	53	**68,83**
3 Armazém	02/01/2013	19	12	**63,15**
4 Barra Velha	23/03/2011	8	4	**50,00**
5 Campo Erê	08/02/2007	45	35	**77,77**
6 Campos Novos	26/10/2010	47	22	**46,81**
7 Capital – Eduardo Luz	21/09/2001	182	87	**47,80**
8 Chapecó – Unochapecó	03/11/2004	94	40	**42,55**
9 Concórdia	01/07/2011	5	4	**80,00**
10 Coronel Freitas	08/09/2008	55	38	**69,09**
11 Cunha Porã	14/02/2008	49	29	**59,18**
12 Descanso	21/08/2007	109	65	**59,63**
13 Dionísio Cerqueira	15/05/2004	42	36	**85,71**
14 Forquilhinha	01/10/2010	11	10	**90,91**
15 Garopaba	01/04/2009	42	41	**97,62**
16 Ipumirim	04/09/2012	47	25	**53,19**
17 Itajaí	01/03/2003	164	38	**23,17**

18	Itapema	07/05/2010	107	61	**57,00**
19	Itapiranga	22/09/2011	3	1	**33,33**
20	Ituporanga	01/04/2004	108	88	**81,48**
21	Joinville – Fórum	02/09/2002	356	237	**66,57**
22	Lauro Müller	10/08/2010	26	17	**65,38**
23	Laguna	06/06/2012	80	76	**95,00**
24	Lebon Régis	01/02/2010	88	44	**50,00**
25	Mafra	27/08/2009	22	12	**54,54**
26	Modelo	10/04/2008	118	48	**40,68**
27	Mondaí	10/04/2008	12	11	**91,67**
28	Palmitos	11/08/2011	32	12	**37,50**
29	Pinhalzinho	20/07/2010	126	48	**38,10**
30	Ponte Serrada	14/02/2011	189	67	**35,45**
31	Porto Belo	01/02/2010	25	6	**24,00**
32	Quilombo	07/02/2012	5	3	**60,00**
33	Rio do Oeste	01/06/2011	9	8	**88,88**
34	Rio do Sul	11/09/2012	25	11	**44,00**
35	Rio Negrinho	18/03/2013	20	13	**65,00**
36	Santa Cecília	01/08/2010	181	118	**65,19**
37	São Bento do Sul	03/04/2013	34	13	**38,23**
38	São Domingos	01/02/2008	101	62	**61,39**
39	São Francisco do Sul	25/03/2013	108	50	**46,30**
40	São José	30/08/2004	30	13	**43,33**
41	São Lourenço do Oeste	28/02/2007	171	92	**53,80**
42	Seara	18/11/2011	33	33	**100,00**
43	Tangará	20/07/2011	125	68	**82,14**
44	Trombudo Central	09/06/2005	125	68	**54,40**
45	Turvo	16/05/2011	12	10	**83,33**
46	Xanxerê	22/06/2009	217	98	**45,16**
47	Xaxim – Celer	20/01/2012	230	90	**39,13**
48	Xaxim – Unochapecó	03/11/2010	97	52	**53,60**
TOTAL			**4.083**	**2.329**	**57,04%**

*Comarcas com dados anuais do SMF indisponíveis: Blumenau, Caçador, Capital – Norte da Ilha, Capital – Santo Antônio Lisboa, Jaraguá do Sul/Fórum.
*Comarcas com dados dos SMF inclusos na estatística das Casas da Cidadania: Ascurra, Balneário Camboriú, Brusque/Guabiruba, Garuva, Orleans.
*Comarcas com dados dos SMF compilados com demais processos: Araranguá, Canoinhas, Catanduvas, Jaraguá do Sul – Centro Universitário, Palhoça/Fórum, Videira, Xaxim/Fórum.

Fonte: Dados fornecidos pelas comarcas

CAPACITAÇÕES OFERECIDAS EM PARCERIA COM A ACADEMIA JUDICIAL

Capacitação em competência dos instrutores da Mediação Judicial

Data: 8 a 12/04/2013, Local: Local: Capital , Número de inscritos: 24

Capacitação em competências da Mediação Judicial

Data: 22 a 26/04/2013, Local: Capital, Número de inscritos: 22

Data: 20 a 24/05/2013, Local: Joinville, Número de inscritos: 24

Data: 17 a 21/06/2013, Local: Criciúma, Número de inscritos: 24

Formação Avançada de Conciliadores e Mediadores

Data: 16 a 17/05/2013, Local: Chapecó, Número de inscritos: 102

Data: 6 a 7/06/2013, Local: Lages, Número de inscritos: 110

Formação Integrada de Conciliadores e Mediadores
Data: 10 a 12/07/2013, Local: Fraiburgo, Número de inscritos: 85
Data: 24 a 26/07/2013, Local: Chapecó, Número de inscritos: 82
Data: 21 a 23/08/2013, Local: Lages, Número de inscritos: 85
Data: 28 a 30/08/2013, Local: Criciúma, Número de inscritos: 61
Data: 11 a 13/09/2013, Local: Balneário Camboriú, Número de inscritos: 105
Data: 25 a 27/09/2013, Local: Capital / Castelmar, Número de inscritos: 130
Formação de Base em Mediação Familiar
Local: Capital/Academia Judicial, de 21 a 23/10/2013, Número de inscritos: 38
Local: Laguna, de 3 a 5/07/2013, Número de inscritos: 30
Capacitação de Juízes Leigos
Data 1ª etapa presencial: 15/10/2013
Local: Capital
Número de inscritos: 98
III Encontro Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos
Data: 25 e 26/11/2013
Local: Capital
Número de inscritos: 388
Total de pessoas inscritas 1.408

Fonte: Academia Judicial/TJSC

NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO 2º GRAU

QUADRO ESTATÍSTICO DO ANO DE 2013

NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO 2º GRAU							
MÊS	PROCESSOS PAUTADOS	AUDIÊNCIAS REALIZADOS	EXITOSAS	INEXITOSAS	SUSPENSAS	AUSÊNCIAS	JUNTADAS DE ACORDO
Janeiro	0	0	0	0	0	0	6
Fevereiro	3	3	0	1	2	0	2
Março	244	244	26	114	34	70	4
Abril	9	9	1	6	2	0	7
Maio	111	111	11	50	5	45	2
Junho	18	18	1	8	6	3	3
Julho	0	0	0	0	0	0	3
Agosto	146	144	13	59	18	54	1
Setembro	65	65	9	26	15	15	1
Outubro	125	125	8	51	25	41	1
Novembro	121	121	5	34	10	72	1
Dezembro	70	70	13	21	13	23	0
TOTAL	**912**	**910**	**87**	**370**	**130**	**323**	**31**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – Segundo Grau – SAJ/SG

NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO 2º GRAU			
MÊS	**TOTAL DE ACORDOS**	**PESSOAS ATENDIDAS**	**VALOR DOS ACORDOS**
Janeiro	6	0	R$ 644.344,96
Fevereiro	2	13	R$ 9.270,00
Março	30	795	R$ 1.127.186,04
Abril	8	30	R$ 350.010,00
Maio	13	371	R$ 146.893,00
Junho	4	48	R$ 25.305,00
Julho	3	0	R$ 91.570,00
Agosto*	14	382	R$ 40.326.325,28
Setembro	10	146	R$ 611.716,09
Outubro	9	284	R$ 114.033,72
Novembro	6	232	R$ 63.148,00
Dezembro	13	172	R$ 826.809,30
TOTAL	**118**	**2.473**	**R$ 44.336.611,39**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – Segundo Grau – SAJ/SG

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

SECRETARIA ESTATÍSTICA DAS INSTÂNCIAS RECURSAIS

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina no ano de 2013:

- Recebeu **112.266** processos, sendo **89.412** casos novos, entre ações originárias e recursos oriundos das Comarcas e **22.854** recursos internos.
- Registrou a interposição de **20.995** recursos de competência dos Tribunais Superiores.
- Julgou **119.494** processos de competência do Tribunal de Justiça, sendo **91.767** por acórdão e **27.727** por decisões monocráticas de relator em gabinete.
- Teve **91.253** acórdãos assinados, todos publicados no Diário da Justiça Eletrônico.
- Remeteu a outros Tribunais e a Tribunais Superiores o total de **21.373** processos, sendo 93,7% deste volume referente ao envio de processos ao Superior Tribunal de Justiça. Houve, ainda, no mesmo período, a baixa à origem de **85.023** processos e arquivamento de **13.279**.
- Teve, dentre os despachos que foram proferidos pelos magistrados, cerca de **20.397** referentes à admissibilidade de Recursos Especiais e Extraordinários.
- Registrou **53.391** despachos como revisores, **140.350** despachos como relatores, e **143.008** votos em sessões, além de 18.706 decisões liminares, proferidos por Des.es e Juízes de Direito de Segundo Grau.
- Realizou **1.006** sessões.

Em 2014 a Corte Catarinense inicia seus trabalhos com **73.852** processos pendentes de julgamento. Do volume total desses processos, aproximadamente **5.705** são da competência da Segunda e Terceira Vice-Presidências (recursos aos Tribunais Superiores e incidentes processuais) e **68.147** dos demais órgãos julgadores (recursos oriundos da primeira instância, ações de competência originária do TJSC, bem como incidentes processuais).

Existem, ainda, cerca de **12.186** recursos sobrestados que aqui aguardam decisão dos Tribunais Superiores.

DISTRIBUIÇÃO

No ano de 2013 foram distribuídos **89.412** processos novos, redistribuídos **24.481**, sendo, ainda, interpostos **22.854** incidentes processuais (Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 1).

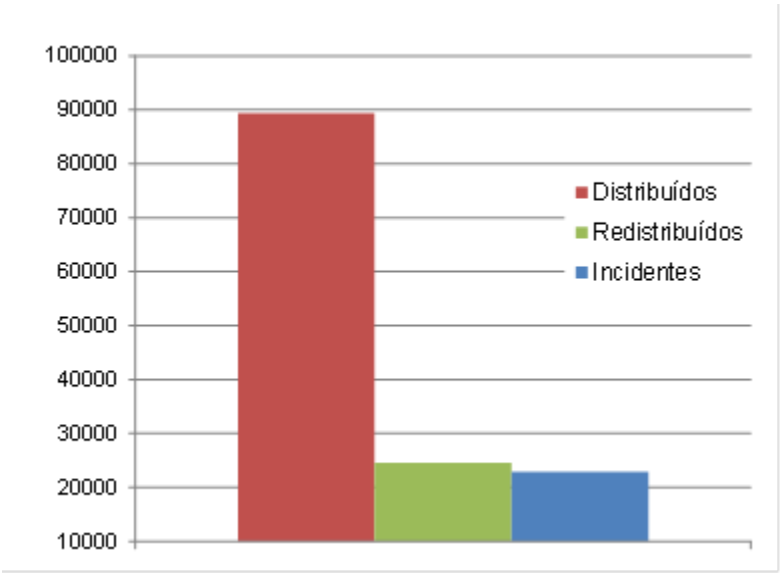


Gráfico 1.1 – Processos distribuídos, redistribuídos e incidentes.

De todos os processos entrados no período, **79,6%** são casos novos e **20,4 %** recursos internos de decisões proferidas pelo próprio Tribunal.

JULGAMENTO

No ano de 2013 foram julgados 119.494 processos, sendo que 76,8% dos julgamentos ocorreram por decisão colegiada (91.767 acórdãos) e 23,2% por decisão monocrática do relator em gabinete (27.727) - Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 2.

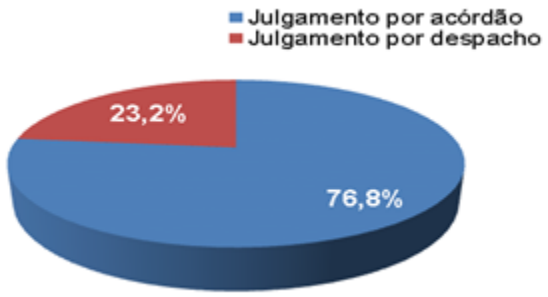


Gráfico 2.1 – Julgamentos por acórdão e por despacho

PRODUTIVIDADE NO TJSC

A produtividade do Tribunal de Justiça em 2013 é apresentada na tabela abaixo.

TABELA 3.1 – PRODUTIVIDADE TJSC EM 2013.

Distribuídos e incidentes (entrados)	112.266
Recebidos por Redistribuição	24.481
Julgamentos	119.494
Acórdãos Assinados	91.253
Despacho do Revisor	53.391
Despacho do Relator	140.350
Voto Relator/Revisor	143.008
Pedido de Vista	2.315
Recebidos por Transferência	45.320
Decisões Liminares	18.706

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 44.

Em 2013, o número de processos julgados superou o número de processos entrados, pois aquele considera todos os processos julgados em 2013, ainda que tenham sido distribuídos em anos anteriores, enquanto que o número de processos entrados considera apenas os processos distribuídos e os incidentes do ano de 2013.

PRODUTIVIDADE NO TJSC POR ÓRGÃO JULGADOR E POR ÓRGÃO JULGADOR E MAGISTRADOS

Nas tabelas abaixo colacionadas (todas as tabelas que constam neste tópico tiveram seus dados extraídos do Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG; Relatórios Estatísticos: Mapa 44), a nominata dos Desembargadores componentes de cada órgão julgador foi ordenada segundo a lista de antiguidade dos magistrados no Tribunal, constando, ainda, os nomes de todos os magistrados que em algum momento integraram os respectivos órgãos fracionários durante o exercício 2013 (inclusive os que mudaram de Câmara, os inativados e falecidos).

Para facilitar a visualização dos dados estatísticos foi ordenado o somatório das participações do magistrado no órgão julgador, observada a condição de titular, substituto e cooperador.

TABELAS DE PRODUTIVIDADE POR ÓRGÃO JULGADOR

ÓRGÃO JULGADOR	DISTRIBUIÇÃO E INCIDENTES	REDISTRIBUIÇÃO	JULGAMENTO POR ACÓRDÃO E DECISÃO MONOCRÁTICA	ACÓRDÃO ASSINADO	DESPACHO REVISOR	DESPACHO DO RELATOR	VOTO RELATOR /REVISOR	PEDIDO DE VISTA	RECEBIDOS POR TRANSFERÊNCIA	DECISÃO LIMINAR
Presidência	93	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Primeira Vice-Presidência	15	2	13	0	0	5	0	0	0	2
Segundo Vice-Presidente	158	1	59	1	0	10	1	0	1.876	0
Terceira Vice-Presidência	4.713	2	1.983	3	0	14	3	0	1.392	0
Tribunal Pleno	18	6	17	13	0	21	13	5	2	0

Órgão Especial	1.817	3.934	5.829	5.715	10	5.785	5.578	40	426	27
Câmara Civil Especial	20.409	845	6.924	1.146	0	20.336	1.154	30	2.576	14.175
Câmara Especial Regional de Chapecó	7.005	223	6.021	3.957	2.488	7.761	6.435	55	3.595	539
Grupo de Câmaras de Direito Civil	216	25	189	120	77	280	195	32	71	18
Primeira Câmara de Direito Civil	2.524	1.119	3.601	2.624	.1837	3.858	4.187	193	8.784	25
Segunda Câmara de Direito Civil	2.303	965	3.262	3.071	1.915	3.832	4.893	103	1.367	21
Terceira Câmara de Direito Civil	2.278	981	3.059	3.018	1.748	3.858	4.737	28	873	10
Quarta Câmara de Direito Civil	2.435	914	3.681	3.381	2.285	4.093	5.697	142	433	20
Quinta Câmara de Direito Civil	2.470	993	4.117	3.526	2.577	4.784	6.081	104	2.065	20
Sexta Câmara de Direito Civil	2.619	952	3.628	3.174	2.194	4.291	5.154	207	2.790	20
Grupo de Câmaras de Drto. Comercial	57	13	72	51	37	110	90	7	13	3
Primeira Câmara de Direito Comercial	6.577	1.528	8.082	2.928	288	4.253	3.195	8	154	5
Segunda Câmara de Direito Comercial	4.325	1.584	5.165	4.981	3.392	6.625	8.064	121	4.628	6
Terceira Câmara de Direito Comercial	4.457	1.575	5.925	5.505	3.506	7.489	8.967	43	1.892	6
Quarta Câmara de Direito Comercial	4.474	1.787	5.344	5.248	3.361	7.362	8.616	30	1.593	0
Quinta Câmara de Direito Comercial	4.887	1.484	8.771	7.517	5.242	9.253	12.763	68	1.212	5
Grupo de Câmaras de Direito Público	1.467	703	2.205	1.589	147	3.611	1.760	124	311	729
Primeira Câmara de Direito Público	5.285	926	5.668	4.714	3.608	5.539	8.316	227	1.519	12
Segunda Câmara de Direito Público	5.532	881	6.910	5.738	4.093	6.526	9.631	140	1.487	8
Terceira Câmara de Direito Público	5.605	906	7.169	4.970	3.477	5.812	8.458	58	1.381	8
Quarta Câmara de Direito Público	5.298	879	5.919	4.790	3.488	5.211	8.228	88	656	10
Seção Criminal	434	28	482	305	274	531	524	25	62	32
Primeira Câmara Criminal	3.359	200	3.770	3.445	1.731	4.608	5.152	24	973	618
Segunda Câmara Criminal	3.390	228	3.782	3.217	2.081	4.421	5.200	126	955	530
Terceira Câmara Criminal	3.430	187	3.474	2.752	1.487	3.878	4.177	40	452	521
Quarta Câmara Criminal	3.351	200	3.897	3.542	2.038	4.731	5.517	245	1.771	613
Plantão Judiciário	976	72	106	0	0	908	0	0	2	503
Terceira Câmara Direito Civil (Janeiro)	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Segunda Câmara Direito Público (Janeiro)	71	64	21	7	10	143	17	0	9	76
Terceira Câmara Criminal (Janeiro)	217	274	349	205	0	410	205	2	0	144
TOTAL	**112.266**	**24.481**	**119.494**	**91.253**	**53.391**	**140.350**	**143.008**	**2.315**	**45.320**	**18.706**

TABELAS DE PRODUTIVIDADE POR MAGISTRADO NA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIAS

PRESIDÊNCIA

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Cláudio Barreto Dutra	93	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**93**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Sérgio Paladino	15	2	11	0	0	5	0	0	0	2
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**15**	**2**	**13**	**0**	**0**	**5**	**0**	**0**	**0**	**2**

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

magistrado	distribuição e incidentes	redistribuição	julgamento por acórdão e decisão monocrática	acórdão assinado	despacho revisor	despacho do relator	voto relator /revisor	pedido de vista	recebidos por transferência	decisão liminar
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	155	1	57	1	0	10	1	0	1.801	0
Des. Rui Fortes	3	0	2	0	0	0	0	0	75	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**158**	**1**	**59**	**1**	**0**	**10**	**1**	**0**	**1.876**	**0**

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Rui Fortes	4.712	2	1.983	3	0	13	3	0	1.389	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	1	0	0	0	0	1	0	0	3	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.713**	**2**	**1.983**	**3**	**0**	**14**	**3**	**0**	**1.392**	**0**

TABELAS DE PRODUTIVIDADE POR MAGISTRADO NOS ÓRGÃOS JULGADORES

TRIBUNAL PLENO

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Jaime Luiz Vicari	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Pedro Manoel Abreu	2	0	1	1	0	1	1	0	0	0
Des. Newton Trisotto	3	0	0	0	0	1	0	1	0	0
Des. Nelson Schaefer Martins	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. José Volpato de Souza	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0
Des. Cesar Abreu	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. Cid Goulart	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Des. Alexandre d'Ivanenko	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0
Desa. Rejane Andersen	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desa. Soraya Nunes Lins	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	1	0	1	2	0	1	1	1	0	0
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Des. Raulino Jacó Brüning	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0
Des. Roberto Lucas Pacheco	0	0	2	2	0	1	2	1	0	0
Des. João Batista Góes Ulysséa	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Des. Ronei Danielli	1	1	2	1	0	3	1	1	0	0
Des. Luiz Fernando Boller	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0
Des. Paulo Roberto Sartorato	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Tulio Pinheiro	1	0	1	1	0	3	1	0	1	0
Des. Rodrigo Collaço	2	1	1	1	0	0	1	0	0	0
Des. Sérgio Rizelo	2	0	1	1	0	1	1	0	0	0
Desa. Denise Volpato	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**18**	**6**	**17**	**13**	**0**	**21**	**13**	**5**	**2**	**0**

ÓRGÃO ESPECIAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Jaime Luiz Vicari	31	122	229	224	0	225	222	2	0	2
Des. Carlos Prudêncio	64	165	216	212	1	167	213	2	2	0
Des. Gaspar Rubick	98	163	256	232	0	241	236	0	4	2
Des. Pedro Manoel Abreu	78	169	252	245	0	255	247	1	0	5
Des. Trindade dos Santos	106	146	312	303	1	325	303	1	26	3
Des. Cláudio Barreto Dutra	2	4	9	4	1	4	5	0	0	0
Des. Newton Trisotto	37	174	259	251	1	249	249	12	0	0
Des. Sérgio Paladino	5	3	9	7	0	8	9	1	0	0
Des. Luiz Cézar Medeiros	102	160	268	262	1	264	261	4	5	1
Des. Vanderlei Romer	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. Eládio Torret Rocha	83	167	252	220	0	229	223	0	2	3
Des. Nelson Schaefer Martins	84	166	244	245	1	224	224	2	0	1
Des. José Volpato de Souza	101	148	252	223	0	246	244	0	21	0
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1	0	1	2	0	1	1	0	0	0
Des. Monteiro Rocha	2	2	0	0	0	0	0	0	1	0
Des. Fernando Carioni	89	173	271	269	0	281	269	0	0	1
Des. Torres Marques	7	50	3	0	0	1	0	1	0	0
Des. Rui Fortes	2	1	0	0	0	5	0	0	0	0
Des. Marcus Tulio Sartorato	101	171	240	266	0	254	239	1	1	2
Des. Ricardo Fontes	91	278	385	399	0	366	368	0	26	0
Des. Salim Schead dos Santos	98	232	349	360	0	332	330	1	20	1
Des. Cid Goulart	4	22	1	1	0	2	1	0	1	0
Des. Jaime Ramos	88	159	239	233	0	236	236	1	0	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	35	44	60	99	0	52	52	1	45	0
Des. Sérgio Izidoro Heil	80	130	226	234	1	225	222	1	43	2
Des. João Henrique Blasi	100	156	261	254	2	249	251	2	1	2

Des. Joel Figueira Júnior	14	122	0	0	0	162	0	0	32	0
Des. Jânio Machado	71	194	338	322	1	322	320	5	55	1
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	81	185	261	255	0	259	258	0	114	0
Des. Raulino Jacó Brüning	67	192	301	276	0	282	277	2	25	1
Des. José Inacio Schaefer	95	236	334	317	0	319	318	0	2	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1.817**	**3.934**	**5.829**	**5.715**	**10**	**5.785**	**5.578**	**40**	**426**	**27**

CÂMARA CIVIL ESPECIAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Rui Fortes	0	0	0	1	0	0	0	7	0	0
Des. Domingos Paludo	5.075	324	1.730	228	0	5.065	235	5	11	3.215
Des. Newton Varella Júnior	315	13	78	0	0	201	0	0	0	164
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	5.168	310	1.580	289	0	4.801	291	2	113	3.513
Desa. Cláudia Lambert de Faria	5.157	83	1.490	335	0	5.782	335	9	398	3.821
Des. Luiz Zanelato	4.509	107	1.553	206	0	3.146	207	1	272	2.458
Desa. Rosane Portella Wolff	184	8	492	87	0	1.312	86	6	1.682	980
Des. Artur Jenichen Filho	1	0	1	0	0	29	0	0	100	24
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**20.409**	**845**	**6.924**	**1.146**	**0**	**20.336**	**1.154**	**30**	**2.576**	**14.175**

CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ – CERC

CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ - CERC

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Jaime Luiz Vicari	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. José Volpato de Souza	0	0	0	0	0	0	0	12	0	0
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior	2.142	44	2.323	1.223	593	2.160	1.771	9	0	50
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	335	11	198	129	83	177	202	2	1	6
Des. Artur Jenichen Filho	1.718	46	1.701	1.529	404	2.706	1.908	0	5	312
Des. Paulo Ricardo Bruschi	1.578	71	1.340	851	735	1.665	1.625	24	8	125
Des. Luiz Cesar Schweitzer	1.125	49	435	225	641	991	929	3	1.415	38
Des. Rubens Schulz	107	2	24	0	32	62	0	4	2.166	8
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**7.005**	**223**	**6.021**	**3.957**	**2.488**	**7.761**	**6.435**	**55**	**3.595**	**539**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Luiz Carlos Freyesleben	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Jaime Luiz Vicari	6	1	4	2	1	2	2	2	0	0
Des. Carlos Prudêncio	9	1	9	3	1	8	6	2	0	2
Des. Trindade dos Santos	9	1	11	7	2	19	12	0	2	2
Des. Eládio Torret Rocha	10	3	7	7	7	12	12	0	1	2
Des. Monteiro Rocha	11	0	3	0	0	14	2	0	1	1
Des. Fernando Carioni	16	1	16	13	1	27	15	0	1	1
Des. Marcus Tulio Sartorato	11	1	8	3	7	8	9	0	1	1
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	14	2	19	11	3	17	14	3	0	3
Des. Sérgio Izidoro Heil	12	0	17	18	4	16	17	5	9	0
Des. Victor Ferreira	9	1	6	6	7	10	13	2	0	1
Des. Joel Figueira Júnior	14	1	19	17	7	32	21	5	1	0
Des. Henry Petry Junior	10	2	12	7	13	11	15	1	0	0
Des. Raulino Jacó Brüning	7	0	8	4	2	9	8	1	12	0
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	10	1	6	2	8	3	11	0	2	0
Des. João Batista Góes Ulysséa	10	0	12	2	2	23	6	1	1	0
Des. Ronei Danielli	13	3	18	12	1	21	11	3	0	1
Des. Luiz Fernando Boller	8	0	3	1	5	13	7	0	1	1
Desa. Denise Volpato	8	0	2	2	2	9	4	1	15	0
Des. Stanley da Silva Braga	7	1	3	1	1	5	3	0	1	0
Des. Saul Steil	2	1	0	0	0	1	0	5	0	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	4	1	0	0	1	4	1	1	0	0
Des. Odson Cardoso Filho	3	0	2	0	0	7	2	0	2	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	0	0	1	2	0	3	1	0	1	0
Des. Jorge Luis Costa Beber	6	0	1	0	0	2	0	0	2	1
Des. Gerson Cherem II	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	7	4	2	0	2	4	2	0	10	2

TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	216	25	189	120	77	280	195	32	71	18

CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Carlos Prudêncio	858	298	1.177	647	940	748	1.432	57	94	7
Des. Joel Figueira Júnior	109	54	138	148	38	238	169	8	14	1
Des. Raulino Jacó Brüning	436	233	628	291	141	564	404	71	1.241	4
Des. Sebastião César Evangelista	32	6	0	0	0	0	0	0	1.097	0
Desa. Denise Volpato	348	191	613	617	343	976	906	30	59	4
Des. Stanley da Silva Braga	31	18	4	4	65	24	77	5	3	1
Des. Saul Steil	18	2	48	53	8	52	51	4	3	0
Des. Odson Cardoso Filho	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	5	0	71	79	0	124	68	0	16	0
Des. Jorge Luis Costa Beber	29	15	0	0	1	6	1	0	18	1
Des. Guilherme Nunes Born	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. Gerson Cherem II	111	52	115	51	86	111	140	4	2.765	1
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	547	250	806	734	215	1.014	939	11	3.473	6
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2.524	1.119	3.601	2.624	1.837	3.858	4.187	193	8.784	25

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Luiz Carlos Freyesleben	59	15	2	0	1	2	1	0	0	0
Des. Trindade dos Santos	625	275	844	791	467	915	1.267	15	10	6
Des. Monteiro Rocha	546	212	760	719	351	916	1.044	8	872	5
Des. João Batista Góes Ulysséa	695	285	853	750	556	1.062	1.273	39	7	7
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	340	153	802	810	540	935	1.307	38	478	3
Des. Volnei Celso Tomazini	7	8	0	0	0	1	0	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	30	17	0	0	0	0	0	2	0	0
Desa. Rosane Portella Wolff	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2.303	965	3.262	3.071	1.915	3.832	4.893	103	1.367	21

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Fernando Carioni	659	286	715	711	819	961	1.517	10	11	1
Des. Marcus Tulio Sartorato	596	261	732	730	448	874	1.165	6	92	3
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	666	265	686	658	413	933	1.074	8	74	6
Des. Saul Steil	340	160	926	919	68	1.065	981	3	696	0
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	17	9	0	0	0	25	0	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2.278	981	3.059	3.018	1.748	3.858	4.737	28	873	10

QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Eládio Torret Rocha	688	292	776	705	603	824	1.089	9	34	5
Des. Victor Ferreira	666	278	673	542	610	692	1.363	77	65	8
Des. Luiz Fernando Boller	759	271	1.172	1.114	505	1366	1.669	17	6	5
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	18	0	16	0	0	0
Des. Saul Steil	16	1	3	3	0	19	3	3	0	0
Des. Jorge Luis Costa Beber	306	72	1.057	1.017	549	1.192	1.557	34	328	2
Desa. Rosane Portella Wolff	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2.435	914	3.681	3.381	2.285	4.093	5.697	142	433	20

QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar

Des. Monteiro Rocha	69	39	51	44	88	89	162	1	0	1
Des. Sérgio Izidoro Heil	558	274	899	795	843	980	1.518	45	922	4
Des. Henry Petry Junior	736	254	1.121	983	763	1.313	1.738	23	20	6
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	741	278	1.210	946	605	1.343	1.610	18	32	4
Des. Saul Steil	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
Des. Odson Cardoso Filho	366	148	836	758	278	1.058	1.053	16	1.091	5
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.470**	**993**	**4.117**	**3.526**	**2.577**	**4.784**	**6.081**	**104**	**2.065**	**20**

SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Jaime Luiz Vicari	362	175	640	595	592	700	1.165	17	5	4
Des. Joel Figueira Júnior	685	259	914	766	565	1.107	1.247	69	1.022	6
Des. Ronei Danielli	904	271	1.183	946	603	1.134	1.485	87	39	6
Desa. Denise Volpato	75	34	42	41	10	118	59	3	848	0
Des. Stanley da Silva Braga	522	203	726	704	404	1.130	1.065	23	854	4
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. Saul Steil	4	0	17	16	20	26	28	6	14	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	1	0	3	2	0	3	2	1	0	0
Desa. Rosane Portella Wolff	66	10	103	104	0	73	103	0	8	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.619**	**952**	**3.628**	**3.174**	**2.194**	**4.291**	**5.154**	**207**	**2.790**	**20**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Ricardo Fontes	5	0	4	5	0	14	3	1	1	0
Des. Salim Schead dos Santos	0	0	4	3	1	7	5	1	0	0
Des. Lédio Rosa de Andrade	0	0	0	0	1	0	1	0	3	0
Des. José Carlos Carstens Köhler	5	0	3	1	2	4	3	0	0	0
Desa. Rejane Andersen	5	1	10	5	0	12	7	0	1	0
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	3	0	8	4	4	12	10	1	2	0
Des. Rodrigo Cunha	5	1	9	7	4	8	10	0	0	0
Des. Jânio Machado	7	0	7	4	4	4	8	1	0	0
Desa. Soraya Nunes Lins	5	0	7	6	2	11	9	0	0	1
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	4	2	6	6	6	9	12	2	1	0
Des. Raulino Jacó Brüning	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1
Des. José Inacio Schaefer	4	1	7	6	3	11	9	0	0	0
Des. Getúlio Corrêa	1	0	0	0	1	1	0	0	3	0
Des. Tulio Pinheiro	3	2	3	2	3	4	5	0	0	0
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	2	1	3	1	3	3	4	1	0	0
Des. Robson Luz Varella	1	1	0	0	2	1	2	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira	5	0	1	1	0	2	1	0	1	0
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli (Substituto)	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Guilherme Nunes Born	1	1	0	0	1	3	1	0	0	1
Des. Dinart Francisco Machado (Substituto)	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Des. Gerson Cherem II (Substituto)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**57**	**13**	**72**	**51**	**37**	**110**	**90**	**7**	**13**	**3**

CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Ricardo Fontes	1.947	454	2.325	802	164	1.132	948	2	28	0
Des. Salim Schead dos Santos	2.070	489	2.502	901	56	1.225	955	3	44	1
Des. Rodrigo Cunha	2.220	499	2.714	876	68	1.380	943	2	19	1
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	340	86	541	349	0	516	349	1	63	3
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.577**	**1.528**	**8.082**	**2.928**	**288**	**4.253**	**3.195**	**8**	**154**	**5**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Desa. Rejane Andersen	1.402	469	2.065	2.055	701	2.557	2.606	36	163	1
Des. Raulino Jacó Brüning	320	89	251	204	188	259	268	7	1	0
Des. João Batista Góes Ulysséa	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0
Des. Getúlio Corrêa	184	97	44	31	30	87	60	1	2.080	0
Des. Robson Luz Varella	1.304	463	1.981	1.907	1.142	2.507	3.008	38	226	1
Des. Stanley da Silva Braga	0	0	0	0	89	0	105	0	0	0
Des. Odson Cardoso Filho	19	7	0	0	0	26	0	0	0	0
Des. Guilherme Nunes Born	181	107	1	0	124	3	103	14	1	0
Des. Dinart Francisco Machado	885	342	798	783	1.118	1.183	1.914	25	2.120	4
Des. Gerson Cherem II	30	10	25	0	0	0	0	0	37	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.325**	**1.584**	**5.165**	**4.981**	**3.392**	**6.625**	**8.064**	**121**	**4.628**	**6**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1.319	462	1.415	1.323	1.167	1.914	2.506	28	166	1
Des. Raulino Jacó Brüning	4	0	0	0	0	10	0	0	0	0
Des. Tulio Pinheiro	1.380	460	1.962	1.737	893	2.251	2.663	1	34	2
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	1.272	441	1.580	1.580	1.097	2.274	2.681	11	157	3
Des. Robson Luz Varella	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0
Des. Júlio César Knoll	2	0	5	13	0	3	5	0	0	0
Des. Francisco Oliveira Neto	35	31	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Gerson Cherem II	410	154	963	852	339	971	1.112	3	804	0
Desa. Rosane Portella Wolff	35	27	0	0	10	57	0	0	731	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.457**	**1.575**	**5.925**	**5.505**	**3.506**	**7.489**	**8.967**	**43**	**1.892**	**6**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Lédio Rosa de Andrade	401	172	297	273	357	425	604	2	416	0
Des. José Carlos Carstens Köhler	1.059	384	1.382	1.382	1.366	1.562	2.729	1	4	0
Des. José Inacio Schaefer	1.219	474	1.504	1.495	1.227	2.411	2.761	12	109	0
Des. Altamiro de Oliveira	1.252	542	1.671	1.610	141	2.339	1.759	8	903	0
Des. Saul Steil	455	139	487	486	221	624	707	0	160	0
Des. Júlio César Knoll	40	31	0	0	33	0	39	0	0	0
Des. Guilherme Nunes Born	1	0	1	2	16	1	17	7	0	0
Des. Gerson Cherem II	47	45	2	0	0	0	0	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.474**	**1.787**	**5.344**	**5.248**	**3.361**	**7.362**	**8.616**	**30**	**1.593**	**0**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1.342	396	1.815	1.215	2.027	1.645	2.705	13	9	3
Des. Jânio Machado	1.396	412	2.277	1.859	1.397	2.371	3.830	22	4	1
Desa. Soraya Nunes Lins	1.333	429	2.143	1.971	1.216	2.464	3.167	12	7	1
Des. Volnei Celso Tomazini	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Des. Guilherme Nunes Born	816	247	2.536	2.472	602	2.773	3.060	21	1.192	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.887**	**1.484**	**8.771**	**7.517**	**5.242**	**9.253**	**12.763**	**68**	**1.212**	**5**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Gaspar Rubick	90	39	171	76	10	241	126	0	84	41
Des. Pedro Manoel Abreu	121	34	186	131	5	259	135	1	20	60
Des. Newton Trisotto	123	48	148	79	10	281	109	37	23	61
Des. Luiz Cézar Medeiros	123	72	240	218	16	332	216	11	17	46
Des. Nelson Schaefer Martins	67	75	140	117	20	282	140	8	22	50
Des. José Volpato de Souza	115	41	164	132	7	278	145	2	11	64
Des. Cesar Abreu	133	62	235	173	7	330	183	10	53	57
Des. Cid Goulart	146	33	198	129	13	288	143	8	4	69
Des. Jaime Ramos	142	41	197	148	19	339	177	11	1	74

Des. João Henrique Blasi	155	28	160	155	13	312	126	25	0	87
Des. Jorge Luiz de Borba	101	86	175	128	9	290	138	4	23	50
Des. Jânio Machado	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desa. Sônia Maria Schmitz	83	61	145	79	11	182	92	6	12	32
Des. Ricardo Roesler	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	10	61	16	12	2	87	15	0	16	3
Des. Carlos Adilson Silva	25	14	27	10	1	60	10	0	16	11
Des. Júlio César Knoll	19	5	2	2	4	28	5	1	3	13
Des. Francisco Oliveira Neto	11	3	1	0	0	22	0	0	6	11
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1.467**	**703**	**2.205**	**1.589**	**147**	**3.611**	**1.760**	**124**	**311**	**729**

CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator / Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Gaspar Rubick	1.299	260	1.173	1.068	864	1.206	1.946	16	247	2
Des. Newton Trisotto	1.730	263	1.801	1.215	966	1.373	2.181	84	62	3
Des. Jorge Luiz de Borba	1.707	309	1.437	1.375	813	1.389	2.194	61	14	4
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	549	94	1.257	1.056	965	1.571	1.995	66	1.196	3
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.285**	**926**	**5.668**	**4.714**	**3.608**	**5.539**	**8.316**	**227**	**1.519**	**12**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Nelson Schaefer Martins	1.582	281	1.435	1.351	1.934	1.471	3.246	64	14	5
Des. Cid Goulart	1.658	250	1.521	1.254	1.035	1.615	2.249	37	34	1
Des. João Henrique Blasi	1.707	275	1.670	1.343	1.011	1.435	2.237	36	7	2
Des. Ricardo Roesler	2	0	0	11	0	2	0	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0
Des. Francisco Oliveira Neto	583	74	2.283	1.778	113	2.002	1.898	3	1.432	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.532**	**881**	**6.910**	**5.738**	**4.093**	**6.526**	**9.631**	**140**	**1.487**	**8**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Pedro Manoel Abreu	1.728	236	2.273	1.293	1.048	1.454	2.342	2	206	3
Des. Luiz Cézar Medeiros	1.821	254	2.143	1.500	1.430	1.664	2.947	24	91	4
Des. Cesar Abreu	1.575	299	1.677	1.240	864	1.316	2.097	21	137	1
Desa. Sônia Maria Schmitz	1	0	4	4	0	3	4	0	0	0
Des. Carlos Adilson Silva	480	117	1.072	933	135	1.373	1.068	11	947	0
Des. Júlio César Knoll	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.605**	**906**	**7.169**	**4.970**	**3.477**	**5.812**	**8.458**	**58**	**1.381**	**8**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. José Volpato de Souza	1.571	253	1.425	1.196	1.036	1.324	2.164	18	24	1
Des. Jaime Ramos	1.659	276	1.663	1.565	1.007	1.644	2.576	36	3	4
Desa. Sônia Maria Schmitz	1.543	254	1.667	967	954	1.018	1.841	4	17	3
Des. Rodrigo Collaço	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	0	0	0	0	28	0	0	0
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Des. Júlio César Knoll	525	96	1.164	1.062	491	1.224	1.619	29	612	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.298**	**879**	**5.919**	**4.790**	**3.488**	**5.211**	**8.228**	**88**	**656**	**10**

SEÇÃO CRIMINAL

SEÇÃO CRIMINAL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Torres Marques	36	3	38	22	42	26	60	2	0	1
Des. Alexandre d'Ivanenko	31	2	38	19	14	26	31	2	5	0
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	30	1	28	23	15	41	35	2	0	0
Des. Jorge Schaefer Martins	33	1	25	23	22	76	41	3	3	3
Desa. Marli Mosimann Vargas	35	0	39	21	26	30	34	1	3	1
Des. Sérgio Izidoro Heil	3	1	0	0	0	3	0	0	0	0
Des. Roberto Lucas Pacheco	32	3	30	22	20	41	36	4	2	7
Des. Paulo Roberto Sartorato	24	4	38	29	14	34	43	0	0	1
Des. Carlos Alberto Civinski	26	1	56	14	23	23	37	6	6	1
Des. Ricardo Roesler	37	0	44	17	27	24	42	2	1	0
Des. Rodrigo Collaço	34	1	43	37	12	51	37	1	8	5
Des. Sérgio Rizelo	30	1	22	19	20	42	37	1	17	1
Des. Newton Varella Júnior	7	1	0	0	11	7	11	0	2	1
Des. José Everaldo Silva	18	0	4	6	11	14	13	0	2	1
Des. Volnei Celso Tomazini	10	3	6	0	3	8	0	0	7	2
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	14	2	7	4	2	17	12	0	3	1
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	33	4	64	49	12	67	55	1	3	7
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**434**	**28**	**482**	**305**	**274**	**531**	**524**	**25**	**62**	**32**

CÂMARAS CRIMINAIS

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Desa. Marli Mosimann Vargas	1.010	72	1.027	969	847	1.296	1799	1	13	197
Des. Paulo Roberto Sartorato	913	50	992	902	427	1.240	1344	4	22	185
Des. Carlos Alberto Civinski	830	50	961	821	402	1.075	1.204	17	104	116
Des. Domingos Paludo	5	0	24	26	0	28	24	0	25	0
Des. Newton Varella Júnior	124	7	162	131	26	164	156	1	98	19
Des. Altamiro de Oliveira	0	0	23	23	0	25	23	0	25	0
Des. José Everaldo Silva	420	17	557	550	29	726	579	1	660	91
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	57	4	24	23	0	54	23	0	26	10
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.359**	**200**	**3.770**	**3.445**	**1.731**	**4.608**	**5.152**	**24**	**973**	**618**

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Sérgio Izidoro Heil	121	4	85	70	84	119	119	5	1	9
Des. Ricardo Roesler	991	80	1.067	789	1.021	1.091	1.776	50	14	91
Des. Sérgio Rizelo	835	46	640	518	540	838	1.034	26	261	166
Des. Volnei Celso Tomazini	458	33	796	728	88	926	818	20	635	95
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	985	65	1.194	1.111	348	1.446	1.453	25	44	169
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.390**	**228**	**3.782**	**3.217**	**2.081**	**4.421**	**5.200**	**126**	**955**	**530**

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Torres Marques	1.079	57	988	687	351	911	1.034	23	21	144
Des. Alexandre d'Ivanenko	1.033	55	949	775	314	1.090	1.086	9	31	141
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	899	47	855	685	370	1.057	1.048	4	48	147
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	419	28	682	605	452	820	1.009	4	352	89
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.430**	**187**	**3.474**	**2.752**	**1.487**	**3.878**	**4.177**	**40**	**452**	**521**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Jorge Schaefer Martins	1.030	75	933	863	599	1.261	1.444	71	42	189
Des. Roberto Lucas Pacheco	977	50	766	721	651	1.053	1.330	76	27	189
Des. Rodrigo Collaço	875	56	1.081	891	235	1.166	1.110	55	121	152
Des. Newton Varella Júnior	255	8	412	377	378	470	738	18	764	43
Des. José Everaldo Silva	155	10	241	235	174	280	440	19	358	36
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	28	1	1	1	0	4	0	0	0	4
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	31	0	463	454	1	497	455	6	459	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.351**	**200**	**3.897**	**3.542**	**2.038**	**4.731**	**5.517**	**245**	**1.771**	**613**

PLANTÃO JUDICIÁRIO

PLANTÃO JUDICIÁRIO										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Cesar Abreu	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. Sebastião César Evangelista	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Desa. Denise Volpato	21	0	0	0	0	21	0	0	0	5
Des. Domingos Paludo	65	2	1	0	0	60	0	0	1	10
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	33	2	2	0	0	39	0	0	0	26
Des. Carlos Adilson Silva	30	1	4	0	0	27	0	0	1	13
Des. Stanley da Silva Braga	37	2	3	0	0	36	0	0	0	4
Des. Newton Varella Júnior	49	4	5	0	0	47	0	0	0	10
Des. Altamiro de Oliveira	60	6	8	0	0	56	0	0	0	27
Des. Saul Steil	77	3	15	0	0	56	0	0	0	32
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	44	3	2	0	0	44	0	0	0	24
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	72	2	5	0	0	52	0	0	0	29
Des. Odson Cardoso Filho	51	2	0	0	0	45	0	0	0	33
Des. José Everaldo Silva	41	8	2	0	0	47	0	0	0	40
Des. Volnei Celso Tomazini	30	4	9	0	0	27	0	0	0	17
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	20	1	4	0	0	17	0	0	0	12
Des. Júlio César Knoll	41	0	9	0	0	31	0	0	0	23
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	23	5	2	0	0	26	0	0	0	7
Desa. Cláudia Lambert de Faria	12	4	0	0	0	16	0	0	0	8
Des. Francisco Oliveira Neto	27	6	1	0	0	31	0	0	0	23
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	15	6	3	0	0	19	0	0	0	15
Des. Jorge Luis Costa Beber	23	5	2	0	0	27	0	0	0	21
Des. Guilherme Nunes Born	67	1	3	0	0	66	0	0	0	49
Des. Luiz Zanelato	39	0	10	0	0	31	0	0	0	19
Des. Dinart Francisco Machado	33	2	7	0	0	29	0	0	0	13
Des. Gerson Cherem II	35	0	3	0	0	30	0	0	0	23
Desa. Rosane Portella Wolff	17	2	0	0	0	18	0	0	0	12
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	8	0	1	0	0	7	0	0	0	7
Des. Artur Jenichen Filho	6	0	3	0	0	3	0	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**976**	**72**	**106**	**0**	**0**	**908**	**0**	**0**	**2**	**503**

ÓRGÃOS JULGADORES – JANEIRO/2013

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO/2013)										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Torres Marques	56	66	94	52	0	84	51	1	0	29
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	57	68	89	54	0	119	55	1	0	38
Des. Alexandre d'Ivanenko	57	67	85	46	0	104	46	0	0	41
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	47	73	81	53	0	103	53	0	0	36
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	0	0	0	53	0	0	0	0	0	0
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	47	73	81	0	0	103	53	0	0	36
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**217**	**274**	**349**	**205**	**0**	**410**	**205**	**2**	**0**	**144**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL (JANEIRO/2013)										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Marcus Tulio Sartorato	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**0**	**0**	**0**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO (JANEIRO/2013)										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Redistribuição	Julgamento por Acórdão e Decisão Monocrática	Acórdão Assinado	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transferência	Decisão Liminar
Des. Luiz Cézar Medeiros	19	9	6	0	0	27	0	0	0	18
Des. Nelson Schaefer Martins	8	16	1	0	10	26	0	0	0	13
Des. José Volpato de Souza	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Des. Cid Goulart	15	13	2	0	0	27	10	0	0	16
Des. João Henrique Blasi	9	16	1	0	0	27	0	0	0	15
Des. Carlos Adilson Silva	19	10	10	7	0	36	7	0	9	14
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**71**	**64**	**21**	**7**	**10**	**143**	**17**	**0**	**9**	**76**

PROCESSOS REMETIDOS A OUTROS TRIBUNAIS, BAIXADOS À ORIGEM, ARQUIVADOS, ENTRADOS E JULGADOS

	Remetidos a outros Tribunais	Remessa ao STF	Remessa ao STJ	Baixados à origem	Arquivados	Entrados	Julgados
TOTAL	**728**	**611**	**20.034**	**85.023**	**13.279**	**112.388**	**119.508**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 10.

INTERPOSIÇÃO E ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

No ano de 2013, aproximadamente 80% dos recursos distribuídos aos Tribunais Superiores foram Recursos Especiais e 20% Recursos Extraordinários e Ordinários, conforme se conclui dos dados apresentados abaixo.

TABELA 5.1 – INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Órgão Julgador	Distribuição Recurso Especial	Distribuição Recurso Extraordinário	Distribuição Medida Cautelar	Distribuição Embargos Declaratórios	Distribuição Agravo Regimental	Distribuição Recurso Ordinário	Agravos art. 544 CPC (aguardando julgamento)	Reentrada Rec/Incid
Segunda Vice-Presidência	4.009	1.312	29	71	48	337	64	2.079
Terceira Vice-Presidência	12.737	2.591	40	241	4.365	9	1.959	3.624
TOTAL	**16.746**	**3.903**	**69**	**312**	**4.413**	**346**	**2.023**	**5.703**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 46.

No que se refere à admissibilidade dos recursos interpostos aos Tribunais Superiores, os dados apresentados na tabela abaixo demonstram que, em 2013, as Vice-Presidências do TJSC analisaram a admissibilidade de 16.258 Recursos Especiais, representando aproximadamente 98% do volume de Recursos Especiais interpostos no mesmo período.

TABELA 5.2 – ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS INTERPOSTOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Órgão Julgador	Recurso Especial admitido	Recurso Especial negado	Recurso Extraordinário admitido	Recurso Extraordinário negado	Decisões diversas publicadas	Despachos diversos não publicados	Redistribuição
Segunda Vice-Presidência	1.205	3.004	192	982	4.153	1.122	0

Terceira Vice-Presidência	1.696	10.478	5	2.835	15.757	3.655	4
TOTAL	**2.901**	**13.482**	**197**	**3.817**	**19.910**	**4.777**	**4**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 15.

Dos Recursos Especiais analisados em 2013, 13.482 não foram admitidos, representando cerca de 82,3% do volume de Recursos Especiais analisados.

As Vice-Presidências do TJSC analisaram, ainda, no mesmo período, a admissibilidade de 4.014 Recursos Extraordinários; 2,8 % a mais do volume de Recursos Extraordinários distribuídos em 2013.

Dentre os Recursos Extraordinários analisados, 3.817 foram negados, representam cerca de 95% do volume de Recursos Extraordinários analisados.

SESSÕES REALIZADAS

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	ADMINISTRATIVAS	TOTAL
Tribunal Pleno	20	1	2	23
Órgão Especial	20	0	0	20
Câmara Especial Regional de Chapecó	23	0	0	23
Câmara Civil Especial	22	0	0	22
Grupo de Câmaras de Direito Civil	11	1	0	12
Primeira Câmara de Direito Civil	45	0	0	45
Segunda Câmara de Direito Civil	42	1	0	43
Terceira Câmara de Direito Civil	49	0	0	49
Quarta Câmara de Direito Civil	43	0	0	43
Quinta Câmara de Direito Civil	44	1	0	45
Sexta Câmara de Direito Civil	43	1	0	44
Grupo de Câmaras de Drto. Comercial	11	0	0	11
Primeira Câmara de Direito Comercial	43	0	0	43
Segunda Câmara de Direito Comercial	48	0	0	48
Terceira Câmara de Direito Comercial	44	0	0	44
Quarta Câmara de Direito Comercial	42	0	0	42
Quinta Câmara de Direito Comercial	44	0	0	44
Grupo de Câmaras de Direito Público	11	0	0	11
Primeira Câmara de Direito Público	44	0	1	45
Segunda Câmara de Direito Público	49	0	0	49
Terceira Câmara de Direito Público	45	0	0	45
Quarta Câmara de Direito Público	44	1	0	45
Seção Criminal	11	0	0	11
Primeira Câmara Criminal	45	0	0	45
Segunda Câmara Criminal	45	2	0	47
Terceira Câmara Criminal	49	0	0	49
Quarta Câmara Criminal	44	3	0	47

Segunda Câmara de Direito Público(Janeiro)	2	0	0	2
Terceira Câmara Criminal(Janeiro)	9	0	0	9
TOTAL	**992**	**11**	**3**	**1.006**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: sessão.

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO PARA O ANO DE 2014 (DADOS OBTIDOS DIRETAMENTE DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM 07.01.2014)

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina inicia o ano de 2014 com 73.852 processos pendentes de julgamento, distribuídos conforme demonstrado nas tabelas abaixo (Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG. Relatórios de Processos Pendentes).

PROCESSOS PENDENTES NA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIAS

PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Cláudio Barreto Dutra	4
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO:	**4**

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Sérgio Paladino	3
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO:	**3**

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Mazoni Ferreira	3
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	1.079
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.082**

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Rui Fortes	4.616
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.616**

PROCESSOS PENDENTES NOS DEMAIS ÓRGÃOS JULGADORES

TRIBUNAL PLENO

Magistrado	Quantidade
Des. Newton Trisotto	1
Des. Cesar Abreu	1
Desa. Soraya Nunes Lins	1
Desa. Sônia Maria Schmitz	1
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	3
Des. Rodrigo Collaço	2
Des. Sérgio Rizelo	1
Desa. Denise Volpato	2
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**12**

ÓRGÃO ESPECIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Carlos Prudêncio	104
Des. Gaspar Rubick	33
Des. Pedro Manoel Abreu	16
Des. Trindade dos Santos	50
Des. Cláudio Barreto Dutra	1
Des. Newton Trisotto	26
Des. Sérgio Paladino	1
Des. Luiz Cézar Medeiros	10
Des. Eládio Torret Rocha	27
Des. Nelson Schaefer Martins	19
Des. José Volpato de Souza	43
Des. Fernando Carioni	12
Des. Torres Marques	1
Des. Marcus Tulio Sartorato	16
Desa. Salete Silva Sommariva	4
Des. Ricardo Fontes	3
Des. Salim Schead dos Santos	10
Des. Cid Goulart	2
Des. Jaime Ramos	11
Des. Lédio Rosa de Andrade	35
Des. Sérgio Izidoro Heil	19
Des. João Henrique Blasi	22
Des. Joel Figueira Júnior	1
Des. Jânio Machado	4
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	48
Des. Raulino Jacó Brüning	44
Des. José Inacio Schaefer	4
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**566**

CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Domingos Paludo	1.241
Des. Rodolfo C. R. S. Tridapalli	1.307
Desa. Cláudia Lambert de Faria	820

Des. Luiz Zanelato	1.738
Desa. Rosane Portella Wolff	60
Des. Artur Jenichen Filho	100
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.266**

CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior	286
Des. Paulo Ricardo Bruschi	1.706
Des. Luiz Cesar Schweitzer	1.609
Des. Rubens Schulz	2.240
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.841**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Carlos Prudêncio	28
Des. Trindade dos Santos	11
Des. Eládio Torret Rocha	11
Des. Monteiro Rocha	17
Des. Fernando Carioni	6
Des. Marcus Tulio Sartorato	6
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	6
Des. Sérgio Izidoro Heil	5
Des. Victor Ferreira	15
Des. Joel Figueira Júnior	7
Des. Henry Petry Junior	4
Des. Raulino Jacó Brüning	9
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	11
Des. João Batista Góes Ulysséa	25
Des. Ronei Danielli	11
Des. Luiz Fernando Boller	24
Desa. Denise Volpato	13
Des. Saul Steil	1
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	2
Des. Gerson Cherem II	8
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	2
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO:	**222**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Ricardo Fontes	3
Des. Salim Schead dos Santos	1
Des. Lédio Rosa de Andrade	3
Des. José Carlos Carstens Köhler	2
Desa. Rejane Andersen	2

Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	3
Des. Rodrigo Cunha	4
Desa. Soraya Nunes Lins	3
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1
Des. Getúlio Corrêa	4
Des. Tulio Pinheiro	4
Des. Robson Luz Varella	6
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**36**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Gaspar Rubick	102
Des. Pedro Manoel Abreu	37
Des. Newton Trisotto	62
Des. Luiz Cézar Medeiros	40
Des. Nelson Schaefer Martins	79
Des. José Volpato de Souza	78
Des. Cesar Abreu	74
Des. Cid Goulart	112
Des. Jaime Ramos	31
Des. João Henrique Blasi	76
Des. Jorge Luiz de Borba	89
Desa. Sônia Maria Schmitz	104
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	5
Des. Carlos Adilson Silva	1
Des. Júlio César Knoll	4
Des. Francisco Oliveira Neto	3
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO:	**897**

SEÇÃO CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Torres Marques	3
Des. Alexandre d'Ivanenko	2
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	10
Des. Jorge Schaefer Martins	26
Desa. Marli Mosimann Vargas	3
Des. Roberto Lucas Pacheco	18
Des. Paulo Roberto Sartorato	21
Des. Carlos Alberto Civinski	5
Des. Ricardo Roesler	5
Des. Rodrigo Collaço	7
Des. Sérgio Rizelo	20
Des. Newton Varella Júnior	2
Des. José Everaldo Silva	8
Des. Volnei Celso Tomazini	1
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	5
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	6

TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	142

CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Carlos Prudêncio	934
Des. Joel Figueira Júnior	3
Des. Raulino Jacó Brüning	972
Des. Sebastião César Evangelista	1.003
Des. Saul Steil	1
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	4
Des. Gerson Cherem II	1.826
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	82
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.825**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Trindade dos Santos	445
Des. Monteiro Rocha	624
Des. Jorge Schaefer Martins	1
Des. João Batista Góes Ulysséa	851
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	654
Des. Volnei Celso Tomazini	7
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.581**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Fernando Carioni	126
Des. Marcus Tulio Sartorato	115
Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta	278
Des. Saul Steil	204
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**724**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Eládio Torret Rocha	511
Des. Victor Ferreira	1.453
Des. Luiz Fernando Boller	568
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	1
Des. Jorge Luis Costa Beber	206
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.738**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Sérgio Izidoro Heil	811
Des. Henry Petry Junior	620
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	487
Des. Odson Cardoso Filho	502
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.420**

SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Jaime Luiz Vicari	2
Des. Joel Figueira Júnior	864
Des. Ronei Danielli	698
Desa. Denise Volpato	747
Des. Stanley da Silva Braga	605
Des. Saul Steil	2
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.919**

CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Ricardo Fontes	84
Des. Salim Schead dos Santos	306
Des. Rodrigo Cunha	260
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	215
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**865**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Jorge Schaefer Martins	3
Desa. Rejane Andersen	625
Des. Raulino Jacó Brüning	5
Des. João Batista Góes Ulysséa	9
Des. Getúlio Corrêa	2.244
Des. Robson Luz Varella	1.680
Des. Dinart Francisco Machado	767
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.333**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	1
Des. Paulo Roberto Camargo Costa	1.388

Des. Raulino Jacó Brüning	2
Des. Tulio Pinheiro	1.360
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva	1.960
Des. Gerson Cherem II	14
Desa. Rosane Portella Wolff	706
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.431**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Lédio Rosa de Andrade	413
Des. José Carlos Carstens Köhler	18
Des. José Inacio Schaefer	509
Des. Altamiro de Oliveira	744
Des. Saul Steil	155
Des. Júlio César Knoll	3
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.842**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Cláudio Valdyr Helfenstein	636
Des. Jânio Machado	302
Desa. Soraya Nunes Lins	545
Des. Guilherme Nunes Born	436
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.919**

CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Gaspar Rubick	1.467
Des. Newton Trisotto	780
Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	1.320
Des. Jorge Luiz de Borba	1.060
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.627**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Nelson Schaefer Martins	1.070
Des. Cid Goulart	1.657
Des. João Henrique Blasi	467
Des. Francisco Oliveira Neto	912
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.106**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Pedro Manoel Abreu	843
Des. Luiz Cézar Medeiros	564
Des. Cesar Abreu	1.382
Des. Carlos Adilson Silva	1.021
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.810**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. José Volpato de Souza	1.511
Des. Jaime Ramos	808
Desa. Sônia Maria Schmitz	1.605
Des. Júlio César Knoll	1.471
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.395**

CÂMARAS CRIMINAIS

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desa. Marli Mosimann Vargas	396
Des. Paulo Roberto Sartorato	363
Des. Carlos Alberto Civinski	400
Des. José Everaldo Silva	491
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	4
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.654**

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desa. Salete Silva Sommariva	2
Des. Tulio Pinheiro	2
Des. Ricardo Roesler	191
Des. Sérgio Rizelo	325
Des. Volnei Celso Tomazini	325
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	298
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.143**

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Torres Marques	160
Des. Alexandre d'Ivanenko	199
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho	191
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	140
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**690**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Jorge Schaefer Martins	565
Des. Roberto Lucas Pacheco	563
Des. Rodrigo Collaço	386
Des. Newton Varella Júnior	416
Des. José Everaldo Silva	5
Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	71
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.006**

PLANTÃO JUDICIÁRIO

PLANTÃO JUDICIÁRIO	
Magistrado	**Quantidade**
Des. Altamiro de Oliveira	16
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	5
Des. José Everaldo Silva	12
Des. Volnei Celso Tomazini	2
Des. Leopoldo Augusto Brüggemann	8
Des. Júlio César Knoll	17
Des. Francisco Oliveira Neto	9
Des. Jorge Luis Costa Beber	6
Des. Guilherme Nunes Born	37
Des. Luiz Zanelato	10
Des. Gerson Cherem II	3
Desa. Rosane Portella Wolff	1
Desa. Denise de Souza Luiz Francoski	8
Des. Artur Jenichen Filho	3
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**137**

RECURSOS SOBRESTADOS AGUARDANDO DECISÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

ÓRGÃO JULGADOR	RECURSOS SOBRESTADOS AO STF	RECURSOS SOBRESTADOS AO STJ	TOTAL
Segunda Vice-Presidência	452	513	965
Terceira Vice-Presidência	1.247	9.974	11.221
TOTAL	**1.699**	**10.487**	**12.186**

Fonte: Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG. Relatórios Estatísticos: Mapa 37.

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

1. AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Conclusão da força-tarefa na seção de recursos julgados da Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores, na qual foram analisados e remetidos à comarca de origem e ao arquivo um acervo de 2.020 processos julgados pelos tribunais superiores;
- Realização de visitas técnica aos Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo e Alagoas, para conhecimento dos processos de implementação do SAJ/SG-5 nestes Tribunais;
- Padronização de mais de 150 (cento e cinquenta) documentos utilizados a partir do Sistema de Automação do Judiciário – SAJ/SG-3;
- Conclusão da força-tarefa Integrada entre a Diretoria de Recursos e Incidentes (DRI), a Diretoria de Documentação e Informações (DDI) e a Diretoria-Geral Judiciária (DGJ) que resultou no envio de mais de 8.000 (oito mil) processos, por meio físico, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Implementação do projeto de ginástica laboral;
- Aprovação de fluxos e matrizes do SAJ/SG5;
- Participação na instalação do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER);
- Participação dos gestores da Diretoria nos seguintes cursos:

  - Gerenciamento de projetos;

  - 1ª Oficina para construção da cadeia de valor;

  - 2ª Oficina para construção da cadeia de valor;

  - Gerenciamento de portfólio e de implementação de escritório de projetos no judiciário;

  - Comunicação Institucional com foco na comunicação interna;

  - Desenvolvimento de Competências Gerenciais;

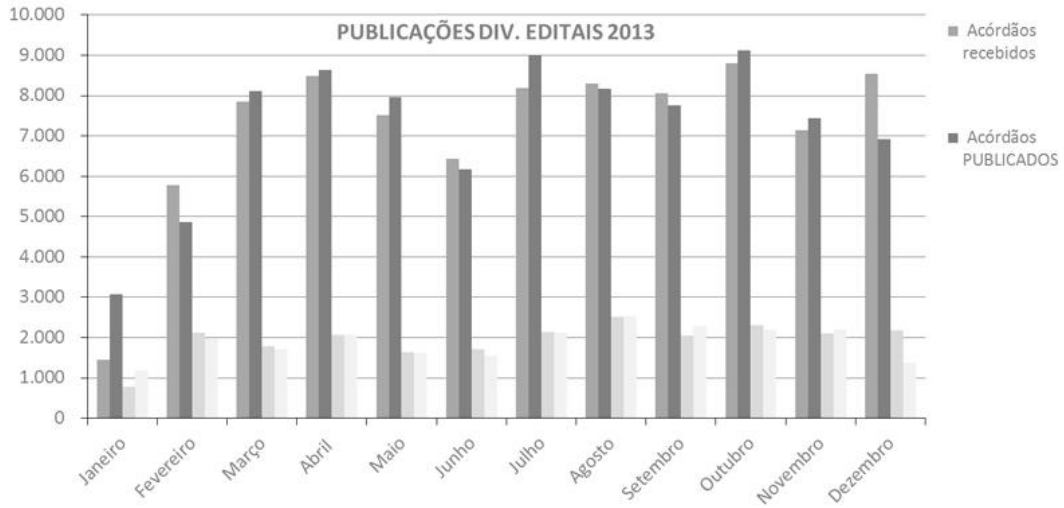
  - As competências Emocionais e o Eneagrama na Gestão de Pessoas;

- Realização de 4(quatro) reuniões ordinárias;
- Realização de reuniões extraordinárias para ajustes de rotinas;
- Participação na campanha: outubro rosa, com a arrecadação de mais de 500 (quinhentos) produtos de higiene pessoal que foram doados às pacientes portadoras de Câncer do Hospital de Caridade e da Maternidade Carmela Dutra;
- Realização de feedback e coach.

2. RELATÓRIO ESTATÍSTICO SINTÉTICO DA DRI NO ANO DE 2013

GABINETE DA DRI – janeiro a dezembro de 2013.	
Certidões Narrativas Expedidas	810
Penhoras	173
Alvarás Judiciais	112
Ofícios Expedidos	205
Pareceres e despachos em processos administrativos	57

DIVISÃO DE EDITAIS – janeiro a dezembro de 2013	
Preparação e Publicação de Editais	109.670
Análise de Processos	111.389
Controle de Prazos	139.831
Intimações Pessoais	30.161



DIVISÃO DE CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃOS E PROCESSAMENTO DE INCIDENTES – janeiro a dezembro de 2013	
Cumprimento de Acórdãos	5.377
Comunicação da decisão à Comarca de origem	1.833
Arquivamento	10.087
Baixa à origem	60.946
Cadastro de Incidentes	21.519
Petições recebidas	22.600
Petições juntadas	21.623

DIVISÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES – janeiro a dezembro de 2013	
Petições/ofícios recebidos	79.677
Juntada de Petições/ofícios	82.437
Recursos e Agravos Cadastrados	35.912
Intimações Expedidas e Publicadas (para apresentar resposta nos recursos e agravos)	30.617
Certificação de Decurso de Contrarrazões	18.615

Recursos e Agravos analisados e remetidos à PGJ ou concluídos ao 2º e ao 3º Vice-Presidentes	24.831
Despachos/ atos ordinatórios Publicados	40.278
Analisados e Baixados à Origem ou Remetidos (STJ/STF)	29.461
Analisados e Arquivados Definitivamente ou Temporariamente	2.144
Analisados e Encaminhados à Seção de Digitalização	10.320
Ofícios Expedidos	1.212
Agravos Regimentais Redistribuídos ao Órgão Especial	3.864



Os resultados apresentados pela Diretoria durante o ano de 2013 foram fruto do trabalho, comprometimento e dedicação de toda a equipe da Diretoria de Recursos e Incidentes.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

1. ASSESSORIA TÉCNICA

Composição e atribuições

A Assessoria Técnica é composta de quatro servidores efetivos e possui as seguintes atribuições:

- analisar processos distribuídos à Diretoria;
- acompanhar os projetos básicos destinados à contratação de prestação de serviços;
- dar suporte às Divisões de Atendimento ao Usuário, de Pesquisa e Informações, de Documentação, e de Arquivo e Memória do Judiciário;
- acompanhar os contratos da DDI;
- controlar os pagamentos;
- acompanhar a execução orçamentária;
- elaborar o mapeamento de fluxos;
- acompanhar as atividades relacionadas ao envio dos recursos aos tribunais superiores; e
- controlar o quadro de pessoal da Diretoria.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

2.1 Confecção de crachás e carteiras de identidade funcional

O Setor de Crachás, que pertence à Divisão de Atendimento ao Usuário, é o responsável pela confecção de crachás para os servidores, estagiários e voluntários do Poder Judiciário de Santa Catarina, e para os contratados do Tribunal de Justiça. Outrossim, a Divisão de Atendimento ao Usuário é responsável pela confecção de carteiras de identidade funcional para os magistrados e os servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Seguem abaixo os dados referentes a 2013:

CONFECÇÃO DE CRACHÁS FUNCIONAIS	
MODALIDADE	QUANTIDADE
Servidores TJSC	398
Estagiários TJSC	287
Contratados TJSC	515
Advogados	134
Comarcas	514
TOTAL	**1.848**

Fonte: controle estatístico da Divisão

CONFECÇÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE FUNCIONAL	
CARGO	QUANTIDADE
Magistrados	104
Servidores	277
TOTAL	**381**

Fonte: controle estatístico da Divisão

2.2 Seção de Atendimento e Informações

2.2.1 Centros de Atendimento e Informações (CAI)

Os Centros de Atendimento e Informações foram criados para proporcionar um atendimento diferenciado aos usuários internos e externos do Poder Judiciário de Santa Catarina. Instalados no Tribunal de Justiça e em algumas comarcas do Estado, esses centros são responsáveis por prestar informações relativas à estrutura organizacional e ao quadro funcional do TJSC e das comarcas, prestar informações processuais e relacionadas aos horários e pautas de audiências e sessões, bem como por fornecer cópias de acórdãos e emitir certidões e boletos.

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO – TJSC	
MODALIDADE	QUANTIDADE
Atendimento presencial	12.892
Atendimento telefônico	19.947
Atendimento eletrônico	3.173
TOTAL	**29.666**

Fonte: controle estatístico da Divisão

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO – COMARCAS	
COMARCA	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
Araranguá	14.418
Balneário Camboriú	10.585
Biguaçu	2.019

Blumenau	2.960
Brusque	6.971
Camboriú	*
Campos Novos	33.564
Capital	12.009
Chapecó	*
Concórdia	30.082
Criciúma	*
Curitibanos	*
Itajaí	2.199
Itapema	401
Jaraguá do Sul	17.640
Joinville	7.576
Lages	16.735
Laguna	6.727
Navegantes	505
Otacílio Costa	1.306
Palhoça	15.467
Rio do Sul	3.446
São Bento do Sul	19.929
São José	14.426
Tubarão	2.169
Urussanga	2.041
Xanxerê	19.277

Fonte: controle estatístico das comarcas
(*) Comarca não informou a quantidade de atendimentos

2.2.2 Central de Cadastramento

Uma das atribuições da Seção de Atendimento e Informação é o controle dos acessos ao Tribunal de Justiça, com a emissão de crachás temporários, confecção de crachás permanentes para advogados, em observância às normativas que regulamentam os acessos, e com a prestação de informações mais simples, como a localização dos setores no TJSC, tanto para usuários externos quanto para internos.

ACESSOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA				
MÊS	VISITANTES	ESTUDANTES EM VISITA INSTITUCIONAL	ADVOGADOS	TOTAL DE ACESSOS (*)
Janeiro	6.729	*	720	26.987
Fevereiro	8.272	*	1.250	26.550
Março	10.314	58	1.446	27.403
Abril	13.509	286	1.559	32.076
Maio	12.774	339	1.359	32.801
Junho	10.810	284	1.467	27.002

Julho	11.605	*	1.876	29.672
Agosto	11.648	181	1.666	29.815
Setembro	11.395	249	1.621	31.627
Outubro	11.655	397	1.864	31.968
Novembro	9.824	184	1.821	28.123
TOTAL	**118.535**	**1.978**	**16.649**	**324.024**
MÉDIA MENSAL	**10.735**	**247**	**1.514**	**29.457**

Fonte: sistema DMPAccess
(*) Incluindo os usuários internos.

2.2.3 Protocolo Judicial Expresso

O Protocolo Judicial Expresso tem como atribuições o recebimento, protocolo e distribuição de petições intermediárias, bem como a devolução de processos que estejam em carga com os advogados, destinados ao Tribunal de Justiça, ao Fórum Central e ao Fórum Des. Eduardo Luz da comarca da Capital.

Em março de 2013, o Protocolo Judicial Expresso passou a trabalhar com o SAJ/PG 5. Assim, com o intuito de afinar os procedimentos do setor com as demandas advindas do novo sistema, foi publicada a Resolução Conjunta GP/CGJ n. 02/2013 (com alterações da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 04/2013), segundo a qual o Protocolo Judicial Expresso passou a trabalhar em expediente único, das 12 às 19h, atendendo usuários que trafegam em veículos automotores, no limite de 20 petições ou processos para cada usuário (art. 2º, §§ 9º e 10º).

Seguem as estatísticas de recebimento de petições e processos em 2013:

PROTOCOLO JUDICIAL EXPRESSO – RECEBIMENTO DE PETIÇÕES E PROCESSOS				
MÊS	PROCESSOS DE PRIMEIRO GRAU	PETIÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	PROCESSOS DE SEGUNDO GRAU	PETIÇÕES DE SEGUNDO GRAU
Janeiro	3.540	3.481	689	2.548
Fevereiro	1.790	1.956	495	1.666
Março	2.414	1.162	571	3.281
Abril	2.359	2.463	1.428	1.756
Maio	2.920	1.757	313	1.367
Junho	2.179	1.619	286	976
Julho	1.951	966	401	788
Agosto	1.278	925	468	707
Setembro	2.299	943	530	980
Outubro	1.856	1.031	389	873
Novembro	1.940	1.079	288	874
TOTAL	**24.529**	**17.382**	**5.858**	**15.816**

Fonte: SAJ/PG e SAJ/SG

2.3 Seção de Protocolo

2.3.1 Protocolo Administrativo

A Seção de Protocolo é o setor responsável pelo recebimento e pela autuação de processos administrativos e de precatórios do Tribunal de Justiça. A partir de julho de 2013, com a implantação do SAJ/PG 5, as requisições de precatórios passaram a ser cadastradas em modo digital, bem como, as petições intermediárias têm sido cadastradas digitalmente. Segue estatística de produtividade anual:

PROTOCOLO ADMINISTRATIVO – RECEBIMENTO E AUTUAÇÃO			
MÊS	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	PRECATÓRIOS	PETIÇÕES/PRECATÓRIOS
Janeiro	2.707	42	262
Fevereiro	2.959	71	217
Março	3.757	107	212
Abril	4.381	224	213
Maio	3.885	412	221
Junho	2.960	1.053	*
Julho	3.431	619	208
Agosto	3.569	96	306
Setembro	3.458	102	353 (10 digitais)
Outubro	3.276	105	244 (22 digitais)
Novembro	2.901	85	215 (56 digitais)
TOTAL	**37.284**	**2.916**	**2.451**

Fonte: sistemas PTC e SAJ

3. DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

3.1 Seção de Revisão

O relatório de atividades da Seção de Revisão contém dados relativos ao período compreendido entre 1º de dezembro de 2012 e 29 de novembro de 2013.

A Seção de Revisão desenvolveu atividades de correção e padronização para grande parte da estrutura administrativa e judiciária deste Tribunal de Justiça.

Para facilitar a comunicação com todos os setores, foi criado o endereço eletrônico ddi.revisao@tjsc.jus.br para o envio de documentos a serem corrigidos.

Neste ano, a Seção assumiu duas novas atribuições: a elaboração de dicas de português para o Portal do Servidor e a revisão de sentenças de juízes em processo de vitaliciamento.

Foram corrigidos 3.214 acórdãos e decisões monocráticas, conforme demonstrativo abaixo:

DESEMBARGADOR	QUANTIDADE
Des. Altamiro de Oliveira	434
Des. Carlos Alberto Civinski	160
Des. Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu	592
Des. Fernando Carioni	613
Desa. Janice Goulart Garcia Ubialli	323
Des. Jaime Luiz Vicari	572
Des. Jairo Fernandes Gonçalves	380
Des. Júlio César Knoll	62
Des. Luiz César Schweitzer	7
Des. Newton Trisotto	2
Des. Raulino Jacó Brüning	56
Des. Sérgio Antônio Rizelo	7
Des. Vanderlei Romer	6
TOTAL DE ACÓRDÃOS REVISADOS	**3.214**

Fonte: controle estatístico da Seção

Foram revisadas 478 sentenças, que ultrapassaram 5 mil páginas, e 193 documentos administrativos, entre os quais agenda, artigos, atas, atos regimentais, calendário, cartilhas, circulares, comunicados, discursos, informações, instruções normativas, manifestações, ofícios, orientações, projetos de lei, provimentos, regulamentos, relatórios e resoluções.

Também foi feita a revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, de editais de concurso, dos materiais de divulgação do 64º Encontro do Colégio Permanente dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil – Encoge, de formulários e textos de pesquisas aplicadas aos magistrados e servidores.

Ademais, foram corrigidos diversos textos disponibilizados em portais do *site* do Poder Judiciário de Santa Catarina, além de *hotsites*, conteúdo em *PowerPoint*, *folders*, *banners* e materiais de divulgação de projetos.

A Seção de Revisão produziu modelos de documentos administrativos para o Gabinete da Presidência e corrigiu, formatou e padronizou, no Microsoft Office Word 2007, os manuais do SAJ/SG5 para gabinetes e secretarias das turmas de recurso.

Os textos do noticiário e os índices por assunto da revista Jurisprudência Catarinense números 125 e 126 foram todos revisados e formatados de acordo com as normas da ABNT (NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024 e NBR 10520).

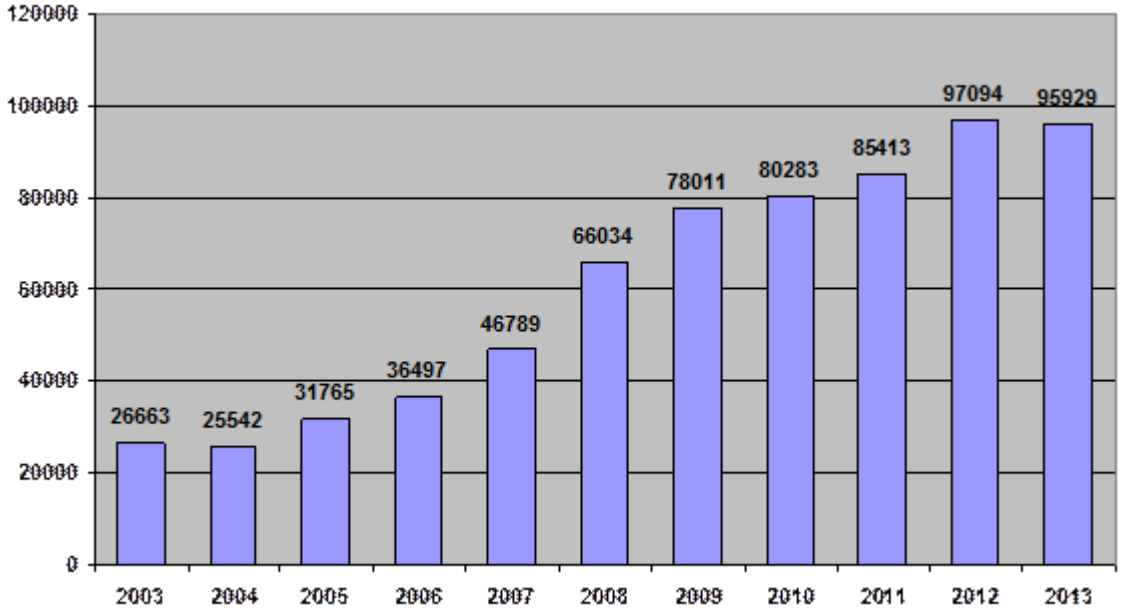
Por fim, cabe ressaltar que foi realizada a conferência dos endereços e efetuada a distribuição às instituições cadastradas das revistas números 121, 122, 123, 124, 125 e 126.

3.2 Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos

Os servidores dessa seção conferiram 86.229 acórdãos (entre os dias 1º-12-2012 e 29-11-2013). Desse número, 7.959 foram remetidos pela seção aos gabinetes dos desembargadores para retificação do texto, como, por exemplo, a data de assinatura do acórdão ou da data da sessão de julgamento, o nome das partes e dos desembargadores que participaram do julgamento, a decisão, a ortografia da ementa, entre outros; 1.652 processos foram remetidos à Divisão de Secretaria de Órgãos Julgadores da Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual para retificação de certidão de julgamento, reautuação/correção no cadastro processual, juntada de petições e publicação de despachos; e 89 à Divisão de Editais, totalizando 95.929 conferências no interregno de 1º-12-2012 a 29-11-2013.

Destaca-se nessa seção, afora os números citados acima, o trabalho de orientação aos gabinetes dos desembargadores para a confecção de acórdãos em conformidade com a Resolução n. 29/2011–TJ e com o Ato Regimental n. 90/1998–TJ.

Número de acórdãos conferidos



Fonte: SAJ/SG.

Essa seção também exerceu papel importante ao cooperar com o trabalho da Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário para validar/indexar processos encaminhados aos tribunais superiores.

3.3 Seção de Publicações

A Seção de Publicações desenvolveu, em especial, duas atividades: digitalização dos acórdãos do Tribunal de Justiça e confecção do Diário da Justiça eletrônico.

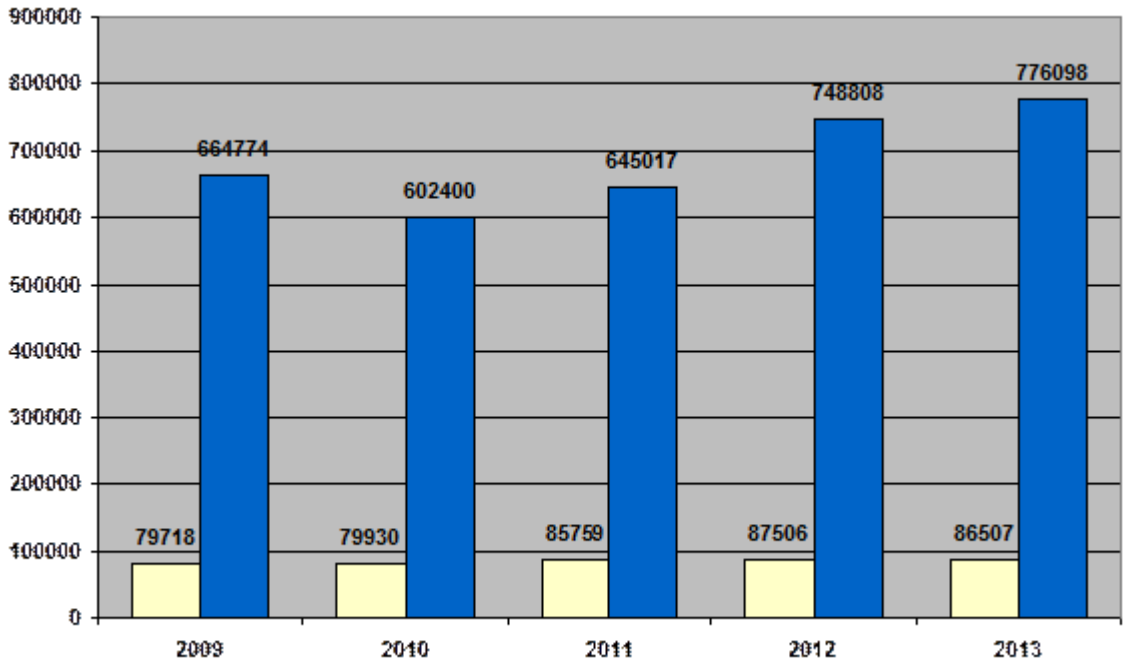
Foram digitalizados 86.057 acórdãos (período de 1º-12-2012 a 30-11-2013; fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos - SDA), conforme quadro abaixo. Esses acórdãos totalizam 776.098 páginas digitalizadas.

Número de acórdãos e de páginas digitalizadas

PERÍODO	ACÓRDÃOS DIGITALIZADOS	PÁGINAS DIGITALIZADAS
2012/12	7.060	63.809
2013/01	1.491	12.551
2013/02	5.896	49.272
2013/03	7.875	68.535
2013/04	8.461	76.690

2013/05	7.690	72.180
2013/06	6.523	56.313
2013/07	8.645	81.026
2013/08	8.304	74.074
2013/09	8.151	73.034
2013/10	8.828	80.905
2013/11	7.133	67.709
TOTAIS:	**86.057**	**776.098**

Fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos (SDA).



Fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos (SDA).

No mesmo período, foram diagramadas e disponibilizadas no *site* do Poder Judiciário de Santa Catarina, 241 edições do Diário da Justiça eletrônico (período de 1º-12-2012 a 30-11-2013; fonte: Módulo de Apoio à Editoração - MAE), uma delas extraordinária (ed. 1.766), com todas as portarias de marcação de férias relativas ao ano de 2014. Nessas edições, foram publicadas 240.311 matérias, conforme a tabela abaixo:

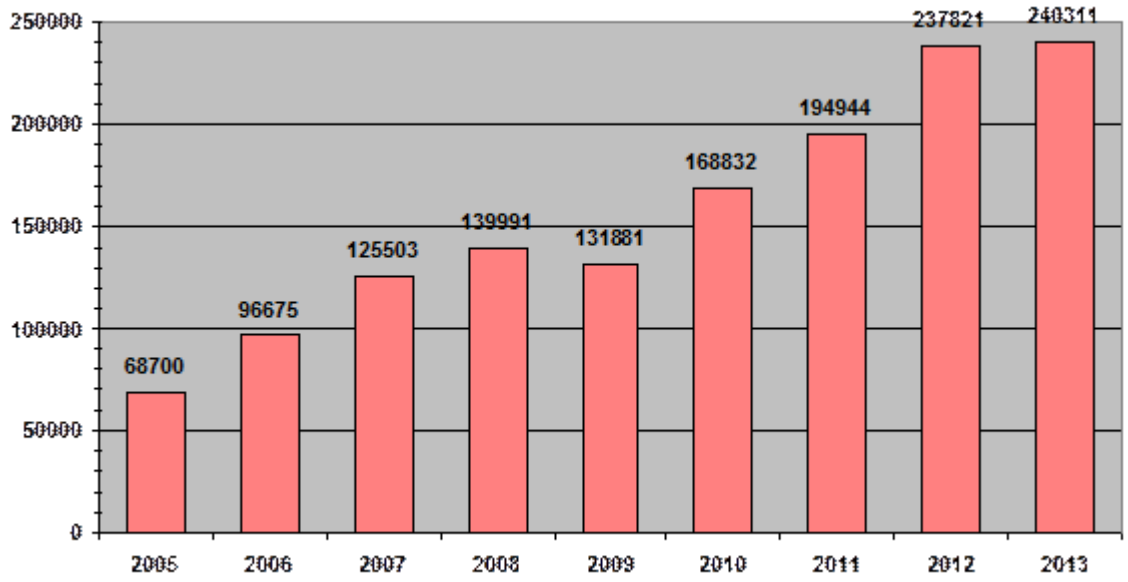
Número de matérias mensalmente publicadas no DJe

PERÍODO	PRIMEIRO GRAU	PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS (PÓS MAE)	TOTAL
2012/12	10.464	4.369	14.833
2013/01	10.184	5.081	15.265
2013/02	12.131	3.459	15.590
2013/03	14.506	6.944	21.450
2013/04	15.441	7.801	23.242
2013/05	14.068	6.906	20.974
2013/06	13.141	5.559	18.700
2013/07	15.215	6.689	21.904
2013/08	14.986	7.156	22.142

2013/09	14.580	7.307	21.887
2013/10	14.914	8.038	22.952
2013/11	14.580	6.792	21.372
TOTAIS:	**164.210**	**76.101**	**240.311**

Fonte: Módulo de Apoio à Editoração (MAE).

Número de matérias publicadas no DJe



Fonte: Módulo de Apoio à Editoração (MAE).

Essa seção também publicou aproximadamente 317 matérias provenientes da Diretoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça no jornal Diário Catarinense. No Diário Oficial do Estado, foram publicadas 38 matérias do Poder Judiciário de Santa Catarina. Além disso, os servidores dessa seção atualizam o banco de dados para pesquisa de legislação interna no *site* do Poder Judiciário de Santa Catarina.

4. DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

Seção de Preparo Técnico

4.1.1 Solicitações e atendimentos realizados pela Seção de Preparo Técnico

MÊS	DOCUMENTOS/PROCESSOS ENVIADOS FISICAMENTE	DOCUMENTOS/PROCESSOS MICROFILMADOS ENVIADOS POR *E-MAIL*	DOCUMENTOS/PROCESSOS DIGITALIZADOS E ENVIADOS POR *E-MAIL*	TOTAL DE ATENDIMENTOS
Janeiro	125	111	124	360
Fevereiro	177	93	118	388
Março	125	169	106	400
Abril	176	104	158	438
Maio	83	83	238	404

Junho	165	52	1.178	1.395
Julho	136	51	75	262
Agosto	131	143	106	380
Setembro	66	97	91	254
Outubro	129	112	117	358
Novembro	135	89	134	358
TOTAL GERAL	**1.448**	**1.104**	**2.445**	**4.997**

Fonte: controle estatístico da Seção

4.2 Seção de Alocação e Localização

4.2.1 Processos de Primeiro Grau solicitados, desarquivados e rearquivados

MÊS	PROCESSOS DESARQUIVADOS	PROCESSOS REARQUIVADOS	DESARQUIVAMENTOS SEM REGISTRO NO SAJARC	SOLICITAÇÕES DE AUTOS ARQUIVADOS ADMINISTRATIVAMENTE
Janeiro	6.802	2.596	22	–
Fevereiro	5.815	5.166	29	–
Março	7.259	4.006	42	–
Abril	12.150	5.505	68	1.222
Maio	6.880	5.294	58	2.412
Junho	4.725	4.626	75	616
Julho	3.854	6.032	63	507
Agosto	5.121	6.319	57	2.090
Setembro	5.296	5.537	55	3.250
Outubro	9.610	5.307	38	2.677
Novembro	5.055	4.250	64	2.394
TOTAL GERAL	**72.567**	**54.638**	**571**	**15.168**

Fonte: Sistema SAJARQ

4.3 Seção de Digitalização e Pesquisa – Prazo para apresentação estendido até 07/01/2014

4.3.1 Envio de processos eletronicamente aos tribunais superiores

MÊS	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS ENVIADOS À DRI PARA REMESSA FÍSICA AO STJ	PROCESSOS ENVIADOS ELETRONICAMENTE AO STJ	PROCESSOS ENVIADOS ELETRONICAMENTE AO STF
Janeiro	841	0	602	19
Fevereiro	842	420	813	7
Março	567	425	876	14
Abril	971	650	998	16
Maio	891	844	1.138	25
Junho	987	738	1.065	29
Julho	927	1.008	1.319	3
Agosto	1.312	839	1.333	19
Setembro	1.002	1.035	847	34
Outubro	567	129	826	3
Novembro	746	0	975	24
Dezembro	475	0	496	7
TOTAL GERAL	**10.128**	**6.088**	**11.288**	**200**

Fonte: Sistema SAJSG e Sistema ISTJ

4.3.2 Arquivamento e desarquivamento de processos originários do Segundo Grau e processos em grau de recursos

MÊS	PROCESSOS ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE	PROCESSOS ARQUIVADOS TEMPORARIAMENTE	PROCESSOS DESARQUIVADOS
Janeiro	977	278	1.768
Fevereiro	2.408	1.824	1.606
Março	2.857	970	1.745
Abril	933	1.525	2.756
Maio	808	1.325	2.464
Junho	870	1.224	1.998
Julho	169	1.498	1.839
Agosto	1.352	1.256	695
Setembro	1.098	1.269	1.139
Outubro	304	855	1.919
Novembro	1.500	1.055	1.583
Dezembro	569	619	1.094
TOTAL GERAL	**13.845**	**13.698**	**20.606**

Fonte: Sistema SAJSG

4.4 Seção de Museu

4.4.1 Atendimentos realizados – visitantes e pesquisadores

MÊS	NÚMERO DE ESCOLAS VISITANTES	ATENDIMENTOS A PESQUISADORES INDIVIDUAIS	REGISTRO DE VISITAS INDIVIDUAIS NO LIVRO DE REGISTROS
Janeiro	2	7	17
Fevereiro	1	-	28
Março	2	3	19
Abril	10	7	179
Maio	9	5	185
Junho	7	3	83
Julho	2	4	52
Agosto	2	4	51
Setembro	7	10	164
Outubro	14	8	208
Novembro	6	5	92
TOTAL GERAL	**62**	**56**	**1.078**

Fonte: controle estatístico da Seção

4.4.2 Processos armazenados, higienizados e inventariados

COMARCAS	QUANTIDADE DE PROCESSOS
Lages e Desterro	3.639
São José (Séc.19 e 20)	2.082
Orleans	700
Rio do Sul	256
Diversos	51

TOTAL GERAL	**6.728**

Fonte: controle estatístico da Seção

4.4.3 Acondicionamento e indexação do acervo fotográfico: 3.264 fotos

Fonte: controle estatístico da Seção

4.4.4 Conservação e higienização preventiva de documentos

COMARCA	QUANTIDADE
Biguaçu	82
São José	19
Lages	80
TOTAL GERAL	**181**

Fonte: controle estatístico da Seção

4.4.5 Pesquisa efetuada para produção de conhecimento:

Resgate histórico do Cejur: **1.029** horas de trabalho.

Fonte: controle estatístico da Seção

4.4.6 Atendimentos na Capela Ecumênica Santa Catarina

MÊS	QUANTIDADE DE VISITANTES
Janeiro	62
Fevereiro	65
Março	76
Abril	100
Maio	82
Junho	52
Julho	46
Agosto	73
Setembro	-
Outubro	97
Novembro	25
TOTAL GERAL	**678**

Fonte: controle estatístico da Seção

4.5 Seção de Controle Cadastral

4.5.1 Processos migrados

MÊS	PROCESSOS MIGRADOS NA DAMJ	PROCESSOS MIGRADOS NAS COMARCAS
Janeiro	251	
Fevereiro	8.725	
Março	3.894	

Abril	14.482	
Maio	45.096	7.914
Junho	31.951	74.807
Julho	23.600	128.499
Agosto	3.774	261.084
Setembro	1.353	114.187
Outubro	827	99.822
Novembro	983	23761
TOTAL GERAL	**134.936**	**710.074**

Fonte: sistema SAJARC

4.5.2 Processos judiciais de primeiro grau e caixas recebidas

MÊS	PROCESSOS JUDICIAIS DE PRIMEIRO GRAU RECEBIDOS	CAIXAS DE PROCESSOS RECEBIDAS
Janeiro	251	500
Fevereiro	8.725	-
Março	3.894	2.884
Abril	14.482	1.444
Maio	53.010	106
Junho	106.758	101
Julho	152.099	4.958
Agosto	264.858	8.207
Setembro	115.540	9.791
Outubro	100.649	13.073
Novembro	24.699	7.990
TOTAL GERAL	**844.965**	**49.054**

Fonte: controle estatístico da Seção

5. DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

A Divisão de Pesquisa e Informação é responsável pela aquisição de obras para magistrados, bibliotecas setoriais e demais setores do Poder Judiciário catarinense e coordena a Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros, localizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Relatório estatístico 2013

MÊS	LIVROS PREPARADOS PELA BIBLIOTECA	PERIÓDICOS BIBLIOTECA TJ	INDEXAÇÃO ARTIGOS/ PERIÓDICOS	LIVROS MAGISTRADOS DEMAIS SETORES	EMPRÉSTIMO DE OBRAS	FREQUÊNCIA DE USUÁRIOS	LIVROS SETORIAIS
Dez/2012	66	19	454	2.295	1.669	1.775	
Janeiro	21	46	497	311	2.353	1.901	366
Fevereiro	19	29	224	1	2.401	4.110	
Março	17	59	686	164	3.091	2.585	38

Abril	191	44	751	2.227	3.664	2.706	42
Maio	155	50	592	2.710	3.978	2.485	
Junho	74	29	409	1.517	2.924	2.650	253
Julho	63	60	613	538	2.596	3.482	520
Agosto	76	24	447	1.760	5.736	2.120	124
Setembro	103	35	550	2.032	3.258	3.282	474
Outubro	100	42	614	851	3.249	3.110	316
Novembro	298	37	746	1.219	2.721	2.710	416
TOTAL	**1.183**	**474**	**6.583**	**15.625**	**37.640**	**32.916**	**2.549**

Fonte: sistema Pergamum
controle estatístico da Divisão

Assinaturas de periódicos

Títulos de periódicos	87
Títulos de jornais	10
Assinatura Juris Sintese DVD	1
Assinatura *on-line* O Pregoeiro (DMP)	1
Assinatura *on-line* Zênite (DMP)	1
Assinatura *on-line* Fiscosoft (DMP)	1
Assinatura *on-line* IRIB - Corregedoria	1
Assinatura *on-line* IBCCRIM	2
TOTAL	**104**

Fonte: controle estatístico da Divisão

ASSESSORIA ESPECIAL

CLASSE DO ASSUNTO	TOTAL
APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO	1
AUDITAGEM	1
DEVOLUÇÃO DE CUSTAS	1
FOLHA DE PAGAMENTO/FICHA FINANCEIRA	1
AUXÍLIOS	2
LICENÇAS	2
RELATÓRIOS	2
AÇÕES CORREICIONAIS DE CONTROLE INTERNO E DE OUVIDORIA	3
ENCARGO PATRONAL/RECOLHIMENTO	4
INFORMÁTICA	6
PATRIMÔNIO	6
REGULAMENTAÇÃO	6
CONCESSÕES	7
PROGRAMAS/PROJETOS	11
VEÍCULOS	15
CORREGEDORIA GERAL	17
FINANÇAS	17
SOLICITAÇÃO/DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO CNJ	17
SINDICATOS E/OU ASSOCIAÇÕES DE CLASSES	20
CERTIDÃO	21
LICITAÇÃO	21
ASSESSORIA E PLANEJAMENTO	23
CONCURSOS	33
AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO	36
DISPOSIÇÃO	36
LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS	47
GUARDA E SEGURANÇA	48
ENGENHARIA	52
REMOÇÃO	89
CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA	103
MANIFESTAÇÃO	128
CONTRATUAL	161
APOSENTADORIA	168
SOLICITAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	235
ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO	317
GERAL	318
ACADEMIA JUDICIAL	332
CONTRATUAL E PATRIMONIAL	436
ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	446
PAGAMENTOS	1.256
TOTAL	**4.445**

** Relatório dos processos que tramitaram na Assessoria Especial – DGA no período de 01/01/2013 a 10/12/2013.*

ASSESSORIA DE MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

A Assessoria de Modernização Judiciária do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina criada pela Resolução GP n. 28 de 9-5-2013 é órgão permanente da estrutura do Tribunal de Justiça, vinculada à Diretoria-Geral Administrativa e tem como atribuições: *a)* implantar serviços nas atuais unidades jurisdicionais, quando conveniente, e naquelas ainda não instaladas, competindo-lhe, nesse âmbito, o diagnóstico e a consultoria das unidades judiciais, a capacitação de servidores e o acompanhamento posterior; *b)* zelar pela adoção de boas práticas administrativas e de medidas voltadas à racionalização e uniformização de procedimentos e métodos de trabalho; *c)* gerenciar o Programa de Enfrentamento de Acervos em Gabinetes de Magistrados de Primeiro Grau e o Programa de Digitalização de Processos Judiciais; *d)* diagnosticar a solução apropriada às oportunidades de melhoria encontradas pela Corregedoria-Geral da Justiça nos relatórios de inspeção correcional.

Gerência de Capacitação

COMARCA	UNIDADE	PERÍODO
Canoinhas	1ª Vara Cível	Abril a Maio
	2ª Vara Cível	Julho
	Vara Criminal	Agosto a Setembro
Mafra	1ª Vara Cível	Abril a Maio
	2ª Vara Cível	Agosto
Navegantes	Distribuição Judicial	Maio
Criciúma	3ª Vara Criminal	Abril
	2ª Vara da Fazenda Pública	Maio
São João Batista	2ª Vara	Maio
São Lourenço do Oeste	Vara Única	Julho
	Juíza Érica Lourenço de Lima Ferreira	Junho
Capital	1ª Vara Cível	Julho
	2ª Vara Cível	Junho
Presidente Getúlio	Distribuição Judicial	Junho
Joinville	3ª Vara Cível	Junho a Julho
	1ª Vara de Direito Bancário	Agosto
São José do Cedro	Vara Única	Junho a Julho
	Contadoria Judicial	Junho a Julho
Otacílio Costa	Vara Única	Agosto
Tijucas	Vara Criminal	Setembro
Capital – Norte da Ilha	Contadoria Judicial	Setembro
Araquari	Vara Única	Setembro a Outubro
Araranguá	Contadoria Judicial	Novembro
Rio do Sul	Vara Criminal	Novembro a Dezembro
Gaspar	3ª Vara	Outubro a Novembro
Itajaí	2ª Vara Cível	Setembro a Outubro
São José	Distribuição Judicial	Dezembro

Gerência de Diagnóstico e Consultoria

COMARCA	UNIDADE	PERÍODO
Araquari	Vara Única	27 e 28-5-2013
Araranguá	Secretaria de Foro	6-11-2013
Biguaçu	2ª. Vara Cível	5 e 6-8-2013
Blumenau	Distribuição	2 e 3-10-2013
Braço do Norte	1ª. Vara Cível	3 a 7-6-2013
	2ª Vara Cível	3 a 7-6-2013
Capinzal	Juizado Especial Cível	4-3-2013
Capital	Estreito - 1ª Vara Cível	11 e 12-4-2013 24 e 25-4-2013
	Estreito - 1ª Vara Cível – Gabinete	24 e 25-4-2013
	Estreito – Distribuição	25-7-2013
	Estreito - Juizado Especial Cível	26 e 29-7-2013
	Fórum Des. Rid Silva – 1ª Vara Cível	18 e 19-4-2013
	Fórum Des. Rid Silva – 1ª Vara Cível Gabinete	8-11-2013
	Fórum Des. Rid Silva – 2ª Vara Cível	18 e 19-4-2013
	Fórum Des. Rid Silva – 6ª Vara Cível	18 e 19-4-2013
	Fórum Des. Rid Silva – 6ª Vara Cível – Gabinete	1-7-2013 e 22 e 23-8-2013
	Fórum Des. Rid Silva – Distribuição	4-7-2013
	Fórum Des. Rid Silva – Contadoria	8 a 12-7-2013
	Fórum Des. Rid Silva – 3ª Vara Criminal	13-6-2013
	CREPE	8-7-2013
	Norte da Ilha	27 e 29-5-2013
	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher	1-4-2013
	Fórum Eduardo Luz - Distribuição	27-9-2013 e 8-10-2013
Chapecó	Juizado Especial Cível	22 e 23-7-2013
	Distribuição	20 e 21-3-2013
Correia Pinto	Vara Única	15-5-2013
Criciúma	Secretaria de Foro	8-4-2013
Curitibanos	1ª Vara Cível	1 e 2-10-2013
	2ª Vara Cível	1 e 2-10-2013
	Vara Criminal	1 e 2-10-2013
	Vara da Família	1 e 2-10-2013
Dionísio Cerqueira	Contadoria	4 e 5-7-2013
	Distribuição	4 e 5-7-2013
Itajaí	1ª Vara Criminal	3 e 4-10-2013
	Vara de Execução Penal	3 e 4-10-2013
Jaguaruna	Oficialato da Justiça	21-10-2013

Joinville	1ª Vara Cível	7 a 10-5-2013
	1ª Vara Cível – Gabinete	7 a 10-5-2013
	3ª Vara Cível	19 e 20-3-2013
	5ª Vara Cível	24 e 25-9-2013
	5ª Vara Cível - Gabinete	23 e 24-9-2013
	6ª Vara Cível	20 e 21-3-2013
	1ª Vara Bancária	2-7-2013
	2º Juizado Especial Cível	12 e 13-6-2013
	2º Juizado Especial Cível – Gabinete	21-6-2013
	Oficialato da Justiça	18-10-2013
	7ª Vara Cível	23-9-2013
Mafra	1ª Vara Cível	25 e 26-2-2013
	2ª Vara Cível	25 e 26-2-2013
Pinhalzinho	Vara Única	27 a 31-5-2013
São José	1ª Vara Cível	30 e 31-7-2013
	Distribuição	16 e 17-4-2013
São Domingos	Vara Única	16-7-2013
Sombrio	2ª Vara Cível	6 e 7-6-2013
Tubarão	2ª Vara Cível	23 e 24-7-2013
Urussanga	1ª Vara Cível	7 a 9-8-2013
	2ª Vara Cível	7 a 9-8-2013

Gerência de Instalação de Unidades Judiciais

COMARCA	UNIDADE	PERÍODO
Balneário Camboriú	Vara da Família, Infância e Juventude	Outubro
Itajaí	Vara Regional de Direito Bancário	Outubro
Chapecó	2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execuções Fiscais Estaduais	Novembro
Blumenau	2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execuções Fiscais Estaduais	Novembro
Balneário Camboriú	Vara Regional de Direito Bancário	Novembro
Capital	Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas	Dezembro

Gerência de Acompanhamento

COMARCA	UNIDADE	PERÍODO
Joinville	3ª Vara Criminal	Janeiro
Joinville	3ª Vara Criminal	Fevereiro

Programa de Enfrentamento de Acervos de Gabinetes de Juízes de 1º Grau:

COMARCA	UNIDADE	PERÍODO
Capital	1ª Vara Cível do Estreito	Maio

Capital	1ª Vara Cível do Estreito	Junho
Capital	1ª Vara Cível do Estreito	Julho
Capital	1ª Vara Cível do Estreito	Agosto
Capital	1ª Vara Cível do Estreito	Setembro
Capital	6ª Vara Cível	Setembro
Capital	6ª Vara Cível	Outubro
Capital	6ª Vara Cível	Novembro
Capital	6ª Vara Cível	Dezembro
Joinville	1ª Vara Cível	Maio
Joinville	1ª Vara Cível	Junho
Joinville	1ª Vara Cível	Julho
Joinville	1ª Vara Cível	Agosto
Joinville	1ª Vara Cível	Setembro
Joinville	2º Juizado Especial Cível	Setembro
Joinville	2º Juizado Especial Cível	Outubro
Joinville	2º Juizado Especial Cível	Novembro
Joinville	5ª Vara Cível	Novembro
Joinville	5ª Vara Cível	Dezembro

SECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL

Em março de 2013, a Seção de Gestão Ambiental (SGA) foi convertida em Secretaria e incorporada à Diretoria-Geral Administrativa. Dedicou-se, prioritariamente, à consolidação dos projetos iniciados em anos anteriores, tais como coleta seletiva nas unidades do TJSC e Fóruns do Estado, logística reversa de resíduos, implantação e/ou fortalecimento dos sistemas de coleta, palestras nos cursos de Ambientação Funcional da Academia Judicial, palestras de sensibilização e ações de incentivo à sustentabilidade.

A SGA realizou o **I Colóquio de Compras Públicas Sustentáveis**, a quarta edição da **Semana do Meio Ambiente** e a terceira edição da campanha **Sinal Verde para a Conciliação**. No âmbito da educação ambiental, a Secretaria de Gestão Ambiental realizou **palestras interinstitucionais** sobre gestão de resíduos sólidos, levando a outros órgãos públicos a experiência do Poder Judiciário de Santa Catarina. Ainda, visando o aprimoramento dos membros da equipe da SGA, houve participação em seminários sobre resíduos sólidos e gestão ambiental.

Além de avançar em projetos e serviços já consolidados, aconteceram importantes novidades no decorrer de 2013:

- **Programa de Destinação de Resíduos Perigosos:** realização, extensão e aprimoramento de sistemas ambientalmente corretos de recolhimento de resíduos perigosos, por meio da assinatura de contratos para recolhimento em todo o Estado, dividido por regiões. A assinatura dos contratos 112/13, 166/13, 215/13, 224/13, 225/13 E 227/13 representa um avanço em matéria de coleta de resíduos perigosos classe I para o Poder Judiciário e tem como uma de suas finalidades o cumprimento da Lei n° 13.305/10 (Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos).

- **Destinação adequada de resíduos recicláveis classe II** – contratação (Contrato n° 017/13) de empresa especializada para coleta, transporte, e destinação final de resíduos recicláveis, classe II, regular e adequada às normas e legislações pertinentes, em unidades diversas do judiciário (galpão da DMP e TI, Fórum de São José, Divisão de Artes Gráficas, Almoxarifado, e de Patrimônio e nas duas unidades de Arquivo Central).

- **Projeto-Piloto para coleta de bens apreendidos, licitação e assinatura do Contrato n° 236/13:** em consonância com a orientação do Conselho Nacional de Justiça que lançou o Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA, que representa uma ferramenta eletrônica com a finalidade de consolidar as informações sobre os bens apreendidos em procedimentos criminais em todo o território nacional, permitindo um melhor controle dos processos e bens pelos órgãos judiciais.

- **Portal de Gestão Ambiental (www.tjsc.jus.br/sga):** com amplo e diversificado conteúdo nas áreas de gestão ambiental, gestão de resíduos, educação ambiental, consumo consciente, A3P, coleta seletiva, manuais de procedimentos, catálogo de materiais do sistema SGA, biblioteca e legislação ambiental, notícias e conteúdo interativo.

- **Assinatura da A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública**. A A3P é uma estratégia de construção de uma nova cultura institucional para inserção de critérios socioambientais na administração pública. Possui caráter voluntário e tem como objetivo a adoção de um modelo de gestão pública que corrija e diminua impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho.

Abaixo, apresenta-se relatório quantitativo dos serviços prestados pela SGA durante período em referência:

RELATÓRIO QUANTITATIVO – SECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL - PERÍODO JAN-DEZ 2013	
SERVIÇOS	**QUANTIDADE**
RECICLÁVEIS TJ (KG)	76.117,3
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 50L (UN)	522
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 15L (UN)	1.150
ENTREGA DE SACOS 100 L P/ RECICLÁVEIS (CENTO)	395
ENTREGA DE SACOS 50 L P/ RECICLÁVEIS (CENTO)	432
ENTREGA DE BITUQUEIRAS (UN)	217
BITUCAS RECOLHIDAS TJ (KG)	57,6
LÂMPADAS FLS. DESCARTADAS (UN)	17.479
MATERIAL PARA DESTRUIÇÃO (KG)	1.180,6
RESÍDUOS JARDIM ENCAMINHADOS COMPOSTAGEM (m3)	28
RECOLHIMENTO PILHAS/BATERIAS/CARTUCHO TJ (KG)	3.424,29
PROC.ADM./ EDITAL/ PROJETOS SGA REALIZADOS E EM ANDAMENTO	16
PARECERES EM PROC. ADM. DE GESTÃO AMBIENTAL	44
RELATÓRIOS PESQUISA GESTÃO AMBIENTAL	2
IMPLEM. COLETA SELETIVA IN LOCO COMARCAS	1
CONTEÚDO INFORMATIVO/EDUCATIVO DESENVOLVIDO	28
EXPOSIÇÕES ARTÍSTICO-EDUCATIVAS	7
PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES	19
CAMPANHAS	4
PALESTRAS	23
CAPACITAÇÃO	2
PARTICIPAÇÃO DA SGA EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, CURSOS E OUTROS	9
ATENDIMENTO PESSOAL A ESTUDANTES, PESQUISADORES, COMISSÕES E OUTROS	3

Fonte: Relatórios parciais das ações da Secretaria de Gestão Ambiental.

SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretaria Executiva fora criada por meio da Resolução n. 12/2012 – GP, passando a absorver as atribuições do anteriormente denominado Programa de Implantação de Serviços Judiciários.

Posteriormente, com a edição da Resolução n. 28/2013 – GP, em 9 de maio de 2013, foi criada a Assessoria de Modernização Judiciária e foram dadas novas atribuições à Secretaria Executiva.

Atualmente as atividades desta Secretaria encontram-se regulamentadas pelo art. 5º da Resolução 28/2013 – GP, dentre as quais se lhe atribui: auxiliar o Diretor-Geral Administrativo no controle da agenda e dos despachos, competindo-lhe a conferência de documentos e organização de arquivos; dar suporte para atendimento e apoio a clientes internos e externos, bem como o acompanhamento e preparação de reuniões; redigir e controlar os expedientes solicitados pelo Diretor-Geral Administrativo; organizar arquivos e controlar documentos e correspondências, distribuindo-os dentro de sua complexidade e importância; planejar, organizar e executar atividades secretariais específicas.

CLASSE DO ASSUNTO	TOTAL
CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA	1
CERTIDÃO	1
AÇÕES CORREICIONAIS DE CONTROLE INTERNO E DE OUVIDORIA	1
ENCARGO PATRONAL/RECOLHIMENTO	1
AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO	2
APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO	2
LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS	3
RECADASTRAMENTO	4
REGULAMENTAÇÃO	5
DEVOLUÇÃO DE CUSTAS	6
INFORMÁTICA	6
FINANÇAS	6
APOSENTADORIA	7
SINDICATOS E/OU ASSOCIAÇÕES DE CLASSES	7
SOLICITAÇÃO/DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO CNJ	8
PROGRAMAS/PROJETOS	9
SOLICITAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	10
ASSESSORIA E PLANEJAMENTO	10
ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO	10
CONCESSÕES	11
DISPOSIÇÃO	16
RELATÓRIOS	21
GUARDA E SEGURANÇA	33
MANIFESTAÇÃO	34
ENGENHARIA	50
LICITAÇÃO	51
ACADEMIA JUDICIAL	66
PATRIMÔNIO	136
CORREGEDORIA GERAL	144
CONCURSOS	149
AUDITAGEM	151
PAGAMENTOS	220

REMOÇÃO	292
CONTRATUAL	422
GERAL	709
CONTRATUAL E PATRIMONIAL	1.939
ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	2.172
TOTAL	**6.715**

** Relatório dos processos que tramitaram na Secretaria Executiva - DGA no período de 01/01/2013 a 10/12/2013.*

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) possui como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração do Poder Judiciário de Santa Catarina, no que se refere a:

- Fiscalização e acompanhamento de obras (construção, reforma e ampliação);
- Coordenação da conservação/manutenção predial;
- Coordenação da manutenção (corretiva/ preventiva) de elevadores/plataformas elevatórias, de sistemas de climatização, de subestações de energia elétrica, etc.;
- Elaboração de projetos de engenharia e arquitetura;
- Elaboração de estudos de leiaute;
- Análise de requisições de compra pertinentes às áreas de engenharia e arquitetura;
- Análise e acompanhamento de editais de licitação relacionados a essas áreas.

Alguns números traduzem a importância do trabalho desempenhado pela equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura:

- Atualmente, a DEA gerencia mais de **140 edificações**, que, juntas, somam uma área em torno de **280 mil m²**.
- Para tanto, são necessários recursos de grande monta: somente durante 2013, foi administrado um orçamento de aproximadamente **R$ 85 milhões** (conforme a Lei Orçamentária Anual).

Além disso, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura atua diariamente nos prédios-sede do Tribunal de Justiça, atendendo a chamados emergenciais (nas áreas de climatização, de elevadores, de instalações elétricas e de manutenção predial em geral). Durante 2013, foram realizados quase **4.200 atendimentos**.

Abaixo, seguem mais informações acerca das ações desenvolvidas pela DEA ao longo do ano de 2013:

1. OBRAS CONCLUSAS

N°	LOCALIDADE	OBRA	Nº DO CONTRATO	INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS)	DATA DE CONCLUSÃO
01	Capital - Estreito	Acessibilidade - rampa de acesso frontal e plataforma elevatória	188/2012	R$ 110.000,00	17/07/2013
02	Capital - Sede	Reforma parcial - Salão do Júri	144/2012	R$ 268.018,01	24/05/2013
03	Chapecó	Reforma parcial do Fórum – instalação de lanchonete	134/2012	R$ 386.455,95	17/05/2013
04	Chapecó	Execução do mobiliário para a lanchonete do Fórum	128/2012	R$ 135.500,00	09/07/2013
05	Cunha Porã	Reforma parcial do Fórum - pintura, esquadrias e pavimentação	130/2012	R$ 346.058,57	13/06/2013
06	Forquilhinha	Construção de imóvel para abrigar o Fórum	179/2011	R$ 4.128.971,07	28/02/2013
07	Ibirama	Reforma parcial do Fórum	127/2012	R$ 324.909,96	19/04/2013
08	Imaruí	Recuperação de fachada em tijolo de vidro	24/2013	R$ 27.400,00	20/06/2013

09	Jaraguá do Sul	Reforma parcial do Fórum	129/2012	R$ 552.810,27	10/09/2013
10	Joinville	Reforma parcial – demolição e construção de muro	156/2012	R$ 52.312,54	26/04/2013
11	Laguna	Cercamento e construção de lixeira	130/2013	R$ 109.987,16	11/10/2013
12	Mafra	Reforma da cobertura da Fórum	88/2013	R$ 316.140,23	26/11/2013
13	Palhoça	Instalação de CFTV - Circuito Fechado de Televisão	104/2013	R$ 206.644,81	02/09/2013
14	Papanduva	Substituição do revestimento do piso e recuperação do revestimento da parede do prédio do Fórum	147/2013	R$ 61.264,98	22/10/2013
15	São José	Execução de nova cobertura	56/2013	R$ 469.653,05	31/10/2013
16	Seara	Pintura e construção de muro	68/2013	R$ 95.804,91	09/09/2013
17	Sombrio	Nova subestação de energia elétrica	04/2013	R$ 38.068,69	27/06/2013
18	Timbó	Reforma parcial do Fórum	73/2013	R$ 136.000,00	08/11/2013
19	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Sistema de climatização, renovação e execução da Gráfica	010/2013	R$ 93.928,02	19/06/2013
20	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Construção de cobertura para veículos oficiais	58/2013	R$ 408.480,45	24/10/2013
21	TJ - Arquivo Central Palhoça	Reforma parcial – adequação do prédio e pintura de piso	163/2012	R$ 85.358,20	18/03/2013
22	TJ - Torre I	Impermeabilização da laje do terraço do HS	155/2012	R$ 223.005,71	17/10/2013
23	TJ - Torre I	Impermeabilização e instalação de guarda-corpo na cobertura da Torre I	168/2012	R$ 404.192,41	14/11/2013
24	TJ - Torre II	Construção de depósito de lixo para o Tribunal de Justiça	177/2013	R$ 43.747,03	12/11/2013
25	Turvo	Construção do novo prédio do Fórum	217/2011	R$ 3.631.558,03	12/04/2013

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

2. OBRAS EM EXECUÇÃO

N°.	LOCALIDADE	OBRA	Nº DO CONTRATO / EMPENHO	INVESTIMENTO (SEM ADITIVOS)
01	Armazém	Construção do Fórum	187/2012	R$ 4.036.679,60
02	Ascurra	Construção do Fórum	22/2013	R$ 3.791.234,54
03	Barra Velha	Urbanização, cercamento e recuperação de fachada de tijolo de vidro	159/2013	R$ 710.000,00
04	Brusque	Adequações de acessibilidade (vaga PNE e sanitários)	Empenho 5884/2013	R$ 14.775,85
05	Brusque	Reforma global do sistema de ar-condicionado central do prédio do Fórum	113/2013	R$ 1.134.519,50
06	Chapecó	Instalação do sistema de ar-condicionado central	193/2012	R$ 1.120.283,72
07	Chapecó	Reforma parcial do Fórum - cobertura	170/2012	R$ 920.503,44
08	Correia Pinto	Reforma global e ampliação do Fórum	076/2012	R$ 1.826.572,15
09	Descanso	Reforma global e ampliação do Fórum	92/2013	R$ 1.588.954,73
10	Imbituba	Reforma parcial	180/2012	R$ 221.992,11
11	Itaiópolis	Reforma parcial e construção de garagem para veículo oficial	206/2012	R$ 673.010,55
12	Joaçaba	Adequações de escada enclausurada e corrimão do prédio do Fórum	213/2013	R$ 178.863,05
13	Lages	Reforma parcial	25/2013	R$ 840.198,27
14	Lauro Muller	Reforma parcial – recuperação de fachada	141/2013	R$ 152.882,56
15	Pomerode	Reforma global e ampliação do Fórum	186/2013	R$ 3.396.301,65
16	Porto União	Nova subestação de energia elétrica	183/2013	R$ 64.773,19
17	Quilombo	Reforma parcial - pavimentação	121/2013	R$ 189.890,99
18	São Miguel do Oeste	Reforma parcial do Fórum	77/2013	R$ 597.189,54
19	Tijucas - Canelinha	Construção Casa da Cidadania	204/2013	R$ 1.121.005,24
20	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Construção de lixeira, pavimentação do acesso secundário e estacionamento	12/2013	R$ 375.118,16
21	TJ - Tribunal de Justiça (geral)	Ampliação da Diretoria Judiciária	51/2013	R$ 426.874,05

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

3. MANUTENÇÕES PREDIAIS REALIZADAS

3.1. CLIMATIZAÇÃO

N°.	LOCALIDADE	OBJETO	Nº DO CONTRATO	VALOR MENSAL
01	Blumenau	Manutenção (preventiva e corretiva) nos sistemas de climatização dos Fóruns Central e Universitário da Comarca	182/2010	R$ 848,90
02	Campo Erê	Assistência técnica (manutenções preventiva e corretiva) no sistema de calefação	109/2012	R$ 1.615,00
03	Capital - Sede	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do prédio do Fórum	104/2008	25063,01
04	Capital - Sede	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Fórum	184/2013	R$ 7.785,61
05	Capital – Eduardo Luz	Manutenção (corretiva e preventiva) no sistema de climatização central do prédio do Fórum	57/2013	R$ 48.789,00
06	Capital – Eduardo Luz	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do prédio do Fórum	124/2009	R$ 25.919,84
07	Capital - Eduardo Luz	Especificação dos serviços necessários para a manutenção dos equipamentos de ar-condicionado	137/2013	R$ 3.954,00
08	Capital – Norte da Ilha	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do prédio do Fórum	183/2010	R$ 695,00
09	Chapecó	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização (ar-condicionado central e de calefação)	64/2012	R$ 3.285,00
10	Criciúma	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Salão do Júri do prédio do Fórum	154/2010	R$ 2.743,50
11	Itajaí	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Salão do Júri	177/2010	R$ 683,90
12	Jaraguá do Sul	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do prédio Fórum	185/2010	R$ 430,00
13	Joinville	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Salão de Júri do prédio do Fórum	184/2010	R$ 563,00
14	Palhoça	Manutenção no sistema de climatização (somente chiller)	54/2013	R$ 48.789,00
15	São Joaquim	Manutenção no sistema de calefação	108/2012	R$ 1.872,00
16	São José	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Fórum	113/2011	R$ 18.200,80
17	Tubarão	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização do Salão do Júri do prédio do Fórum	233/2011	R$ 620,00
18	Urubici	Manutenção no sistema de calefação do prédio do Fórum	104/2012	R$ 1.480,00
19	TJ - Torre I	Manutenção (preventiva e corretiva) nos equipamentos de climatização (split, split inverter, self contained, VRV e outros)	226/2013	R$ 96.000,00
20	TJ - Torre I	Registro de Preços: instalação, substituição e retirada de condicionadores de ar	Ata 829	R$ 46.960,00
21	TJ - Torre I	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	86/2010	R$ 36.270,00
22	TJ - Torre II	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	217/2013	R$ 7.822,31
23	TJ - Torre II	Manutenção (preventiva e corretiva) no sistema de climatização	111/2008	R$ 21.474,18

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

3.2. ELEVADORES E PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS

N°.	LOCALIDADE	OBJETO	Nº DO CONTRATO	VALOR MENSAL
01	São Francisco do Sul e Mafra	Manutenção (preventiva e corretiva) em duas plataformas instaladas nos prédios dos Fóruns das Comarcas de São Francisco do Sul e Mafra	138/2009	R$ 630,60
02	Araranguá	Conservação e assistência técnica em uma plataforma elevatória instalada no prédio do Fórum	36/2011	R$ 302,89
03	Blumenau	Conservação e assistência técnica em dois elevadores instalados no prédio do Fórum	80/2011	R$ 996,46
04	Braço do Norte	Assistência técnica em uma plataforma elevatória instalada no prédio do Fórum	186/2011	R$ 226,80
05	Brusque	Manutenção (preventiva e corretiva) em um elevador instalado no prédio do Fórum	31/2010	R$ 526,50
06	Capital - Sede	Conservação e assistência técnica em três elevadores instalados no prédio do Fórum	37/2011	R$ 2.253,57
07	Capital - Eduardo Luz	Manutenção (preventiva e corretiva) em um elevador instalado no prédio do Fórum	145/2009	R$ 512,94
08	Criciúma	Conservação e assistência técnica em dois elevadores instalados no prédio do Fórum	215/2011	R$ 409,57
09	Itajaí	Conservação e assistência técnica em dois elevadores instalados no prédio do Fórum	81/2011	R$ 804,71

10	Joaçaba	Conservação e assistência técnica em dois elevadores instalados no prédio do Fórum	32/2011	R$ 535,73
11	Joinville	Conservação e assistência técnica em três elevadores instalados no prédio do Fórum	15/2011	R$ 1.229,03
12	Lages	Conservação e assistência técnica em um elevador instalado no prédio do Fórum	002/2011	R$ 336,77
13	Laguna	Conservação e assistência técnica em uma plataforma elevatória instalada no prédio do Fórum	39/2011	R$ 226,80
14	Maravilha	Prestação de serviços de conservação e assistência técnica em uma plataforma elevatória instalada no prédio do Fórum	82/2011	R$ 245,22
15	São Joaquim	Manutenção (preventiva e corretiva) em um elevador instalado no prédio do Fórum	257/2011	R$ 380,00
16	Videira	Conservação e assistência técnica em uma plataforma elevatória instalada no prédio do Fórum	35/2011	R$ 263,39
17	TJ - Tribunal de Justiça	Manutenção preventiva em uma plataforma vertical instalada no hall de entrada do auditório do Tribunal Pleno	105/2008	R$ 170,00
18	TJ - Torre I	Manutenção (preventiva e corretiva) em cinco elevadores instalados no prédio do Tribunal de Justiça (Torre I)	27/2010	R$ 7.346,54
19	TJ - Torre II	Manutenção de elevadores	167/2012	R$ 2.650,00
20	TJ - UPC - Unidade Presidente Coutinho	Manutenção (preventiva e corretiva) em dois elevadores instalados no prédio do Condomínio Edifício Centro Executivo ACCR	88/2011	R$ 800,00
21	TJ - Academia Judicial	Manutenção (preventiva e corretiva) em dois elevadores instalados no prédio	51/2011	R$ 400,00
22	TJ - Academia Judicial	Manutenção (preventiva e corretiva) em dois elevadores instalados no prédio	51/2011	R$ 400,00

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

3.3. OUTRAS MANUTENÇÕES

N°.	LOCALIDADE	OBJETO	Nº DO CONTRATO	VALOR MENSAL
01	Poder Judiciário	Instalação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações no prédio-sede do Tribunal de Justiça e em outros prédios do Judiciário Catarinense	82/2013	Conforme Demanda
02	Diversas Comarcas	Instalação e manutenção das redes elétricas e de telecomunicações nos prédios do Fóruns das Comarcas de Itajaí, Navegantes, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Tijucas	009/2012	Conforme Demanda
03	Diversas Comarcas	Instalação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações nos prédios do Fóruns das Comarcas de Joinville, Balneário Piçarras, Barra Velha, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Araquari, São Francisco do Sul, Garuva e Itapoá	254/2011	Conforme Demanda
04	Diversas Comarcas	Instalação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações nas comarcas de Lages, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Otacílio Costa, Bom Retiro, Urubici e São Joaquim	250/2011	Conforme Demanda
05	Capital	Execução de serviços continuados de manutenção predial nas áreas de instalação elétrica, telefônica e de cabeamento estruturado no prédio do Fórum da Comarca da Capital e seus anexos	115/2011	Conforme Demanda
06	Diversas Comarcas	Instalação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações nas Comarcas de Tubarão, Laguna, Jaguaruna, Urussanga, Lauro Müller, Orleans, Braço do Norte, Armazém, Imbituba, Garopaba, Capivari de Baixo e Imaruí	245/2011	Conforme Demanda
07	Diversas Comarcas	Instalação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações nos prédios dos Fóruns das Comarcas de São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz	211/2011	Conforme Demanda
08	Diversas Comarcas	Instalação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações nos prédios dos Fóruns das Comarcas de Blumenau, Pomerode, Timbó, Indaial, Ascurra, Gaspar, Brusque e São João Batista	225/2011	Conforme Demanda
09	Capital - Sede	Manutenção (preventiva e corretiva) em grupo gerador do Fórum	148/2012	Conforme Demanda
10	Capital - Sede	Manutenção (preventiva e corretiva) em esquadrias	148/2013	Conforme Demanda
11	TJ - Torre I	Manutenção (preventiva e corretiva) de esquadrias de alumínio	192/2013	Conforme Demanda
12	TJ - Torre I	Manutenção (preventiva e corretiva) em grupo gerador	81/2008	R$ 500,00
13	TJ - Torre II	Manutenção (preventiva e corretiva) da fachada glazing	164/2013	Conforme Demanda
14	Região I - Sul	Manutenção do sistema preventivo contra incêndio das unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina	007/2013	Conforme Demanda
15	Região I - Sul	Manutenção continuada - construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	125/2013	Conforme Demanda
16	Região I - Sul	Manutenção continuada - pintura	193/2013	Conforme Demanda

17	Região II - Grande Florianópolis	Serviço de remoção e instalação de película protetora em vidros	111/2013	Conforme Demanda
18	Região II - Grande Florianópolis	Manutenção do sistema preventivo contra incêndio das unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina	008/2013	Conforme Demanda
19	Região II - Grande Florianópolis	Manutenção continuada - construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	125/2013	Conforme Demanda
20	Região II - Grande Florianópolis	Manutenção continuada – pintura	194/2013	Conforme Demanda
21	Região II - Grande Florianópolis	Registro de preço: limpeza e desentupimento em sistema hidrossanitário	176/2012	Conforme Demanda
22	Região III - Vale do Itajaí	Instalação e manutenção das redes elétrica e de telecomunicações nos prédios do Fóruns das Comarcas de Itajaí, Navegantes, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Tijucas	09/2012	Conforme Demanda
23	Região III - Vale do Itajaí	Manutenção do sistema preventivo contra incêndio das unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina	009/2013	Conforme Demanda
24	Região III - Vale do Itajaí	Manutenção continuada - construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	125/2013	Conforme Demanda
25	Região III - Vale do Itajaí	Manutenção continuada – pintura	195/2013	Conforme Demanda
26	Região IV - Norte	Manutenção continuada - construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	126/2013	Conforme Demanda
27	Região IV - Norte	Manutenção continuada – pintura	196/2013	Conforme Demanda
28	Região V - Central	Manutenção continuada - construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	126/2013	Conforme Demanda
29	Região V - Central	Manutenção continuada – pintura	197/2013	Conforme Demanda
30	Região VI - Oeste	Manutenção Continuada - Construções secas (piso laminado e vinílico, carpete, forro e divisórias)	126/2013	Conforme Demanda
31	Região VI - Oeste	Manutenção continuada - pintura	196/2013	Conforme Demanda

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

4. PROJETOS DE ENGENHARIA CONTRATADOS

N°	COMARCA	OBJETO	Nº DO CONTRATO / EMPENHO	VALOR
01	Araranguá	Projetos elétrico, telefônico e de cabeamento estruturado destinados à reforma parcial do Fórum	Empenho 5817/2013	R$ 6.945,00
02	Armazém	Projeto estrutural (adequação) para construção do prédio do Fórum	Empenho 2964/2013	R$ 2.000,00
03	Barra Velha	Projeto preventivo de incêndio do Fórum	162/2012	R$ 4.000,00
04	Blumenau	Planilha de composições unitárias e atualização do orçamento referente ao projeto elétrico e afins para reforma global e ampliação do Fórum	4572/2013	R$ 2.500,00
05	Capital - Eduardo Luz	Projetos preventivo e hidrossanitário para reforma parcial – ampliação do Fórum	143/2012	R$ 26.783,54
06	Capital - Eduardo Luz	Projetos complementares para reforma parcial - ampliação do Fórum	Empenhos: 8934, 8878, 9200	R$ 18.440,00
07	Chapecó	Projetos complementares para a CERC: estrutural metálico, estrutural de concreto armado e preventivo contra incêndio	165/2012	R$ 23.159,94
08	Chapecó	Projetos complementares para a CERC: elétrico, telecomunicações (cabeamento estruturado), sonorização, TV a cabo, segurança e supervisão	166/2012	R$ 27.000,00
09	Fraiburgo	Projeto estrutural visando à instalação de plataforma elevatória no Fórum	Empenho 3957/2013	R$ 3.500,00
10	Fraiburgo	Projeto preventivo de incêndio para o Fórum	91/2013	R$ 4.300,00
11	Jaraguá do Sul	Projeto estrutural para instalação de plataforma elevatória	Empenho 5498/2013	R$ 1.000,00
12	Navegantes	Projetos estrutural e de impermeabilização – para construção do novo Fórum	137/2012	R$ 31.556,16
13	Navegantes	Projetos elétricos e afins, bem como de climatização – para construção do novo Fórum	142/2012	R$ 27.729,70
14	Navegantes	Projetos complementares (detalhamento de esquadrias) – para construção do novo Fórum	161/2012	R$ 25.288,69
15	Rio do Sul	Projeto de cabeamento estruturado destinado à construção do prédio do Fórum	Empenho 2510/2013	R$ 7.000,00
16	São Bento do Sul	Projeto estrutural para instalação de plataforma elevatória	202/2012	R$ 1.394,17
17	Tubarão	Projetos elétrico, telefônico e de cabeamento estruturado destinados à obra de reforma global	Empenho 5496/2013	R$ 8.950,00
18	TJ - Torre I	Projeto estrutural metálico, destinado à reforma dos pavimentos 5º e 5º A	Empenho 6561/2013	R$ 1.250,00

19	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Projeto estrutural (fundações) para construção de cobertura metálica no terreno do Almoxarifado Central	Empenho 4713/2013	R$ 1.600,00

Fonte: controle de contratos da Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

5. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

N°	COMARCA	OBJETO
01	Anchieta	Adequações de acessibilidade (acesso térreo, vaga PNE, plataforma, sanitários)
02	Araquari	Construção de prédio próprio do Fórum
03	Araranguá	Reforma parcial do Fórum (climatização total, cercamento e construção de lixeira)
04	Barra Velha	Reforma do sistema preventivo de incêndio
05	Blumenau	Execução do centro de atendimento e controle de acesso do Fórum
06	Blumenau	Reforma global e ampliação (2ª licitação)
07	Blumenau	Reforma parcial do Salão do Júri do Fórum - cobertura
08	Blumenau - Fórum Universitário	Adequações de acessibilidade (plataforma)
09	Bom Retiro	Adequações de acessibilidade (acesso térreo, vaga PNE, plataforma, sanitários)
10	Brusque	Substituição da cobertura e adequação do sistema preventivo de incêndio
11	Campo Erê	Reforma global e ampliação do Fórum
12	Campos Novos	Construção de novo prédio do Fórum
13	Canoinhas	Construção de novo prédio do Fórum
14	Capinzal - Piratuba	Elaboração de estudo de estabilidade e projeto de contenção de taludes
15	Capinzal - Piratuba	Execução de contenção de taludes
16	Capital - Estreito	Reforma parcial
17	Catanduvas	Obtenção de “Habite-se” do Corpo de Bombeiros
18	Chapecó	Executar adequações do projeto preventivo de incêndio
19	Chapecó	Reforma global do antigo prédio do Fórum (CERC)
20	Concórdia	Adequações da edificação visando obtenção de “Habite-se”
21	Correia Pinto	Instalação de uma porta giratória no prédio do Fórum
22	Criciúma	Instalação de elevadores novos no prédio do Fórum
23	Curitibanos	Construção de prédio próprio do Fórum
24	Herval do Oeste	Construção do Fórum
25	Ibirama	Obra para contenção do talude do terreno do Fórum
26	Imbituba	Construção de novo prédio do Fórum
27	Itajaí	Adequação do sistema preventivo contra incêndio do prédio do Fórum - execução
28	Lauro Muller	Execução de reforço estrutural
29	Mafra	Adequações da edificação visando obtenção de “Habite-se”
30	Ponte Serrada	Adequações de acessibilidade (acesso térreo, vaga PNE, plataforma, sanitários)
31	Rio do Oeste	Construção de novo prédio do Fórum
32	São Bento do Sul	Reforma parcial do Fórum
33	São Carlos	Adequações de acessibilidade (acesso térreo, vaga PNE, plataforma, sanitários)
34	São João Batista	Adequações no sistema preventivo de incêndio (pequenas intervenções)
35	São Joaquim	Adequações no sistema preventivo de incêndio (tanque de óleo)
36	São José	Conclusão do sistema preventivo contra incêndio do prédio do Fórum
37	São José	Reforma global prédio anexo ao Fórum
38	Taió	Reforma global do prédio do Fórum
39	Tangará	Reforma do sistema preventivo de incêndio
40	Timbó	Construção de novo prédio do Fórum
41	Timbó	Execução de reforço estrutural
42	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Reforma e ampliação do prédio da Gráfica e do Almoxarifado
43	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Reforma da Divisão de Almoxarifado Central
44	TJ - Arquivo Central Palhoça	Reforma do prédio do Arquivo Central
45	TJ - Arquivo Central Palhoça	Cercamento do prédio do Arquivo Central
46	TJ - Torre I	Instalação de elevadores novos no prédio do Fórum

47	TJ - Torre I	Reforma do Prédio do TJSC - pavimentos 5º e 5ºA
48	TJ - ULO - Unidade Lamego Office	Reforma global - para ocupação do prédio
49	Tubarão	Reforma global
50	Xanxerê	Reforma parcial do prédio do Fórum

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

6. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO (TERCEIRIZADOS)

Nº.	COMARCA	OBJETO
01	Araranguá	Projeto preventivo de incêndio para reforma parcial
02	Araranguá	Projeto de climatização e de renovação de ar destinado à reforma parcial
03	Blumenau	Planilha de composições unitárias e atualização do orçamento referente ao projeto de climatização - para reforma global e ampliação
04	Canoinhas	Projeto estrutural, para construção do novo Fórum
05	Canoinhas	Projeto elétrico, para construção do novo Fórum
06	Canoinhas	Projeto hidrossanitário e preventivo de incêndio, para construção do novo Fórum
07	Capital - Estreito	Projeto hidrossanitário e preventivo de incêndio, para reforma parcial (garagem coberta e cercamento)
08	Capital - Estreito	Projeto elétrico e afins, para reforma parcial
09	Chapecó	Projeto preventivo de incêndio, para aprovação junto ao Corpo de Bombeiros
10	Concórdia	Projeto preventivo de incêndio, para regularização da edificação
11	Concórdia	Projeto elétrico de alta tensão da subestação do Fórum
12	Itajaí	Projeto preventivo contra incêndio do prédio do Fórum
13	Joinville	Projeto preventivo de incêndio do prédio do Fórum
14	Lages	Projeto preventivo contra incêndio do prédio do Fórum
15	Mafra	Projeto preventivo contra incêndio do prédio do Fórum
16	São Bento do Sul	Projetos elétrico, telefônico e de cabeamento estruturado, destinados à obra de reforma do Fórum
17	São José	Projetos complementares, para conclusão do sistema preventivo contra incêndio do prédio do Fórum
18	São José	Projeto estrutural para prédio anexo ao Fórum
19	São José	Projeto hidrossanitário para prédio anexo ao Fórum
20	São José	Projetos de esquadrias, de climatização, elétrico, preventivo de incêndio, cabeamento estruturado, supervisão e sonorização
21	São Miguel do Oeste	Projeto estrutural para instalação de plataforma elevatória no prédio do Fórum
22	Timbó	Projeto de estação de tratamento de efluentes (ETE) para construção do Fórum
23	Tubarão	Projeto estrutural do prédio, para instalação de elevadores adaptados a pessoas com deficiência
24	Xanxerê	Projeto de climatização, para reforma parcial do prédio do Fórum
25	Xanxerê	Projeto elétrico e de cabeamento estruturado
26	TJ - Tribunal de Justiça (geral)	Projeto elétrico de baixa tensão e luminotécnico para o Tribunal Pleno
27	TJ - Torre I	Projetos elétrico e afins, para a reforma do dos pavimentos térreo, 5º e 5ºA
28	TJ - Torre I	Projetos hidrossanitário e preventivo de incêndio, para a reforma dos pavimentos térreo, 5º e 5ºA
29	TJ - Arquivo Central Palhoça	Projetos complementares (climatização e renovação de ar), para reforma do prédio do Arquivo Central
30	TJ - Arquivo Central Palhoça	Projetos complementares (estrutural), para reforma do prédio do Arquivo Central
31	TJ - Arquivo Central Palhoça	Projetos complementares (hidrossanitário e preventivo contra incêndio), para reforma do prédio do Arquivo Central

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

7. PROJETOS EM LICITAÇÃO

7.1. ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA

Nº	COMARCA	OBJETO
01	Canoinhas	Projeto de climatização para construção do novo Fórum
02	Herval do Oeste	Projeto de climatização, elétrico e afins - para construção do novo prédio do Fórum
03	Fraiburgo	Projeto hidrossanitário

04	Itapoá	Projeto elétrico e afins - para reforma do prédio do Fórum
05	Lauro Müller	Projeto de reforço estrutural do prédio do Fórum
06	Timbó	Projeto de detalhamento de esquadrias para o novo Fórum
07	TJ - Arquivo Central (Palhoça)	Projetos complementares (elétrico e afins), para reforma do prédio do Arquivo Central

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

7.2. MANUTENÇÕES

Nº	COMARCA	OBJETO
01	Diversas Comarcas	Manutenção periódica nos elevadores dos Fóruns das Comarcas da Palhoça, Capital (Sede, Varas Bancárias e Norte da Ilha), São José, São Joaquim, Joaçaba, Chapecó, Joinville, Brusque, Lages, Balneário Camboriú e Concórdia
02	Diversas Comarcas	Manutenção da plataforma elevatória (São Francisco do Sul, Mafra, Araranguá, Laguna, Maravilha, Braço do Norte, Videira, Içara, Capinzal, Xaxim e Torre I)
03	Poder Judiciário	Serviços de instalação, conservação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações nos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina
04	Poder Judiciário	Manutenção (preventiva e corretiva) das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina
05	Poder Judiciário	Manutenção dos equipamentos de ar-condicionado (tipo janela, split modelo High-Wall, split modelo Cassete, split modelo piso-teto, Splitão e Self Contained), destinados aos prédios do TJSC e das Comarcas de Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e Capital - Estreito
06	Palhoça	Manutenção do sistema de climatização do prédio do Fórum
07	Regiões I a VI - Geral	Manutenção continuada - construção civil (todas as regiões)
08	TJ - Torre I	Manutenção dos equipamentos condicionadores de ar do tipo janeleiro
09	TJ - Torre I	Manutenção (preventiva e corretiva) em grupo gerador

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

7.3. OBRAS / SERVIÇOS

Nº	COMARCA	OBJETO
01	Balneário Camboriú	Reforma global e ampliação do Fórum
02	Canoinhas	Aquisição e instalação de equipamentos de climatização em prédio locado
03	Capital - Sede	Impermeabilização da laje de cobertura do Salão do Júri e reforma da passarela
04	Capital - Sede	Reforma parcial do Fórum - Gabinetes de Juízes Especiais e adequações de banheiros para PCD
05	Capital – Des. Eduardo Luz	Reforma parcial - ampliação
06	Dionísio Cerqueira	Reforma parcial do Fórum
07	Fraiburgo	Reforma parcial do Fórum - esquadria, porta giratória e acessibilidade
08	Gaspar	Ampliação do Fórum
09	Joinville	Adequação de passeio público, com construção de rampa e cercamento
10	Navegantes	Construção do Fórum
11	Rio do Sul	Construção do Fórum
12	São José	Cercamento
13	Videira	Construção de lixeira, cercamento do Fórum e adequações de acessibilidade (acesso ao pavimento térreo)
14	TJ - Tribunal de Justiça	Drenagem de estacionamento elevado
15	TJ - Torre I	Instalação, substituição e remoção de condicionadores de ar do tipo janeleiro
16	TJ - Torre I	Instalação de CFTV - Circuito Fechado de Televisão
17	TJ - Torre II	Reforma parcial - adequações para obtenção de “Habite-se”
18	TJ - Torre II	Recuperação de sacadas
19	Região II - Grande Florianópolis	Serviço de remoção e colocação de película protetora em vidros

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

8. LICITAÇÕES DESERTAS / FRACASSADAS / CANCELADAS

N°	COMARCA	OBJETO	SITUAÇÃO
01	Poder Judiciário	Tratamento da água utilizada no sistema de climatização (Fóruns da Capital - Sede, Desembargador Eduardo Luz, Palhoça e Torre II do TJSC)	Deserta
02	Blumenau	Reforma global e ampliação	Fracassada

03	Brusque	Reforma global do sistema de ar-condicionado central do prédio do Fórum	Cancelada
04	Canoinhas	Aquisição e instalação de equipamentos de climatização em prédio locado	Deserta
05	Capital - Sede	Instalação de tela de proteção – duas licitações desertas	Deserta
06	Capital - Sede	Instalação de tela de proteção	Deserta
07	Chapecó	Elaboração de projeto executivo de esquadrias de alumínio	Deserta
08	Cunha Porã	Reforma parcial do Fórum - pintura, esquadrias e pavimentação	Deserta
09	Herval do Oeste	Projeto executivo de esquadrias de alumínio, para construção do novo prédio do Fórum	Deserta
10	Tubarão	Construção de rampa de acesso e instalação de plataforma elevatória	Deserta
11	Videira	Construção de lixeira e cercamento do Fórum	Deserta
12	TJ - Tribunal de Justiça	Materiais para instalações elétricas e de cabeamento estruturado - Torres I e II do TJ - terminais elétricos pré-isolados	Deserta
13	TJ - Tribunal de Justiça	Materiais para instalações elétricas e de cabeamento estruturado - Torres I e II do TJ - Bases (soquetes) para iluminação em geral	Fracassada
14	TJ - Tribunal de Justiça	Materiais para instalações elétricas e de cabeamento estruturado - Torres I e II do TJ - Bases (soquetes) para iluminação em geral	Fracassada
15	TJ - Tribunal de Justiça	Materiais para instalações elétricas e de cabeamento estruturado - Torres I e II do TJ - comando de automação	Fracassada
16	TJ - Tribunal de Justiça	Materiais para instalações elétricas e de cabeamento estruturado - Torres I e II do TJ - disjuntores e IDR'S	Fracassada
17	TJ - Tribunal de Justiça	Materiais para instalações elétricas e de cabeamento estruturado - Torres I e II do TJ - abraçadeiras de nylon	Deserta
18	TJ - Tribunal de Justiça	Drenagem de estacionamento elevado	Fracassada
19	TJ - Torre I	Elaboração do projeto, para modernização do sistema de climatização da Biblioteca	Deserta
20	TJ - Torre I	Elaboração do projeto, para modernização do sistema de climatização do Auditório do Pleno	Deserta

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos / DEA

9. ABERTURA DE CHAMADOS

DIVISÃO RESPONSÁVEL	QUANTIDADE
Divisão de Manutenção Predial	1.852
Divisão de Engenharia Elétrica	2.161
TSI (atendimento interno – DEA)	140
TOTAL	**4.153**

Fonte: controle de chamados - Secretaria/DEA

10. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO	QUANTIDADE
Ofícios	458
Comunicações Internas	2431
Pareceres Técnicos	483
Requisições de Compra	322
Relatórios de Vistoria	156
Relatórios de Fiscalização	227
TOTAL	**4.077**

Fonte: controle de documentos – Secretaria da DEA

11. TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO	QUANTIDADE
Processos Administrativos recebidos	3.693
Processos Administrativos enviados	3.889
Requisições de Compra recebidas	1.680
Requisições de Compra enviadas	1.776
Notas Fiscais recebidas	504

Notas Fiscais enviadas	434
Ofícios recebidos	188
E-mails recebidos no endereço principal da DEA (dea@tjsc.jus.br) - aproximadamente	7.200
TOTAL	**19.364**

Fontes: PTC – Sistema de Protocolo; Sistema de Expedição de Correspondências; Controle de Documentos da Secretaria/DEA

12. OUTRAS ATIVIDADES

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Viagens realizadas (reuniões, vistorias e fiscalizações de obras)	389
Empenhos (cadastrados, conferidos, digitalizados e repassados às comarcas/empresas)	2.322

Fonte: controle de documentos da Secretaria/DEA

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O relatório a seguir representa as atividades desenvolvidas pela **Diretoria de Tecnologia da Informação-DTI**, no exercício de 2013.

As informações estão classificadas por Divisão e os subitens representam projetos e atividades levadas a efeito nas áreas de planejamento, *software* e *hardware*.

No que tange ao Gabinete do Diretor, em cumprimento as suas atribuições, foram desenvolvidas as atividades de planejamento, organização, execução e controle das atividades de tecnologia da informação, em consonância com as diretrizes do CGInfo e com o apoio da estrutura organizacional e operacional da Diretoria, com o objetivo de levar a efeito as atividades alinhadas.

No período supracitado a DTI trabalhou no sentido de manter o Poder Judiciário Catarinense na posição de vanguarda no que diz respeito à Tecnologia da Informação, avançando sempre na melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais.

Para isso buscou-se investir na renovação e ampliação permanente da estrutura de tecnologia, considerando-se *hardware* e *software*, com a manutenção de uma política sistemática de aquisição e renovação de todo parque tecnológico e desenvolvimento ou aquisição de sistemas, possibilitando a melhoria da prestação dos serviços ao cidadão.

Essas complexas atividades só foram viabilizadas graças ao esforço de toda a diretoria que, capitaneada por seu Gabinete, conseguiu integrar todas as áreas, de gestão de conhecimento ao equipamento, do extrajudicial ao terceiro grau e órgãos agregados de apoio e fiscalização.

Em cada etapa, em cada atividade, buscou-se agregar valor aos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário Catarinense, seja pelo desenvolvimento de novas soluções, atualização ou mesmo pela manutenção e suporte de *softwares*, no ideal de atender sempre mais e melhor tanto usuários internos quanto externos, sendo o serviço gratuito ou não.

Segue o relatório:

DIVISÃO DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

- Consulta no acesso restrito da data de concessão do abono de permanência.
- Consulta no acesso restrito das datas e modalidades de aposentadoria.
- Desenvolvimento de novo módulo para do cálculo da DIRF.
- Desenvolvimento de novo módulo para cálculo do 13º salário.
- Desenvolvimento do controle de tabelas vinculadas para requisição de adiantamentos/DOF.
- Início da alteração dos sistemas SHF/Folha para correção do bug do milênio.
- Implementações, manutenção e ajustes no módulo do sistema de concessão da VPNI.

- Alterações no Sistema de patrimônio para adequação à Resolução 09/2013
- Manutenções gerais nos sistemas SHF/FOLHA.
- Manutenções gerais no sistema Patrimônio.
- Manutenções gerais no sistema Almoxarifado.
- Manutenções gerais no sistema Licitação.
- Manutenções gerais no sistema Compras e registro de preços.
- Manutenções gerais no sistema de geração de tabelas para o E-Sfinge
- Manutenções gerais no sistema de Controle de Fornecedores.
- Manutenções gerais no sistema de prestação de contas de diárias e ressarcimento de combustíveis (anterior ao sistema atual).

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CARGOS EFETIVOS (SGE)

Desenvolvimento de novas funcionalidades para o sistema de controle de vagas de efetivos, que resultou na mudança do nome do sistema para Sistema de Gerenciamento de Cargos Efetivos (SGE). Foram incluídas todas as operações de movimentação funcional de cargos efetivos e integração total com o SHF (Sistema Caché), com lançamento automático dos movimentos e integração com o sistema de segurança SEG.

Recursos do SGE:

Operação com Vagas:

- Criação

- Distribuição

- Depósito

- Reserva de Vaga

Provimentos (integrado com o Caché – SHF):

- Por concurso Público

- Por aproveitamento

- Por reintegração

- Por recondução

- Por reversão

Remoções (integrado com o SHF):

- Por edital

- Outras (por ex.: por interesse da administração, com ou sem o cargo)

- Por permuta

- Por lotação

Desligamentos (integrado com o SHF):

- Exoneração

- Demissão

- Aposentadoria

- Falecimento

Relatórios Diretos

- Relatório funcional com base no SHF

- Relatório funcional simples

- Relatório de histórico de provimentos para fins de alternância

- Relatório de histórico de servidores

Além disso, devido à integração com o sistema SHF, foi desenvolvido o sistema de ajuste de movimentações lançados pelo sistema, que funciona integrado com o SGE e com o SHF.

Também foi desenvolvido recursos para fins de auditoria das operações, e para ações de desfazimento de operações com base nos dados auditados. No entanto, este recurso será implantado em momento oportuno devido a limitações tecnológicas de estruturas de suporte disponíveis para tais operações. Atualmente o sistema se encontra em fase de homologação pela DPC/SPC e para DRIF/SRI, ambas vinculadas a DRH.

Sistema de Ajuste de Lotação

Devido ao Sistema de Gerenciamento de Cargos Efetivos (SGE) foi necessário o desenvolvimento de um novo Sistema de Ajuste de lotação, no qual funciona de forma integrada com o SGE e também com o SHF. Este sistema permite o ajuste interno dos cargos providos, com reflexo direto e imediato sobre a situação das vagas, tanto no SGE quanto no SHF.

Sistema de Relatório de Cargos

Permite a criação de relatório sobre a situação dos cargos efetivos, comissionados e funções gratificadas. Este sistema possui uma interface de fácil utilização, no qual permite a obtenção da informação de fácil e direta, com diversos relatórios pré-configurados.

Sistema de Remoção - 1ª Módulo

O Sistema de Remoção foi dividido em dois módulos em seu processo de desenvolvimento, que serão implantados em momentos diferentes, devido ao tempo de conclusão necessário para cada módulo.

Este primeiro módulo, que está em etapa de homologação, permite a classificação dos candidatos, atualização da situação dos concursos de remoção, geração de relatórios operacionais de forma automática para fins de classificação, e disponibiliza automaticamente o número do processo administrativo aos candidatos que concorrem à(s) vaga(s) do edital, quando este número for informado no sistema.

Gozo e suspensão de licença-prêmio

Iniciado no final de 2012 e finalizado em 2013. Em homologação desde 30/04/2013

Funcionalidades do sistema:

§ Cadastro de gozo de licença prêmio pelo superior hierárquico na comarca ou no TJ

§ Suspensão do Gozo de Licença Prêmio

§ Alteração automática do movimento de gozo ao realizar uma suspensão

§ Na exclusão da suspensão, retorna ao valor original do gozo

§ Lançamento automático do movimento de gozo e de suspensão na ficha do servidor sem a necessidade de intervenção da DRH

§ Importação dos movimentos antigos e adequação dos dados do Caché para o banco Oracle

Sistema de Plantão Judiciário

O sistema de folga por plantão judiciário passou por diversas mudanças solicitadas pela DRH. Atualmente encontra-se na etapa de piloto, e está sendo utilizado pela DRH e mais três comarcas definidas pelo solicitante.

Funcionalidades do sistema:

§ Cadastro de concessão de plantão judiciário pelo chefe da secretaria

§ Cadastro de gozo dessa folga, para que o chefe da secretaria possa conferir o saldo de Plantão Judiciário e registrar os dias gozados

§ Criação de um mecanismo de relatório para concessões parciais e totalização de concessões

§ Lançamento automático da concessão e do gozo na ficha funcional do servidor sem a necessidade de intervenção da DRH

§ Importação e adequação dos dados do Caché para o banco Oracle

Falta Justificada/Paternidade

Análise, documentação, desenvolvimento e implantação (em produção). Funcionalidades do sistema:

§ Cadastro da Falta Justificada/Paternidade pelo superior hierárquico na comarca ou no TJ

§ Lançamento automático na ficha funcional do servidor sem a necessidade de intervenção da DRH

§ Importação e adequação dos dados do Caché para o banco Oracle

Falta Justificada/Gala

Análise, documentação, desenvolvimento e implantação. (Em produção)

Funcionalidades do sistema:

§ Cadastro da Falta Justificada/Gala pelo superior hierárquico na comarca ou no TJ

§ Lançamento automático na ficha funcional do servidor sem a necessidade de intervenção da DRH

§ Importação e adequação dos dados do Caché para o banco Oracle

Falta Justificada/Nojo

Análise, documentação, desenvolvimento e implantação. (Em produção)

Funcionalidades do sistema:

§ Cadastro da Falta Justificada/Nojo pelo superior hierárquico na comarca ou no TJ

§ Lançamento automático na ficha funcional do servidor sem a necessidade de intervenção da DRH

§ Importação e adequação dos dados do Caché para o banco Oracle

Falta Injustificada: Desconto, Restituição e Reconsideração

Análise, documentação e desenvolvimento finalizados. Em homologação desde 09/10/2013.

Funcionalidades do sistema:

§ Cadastro da Falta injustificada/Desconto

§ Cadastro da Falta injustificada/Restituição

§ Cadastro da Falta injustificada/Reconsideração

§ Lançamento automático desses movimentos na ficha funcional do servidor sem a necessidade de intervenção da DRH

§ Alteração automática do movimento de Falta injustificada/Desconto no lançamento da Restituição ou Reconsideração

§ Importação e adequação dos dados do Caché para o banco Oracle

Falta Justificada/Doação de Sangue

Análise, documentação e desenvolvimento finalizados. Em homologação desde 05/12/2013.

Funcionalidades do sistema:

§ Cadastro da Falta Justificada/Doação de Sangue pelo superior hierárquico na comarca ou no TJ

§ Possibilidade de anexar o documento de comprovação da doação de sangue

§ Visualização dos documentos anexados no cadastro da falta justificada

§ Lançamento automático na ficha funcional do servidor sem a necessidade de intervenção da DRH

§ Importação e adequação dos dados do Caché para o banco Oracle

Sistema de Controle de Terceirizados

Análise, documentação e desenvolvimento do sistema finalizados. Está no estágio de piloto.

Módulos desenvolvidos:

§ Cadastro de Pessoa

§ Cadastro de Empresa

§ Cadastro de Vínculo

§ Cadastro de Contratos

§ Cadastro de Termos Aditivos

§ Provimento de Terceirizados

§ Cadastro de Faltas e Substituições

§ Consulta de Pessoas

§ Consulta de Empresas

§ Consulta de Contratos

§ Consulta de Postos

§ Consulta de Faltas

§ Consulta de Disfunções

§ Consulta de Fechamentos e Pesquisa de Satisfação

§ Desenvolvimento de Manual de Uso (Diretorias, Comarcas e STE)

§ Fechamento das informações mensais e exportação dos dados para planilha eletrônica.

Sistema de Controle de Terceirizados (demanda da DMP)

A DMP solicitou uma versão do Sistema de Controle de Terceirizados para gerar o cálculo de pagamento dos valores às empresas prestadoras de serviço, baseado nas frequências cadastradas. O sistema se encontra no estágio de protótipo. Módulos a serem desenvolvidos:

§ Cadastro de valores

§ Consulta de fechamentos

§ Simulador de valores

§ Desenvolvimento de Manual de Uso

§ Exportação para planilha eletrônica das simulações realizadas

Sistema de Acompanhamento Funcional - Módulo de Avaliação de Desempenho

Encontra-se em fase de análise e levantamento dos requisitos. Aguardando definição do modelo de formulário que está sendo feito pela DRH para finalizar o escopo e definir o cronograma. Módulo a ser desenvolvido: avaliação de desempenho;

Cadastro de Pessoal

Os módulos abaixo foram disponibilizados em produção durante este ano. Ajustes importantes:

§ Cadastro de pessoal e de dependentes

§ Atualização cadastral das informações pelo próprio servidor

§ Relatório da ficha funcional completa

§ Criação de componentes para manutenção e acesso aos cadastros básicos: escolaridade, curso, grau de instrução, banco, agência, situação RAIS, cidade, nacionalidade

§ Criação de relatório de movimentos da ficha funcional

§ Importação de dados Caché

Após análise, documentação e desenvolvimento realizados em 2013, o seguinte módulo está disponível para homologação:

§ Cadastro de Pensionistas

Foram desenvolvidos, também para atender a este sistema, os seguintes programas de importação de dados:

§ Pensionistas

§ Cursos

§ Dados Pessoais

Integração Caché

§ Desenvolvimento de melhorias nas funções de integração com o Caché, que é utilizada por sistemas desenvolvidos por vários analistas de toda a DTI

Sistema de Cargos - em desenvolvimento

Análise, prototipação, documentação e desenvolvimento de um sistema de cargos, necessário para iniciar o próximo projeto que será de promoção por desempenho:

§ Cadastro de Cargos

§ Cadastro de Grupos Ocupacionais

§ Cadastro de Nível/Referência

Sistema de Gerenciamento de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas

§ Refatoração do projeto agregando melhorias de estrutura;

§ Geração de documentos baseados em modelos criados pelo Sistema de Gerenciamento de Modelos de Documentos;

§ Ajustes nos fluxos do sistema;

§ Integração com o SHF (Caché).

Sistema de Marcação Anual de Férias - 2014:

§ Avaliação do processo de marcação de férias;

§ Adequações no sistema para as novas regras;

§ Ajustes na documentação;

§ Acompanhamento do processo de marcação em parceria com a DRH;

§ Ajustes de dados;

§ Suporte de segundo nível aos usuários.

Sistema de gerenciamento de modelos de documentos

Este sistema foi desenvolvido para agilizar e simplificar o gerenciamento de modelos de documentos, que serão utilizados por vários sistemas.

Criação de modelo por:

§ Tipo de documento

§ Sistema

§ Versionamento de modelos

§ Extinção de modelos

§ Edição e Atualização

§ *Download* e *upload*

§ Criação e reutilização de variáveis que são substituídas por valores na utilização do sistema

Manutenção e Suporte

§ Desenvolvimento evolutivo no projeto BUSINESSCORE – núcleo de todos os sistemas de recursos humanos

§ Manutenção evolutiva do projeto NOTIFICAÇÃO – mecanismo de disparo de mensagens automáticas por todos os sistemas SRH

§ Manutenção do sistema de substituição no primeiro grau

§ Alteração nas regras de pagamento de substituição de segundo grau, lançamento de movimento, notificações, etc.

§ Alterações na hierarquia de aprovação do workflow de férias e substituição no segundo grau

§ Sistema de pesquisa de clima organizacional: atualização tecnológica (mavenização), correção de erros e inclusão de novas funcionalidades

§ Sistema de gratificação de júri: atualização tecnológica (mavenização) e inclusão de novas funcionalidades

§ Sistema de estagiários: atualização tecnológica (mavenização), correção de erros e inclusão de novas funcionalidades

§ Sistema de convocação: atualização tecnológica (mavenização) e inclusão de novas funcionalidades

§ Sistema de acompanhamento de convocações: atualização tecnológica (mavenização) e inclusão de novas funcionalidades

§ Sistema de administração de concursos públicos: atualização tecnológica (mavenização) e inclusão de novas funcionalidades

§ Sistema de movimentação na carreira de magistrados: inclusão de novas funcionalidades

§ Sistema de Controle de Voluntários: correções

§ Classificação de candidatos em Concurso Público

§ Manutenção e alterações no SAF

§ Manutenção e alterações no sistema de bolsa de estudos

§ Manutenção no Sistema de Banco de Talentos

§ Apoio à seção de aquisição e finanças no projeto do novo sistema de diárias e manutenção do atual

§ Atendimento aos usuários, atividade que pode demandar bastante tempo semanal

§ Treinamento e acompanhamento dos novos estagiários

Serviços Disponibilizados para Outras Áreas

§ Disponibilizar serviços de consulta de dados funcionais para outras áreas

§ Consulta de pessoas fonetizada por nome

§ Consulta por matrícula

§ Consulta de terceirizados

§ Consulta em formato JSON

§ Consulta de cargo por data, incluindo substituições

§ Suporte aos usuários e a sistemas Caché

§ Evolução de serviços de RH que geram informações para outros sistemas do Tribunal

§ Correção de dados cadastrais na base de dados

CDT – Central de Distribuição de Títulos

§ Aproximadamente 188.000 títulos distribuídos em 2013.

§ Adaptação do mecanismo automático para cobrança dos títulos distribuídos para funcionamento diário (exigência do Banco do Brasil), com relatório e emissão de boleto bancário.

SD – Selo Digital de Fiscalização

- 24 milhões de selos utilizados.

Desenvolvimento do sistema de Inspeções Virtuais – Auditoria dos Atos do Selo Digital:

- Desenvolvimento e implantação da infraestrutura de software de apoio (engine).

- Definição e implementação de conjunto inicial de 132 regras para inspeções.

- Estudo para dimensionamento dos recursos necessários para a execução do sistema.

- Desenvolvimento de mecanismos automatizados de geração e envio mensal de relatórios de inspeção para todas as serventias através de Malote Digital. Este sistema possibilitou ao Núcleo Extrajudicial da CGJ atingir a meta do CNJ de inspeções a cartórios (meta: inspeção em 30% das serventias no ano; com o sistema: inspeção em 100% das serventias todos os meses).

Implantação da Versão 2.0 do Selo Digital:

- Implantada em 100% das serventias extrajudiciais.

- Avaliação do Feedback das empresas desenvolvedoras dos sistemas implantados nas serventias sobre a modelagem dos atos suportada pela versão 2.0 do Selo Digital.

- Implementação de toda a nova estrutura em modelo de compatibilidade permitido que a versão anterior e a nova coexistissem no mesmo modelo de banco de dados durante o período de transição, possibilitando uma migração gradual e transparente para as serventias.

- Adequação dos sistemas de apoio para a nova versão.

Manutenção da infraestrutura de banco de dados:

- Atualização da versão do certificado SSL do domínio app.tjsc.jus.br, que faz parte do mecanismo de transmissão de selos e recepção de atos.

- Compactação dos arquivos de segurança e remoção das informações redundantes geradas pelo envio em duplicidade.

STP – Sistema de títulos de protesto

§ Instalação, Treinamento e Suporte à Distribuição da Comarca da Capital (média de 60 títulos por dia).

EMP – Consulta de empenhos

§ Atualização do mecanismo de importação dos dados de empenhos do SIGEF.

§ Adicionadas informações sobre as retenções de impostos feitas nos pagamentos de empenhos.

BOL – Emissão de boletos

§ Alteração na forma de emissão dos boletos de Protocolo Unificado para a PGE.

§ Modificações para permitir a alteração de data de emissão e obrigatoriedade do CPF em alguns recolhimentos.

Pagamento de Honorários Periciais em Processos com Assistência Judiciária Gratuita

§ Definição e implementação de processo de cadastramento, autorização e controle de pagamentos periciais nos processos com AGJ.

§ Definição e implementação da interface de serviços com o SIDEJUD.

SCHEDULER – Sistema de agendamento de tarefas automáticas

§ Reestruturação da aplicação com a adoção de nova infraestrutura e novos componentes para maior robustez e confiabilidade.

APLICAÇÕES/SERVIÇOS/BIBLIOTECAS (FRAMEWORK) DE SUPORTE AO CICLO DE VIDA DE DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÕES

tjsc-analisadordependencias

Descrição: biblioteca de apoio que detecta dependências entre aplicações e serviços.

Situação: Testes.

tjsc-analisador-pacotes

Descrição: biblioteca de apoio que detecta eventuais problemas dentro de pacotes que são enviados para implantação no servidor.

Situação: produção.

tjsc-auditoria

Descrição: serviço que permite que as aplicações coletem informações acerca dos dados que foram gravados na base de dados, ou seja, permite descobrir que usuário executou uma atualização ou inserção, bem como onde foi realizada, a partir de que máquina, qual campo de tabela foi feita e quais valores novos e antigos. Oferece além do serviço, aplicação de consulta desses dados por parte de usuário administrador, e ferramenta de criação de estrutura de banco de dados para suportar esse recurso.

Situação: produção

tjsc-auditoriaacesso

Descrição: serviço que permite saber quais aplicações e serviços foi acessado bem como qual operação. Coleta também eventuais erros que ocorram. Disponibiliza aplicação de consulta a fim de saber que usuário acessou qual aplicação/funcionalidade e saber se houveram erros.

Situação: produção

tjsc-email-util

Descrição: biblioteca de base com funcionalidades que permitem enviar *e-mails*.

Situação: produção

tjsc-flexservice

Descrição: biblioteca de base que serve de integração (proxy) entre a camada de serviços e a camada de apresentação, através da serialização de dados em forma de XML e JSON.

Situação: produção

tjsc_flex_components

Descrição: biblioteca de base com diversos componentes e funcionalidades para a camada de apresentação quando desenvolvida em *ACTION SCRIPT* e *FLEX*.

Situação: produção

tjsc-fonetica

Descrição: biblioteca de base funcionalidades de fonetização de cadeia de caracteres para uso em buscas.

Situação: produção

tjsc-gerador

Descrição: biblioteca de base com funcionalidades para geração de código fonte e projetos JAVA e/ou FLEX.

Situação: produção

10 - tjsc-relatorio

Descrição: biblioteca de base com funcionalidades para geração dinâmica de relatórios em PDF, XLS, TXT.

Situação: produção

tjsc-service-client

Descrição: biblioteca de base com funcionalidades que permitem localização de serviços independente de servidor de aplicação onde rodam.

Situação: produção

tjsc-service-util

Descrição: biblioteca de base com funcionalidades utilitárias diversas para construção de serviços, auditoria, tratamento/validação, segurança, entre outras.

Situação: produção

tjsc-svnadm

Descrição: aplicação que permite criação de repositórios no SVN e também, as permissões de acesso e administração destes repositórios.

Situação: produção

tjsc-testhelper

Descrição: biblioteca de base com funcionalidades diversas a fim de facilitar a implementação de casos de teste JUNIT de aplicações e serviços.

Situação: produção

tjsc-visualizaacesso

Descrição: aplicação que permite saber quais aplicações e serviços foi acessado bem como qual operação. Coleta também eventuais erros que ocorram.

Situação: produção

scd-controledemandas

Descrição: sistema de controle de demandas (chamados) da DTI que permite acompanhar o ciclo de vida de um chamado (ID) desde a requisição pelo demandante até a execução pelo aprovador, incluindo também, relatório de pagamento à terceirizada quando a execução for externa.

Situação: produção

ads-servidorrelatorios

Descrição: sistema que mantém cadastro de relatórios a serem disponibilizados aos usuários. Permite que rapidamente os desenvolvedores publiquem relatórios aos usuários sem necessidade de reimplantação de aplicações ou geração de novos executáveis.

Situação: homologação

APLICAÇÕES E SERVIÇOS RELACIONADOS À ASSINATURA DIGITAL

tjsc-assinador

Descrição: serviço de assinatura digital de documentos, opcionalmente com protocolização digital por meio do serviço da PDDE (tjsc-pdde). Também extrai a data da assinatura digital (data da protocolização, se houver, ou do servidor no qual o serviço está em execução).

Situação: produção

tjsc-cacherevogacoes

Descrição: serviço que mantém base de dados com informações cacheadas de revogação de certificados digitais a fim evitar acesso externo no momento da verificação.

Situação: produção

tjsc-certificacao-helper

Descrição: projeto de apoio para geração de certificados digitais e listas de certificados revogados para testes automatizados.

Situação: produção

tjsc-pdde

Descrição: serviço de acesso à protocolizadora digital do TJSC. A protocolizadora fornece um recibo digital com a data e hora, sincronizados com fonte de tempo confiável, fornecendo evidência de que o documento foi protocolizado naquele instante.

Situação: produção

tjsc-smartcard

Descrição: biblioteca para acesso ao *Smart card/Token* via Java para obtenção dos certificados digitais e acesso à chave privada do usuário mediante autorização via PIN. Os drivers de acesso aos dispositivos são os configurados e utilizados pelo sistema operacional.

Situação: produção

tjsc-verificador

Descrição: aplicação e serviço de verificação de assinatura digital de documentos.

Situação: produção

APLICAÇÕES E SERVIÇOS RELACIONADOS À SEGURANÇA

tjsc-seg

Descrição: serviços com operações de autenticação e autorização sobre a base do SEG e LDAP.

Situação: produção

tjsc-segws

Descrição: serviços *WEB SOAP* com operações de autenticação e autorização sobre a base do SEG e LDAP.

Situação: produção

tjsc-gerenciador-usuarios

Descrição: serviços com operações de cadastro de novos servidores (usuários). Utilizado pelos sistemas do RH.

Situação: produção

tjsc-jaas

Descrição: biblioteca de base com módulo JAAS para autenticação no container. Fazendo parte do novo sistema de segurança de aplicações do TJSC.

Situação: homologação

tjsc-cas-server

Descrição: aplicação do CAS que gerencia a autenticação de usuários integrados ao portal e às diversas aplicações e serviços desenvolvidos. Fazendo parte do novo sistema de segurança de aplicações do TJSC.

Situação: homologação

tjsc-cas-client

Descrição: biblioteca de base contendo funcionalidade como filtros para autenticação das aplicações no CAS. Fazendo parte do novo sistema de segurança de aplicações do TJSC.

Situação: homologação

tjsc-principal

Descrição: biblioteca de base com interface da identidade do TJ. Essa identidade é que trafega entre todas as camadas de aplicação, contendo informações de identidade. Fazendo parte do novo sistema de segurança de aplicações do TJSC.

Situação: homologação

APLICAÇÕES E SERVIÇOS RELACIONADOS A DOMÍNIOS DE NEGÓCIO

saj-consultaprocesso

Descrição: serviços para consulta de processos SAJ e partes dos processos.

Situação: produção

saj-consultaweb

Descrição: aplicação web para consulta de processos SAJ e partes dos processos.

Situação: produção

tjsc-admentidades

Descrição: aplicação que gerencia todo ciclo de vida das entidades de domínio básico do TJSC.

Situação: produção

tjsc-calendario

Descrição: serviços de consulta a calendário do judiciário e feriados nacionais, estaduais e municipais.

Situação: produção

tjsc-catalogo

Descrição: aplicação que mantém dados de aplicações, componentes e serviços disponíveis aos desenvolvedores do TJSC.

Situação: homologação

tjsc_core_componentes

Descrição: biblioteca de componentes visuais de base, atualmente implementados em FLEX, que manipulam as entidades de domínio básico do TJSC.

Situação: produção

tjsc-dadosbancarios

Descrição: serviços para consulta e manipulação de dados bancários, como bancos, agências e contas correntes de pessoas.

Situação: produção

tjsc-geografia

Descrição: serviços para consulta e manipulação de dados geográficos como países, cidades, estados, endereços, cep, etc.

Situação: produção

tjsc-gerenciadordocumentos

Descrição: serviços para consulta e manipulação de dados geográficos como países, cidades, estados, endereços, cep, etc.

Situação: produção

tjsc-recursoshumanos

Descrição: serviços para consulta de dados oriundos do SRH como pessoas, servidores, estagiários, magistrados, etc.

Situação: produção

tjsc-lotacao

Descrição: serviços para consulta e manipulação de dados de lotações, comarcas, varas, etc.

Situação: consulta (produção) – cadastro (desenvolvimento)

APLICAÇÕES PARA PORTAL

tjsc-acessorestrito

Descrição: aplicação que gerencia acesso à área restrita do portal TJSC.

Situação: produção

tjsc-aovivo

Descrição: aplicação que gerencia a visualização segura de vídeo ao vivo do TJSC.

Situação: produção

tjsc-consultasrestritas

Descrição: aplicação que disponibiliza de maneira segura consultas ao CACHÉ, com os vencimentos entre diversas outras. Disponibiliza também uma aplicação de publicação destas consultas sem necessidade de re-implantação de aplicação.

Situação: produção

INFRAESTRUTURA E RECURSOS PARA DESENVOLVIMENTO - ALM

MAVEN – Archetypes

Descrição: modelos de aplicações utilizados pelo MAVEN já customizados para JBOSS e WEBLOGIC, das mais variadas naturezas utilizadas no desenvolvimento tjsc-archetype-java-ejb, tjsc-archetype-java-flex, tjsc-archetype-java-jar, tjsc-archetype-java-struts, tjsc-archetype-java-webservice

Situação: Jboss-Produção, WEBLOGIC-Homologação

ADEQUAÇÃO WEBLOGIC

Descrição: adequação das bibliotecas e serviços de base, bem como modelos de aplicação para que funcionem em ambiente WEBLOGIC.

Situação: testes e homologação

INTEGRAÇÃO CONTÍNUA - JENCKINS

Descrição: ferramenta de integração contínua do TJSC, sendo que todas aplicações e serviços da seção de apoio estão em produção nesta ferramenta, e outras seções já em pleno uso.

Situação: produção

SOA ORACLE

Descrição: realização de POC com ferramenta SOA fornecida pela ORACLE em conjunto da aquisição do WEBLOGIC.

Situação: aguardando definição

SOA ENSEMBLE - INTERSYSTEMS

Descrição: realização de POC com ferramenta SOA fornecida pela INTERSYSTENS em conjunto com CACHÉ e SRH.

Situação: aguardando definição

TECNOLOGIAS DE CAMADA DE APRESENTAÇÃO - JSF (PRIMEFACES), JAVA FX, SENCHA, ETC.

Descrição: pesquisa e prototipação de aplicação tjsc-catalogo utilizando diversas tecnologias de front-end, como alternativas ao FLEX e STRUTS (1 e 2) atualmente em uso.

Situação: primeira fase concluída – Testes de integração

TUTORIA/TREINAMENTO/SUPORTE

Descrição: treinamentos constantes de outras seções, de novos servidores no desenvolvimento de sistemas. Os mais recentes foram Tutoria e Desenvolvimento do Novo Sistema Academia Judicial; Tutoria e Desenvolvimento do Novo Serviço de Consulta ao SPA e PTC; Tutoria Novo SISPROJ; Suporte Novo Sistema de Diárias; Suporte Novo Sistema de bens e renda; outros.

Situação: produção.

SGDD - SISTEMA GERENCIADOR DE DESPESAS COM DESLOCAMENTOS

§ Disponibilização da versão 1.0.

§ Manutenção evolutiva e corretiva

§ Disponibilização das informações no Portal da Transparência

§ Desenvolvimento de aplicação para publicação no DJE e envio para pagamento pelo Sigef.

DIRF 2013

§ Disponibilização dos dados e da aplicação referente ao ano exercício 2013.

PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS EM PROCESSOS COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

§ Desenvolvimento dde funcionalidades para iuntegração com o sistema Sidejud.

SDV - SISTEMA DE DEVOLUÇÃO DE VALORES

§ Mapeamento do processo, levantamento de requisitos, início da implementação.

CRI - SISTEMA DE CÁLCULO DE RETENÇÃO DE ISS

§ Levantamento de requisitos, implementação e implantação em produção.

§ Início do desenvovimento da versão 2.0.

SIDEJUD - SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS

Saque total proporcional

Implementação e implantação em produção.

Alvará Digital

Manutenção corretiva

Integração automática com Bacenjud

Levantamento de requisitos, implementação e implantação em produção.

Boleto Web

Levantamento de requisitos, implementação e implantação em produção.

Manutenções corretivas e evolutivas no sistema.

Precatórios

Integração com o INSS.

Levantamento de requisitos, início da implementação.

Integração com o Sigef.

Levantamento de requisitos, início da implementação.

Requisição Eletrônica de Pagamentos de Precatórios

Levantamento de requisitos.

Estudo para integração com SAJ.

Desenvolvimento de protótipo do formulário eletrônico.

Integração com Bacenjud.

Levantamento de requisitos, início da implementação.

Migração para o SAJ5.

Manutenções corretivas e evolutivas nos Sistemas de Cálculo, de Pagamento e Lista Unificada.

Apoio na implantação do sistema e suporte a diversos Tribunais Estaduais (Pernambuco, Goiás, Paraíba, Pará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Amazonas, Alagoas e Bahia).

TAR WEB - SISTEMA DE TARIFAÇÃO

§ Levantamento de requisitos, implementação e implantação em produção (versão web).

DIVISÃO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Durante o ano de 2013, a Divisão de Gestão do Conhecimento avançou de forma significativa em todas as suas frentes de atuação, evoluindo várias soluções que apoiam as atividades de armazenamento, busca e disseminação do conhecimento no Poder Judiciário Catarinense (PJSC). Dentre os principais projetos destacam-se:

Sistema de Processo Administrativo - SPA

Acompanhando as iniciativas realizadas na área judicial, o trâmite de processos administrativos também passou a ser digital em alguns cenários. Para que isso fosse possível, o sistema utilizado pelo TRE do Paraná foi adquirido por meio de convênio e adaptado pela equipe técnica da Divisão de Gestão do Conhecimento para atender as especificidades do Poder Judiciário Catarinense (PJSC). Uma equipe multidisciplinar foi incumbida pela definição das regras de negócio, sendo realizadas ao longo do ano doze reuniões de trabalho.

Em maio de 2013 foi executado um projeto piloto na Presidência que permitiu uma avaliação preliminar da ferramenta. Com base nas experiências obtidas, melhorias foram realizadas e novas classes processuais relacionadas à Diretoria de Recursos Humanos foram implantadas em novembro. Considerando os resultados preliminares, bastante positivos, a expectativa para 2014 é bastante otimista, o que dará à área administrativa maior celeridade no atendimento de suas demandas. Até o início de dezembro, cerca de 200 processos já haviam sido autuados de forma eletrônica.

Sistema de consulta de Jurisprudência

Considerando a quantidade de usuários e a importância do sistema de consulta a jurisprudência catarinense para o meio jurídico, diversas melhorias foram realizadas durante 2013. Ao longo do ano, quatro versões do sistema foram disponibilizadas, destacando-se a adição de novas categorias de documentos, avanços na integração com o Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) e a consolidação do informativo da jurisprudência.

Para fins estatísticos e de análise, o sistema recebe, em média, 8 mil visitas diárias. Entre os meses de outubro e novembro de 2013, por exemplo, o portal recebeu mais de 345 mil visitas, com quase 90 mil usuários distintos, incluindo diversas nacionalidades (Estados Unidos, Argentina, Itália, França, Austrália, etc.). Tais dados demonstram a utilidade da ferramenta e o quão significativa ela é para a sociedade.

Sistema Hermes - Malote Digital

No cotidiano do PJSC, muitos documentos precisam ser trocados entre os diversos setores. Muitos destes documentos são trocados por meio de malotes internos ou serviços dos Correios. Com a resolução nº 100/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi instituído o Sistema Hermes - Malote Digital, com o propósito de possibilitar a troca de documentos oficiais em meio eletrônico entre os diversos órgãos do Poder Judiciário Nacional.

Em 2013, com a publicação da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 5/2013, o processo de expansão de uso do sistema ganhou um grande impulso, sendo credenciadas cerca de 500 novas Unidades Organizacionais e mais de mil usuários, em 10 ciclos de credenciamento. No período compreendido entre dezembro de 2012 e novembro de 2013, mais de 225 mil documentos foram enviados pela ferramenta, o que trouxe grande celeridade e economia ao erário.

Ferramenta genérica de Busca Textual

Considerando a expressiva produção de documentos eletrônicos no Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), fica evidente a necessidade de uma boa gestão documental e, consequentemente, do apoio sistêmico às atividades envolvidas nessa área, como, por exemplo, a definição de metadados, indexação e pesquisa de documentos. Com tal propósito, uma ferramenta de apoio foi concebida pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), sendo implantada nos seguintes contextos:

§ Jurisprudência Administrativa

§ Consulta de atos Normativos

§ Doutrina do CEJUR

§ Acórdãos do Conselho da Magistratura

§ Decisões Monocráticas das Turmas Recursais

§ Acórdãos das Turmas Recursais

§ Dado o seu alto grau de replicabilidade, a ferramenta foi apresentada como case no EDOC Floripa 2013, evento na área de gestão documental. Acredita-se que em 2014 novos contextos de busca serão criados valendo-se da respetiva solução.

Portal da Transparência

Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação e a necessidade de maior transparência aos atos públicos, o papel da Tecnologia da Informação tem sido essencial. O PJSC dispõe de um portal destinado à publicação de várias informações de interesse da sociedade, as quais requerem confiabilidade e atualização constante. Nesse sentido, a Diretoria de Tecnologia da Informação muitas vezes atua como consolidadora das informações, cruzando dados de sistemas diversos. Durante o ano de 2013, por exemplo, os diversos custos das comarcas foram levantados e atualizados com o apoio da DTI.

Diário de Justiça Eletrônico

O Diário de Justiça Eletrônico (DJE) é o documento oficial de publicações do Poder Judiciário em Santa Catarina, sendo um dos serviços mais acessados no portal WEB da instituição. Diante da sua importância, os serviços associados à sua confecção, disponibilização e acesso estão em evolução constante. Durante o ano de 2013, as melhorias a seguir foram disponibilizadas aos usuários e merecem destaque:

§ Alteração na interface de busca, indicando ao consulente a disponibilização de mais do que uma edição no mesmo dia

§ Melhorias nas ferramentas de apoio na diagramação do DJE

§ Integrações com sistemas internos, automatizando o envio de diversos tipos de matérias

§ Cerca de 250 mil matérias foram publicadas em 2013 no DJE por intermédio das ferramentas desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação.

Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP

O BNMP é um projeto desenvolvido pelo CNJ, que atende a Resolução 137/2011, com o intuito de centralizar em um único local os mandados de prisão expedidos pelos Tribunais de todo o País.

No que diz respeito ao TJSC, a integração foi concluída no final de 2012 e todos os mandados e atualizações que atendem os critérios estabelecidos pelo CNJ são enviados diariamente de forma automática. Porém, iniciado o ano de 2013 e após finalizada a etapa de integração, foram feitos ajustes na comunicação e sincronização dos sistemas, melhorias e incrementos de funcionalidades nestes mesmos serviços e otimizações na recuperação das informações. Além disso, devido ao lançamento de nova versão do serviço pelo CNJ, atualizou-se também o serviço mantido pelo TJSC.

Sistema de Envio de Recursos ao STF - SER

O SER é o sistema utilizado pelo TJSC para realizar o envio de recursos extraordinários e agravos em recursos ao STF. Durante 2013 foi finalizada a fase do projeto que consistiu em adaptá-lo para que fosse possível baixar eletronicamente as peças processuais produzidas na suprema corte. Além disso, foi finalizado o projeto que adaptou o SER ao novo mecanismo de integração desenvolvido pela equipe de TI do STF e que utiliza o MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade.

Sistema de Envio de Recursos ao STJ - iSTJ

O sistema iSTJ é a ferramenta utilizada pelo TJSC para enviar recursos especiais ao STJ. Foi atualizada recentemente para comportar a baixa eletrônica das peças retornadas à origem, além de melhorias para a experiência do usuário (versão 3.6.0 para 3.6.2). Dentro das atividades de gerenciamento da ferramenta no TJSC, foi feita a transferência dos processos digitalizados já encaminhados ao STJ que se encontravam no banco de dados do sistema para uma mídia de baixo custo (servidor dedicado). O critério utilizado para a realização do expurgo foi: processo protocolado no STJ há mais de 45 dias, que teve documento de retorno ou foi excluído logicamente do sistema. Hoje, há 1TB (terabyte) de dados exportados do banco de dados neste servidor.

Sistema PUSH

O sistema PUSH consiste num serviço de notificação sobre a movimentação processual da justiça de 1º e 2º graus, além das Turmas Recursais do PJSC. Foram feitas alterações necessárias para suportar a versão 5 do SAJ. Além disso, as rotinas de importação foram adaptadas e configuradas para a nova infraestrutura.

Sistema de Protocolo – PTC

O Sistema de Protocolo permite o gerenciamento e consulta e movimentação de processos administrativos de todo TJSC. O sistema foi atualizado para, além de controlar processos administrativos

do Gabinete da Presidência (através do módulo CPA), suportar a consulta integrada com a base de processos eletrônicos do Sistema de Processo Administrativo (SPA).

Sistema de Digitalização de Acórdãos

O Sistema de Digitalização de Acórdãos (SDA) tem como objetivo auxiliar a Diretoria de Documentação e Informações (DDI) no gerenciamento de acórdãos, apoiando principalmente as rotinas de digitalização de acórdãos assinados e busca destes documentos. Trata-se de um sistema bastante consolidado, porém, em 2013, demandou melhorias para otimizar o procedimento de validação das Coletâneas de Acórdãos (CA's) físicas.

Ensino a Distância

Em 2013 deu-se continuidade ao trabalho de gestão do sistema Moodle, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado pelo TJSC. Dentre as atividades, podemos citar:

§ Atualização de versão do Moodle (Versão 2.4.1)

§ Suporte na configuração de cursos

§ Inscrição de participantes

§ Suporte durante a execução dos cursos

§ Apoio à Academia Judicial para disponibilização de cursos a distância. No ano de 2013 foram ofertados 12 cursos nesta modalidade, capacitando cerca de 2800 magistrados e servidores.

Foi criado um ambiente para promover discussões sobre assuntos específicos na forma de fóruns de discussão. Este ambiente, chamado "Debates Virtuais", possibilitou a criação de 12 espaços para discussão de temas de interesse do Poder Judiciário, tais como Precatórios, Definição de Sistemas, Atividades da CGInfo, Comitê TJ-OAB Processo Digital, entre outros.

Com o objetivo de projetar e implementar o novo Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial, mais robusto e integrado aos demais sistemas do TJSC, foi realizado o trabalho de mapeamento dos fluxos das atividades da Academia Judicial para a realização de cursos In Company. Este mapeamento envolveu todas as áreas da AJ, conscientizando-as da importância de um fluxo de processo bem definido, para melhoria das ações da Academia Judicial. O mapeamento foi dividido em 3 etapas (preparação, execução e encerramento do curso) e reflete os procedimentos executados na AJ.

Paralelamente, o trabalho de manutenção dos sistemas atuais de gestão acadêmica da Academia Judicial foi mantido, atendendo cerca de 315 solicitações, tanto no que tange a manutenção corretiva, mas principalmente na manutenção evolutiva, com o desenvolvimento de diversas funcionalidades. Desta forma contribuiu para aquisição do conhecimento necessário para o desenvolvimento do sistema referido no parágrafo anterior.

Dentre as novas funcionalidades desenvolvidas, a de criação do novo módulo de inscrições destaca-se não só pelas funções agregadas (realização de inscrições de forma descentralizada; visões diferenciadas; procedimento de confirmação da inscrição; criação do conceito de participante ouvinte; auditoria das operações realizadas, gerenciamento de avisos e lembretes para participantes e gestores via e-mail), como também pela capacitação da equipe do projeto em novas tecnologias de desenvolvimento de sistemas.

Portal Web

Novamente um dos pontos de atenção foi a vitrine do Poder Judiciário catarinense, tanto internamente quanto para o público externo.

Mesmo trabalhando diariamente na atualização e manutenção do atual portal do PJSC, o maior projeto é o Portal PJSC versão 2.0 que trata da reestruturação do portal atual, seguindo uma metodologia específica de desenvolvimento que passou pelas fases de diagnóstico e prognóstico, envolvendo diretamente os usuários, pesquisa interna e externa à instituição e que prevê algumas entregas e validações antes da disponibilização. Os objetivos principais são evolução gráfica e tecnológica, reorganização da arquitetura da informação, acessibilidade, usabilidade e atenção aos novos padrões web.

O foco neste ano foi a consolidação da infraestrutura tecnológica para dar suporte ao novo Portal. A aquisição da versão Enterprise 6.1 da ferramenta Liferay (de gestão de portais) através de processo licitatório, sua instalação em ambientes de desenvolvimento, homologação e produção, configuração e migração de todos os *sites* e formulários já disponíveis até então na versão anterior. O bom resultado deste trabalho provém de uma parceria efetiva entre a Divisão de Gestão do Conhecimento e a Divisão de Administração de Dados.

Paralelamente, o Portal do Servidor e o *site* de Gestão da Secretaria do Foro passaram por evoluções de conteúdo e de funcionalidades. Estas evoluções envolveram o estudo dos recursos disponíveis na ferramenta que permitiram disponibilizar os Bancos de Relotação e de Remoção por Permuta, a partir de tabelas amigáveis (que estão em processo de transição para tabelas dinâmicas), a Seção de Dicas e formulários para registros de afastamentos etc. - utilizando um *template* desenvolvido internamente que visa garantir agilidade na disponibilização de novos formulários.

Com a contratação de *designers* terceirizados pela Divisão de Artes Gráficas e de estagiários pela Divisão de Gestão do Conhecimento, foi possível disponibilizar novos *sites*, todos desenvolvidos no Liferay, e trabalhar ainda outros itens gráficos para *banners*, *folder*, interfaces de sistemas, entre outros. Foram disponibilizados, neste período, os *sites*: Divisão de Artes Gráficas, Processo Eletrônico, Semana do Meio Ambiente, Ouvidoria Judicial e, em fase de desenvolvimento, Secretaria de Gestão Ambiental e Biblioteca.

Em todos os projetos, o foco continua sendo a acessibilidade, a organização das informações por serviço e a atualização das informações - através do Liferay - de forma descentralizada e colaborativa, pelos próprios setores que detêm o conhecimento, facilitando a divisão de responsabilidades e garantindo agilidade, dinamismo e segurança. Neste sentido, foram promovidos alguns momentos para repasse de conhecimento a estes usuários.

Na seara da Gestão do Conhecimento surgiu a demanda da Academia Judicial para disponibilização de ambientes que permitissem a construção da Legislação Anotada do CEJUR para os cinco Códigos. Para tal, utilizou-se o Liferay de modo a permitir que os servidores do Poder Judiciário catarinense, devidamente autenticados, pudessem inserir comentários a serem aprovados por moderadores e que fossem classificados por quantidade de contribuições. Neste projeto foram estudados e utilizados: wiki, fluxo de aprovação (*workflow*), ranking e outras funcionalidades da ferramenta.

Para garantir o bom uso da ferramenta e a correta manutenção do conteúdo, a capacitação dos usuários pela DTI tem sido uma prioridade dos projetos que envolvem o Liferay, e continuará sendo ponto de especial atenção. Os analistas de sistemas envolvidos nos projetos também participaram de treinamentos oficiais com o objetivo de obter um melhor domínio da ferramenta e fornecer soluções mais adequadas e em um menor espaço de tempo.

O Java tem sido bastante utilizado em aplicações disponibilizadas no portal web, tanto no Liferay quanto em projetos isolados. Neste ano, integrantes da equipe concluíram um curso de Java iniciado em 2012 e já puderam aplicar os conhecimentos adquiridos. Destacamos aqui o desenvolvimento da nova Pesquisa de Satisfação do usuário externo ao PJSC, disponibilizada em outubro de 2013.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE DADOS

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Sala Cofre

No ano de 2013, foi concluído o projeto de construção da Sala Cofre, ambiente seguro para hospedar a infraestrutura de TI do Poder Judiciário, e está certificada pela ABNT para atendimento da norma NBR 15247, sendo protegida contra incêndio, inundação, arrombamento e queda de escombros, além de possuir um avançado sistema de monitoramento das condições internas, propiciando um ambiente adequado para a segurança e disponibilidade das informações e equipamentos instalados nesta Sala.

A Sala Cofre foi inaugurada no dia 23/09/2013, sendo que neste ambiente já encontram-se instalados os seguintes equipamentos da infraestrutura de TI:

§ Servidor de armazenamento em rede, com capacidade de armazenar até 75 Terabytes.

§ Servidor de armazenamento de documentos, destinado a armazenar as peças dos processos eletrônicos, garantindo a segurança, integridade e temporalidade dos documentos. Este servidor possui a capacidade de armazenamento instalada de 50 Terabytes

§ Servidor Oracle Exadata, ambiente computacional de alto desempenho, onde estão hospedadas as bases dos sistemas de processo eletrônico (Saj/PG5 e Saj/SG5), garantindo disponibilidade e desempenho adequados para o acesso às informações.

§ Servidores de rede em arquitetura “blade”, composto por 28 servidores com alto poder de processamento, totalizando 336 processadores e 2,7 Terabytes de memória RAM, em espaço físico reduzido, propiciando um ambiente com alto desempenho e disponibilidade para a execução dos serviços de TI.

Projeto IPE/PG

A Divisão de Administração de Dados tem participação ativa do processo de migração das bases de dados, através das seguintes ações:

§ Disponibilização de 52 cópias de bases de dados na infraestrutura de TI no TJSC, a fim de agilizar o processo de migração das informações.

§ Disponibilização de 26 servidores de borda nas Comarcas, para otimizar e agilizar o acesso ao sistema de ensino a distância (EAD), utilizado na capacitação do sistema Saj/PG5.

Infraestrutura de aplicações

A implantação do Processo Eletrônico nas Comarcas gerou um aumento considerável na quantidade de usuários, e para garantir a disponibilidade e desempenho dos sistemas, foram realizadas as seguintes ações na infraestrutura de servidores de aplicação:

§ Disponibilização de 11 novos servidores de aplicação para comportar os usuários das Comarcas que iniciaram a utilização do Saj/PG5 em 2013.

§ Disponibilização de 6 novos servidores de aplicação para os sistemas do portal e-Saj, necessários para comportar os usuários externos.

§ Implementação e configuração de sistemas e rotinas para o monitoramento do portal e-Saj, visando diminuir as paradas e aumentar a disponibilidade dos sistemas para os usuários.

DIVISÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS DO SEGUNDO GRAU

Implantação do SAJ/SG5 no TJSC:

§ Início: 03/10/2011.

§ Previsão de Término: 31/10/2014.

§ Situação: Em andamento.

Automatização dos Relatórios de Produtividade dos Magistrados (CNJ) no SAJ3:

§ Início: 30/01/2012.

§ Previsão de Término: 26/06/2013.

§ Situação: Pronto.

Elaboração de relatórios solicitados pelo CNJ para a inspeção ao TJSC:

§ Início: 18/01/2013.

§ Término: 20/03/2013.

§ Situação: Pronto.

Elaboração de relatórios solicitados pelo CNJ sobre Lavagem de Dinheiro:

§ Início: 08/02/2013.

§ Término: 04/03/2013.

§ Situação: Pronto.

Elaboração de relatórios solicitados pela Diretoria-Geral Judiciária sobre Correição Interna:

§ Início: 22/02/2013.

§ Término: 22/03/2013.

§ Situação: Pronto.

Elaboração das regras para os relatórios das Metas 2013 do CNJ:

§ Início: 04/03/2013.

§ Término: 31/10/2013.

§ Situação: Pronto.

Elaboração de relatórios solicitados pela Presidência do TJSC sobre Tráfico de Pessoas:

§ Início: 29/05/2013.

§ Término: 03/06/2013.

§ Situação: Pronto.

Elaboração de relatórios solicitados pela Diretoria de Recursos e Incidentes para ações correicionais de controle interno:

§ Início: 17/07/2013.

§ Término: 04/09/2013.

§ Situação: Pronto.

Elaboração de relatórios solicitados pela Presidência do TJSC sobre Justiça Militar:

§ Início: 29/05/2013.

§ Término: 22/08/2013.

§ Situação: Pronto.

Elaboração de relatórios solicitados pelo Conselho Nacional de Justiça sobre Improbidade Administrativa e Ações Penais Originários:

§ Início: 08/01/2013.

§ Término: 25/01/2013.

§ Situação: Pronto.

Elaboração de relatórios solicitados pela Diretoria-Geral Judiciária de processos por classe:

§ Início: 25/01/2013.

§ Término: 25/01/2013.

§ Situação:Pronto.

Elaboração do Projeto Básico para os serviços de Suporte Técnico e Manutenção Corretiva com a Softplan (Contrato 87/2013):

§ Início: 23/05/2012.

§ Término: 23/04/2013.

§ Situação: Pronto.

Elaboração do Projeto Básico para os serviços de Manutenção Adaptativa, Manutenção Evolutiva e Desenvolvimento Sob Demanda com a Softplan:

§ Início: 23/05/2012.

§ Situação: Em andamento.

TREINAMENTOS

§ Treinamento do SAJ5/SG (Processo Eletrônico) para gabinete da Turma de Uniformização em 08/04/2013.

§ Treinamento do SAJ5/SG (Processo Eletrônico) para gabinete da 8ª Turma de Recursos em 12/06/2013.

§ Treinamento do SAJ/GGS (Gestão de Gabinetes) para o Gabinete do Des. Sérgio Antônio Rizelo em 12/03/2013

ATIVIDADES DE SUPORTE

§ Criação no sistema SAJ/SG de novas movimentações;

§ Relatórios solicitados pelos usuários do sistema, que não são possíveis de se extrair via sistema;

§ Cálculo e entrega dos relatórios das Metas 1 e 2 de 2012, Meta 4 de 2010, Meta 2 de 2009 e 2010;

§ Resoluções de problemas e dúvidas dos sistemas SAJ3/SG, SAJ3/GGS e SAJ5/SG para os usuários do TJSC, Turma de Uniformização e Turmas Recursais.

ATIVIDADES OPERACIONAIS

§ Homologação de versões do SAJ3/SG, SAJ3/GGS, SAJ3/ADM, SAJ5/ADM, SAJ5/PRO, SAJ5/SG e Portal e-SAJ;

§ Abertura e controle de SALTs do SAJ3 e SAJ5;

§ Definição das Matrizes de Regras para:

ERS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0151 - Salvar operações realizadas na Pauta de Julgamento;

ERS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0142 - Cadastro e Consulta de Pessoa Controlada;

ERS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0144 - Apresentar mensagem ao efetuar uma carga para um tipo de local magistrado;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0102 - Consulta de processos do 1º grau no SAJSG;

ERS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0138 - Relatório Estatístico por Foro e Área;

ERS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0140 - Obrigar o preenchimento do Relator Designado;

Cadastro de Incidentes e Petições Avulsas - Sugerir Assuntos;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0066 - Diagnóstico da distribuição;

ERS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0125 - Relatório trimestral;

ERS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0115 - Relatório de Tempo Entre Movimentações;

ERS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0118 - Relatório de Tempo Médio de Julgamento;

ERS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0119 - Compensação Automática de Pesos;

Nova Integração e-SAJ X CNA - Cadastro Nacional dos Advogados;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0100 - Pendências do SAJ5/SG em relação ao SAJ3/SG

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0094 - Juízes Cooperadores no Relatório de Transferência de Relatoria;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0091 - Filtrar Consulta de Processos por Usuário;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0084 - Baixar incidentes automaticamente;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0083 - Relatório de Processos em dias de carga;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0081 - Relatório de Cargas Remetidas para Magistrados;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0080 - Marcados para Publicação para o Edital de Julgamento;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0075 - Relatório do Mapa de Vagas dos Órgãos Julgadores;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0070 - Relatório de Impedimentos e Afastamentos;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0069 - Atribuição Automática do Vice-Presidente;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0065 - Consulta no SAJ-PG5;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0064 - Juiz Cooperador;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0060 - Plantão Judiciário;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0058 - Estudo da Prevenção ao Finalizar o Cadastro;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0057 - Fluxo de Pedido de Dia para Julgamento;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0034 - Consulta de Autos Digitais para Incidentes;

PRS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0028 - Transferência automática de petições WEB para o SG5;

PRS-SAJ-SG5 2012 0002 - Integração entre PG x SG - 2a Etapa

Resolução 160 (NURER)

Resolução 91

MA-SAJ-SG5.2012.0012 - Processos e Documentos Sigilosos

MA-SAJ-SG5.2012.0005 - Resolução 137

MAR-SAJ.SG5 - Integração com o STF

ERS-UNJ-SAJ-SG5.2013.0102 - Conjunto de Processos;

ATIVIDADES DIVERSAS

§ Participação no I Encontro de Gestores do SAJ em Salvador – BA, 10 a 13 de Março de 2013.

§ Participação na II Reunião Técnica do Comitê Gestor do SAJ em Campo Grande – MS, 9 a 11 de Junho de 2013.

§ Participação na III Reunião Técnica do Comitê Gestor do SAJ em Florianópolis – SC, 27 a 28 de Junho de 2013.

§ Visita Técnica aos Tribunais de Justiça de Alagoas e São Paulo, 19 a 23 de Agosto de 2013.

§ Participação na XXI Semana de Análise de Pontos de Função em Brasília – DF, 09 a 13 de Setembro de 2013.

DIVISÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS DO 1º GRAU

Processo Digital

§ Implantação do processo digital nas comarcas da Capital, São José, Palhoça, Biguaçú e Santo Amaro da Imperatriz.

§ Acompanhamento e supervisão da implantação do SAJ5 nas comarcas de Curitibanos, Fraiburgo, Santa Cecília, Lages, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Bom Retiro, Correia Pinto, Otacílio Costa São Joaquim, Urubici, Tubarão, Armazém, Capivari de Baixo, Jaguaruna, Braço do Norte, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Laguna, Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondaí, São José do Cedro e São Miguel do Oeste, compreendidos em 6 ciclos de implantação.

§ Implantação do processo digital na Assessoria Especial de Precatórios.

Certidões online

A partir de abril de 2013 todas as comarcas do Estado passaram a emitir certidões negativas pela Web. Foram emitidas mais de 450 mil certidões negativas.

Peticionamento Eletrônico para Advogados

O portal do Peticionamento Eletrônico passa a validar os dados dos advogados a partir do Cadastro Nacional de Advogados - CNA, mantido pelo Conselho Federal da OAB. A partir desta integração se verificam as informações quanto a situação da regularidade perante a OAB.

No portal do Peticionamento Eletrônico foi disponibilizada a possibilidade para que os advogados possam delegar a seus estagiários e funcionários o cadastro das petições no sistema, ficando apenas com a incumbência de conferir e assinar o documento.

Disponibilizado também, um recurso para validação dos requisitos do computador do usuário objetivando diagnosticar eventuais inconsistências no equipamento do mesmo para utilização do peticionamento eletrônico.

Defensoria Pública

Disponibilizado o portal e-SAJ para utilização pela Defensoria Pública de Santa Catarina. Este recurso permite aos defensores realizarem a consulta processual nos termos da Res. 121 do CNJ, o peticionamento eletrônico e intimações dos processos eletrônicos.

Portal e-SAJ

A consulta processual do foi ajustada para atender aos preceitos contidos na Resolução nº 121 do CNJ quanto à disponibilização dos dados processuais na internet.

Em fase de homologação o recurso que possibilita a visualização das gravações de audiência na consulta processual do SAJ/PG5, objetivando eliminar a entrega de CDs com as gravações às partes.

Novos perfis do portal e-SAJ, em homologação, para Perito, Leiloeiro, Tradutor/Intérprete e Administrador de Recuperação Judicial/Falência. Este recurso também permite a consulta processual nos termos da Res. 121 do CNJ, o peticionamento e o recebimento de intimações dos processos eletrônicos.

Funcionalidades novas no sistema SAJ/PG5

Dentre outras, foram disponibilizadas as seguintes funcionalidades no sistema de automação do primeiro grau:

a) Juntada automática das petições intermediárias que agiliza sobremaneira a juntada das petições e desafoga o setor de Distribuição.

b) Possibilidade de criação das comarcas integradas para a emissão de mandados. É possível definir um grupo de comarcas de modo que se possa emitir mandados em uma comarca para cumprimento por Oficiais de Justiça de outras comarcas, controlando inclusive os valores das diligências.

c) Importação de outros arquivos de vídeo e áudio para os processos físicos e digitais.

d) Desenvolvimento de ferramenta que possibilita o controle e o acompanhamento dos prazos prescricionais nos processos penais, em atendimento ao disposto na Resolução 112 do CNJ.

e) Implementados os fluxos de “Família”, “Precatórios” e “Inquéritos e Organizações Criminosas” para tramitação de processos digitais. Realizada padronização dos demais fluxos de trabalho, bem como, a elaboração dos manuais com as informações de todas as filas de trabalho.

Contratos

Participação na equipe de elaboração e negociação do contrato 87/2013, acerca da contratação de empresa especializada em sistema integrado de gestão de processos judiciais físicos e virtuais de primeira e de segunda instâncias, para os serviços de suporte técnico e manutenção corretiva.

Participação na equipe de elaboração e negociação do contrato 172/2013, para os serviços de planejamento, de implantação e da capacitação, e aquisição de ferramentas de capacitação para uso do

sistema, na modalidade à distância (EaD).

DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Equipamentos distribuídos em 2013:

§ 2359 CPUs

§ 4158 monitores

§ 155 impressoras, entre térmicas, matriciais, multifuncionais e laser

§ 329 nobreaks

§ 23 estabilizadores

§ 249 scanners

§ 400 celulares entregues/trocados

PLANILHA DE AQUISIÇÕES

PRODUTO	ASSUNTO	SITUAÇÃO EM 11/12/13
Impressoras Multifuncionais	1.000 MFC - 1000 impres.	Saldo de 105 MFC/103 MFC e 185 Imp. – Venc. Ata 21/02/14
	Ata 944	
Microcomputadores	3.000 micros - Ata 929	Último pedido (990 micros) - prazo entrega 25/12/13
Licenças Office		Novo Projeto Básico
Cartuchos Coloridos	Diversos empenhos	Entregues
Software Academia	Contratos 198 e 199/2013	Entregues - Para pagamento
Peças de impressoras	Atas 994 e 995	Pedido Prorrog. Mahatan (venc. 1/12) e em atraso Printer Solution (Venc. 9/12)
Impressora matricial	100 impressoras - Ata 943	Último pedido (30 unid) - entregue em 06/12 – Para pagamento
Peças para microcomputadores		Projeto Básico elaborado - aguardando
Mesa de som	400 mesas – 1600 microf./cabos - Ata 977	Fornecedor não entregou
		PB e Licitação refeitos – Novo Pregão
Bateria de no-break	2.000 baterias – Ata 995	Saldo 1.350 – Vencimento 4/4/14
Nobreak 5KVA Pleno		Novo Projeto Básico
Equipamentos CGJ	10 Estabilizador – 1 NBK e 14 NTB	Em andamento
Equipamentos Apple Gráfica	3 Mac e *softwares* – Emp. 2013NE004100/2/5	Aguardando entrega
Scanner	21 *scanners* – Contrato 189/2013	Entregues - Para pagamento
Placa de vídeo	3.000 placas – Ata 945	Saldo 2.000 – Vencimento 24/02/14
Monitor 24’	600 monitores 24’ – ata 1011	Totalidade entregue
Impressora MFC Colorida	10 multifuncionais color	Trâmite assinatura Ata - DMP
No-break 5 KVA UPC		Novo Projeto Básico
Pallets Depósito		Novo Projeto Básico
	Empenho 02277/2013	Entregue
Monitor 21.5’	5.000 monitores 21.5’ - Ata 1007	Saldo 3.980 – Vencimento 19/08/14

No-Break 5KVa Comarcas	Em andamento	Com DEA para análise especificações licitantes
Ultrabooks	600 microcomputadores portáteis	Em andamento
Tablets		Novo Projeto Básico
Modem 3G		Projeto básico elaborado aguardando definição técnica – Divisão de Redes
Scanner de mesa		Em andamento
Solução áudio Saj	400 mesas – 1600 microf./cabos - Ata 1018	Prazo de entrega – 05/12 – pediu prorrogação

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

A Diretoria de Infraestrutura – DIE, no ano de 2013, através de seu Gabinete, Assessoria Técnica e respectivas Divisões, deu continuidade à implementação de diversos projetos, no sentido de aprimorar os serviços prestados ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e às comarcas do Estado.

A DIE participou do Projeto Checklist, em conjunto com as Diretorias de Tecnologia da Informação e Engenharia e Arquitetura e Assessoria de Planejamento. Referido projeto propiciou, através do Portal do Servidor, uma gama de informações/orientações fundamentais sobre manutenção predial e infraestrutura dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina, para utilização frequente por todos os Chefes de Secretaria de Foro do Estado. Tal iniciativa propiciou a diminuição de chamadas telefônicas das comarcas para o Tribunal de Justiça para sanar dúvidas, agilidade nos procedimentos, democratização das informações e aproximação das unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina localizados no interior do Estado com a sede do Tribunal de Justiça.

Referente às ações da Diretoria de Infraestrutura no exercício de 2013, merecem destaque:

- Projetos básicos para aquisição e fornecimento de refeições para as sessões do Tribunal do Júri das Comarcas;
- Elaboração de novas orientações sobre aquisição de passagens aéreas, para nortear a prestação dos serviços de reserva, emissão, alteração e cancelamentos de bilhetes;
- Elaboração de manuais internos de procedimentos relativos à forma de recebimento e envio de correspondências;
- Normatização e divulgação dos serviços prestados pela Seção de Carga e Descarga, com criação de rotinas de atendimento de chamados e controle de qualidade dos serviços realizados;
- Elaboração de nova normativa para prestação de serviço de fotocópias;
- A elaboração de trabalhos consolidados de *web design* tais como: *hotsites* para uso da instituição e eventos; *pop-ups* de mensagens do Presidente do Tribunal; *banneres* virtuais para os *sites* da Academia Judicial e da página principal deste Poder; *wireframes*; *fôlderes* eletrônicos; *hotsites e sites*; animações; e-books; entre outros trabalhos na área de web design e design gráfico;
- Elaboração do projeto básico, o qual teve como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tratamento do piso vinílico, a serem executados nas dependências internas dos prédios do Tribunal de Justiça e dos Fóruns localizados na grande Florianópolis.
- Elaboração de projeto básico para aquisição de: aspirador de água e pó, lavadoras de alta pressão, carro funcional de limpeza, enceradeira industrial, placa sinalizadora para piso molhado, embaladores e refis para guarda-chuva, objetivando suprir as necessidades dos prédios sede do Tribunal de Justiça e Comarcas do Estado.
- Em 2013, entrou em vigor o Contrato para lavação de vidros externos do Tribunal de Justiça e Comarcas/ Unidades da Grande Florianópolis. Para o ano de 2014, está em andamento o projeto

básico para contratação de empresa especializada para realizar a limpeza dos vidros externos em todas as Comarcas do Estado que dispõem de mais de um pavimento.

- Foram adquiridos armários para os banheiros feminino e masculino da Torre I do Tribunal de Justiça, com a finalidade de guardar os materiais de limpeza, os quais são utilizados diariamente pelas Agentes de Serviços Gerais;

- Elaboração de projeto básico para contratação de mudança local em virtude de reforma parcial ou global das unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina e serviço de transporte aos Desembargadores com veículo executivo, quando da ocorrência das sessões na Câmara Especial Regional de Chapecó – CERC.

1 - Divisão de Apoio Operacional

A Divisão de Apoio Operacional buscou como meta no exercício de 2013 a otimização de recursos, continuidade na implementação de padrões e normas visando critérios de atendimento, gerenciamento e controle das atividades desenvolvidas pelas seções vinculadas à Divisão. Neste ano, foi criada a Seção de Audiovisual, por meio da Resolução nº 33-GP, ficando vinculada a esta Divisão.

Neste sentido, destacam-se as seguintes metas atingidas em 2013:

- Conclusão da modernização da primeira etapa do sistema de sonorização do Auditório do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça;

- Criação de política de distribuição de projetores e telas de projeção para as unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina;

- Elaboração de projetos básicos para modernização do sistema de vídeo e de gravação do Auditório do Tribunal Pleno e modernização do sistema de sonorização das 10 (dez) salas de sessões do Tribunal de Justiça, atualmente já em fase de contratação;

- Visitas técnicas em 7 (sete) Comarcas e elaboração de projetos básicos para modernização do sistema de sonorização do salão do Tribunal do Júri de 4 (quatro) Comarcas deste Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina;

- Instalação de comunicação visual e persiana nas Comarcas, dando continuidade à padronização adotada neste Poder Judiciário;

- Elaboração de projetos básicos para aquisição e fornecimento de refeições para sessões do Tribunal do Júri de 28 (vinte e oito) Comarcas;

- Elaboração de novas orientações sobre aquisição de passagens aéreas, para nortear a prestação dos serviços de reserva, emissão, alteração e cancelamentos de bilhetes;

- Elaboração de manuais internos de procedimentos relativos à forma de recebimento e envio de correspondências;

- Normatização e divulgação dos serviços prestados pela Seção de Carga e Descarga, com criação de rotinas de atendimento de chamados e controle de qualidade dos serviços realizados;

- Elaboração de nova normativa para prestação de serviço de fotocópias.

1.1 - Seção de Apoio

A Seção de Apoio, subordinada à Divisão de Apoio Operacional, desenvolveu no ano de 2013* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos.

1.1.1 - Comunicação visual

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de comunicação visual no ano de 2013*, foram adquiridos, instalados e disponibilizados produtos como placa acrílica, placa de estacionamento, murais, e demais materiais para 57 Comarcas que compõem o Poder Judiciário Catarinense e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

COMUNICAÇÃO VISUAL	
Valor gasto para aquisição e instalação	**R$ 228.007,00**
Comarcas atendidas (com exceção da Comarca da Capital)	**51%**
Comarca da Capital - Fóruns e Unidades Judiciárias atendidas	**100%**
Tribunal de Justiça – unidades atendidas (Torres I e II do Tribunal de Justiça, Unidade Presidente Coutinho, Câmara Regional de Chapecó, Complexo BR-101)	**100%**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.2 - Móveis sob medida

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de móveis sob medida no ano de 2013*, foram adquiridos e instalados móveis sob medida em 38 Comarcas que compõem o Poder Judiciário Catarinense e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

MÓVEIS SOB MEDIDA	
Valor gasto para aquisição e instalação	**R$ 420.696,70**
Comarcas atendidas (com exceção da Comarca da Capital)	**35%**
Comarca da Capital – Fóruns e Unidades Judiciárias atendidas	**100%**
Tribunal de Justiça – unidades atendidas (Torres I e II do Tribunal de Justiça, Unidade Presidente Coutinho, Câmara Regional de Chapecó, Complexo BR-101)	**100%**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.3 - Persianas

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de persianas no ano de 2013*, foram adquiridas e instaladas 2.595,06 m² de persianas nas Comarcas que compõem o Poder Judiciário Catarinense e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

PERSIANAS	
Valor gasto para aquisição, instalação e conserto	**R$ 159.411,26**
Quantidade de persianas adquiridas (em metragem quadrada)	**2.595,06**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.4 - Carimbos

Com relação às atividades desenvolvidas na aquisição e distribuição de carimbos e materiais complementares (resina, refis, tinta de carimbo) no ano de 2013*, foram distribuídos carimbos para 110 Comarcas que compõem o Poder Judiciário Catarinense e Tribunal de Justiça.

CARIMBOS	
Valor gasto para aquisição de carimbos, resinas, refis e tinta para carimbos	**R$ 96.075,30**

Aquisição de carimbos	**6.185**
Aquisição de refis para carimbos	**205**
Aquisição de resina para carimbos	**185**
Aquisição de tinta para carimbo	**225**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.5 - Serviços de chaveiro

Com relação à prestação de serviço de chaveiro, com aquisição de chaves, conserto e abertura de fechaduras de portas e móveis e demais serviços no Tribunal de Justiça e Comarca da Capital, segue quantitativos abaixo.

SERVIÇO DE CHAVEIRO	
Aquisição de chaves	**1.681**
Consertos de fechaduras de portas e móveis	**85**
Abertura de fechaduras de portas e móveis	**87**
Outros serviços	**212**
Valor gasto com serviços de chaveiro	**R$ 83.070,10**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.6 - Fragmentadoras de pequeno porte

Com relação à aquisição e distribuição de fragmentadoras de pequeno porte, foram distribuídas da seguinte forma:

FRAGMENTADORA DE PAPEL DE PEQUENO PORTE	
Fragmentadoras de pequeno porte distribuídas para setores e/ou gabinetes do Tribunal de Justiça	**12**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.7 - Desumidificador de papel

Com relação à aquisição e distribuição de desumidificadores de papel, foram distribuídos entre 12 Comarcas e demais gabinetes e/ou setores do Tribunal de Justiça.

DESUMIDIFICADOR DE PAPEL	
Quantidade distribuída	**42**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.8 - Carrinho para transporte de processos

Com relação à aquisição e distribuição de carrinhos para transporte de processos, foram distribuídos entre 25 Comarcas e demais gabinetes e/ou setores do Tribunal de Justiça.

CARRINHO PARA TRANSPORTE DE PROCESSOS	
Quantidade distribuída	**56**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.2 - Seção de Audiovisual

A Seção de Audiovisual, subordinada à Divisão de Apoio Operacional, foi criada por meio da Resolução GP nº 33, no dia 28 de maio de 2013. Abaixo, seguem as atividades desenvolvidas pela referida seção e seus respectivos quantitativos no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina no ano de 2013*:

1.2.1 – Sonorização

A prestação de serviço de sonorização para a Comarca da Capital e para o Tribunal de Justiça, bem como aquisição de equipamentos, materiais e gastos com manutenção para o Tribunal de Justiça, foram feitos conforme tabela abaixo:

SONORIZAÇÃO	
Valor gasto para prestação do serviço de sonorização- Contrato 191/2012	**R$ 457.670,25**
Horas prestadas do serviço de sonorização para o Tribunal de Justiça e Comarca da Capital	**13.095 horas**
Valor gasto com compra de equipamentos, materiais e manutenção para Tribunal de Justiça e Comarcas	**R$ 83.878,66**
Valor gasto com Contrato 196/2012- Modernização do sistema de sonorização do Tribunal Pleno	**R$ 886.702,00**

** Mês de dezembro não contabilizado*

No ano de 2013, a Seção de Audiovisual elaborou Projetos Básicos para a contratação de empresa especializada em fornecimento, instalação e configuração de sistema de captação de voz e sonorização ambiente processado digitalmente para os Salões dos Tribunais dos Júris das Comarcas da Capital, Chapecó, Jaraguá do Sul e Blumenau.

Ainda, elaborou projeto básico para contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de equipamentos de áudio e gravação digital nas 10 salas de sessões do Tribunal de Justiça e contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de sistema de vídeo digital e gravação digital de áudio para o Pleno do Tribunal de Justiça, atualmente em fase de contratação.

1.2.2 - Agendamento de espaços no Tribunal de Justiça

A Seção de Audiovisual é responsável pelo agendamento de espaços dentro do Tribunal de Justiça, para realização de eventos e reuniões, conforme tabela que segue referente ao ano de 2013*.

AGENDAMENTOS	
Quantidade total de agendamentos	**530**
Quantidade de agendamentos para utilização do Tribunal Pleno	**83**
Quantidade de agendamentos para utilização da sala de reunião do HS da Torre II	**140**
Quantidade de agendamentos para utilização da sala de reunião do 7º andar	**214**
Quantidade de agendamentos em locais diversos	**93**

** Mês de dezembro não contabilizado*

1.2.3 – Projetores

Com relação à aquisição de projetores, no ano de 2013* foram distribuídos 31 projetores, de acordo com política de distribuição homologada por este Poder, da seguinte forma:

PROJETORES	
Projetores distribuídos para Comarcas	**18**
Projetores distribuídos para setores do Tribunal de Justiça	**13**

** Mês de dezembro não contabilizado*

1.2.4 - Telas de projeção

Concernente à aquisição de telas de projeção, no ano de 2013*, foram distribuídas 7 telas de projeção, de acordo com a política de distribuição homologada por este Poder, da seguinte forma:

TELAS DE PROJEÇÃO	
Telas de projeção distribuídas para Comarcas	5
Telas de projeção distribuídas para setores do Tribunal de Justiça	2

** Mês de dezembro não contabilizado*

1.3 - Seção de Carga e Descarga

A Seção de Carga e Descarga, subordinada à Divisão de Apoio Operacional, desenvolveu no ano de 2013* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos.

1.3.1 - Serviços de marcenaria

Com relação às atividades desenvolvidas pela Seção de Carga e Descarga nos serviços de marcenaria no ano de 2013*, que englobam a montagem, desmontagem e consertos de bens, nas unidades que compõem o Tribunal de Justiça do Poder Judiciário Catarinense, conforme quantitativo abaixo.

SERVIÇO DE MARCENARIA	
Montagem de Móvel	444
Conserto de Móvel	576

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.3.2 - Mudanças e movimentações de móveis

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de movimentação de móveis e mudanças de gabinete e de setores no ano de 2013*, foram realizadas mudanças e movimentação de móveis nas unidades que compõem o Tribunal de Justiça do Poder Judiciário Catarinense, conforme quantitativo abaixo.

MUDANÇAS E MOVIMENTAÇÕES DE MÓVEIS	
Mudanças de Gabinete/setores no prédio sede e anexos	17
Movimentação de Móveis	1.959

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.3.3 - Recolhimento de material

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de recolhimento de material, que engloba bens para baixa patrimonial, volumes entregues nas dependências do Tribunal de Justiça e movimentação de caixas plásticas com processos no ano de 2013*, foram realizados os seguintes serviços nas unidades que compõem o Tribunal de Justiça do Poder Judiciário Catarinense, conforme abaixo.

RECOLHIMENTO DE MATERIAL	
Busca de materiais para baixa	1.587
Movimentação de caixas plásticas com processos	7.743
Volumes Entregues	19.360

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.3.4 - Monitoramento dos elevadores

Com relação às atividades desenvolvidas no monitoramento dos elevadores no ano de 2013*, foram abertos 117 chamados junto à Diretoria de Engenharia e Arquitetura referentes à necessidade de manutenção dos elevadores das Torres I e II do Tribunal de Justiça.

MONITORAMENTO DOS ELEVADORES	
Abertura de chamado para conserto dos elevadores da Torre I e II do Prédio do TJSC	117

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.4 - Seção de Controle de Custos

A Seção de Controle de Custos, subordinada à Divisão de Apoio Operacional, desenvolveu no ano de 2013* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos:

1.4.1 - Custeio de despesas com água e esgoto

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de gerenciamento das despesas com água e esgoto no ano de 2013*, foram autuadas e tratadas faturas de água tratada/coleta de esgoto referentes a 141 (cento e quarenta e um) hidrômetros que abastecem os imóveis sob responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme valores abaixo:

DESPESAS ÁGUA E ESGOTO	
Janeiro	**R$ 57.418,04**
Fevereiro	**R$ 81.849,52**
Março	**R$ 81.565,13**
Abril	**R$ 85.486,75**
Maio	**R$ 90.054.98**
Junho	**R$ 93.894,85**
Julho	**R$ 95.640,08**
Agosto	**R$ 106.462,22**
Setembro	**R$ 102.893,68**
Outubro	**R$ 85.568,36**
Novembro	**R$ 108.079,41**
Dezembro	**R$ 466,51**
TOTAL	**R$ 989.379,53**
Hidrômetros	**141**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

1.4.2 - Custeio de despesas com energia elétrica

Com relação às atividades desenvolvidas na parte do gerenciamento das despesas com energia elétrica no ano de 2013*, foram autuadas e tratadas faturas de energia elétrica referentes a 219 (duzentas e dezenove) unidades consumidoras que abastecem os imóveis sob responsabilidade do Poder Judiciário Catarinense, conforme valores abaixo:

DESPESAS ENERGIA ELÉTRICA	
Janeiro	**R$ 507.212,98**
Fevereiro	**R$ 556.235,42**
Março	**R$ 510.465,43**
Abril	**R$ 463.717,07**
Maio	**R$ 442.933,48**
Junho	**R$ 384.281,81**
Julho	**R$ 400.024,55**
Agosto	**R$ 483.039,39**
Setembro	**R$ 459.525,91**
Outubro	**R$ 483.664,31**
Novembro	**R$ 11.600,75**

Dezembro	**R$ 0,00**
TOTAL 2013*	**R$ 4.702.701,10**
Unidades consumidoras	**219**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

1.4.3 - Sessões do Tribunal do Júri

Com relação às atividades desenvolvidas referentes às despesas com as sessões do Tribunal do Júri no ano de 2013*, tramitaram requisições de compras referentes à alimentação, transporte de jurados, locações de espaços físicos e pernoite para jurados no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme valores abaixo:

SESSÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI	
Valores requisitados para alimentação**	**R$ 766.364,30**
Valores requisitados para transporte de jurados	**R$ 5.731,60**
Valores requisitados para locação de espaços físicos	**R$ 5.530,00**
Valores requisitados Pernoites	**R$ 7.213,00**
Total 2013*	**R$ 784.838,90**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

No ano de 2013, a Seção de Controle de Custos elaborou Projetos Básicos com vistas à aquisição e fornecimento de refeições para Sessões do Tribunal do Júri para 28 Comarcas do Poder Judiciário de Santa Catarina.

1.4.4 - Passagens aéreas

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de aquisição de passagens aéreas, no ano de 2013*, foram emitidos bilhetes contendo 2.079 trechos para eventos de capacitação e representação de magistrados e servidores do Poder Judiciário Catarinense e autoridades convidadas:

PASSAGENS AÉREAS	
Capacitação Nacional	**R$ 354.857,16**
Capacitação Internacional	**R$ 46.415,85**
Representação Nacional	**R$ 385.407,53**
Representação Internacional	**R$ 0,00**
TOTAL 2013*	**R$ 759.680,54**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

1.4.5 - Tributos municipais

Com relação às atividades relacionadas ao gerenciamento de tributos municipais no ano de 2013*, foram encaminhados carnês de IPTU/coleta de lixo/contribuições, para pagamento em parcela única anual, referentes a imóveis sob responsabilidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme valores abaixo:

TRIBUTOS MUNICIPAIS	
TOTAL 2013	**R$ 37.899,79**

1.4.6 - Demais despesas

A Seção de Controle de Custos encaminhou em 2013* outros pagamentos, relativos às despesas condominiais de residências de magistrados e aos rateios de gastos junto ao Departamento de Transportes e Terminais do Estado de Santa Catarina – DETER e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO. Tais despesas referem-se à manutenção de Juizados da Infância e Juventude

no Terminal Rodoviária Rita Maria e no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, respectivamente, conforme valores abaixo:

DEMAIS DESPESAS	
CONDOMÍNIO – IMÓVEL FUNCIONAL DE VIDEIRA	**R$ 3.960,00**
CONDOMÍNIO – IMÓVEL FUNCIONAL DE TAIÓ	**R$ 240,00**
INFRAERO	**R$ 603,66**
DETER	**R$ 623,47**
TOTAL 2013*	**R$ 5.427,13**

** Meses de novembro e dezembro não contabilizados integralmente.*

1.5 - Seção de Correspondência

A Seção de Correspondência, subordinada à Divisão de Apoio Operacional, desenvolveu no ano de 2013* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos.

1.5.1 - Serviços postais

Os serviços postais utilizados pelo Poder Judiciário de Santa Catarina no ano de 2013* encontram-se discriminados conforme segue:

SERVIÇOS POSTAIS	
TIPO	**QUANTIDADE**
TELEGRAMAS	1.214
CARTAS	934.275
SEDEX	11.450
PAC	1.078
AR DIGITAL	93.609
Prioritário (Internacional)	27
Malotes	48.340
TOTAL GERAL DE CORRESPONDÊNCIAS	**1.155.779**

** os meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.*

1.5.2 - Movimentação de correspondências e processos

Concernente às atividades executadas pela Seção de Correspondência, destaca-se a movimentação de correspondências e de processos que são recebidos e encaminhados pela Seção, conforme quantitativo abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS	
Processos recebidos pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina	**63.139**
Correspondências Recebidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina	**130.668**
Correspondências entre setores via Seção de Correspondência	**20.388**
Processos Encaminhados	**179.826**
Correspondências enviadas para as Comarcas via Malote	**49.713**
Telegramas encaminhados pelo TJ	**1.393**
Correspondência encaminhada pelo TJSC via Correios	**19.562**
TOTAL GERAL DE CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS	**464.689**

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.6 - Seção de Fotocópia

A Seção de Fotocópia, subordinada à Divisão de Apoio Operacional, desenvolveu no ano de 2013* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos. Com relação ao serviço de fotocópias, seguem quantitativos das fotocópias extraídos pelos diversos setores do Tribunal de Justiça e para o público externo.

FOTOCOPIAS	
MÊS	**QUANTIDADE**
Janeiro	103.930
Fevereiro	88.640
Março	72.666
Abril	131.052
Maio	161.578
Junho	128.594
Julho	196.471
Agosto	181.281
Setembro	116.326
Outubro	155.164
Novembro	86.589
TOTAL	**1.422.291**

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.6.1 - Encadernações

Concernente ao serviço de encadernação em espirais e uniband, foram realizados para os diversos setores do Tribunal de Justiça Santa Catarina.

ENCADERNAÇÕES		
MÊS	**ESPIRAL**	**UNIBAND**
Janeiro	42	1
Fevereiro	49	2
Março	67	4
Abril	66	12
Maio	351	9
Junho	192	192
Julho	43	43
Agosto	68	18
Setembro	33	23
Outubro	239	20
Novembro	71	1
TOTAL	**1.121**	**325**

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.6.2 - Atendimento aos gabinetes no Tribunal de Justiça

Com relação ao atendimento de serviços de coleta e entrega de documentos entre gabinetes e setores, movimentação de processos para extração de fotocópias, efetuados nos gabinetes e nos diversos setores do Tribunal de Justiça, seguem informações:

ATENDIMENTO A GABINETES E DIVERSOS SETORES

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	1.406
Fevereiro	2.445
Março	3.412
Abril	2.720
Maio	2.986
Junho	2.793
Julho	3.309
Agosto	3.316
Setembro	3.174
Outubro	3.316
Novembro	2741
TOTAL	**31.618**

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

2 - Divisão de Artes Gráficas

A Divisão de Artes Gráficas finalizou 8.942.729 (oito milhões, novecentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e nove) produtos até o mês de novembro de 2013, o que resulta em um aumento de 24,27% em relação ao ano anterior. A média ficou em 38.878 unidades por dia trabalhado, superior em quase 25 pontos percentuais a média de 2012.

A Divisão de Artes Gráficas é responsável pela elaboração de projetos gráficos diversos. Os serviços compreendem a confecção de material impresso ou virtual, que consiste em produtos estocáveis pelo Almoxarifado Central e produtos não estocáveis para uso institucional. Além da criação gráfica para os vários impressos solicitados, a Divisão de Artes Gráficas também assumiu a elaboração de trabalhos consolidados de web design tais como: hotsites para uso da instituição e eventos; pop-ups de mensagens do Presidente do Tribunal; banneres virtuais para os sites da Academia Judicial e da página principal deste Poder; wireframes; fôlderes eletrônicos; hotsites e sites; animações; e-books; entre outros trabalhos na área de web design e design gráfico.

O setor conta hoje com equipe de 58 colaboradores, entre servidores efetivos e terceirizados, distribuídos em três seções: Criação e Fotolitografia, Impressão Gráfica e Acabamento Gráfico.

Os contratos n. 85/2013 e n. 89/2013 passaram a vigorar em abril de 2013 e seu objeto foi a contratação de postos de serviços pela via da terceirização, num total de 25 postos de operador de guilhotina, 2 postos de impressor de corte e vinco, 1 posto de impressor (serigrafia), 1 posto de operador de acabamento e 1 posto de preparador de matrizes de corte e vinco, além de 6 postos de desenhista industrial gráfico.

Passaram a vigorar em 2013, ainda, os seguintes contratos: Contrato n. 47/2013 – manutenção em impressora/fotocopiadora; Contratos n. 146/2013 e n. 149/2013 – manutenção preventiva e corretiva em impressora Canon; e Contrato n. 165/13 – serviços continuados de gravação de arquivos digitais.

Segue abaixo tabela com todos os produtos criados, impressos e finalizados pela Divisão de Artes Gráficas, bem como suas respectivas quantidades, em unidades, contabilizadas até novembro de 2013.

TABELA 1 - PRODUTOS FINALIZADOS		
1	Papel (marcador de processo/ livro, porta recado, miolo)	485.200
2	Papel A4 timbrado	4.012.150

3	Papel A4	58.872
4	Etiqueta adesiva com meio corte	1.200.347
5	Capa de processos do 1º grau com laminação	165.800
6	Etiqueta adesiva serrilhada	430.159
7	Tarjetas e etiquetas não adesivas	232.989
8	Capa de processos do 2º grau com laminação	813.473
9	Capa de processos do 1º grau sem laminação	1.404
10	Capa de processos do 2º grau sem laminação	43.000
11	Cartolina A4 colorida	136.650
12	Folder	43.953
13	Etiqueta adesiva	28.256
14	Capa para CD/ DVD	2.262
15	Ficha	8.821
16	Cartão	40.516
17	Cartão de visita	5.877
18	Pasta	6.777
19	Calendário de mesa	47.030
20	Livro capa simples	20.935
21	Bloco encadernado com cola	1.064.410
22	Crachá	1.902
23	Convite	4.046
24	Cartilha	3.998
25	Cartaz	1.962
26	Agenda – miolo	3.080
27	Envelope	54.566
28	Bloco encadernado com arame de duplo anel (Wire-o)	12.320
29	Agenda virtual	4
30	Certificado	3.560
31	Panfleto	100
32	Apostila	1.871
33	Adesivo	4.775
34	Manual	311
35	Bloco encadernado com grampo	136
36	Livro capa dura	828
37	Cartão plastificado	100
38	Adesivo para prisma	50
39	Criação de logomarca	27
40	Banner digital	36
41	Banner	184
42	Convite digital	10
43	Cartazes eletrônicos	5
44	Hotsite	1
45	Livros Eletrônicos (e-books)	9
46	Adesivo com laminação	50
47	Capa de agenda permanente	0
48	Mapas	9
49	Ilustrações / imagens digitais	15
	TOTAL	**8.942.836**

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento/ DAG

** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2013*

A seguir, apresenta-se relatório quantitativo das atividades desenvolvidas pelas seções que compõem a Divisão de Artes Gráficas.

2.1 - Seção de Criação e Fotolitografia

A tabela 2 (abaixo) mostra todas as guias de produção desenvolvidas pela Seção de Criação e Fotolitografia durante o ano de 2013, onde foram produzidos diversos projetos gráficos para eventos do Poder Judiciário de Santa Catarina. Alguns destes serviços levam algumas horas trabalhadas enquanto outros podem levar dias e semanas para finalizá-los.

No ano de 2013, a Seção de Criação e Fotolitografia obteve um incremento significativo concernente a seu quadro pessoal, haja vista que a implementação do novo contrato de prestação de serviços (nº 89/2013), propiciou aumento em 100% no número de colaboradores. Ainda, registra-se que o conteúdo deste contrato trouxe profissionais com formação em Designer Gráfico e alto conhecimento em webdesigner, criando assim um novo e excelente panorama para a referida seção.

Tipo	Quantidade
Agenda 2014	2
Agenda virtual	4
Apresentação de E-book	3
Apostila/ Manual	23
Apostila E-book	2
Adesivo Prima/Carro/CD/DVD	41
Banner impresso/ Faixa/ faixa de mesa	28
Banner digital	36
Bolsa para pasta	2
Bloco de rascunho	10
Bloco de anotação personalizado	29
Bloco siex/335	5
Capa de processo	29
Capas diversas	20
Capa para E-book	10
Cartilha	13
Cartão	62
Cartolina A4	10
Capa de CD e DVD	41
Calendário 2014	2
Cartaz impresso	35
Cartaz eletrônico	5
Crachá	13
Certificado	8
Convite Impresso	20
Convite digital	10
Cópia de Livro	2
Criação de Logomarca	27
Declaração	1
ECT comprovante de protocolo	4
Envelope	12
Embalagem	3
Encadernação	3

Etiqueta adesiva	85
Etiqueta	20
Ficha/ Formulário	11
Folha de Oficio	7
Folder/ Flyer	32
Hotsite	1
Ilustrações/ imagens DIGITAIS	15
Livro / Livreto	8
Livro Eletrônico (e-book)	9
Mapa	2
Manual	6
Marcador de Livro	5
Miolo E-book	9
Pasta	14
Papel Timbrado/ de rascunho/ para ata	12
Programação de bloco	5
Tarjeta/ Edital para processo	7
Termo de posse digital	9
Revestimento/ livro/ agenda/ mapa	5
Reformulação do layout	1
Receituário controle especial	1
Requisição fotocopia	4
Rótulo/ Selo	1
Rótulo e-book	4
Site	4
TOTAL DE SERVIÇOS	**787**

Fonte: Controle de produção/ Mapa2013

A tabela 3 (abaixo) traz os números dos trabalhos de fotolitografia e serigrafia:

TABELA 3 – SERVIÇOS DE FOTOLITOGRAFIA E SERIGRAFIA	
TIPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE
Chapa em CTP impressora off-set Catu	**287**
Chapa em CTP impressora off-set shinohara	**2.382**
Clichê Alto Relevo/ Hot Stamping	**3**
Tela Serigráfica/ Aplicação de verniz	**8**
TOTAL	**2.680**

2.2 - Seção de Impressão Gráfica

A tabela 4* traduz os trabalhos executados em impressão digital, conforme abaixo:

TABELA 4 – IMPRESSÃO DIGITAL (COLORIDA E PRETO E BRANCO)	
IMPRESSORAS	**QUANTIDADE**
KONICA	**61.372**
CANON IP 1135-1	**216.572**
CANON IP 1135-1	**301.267**
Total CANON IP 1135-1	**517.839**
Plotter CANON IPF9100	**253**

** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2013*

A seguir, a tabela 5* traduz os trabalhos executados nas impressoras offset:

TABELA 5 – IMPRESSÃO OFFSET	
IMPRESSORAS	**QUANTIDADE**
CATU 660	**1.179.963**
SHINOHARA	**4.000.078**
Total de trabalhos	**5.180.041**

** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2013*

2.3 - Seção de Acabamento Gráfico

A Seção de Acabamento Gráfico tem buscado cada vez mais aprimorar os serviços de acabamento, ainda que haja um aumento significativo em sua linha produtiva/acabamento.

Para que se possa finalizar um produto e entregá-lo ao cliente final, cabe a esta Seção promover várias etapas de acabamento que, visam dar a qualidade, perfeição e garantia de um produto condizente com aquele que fora requisitado. Para aclarar esta afirmação, busca-se por meio da tabela 6 (abaixo), trazer o volume de materiais produzidos em 2013* e a quantidade de etapas a que estes foram submetidos, conforme segue:

TABELA 6 – COMPARATIVO MENSAL DE PROCESSOS DE ACABAMENTO				
MÊS		- (A) –	- (B) –	B / A
	GUIAS DE PRODUÇÃO FINALIZADAS	PRODUTOS ENTREGUES (un)	QUANTIDADE DE ETAPAS DE ACABAMENTO (un)	
jan/13	32	33.131	61.972	1,87
fev/13	33	287.950	715.583	2,49
mar/13	57	221.088	2.435.058	11,01
abr/13	40	2.125.199	2.596.659	1,22
mai/13	113	1.514.318	3.416.451	2,26
jun/13	54	457.211	1.334.379	2,92
jul/13	38	547.724	2.068.832	3,78
ago/13	51	1.302.505	2.372.617	1,82
set/13	79	289.520	1.221.184	4,22
out/13	84	617.741	2.022.713	3,27
nov/13	95	1.546.342	2.531.469	1,64
dez/13*	-	-	-	-
TOTAL	**676**	**8.942.729**	**20.776.917**	**2,32**

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento

**Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2013*

Ainda, procura-se trazer as tabelas 7 e 8 (abaixo), de forma individual, acerca do quantitativo de etapas/acabamentos efetivados manualmente e por máquinas em 2013*, conforme segue:

TABELA 7 – ACABAMENTO MANUAL	
PROCESSOS	**QUANTIDADE ANO***
Colagem	**103.672**
Colocação de fita, elástico, corda, wire-o e barra de madeira	**21.631**
Contagem	**8.948.615**
Corte, refilo e perfuração	**35.932**
Costura a mão	**9.505**
Dobradura	**115.490**
Empacotamento com papel/ caixa/ cintagem	**86.474**
Encadernação com espiral	**338**
Limpeza	**44.557**

Intercalação	**3.044.852**
Rebitagem	**8**
Revisão/ inspeção	**3.320.753**

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento/ DAG

* Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2013

TABELA 8 – ACABAMENTO COM MÁQUINA

PROCESSOS	QUANTIDADE ANO*
Blocagem com prensa pneumática	24.029
Corte e vinco	1.333.535
Corte com serrilhadeira	963.241
Corte automático de garra duplo anel (Wire-o)	73.207
Costura automática	75.508
Dobradura automática	416.298
Empacotamento com plástico termoencolhível	41.526
Encadernação térmica com capa plástica	261
Encadernação com garra duplo anel (Wire-o)	22.966
Encadernação com cola quente (Hot melt)	3.105
Grampeamento automático	49.835
Impressão térmica de estampa metálica (Hot Stamping)	12.011
Laminação térmica	1.992.106
Perfuração com broca	9.126
Perfuração para garra duplo anel (Wire-o)	28.336

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento/ DAG

** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2013*

3 - Divisão de Serviços Gerais

A Divisão de Serviços Gerais, a partir do ano de 2011, ampliou e aprimorou suas atribuições gerenciais, inclusive assumiu a execução de inúmeras atividades que antes eram reguladas pelo Gabinete do Diretor. Entre elas, merecem destaque:

a) Gerencia atualmente 20 (vinte) contratos para aquisição e fornecimento de leite, água mineral, gás, desinsetização e desratização, locação de máquinas automáticas de café e limpeza de vidros externos, bem como providencia a manutenção e reparos nas máquinas automáticas de café de propriedade do Poder Judiciário de Santa Catarina.

b) Controla a distribuição de frigobares, refrigeradores, bebedouros elétricos, máquinas de lavar-roupa, micro-ondas, fogões elétricos, enceradeiras industriais, aspiradores de pó, suportes e refis para guarda-chuva, placas sinalizadoras para piso molhado e carros funcionais para limpeza às unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina, por meio de Ata de Registro De Preços.

c) Gerencia a equipe de aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) colaboradores terceirizados, responsáveis pela limpeza e copeiragem da sede o Tribunal de Justiça (Torres I e II) e da unidade instalada na Rua Presidente Coutinho, mantendo os serviços de copa e de limpeza simultaneamente nos dois locais.

A Divisão ainda elabora, analisa e acompanha os projetos básicos que visam atender e dar continuidade aos contratos em andamento na sua área de atuação, verificando as alterações, quando necessárias, nos editais licitatórios e minutas contratuais.

Além disso, disponibiliza uma servidora efetiva, responsável pelos serviços de limpeza e de copa em todos os eventos realizados no Tribunal de Justiça, tornando o serviço ágil e eficaz.

3.1 - Seção de Limpeza

A Seção de Limpeza vem trabalhando em busca de melhoria contínua no atendimento e nos serviços prestados. Com essa finalidade foram adquiridos novos equipamentos e instituídos novos fluxos de serviços, que possibilitaram o aperfeiçoamento da prestação dos serviços oferecidos, conforme segue:

- Com o intuito de melhorar a limpeza nos banheiros públicos das torres I e II do Tribunal de Justiça, a referida seção montou um sistema de limpeza pontual. Para tanto, foram colocadas duas Agentes de Serviços Gerais em cada torre, as quais ficaram responsáveis exclusivamente pela limpeza dos banheiros. Essas profissionais executam uma faxina detalhada (limpeza de azulejos, pisos, portas, etc.), no turno matutino. No período vespertino, a limpeza funciona em sistema de plantão, inclusive para recolhimento do lixo e reposição constante de materiais. Igualmente, no meio da tarde, os banheiros são fechados e é realizada uma faxina geral e rápida, a fim de manter o asseio dos ambientes para o restante do dia.

- Elaboração do projeto básico, o qual teve como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tratamento de piso vinílico, a serem executados nas dependências internas dos prédios do Tribunal de Justiça e dos Fóruns localizados na grande Florianópolis.

- Aquisição direta de placas sinalizadoras para piso molhado, para distribuição em todas as Comarcas do Estado.

- Aquisição, via Sistema de Registro de Preços, de aspiradores de água e pó, lavadoras de alta pressão, carros funcionais de limpeza, enceradeiras industriais, placas sinalizadoras para piso molhado, embaladores e refis para guarda-chuva. Tal aquisição tem o intuito de suprir as necessidades do prédio- sede do Tribunal de Justiça e demais Comarcas do Estado.

- Em 2013, entrou em vigor o Contrato 192/2012 para lavação de vidros externos do Tribunal de Justiça e comarcas/unidades da grande Florianópolis. Para o ano de 2014, está prevista contratação de empresa especializada para realizar a limpeza dos vidros externos em todas as comarcas do Estado que possuem prédio com mais de um pavimento.

- Aquisição de armários nos banheiros feminino e masculino da Torre I do Tribunal de Justiça, com a finalidade de guardar os materiais de limpeza, os quais são utilizados diariamente pelas Agentes de Serviços Gerais.

- Na área de jardinagem, iniciou-se o Contrato nº184/2012, gerenciado pela Diretoria de Recursos Humanos, o qual trata da prestação de serviços continuados de jardinagem, compreendendo o fornecimento de equipamentos e ferramentas. O contrato iniciou em janeiro de 2013 e, no decorrer do ano, foram analisados tecnicamente conforme normativa de jardinagem em vigor, auxiliando a Diretoria de Recursos Humanos para tomada de decisão quanto à inclusão ou não de novos postos de trabalho nas comarcas.

- Análise de requisições de compras para aquisição de materiais de limpeza, copa e jardinagem para o Tribunal de Justiça e comarcas do Estado.

Na tabela abaixo, seguem discriminados alguns serviços prestados pela Seção de Limpeza em 2013:

TABELA – SERVIÇOS PRESTADOS PELA SEÇÃO DE LIMPEZA	
Requisição de Compras das Comarcas analisadas durante o ano 2013 (quadrimestralmente)	**Quantidade**
· Produtos de limpeza das Comarcas	**107**
· Produtos e serviços de jardinagem	**309**
Chamadas/ Plantão de limpeza	
· Média mensal	**145**
Equipamento, placas e embaladores distribuídos durante o ano de 2013	
· Máquinas de Lavar roupas	**18**
· Placa sinalizadora “Piso Molhado”	**90**
· Embalador de Guarda-chuva	**115**
· Refil embalador de Guarda-chuva	**135**

3.2 - Seção da Copa

Setor que possui considerável demanda em elaboração de projetos básicos, responsável pelo acompanhamento, durante o ano de 2013, de 16 (dezesseis) contratos – 13 (treze) de fornecimento de água mineral, um de fornecimento de gás GLP, um de locação de máquinas automáticas de café e um de fornecimento de leite -, além de 13 (treze) atas de registro de preços para aquisição dos seguintes produtos e equipamentos: açúcar, bebedouro elétrico, café em pó, café solúvel, dispenser de copo, fogão elétrico, frigobar, garrafa térmica, leite em pó, micro-ondas, refrigerador e cafeteiras elétricas.

Além da prestação de serviços de copa, a Seção de Copa conta com o serviço de chamados para troca de bombonas de água mineral, manutenção de bebedouros elétricos e máquinas automáticas de café e distribuição de materiais nas copas do Tribunal de Justiça.

Cita-se, durante o ano de 2013, as seguintes ações realizadas pela Seção de Copa, com o intuito de melhorar os serviços prestados:

- Instalação de duas novas copas no prédio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, localizadas nos andares 3º e 6º da Torre I, para aperfeiçoar a prestação dos serviços de atendimento aos servidores da Torre I.
- Centralização do serviço de coleta, lavagem e abastecimento das garrafas térmicas em uma única copa do prédio, facilitando o procedimento de controle, higienização e distribuição das mesmas.
- Separação dos resíduos de café em pó nas copas, a fim de ser realizada coleta orgânica e seletiva pela Secretaria de Gestão Ambiental.
- Instalação de móveis novos em todas as oito copas do prédio do TJSC, incluindo a compra de refrigeradores novos para aperfeiçoamento dos serviços.
- Elaboração de projeto básico para compra de novos kits de copa (bandejas, garrafas térmicas e açucareiros) em aço inox, a serem disponibilizados nos gabinetes dos Desembargadores e Juízes de Segundo Grau do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Na tabela abaixo seguem discriminados alguns serviços prestados pela Seção de Copa em 2013:

REQUISIÇÃO DE COMPRAS DAS COMARCAS ANALISADAS DURANTE O ANO 2013 (TRIMESTRALMENTE)	QUANTIDADE
· Leite	239
· Água	313
· Gás	59
· Serviços	49
Chamadas/ Atendimento de água mineral	
· Média mensal	755
Equipamentos distribuídos durante o ano de 2013	
· Fogão Elétrico	32
· Frigobar	12
· Micro-ondas	10
· Refrigerador	10
· Bebedouro	100
Gerenciamento de máquinas de café (conserto/manutenção)	
· Locadas	24
· Patrimônio do Poder Judiciário de Santa Catarina	103

3.3 - Seção de Serviços – Unidade Presidente Coutinho

Criada em março de 2011 para atender as diretorias que foram instaladas na unidade do Tribunal de Justiça de Santa Catarina instalada na Rua Presidente Coutinho, a Seção de Serviços – UPC atualmente é responsável pelo gerenciamento dos serviços de limpeza, copa e vigilância no prédio “Centro Executivo ACCR”.

A Seção de Serviços-UPC atua de forma similar a um síndico/administrador, responsável pela verificação da eficaz execução dos serviços e atua na resolução de diversos problemas, acionando os setores responsáveis pelo saneamento, independentemente as quais diretorias tais problemas estão relacionados.

Além da prestação de serviço de limpeza no período matutino, referida seção conta com o serviço de plantão no horário vespertino para manutenção dos banheiros, reposição de bombonas de água mineral e chamados para limpeza e copa.

Aquisições em 2013:

- Tapete de vinil com 16,70m utilizado na recepção (passarela térreo),
- carrinhos para transporte de material de limpeza.

TABELA – SERVIÇOS PRESTADOS PELA SEÇÃO DE SERVIÇOS – UNIDADE PRESIDENTE COUTINHO	
Chamadas/Plantão – atendimento água mineral	**Quantidade**
· Média mensal	**130**
Chamadas/Plantão – atendimento limpeza	
· Média mensal	**50**
Solicitações de serviços recebidas e enviados aos setores competentes	
· Média mensal	**60**

4 - Divisão de Transporte

Está sob o controle da Divisão de Transporte a contratação dos serviços de mudança de magistrados, mudança local em virtude de reforma parcial ou global das unidades do Poder Judiciário de Santa

Catarina, serviço de transporte dos Desembargadores com veículo executivo, quando da ocorrência de sessões na Câmara Especial Regional de Chapecó – CERC, transporte de materiais com veículos de carga das Divisões de Almoxarifado Central, Patrimônio e Arquivo Central para as unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina e vice-versa, gerenciamento e controle da frota composta atualmente por 252 (duzentos e cinquenta e dois) veículos oficiais, gerenciamento dos pedidos de viagem, entre outros.

Seguem abaixo, as despesas referentes às mudanças de magistrados, por conta de remoção/promoção:

DESPESAS COM MUDANÇAS DE MAGISTRADOS (R$)	
Mês	**Valor**
Janeiro	24.125,00
Fevereiro	2.998,21
Março	14.464,80
Abril	16.580,00
Maio	1.010,00
Junho	7.437,70
Julho	713,15
Agosto	204,45
Setembro	0,00
Outubro	0,00
Novembro	*
Dezembro	*
TOTAL	**67.533,31**

** Valores não contabilizados*

A seguir, constam as despesas com mudanças das unidades do Poder Judiciário de Santa Catarina, em face de reformas e/ou construção e locação de novos prédios:

DESPESAS COM MUDANÇAS LOCAIS (R$)	
Mês	**Valor**
Janeiro	0,00
Fevereiro	0,00
Março	0,00
Abril	29.584,00
Maio	42.729,50
Junho	56.737,00
Julho	0,00
Agosto	16.294,92
Setembro	0,00
Outubro	7.669,53
Novembro	0,00
Dezembro	*
TOTAL	**153.014,95**

** Valores não contabilizados*

Abaixo, segue demonstrativo das despesas com serviço de transporte dos Desembargadores em veículo executivo, quando da ocorrência de sessões na Câmara Especial Regional de Chapecó – CERC:

DESPESAS COM LOCAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA PARA ATENDIMENTO A DESEMBARGADORES NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES NA CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ (CERC) (R$)	
Mês	Valor
Janeiro	1.065,00
Fevereiro	2.130,00

Março	1.065,00
Abril	2.130,00
Maio	2.130,00
Junho	2.130,00
Julho	2.130,00
Agosto	1.065,00
Setembro	2.130,00
Outubro	2.130,00
Novembro	2.130,00
Dezembro	*
TOTAL	**10.793,50**

** Valores não contabilizados*

4.1 - Seção de Manutenção da Frota

Esta Seção gerencia a aquisição de combustível e a manutenção da frota de 252 veículos do Poder Judiciário de Santa Catarina, distribuídos na sede do Tribunal de Justiça, diretorias e nas comarcas do Estado.

O serviço é controlado através de sistema de gerenciamento eletrônico, disponibilizado por empresa contratada.

Seguem abaixo, despesas referentes aos gastos com combustível em 2013:

DESPESAS COM COMBUSTÍVEL (R$)				
MÊS	VEÍCULOS COMARCAS	VEÍCULOS DESEMBARGADORES	VEÍCULOS SECRETARIA TJ	**TOTAL**
Janeiro	11.166,59	10.192,91	14.611,47	**35.970,97**
Fevereiro	6.481,15	13.358,15	12.646,19	**32.485,49**
Março	18.517,12	14.696,05	22.271,11	**55.484,28**
Abril	13.410,03	17.960,97	25.329,10	**56.700,10**
Maio	18.779,96	14.665,90	23.267,03	**56.712,89**
Junho	11.437,44	13.895,64	24.117,01	**49.450,09**
Julho	16.127,72	16.484,39	22.715,05	**55.327,16**
Agosto	20.923,01	16.200,39	27.027,55	**64.150,95**
Setembro	17.813,53	15.584,04	26.395,38	**59.792,95**
Outubro	12.727,73	16.078,15	30.137,96	**58.943,84**
Novembro	*	*	*	*
Dezembro	*	*	*	*
Total	147.384,28	149.116,59	228.517,85	**525.018,72**

** Valores não contabilizados*

A seguir, constam as despesas referentes aos gastos com manutenção dos veículos em 2013:

DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA (R$)	
MÊS	**VALOR**
Janeiro	**30.057,16**
Fevereiro	**4.530,17**
Março	**24.957,86**
Abril	**30.519,80**
Maio	**39.507,11**
Junho	**39.068,54**
Julho	**43.441,19**
Agosto	**38.585,07**
Setembro	**43.959,67**

Outubro	**37.504,47**
Novembro	*
Dezembro	*
TOTAL	**332.131,04**

** Valores não contabilizados*

Observação: os veículos lotados nas comarcas do Estado são de responsabilidade dos gestores cadastrados nas respectivas comarcas. Desta forma, a Seção de Manutenção da Frota atua na orientação das unidades quanto aos procedimentos necessários para a guarda, manutenção e conservação.

4.2 - Seção de Gerenciamento da Frota

A Seção de Gerenciamento da Frota gerencia o atendimento aos pedidos de viagens em veículos oficiais, com e sem Agente Operacional de Serviços Diversos, atendimento aos pleitos de deslocamentos solicitados pelos servidores do Tribunal de Justiça, atendimento aos Desembargadores que aderiram à Central de Transporte Institucional, conforme resolução n. 42/2010-TJ, entre outras atribuições.

Segue abaixo, a média mensal em 2013 dos atendimentos prestados pela Seção de Gerenciamento da Frota à Secretaria do Tribunal de Justiça e aos Desembargadores que aderiram à Central de Transporte Institucional:

ATENDIMENTO MENSAL (MÉDIA)		
Desembargadores (26)	Secretaria do TJSC	**Total**
239	700	**939**

Abaixo, a média de viagens realizadas pelos Agentes Operacionais de Serviços Diversos vinculados à Seção de Gerenciamento da Frota:

PEDIDOS DE VIAGENS (MÉDIA)		
Mensal	Semanal	Diário
57	11,35	2,27

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Diretoria de Material e Patrimônio (DMP) possui como principal atribuição operacionalizar os procedimentos de abastecimento de materiais e serviços por meio da realização de compra, estocagem e distribuição. É responsável, também, por operacionalizar o controle de uso e guarda dos materiais por meio da contabilização, bem como emitir regras de fiscalização do respectivo uso.

No ano de 2013, foi dado continuidade as ações iniciadas em 2012, visando a melhor contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos delineados pelo Poder Judiciário Catarinense.

Dentre as atividades realizadas, destaca-se o mapeamento do processo do Pregão Presencial sob orientação da Fundação Getúlio Vargas e Assessoria de Planejamento (ASPLAN) objetivando otimizar os procedimentos de contratação, principalmente no que tange os prazos das licitações e a melhor alocação da força de trabalho hoje existente.

Intenciona-se, deste modo, adaptar-se ao novo cenário organizacional do Poder Judiciário de Santa Catarina - PJSC e buscar inovações que demonstrem uma gestão de excelência, através da transparência de seus atos e da qualidade de seus serviços.

Foi dada continuidade ao inventário de bens permanentes, editada, e editada a Resolução n.9/2013 – GP, a fim de melhor gerir os bens permanentes do Poder Judiciário em razão de aspectos verificados no exercício anterior. A Resolução definiu os critérios para gestão e controle dos bens permanentes pertencentes ao acervo patrimonial do PJSC.

Foi divulgado o Manual de Gestão Patrimonial elaborado em 2012, com treinamento aos Gestores Patrimoniais, resultando na melhoria do controle patrimonial dos bens do PJSC.

Após ampla pesquisa de campo e visitas técnicas em diversos órgãos públicos durante os exercícios de 2012/2013 e treinamento ministrado por servidor do Ministério do Planejamento, foi lançado edital de Pregão Eletrônico, que obteve sucesso na sua realização. Foi utilizado o sistema Comprasnet, em função do termo firmado como o MPOG em 20/02/2013.

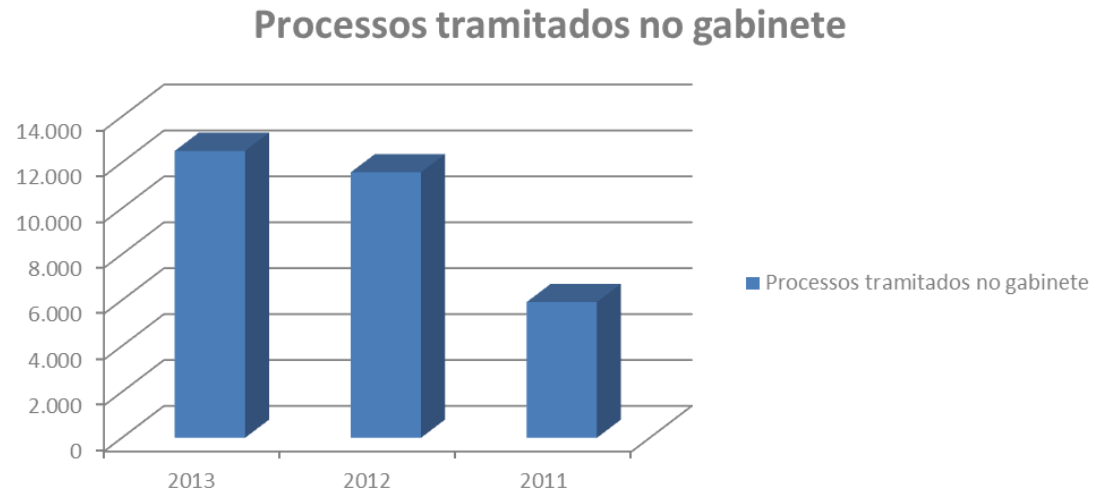
Por fim, a Diretoria investiu na orientação das outras unidades gestoras do Poder Judiciário quanto a confecção de seus projetos básicos conseguindo uma aproximação maior com as diversas áreas requisitantes de compras do PJSC.

Os dados apresentados representam todo o empenho dos servidores da DMP, na consecução dos objetivos traçados pela gestão 2012/2013 estando atualizados até 13/12/2013.

1. GABINETE DA DIREÇÃO

1.1 Secretaria

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Processos cadastrados no gabinete	2.780	3.795	1.297	1.969	1.525
Processos tramitados no gabinete	12.502	11.565	5.912	5.100	5.894



1.2 Assessoria

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Pareceres jurídicos	2.305	1.903	1.508	1.500	1.160
Análise de minutas de editais e contratos	849	910+588	806	570	613
Análise de minutas de convênios	47	105	96	108	82
Análise de minutas de Termos aditivos	477	588	-	-	641
Diligências	-	73	50	-	
Regularização de bens imóveis	13	28	-	-	
Assessoramento por e-mail, por telefone e em reuniões	2.789	2.370	-	-	
Realização de treinamento para outras unidades de 3 hs cada	10	8	-	-	
Número de requisições	12.759	14.197	11.993	7.977	8.160
Número de contratos de fornecimento com entrega imediata	243	131	75	80	122
Número de notas fiscais/faturas tramitadas	7.802	10.651	10.134	10.250	8.040

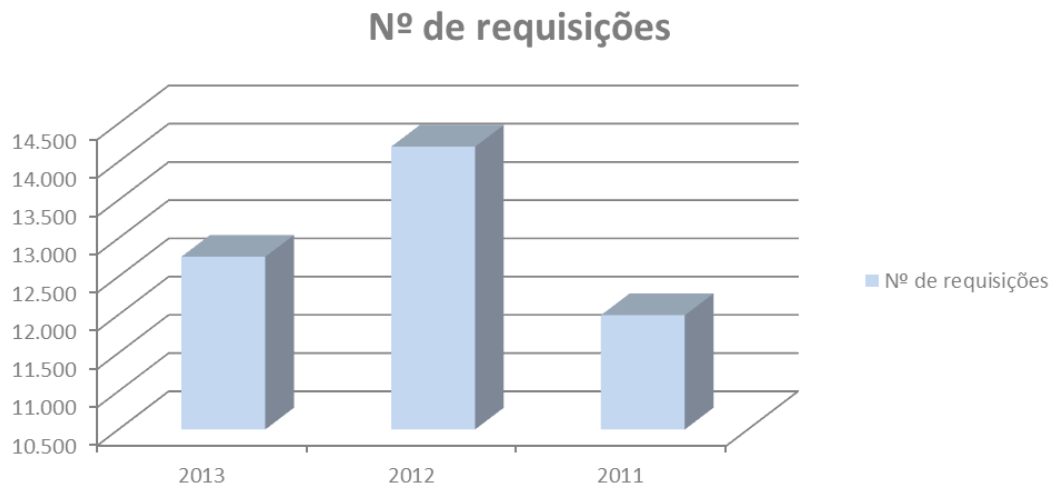


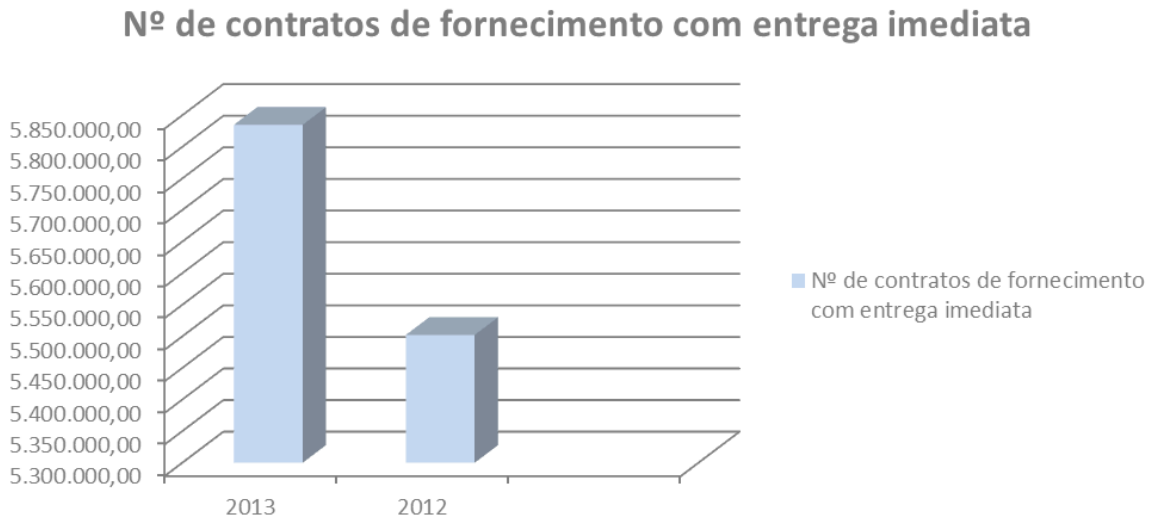
2 DIVISÃO DE COMPRAS

2.1 Aquisições Diretas

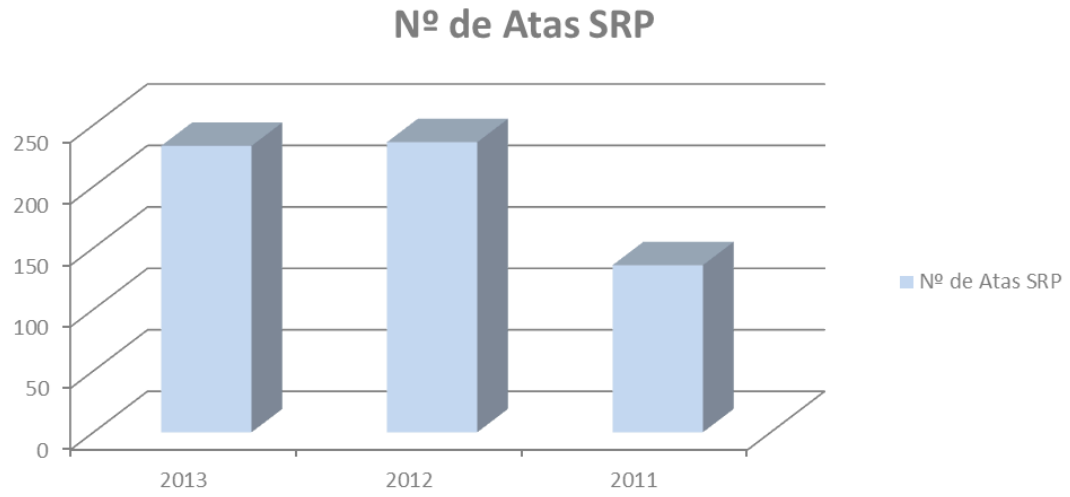
Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009

Número de requisições	12.759	14.197	11.993	7.977	8.160
Número de contratos de fornecimento com entrega imediata	243	131	75	80	122
Número de notas fiscais/faturas tramitadas	7.802	10.651	10.134	10.250	8.040
Dados Financeiros					
Valor gasto em aquisições diretas (R$)	5.834.897,65	5.502.387,48			





2.2 Registro de Preços

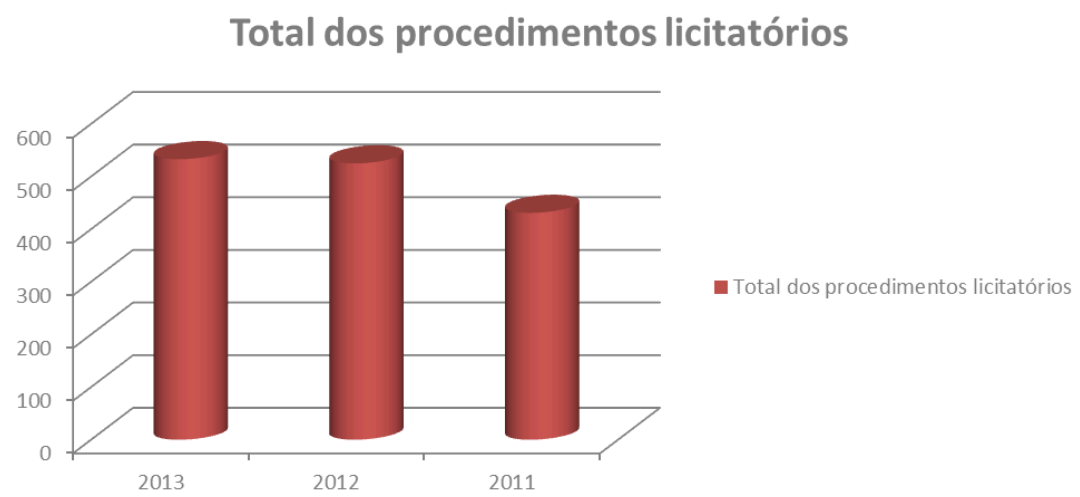


Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Número de atas	233	236	136	194	78
Quantidade de pedidos relativos as Atas	1.374	1.654	1.811	1.205	637
Dados Financeiros					
Valor empenhado (R$)	5.982.953,94	14.778.984,17	17.496.877,84	13.379.283,33	10.484.979,93
Valor a empenhar (R$)	14.616,60	700.702,19	3.688.006,36	726.943,21	165.895,66

3. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

3.1 Processos Licitatórios

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Concorrência	14	12	20	17	8
Tomada de Preço	36	52	50	20	7
Convite	0	18	14	10	21
Dispensa de Licitação	42	42	51	29	32
Inexigibilidade de Licitação	144	149	77	60	269
Leilão	1	1	1	1	1
Pregão	265	186	197	168	154
Modalidade ainda não definidas	31	65	21	29	45
Total dos procedimentos licitatórios	533	525	431	334	537



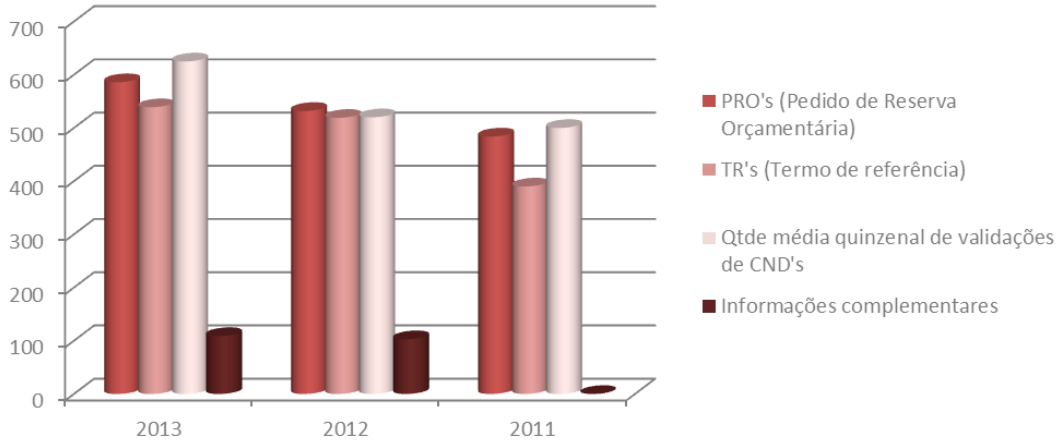
3.2 Condições dos Processos Licitatórios

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Licitações ainda não concluídas	223	226	180	132	339
Licitações com êxito	310	299	209	202	152
Licitações revogadas	0	1	0	0	2
Licitações desertas	22	17	14	18	12
Licitações anuladas	0	1	3	1	3
Licitações fracassadas	7	6	6	6	2
Licitações canceladas	26	31	21	17	27



3.3 Informações da Seção de Controle de Fornecedores

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Pedidos de Reserva Orçamentária	586	532	484	374	374
Termos de Referência	539	519	390	272	246
Cadastro de dados em requisições de Compra	12.759	14.197	11.993	7.977	8.160
Quantidade média quinzenal de validações de CND's	625	520	500	416	364
Atas de Registro de Preço (avaliação/validadção de preço de mercado)	1.374	1.654	1.811	1.205	637
Informações complementares (diversas)	109	103	0	0	0



4 DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

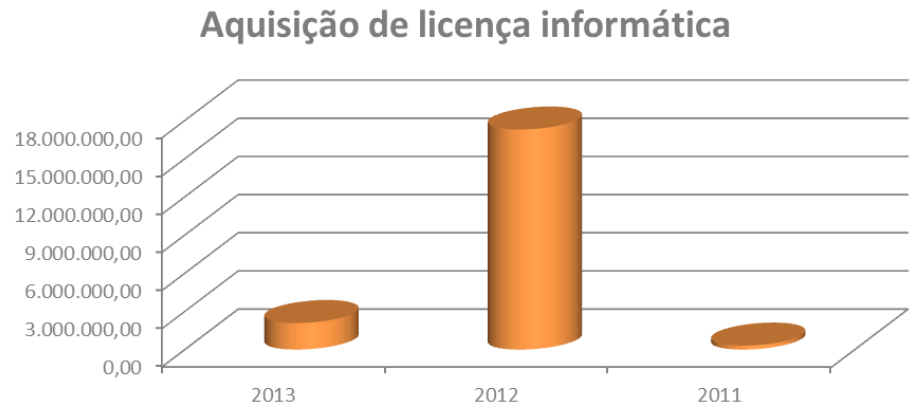
4.1 Geral

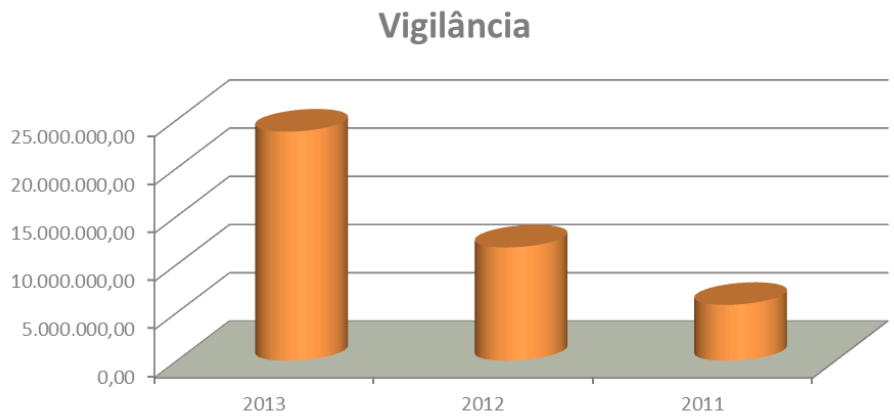
Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Movimentação de processos - entradas	7.727	7.254	6.575	6.983	5.997
Movimentação de processos - saídas	7.780	6.928	6.715	6.678	5.894
Contratos elaborados	185	150	180	112	152
Convênios elaborados	51	42	96	68	82
Comodatos	14	12	5	11	13
Termos aditivos elaborados (contratos)	477	212	315	458	278
Termos aditivos elaborados (convênios)	47	21			
Contratos prorrogados	121	145	215	137	129

4.2 Prestação de Serviços

Dados Financeiros	2013	2012	2011	2010	2009
ADSL e Internet	3.459.876,77	4.397.381,00	701.214,14	407.160,32	1.457.273,44
Aquisição de licença informática	2.090.679,84	17.290.382,00	315.960,00	3.727.668,85	
Chaveiro	76.330,10	67.376,00	31.494,42	19.596,80	35.000,00
Coleta de lixo	93.373,39	31.947,65	32.307,30	9.431,12	12.202,80
Consultoria técnica	680.818,50	51.424,29	235.654,00		
Controle de pragas	340.600,56	77.252,64	36.415,44	51.302,64	55.000,00
Curso	421.839,41	188.102,00	307.122,10	146.555,50	
Desenvolvimento e execução de Projetos de Pesquisa	-	177.480,00	141.525,00		
Elaboração de Projetos	298.140,43	1.244.120,21	512.393,34		
Emergências médicas	11.748,00	11.748,00	33.960,00	6.328,37	5.800,00
Eventos	214.097,00	161.297,95	133.495,25	164.126,80	44.601,50
Gerenciamento de frota	1.341.189,69	1.419.026,15	741.600,00	642.831,35	
Higienização de processos	-	600.000,00	620.000,00	280.020,67	
Locação de equipamentos	51.152,80	72.500,00	437.742,95	1.287.821,10	
Locação de veículo	25.560,00	11.448,00	17.589,00		
Locação de mão-de-obra	28.352.275,33	30.249.629,40	27.392.619,36	25.606.107,85	18.811.366,21
Monitoramento eletrônico	366.877,08	18.160,94	402.685,78	45.122,25	37.793,52
Mudança de magistrados	266.107,50	552.968,69	226.513,04	120.155,88	325.000,00
Passagens Aéreas	696.878,60	696.878,00	632.395,39	586.003,58	425.000,00
Prestação de Serviços Bancários	556.000,00	2.061.000,00	2.000.000,00	158.783,63	
Produção e veiculação de programas de televisão	123.800,00	146.200,00	649.960,00	342.599,20	730.000,00

Publicações	126.240,00	82.800,00	72.000,00	54.269,64	55.062,00
Serviços de gravação de som e fimagem	300.000,00	98.500,00	166.275,00	149.265,90	
Serviços de informática	4.605.821,05	6.742.068,00	4.520.052,49	3.049.936,90	
Serviços de microfilmagem	180.000,00	800.000,00	600.000,00	178.473,61	
Serviços de plotagem	15.000,00	15.000,00	8.000,00	6.300,00	4.650,00
Serviços de reprodução fotostática	20.013,00	97.470,00	3.000,00	2.340,00	2.400,00
Serviços gráficos	-	880.000,00		532.369,84	
Serviços postais	10.455.869,00	11.005.869,00	9.985.336,15	7.177.277,66	9.043.900,00
Transporte de mercadorias	840.000,00	840.000,00	755.145,97	195.046,91	552.690,00
Vigilância	23.766.199,67	11.751.290,84	5.796.745,77	4.501.604,34	4.276.888,20





4.3 Aquisições (materiais permanentes)

Dados Financeiros	2013	2012	2011	2010	2009
Equipamentos	1.792.957,30	4.018.550	4.932.728,00	3.558.003,96	4.547.912,39
Veículos	447.000,00	219.800,00	5.878.000,00	192.000,00	572.000,00

4.4 Aquisições (materiais de consumo)

Dados Financeiros	2013	2012	2011	2010	2009
Gêneros alimentícios	594.578,73	291.786,75	435.489,36	71.319,02	1.166.710,64
Materiais de consumo	830.566,20	1.361.612,00	549.153,96	427.635,02	780.692,96

4.5 Telefonia

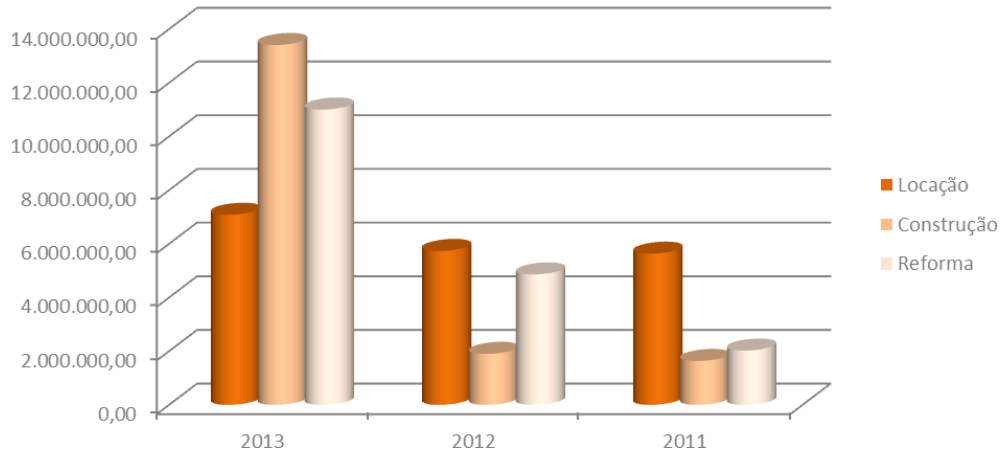
Dados Financeiros	2013	2012	2011	2010	2009
Telefonia fixa	1.150.099,14	1.794.731,44	1.318.756,25		
Telefonia móvel	1.183.086,00	1.648.700,00	1.430.690,56		
TOTAL	2.333.185,14	3.443.431,44	2.749.446,81	1.318.756,25	3.201.065,92

4.6 Manutenção

Dados Financeiros	2013	2012	2011	2010	2009
Em climatização	395.017,69	383.865,00	322.716,52	5.988,30	647.219,84
Calefação	29.802,00	35.402,00	32.527,51		
Elevadores/Plataformas elevatórias	300.634,49	335.862,54	291.482,22	338.288,90	396.943,87
Em equipamentos	8.168,00	4.608,00	418.694,84	181.676,21	153.797,58
Sistema de informática	3.271.968,00	3.919.432,00	9.445.967,08	317.267,03	
Elétrica	817.262,05	1.577.929,17	214.281,60		
Predial	5.663.571,57	55.000,00	197.625,25	126.705,42	999.000,00

4.7 Imóveis

Dados Financeiros	2013	2012	2011	2010	2009
Locação	7.082.872,38	5.734.642,74	5.633.566,55	1.877.892,91	2.161.514,41
Construção	13.407.192,50	1.900.399,08	1.635.922,49	5.230.071,88	9.096.914,24
Reforma	11.004.520,25	4.859.720,71	2.023.497,81	2.166.896,56	4.552.699,64
Aquisição	19.498.000,00	-	-	-	-



5. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

5.1 Requisições

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Requisições de materiais processadas	21.224	19.264	20326	16.439	15.880
Requisições de compra	169	150	237	168	212

5.2 Inclusões no Estoque

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009

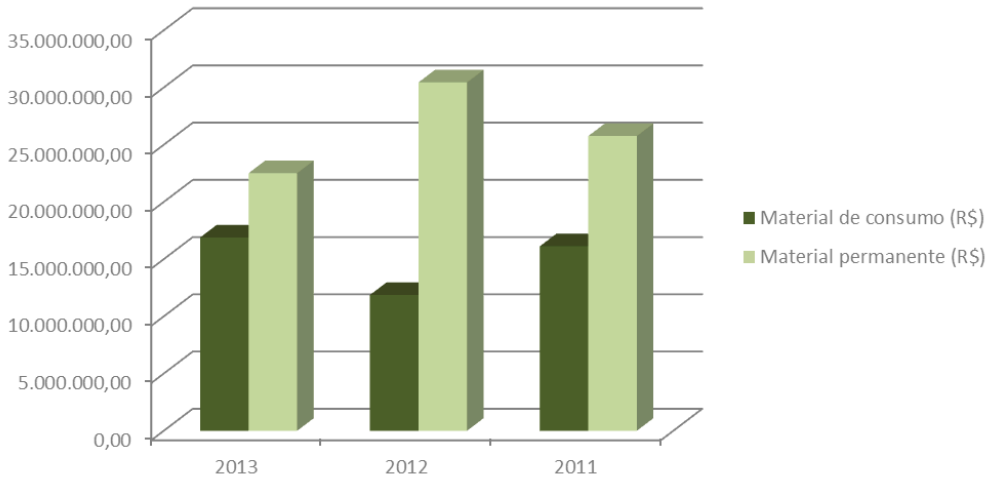
Por compra	5.085	5.768	5.195	4.528	3.956
Formulário - gráfica	396	424	390	341	458
Itens de materiais movimentados	103.050	103.630	106.038	96.639	97.981

5.3 Volume Transportado

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Volumes transportados para Comarcas	54.538	45.708	53.364	46.296	42.376
Númeo de remessas para Comarcas	3.036	3.253	3.396	2.935	2.645
Peso dos materiais transportados (Kg)	792.608	732.993	787.519	717.284	694.999
Dados Financeiros					
Valor das mercadorias transportadas (R$)	13.267.490,66	11.959.003,17	17.250.142,50	11.387.485,28	10.042.189

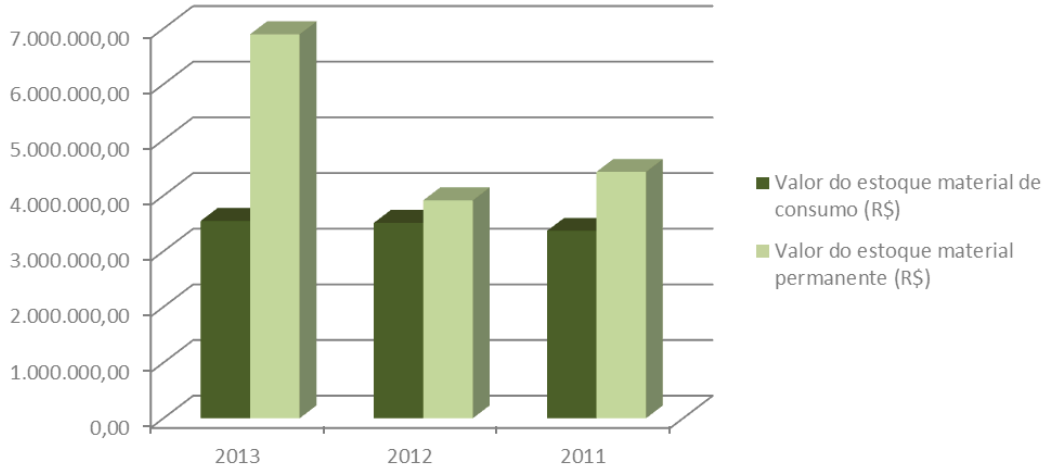
5.4 Valor dos Materiais Movimentados

Dados Financeiros	2013	2012	2011	2010	2009
Material de consumo (R$)	16.897.171,99	11.871.428,52	16.124.028,53	13.642.216,55	
Material permanente (R$)	22.520.437,46	30.448.187,16	25.759.742,14	14.415.715,83	



5.5 Valor dos Materiais Estocados

Dados Financeiros	2013	2012	2011	2010	2009
Valor do estoque material consumo (R$)	3.544.517,53	3.510.218,09	3.365.502,79	2.851.182,31	2.412.162,87
Valor do estoque material permanente (R$)	6.897.896,60	3.915.306,97	4.426.312,11	2.963.929,03	4.611.886,10



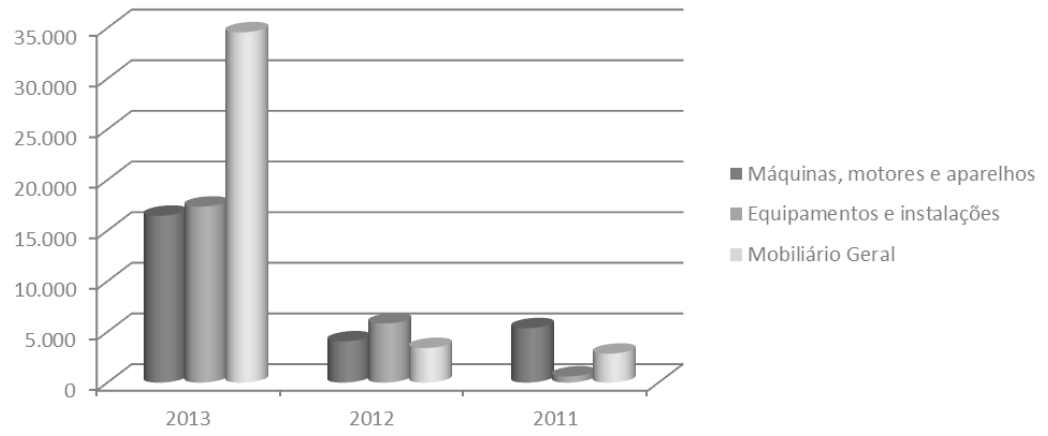
6. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

6.1 Incorporações de bens móveis

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Veículos	45	34	114	5	10
Máquinas, motores e aparelhos	4.327	3.817	7.355	8.736	5.871
Materiais bibliográficos	15.849	16.606	26.992	30.034	22.015
Equipamentos e instalações	9.094	6.325	7.938	30	19
Mobiliários	7.073	5.908	9.534	5.382	6.540
TOTAL	**36.388**	**32.690**	**51.933**	**44.187**	**34.455**

6.2 Bens móveis transferidos

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Máquinas, motores e aparelhos	16.466	4.071	5.375	9.968	7.717
Equipamentos e instalações	17.374	5.833	602	129	470
Mobiliário Geral	34.577	3.411	2.852	2.184	5.538
TOTAL	**68.417**	**13.315**	**8.829**	**12.281**	**13.725**



6.3 Bens móveis consertados

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009

Equipamentos diversos e mobiliário em geal	153	321	691	619	342

6.4 Bens móveis baixados

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Veículos	45	34	114	5	10
Máquinas, motores e aparelhos	41	3	0	3	7
Materias bibliográficos	2.351	1.412	3.427	3.912	2.177
Equipamentos diversos	4.756	5.777	6.138	6.898	5.061
Utensílios	1.799	992	2.031	9	6
Mobiliário Geral	0	36	802	802	2.732



6.5 Alienação de bens

Dados Estatísticos	2013	2012	2011	2010	2009
Processos de baixa e doação	177	129	139	102	144
Processos de inutilização	47	1	1	7	0
Transferidos a outros órgãos	18	18	30	8	17
Entidades atendidas	**148**	**137**	**120**	**95**	**148**



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

O orçamento do Poder Judiciário é organizado por meio de duas Unidades Orçamentárias:

1 - Tribunal de Justiça, composta pelos recursos oriundos do Tesouro do Estado e pela remuneração dos Depósitos Judiciais – SIDEJUD, além dos recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz transferidos ao Poder Judiciário por meio da Lei Complementar nº 127, de 12 de agosto de 1994.

2 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, composta pela arrecadação de custas judiciais e extrajudiciais, taxa judiciária, selo de fiscalização, SAT e indenizações e restituições.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado (9,31% da Receita Líquida Disponível, definido como duodécimo, e as receitas arrecadadas pelo Fundo Social e SEITEC, também no mesmo percentual) são aplicados nas despesas com pessoal ativo, encargos assistenciais dos inativos, manutenção e investimentos.

Os recursos provenientes do SIDEJUD são aplicados na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

No tocante às verbas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz transferidos ao Poder Judiciário por meio da Lei Complementar nº 127/94, cumpre observar que, por não fazerem parte do duodécimo, convém expurgá-los quando se tratar de execução orçamentária. O mesmo tratamento será dado à descentralização orçamentária e financeira oriunda do IPREV.

Os recursos afetos à Unidade Orçamentária do Fundo de Reaparelhamento da Justiça poderão ser utilizados com construções, reformas, ampliações de prédios, manutenção predial, informatização, estagiários, equipamentos e materiais permanentes diversos, além de suportar as demais despesas de custeio da máquina administrativa de todas as unidades jurisdicionais (exceto despesas com pessoal).

Dentro desse contexto, as receitas estimadas que fundamentaram a dotação orçamentária inicial do Poder Judiciário para o exercício de 2013, considerando as três fontes de recursos e observados os expurgos necessários, totalizaram R$ 1.246.128.766,00, a saber:

- Recursos oriundos do Tesouro do Estado: R$ 997.628.766,00;

- SIDEJUD: R$ 54.000.000,00;

- FRJ: R$ 194.500.000,00.

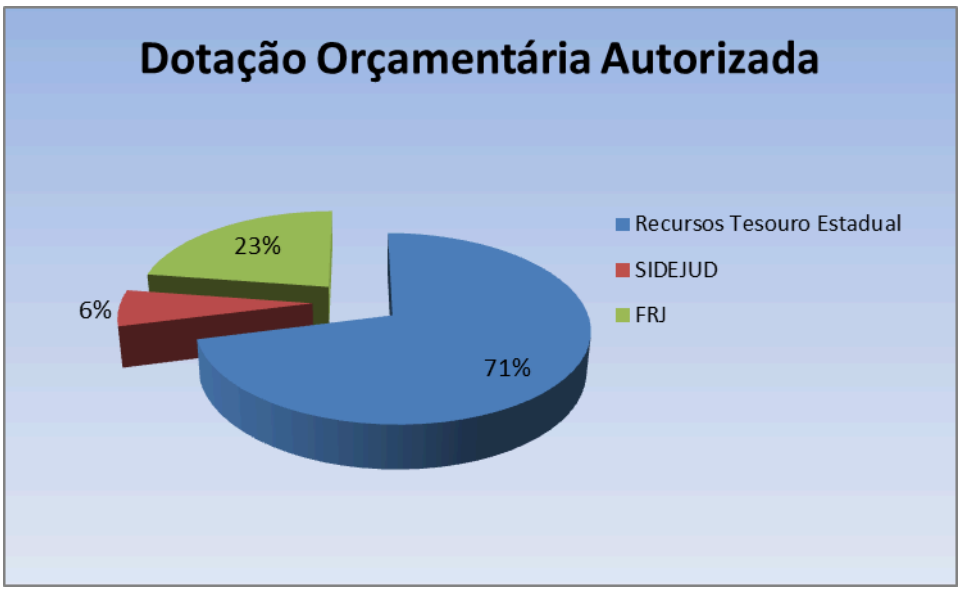
O balanço orçamentário discrimina as receitas arrecadadas e as despesas efetuadas no período. Na contabilidade pública não existe a figura do lucro ou prejuízo, mas sim do superávit e do déficit.

O resultado superavitário da execução orçamentária provém tanto do excesso de arrecadação (receitas arrecadadas superiores às estimadas), quanto da economia orçamentária (despesas realizadas menores que as fixadas). Já o déficit provém exatamente do contrário: arrecadação menor que a prevista. Não se considera como formador do déficit a execução de despesa a maior que a fixada porque a Lei nº 4.320/64 não permite a despesa orçamentária ser realizada em valor superior a da despesa fixada.

Nesse sentido, vale ressaltar a arrecadação a maior em R$ 42.220.556,77 do que aquela previamente estimada, uma vez que as três fontes de recursos totalizaram R$ 1.288.349.322,77.

Após a abertura de créditos adicionais suportados pelo superávit financeiro acumulado em exercícios anteriores, no valor de R$ 233.280.458,26, a dotação orçamentária autorizada ao final do período perfez o montante de R$ 1.479.409.224,26.

Por sua vez, as despesas orçamentárias empenhadas no período importaram em R$ 1.313.735.591,56.



O índice de execução orçamentária, cujo conceito firma-se na comparação entre a dotação orçamentária autorizada e as despesas empenhadas no período, deduzindo da primeira o valor do contigenciamento de R$ 16.009.494,52, em 2013, atingiu 90%.



O superávit financeiro representa o resultado positivo entre o ativo e o passivo financeiro. Esse valor é transferido para o exercício seguinte com a finalidade de compor o próximo orçamento, sendo operacionalizado por meio de abertura de créditos adicionais.

Em 31/12/2013, o Poder Judiciário apresentou como ativo financeiro o valor de R$ 3.586.505.532,64. Nesse valor incluem-se as disponibilidades do Tribunal e do FRJ, os depósitos judiciais e as consignações (Vale ressaltar que, conforme mencionado anteriormente, não foram contemplados os valores referentes a precatórios). O passivo financeiro, o qual é composto de restos a pagar e outras obrigações, representou R$ 3.360.525.496,06.

Portanto, o superávit financeiro apurado no exercício financeiro de 2013 foi de **R$ 225.980.036,58**.

Para melhor visualização, as informações supracitadas serão segregadas por fonte de recurso, abaixo especificadas:

REPASSES DO TESOURO ESTADUAL

A Receita Líquida Disponível auferida pelo Estado no exercício de 2013 totalizou R$ 10.723.347.592,37, superior àquela apurada em 2012 de R$ 9.729.409.044,37, o que revelou uma variação percentual de 10,2%. Por sua vez, o excesso de arrecadação da RLD foi de R$ 33.347.592,37, indicando 0,31% acima da receita inicialmente estimada.

Quanto à execução orçamentária do Poder Judiciário, a dotação inicial para essa fonte de recurso, lembrando que o percentual legal de repasse é 9,31% da RLD/ Fundosocial e SEITEC, foi estimada em R$ 997.628.766,00, já considerados os expurgos anteriormente mencionados. Em contrapartida, a arrecadação foi de R$ 1.050.648.615,28, maior do que o previsto em R$ 53.019.849,28.

Durante o período, ocorreu abertura de créditos adicionais na ordem de R$ 53.172.151,63 suportados pelo superávit financeiro acumulado em exercícios anteriores e pelo excesso de arrecadação fazendo com que o valor da dotação orçamentária autorizada atingisse R$ 1.050.800.917,63.

As despesas orçamentárias empenhadas importaram em R$ 1.031.278.117,57, sendo R$ 1.025.977.071,54 relativas a despesas com Pessoal Ativo e Encargos Assistenciais dos Inativos e R$ 5.301.046,03 à manutenção e investimento.

O índice de execução orçamentária nessa rubrica representou 98%.

Importante destacar que em 2013 o percentual de participação do Poder Judiciário sobre a Receita Líquida Disponível Estadual passou de 9,063% para 9,31% tendo em vista a revogação do redutor de 2,65% estabelecido inicialmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso foi de R$ 40.728.059,78. Nesse valor incluem-se as disponibilidades do Tribunal, as consignações e rendimentos de aplicações. O passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 7.789.534,29, portanto, o superávit auferido importou em R$ 32.938.525,49.

SIDEJUD

Inicialmente, estimou-se para essa fonte de recurso R$ 54.000.000,00. No entanto a arrecadação foi de R$ 53.386.672,39.

No exercício financeiro ocorreu a abertura de créditos adicionais no valor de R$ 39.794.400,47, sendo utilizado, para tanto, o superávit financeiro acumulado de exercícios anteriores. As despesas orçamentárias empenhadas somaram R$ 56.789.665,98, sendo R$ 11.256.902,41 em capacitação e aperfeiçoamento dos servidores, R$ 23.293.811,62 em informática, R$ 9.959.792,31 em manutenção e R$ 190.399,64 na construção da casa da cidadania de Canelinha.

Considerando a dotação orçamentária autorizada de R$ 93.794.400,47, e não havendo contingenciamento nessa rubrica, revelou-se um índice de execução orçamentária de 61%.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso, ao final do exercício, foi de R$ 3.388.229.025,52. Nesse valor incluem-se o spread do Fundo de Investimento do Judiciário e os depósitos judiciais. Por sua vez, o passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 3.306.498.551,79. Apurou-se, pois, o superávit financeiro de R$ 81.730.473,73.

CERTIFICADO DIGITAL

No ano de 2013, a implantação do sistema assinador de alvarás judiciais teve grande avanço. Ao final do ano, apenas 10 unidades não utilizavam o referido aplicativo. O percentual de alvarás assinados digitalmente apontou para 85%. Essa estatística não foi melhor pelo fato de muitos certificados digitais de chefes de cartório terem expirado e de o procedimento para sua renovação demandar considerável tempo.

O aplicativo deu celeridade aos procedimentos de levantamento de valores depositados judicialmente e aumentou a segurança dessa operação. Facilitou a comunicação entre as Comarcas e a Diretoria de Orçamento e Finanças ao simplificar as etapas operacionais até a transferência financeira aos beneficiários.

A Divisão de Gestão de Depósitos Judiciais, em 2013, processou 125.267 alvarás judiciais (média de 515/dia útil), totalizando R$ 1.458.366.004,83 em levantamentos de depósitos judiciais. Abaixo, segue evolução dos alvarás processados:

	ALVARÁ	VALOR
2002	16.284	R$ 93.179.626,87
2003	17.688	R$ 120.492.864,34
2004	20.722	R$ 200.695.421,53
2005	23.281	R$ 201.781.184,36
2006	30.614	R$ 319.698.396,74
2007	40.926	R$ 418.164.626,32
2008	56.949	R$ 538.655.430,50
2009	62.213	R$ 562.519.595,47
2010	81.345	R$ 809.490.383,64
2011	96.035	R$ 1.003.070.981,44
2012	133.218	R$ 1.066.826.090,68
2013	125.267	R$ 1.458.366.004,83

Observa-se que ocorreu redução no número de alvarás processados, se comparado ao ano de 2012. Este fato ocorreu porque no ano passado as unidades judiciais cumpriram a orientação do ofício-circular CGJ n.º 288/2011, que tratava dos depósitos judiciais vinculados a processos findos.

Emissão de guia de depósito na web

Importante destacar que em abril foi disponibilizado na página eletrônica deste Tribunal funcionalidade que permite a emissão de guia para depósito no Sidejud pelo próprio interessado. Atualmente mais da metade das guias são emitidas por este canal:

MÊS	WEB	COMARCAS	% DE GUIAS EMITIDAS NA WEB
Março/2013	15	17.179	0%
Abril/2013	2.945	19.035	13%
Maio/2013	8.513	12.815	40%
Junho/2013	9.834	11.271	47%
Julho/2013	10.886	12.072	47%
Agosto/2013	11.118	11.255	50%
Setembro/2013	9.709	10.732	47%
Outubro/2013	11.686	11.777	50%
Novembro/2013	9.747	10.808	47%
Dezembro/2013	8.787	8.132	52%

Desde a disponibilização do aplicativo, 83 mil guias foram emitidas via web. Desta forma, além de trazer maior comodidade aos jurisdicionados, reduziu consideravelmente o trabalho nas Comarcas.

FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

A dotação orçamentária inicial para essa fonte de recurso foi estimada em R$ 194.500.000,00. A arrecadação apurada foi de R$ 184.314.035,10.

Suplementou-se o orçamento na ordem de R$ 140.313.906,16 haja vista a utilização do superávit financeiro acumulado em exercícios anteriores.

As despesas orçamentárias empenhadas importaram em R$ 225.667.808,01, sendo direcionadas da seguinte maneira: R$ 952.215,16 em ampliações de Fórum; R$ 7.409.240,00 em aquisições; R$ 7.342.940,18 em construções; R$ 21.291.406,77 na coordenação do selo de fiscalização; R$ 175.450.879,91 em manutenção; e R$ 13.221.125,99 em reformas.

Observada a dotação orçamentária autorizada de R$ 319.552.235,89 (já deduzido o valor do contingenciamento de R$ 15.261.670,27) e considerando as despesas empenhadas supracitadas, demonstra-se um índice de execução orçamentária de 71%.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso foi de R$ 157.553.833,52. Nesse valor incluem-se as receitas decorrentes das Custas Judiciais e Extrajudiciais, do Selo de Fiscalização, SAT e da Taxa Judiciária, Receitas diversas, bem como de seus respectivos rendimentos. Já o passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 46.237.409,98. Nesses termos, o superávit financeiro totalizou R$ 111.316.423,54.

RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas gerais de finanças públicas, voltadas para o controle da despesa, do resultado fiscal e do endividamento. As despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção dos gestores públicos em razão de serem as mais representativas.

DESPESAS COM PESSOAL

A mencionada Lei trouxe dispositivos para limitar as despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida - RCL, estabelecendo 6% como limite legal, 5,7% como limite prudencial e 5,4% como limite de alerta.

No relatório apurado referente ao período de janeiro/2013 a dezembro/2013, a despesa líquida com pessoal do Poder Judiciário importou em R$ 825.529.549,25, equivalente a 5,19% da RCL, portanto dentro dos limites legal e prudencial, conforme demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.087.854.492,45**	**6.006.500,00**
Pessoal Ativo	927.704.040,68	6.006.500,00
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	94.359.379,36	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	833.344.661,32	6.006.500,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	160.150.451,77	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	160.150.451,77	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	**262.324.943,20**	**6.006.500,00**
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.238.887,23	6.000.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial	94.359.379,36	-
Despesas de Exercícios Anteriores	13.628.155,59	6.500,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	146.098.521,02	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**825.529.549,25**	**-**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	**825.529.549,25**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.892.968.191,89
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,19%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	953.578.091,51
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	905.899.186,94
LIMITE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	858.220.282,36

FONTE: SIGEF-Comparativo da despesa autorizada, empenhada, liquidada e paga e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL

Nota: 1 - Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos) não foram consideradas, pois não se trata de servidores contratados pelo Estado, mas tão somente agentes colaboradores por meio de delegação do Poder Público.

Nota: 3 - Os repasses oriundos do acordo firmado entre os Poderes Executivo e Judiciário na ação ordinária n. 023.05.016888-9, em que há compensação de recursos vinculados (receitas do IPREV), estão inseridos nas despesas não computadas, linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

LIMITAÇÕES DE EMPENHO E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (CONTIGENCIAMENTO)

A cada bimestre o gestor deve verificar se as receitas arrecadadas nas fontes de recursos estão de acordo com as estimativas. Caso ocorra arrecadação inferior, proceder-se-á à “limitação de empenho”, o que significa que parte do orçamento será contingenciado, de forma retomar o equilíbrio orçamentário.

No exercício financeiro de 2013, foi necessário contingenciar o montante de R$ 16.009.494,52, discriminados conforme segue:

1 – Repasses do Tesouro Estadual (Duodécimo): R$ 747.824,25;

2 – Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ: R$ 15.261.670,27.

RESTOS A PAGAR

São considerados restos a pagar as despesas empenhadas que não foram pagas até o fim do exercício financeiro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Contudo, para proceder à inscrição dessas despesas, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina a existência de disponibilidade de caixa.

Em 2013, a inscrição de restos a pagar, nas três fontes de recursos, representou R$ 49.183.449,55, sendo que a disponibilidade de caixa totalizou R$ 287.321.451,70.

ANEXO I - Execução Orçamentária 2013

FONTE	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA/AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÕES	DOTAÇÃO AUTORIZADA (1)	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
TJ	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais	6.833.350,00	(1.130.000,00)	5.703.350,00	5.301.046,03	93%	4.729.294,85	83%	4.729.294,85	83%
TJ	Administração de Pessoal e Encargos	981.260.416,00	53.194.651,63	1.034.455.067,63	1.015.426.136,37	98%	1.009.418.807,61	98%	1.009.418.807,61	98%
TJ	Encargos extrajudiciais com inativos	700.000,00	-	700.000,00	593.396,79	85%	593.396,79	85%	593.396,79	85%
TJ	Encargos com Inativos	9.535.000,00	1.107.500,00	10.642.500,00	10.550.935,17	99%	10.550.935,17	99%	10.550.935,17	99%
TJ	Encargos com Precatórios e Sentenças	100.000.000,00	6.780.494,92	106.780.494,92	102.957.721,16	96%	102.957.721,16	96%	102.957.721,16	96%
TJ	Encargos com Inativos - TJ	-	109.393.863,49	109.393.863,49	109.393.863,49	100%	109.393.863,49	100%	109.393.863,49	100%
TJ	Encargos com Extrajudiciais - TJ	-	32.040.737,47	32.040.737,47	32.040.737,47	100%	32.040.737,47	100%	32.040.737,47	100%
Subtotal		**1.098.328.766,00**	**201.387.247,51**	**1.299.716.013,51**	**1.276.263.836,48**	**98%**	**1.269.684.756,54**	**98%**	**1.269.684.756,54**	**98%**
SIDEJUD	Capacitação e Aperfeiçoamento - SDJSC	18.479.786,00	2.260.000,00	20.739.786,00	11.256.902,41	54%	10.686.533,47	52%	10.686.533,47	52%
SIDEJUD	Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática - SIDEJUD	22.515.553,00	15.997.000,47	38.512.553,47	23.293.811,62	60%	16.427.578,98	43%	16.427.578,98	43%
SIDEJUD	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - SIDEJUD	11.304.335,00	9.448.640,00	20.752.975,00	9.959.792,31	48%	9.231.299,70	44%	9.231.299,70	44%
SIDEJUD	Aquisição de terreno para a Academia Judicial - SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
SIDEJUD	Construção da Casa da Cidadania de Canelinha - SIDEJUD	1.260.326,00	-	1.260.326,00	190.399,64	15%	50.522,30	4%	50.522,30	4%
SIDEJUD	Construção do Prédio da Academia Judicial - SIDEJUD	400.000,00	-	400.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
SIDEJUD	Construção da Casa da Cidadania de Lontras - SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
SIDEJUD	Construção da Casa da Cidadania de Água Doce - SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
SIDEJUD	Construção da Casa da Cidadania de Pouso Redondo - SIDEJUD	10.000,00	-	10.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
SIDEJUD	Aquisição de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do PJSC - TJ	-	12.088.760,00	12.088.760,00	12.088.760,00	100%	12.088.760,00	100%	12.088.760,00	100%
Subtotal		**54.000.000,00**	**39.794.400,47**	**93.794.400,47**	**56.789.665,98**	**61%**	**48.484.694,45**	**52%**	**48.484.694,45**	**52%**
SELO	Coordenação do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais	40.500.000,00	-	40.500.000,00	21.291.406,77	53%	20.220.452,99	50%	20.220.452,99	50%
FRJ	Reforma do Fórum de Blumenau	3.214.867,00	(3.160.000,00)	54.867,00	6.800,00	12%	6.800,00	12%	6.800,00	12%
FRJ	Construção do Fórum de Navegantes	1.890.886,00	(1.200.000,00)	690.886,00	88.460,27	13%	88.460,27	13%	88.460,27	13%
FRJ	Construção do Fórum de Forquilhinha	804.445,00	473.000,00	1.277.445,00	998.170,87	78%	998.170,87	78%	998.170,87	78%
FRJ	Construção do Fórum de Ascurra	4.278.408,00	(1.450.000,00)	2.828.408,00	2.087.559,30	74%	1.348.551,36	48%	1.348.551,36	48%
FRJ	Reforma do Fórum de Brusque	1.898.787,00	(200.000,00)	1.698.787,00	881.645,87	52%	680.439,35	40%	680.439,35	40%
FRJ	Reforma do prédio do Palácio da Justiça	3.411.054,00	1.809.690,08	5.220.744,08	1.707.967,46	33%	1.141.063,64	22%	1.141.063,64	22%
FRJ	Ampliação e Reforma do Fórum de Caçador	150.000,00	-	150.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma do Fórum de Pomerode	425.248,00	310.000,00	735.248,00	1.400,00	0%	1.400,00	0%	1.400,00	0%
FRJ	Reforma do Fórum de Balneário Camboriú	2.536.925,00	(2.284.240,00)	252.685,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma do Fórum de Gaspar	323.870,00	-	323.870,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Construção do Fórum de Armazém	4.361.737,00	(100.000,00)	4.261.737,00	2.225.106,31	52%	1.920.779,45	45%	1.920.779,45	45%
FRJ	Construção do Fórum de Canoinhas	-	160.000,00	160.000,00	14.700,00	9%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma do Fórum de Correia Pinto	1.053.180,00	323.900,25	1.377.080,25	1.286.682,17	93%	955.691,25	69%	955.691,25	69%
FRJ	Reforma do Fórum de Descanso	1.617.500,00	-	1.617.500,00	597.491,16	37%	391.145,25	24%	391.145,25	24%
FRJ	Reforma do Fórum de Itajaí	58.063,00	-	58.063,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Construção do Fórum de Rio do Sul	873.000,00	20.000,00	893.000,00	295.928,34	33%	270.910,34	30%	270.910,34	30%
FRJ	Construção do Fórum de Turvo	1.682.166,00	850.787,66	2.532.953,66	1.633.015,09	64%	1.633.015,09	64%	1.633.015,09	64%
FRJ	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - FRJ	58.657.987,00	120.927.828,07	179.585.815,07	141.370.332,18	79%	125.680.866,70	70%	125.680.866,70	70%
FRJ	Reforma dos prédios do Fórum de Joinville	154.869,00	-	154.869,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma do Fórum de Campo Erê	50.000,00	-	50.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma do Fórum de Chapecó	1.934.072,00	1.261.215,36	3.195.287,36	2.643.420,09	83%	2.277.933,55	71%	2.277.933,55	71%

FRJ	Construção do Fórum de São João Batista	200.000,00	-	200.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma do Fórum de Timbó	205.796,00	200.000,00	405.796,00	165.871,73	41%	165.871,73	41%	165.871,73	41%
FRJ	Reforma do Fórum de Jaraguá do Sul	382.645,00	502.552,94	885.197,94	726.545,15	82%	726.545,15	82%	726.545,15	82%
FRJ	Reforma do Fórum Regional do Estreito	116.423,00	-	116.423,00	4.228,00	4%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma dos Fóruns da Capital	1.187.253,00	1.300.000,00	2.487.253,00	317.542,72	13%	317.542,72	13%	317.542,72	13%
FRJ	Aquisição de terreno para a construção do Fórum de Ipumirim	89.200,00	-	89.200,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma do Fórum de Lauro Müller	211.963,00	-	211.963,00	188.693,81	89%	124.933,18	59%	124.933,18	59%
FRJ	Manutenção, serviços e equipamentos de informática - FRJ	29.156.519,00	13.300.000,00	42.456.519,00	26.941.860,05	63%	15.615.256,27	37%	15.615.256,27	37%
FRJ	Reforma do Fórum de Cunhã Porã	500.000,00	(310.000,00)	190.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Construção do Fórum de Herval do Oeste	200.000,00	-	200.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Construção do Protocolo Expresso do Fórum de São José	299.600,00	-	299.600,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Construção do Protocolo Expresso do Fórum de Joinville	299.600,00	-	299.600,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma do Fórum de Tubarão	955.449,00	-	955.449,00	13.950,00	1%	13.950,00	1%	13.950,00	1%
FRJ	Reforma do antigo prédio do Fórum de Chapecó	60.000,00	42.931,80	102.931,80	53.909,94	52%	53.909,94	52%	53.909,94	52%
FRJ	Ampliação do Fórum de Balneário Camboriú	2.699.762,00	(1.100.000,00)	1.599.762,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Ampliação do Fórum de Lauro Müller	150.000,00	-	150.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Ampliação do Fórum de Gaspar	4.425.811,00	(1.443.000,00)	2.982.811,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Ampliação do Fórum de Pomerode	601.395,00	390.000,00	991.395,00	414.319,39	42%	68.377,20	7%	68.377,20	7%
FRJ	Ampliação do Fórum de Correia Pinto	449.978,00	-	449.978,00	436.377,42	97%	402.876,15	90%	402.876,15	90%
FRJ	Ampliação do Fórum de Caçador	350.000,00	-	350.000,00	14.287,05	4%	-	0%	-	0%
FRJ	Ampliação do Fórum de Descanso	330.791,00	-	330.791,00	87.231,30	26%	45.231,30	14%	45.231,30	14%
FRJ	Ampliação do Fórum de Campo Erê	50.000,00	-	50.000,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma dos Fóruns de São José	1.117.258,00	-	1.117.258,00	503.902,86	45%	503.902,86	45%	503.902,86	45%
FRJ	Reforma do Arquivo Central	817.121,00	-	817.121,00	192.079,24	24%	107.346,81	13%	107.346,81	13%
FRJ	Reforma do Fórum de Xanxerê	280.793,00	-	280.793,00	14.990,00	5%	10.745,00	4%	10.745,00	4%
FRJ	Reforma do Fórum de Itaiópolis	1.090.658,00	-	1.090.658,00	518.387,10	48%	339.175,51	31%	339.175,51	31%
FRJ	Reforma do Fórum de Lages	1.070.052,00	-	1.070.052,00	877.755,43	82%	620.374,56	58%	620.374,56	58%
FRJ	Reforma do Fórum de São Miguel do Oeste	597.848,00	290.000,00	887.848,00	706.698,02	80%	578.674,72	65%	578.674,72	65%
FRJ	Reforma do Fórum de São Bento do Sul	514.119,00	-	514.119,00	19.140,00	4%	12.240,00	2%	12.240,00	2%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de Araranguá	120.681,00	-	120.681,00	25.495,00	21%	14.675,00	12%	14.675,00	12%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de Barra Velha	803.250,00	105.000,00	908.250,00	737.178,62	81%	461.350,38	51%	461.350,38	51%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum Fraiburgo	224.482,00	-	224.482,00	9.000,00	4%	7.800,00	3%	7.800,00	3%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum Imaruí	119.882,00	-	119.882,00	27.400,00	23%	27.400,00	23%	27.400,00	23%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de Laguna	70.169,00	85.000,00	155.169,00	123.844,87	80%	123.844,87	80%	123.844,87	80%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de Mafra	461.059,00	-	461.059,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de Porto União	97.920,00	-	97.920,00	75.479,55	77%	38.863,91	40%	38.863,91	40%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de Quilombo	132.024,00	130.000,00	262.024,00	197.108,97	75%	173.174,66	66%	173.174,66	66%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de São José do Cedro	48.568,00	-	48.568,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de São Lourenço do Oeste	53.929,00	-	53.929,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de Seara	241.456,00	-	241.456,00	127.814,37	53%	127.814,37	53%	127.814,37	53%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de Videira	227.705,00	-	227.705,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma e ampliação do prédio da Gráfica do PJSC	172.056,00	-	172.056,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Reforma e ampliação do prédio do Almoxarifado Central do PJSC	587.634,00	50.000,00	637.634,00	468.703,86	74%	468.703,86	74%	468.703,86	74%
FRJ	Reforma Parcial do Fórum de Dionísio Cerqueira	515.962,00	-	515.962,00	-	0%	-	0%	-	0%
FRJ	Manutenção dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina	12.336.125,00	1.620.000,00	13.956.125,00	7.138.687,68	51%	5.192.909,67	37%	5.192.909,67	37%
FRJ	Aquisição de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do PJSC - FRJ	-	7.409.240,00	7.409.240,00	7.409.240,00	100%	7.409.240,00	100%	7.409.240,00	100%
SUBTOTAL		**194.500.000,00**	**140.313.906,16**	**334.813.906,16**	**225.667.808,01**	**67%**	**191.368.409,93**	**57%**	**191.368.409,93**	**57%**
TOTAL		**1.346.828.766,00**	**381.495.554,14**	**1.728.324.320,14**	**1.558.721.310,47**	**90%**	**1.509.537.860,92**	**87%**	**1.509.537.860,92**	**87%**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF
Nota 1: Não foi deduzido o contingenciamento.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo servidores efetivos e comissionados, inativos, juízes de paz, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

É responsável, também, pelo controle da movimentação na carreira dos servidores (remoção, disposição, lotação etc.), pelo registro de todos os incidentes ocorridos durante a vida funcional dos colaboradores do Poder Judiciário, e pela elaboração da folha de pagamento dos magistrados, servidores, inativos (incluídos os juízes de paz e extrajudiciais) e estagiários.

Controla, ainda, as avaliações de desempenho e de estágio probatório dos servidores, e os afastamentos legais, direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.

No presente relatório serão apresentadas informações mais detalhadas sobre os principais programas e atividades de responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos.

1. BENEFÍCIOS

1.1 BOLSA DE ESTUDOS

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura.

Por intermédio do programa, o Poder Judiciário custeia 70% (setenta por cento) do valor da mensalidade.

No ano de 2013 foram oferecidas **330** vagas para cursos de graduação e **70** vagas para o curso de preparação para ingresso na magistratura, promovido pela ESMESC, conforme segue:

BOLSA DE ESTUDOS		
GRADUAÇÃO	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Total de Bolsas disponíveis	**330**	**330**
Total de Bolsas renovadas	**140**	**161**
Total de Bolsas concedidas	**47**	**27**
Total de Bolsas remanescentes	**143**	**142**
ESMESC	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Total de Bolsas disponíveis	**70**	**70**
Total de Bolsas renovadas	**30**	**25**
Total de Bolsas concedidas	**17**	**15**
Total de Bolsas remanescentes	**23**	**30**

Foram, ainda, beneficiados com bolsas de estudo para cursos de pós-graduação na área jurídica 85 servidores, e 12 nas demais áreas. As bolsas de pós-graduação oferecidas aos magistrados, a partir da

Res. n. 18/12-TJ, passaram a ser administradas pela Academia Judicial. Esse ano foram registradas 16 novas concessões.

1.2 GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar 90/93, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

A tabela abaixo indica o quantitativo de servidores que recebem a gratificação de nível superior desde o ano de 2007, e a variação percentual de um ano em relação ao anterior:

ANO	QUANTIDADE DE SERVIDORES QUE RECEBEM A GRATIFICAÇÃO	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (%)
2007	1.975	-
2008	2.403	21,7%
2009	2.659	10,7%
2010	2.703	1,7%
2011	2.557	-5,4%
2012	2.868	12,2%
2013	3.129	9,1%

Esta gratificação é percebida por **46,19**% dos servidores efetivos do Poder Judiciário.

1.3 AUXÍLIO-CRECHE

O auxílio-creche, previsto na Resolução n. 09/01-GP, beneficia **879** servidores, conforme dados da folha de pagamento do mês de dezembro de **2013**. Neste ano, foram deferidos **240** pedidos.

1.4 VALE-TRANSPORTE

O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento. Em **2013**, foram contemplados com o benefício **35** servidores, em média, no decorrer do ano.

2. TJ-CONSIG

O sistema TJ-Consig, implantado em 28/07/2009, representou uma importante mudança nos procedimentos de consignações facultativas em folha de pagamento. Além de não ter custo nenhum ao Poder Judiciário, houve economia de material e de tempo de serviço, tendo em vista a informatização de um procedimento que até então era manual.

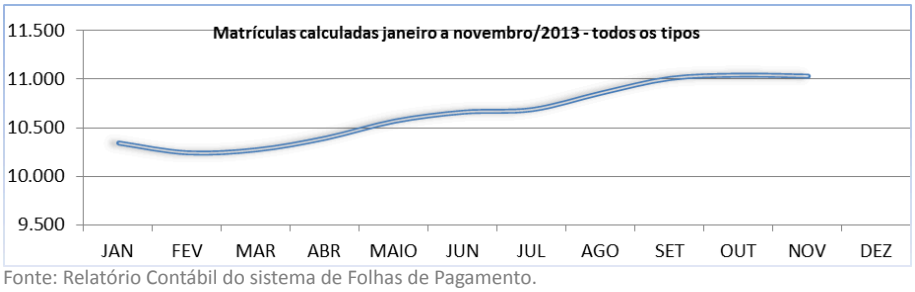
Na última folha processada, de dezembro de **2013**, foram implementadas aproximadamente **18.556** consignações, que significam R$ **5.672.117,88** em descontos facultativos.

3. FOLHA DE PAGAMENTO (MATRÍCULAS CALCULADAS)

Apresenta-se abaixo a relação de matrículas calculadas durante os meses do ano de 2013 de acordo com o vínculo possuído com o Tribunal de Justiça.

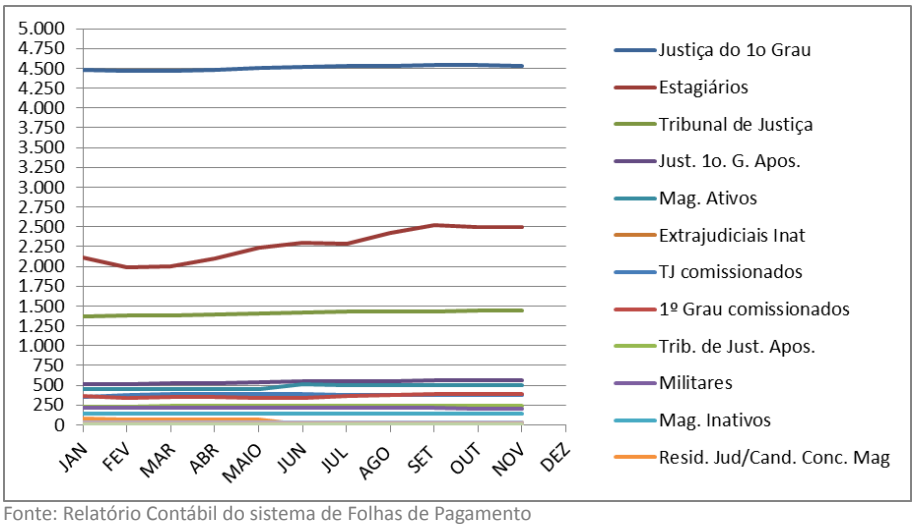
MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO – 2013													
TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Justiça do 1º Grau	4.477	4.468	4.473	4.482	4.506	4.520	4.529	4.536	4.541	4.541	4.532	-	49.605
Estagiários	2.108	1.995	2.001	2.106	2.239	2.301	2.287	2.423	2.517	2.495	2.503	-	24.975

Tribunal de Justiça	1.375	1.383	1.387	1.388	1.406	1.424	1.427	1.430	1.432	1.438	1.440	-	15.530
Just. 1º. G. Apos.	509	517	526	531	542	547	549	555	557	561	559	-	5.953
Mag. Ativos	450	450	451	450	450	508	507	506	505	503	503	-	5.283
Extrajudiciais Inativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TJ comissionados	354	383	388	392	390	387	383	383	378	377	372	-	4.187
1º Grau comissionados	367	342	349	348	346	344	361	373	385	392	390	-	3.997
Trib. de Just. Apos.	232	234	235	235	235	237	236	238	239	239	239	-	2.599
Militares	213	219	213	211	212	210	210	212	213	209	208	-	2.330
Mag. Inativos	138	137	137	136	136	136	136	139	140	142	142	-	1.519
Resid. Jud/Cand. Conc. Mag	75	71	71	72	67	9	24	26	26	24	24	-	489
A Disposição	32	32	31	31	27	26	27	27	26	26	26	-	311
1º Grau Ap. sem paridade	18	18	18	18	19	19	19	17	19	18	19	-	202
TJ Ap. sem paridade	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	-	22
TOTAL	**10.350**	**10.251**	**10.282**	**10.402**	**10.577**	**10.670**	**10.697**	**10.867**	**10.980**	**10.967**	**10.959**	**-**	**117.002**



Fonte: Relatório Contábil do sistema de Folhas de Pagamento.

MATRÍCULAS CALCULADAS POR CLASSE DE JANEIRO A NOVEMBRO DE 2013



Fonte: Relatório Contábil do sistema de Folhas de Pagamento

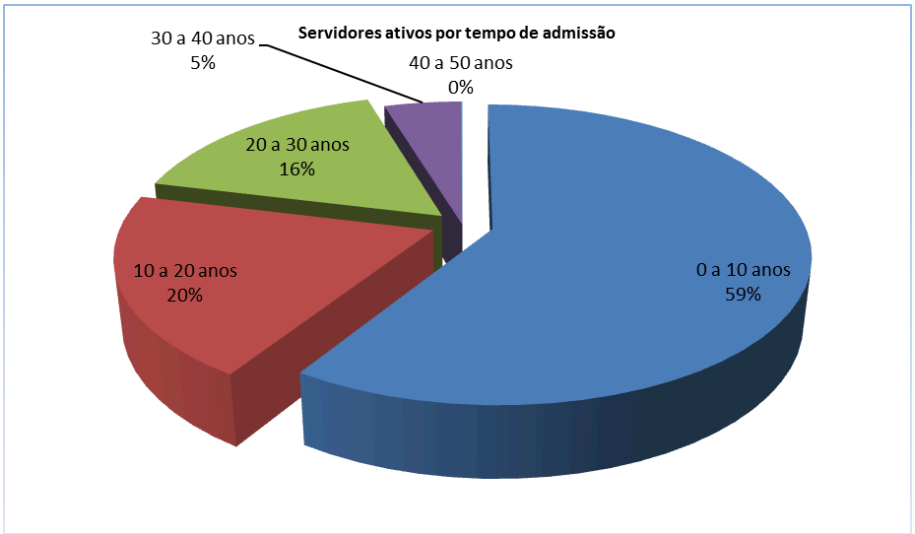
4. SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO

A seguir expõe-se a quantidade de servidores e magistrados em atividade, e o tempo que estes se encontram vinculados a este Poder.

SERVIDORES ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO		
Faixa em anos	Quantidade	Percentual
0 a 10 anos	4.001	59,06%
10 a 20 anos	1.339	19,77%
20 a 30 anos	1.115	16,46%
30 a 40 anos	313	4,62%
40 a 50 anos	6	0,09%

TOTAL	6.774

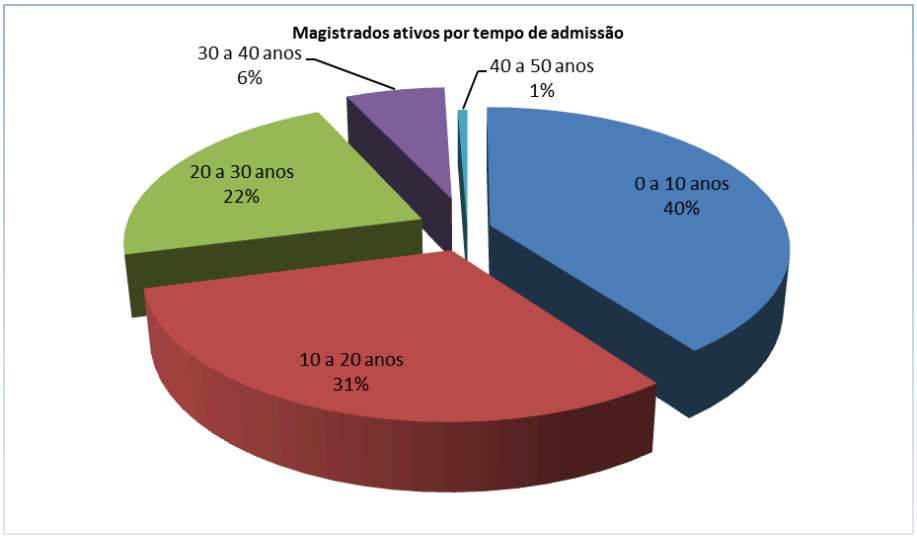
Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 10/12/2013



Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 10/12/2013

MAGISTRADOS ATIVOS POR TEMPO DE ADMISSÃO		
Faixa em anos	Quantidade	Percentual
0 a 10 anos	200	39,84%
10 a 20 anos	156	31,08%
20 a 30 anos	111	22,11%
30 a 40 anos	32	6,37%
40 a 50 anos	3	0,60%
TOTAL	**502**	

Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 10/12/2013



Fonte: SHF - relatório 74 da rotina RE/GE - dia 10/12/2013

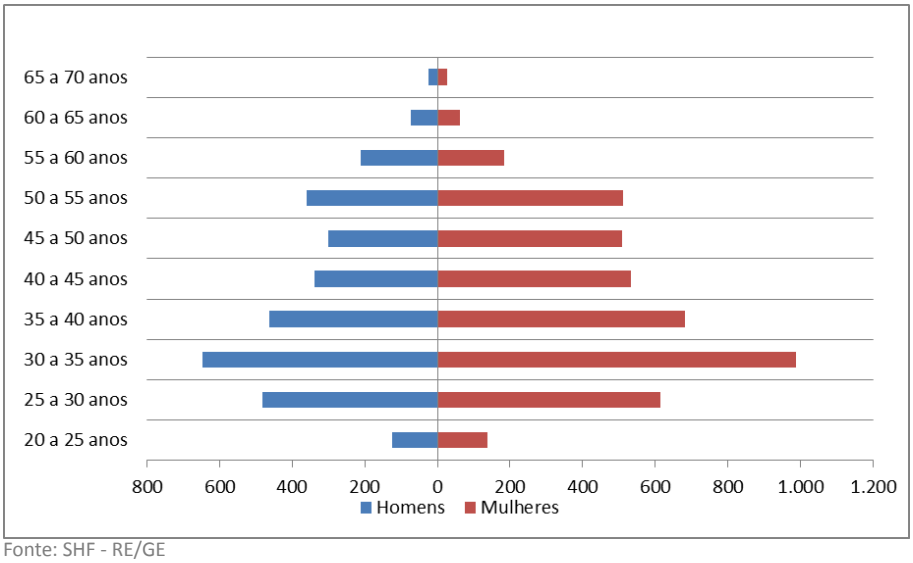
5. PIRÂMIDE ETÁRIA

Demonstra-se na tabela e no gráfico abaixo a composição do quadro do Tribunal de Justiça de Santa Catarina de acordo com a faixa etária e o sexo dos seus componentes.

FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES
20 a 25 anos	125	139
25 a 30 anos	481	615

30 a 35 anos	648	987
35 a 40 anos	462	681
40 a 45 anos	338	532
45 a 50 anos	301	510
50 a 55 anos	360	511
55 a 60 anos	210	184
60 a 65 anos	73	61
65 a 70 anos	25	27
TOTAL	**3.023**	**4.247**

Fonte: SHF - RE/GE



Fonte: SHF - RE/GE

6. TERCEIRIZAÇÃO

No que se refere aos funcionários terceirizados que laboram junto ao Poder Judiciário, o ano de 2013 encerra com 2110 postos preenchidos nas seguintes áreas de atuação: Auxiliar de Almoxarife, Copeira, Desenhista Industrial Gráfico, Engenheiro Mecânico, Garçom, Impressor de Corte e Vinco, Impressor de Serigrafia, Jardineiro, Marceneiro, *Office-boy*, Operador de Acabamento, Operador de Guilhotina, Operador de Sistema, Porteiro, Preparador de Matrizes, Recepcionista, Servente, Técnico em Edificações, Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, Zelador e Vigilante.

Do total de **2.110** postos, **1.457** estão distribuídos às Comarcas e **653** à Secretaria do Tribunal de Justiça.

As empresas que atuaram junto ao Poder Judiciário em 2013 prestando serviços de mão de obra terceirizada foram: Canadense Administração e Serviços Ltda., Icone Design e Eventos Ltda. – ME, Liderança Limpeza e Conservação Ltda., Lince Segurança Eletrônica Ltda., Lince Segurança Patrimonial Ltda. – ME e Mobra Serviços de Vigilância Ltda.

7. ESTAGIÁRIOS

O Poder Judiciário Catarinense encerra o ano de 2013 com **2.105** estagiários remunerados contratados na área de Direito, distribuídos em Cartórios e Gabinetes de 1º e 2º graus, e Diretorias da Secretaria do Tribunal.

Cumpre destacar, também, que ao final deste ano **387** vagas encontram-se ocupadas por estagiários remunerados nas Diretorias e comarcas deste Tribunal nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Museologia, Biblioteconomia, História, Ciências da computação, Comunicação

social, Cinema, Artes visuais, Design, Economia, Enfermagem, Farmácia, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia de Produção Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia de Controle e Automação Industrial, Engenharia de Produção, Jornalismo, Letras (Português), Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, e Serviço Social.

Ademais, o Tribunal de Justiça conta com **11** vagas de estágio remunerado destinadas a estudantes do Ensino Médio.

Assim, verifica-se que o Poder Judiciário Catarinense termina o ano de 2013 com um total de **2.503** estagiários em seu quadro.

8. VOLUNTÁRIOS

Em 2013 foram preenchidas **553** vagas para serviço voluntário nas áreas de Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia, História, Letras, Psicologia, Serviço Social e Sistemas de Informação.

9. NOMEAÇÕES

Durante o ano de 2013, ocorreram **418** nomeações de servidores para cargos efetivos deste Poder e **435** para cargos comissionados, totalizando **853** nomeações durante o ano.

Destas, destaca-se que **165** nomeações que se destinaram ao provimento de cargos efetivos e **98** de cargos comissionados decorreram de cargos criados por Lei Complementar, o que totaliza um aumento de **263** servidores no quadro deste Poder no ano de 2013.

10. ABONOS DE PERMANÊNCIA

O Abono de Permanência é o benefício concedido ao servidor efetivo que tenha alcançado todos os requisitos para se aposentar previstos na legislação em vigor (idade e tempo de contribuição), e optou por permanecer em atividade, até, no máximo, atingir a idade para a aposentadoria compulsória (70 anos).

O benefício é o reembolso do valor da contribuição previdenciária descontada mensalmente do servidor para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (IPREV).

Em 2013, foram concedidos **139** abonos de permanência aos servidores efetivos deste Poder.

11. APOSENTADORIAS

É o direito conferido ao servidor público ocupante de cargo efetivo de se desvincular das atividades laborais, com a percepção de proventos mensais, após o cumprimento dos requisitos de idade e tempo de serviço exigidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, sendo que, em 2013, foram concedidas **74** aposentadorias aos servidores deste Poder.

12. LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Conforme previsto nos artigos 64 a 68 da Lei Complementar Estadual n. 6.745/1985, será concedida licença para tratamento de saúde (LTS) remunerada ao servidor que, por determinação médica e com a concordância da Junta Médica Oficial do Poder Judiciário, necessitar afastar-se por mais de 3 dias para tratamento de saúde.

No ano de 2013 foram realizadas **2.330** concessões de licença para tratamento de saúde de servidores neste Poder.

Outra modalidade de Licença para tratamento de Saúde é aquela destinada ao acompanhamento de pessoa da família (art. 69 da LCE n. 6.745/1985 e LCE n. 47/1992), sendo que no ano de 2013 foram concedidas **1.357** licenças.

13. CERTIDÕES

Durante o ano de 2013 foram emitidas as seguintes certidões pela Diretoria de Recursos Humanos:

CERTIDÃO	QUANTIDADE
Tempo de serviço	63
Narratória	78
Para atender à Resolução n. 156/12 do Conselho Nacional de Justiça	54
Comprovação de atividade profissional	89
Transcrição funcional para obtenção de CTC no RPPS/SC	60
Declaração de tempo de contribuição para obtenção de CTC no RPPS/SC	74
Emitida para a COMAGIS	14
Aprovação em concurso público	68
Genérica	28
TOTAL	**528**

14. ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL

14.1 PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Busca-se com a pesquisa obter um indicador para avaliar o percentual de satisfação e motivação dos servidores do Poder Judiciário. Além disso, a ferramenta permite identificar os locais onde há a necessidade de se aplicar o programa de melhoria do clima organizacional. O formulário de pesquisa foi disponibilizado na página eletrônica do Poder Judiciário no período de 18 de novembro de 2013 até 19 de dezembro de 2013. O resultado da pesquisa será divulgado em janeiro de 2014.

14.2 HOMENAGEM AOS SERVIDORES APOSENTADOS

Para a Homenagem 2013 aos servidores aposentados, foi realizado um trabalho conjunto entre a Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal e a Divisão de Artes Gráficas. Foram elaboradas **72** placas, posteriormente encaminhadas a cada servidor que se aposentou no período compreendido entre setembro de 2012 a agosto de 2013.

14.3 INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS

Elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral de Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça.

Em 2013, foram acompanhados **63** servidores de todo o Estado, além de terem sido realizadas **14** avaliações psicológicas. Ainda, foi realizado um trabalho de diagnóstico em **6** comarcas e **2** trabalhos de grupo, focando o relacionamento interpessoal, nas comarcas.

14.4 ENTREVISTAS DE LOTAÇÃO E RELOTAÇÃO

Realização de entrevistas para lotação ou relotação de servidores no Tribunal de Justiça. Foram realizadas **79** entrevistas de lotação e **17** de relotação, durante o ano de 2013.

14.5 PROGRAMA DE MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL

Tem como objetivo apresentar, em um determinado momento, o grau de satisfação ou insatisfação dos servidores, identificar causas e por meio delas implementar ações que propiciem condições para maior satisfação no trabalho. O programa foi realizado em **4** comarcas no ano de 2013. Ainda, foi realizada visita de retorno a **1** comarca após **1** ano da aplicação do programa.

14.6 CARTÕES PARA LICENÇA

A Seção Psicossocial Organizacional elabora cartões virtuais para enviar aos servidores em licenças especiais. Os cartões são enviados para o e-mail dos servidores em nome da Diretoria de Recursos Humanos – DADP – SPO.

Foram enviados ao total **462** cartões para os servidores, sendo **103** licenças Gala, **177** licenças Nojo, **182** licenças Nascimento e nenhuma licença Adoção.

15. FORMULÁRIOS

15.1 FORMULÁRIO DE INGRESSO

Desenvolvido pela Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal, da Diretoria de Recursos Humanos, o formulário de ingresso tem por objetivo levantar dados sobre o perfil do servidor que está ingressando no Poder Judiciário catarinense e servir como uma ferramenta para o planejamento de mudanças na Organização. Foram cadastrados **333** Formulários de Ingresso, sendo **76** novos servidores ingressantes no Tribunal de Justiça e **244** nas Comarcas.

15.2 FORMULÁRIO DE DESLIGAMENTO

O Formulário de Desligamento é um instrumento que busca conhecer como o servidor que está saindo do Poder Judiciário percebeu a Organização e como se sentiu trabalhando nela enquanto fez parte do quadro de servidores, além de servir como uma ferramenta para o planejamento de mudanças na Organização. No ano de 2013 foram cadastrados **98** formulários de servidores que solicitaram Exoneração e **71** formulários de servidores que se Aposentaram, totalizando **169** formulários.

DIRETORIA DE SAÚDE

A Diretoria tem por objetivo supervisionar e administrar as ações relativas à saúde dos colaboradores do Poder Judiciário, por meio de prevenção, diagnóstico, tratamento e ações de vigilância à saúde nos locais de trabalho.

1 - Relatório da Divisão de Saúde Ambulatorial

A Divisão de Saúde Ambulatorial atua na coordenação e acompanhamento das atribuições das respectivas seções; providencia o atendimento e acompanhamento ambulatorial dos magistrados, funcionários do Poder Judiciário e seus respectivos dependentes bem como dos funcionários terceirizados; agenda o atendimento ambulatorial de emergência; atua na realização, acompanhamento e contribuição de campanhas preventivas e educativas na área da saúde; participa da elaboração de projetos na área da saúde.

1.1 - Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os magistrados, servidores (efetivos e comissionados) e estagiários do Poder Judiciário Catarinense (Secretaria do Tribunal de Justiça e Comarcas).

No ano de 2013, através da empresa Bravacinas foram aplicadas 8.819 doses, sendo estas administradas aos colaboradores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

1.2 - Atendimento por profissional em consultório médico

MÉDICOS	Nº DE CONSULTAS
Graciela de Oliveira Richter Schmidt	1.511
José Carlos Nascimento	1.087
Karina Cocco Monteiro de Freitas	1.093
Leisa Maria Leal	673
Luiz Alberto Neves May	843
Renato Grillo Flach	1.117

1.2.1 - Relatório geral dos atendimentos médicos

TIPO DE FUNCIONÁRIO	Nº DE CONSULTAS
Aposentados	235
Assessores	88
Dependentes	389
Estagiários	125
Funcionários	3.855
Militares	19
Outros	124
Terceirizados	873
TOTAL	**5.708**

1.3 - Atividades desenvolvidas na Enfermagem

O propósito do serviço de enfermagem é intervir de forma integrada com os demais setores do ambulatório médico na assistência à saúde dos magistrados, servidores e seus dependentes, bem como exercer atividades de prevenção, promoção e recuperação da saúde em geral.

Além do público alvo anteriormente citado, os serviços da Seção de Enfermagem também foram utilizados voluntários, aposentados, terceirizados, estagiários, servidores em processo de admissão e outras pessoas que não estão diretamente ligados aos serviços do Tribunal como: público em geral, funcionários do restaurante, da ASTJ etc.

1.3.1 - Relatório estatístico dos atendimentos na Enfermagem

TOTAL	DESEMBAR-GADOR	JUIZ	SERVIDOR EFETIVO	SERVIDOR COMIS.	TERCEIRIZADO	APOSENTADO	DEPENDENTE	ESTAGIÁRIO	VOLUNTÁRIO	ADMISSÃO	OUTROS	TOTAL
Janeiro	0	0	161	7	151	2	0	7	0	1	5	334
Fevereiro	12	1	260	25	131	8	0	15	0	2	6	460
Março	2	0	273	18	131	10	4	13	1	2	6	460
Abril	9	1	289	29	199	2	2	27	3	4	12	577
Maio	8	3	308	28	201	1	2	32	0	1	9	593
Junho	13	2	245	11	163	5	5	29	0	0	4	477
Julho	15	7	54	37	270	7	10	61	0	0	11	472
Agosto	10	7	303	5	198	0	0	32	5	2	5	567
Setembro	11	3	284	7	266	4	1	39	3	0	7	625
Outubro	10	2	288	5	90	4	1	49	1	0	7	457
Novembro	8	1	221	181	12	37	3	0	3	0	3	469
Dezembro												0
TOTAL	**98**	**27**	**2.686**	**353**	**1.812**	**80**	**28**	**304**	**16**	**12**	**75**	**5.491**

1.4 - Atividades desenvolvidas na Psicologia

- Atendimento, acompanhamento e tratamento psicológico (psicoterapia) de servidores ativos e inativos, magistrados ativos e inativos; comissionados e servidores encaminhados pela junta médica e Diretoria de Recursos Humanos.
- Avaliação psicológica dos servidores em licença para tratamento de saúde, em processos de readaptação, relotação, aposentadoria por invalidez e admissão em caso de dúvidas quanto à saúde psicológica.
- Avaliação Psicológica dos candidatos ao concurso para ingresso na atividade Notarial e de registro.

1.4.1 - Atendimento psicológico por profissional

PSICÓLOGOS	Nº DE CONSULTAS
Fernanda Chede Rotolo Caldas	527
Liliane Cardoso Pereira	546
Luciana Raupp Di Bernardi	416
Marilda Marcondes de Mattos	346

1.4.2 - Relatório anual dos atendimentos psicológicos

TIPO DE FUNCIONÁRIO	Nº DE CONSULTAS
Admissão	16
Aposentados	23
Assessores	19

Dependentes	18
Estagiários	1
Funcionários	1.713
Magistrados	5
Outros	40
Terceirizados	2
TOTAL	1.837

1.5 - Atividades desenvolvidas pelo Serviço Social

- Realização de estudos sociais nos processos solicitados pela Junta Médica por meio de entrevistas, visitas domiciliares, visitas aos locais de trabalho, atendimento e orientação aos servidores quanto à remoção, relotação, encaminhamentos para internação e tratamento em clínicas especializadas, de acordo com a demanda.

- Acompanhamento de servidores que estão em disfunção ou readaptação por problemas de saúde. Orientação e esclarecimentos aos servidores que buscam informações referentes a situações de saúde e suas implicações.

1.5.1 - Relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Serviço Social

TIPO DE ATIVIDADES	Nº DE ATIVIDADES
Entrevistas	672
Visitas domiciliares, instituições de Saúde e locais de trabalho.	72
Cidades visitadas	12

1.6 - Atividades desenvolvidas na Farmácia

A Seção de farmácia tem por objeto oferecer, exclusivamente, aos magistrados, aos servidores, ativos e inativos e dependentes dos mesmos, medicamentos a preço de custo mediante apresentação de prescrição médica/odontológica.

A farmácia atende a todas as Comarcas e Circunscrições. No ano de 2013, foram realizados **10.725** atendimentos, conforme tabela que segue:

	PODER JUDICIÁRIO 08/12/2012 A 08/12/2013	N° DE ATENDIMENTOS EM 12 MESES
1	TRIBUNAL DE JUSTICA	5.266
2	COMARCA DA CAPITAL	913
3	APOSENTADOS	657
4	COMARCA DE BLUMENAU	240
5	COMARCA DE BALNEARIO CAMBORIU	227
6	COMARCA DE JOINVILLE	176
7	COMARCA DE CRICIUMA	165
8	COMARCA DE ITAJAI	136
9	COMARCA DE PALMITOS	107
10	COMARCA DE TURVO	98
11	COMARCA DE LAGES	96
12	COMARCA DE CHAPECO	95
13	COMARCA DE BAL.PICARRAS	91
14	COMARCA DE CURITIBANOS	85
15	COMARCA DE SAO JOAQUIM	83

16	COMARCA DE BRACO DO NORTE	77
17	COMARCA DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	74
18	COMARCA DE XANXERE	73
19	COMARCA DE PALHOCA	71
20	COMARCA DE TUBARAO	70
21	COMARCA DE SAO JOSE	68
22	COMARCA DE SAO JOAO BATISTA	67
23	COMARCA DE BIGUACU	66
24	COMARCA DE PAPANDUVA	65
25	COMARCA DE RIO DO SUL	65
26	COMARCA DE BOM RETIRO	62
27	COMARCA DE ANITA GARIBALDI	58
28	COMARCA DE GASPAR	53
29	COMARCA DE MONDAI	53
30	COMARCA DE ABELARDO LUZ	50
31	COMARCA DE MARAVILHA	48
32	COMARCA DE URUSSANGA	47
33	COMARCA DE BRUSQUE	46
34	COMARCA DE QUILOMBO	46
35	COMARCA DE JARAGUA DO SUL	43
36	COMARCA DE ORLEANS	43
37	COMARCA DE LAURO MULLER	42
38	COMARCA DE SOMBRIO	41
39	COMARCA DE LAGUNA	40
40	COMARCA DE CORONEL FREITAS	37
41	COMARCA DE ITUPORANGA	37
42	COMARCA DE PONTE SERRADA	35
43	COMARCA DE RIO NEGRINHO	33
44	COMARCA DE PORTO BELO	30
45	COMARCA DE RIO DO CAMPO	29
46	COMARCA DE SEARA	28
47	COMARCA DE IMBITUBA	27
48	COMARCA DE TIMBO	27
49	COMARCA DE PRESIDENTE GETULIO	26
50	COMARCA DE ITAIOPOLIS	25
51	COMARCA DE MODELO	24
52	COMARCA DE CUNHA PORA	22
53	COMARCA DE ITAPEMA	21
54	COMARCA DE SAO LOURENCO DO OESTE	21
55	COMARCA DE BARRA VELHA	20
56	COMARCA DE FRAIBURGO	20
57	COMARCA DE OTACILIO COSTA	20
58	COMARCA DE PINHALZINHO	20
59	COMARCA DE CAMPOS NOVOS	19
60	COMARCA DE URUBICI	18
61	COMARCA DE XAXIM	17
62	COMARCA DE ANCHIETA	16
63	COMARCA DE CAMPO ERE	16
64	COMARCA DE VIDEIRA	16
65	COMARCA DE DIONISIO CERQUEIRA	15
66	COMARCA DE ICARA	15

67	COMARCA DE MAFRA	14
68	COMARCA DE SAO DOMINGOS	14
69	COMARCA DE ARARANGUA	13
70	COMARCA DE RIO DO OESTE	13
71	COMARCA DE SANTA ROSA DO SUL	13
72	COMARCA DE SAO JOSE DO CEDRO	12
73	COMARCA DE CAPIVARI DE BAIXO	11
74	COMARCA DE IBIRAMA	11
75	COMARCA DE IPUMIRIM	11
76	COMARCA DE MELEIRO	11
77	COMARCA DE POMERODE	11
78	COMARCA DE SAO MIGUEL DO OESTE	11
79	COMARCA DE ASCURRA	10
80	COMARCA DE GUARAMIRIM	10
81	COMARCA DE ITAPIRANGA	10
82	COMARCA DE GAROPABA	9
83	COMARCA DE SAO BENTO DO SUL	9
84	COMARCA DE ITA	8
85	COMARCA DE PORTO UNIAO	7
86	COMARCA DE CORREIA PINTO	6
87	COMARCA DE DESCANSO	6
88	COMARCA DE IMARUI	6
89	COMARCA DE SAO CARLOS	6
90	COMARCA DE TAIO	6
91	COMARCA DE TIJUCAS	6
92	COMARCA DE TROMBUDO CENTRAL	6
93	COMARCA DE CACADOR	5
94	COMARCA DE ARMAZEM	4
95	COMARCA DE CANOINHAS	4
96	COMARCA DE CAPINZAL	4
97	COMARCA DE INDAIAL	4
98	CIRCUNSCRICOES JUDICIARIAS	3
99	COMARCA DE CAMBORIU	3
100	COMARCA DE NAVEGANTES	3
101	COMARCA DE SAO JOAQUIM	3
102	COMARCA DE ITAPOA	2
103	COMARCA DE LEBON REGIS	2
104	COMARCA DE CONCORDIA	1
	TOTAL GERAL	**10.725**

2 - Relatório anual de produtividade da Divisão de Saúde Oral – Período de 1º de dezembro de 2012 a 30 de novembro de 2013

DENTISTA	PACIENTES	PROCEDIMENTOS/ANO	DIAS TRABALHADOS
Dr. Dante Del Vale Valcanaia (Prótese)	48	263	95
Dr. Eduardo Dutra da Silva (Endodontia)	150	628	193
Dr. José Eduardo C. Shiozawa (Dentística)	380	1.553	188
Dra. Maria Eugênia B. Burg (Dentística)	488	1.520	196
Dr. Lauro Egídio Bragaglia (Prótese)	240	2.265	184
Dr. Reginaldo Reitz (Endodontia/Dentística)	358	1.427	186
TOTAL	**1.664**	**7.656**	**1.042**

Média de procedimentos/dia/dentista	**7,35**

Fonte: Dados coletados do software de gerenciamento odontológico Prodent.

3 - Relatório da Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional

A divisão tem por missão contribuir para o desenvolvimento e preservação da segurança e da saúde dos trabalhadores do Poder Judiciário de Santa Catarina, oferecendo serviços especializados que tem como princípio fundamental a melhoria contínua.

Para alcançar o bem-estar pessoal e social dos envolvidos e dos assistidos - objetivo da divisão - são desenvolvidos trabalhos de orientação aos servidores, magistrados, estagiários e terceirizados, para que façam o melhor uso dos equipamentos e mobiliário disponibilizados.

Além disso, a divisão elabora avaliações do mobiliário, dos acessórios ergonômicos e dos ambientes de trabalho, para então propor adequações entre eles e às necessidades de trabalho.

3.1 - Dentre as ações desenvolvidas pela Divisão em 2013 destacamos:

- Especificações de cadeiras para pessoas altas, de pequeno porte e para portadores de obesidade;
- Participação na comissão que avalia o impacto do sistema SAJ sobre a saúde dos servidores e magistrados;
- Avaliação, a pedido da Junta Médica, de ambientes de trabalho, com levantamento de riscos ambientais e de riscos associados ao trabalho para relotação de servidores que possuem limitações físicas;
- Avaliação e definição de novos equipamentos de proteção para servidores e magistrados;
- Desenvolvimento de projeto para atendimento às necessidades nas salas de audiências e turmas de recursos;
- Identificação dos equipamentos e mobiliários destinados ao grupo de trabalhadores que ficam fora da considerada média da população brasileira e catarinense, tendo como propósito a garantia de proteção do trabalhador;
- Elaboração de projeto básico para aquisição de acessórios ergonômicos;
- Avaliação de novos acessórios ergonômicos para servidores e magistrados;
- Avaliação ergonômica dos postos de trabalho da Comarca de Xaxim;
- Avaliação ergonômica dos postos de trabalho da Câmara Especial Regional de Chapecó;
- Reavaliação ergonômica dos postos de trabalho da Comarca de Xaxim;
- Acompanhamento dos Depósitos Judiciários das Comarcas da Capital, de Joinville, de Jaraguá do Sul e de Lages;
- Avaliação ambiental para instrução de processo de acidente em serviço;
- Auxilio a comunicação de acidentes em serviço;

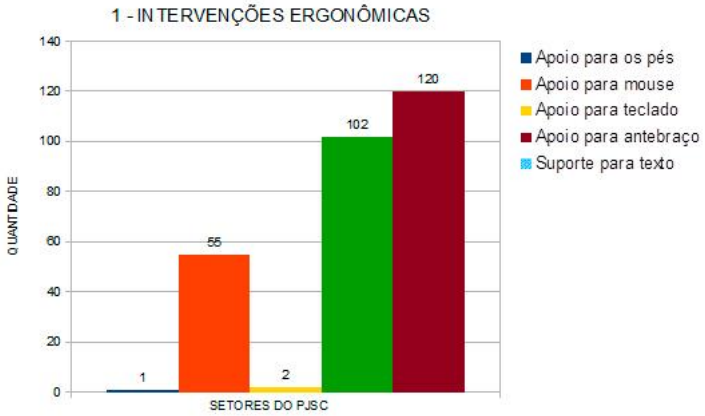
- Desenvolvimento de prevenção de riscos ambientais no prédio do arquivo geral.

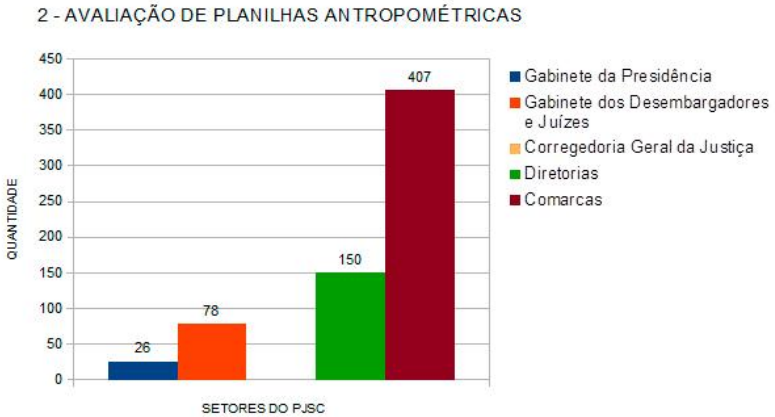
3.2 - Atividades de rotina da divisão realizadas ao longo do ano:

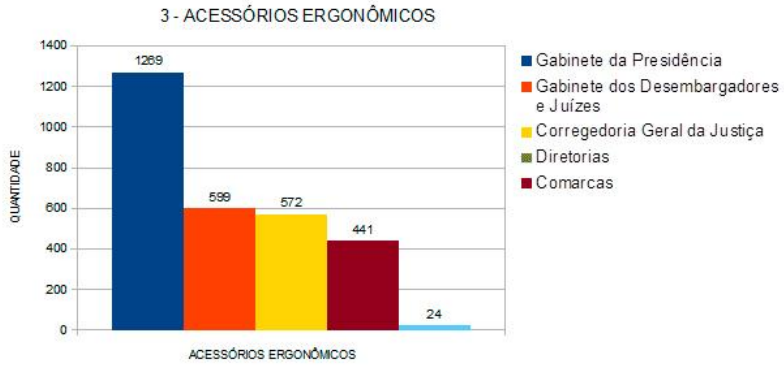
AÇÃO	2012	2013	VARIAÇÃO
Avaliação ambiental	12	7	-42%
Distribuição de EPI (indicador desmembrado em 2013)	2.508	75	x
Implantação de PPRA	2	0	-100%
Especificação de mobiliário	49	40	-18%
Resposta processual e pareceres	8	73	+912%
Participação nas palestras de Ambientação Funcional	11	11	0
Programa de Controle de Saúde Ocupacional	2	2	0
Avaliação de amostras de mobiliário	15	8	-47%
Avaliação de amostras de acessórios ergonômicos	1	8	700%
Intervenções ergonômicas (gráfico 1)	956	280	-71%
Avaliação de dados antropométricos dos servidores e magistrados do PJSC (gráfico 2) (novo indicador)	x	661	x
Distribuição de acessórios ergonômicos (gráfico 3) (novo indicador)	x	2.095	x

Fonte: Dados internos da DSSO

Os números negativos mostram que houve um decréscimo no fornecimento de materiais devido aos ambientes já atendidos em anos anteriores, tal qual acontece com a distribuição de apoios de *mouse* e teclado que começarão ser trocados a partir de 2014 devido ao desgaste e com fins de garantir a preservação da higiene ocupacional. Também motivou a negatividade desses indicadores a quantidade de RH especializado na Divisão e a demanda crescente de novos serviços.







4 - Relatório estatístico anual da Junta Médica Oficial do Poder Judiciário

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	1.963
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PRORROGAÇÃO	614
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA	1.373
GESTAÇÃO	140
RECONSIDERAÇÃO	41
ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	39
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	18
READAPTAÇÃO	34
REMOÇÃO	24
RELOTAÇÃO	4
ACIDENTE DE TRABALHO	7
PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO	12
LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PF EM PRORROGAÇÃO	115
REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA	15
ISENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	9
GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE	53
GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE	10
PRORROGAÇÃO DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA	2
PERÍCIAS	382
DISPOSIÇÃO	6
LICENÇA MATERNIDADE POR ADOÇÃO	1
AVALIAÇÃO	13
ADMISSÃO	482
OUTROS	23
TOTAL DE PROCESSOS NO ANO 2013	**5.380**